

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GERSON PIETTA

INFLEXÕES CONCEITUAIS EM TORNO DA EUGENIA E DA CRIMINOLOGIA NA  
UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1946-1964)

CURITIBA

2020

GERSON PIETTA

INFLEXÕES CONCEITUAIS EM TORNO DA EUGENIA E DA CRIMINOLOGIA NA  
UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1946-1964)

Relatório de defesa apresentada à banca como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História, no curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin  
Coorientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Pietta, Gerson

Inflexões conceituais em torno da eugenia e da criminologia na  
Universidade do Paraná (1946-1964). / Gerson Pietta. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin

Coorientador : Prof. Dr. Renato Lopes Leite

1. Eugenia. 2. Criminologia. 3. Medicina. 4. Genética humana. 5. Direito.  
6. Intelectuais – Paraná - História. I. Nadalin, Sergio Odilon. II. Leite, Renato  
Lopes, 1961-. III. Título.

CDD – 378.81621



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -  
40001016009P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de GERSON PIETTA intitulada: **INFLEXÕES CONCEITUAIS EM TORNO DA EUGENIA E DA CRIMINOLOGIA NA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (1946-1964)**, sob orientação do Prof. Dr. SERGIO ODILON NADALIN, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica  
31/08/2020 14:47:44.0  
SERGIO ODILON NADALIN  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
31/08/2020 15:07:05.0  
JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
31/08/2020 15:59:12.0  
CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
31/08/2020 14:32:13.0  
VANDERLEI SEBASTIÃO DE SOUZA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)

Assinatura Eletrônica  
31/08/2020 14:56:25.0  
CARLOS EDUARDO VIEIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

---

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: [cpghis@ufpr.br](mailto:cpghis@ufpr.br)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 51163

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 51163**

## AGRADECIMENTOS

Nesses longos quatro anos e meio cursando o doutorado, sou grato a diversas pessoas que cruzaram minha trajetória acadêmica e pessoal. Mas devo admitir que a trajetória se iniciou anteriormente, em 2015, quando da elaboração do projeto. Inevitavelmente esta é uma oportunidade de lembrar e reconstruir os itinerários percorridos e demonstra seus aspectos psicológicos igualmente.

Agradeço ao professor Renato Lopes Leite, pelo interesse na orientação e por efetivá-la de maneira leve e comprometida, sugerindo leituras e abordagens, demonstrando confiança e estimulando a autonomia para escolhas. Devo acrescentar ainda a disponibilidade do gabinete de pesquisa no sexto andar do edifício D. Pedro I, e minha inclusão nas discussões junto ao grupo de pesquisa História Intelectual, História dos Intelectuais e Historiografia, do qual faziam parte das discussões Raphael Guilherme de Carvalho, Ernando Brito Gonçalves Junior, Maria Julieta Weber Cordova, Aldina Cássia Fernandes, Lara Scorsato Saya e Bruna Scheifer. A imersão nas discussões das teses e discussões do grupo foi de grande valia. Tenho muito prazer e orgulho em ter trabalhado contigo.

Aos professores que ofertaram as disciplinas cursadas. À professora Joseli Maria Nunes Mendonça, que aplicou a disciplina Seminário de Tese em Espaço e Sociabilidades I, na qual refletimos o projeto e esboçamos aspectos norteadores da narrativa, bem como a presença e participação de Maurício Noboru Ouyama na discussão do projeto. É certo que aquele era um momento de amadurecimento da análise e de inicial imersão na pesquisa das fontes nos arquivos da Universidade. Ao professor Rafael Faraco Benthien, durante trabalho nos Seminários de Tese em Espaço e Sociabilidade II, por apresentar a temática da universidade, e por possibilitar a análise naquele momento inicial da jornada. Agradeço aos colegas das disciplinas de Seminário de Tese, Andressa Lopes de Oliveira, Caroline Guebert, Fabiane Furquim, Igor Silva, Leandro Francisco de Paula, Marcio Marchioro e Tamyres Palma Zimmer, que, gentilmente, colaboraram no processo com amizade e companheirismo.

Ao professor Alexandre Dantas Trindade, do Programa de Pós-Graduação de Sociologia, que ofertou a disciplina Estrutura e História na teoria social, na qual tive oportunidade de conhecer diversas pesquisas da área com as quais busquei dialogar. Ao professor Carlos Alberto Medeiros Lima, que ofertou a disciplina História e Sociabilidades II. Ao professor Sergio Odilon Nadalin, que aplicou a disciplina de Tópicos especiais em

História das Populações, na qual tive oportunidade de aprofundar leituras a respeito de demografia histórica e história das populações. Aos colegas dessa disciplina, Antero da Cunha e Silva Filho, Antonio Carlos Gonçalves, Mayra Sousa Resende, Willian Perpétuo Busch. Agradeço ainda ao professor Carlos Alberto Medeiros Lima e ao professor Sergio Nadalin, que assumiram a orientação diante das circunstâncias enfrentadas e colaboraram em todas as questões.

Devo citar ainda a participação da Banca de Qualificação, composta pelos professores Rafael Faraco Benthien e José Roberto Braga Portella. Aquele foi o momento em que delimitamos as análises da tese e encaminhamos as prioridades da escrita. Ao professor Rafael, grato pela atenta leitura do texto e apontamentos minuciosos em relação à escrita da tese e, sobremaneira, em relação às interpretações teóricas e metodológicas do texto e seus limites de aplicação, preocupação que ainda se manterá. Ao professor Portella, obrigado pelos gentis apontamentos deferidos na ocasião, sobretudo em relação à estrutura do texto apresentado naquele momento, mas também em relação às interpretações dos agentes pesquisados.

Agradeço aos funcionários de várias bibliotecas pesquisadas na UFPR, dentre elas: da Biblioteca de Ciências Jurídicas, situada no prédio histórico da instituição; da Biblioteca de Ciências da Saúde, situado na rua Padre Camargo, atrás do Hospital das Clínicas; da Biblioteca Central, onde encontra-se a Coleção Memória UFPR; da Biblioteca de Ciências Humanas, no edifício D. Pedro I; da Biblioteca de Ciências Biológicas, no Centro Politécnico. Agradeço ainda os funcionários do Arquivo Público do Estado do Paraná, situado na rua dos Funcionários e da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, na rua Candido Lopes.

Agradeço aos professores Vanderlei Sebastião de Souza, Carlos Eduardo Vieira, José Roberto Braga Portella e Carlos Alberto Medeiros Lima, que estiveram presentes na Banca de Defesa e auxiliaram na leitura final do texto e sua avaliação, e ainda à professora Joseli, que aceitou a suplência.

Ao professor Vanderlei Sebastião de Souza, agradeço por acompanhar minha trajetória desde a qualificação do mestrado, aconselhando com agudeza de percepção os melhores caminhos para análise e possibilitando avançar nos estudos da temática. Obrigado pela atenção e gentileza durante as discussões e diálogos diretos entre as temáticas em análise. Ao professor Carlos Eduardo Vieira, com o qual tive contato como ouvinte nos eventos do Grupo de Pesquisa de História Intelectual, História dos Intelectuais e Historiografia, e que se disponibilizou na gentil avaliação do texto de tese. Ao professor

Portella, que esteve na banca de qualificação e de defesa, e que com sutileza e perspicácia aconselhou modificações significantes para o texto. Sou grato. Ao professor Carlos Lima, que teve condições de fazer considerações acerca de parte do texto durante a disciplina ofertada, e efetuou cuidadosos apontamentos de questões da narrativa do texto.

À professora Wilma Rigolon, amiga querida que efetivou atenta leitura do texto e foi responsável pelos apontamentos gramaticais e ortográficos. Sou imensamente grato.

Agradeço especialmente à professora Liliane da Costa Freitag, que me apresentou teorias e metodologias para a análise da história que levo em consideração. À professora Beatriz Anselmo Olinto, que despertou muitos dos interesses teóricos e instigou análises. Ao professor Jerry Dávilla, que aceitou supervisionar o estágio de doutorado, mas que infelizmente foi impossibilitado naquele momento. Aos amigos e colegas do CEDOC-UNICENTRO, em Irati, dentre os quais os professores Helio Sochodolak e Ana Paula Wagner, a querida amiga arquivista Márcia Eliza Doré, aos queridos Julio Franco, Bruno Cesar Pereira e Pedro Prado, que muito apoiaram no período de elaboração do projeto e tornaram a convivência cotidiana tranquila. O projeto sobre o poder judiciário, dirigido pelo professor Hélio Sochodolak, e a qual fiz parte em 2015, influiu sobre a temática da tese. Devo citar meus amigos Jéssica Oliveira, Milene Padilha, Eliamar Galvão, Carla Mussio, Emílio Ruiz e Edson Santos Silva.

Aos caros Alexandre Kosteczka, Clayton Barbosa Ferreira, Eder Augusto Gurski, Leonardo Dallacqua de Carvalho, Lucas Mores (*in memoriam*), Luiz Gustavo de Oliveira, Renilson Beraldo, Valdemir Paiva, Wallas Jefferson de Lima, amigos que me auxiliaram e dividimos as dificuldades do doutorado.

Aos meus amigos Alexandre Santana, Marlon Ibrahim, Clayton B. F. e Vinicius Comotti – os dois últimos leitores –, que estão sempre ao meu lado. Aos amigos Aurelio Rodrigues, Dhyone Schinemann, Daiane Raimann, Tamiris Almeida e Vilson de Campos Filho. Aos amigos do Clube Recreativo Cinetv, obrigado pelas experiências. Não posso esquecer ainda os amigos, João Gabriel, João Victor, Lucas, Luis, Arthur, Felipe D., Victor e Fran. Meus amigos Leo, Diego, Marcos, John, Julio, Felipe, Julian, Evaldo, Claudia, Saulo, Indianara, Carol, Karine, Wagner, Maycon.

Aos caros amigos com quem dividi teto na Ébano Pereira e depois na Santos Andrade: Anderson Matias, Anderson Pietta, Erland Kjellén, Felipe Bonetti, Felipe Menin, Julius Krötzl, Ricardo Prado, Tiago Rossoni Mattos e Rhenan Tezone. Grato pelo companheirismo, pelo respeito e pelos momentos vivenciados na república.

Aos meus irmãos, Anderson, Vital e Valcir, e às minhas também irmãs, Elisa, Aline e Célia. À meus sobrinhos queridos, Livia e Nicolas.

À querida Hannah Gabrielle Ferreira Silva, que incondicionalmente me apoiou e sou imensamente privilegiado e grato pela sua presença.

Agradeço aos meus pais, Ivete e Ivo, meus grandes incentivadores e financiadores nesses longos anos.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná, instituição na qual constituí meu sentimento de pertença. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História, juntamente com seu quadro de professores, que possibilitaram a reflexão dos vários aspectos aqui discutidos. À Maria Cristina Parzowski, por toda ajuda demandada por parte da secretaria do PPGHIS-UFPR.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa de dedicação exclusiva. Devo fazer ainda uma observação acerca do período político pelo qual a instituição e o país passaram durante o período em que fui contemplado com o financiamento da pesquisa, entre março de 2016 a fevereiro de 2020. Período marcado por uma ruptura democrática e por diversos cortes nos orçamentos institucionais das Universidades e também nas bolsas de pesquisa, que foram sentidos drasticamente pela comunidade acadêmica em geral, dos funcionários e técnicos aos professores e estudantes da graduação à Pós-graduação. Devemos prezar pelo retorno aos investimentos em Educação e Ciência como fatores preponderantes do crescimento do país e sua diversa e rica nação.

Curitiba, setembro de 2020

## RESUMO

Esta tese tem por tema a constituição da Eugenia e da Criminologia na Universidade do Paraná, entre 1945 e 1964. A proposta visa historicizar a trajetória de produção da ciência eugênica e da ciência criminológica, compreendendo como essas ciências foram interpretadas por agentes que ocupavam espaços de autoridade dos campos médico e jurídico paranaense, bem como de agentes que buscavam confirmar lutas por espaços de autoridade. Elegemos como objeto de análise teses e manuais escritos na Universidade, e incluem-se teses de doutorado, teses de cátedras, teses de docência livre, teses de conclusão de curso, assim como artigos científicos produzidos naquela espacialidade e temporalidade. A problemática é pensada em relação a como essas ciências foram relegitimadas no pós 1945, período em que passaram a ser estigmatizadas como pseudociência, mas foram socialmente interpretadas por agentes, que produziram e reproduziram ciência no espaço social da Universidade. Nossa hipótese remonta ao argumento de que essas interpretações sociais da ciência criminológica e eugênica foram rearranjadas com nova roupagem, mas que se mantiveram, em partes, biodeterminantes no pós 1945. Novos sentidos aos conceitos foram agregados e expostos à crítica. Assim, apresentamos quadros intelectuais da Universidade do Paraná, desvendando redes de sociabilidades intelectuais e científicas, conflitos e parcerias, projetos individuais e coletivos.

**Palavras-chave:** Eugenia; Medicina; Genética Humana; Criminologia; Direito; Intelectuais.

## ABSTRACT

This thesis has as its theme the constitution of eugenics and criminology at the University of Paraná, between 1945 and 1964. The proposal aims to historicize the trajectory of eugenic science and criminological science, understanding how these sciences were interpreted by agents occupying spaces of authority of the medical and juridical field of Paraná, as well as of agents who sought confirm fights for spaces of authority. We elect as an object of analysis theses and manuals written at the University, and include doctoral theses, theses of professorship, theses of free lecturer (free teaching), theses of completion of course, as well as scientific articles produced in that spatiality and temporality. The problematic is considered in relation to how these sciences were legitimated in post 1945, a period in which they became stigmatized as pseudoscience, but were socially interpreted by agents, who produced and reproduced science in the social place of University. Our hypothesis goes back to the argument that these social interpretations of the criminological and eugenic science were rearranged with a new robe, but which remained, in parts, biodeterminants in the post 1945. New meanings to the concepts were aggregated and exposed to criticism. Thus, we present intellectual pictures of the University of Paraná, revealing intellectual and scientific sociabilities networks, conflicts and partnerships, individual and collective projects.

**Keywords:** Medicine; Eugenics; Human Genetics; Criminology; Law; Intellectuals.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de Reitores da Universidade.....	61
Tabela 2 – Perfis de intelectuais eugenistas da Geração de 1890-1925 e da Geração de 1926-1945.....	99
Tabela 3 - Membros do Conselho Penitenciário em 1925.....	144
Tabela 4 - Membros do Conselho Penitenciário em 1930.....	149
Tabela 5 - Membros do Conselho Penitenciário em 1937.....	151
Tabela 6 - Membros do Conselho Penitenciário em 1945.....	159
Tabela 7 - Os intelectuais e as gerações .....	182
Tabela 8 - Relação dos Governadores, Partidos e Duração do Mandato .....	185
Tabela 9 - Cátedras Disciplinares e Professores de Homero de Mello Braga na Faculdade de Medicina do Paraná - 1918 .....	203
Tabela 10 - Cátedras Disciplinares e Professores de Napoleão Lyrio Teixeira na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro .....	377
Tabela 11 - Quadro de suicídios em Curitiba (Decênio 1937-1946), Incidência pela cor, de Napoleão Lyrio Teixeira.....	393
Tabela 12 - Quadro intelectuais da geração 1946-1964 .....	427
Tabela 13 - Trabalhos do concurso melhor tese da Semana Jurídica (1956) .....	438
Tabela 14- Tabela de Szondi .....	469
Tabela 15 - Membros do Conselho Penitenciário em 1956.....	499
Tabela 16 - Membros do Conselho Penitenciário em 1961.....	500
Tabela 17 - Membros do Conselho Penitenciário em 1963.....	503
Tabela 18 - Membros do Conselho Penitenciário em 1966.....	509
Tabela 19 – Perfis intelectual de Homero de Mello Braga, Napoleão Lyrio Teixeira e Newton Freire-Maia .....	513

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeiro Conselho Penitenciário do Estado (1925).....	146
Figura 2 - Organização dos Serviços de Saúde da Penitenciária (1941).....	157
Figura 3 - Fotografia da assinatura de contrato de Newton Freire-Maia na Universidade .....	282
Figura 4 - Mapa dos índices de maior consanguinidade no Brasil, de autoria de Newton Freire-Maia (1957) .....	292
Figura 5 - Newton Freire-Maia apresentando o Laboratório de Genética.....	301
Figura 6 - Palestra Que é a vida?, de Newton Freire-Maia .....	320
Figura 7 - Fotografia de Napoleão Lyrio Teixeira junto dos componentes da Primeira Bateria Independente de Artilharia de Costa e Forte Marechal Hermes. ....	380
Figura 8 - Tese O Suicídio, de Napoleão Lyrio Teixeira .....	389
Figura 9 - Reação Patológica ao Álcool, de Napoleão Lyrio Teixeira.....	397
Figura 10 - Tese Do Direito de Tratar, de Napoleão Lyrio Teixeira.....	401
Figura 11 - Frederico Stella em entrevista ao jornal O Dia.....	437
Figura 12 - Os brasileiros na Tabela de Bourdel .....	487

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>CAPÍTULO 1 AS CIÊNCIAS E OS BIODETERMINISMOS: OS PROCESSOS DE LEITURAS, PRODUÇÕES E REPRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL</b>	27
1.1 Eugenia e Criminologia: por que analisá-las?	30
1.1.1 Formação dos cânones científicos nacionais: reflexões sobre o ato de nomear	47
1.1.2 Capítulos da História da Ciência no Paraná da década de 1940: entendendo as redes de sociabilidades	51
1.2 A Universidade: Instituição, Cátedras, Congregações e suas organizações	53
1.3 O Estado, os intelectuais e as raízes de sustentação da Eugenia e da Criminologia na década de 1930	66
1.4 A Faculdade de Medicina do Paraná e os intelectuais eugenistas	78
1.4.1 A hereditariedade no campo da Agronomia e da Zootecnia	102
1.4.2 A luta pela Genética e o mendelismo no campo médico	116
1.5 A Faculdade de Direito do Paraná e os intelectuais criminalistas	130
1.5.1 A Criminologia na Penitenciária e o Conselho Penitenciário do Estado	138
1.5.2 A cadeira de Medicina Legal	162
1.6 Intelectuais do Paraná e as gerações intelectuais	178
<b>CAPÍTULO 2 CONTINUIDADES BIODETERMINISTAS NA MEDICINA: DA EUGENIA À GENÉTICA HUMANA</b>	188
2.1 Homero de Mello Braga e suas discussões	202
2.2 O ensino de Biologia Educacional	213
2.3 Puericultura: Eugenia e Pediatria	228
2.5 Genética, Eugenia e Imigração em Homero de Mello Braga	245
<b>CAPÍTULO 3 EMERGÊNCIA DO LABORATÓRIO DE GENÉTICA NA UNIVERSIDADE DO PARANÁ E SEUS INTEGRANTES</b>	256
3.1 Newton Freire-Maia: da Biologia Geral à Genética Humana	258
3.2 A instalação do Laboratório e o início das pesquisas em Genética e Eugenia	281
3.3 As pesquisas em Genética Humana no Paraná: entre a Genética das Populações e a Genética da Transmissão	300
3.4 Rumo à institucionalização da Genética Humana: o Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana	321
3.5 Homero de Mello Braga: da Pediatria à Genética	334
3.6 Da I Reunião Brasileira de Genética Humana (1958) aos aportes para a Genética Médica	337
3.7 A Genética das Populações Humanas: os equívocos metodológicos de Freire-Maia e suas autocríticas	346

3.8 Em busca de novos métodos confiáveis para a carga de mutação das populações brasileiras	352
3.9 O cientista na Ditadura Militar	358
<b>CAPÍTULO 4 CONTINUIDADES BIODETERMINISTAS NA CRIMINOLOGIA: DA CRIMINOLOGIA POSITIVISTA À CRIMINOLOGIA BIOPSIKOSSOCIAL</b>	<b>369</b>
4.1 Napoleão Lyrio Teixeira: soldado de farda branca.	374
4.2 Napoleão Lyrio Teixeira na cadeira de Medicina-Legal e Psiquiatria	385
4.3 Tese sobre o suicídio: entrada na Faculdade de Medicina	388
4.4 Tese sobre o álcool como doença hereditária: entrada na Faculdade de Direito	396
4.5 Do direito de tratar e o direito de intervir (1948): intervenção do Estado e direitos individuais no pós Segunda Guerra Mundial	401
4.6 Da luta pela Cátedra de Criminologia	415
4.7 Das restrições aos elementos disgênicos na década de 1950	418
4.8 Comportamento antissocial na visão dos geneticistas	424
<b>CAPÍTULO 5 A EUGENIA E A CRIMINOLOGIA EM TEXTOS ACADÊMICOS: O REEMERGIR DOS BIODETERMINISMOS</b>	<b>427</b>
5.1 Frederico José Stella: 1ª Semana Paranaense de Estudos Jurídicos e Sociais (1956)	433
5.2 O retorno das discussões acerca dos Exames Pré-Nupciais obrigatórios e da Eugenia na década de 1950	441
5.3 O texto e suas proposições práticas	447
5.4 Estudos criminológicos no campo médico: aplicação de novas teorias na década de 1950	451
5.5 Criminologia e biopsicologia: Frederico Todeschini os testes de Szondi entre educandários e aprendizes paranaenses (1955)	466
5.6 Os paranaenses no 3º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia (1958)	475
5.7 As pesquisas acerca da Genética e dos tipos sanguíneos no Continente Americano e no Paraná	487
5.8 Esquadrinhando personalidade e temperamento na Penitenciária Estadual do Paraná	493
5.9 Na Penitenciária Estadual, a Criminologia em prática	498
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>512</b>
<b>ARQUIVOS E BIBLIOTECAS</b>	<b>520</b>
<b>FONTES</b>	<b>520</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>541</b>

## INTRODUÇÃO

A temática da tese é a compreensão do processo de constituição científica da Criminologia e da Eugenia, ou, sendo mais sensato, usando o plural, as constituições de Criminologias e de Eugénias produzidas e reproduzidas na Universidade do Paraná entre os anos de 1946 a 1964, por meio da produção de textos de alguns de seus agentes. Essa temporalidade engloba a pré e pós-federalização da Universidade, mas também pré-reforma de 1968, que dividiu a instituição no sistema departamental. A Universidade do Paraná assim foi nomeada em 1912, permanecendo com o nome até 1918, quando foi dissolvida em Faculdades e Congregações. Em 1946, com o reestabelecimento da estrutura universitária, retomou a nomenclatura Universidade do Paraná, e mesmo após a federalização, em 1950, o nome se manteve até 1965, quando passou a constituir-se Universidade Federal do Paraná.

Visando compreender como as questões acerca da Eugenia e da Criminologia se reconfiguraram no campo científico brasileiro, a tese sugere alguns caminhos para trabalhar com as inflexões teóricas dos conceitos de Eugenia e de Criminologia. Propõe-se como quadro institucional a Universidade do Paraná, sobretudo os campos médico e jurídico. Partimos de pressupostos que levam em conta o ano de 1946 como uma ruptura política mas, sobremaneira, como uma ruptura científica em função das consequências da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, evidenciado no Tribunal Militar de Nuremberg. Esse aspecto será discutido adiante. Pensando a análise de trajetórias intelectuais, que leve em conta os usos e as interpretações da ciência, como um instrumento para a reflexão crítica<sup>1</sup>, buscamos refletir se esse processo deve ser interpretado por uma visão descontinuista e de inovação, ou por uma visão continuista e de permanências científicas.

A primeira de caráter descontinuista, como abordado por Thomas Kuhn, em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), mas também na obra *Arqueologia do Saber* (1987), de Michel Foucault. Uma das formas de refletir os paradigmas científicos é por meio de Thomas Kuhn, que os compreende como continuações, ou ao menos em partes

---

<sup>1</sup> Bourdieu fala em fazer uso da história social das interpretações não como uma especialidade, mas como um instrumento para a reflexão crítica. A História Social das interpretações faz referência a Chartier (1991) em *O mundo como representação*, sobretudo ao conceito de apropriação. Esta perspectiva, conforme Chartier (1991) é uma contribuição advinda do trabalho de Michel de Certeau, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*, publicado originalmente em 1980.

continuadas; como herdeiros de um contingente histórico, político e social. Em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, evidencia que, na história da ciência, o historiador deve perceber como o cientista lida e aceita uma série de bases que são assimiladas, mas que logicamente foram testadas por pares em outros tempos e são, portanto, partilhadas pelo grupo. É a partir desse pressuposto que o paradigma – visualizado como sistemas abstratos de conceitos, de afetos e de práticas – é estabelecido, mas como ruptura e revolução.

A segunda, de caráter continuísta, como evidenciado por Flávio Edler, em *A Medicina no Brasil Imperial* (2011, p. 16), que constatou que o hipocratismo se manteve por meio dos usos feitos pela Antropogeografia, que subordinou a história à influência da Mesologia. A reflexão de Edler acerca da Medicina Tropical segue uma linha continuísta, ao contrário de abordagens que privilegiam as discontinuidades nos estudos das inovações. (2011, p. 16). Portanto, buscou demonstrar os elos que relacionam a Medicina Tropical à tradição médica, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Esta opção é reveladora de uma contradição dentro da historiografia articulada por Foucault (1987), em especial na obra *Arqueologia do Saber*, que pregava a análise das discontinuidades e rupturas dentro da história. É inegável que a tratativa de Flávio Edler é interessante, na medida em que consegue mapear as regularidades do discurso médico, em especial a Medicina Tropical. Este é um discurso que perambulou no campo médico durante anos.

Outro questionamento da tese se encontra em como, no interior da Universidade do Paraná, os campos científico médico e jurídico foram abalados por essas discontinuidades estabelecidas pelas vivências dramáticas do fim da Segunda Guerra Mundial. Essa gama de movimentos de continuidades e rupturas é privilegiada na tese, buscando compreender que inflexões teóricas permitiram seus usos e interpretações.

Para alcançar o objetivo, a estratégia da tese é a utilização da análise de trajetórias intelectuais de agentes dos referidos campos. Assim, analisaremos primeiramente a trajetória científica de dois intelectuais que faziam parte dos quadros docentes da Universidade do Paraná, Homero de Mello Braga (1907-1985), professor de Medicina Pediátrica e de Biologia Geral, e Napoleão Lyrio Teixeira (1911-1978), professor de Medicina Legal e Psiquiatria.

A partir desses itinerários intelectuais, buscamos compreender como articularam produções e argumentos e estrategiaram dentro da Universidade formas de expansão dos seus campos de atuação e correlatos às suas trajetórias. Assim, trabalharemos, de um lado, a trajetória acadêmica e científica de Newton Freire-Maia (1918-2003), professor de

Genética Humana, que deu cabo na década de 1950 da expansão desse campo acadêmico e científico de franca autonomia dentro da Universidade. De outro lado, a trajetória científica de médicos e juristas que produziram, dentro da Universidade, teses, notas prévias e teses de doutorado no campo da Criminologia, na década de 1950. Dentre eles, citam-se Frederico José Stella (1932-19??), no campo jurídico, Frederico Todeschini (193? - 1963), Wallace Thadeu de Mello e Silva (1908-1980), Luiz Carlos Gomes de Mattos (1920-19??) e Neil Hamilton Monteiro Pereira (1932-1914), do campo médico.<sup>2</sup> São, portanto, em sua maioria, médicos que se especializaram em Criminologia e tiveram condições de reler a ciência no pós 1945, vivenciaram na juventude as rupturas causadas pelos acontecimentos da Guerra e seus massacres, e tiveram acesso a uma formação científica nesse momento de transição da crítica científica.

Por meio desta estratégia, serão traçadas algumas reflexões em relação às continuidades e discontinuidades dos usos dos determinismos biológicos na História da Ciência e na História Intelectual no pós 1945. Para tanto, nosso recorte temporal inicia-se em 1946 e se finda em 1964, trabalhando com o “período democrático”, situado no entre-meu de duas ditaduras, o Estado Novo e a Ditadura Civil Militar de 1964. O Decreto Lei de 1 de abril de 1946 marcou a restauração da Universidade do Paraná, que havia sido dissolvida em 1918.

Nossa hipótese remonta a respeito de um movimento heterogêneo<sup>3</sup> dentro da Universidade, na qual as trajetórias intelectuais dos agentes selecionados para análise produziam e difundiam, faziam circular conhecimentos científicos criminológicos e eugênicos, mas na maioria das vezes políticos também, que tendiam a manter e conservar certos ordenamentos e estruturas sociais. Baseados em determinações biológicas, visaram conservar estruturas sociais de desigualdade. Em relação às mudanças de sentidos dos

---

<sup>2</sup> Os intelectuais citados são nascidos aproximadamente entre 1927 e 1932, e prestaram vestibular no fim da década de 1940 e início da década de 1950, pois suas produções de textos científicos e teses são de 1955, 1956 e 1958.

<sup>3</sup> Temos que ter a noção de que os discursos científicos que incidiam com o determinismo biológico foram, no Brasil do após 1945, oportunos e cooptados por agentes de variados espectros políticos. As Faculdades de Medicina, de Direito, e de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, unificadas em 1946 em torno da Universidade do Paraná é nosso locus de análise. Ela congregou intelectuais que tinham em sua maioria, conforme avistaremos na tese, formação nas próprias Faculdades congregadas. Os discursos de crítica científica em relação aos abusos ocorridos na Segunda Guerra Mundial despertaram a necessidade de se repensar os métodos, produzir a crítica científica. Essa necessidade foi percebida pela intelectualidade, que, embora ligada ao núcleo aristocrático, se propôs a produzir reflexões acerca de abusos, crimes contra a humanidade, direitos humanos, direito internacional, ética médica, o papel da ciência na prática dos abusos - testes em cobaias humanas, torturas, genocídio, campo de concentração, mas que defendiam ao mesmo tempo seus interesses políticos, suas posições dentro do campo científico, os interesses em manter as estruturas sociais, conservando suas posições perante a estrutura social.

conceitos, verificamos que tanto o campo jurídico quando o médico mantiveram-se em relativa rigidez em sua estrutura científica, aceitando os fatores biológicos, sociais e psicológicos como centrais na determinação dos indivíduos, mas que por vezes privilegiavam as análises unilaterais biodeterministas durante o período democrático (1946-1964). Em alguns casos, os bioteterminismos eram utilizados paralelamente aos direitos humanos, porém, em casos de exceção, valeram-se da pretensão de coerção social a determinados tipos de indivíduos.

Mas o que são biodeterminismos, afinal? Os determinismos biológicos estão presentes quando a narrativa médica e jurídica evidencia a predisposição do indivíduo, do corpo como terreno predisposto a recepcionar certas doenças ou degenerescências, ou uma predisposição ao delito, como relatavam alguns criminologistas. Em outro caso, no intento em melhor alocar as energias humanas, por meio da Biotipologia era possível colocar em prática a Medicina biodeterminista, racionalizando o mundo do trabalho. O sentido de medicalizar o crime foi um artifício biodeterminista utilizado pelos intelectuais. Os pareceres e exames periciais produzidos pelos laboratórios, institutos e departamentos de Criminologia e Medicina Legal são percebidos como concretude das teses biodeterministas, pois eram capazes de determinar a hereditariedade mórbida do indivíduo examinado.

A preocupação da tese diz respeito às interpretações sociais da ciência na perspectiva de compreender a ciência eugênica e criminológica no período pós Estado Novo até o fim do Período Democrático, na Universidade do Paraná. Assim, foi utilizado um rol de fontes que vai de teses acadêmicas a periódicos científicos, hebdomadários e diários. Analisamos textos publicados em periódicos<sup>4</sup>, como a *Revista Médica do Paraná*, a *Revista Paniátrica*, a *Revista de Direito do Paraná*, a *Revista Themis* e a *Revista Logos*, todas vinculadas ao ambiente acadêmico ou científico do Paraná e, portanto, locais de consagração intelectual de discentes que pretendiam ocupar espaços de relevância científica, e de professores e pesquisadores que buscavam o prestígio intelectual à difusão cultural.<sup>5</sup> Ademais, utilizamos textos científicos de integrantes dos campos, a fim de historicizar uma escrita da história médica e jurídica.

---

<sup>4</sup> Periódicos são classificados como publicações em intervalos regulares, dias, meses ou semanas. Situado entre o livro e o jornal, a revista diferencia-se do magazine, que é ilustrado.

<sup>5</sup> As revistas aqui são utilizadas como fonte, mas possuem uma própria historicidade e esse é ponto crucial para compreender quais eram as condições de vigência do periódico. As revistas são espaços de vivência que constituem amiúde microsociedade, materializam associações, mesmo que transitórias, de média duração ou permanentes, de pessoas com valores em comum e de projetos coletivos. Lugar de fermentação intelectual e de produção científica.

Nessa perspectiva, as publicações científicas são interpretadas como ritos de consagração intelectual, ao mesmo tempo em que são formas de difusão científica e cultural daquele campo científico. Assim, uma das nossas preocupações é pensar as interpretações sociais da ciência.

Nossa problemática gira em torno de constatar como a ciência eugênica e a criminológica foram produzidas academicamente na Universidade do Paraná; analisamos teses de concurso para cadeiras e cátedras universitárias, teses de doutoramento, teses de conclusão de curso que obtiveram reconhecimento a partir de prêmios de relevância acadêmica para os devidos campos, artigos, notas-prévias e textos científicos na Faculdade de Direito (FDP), na Faculdade de Medicina (FMP) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade do Paraná.

Abordamos essas produções da ciência eugênica e da ciência criminológica paranaense, mas pensando em como elas foram postas em prática, como se fizeram reais e sentidas nos corpos dos indivíduos. Ao mesmo tempo, entendemos ser indissociada a interpretação social da ciência e seu lugar social de produção, assim como quem o diz e por que o tenta legitimar. A preocupação com o espaço ocupado pelos intelectuais dentro do campo é uma das inquietações da tese, no sentido de refletir para quem diziam, compreender os seus cuidados em relação ao portar-se diante dos pares, que linguagem e que sentidos utilizavam, pois entendemos estarem esses agentes dispostos em hierarquias de capitais simbólicos desiguais. Por fim, nessa contenda, buscamos dar conta de pensar como os agentes articularam sua escrita científica e o que diziam. Esta ótica busca dar conta das discussões propostas a partir da perspectiva de Bourdieu, em *O Poder Simbólico* (1989), e sua metodologia da Sociologia da ciência, em *A Sociologia da Ciência* (2008). Referimo-nos ao uso do agente, seu poder de inventividade e da incorporação original em detrimento ao mero sujeito, disposto em *Razões Práticas* (1997), do conceito de campo intelectual (1967, 2003), *habitus* - como sistema de disposições, potencialidades ou virtualidades -, capital simbólico, científico e social em *Os Usos Sociais da Ciência* (2004), trajetórias intelectuais abordando os espaços ocupados dentro do campo, retratadas em *A Ilusão Biográfica* (1997), as autoridades e os marginais, portanto, aspectos da economia das trocas simbólicas e de um mercado de bens simbólicos. (BOURDIEU, 1996).

Essa é uma metodologia relevante em nossa tese para compreender a interação entre o campo científico e a sociedade, já que o campo científico faz parte do mundo social. Conforme o sociólogo francês,

O campo científico é como um jogo que se vai inventando aos poucos, sem inventor, por meio de qualquer série de instituições, congressos eruditos, atos de congressos, publicações, *gatekeepers* que controlam o acesso à publicação, todos uma tradição científica, regras, protocolos de verificação, júris. (BOURDIEU, 1993, p. 55).

Bourdieu, apesar de privilegiar as lutas pelas posições dentro do campo, infere que se deve analisar os contatos, as relações e amizades como relações que são socialmente úteis e que podem ser mobilizadas ao longo da trajetória. Tal aspecto será perceptível na tese, nas interações entre agentes do campo médico, a partir de Homero de Mello Braga, e do campo da Genética, a partir de Newton Freire-Maia. No campo jurídico e médico, parte-se de Napoleão Lyrio Teixeira, que foi professor de Medicina Legal e Psiquiatria, e lutou pela institucionalização nacional da cátedra de Criminologia, e interagiu com as produções acadêmicas nos campos médico e jurídico, participando das bancas e dos eventos organizados pelo Centro Acadêmico Hugo Simas e pelo Centro Acadêmico Nilo Cairo. No entanto, não faz parte de nossos esforços interpretar esse grupo como um todo coeso e homogêneo; busca-se demonstrar que os intelectuais utilizavam como estratégias essas aproximações entre campos, mas sobretudo entre o *habitus* ou disposições incorporadas, no sentido de aumentarem seus lucros simbólicos e seu capital científico e social.

Esta é uma questão interessante de ser percebida, pois há uma aproximação dos campos ou uma sobreposição dos campos, que se aproximaria de uma interdisciplinaridade.<sup>6</sup> No entanto, esta é uma liberdade frente as formulações de Pierre Bourdieu, que pensou o campo a partir da ideia de autonomia ou relativa autonomia. Deste modo as interações intelectuais devem ser percebidas como interações via *habitus* ou via disposições incorporadas. As formulações de Pierre Bourdieu são utilizadas como inspiração ao invés de modelo, pois consideramos utilizar sua perspectiva de reflexão relacional, e isso se explica pelo rol documental e a especificidade da fatura do material observada na tese, que não permitiu o uso rigoroso das formulações. Rafael Benthien (2020) em sua discussão acerca de uma história cruzada das disciplinas, quando trabalha a análise de Pierre Bourdieu como modelo para a questão da história disciplinar, relatou que “é na relação

---

<sup>6</sup> O historiador Rafael Benthien (2011), analisando o campo disciplinar da sociologia na França da Terceira República, em especial os diálogos entre sociólogos, latinistas e helenistas, produziu interrogações sobre a questão da sobreposição dos campos, explicitados pelo arcabouço de Bourdieu a partir da noção de experiência corporificada ou *habitus*, que permitiram explicar questões como novas oposições e divergências, tornaram inteligíveis encontros e alianças a princípios distantes. Essa óptica permite visualizar as confluências entre os campos, e sobretudo inserir a ideia de interdisciplinaridade na discussão. (BENTHIEN, 2011, p. 300). Consideramos a perspectiva do *habitus* como expressão de certa interdisciplinaridade válida para nossa interpretação na medida em que as fontes analisadas a evocam.

entre espaço social e *habitus* que a continuidade e a ruptura se tornam compreensíveis.” (BENTHIEN, 2020, p. 10). A história cruzada das disciplinas evidenciada por Benthin (2020) deve levar em conta a observação das razões ao mesmo tempo científicas, políticas e afetivas em que agiam os profetizadores de novos olhares (novos objetos, problemas e métodos) e os normatizadores e reprodutores das novidades.<sup>7</sup>

Por intelectuais, consideramos as colocações da historiadora da ciência Dominique Miranda de Sá (2006), que em *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895–1935)* abordou sobre as mudanças de estilos de produção cultural na virada do século XX e a emergência do cientista. Para a autora, se por um lado a geração de 1870 tinha como noção de intelectual o bacharel, o literato, o dominador do saber enciclopédico, o polígrafo, que usava da retórica e do linguajar barroco, por outro lado, na década de 1920 instituiu-se uma nova maneira de ser intelectual, o tipo cientista, que era o especialista, que levava em conta a observação, a experiência controlada e utilizava da objetividade. Assim, a Academia Brasileira de Letras (ABL) pouco a pouco deu lugar à Academia Brasileira de Ciências (ABC). E nesse sentido, tratam-se os intelectuais de cientistas e professores.

Buscamos demonstrar que as redes de relações entre os intelectuais são produtos de investimento social que os agentes desenvolvem, de forma consciente ou não, no intento de criar, manter, reforçar e reativar ligações que lhes tragam lucros materiais e simbólicos. Portanto, é relevante também constatar as interlocuções que ocorrem entre os campos. Trata-se de um registro pré-disciplinar e pré-departamental, inclusive da perspectiva institucional, e aqui fazemos referência a um intervalo temporal pré-Reforma de 1968, criada pela Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Homero de Mello Braga transitava entre o campo médico e o campo da Biologia em período inicial, e posteriormente ocupou espaço dentro do campo da Genética e no campo da Pediatria e Puericultura. Newton Freire-Maia transitou no campo da Odontologia, sua formação, passando na virada de 1945 para o campo da Biologia e da Genética, mantendo-se como autoridade dentro do campo da Genética Humana, ocupando espaço no campo médico a partir da Genética Médica. Napoleão Lyrio Teixeira ocupou espaço no campo jurídico e no campo médico; no

---

<sup>77</sup> A interdisciplinaridade como central na história disciplinar, relata Benthien (2020), não deve se confundir com o que diz um ou outro anunciante da novidade, mas reconstruir os circuitos de pessoas e ideias que são ativados na viabilização do novo. Para este intuito, o historiador utilizou a metáfora de Max Weber, em *Sociologie de la Religion*, relativa ao profeta, o sacerdote e o leigo, na qual o primeiro traz a tona a inovação; enquanto o segundo esforça-se no ato de instituir e controlar as fronteiras disciplinares que as entendem legítimas, aceitam-as e políam-as; enquanto os leigos são postos como recrutas dos futuros quadros.

primeiro, no campo da Medicina Legal; no segundo, no campo da Psiquiatria. Como será demonstrado, esses intelectuais, durante suas trajetórias de cientistas, apesar de estarem em conflitos científicos pela luta da autoridade do campo, buscavam também essas interações entre os campos, tendo em vista a criação de especialidades do conhecimento, mas, sobretudo, a expansão do espaço acadêmico e científico. A interação dos intelectuais é constitutiva daquele espaço, no âmbito das Faculdades, das Congregações e dos contatos.

Ficará evidente em nossa análise que os campos científicos estudados se aliam em suas especificidades a outros campos que, embora relativamente autônomos entre si, ajudam a se firmar na Universidade, não como disciplinas autônomas, mas como especialidade ou um tópico temático que existia em relações transversais. Essa questão deve ser compreendida pela questão das interações entre o espaço social e o *habitus* ou as disposições incorporadas durante o processo formativo. Serão os casos da própria Eugenia, que, embora não fosse uma disciplina na Universidade, era um campo relativamente autônomo dentro do campo médico. A Criminologia, embora não uma disciplina dentro da Universidade, era um especialidade teorizada no campo jurídico e médico, dentro do campo da Psiquiatria, da Medicina Legal e do Direito Penal, possuindo relativa autonomia. Apesar de não possuírem caráter disciplinar, suas ideias foram compartilhadas pelos intelectuais e cientistas, que a partir da via da interdisciplinaridade permitiu-se suas discussões. Durante o período abordado, uma série de inovações - novos objetos, problemas e métodos - foram possibilitadas ou viabilizadas por uma rede de sociabilidade que acatou as argumentações dos agentes inovadores e reproduziram e normalizaram aquele modo de operação.

Mas pensando a estrutura do Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX, situação de dificuldades financeiras e poucas Escolas e Institutos de formação profissional, houve demanda por parte dos intelectuais envolvidos com a administração do Estado para a criação desses novos espaços. Nesse sentido, apresentamos quadros intelectuais, a fim de compreendê-los em suas redes de sociabilidades, levadas a cabo a partir da noção de Sirinelli, para quem a história de uma instituição cultural deve ser escrita a partir da “noção de geração, de sociabilidade, tratando-se de um meio que se constituía em rede.” (SIRINELLI, 2013).

Intentamos compreender as inflexões teóricas que circundam os conceitos de Eugenia e Criminologia. Buscamos, portanto, refletir se as ciências eugênicas e criminológicas foram teorizadas como pseudociências ou ganharam na opinião pública um sentido nazificante. Mas também verificar como essa representação pseudocientífica

emergiu no campo científico e social no pós 1945, especialmente proveniente da ONU, Organização das Nações Unidas, estabelecida em 24 de outubro de 1945, e da UNESCO, uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, fundada em 4 de novembro de 1946, que se envolveram nas questões do racismo e racialismo. Citamos ainda a proveniência da narrativa por meio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 8 de julho de 1948, que seguiu em seus estatutos a possibilidade de afiliar-se oficialmente à Unesco, e foi favorável a ela e à sua atuação em prol da cooperação internacional. (DOMINGUES; PETITJEAN, 2004, p. 207).<sup>8</sup>

Assim, objetivamos compreender por que os eugenistas ocupantes de posições no campo jurídico e médico das décadas de 1920, 1930 e 1940 silenciaram em suas biografias suas ligações pessoais e familiares com tal ciência. Buscamos demonstrar também de onde emergiram os discursos hegemônicos no campo de conflito que forçou a prática do silenciamento da memória nos campos médico e jurídico. Da mesma forma, compreender como ocorreu a superação total ou parcial das agendas biologizantes ou biodeterminantes.

Nesse sentido, dividimos a tese em cinco capítulos. No Capítulo 1, buscamos trazer à tona, de forma breve, alguns aspectos que remontam à emergência dos conceitos, assim como os sentidos que possuíam durante o período de produção. Enfatiza-se a compreensão de como os conceitos foram utilizados no Brasil, mas no intuito de paralelizar as políticas do Estado com as produções na Universidade. Assim, após apresentar uma breve historiografia da temática no Brasil, dedicamo-nos à proposta de analisar fontes advindas das Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná, como lugar de guarda dos acervos institucionais, bibliografias nacionais e internacionais, que era um espaço de circulação de conhecimentos, além de parte relevante da formação intelectual dos acadêmicos, de gerações de cientistas. Os acervos são fruto de escolhas feitas pelos membros do campo científico.<sup>9</sup>

Nesse capítulo trazemos à baila também aspectos da Universidade, no que diz respeito à estruturação da instituição, às cátedras e suas organizações, sobretudo as disposições da estrutura acadêmica no período pré-departamental e pré-disciplinar. E como

---

<sup>8</sup> Curitiba recebeu suas reuniões em três ocasiões - dentro do recorte temporal que analisamos: na segunda edição, em novembro de 1950, na quinta edição, em novembro de 1953, e na décima quarta edição, em julho de 1962. A 2ª Reunião da SBPC, em 1950, teve como conferência inaugural a temática da Unesco, que na América do Sul possuía seu escritório central em Montevidéu-UR. Em 1946, foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro Escritório de Cooperação Científica da Unesco, que em seguida foi transferido para Manaus, e em 1948, para Montevidéu.

<sup>9</sup> Na Universidade, hoje, os acervos encontram-se separados em *campis*; a Biblioteca de Ciências Jurídicas, a Biblioteca de Ciências Médicas, a Biblioteca de Ciências Biológicas e a Biblioteca Central (Ciências Humanas e Sociais). Estes foram *loci* de pesquisa para nossa tese.

o Estado Novo organizou seu arsenal de intelectuais, integrando sua máquina administrativa com agentes dos mais variados campos científicos, dos mais próximos às expectativas do povo até os envolvidos com as amarras do poder Estatal, a partir de projetos autoritários para a implementação da Eugenia e da Criminologia. Trabalhamos as perspectivas eugênicas expostas, mas, sobretudo, as escolhas feitas em relação às criminológicas por parte do Governo, reveladas pelo Código Penal, a partir do privilégio dado ao aspecto da personalidade em detrimento de aspectos biologizantes. Além disso, apresentamos as questões intelectuais a partir dos eugenistas e criminologistas alocados na Universidade do Paraná, no sentido de identificar suas produções científicas em revistas institucionais. Quando não solucionadas com análise de fontes, buscamos informações na historiografia existente. Por fim, elaboramos uma tabela que demonstra as *coortes* geracionais<sup>10</sup> que vivenciaram os dramas do pós Segunda Guerra Mundial, que atingiram de alguma forma a novas contingências, incertezas e novos compromissos científicos.

O capítulo 2 lança discussões acerca das continuidades biodeterministas na Medicina, trazendo um olhar especificamente em relação à inflexão conceitual da Eugenia para a Genética Humana. Para tanto, buscamos compreender de que maneira se articulou dentro da Universidade essa tendência inflexiva a partir de Homero de Mello Braga. Assim, analisamos a sua trajetória durante a década de 1930 como professor de Pediatria na Faculdade de Medicina, onde se orientou por base na Eugenia e na Puericultura para seus projetos e práticas pró-infância. Analisamos as discussões de Homero de Mello Braga para a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e ações no espaço criado, a ocupação da cátedra de Biologia Geral no curso de História Natural. Como professor dessa disciplina, refletimos como esteve alocado no ensino de Biologia Educacional e integrou

---

<sup>10</sup> *Coorte* é um conceito concernente a Sergio Nadalin (2004; 2007), significando uma espécie de conjunto de gerações ou conjunto de indivíduos ligados a um evento ou fenômeno dramático ou não. *Coorte* é uma geração social, distinguindo-se da geração de parentesco ou família. Nesse sentido, dentro da perspectiva do desenvolvimento de uma consciência geracional comum, o evento histórico tem papel relevante e deve ocorrer e envolver indivíduos de pouca idade, de forma que esta experiência inicial tenderá a receber significados posteriormente. Há de se frisar que a consciência pode não se desenvolver em toda a geração. Outro aspecto relevante no aspecto da consciência geracional é a dinâmica ou ritmo da mudança social, que varia da lentidão à consideráveis choques. Karl Mannheim, em *Das Problem der Generationen* (1928) (*O problema da Geração*), traduzido para o inglês em 1952, propôs que os membros de uma geração são estratificados internamente: por sua localização, cultura, classe. Sobre a posição geracional, a conexão geracional e a unidade geracional. A posição geracional funcionava como possibilidade ou potencialidade de vir a adquirir a consciência geracional. A conexão geracional se constitui pela participação em uma prática coletiva de indivíduos que pertencem a mesma posição geracional. As unidades geracionais se desenvolvem na mesma conexão geracional, mas desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas distintas. A noção de Mannheim acerca da geração quebra com a ideia de geração concreta e coesa. (WELLER, 2010).

naquele momento o movimento intelectual em favor da educação e do ensino da ciência, muito solidificado no Estado Novo.

Demonstramos como argumentou-se pela necessidade de um especialista já estabelecido no campo genético para a expansão do campo na Universidade do Paraná. Nesse sentido, discorreremos a respeito da viagem de Homero de Mello Braga a São Paulo, para a contratação do professor Newton Freire-Maia, que estava no Laboratório de Genética da Universidade de São Paulo (USP). Buscamos refletir a emergência do Laboratório de Genética na Universidade que, como projeto pretendido, após a federalização da Universidade, em 1951, tornou possível a emergência do campo genético e das pesquisas em Genética Humana. Trabalhamos nesse capítulo como Homero de Mello Braga, “prata da casa”, se estabeleceu na cadeira de Pediatria na Universidade e no campo médico paranaense, quais foram as discussões com a Eugenia e as preocupações para com a infância, e refletimos como sua experiência na cadeira de Biologia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL-PR) legitimou-o como autoridade do campo genético.

No capítulo 3, abordamos a emergência do Laboratório de Genética Humana, compreendendo a lógica dos interesses envolvidos com a emergência do campo da Genética Humana no Paraná, pensado como ele foi possibilitado. Convidamos a uma imersão na trajetória de Newton Freire-Maia, seu interesse no estudo da Biologia e da Genética, suas sociabilidades no campo científico, sua posição no campo da Genética em um centro científico nacional, as pesquisas com drosófila na USP, a escola Dreyfus-Dobzhansky. As pesquisas em Eugenia e Genética Humana são tópicos interessantes desse capítulo, bem como o contexto de suas publicações. A análise da Biblioteca de Ciências Biológicas revelou-se atributo indispensável para se entender a inflexão teórica, e levamos em conta a tensão essencial, na qual a ciência não implicava tensão entre revolução e tradição, mas sim que a revolução implique a tradição e a enraíze em paradigma hegemônico. Ou seja, ao mesmo tempo em que os geneticistas se organizam como um campo científico, não abrem mão de todo o arsenal de produções a respeito da eugenia como estudo da hereditariedade humana, e muito menos das metodologias anteriormente já utilizadas. Refletimos ainda acerca das pesquisas em Genética efetuadas no Laboratório relacionado aos casamentos consanguíneos, mas também o Serviço de Informações a respeito de Hereditariedade Humana, criado em 1957.

Questões específicas dos conflitos do campo genético serão analisadas, especificamente no que diz respeito às interpretações acerca dos genes deletérios, e o conflito entre a escola balanceada e clássica. Demonstramos que quando aplicada à sociedade, ou seja, em Genética Humana, a teoria dos genes deletérios se transformava em uma interpretação perigosa, sobretudo no que diz respeito ao racismo. Ademais, discutimos como Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia aliaram seus campos de atuação e impulsionaram as pesquisas em Genética Médica. Em relação às pesquisas acerca da consanguinidade, trabalhamos as polêmicas nas quais Newton Freire-Maia se envolveu, sua busca por novos métodos e sua autocrítica. O capítulo ainda tem espaço para breve discussão acerca da atuação do cientista no período autoritário vivido no pós 1964.

O capítulo 4 marca a segunda parte do trabalho e analisa a temática da Criminologia. Para dar cabo dessa discussão, analisamos a trajetória de Napoleão Lyrio Teixeira, desde sua formação, sua entrada no exército como médico, as produções em periódicos militares durante um decênio naquele ambiente. Apresentamos a sua chegada à Faculdade de Medicina do Paraná, na cadeira de Clínica Psiquiátrica, o espaço ocupado por Napoleão na cadeira de Medicina Legal na mesma faculdade. Analisaremos também suas teses a respeito do suicídio, inclusas no campo da Psiquiatria, a tese do álcool e sua entrada na Faculdade de Direito, a tese a respeito da Deontologia Médica, incluída no campo da Medicina Legal. Discutimos, sobretudo, sua luta pela inclusão da cátedra de Criminologia, que ocorreu em um Congresso Jurídico e teve sua tese amplamente acatada pelos pares da Congregação. Trabalhamos ainda com a questão das restrições na imigração dos elementos considerados por Napoleão como disgênicos. Levamos para discussão o papel social de Napoleão como professor, autoridade do campo criminológico, que utilizou o campo acadêmico como espaço de consagração, produção de conhecimento a partir da escrita de teses, de orientações de caminhos, de reprodução e de circulação da ciência criminológica na Universidade.

No capítulo 5, buscamos compreender a produção de três teses, advindas da Faculdade de Direito e da Faculdade de Medicina, na segunda metade da década de 1950. Intentamos demonstrar como a Eugenia foi representada por Frederico Stella, discente da Faculdade de Direito do Paraná. Nesse sentido, trabalhamos a tese que apresentou na Semana Paranaense de Estudos Jurídicos, no ano de 1956, bem como o prêmio de melhor tese do qual foi vencedor. Apresentamos como foi organizado o evento, e como o prêmio impulsionou Stella a representar o Paraná. Trabalhamos como Stella compreendia os

direitos individuais em detrimento dos direitos do Estado, e o plano de coerção social e a obrigatoriedade dos exames pré-matrimoniais. Analisamos os argumentos médicos arrolados por Stella, seus argumentos jurídicos em relação às mais variadas legislações, Códigos Penais e consensos advindos de eventos científicos de Eugenia daquele momento. Por fim, apresentamos as proposições práticas de sua tese, bem como sua participação na 1ª Semana Inter-Americana de Estudos Jurídicos e Sociais.

Evidenciamos na segunda parte desse capítulo as teses criminológicas advindas do campo médico. Assim, apresentamos a tese acerca dos testes psicológicos, em especial o método aplicado a partir dos testes de Szondi<sup>11</sup>, no Educandário, na Escola de Aprendizes paranaenses e na Penitenciária, publicada em 1955, por Frederico Todeschini. Buscamos compreender como Todeschini estudou a questão do que intitulou “síndrome do homicídio, homossexualismo e o suicídio”, que utilizava de uma série de entrevistas com os jovens das instituições citadas. Apresentamos também o contexto de produção de Szondi em relação aos testes, bem como quais eram seus usos, a fim de compreender as apropriações feitas por Todeschini em sua tese na Faculdade de Medicina.

Em um segundo momento, refletimos acerca da tese produzida por um grupo de médicos da Faculdade de Medicina. Dentre eles, Wallace Thadeu de Mello e Silva, Luiz Carlos Gomes de Mattos, Neil Hamilton Monteiro Pereira, que buscaram trabalhar a questão do sangue, temperamento e personalidade nos indivíduos dispostos em cárcere na Penitenciária Central do Estado. Intentamos verificar como os médicos se apropriaram das produções de Leonne Bourdel, bem como refletir acerca da metodologia de Bourdel e seus usos na Europa, para compreender as interpretações que faziam em relação às populações brasileiras. Estas reflexões visam compreender como a ciência criminológica se fez prática dentro da Penitenciária. Assim, analisamos como os médicos criminologistas esquadriharam personalidades e temperamento dos detentos, tendo em vista a determinação do tipo sanguíneo, além de outros atributos e classificações que marcam a individualização do delinquente.

---

<sup>11</sup> Trata-se de Leopold Szondi (1893-1986), um alemão que se transferiu para a Suíça. Apesar de seu reconhecimento no campo da Psiquiatria ou Psicanálise, Szondi era Endocrinologista. De 1927 até 1941 foi encarregado de um laboratório de Psicologia da Universidade de Budapeste, onde era supervisionado. Lá iniciou suas pesquisas acerca das genealogias, e estudou os trabalhos e vida de Fyodor Dostoiévski, considerado um epilético que tinha outros epiléticos e assassinos em sua árvore genealógica. Em 1941 foi expulso da Universidade de Budapeste pelo regime nazista porque era judeu. Foi deportado para o campo de concentração de Bergen Belsen em 1944 e em 1945 foi a Suíça, estabelecendo-se em Zurique. (JOHNSTON, 2012).

## **CAPÍTULO 1 AS CIÊNCIAS E OS BIODETERMINISMOS: OS PROCESSOS DE LEITURAS, PRODUÇÕES E REPRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO BRASIL**

Neste capítulo, discutiremos quais teorias que levavam em conta o determinismo biológico estavam em circulação no Brasil, a fim de compreender os primeiros passos científicos nacionais. Um dos primeiros conceitos a ser problematizado é o de degenerescência, produzido por Benedict Auguste Morel e estabelecido no campo científico por Valentin Magnan, considerado conceito-chave para a compreensão da emergência das ciências Eugenia e Criminologia em seus diferentes contextos históricos.

No subitem 1.1, apresentaremos as possibilidades de se utilizar as Bibliotecas da Universidade do Paraná como fontes para a História da Ciência, no sentido de especular seus acervos relativos a periódicos científicos e as teses produzidas no lugar social Universidade. No subitem 1.2, discutiremos a questão teórico acerca dos cânones, a fim de perceber as permanências de autoridades científicas no espaço reservado aos panteões científicos da nação. Mas também compreender as questões dos porta-vozes científicos, o papel da reprodução e circulação científica, que são definidos pelas autoridades do campo. No subitem 1.3, buscamos compreender a abrangência do campo científico médico e jurídico no Paraná, bem como as sociabilidades proporcionadas pelo campo e suas lógicas hierárquicas, baseadas, sobretudo, em capital simbólico, prestígio individual, competência linguística e autoridade científica.

Entendemos a Universidade como componente do campo científico, que organizou a produção e reprodução do conhecimento científico. Trabalhamos a emergência da instituição, a questão das liberdades de cátedra, a passagem da instituição privada para a pública.

Em seguida, trabalhamos como o Estado no período Vargas produziu novas políticas, apoiado por variadas ciências naquele momento consideradas revitalizadoras da Nação. A intenção é fazer constatar a infinidade de intelectuais cooptados pelo Estado. Assim, visamos compreender qual foi o papel intelectual que a temática da Eugenia e da Criminologia obteve no Estado, que encaminhamentos e projetos foram estabelecidos, que padrões foram sugeridos e normatizados a partir do Código Penal, ou das Leis Trabalhistas, da Constituição de 1934 e 1937, enfim, das bases do Governo de Vargas. Trabalhamos com

a ideia de que estas eram ciências consideradas de relevância social à nação.<sup>12</sup> Nesse caso, o papel social do eugenista e do criminologista era de suma relevância à regeneração dos indivíduos e da nação. Foram eleitos para aquele papel social e assumiram a missão social.

No item quarto, discutimos acerca da Faculdade de Medicina do Paraná, apresentando quadros de intelectuais que trabalharam com o conceito de Eugenia, como debateram com essa ciência, como articularam argumentos em prol da Eugenia. Assim, apresentamos os intelectuais eugenistas, suas obras e seus escritos produzidos dentro da Faculdade de Medicina; a tipologia da primeira geração, intelectuais formados em Faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo, e que foram os primeiros professores da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Dentre eles, podemos citar Victor Ferreira do Amaral<sup>13</sup> e João Candido Ferreira<sup>14</sup>, que estavam em debate maior com a teoria neolamarckista de hereditariedade.<sup>15</sup> Nesse sentido, o neolamarckismo permitia que os

---

<sup>12</sup> Rosemberg (1998), em *Toward an Ecology of Knowledge: on discipline, context, and History*, parte do pressuposto de que o conhecimento deve ser visto em ligação a um papel social. O que se deve perceber é que o conhecimento se relaciona de diferentes formas com a sociedade. A interação entre disciplina e contexto é o palco de interação entre as necessidades da sociedade e as normas e ideias específicas das disciplinas e profissões. Nesse aspecto, diferencia disciplina acadêmica das profissões, e caracteriza as profissões como mais próximas da sociedade – que as legitima – do que as primeiras. (ROSEMBERG, 1998, p. 224). Para verificar se profissão tem mais suporte social, basta visualizá-la como fenômeno de mercado, ou até mesmo como objeto de política governamental.

<sup>13</sup> Trata-se do texto *Puericultura obstétrica, desde a concepção* (1918), publicado por Victor Ferreira do Amaral e Silva, na *Revista Paraná-Médico*, periódico criado em 1914 e ligado à Sociedade de Medicina do Paraná (1914), sob a Direção de João Candido Ferreira. A produção tem proximidade com a criação da Sociedade de Eugenia de São Paulo, criada em 1918. Identificou a eugenia como uma nova ciência que apontava para o aperfeiçoamento da espécie humana, para “uma raça pura e forte, que saiba se impôr ao meio social”, o que só seria possível com estudos “eugênicos e higienicos” que ampliassem os conhecimentos sobre “vícios sociais” como: alcoolismo, sífilis, tuberculose e outros fatores de degeneração. (AMARAL, 1918, p. 478 *apud* AVANZINI, 2011, p. 61-62).

<sup>14</sup> Trata-se do folheto *A Eugenia*: Conferência pronunciada no Theatro Guayra a 25 de fevereiro de 1923, sob os auspícios do Centro de Letras do Paraná, publicado pela Livraria Econômica. Conforme nossa pesquisa (2019), João Candido levava em conta a hereditariedade a partir de Théodulo Ribot (1939-1916), mas preferia os médicos franceses Paul Le Gendre (1854-1936) e Albert Charrin (1856-1907).

<sup>15</sup> Jean-Baptiste P. M. de Lamarck (1744-1829), naturalista francês que propôs uma teoria da evolução dos organismos vivos, explicada a partir da lei do uso e desuso – em que o uso de partes do corpo fazia com que essa se desenvolvesse, enquanto que o desuso causava a atrofia das partes -, mas também pela lei da transmissão aos descendentes dos caracteres adquiridos em vida. Charles Darwin (1809-1882), da mesma forma, preocupado com a evolução, considerava que modificações adquiridas durante a vida dos indivíduos podiam ser transmitidas aos seus descendentes, foi a partir da lei de uso e desuso que Darwin elaborou a Teoria da Pangênese, que aceitava um modelo misto entre herança por mistura e herança de caracteres adquiridos. Durante a reprodução, a mistura das partículas do macho e da fêmea produziria um novo organismo com característica dos dois progenitores. As gêmulas, formadas pelos organismos eram direcionadas para as células germinativas. A modificação do organismo ao longo da vida influía sobre as alterações nas gêmulas, e poderiam ser transmitidos para as próximas gerações. Estas reflexões foram dispostas por Darwin na obra *The Variation of Animals and Plants under Domestication* (1868). Esta teoria foi hegemônica até a morte de Darwin. Lilian Al-Chueyr Pereira Martins, em *Weismann e a transmissão de caracteres adquiridos*: os cientistas podem mudar de ideia (2015), relatou que August Friedrich Leopold Weismann (1834-1914) acreditou na herança dos caracteres adquiridos até 1883, um ano depois da morte de Darwin. Em 1887, Weismann iniciou experimentos que visavam combater àquela teoria. Cortando as caudas de ratos para verificar se seus descendentes nasciam com cauda cortada, em cinco gerações,

eugenistas investissem a respeito da vida social de maneira efetiva, propondo políticas públicas de caráter intervencionista e estabelecendo uma “ordem social e moral” em nome da “ciência da hereditariedade”. (SOUZA, 2006, p. 48). Assim, as reformas higiênicas e sanitárias possibilitavam melhorar o patrimônio hereditário dos indivíduos, a ponto de que o desleixo nessa questão poderia causar o contrário da degeneração do indivíduo.

Por outro lado, consideramos também parte da segunda geração os intelectuais que tiveram formação nas primeiras décadas do século XX, sendo constatada uma maioria de intelectuais formados na própria Faculdade de Medicina do Paraná, mas alguns formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: os médicos, Mário Gomes, Aramis de Athayde, Milton de Macedo Munhoz, Erasto Gaertner, Victor do Amaral Filho, Homero de Mello Braga, Glaucio Bandeira e Clara Glasser Villa. Esta era uma geração que teve condições de interpretar a hereditariedade a partir do mendelismo<sup>16</sup>, mas essa não é uma regra, pois, em 1930 e 1940, o campo médico paranaense ainda mantinha intelectuais de significativo prestígio perante os pares, trabalhando com o neolamarckismo na Faculdade.

Esse é um momento relevante para se discutir a ideia historiográfica de uma “eugenia latina”, advinda de Nancy Stepan (2005), que levaria em consideração aspectos e práticas eugênicas mais brandas nos locais de aplicação, incluindo o Paraná. Para tanto, buscamos refletir esse aspecto da Eugenia latina, mas com a possibilidade de outro campo científico, como o agrônomo, o zootécnico ou o biológico, discutidas as questões da genética mendelista e suas aplicações práticas. No entanto, evidências demonstram que as discussões mendelistas no Paraná iniciaram-se a partir do contato com André Dreyfus, em Curitiba, sobretudo com o campo médico.

---

constatou que nenhuma mudança ocorreu nos descendentes, comprovando que a mutilação não era herdada. (MARTINS, 2015). Entretanto, conforme Martins (2003), Weismann não foi o primeiro a conceber a continuidade da substância responsável pela hereditariedade. Francis Galton e Gustav Jäger o anteciparam, mas foi Weismann quem lidou com suas implicações. (2003, p. 72).

<sup>16</sup> Em 1900, com a redescoberta das leis de Mendel - a recombinação de caracteres hereditários em plantas (KELVES, 1986) -, somado aos trabalhos de Weismann - acerca do plasma germinativo -, modificou-se a hegemonia do neolamarckismo. Gregor Mendel (1822-1884), professor da escola real de Brün, em 1857 iniciou seu trabalho de hibridação com ervilhas (*Pisum sativum*). Os resultados foram apresentados em duas conferências na Sociedade Natural de Brünn, em fevereiro e março de 1865, e publicados em 1866, com o título *Versuche über Pflanzen-Hybriden* (Experiências sobre híbridos vegetais). Mas foi somente em 1900, três botânicos, De Vries, Correns e Tschermak, trabalhando independentemente, reconheceram a importância do trabalho de Mendel. (LEITE *et al.*, 2001). August Weismann, professor de Zoologia da Universidade de Freiburg, na obra *Das Keimplasma* (1892), criou pressupostos da continuidade do plasma germinativo - material responsável pela hereditariedade contido nas células reprodutivas. Weismann afirmava que o plasma germinativo seria totalmente independente da célula da reprodução, o “somoplasma”, sendo transmitido de uma geração para a seguinte sem alterações influenciadas pelo meio externo. Em *Evolution Theory* (1904), Weismann negou a lei de uso e desuso e a lei dos caracteres adquiridos, advindos de Darwin, mas admitiu a seleção natural. Ao desenvolvimento da genética mendeliana e a criação da teoria cromossômica da hereditariedade tornaram a teoria da estrutura do plasma germinativo de Weismann incompatível. (MARTINS, 2003, p. 69).

No item quinto, trabalhamos a perspectiva da Criminologia, apresentando quadros intelectuais de agentes paranaenses envolvidos em prol da regeneração dos criminosos. Nessa contenda, o campo jurídico também possui uma primeira geração de intelectuais, já abordados por Paulo Henrique Drummond (2011) e Priscila Crocetti (2011). Dessa primeira geração, alguns professores debateram a Antropologia Criminal, seja por meio da Medicina Legal, seja por meio do Direito Penal. Destacam-se Flávio Luz, João Ribeiro de Macedo Filho, Pamphilo de Assumpção, Euclides Bevilaqua, Joaquim Ignácio Dantas Ribeiro, Mario de Vasconcelos Ribeiro, Moysés de Oliveira, Homero Batista de Barros, membros do Conselho Penitenciário do Paraná. Mas também Moura Brito, Assis Gonçalves, Miguel Severo de Santiago, Nicolau dos Santos e Napoleão Lyrio Teixeira.

Nesse sentido, no item 1.6, apresentamos um quadro de gerações de intelectuais que, vinculados à Universidade, produziram teses, monografias e artigos acerca da Eugenia e da Criminologia nas décadas de 1920 até 1940, e vivenciaram as experiências dramáticas do pós Segunda Guerra Mundial.

### **1.1 Eugenia e Criminologia: por que analisá-las?**

Simultâneo ao processo de emergência da ciência eugênica, encontramos o processo de emergência da Criminologia. Historicamente, as duas ciências são provenientes, respectivamente, da Inglaterra vitoriana e da Itália do fim do século XIX, ou seja, durante momentos-auge do capitalismo histórico, quando este se expande por todo o planeta.<sup>17</sup> Os conceitos foram alvos de discussões da intelectualidade brasileira no fim do século XIX, no caso da Criminologia, e no início do século XX, no caso da Eugenia. Em comum, os dois conceitos estiveram ligados ao que ficou conhecido como degenerescência. Cunhado pelo alienista francês Benedict Auguste Morel (1809-1873), em seu livro *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales à l'espèce humaine* (1857), o conceito, segundo Ouyama (2006, p. 191), partia do pressuposto de que, em tempos passados, a humanidade possuía características perfeitas, porém, as pessoas sofreram sucessivas mutações, levando à degeneração. Degeneração significava a degradação de uma linhagem racial. Essa anormalidade seria produzida por fatores dos mais variados, como

---

<sup>17</sup> O conceito de capitalismo histórico é concernente a Wallerstein (2001), que o interpreta como um (...) *locus* concreto, integrado e delimitado no tempo e no espaço (...). (WALLERSTEIN, 2001, p. 17). Este sistema social emergiu, segundo o autor, na Europa do final do século XV, e expandiu-se no espaço até cobrir todo o globo no fim do XIX, e se mantém até os dias atuais. Trabalha ainda com a ideia de que o racismo, o sexismo e o universalismo estão diretamente ligados às manutenções da estrutura social.

clima, alcoolismo, tabagismo, condições de higiene e de habitação. A teoria da degeneração atingiu, com Valentin Magnan (1835-1916), em *Recherches sur les centres nerveux. Alcoolisme, folie des héréditaires dégénérés* (1893), um caráter institucional e aceitabilidade na comunidade científica francesa e internacional. (CAPONI, 2011).

Sergio Carrara (1996) explicitou que degenerescência era um conceito antropopatológico, definida por Morel como um conjunto de “desvios doentios do tipo normal da humanidade que, transmissível hereditariamente, evoluem progressivamente em direção à decadência”. (CARRARA, 1996, p. 54 *apud* GENIL-PERRIN, 1913, p. 54). O conceito possuía ainda dois pressupostos básicos: o monismo, que entendia a unicidade do ser humano enquanto entidade física e moral; e a hereditariedade mórbida, na qual uma anomalia ou doença em ascendentes engendraria nos descendentes doenças diferentes e mais graves. (CARRARA, 1996). A degeneração explicava assim a emergência do mal biológico e seu fator hereditário. Nessa esteira de interpretação, Michel Foucault, em *Os anormais* (1975), inferiu como a Psiquiatria, a partir da noção de degenerescência e das análises de hereditariedade, ligou-se ou deu azo a um racismo, e que diferente do racismo étnico, tornou-se biológico. (FOUCAULT, 1975).

A partir dessa produção conceitual elencada por Morel e Magnan, outras interpretações foram produzidas nas sociedades europeias, como a Criminologia e a Eugenia. Na historiografia, como apresentaremos oportunamente, tanto Criminologia como Eugenia emergiram dessa discussão com as produções francesas no tocante à degenerescência. Ferla (2005) indica que “não há como entender o surgimento e a popularidade da escola de Cesare Lombroso (1835-1909) sem considerar o desenvolvimento da escola degeneracionista francesa.” (FERLA, 2005, p. 18).

A Eugenia foi criada por Francis Galton (1822-1909), em 1883, porém, a terminologia surgiu nomeadamente a partir do livro *Hereditary Genius*, em 1869. Em 1904, no texto *Eugenics: its definition, scope, and aims*, publicado no *The American Journal of Sociology*, conceituou Eugenia como

(...) a ciência que lida com todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça; também com aqueles que os desenvolvem com a máxima vantagem. A melhoria das qualidades inatas, ou estoque, de alguma população humana (...).<sup>18</sup> (GALTON, 1904, s/p).

---

<sup>18</sup> (...) the science which deals with all influences that improve the inborn qualities of a race; also with those that develop them to the utmost advantage. The improvement of the inborn qualities, or stock, of some one human population (...). (GALTON, 1904, s/p).

Nesse sentido, visava ao melhoramento das qualidades inatas de uma raça por via da reprodução humana e estava pensando especificamente no estoque racial inglês. Segundo Souza (2006, p. 11), suas concepções acerca da Eugenia estavam ligadas às discussões da evolução, seleção natural e social, progresso e degeneração. O termo Eugenia significava “bem nascido”, e esta ciência que emergia visava ao melhoramento da raça humana, em resposta ao processo da degenerescência que ocorria nas sociedades. Eugenia era, portanto, uma força contra a visualizada degenerescência da raça humana. Vale lembrar que termos como Eugenia positiva, negativa e preventiva são criados posteriormente. Galton entendia práticas como eutanásia, esterilização, aborto e infanticídio – definidas como Eugenia negativa anos depois – como métodos antieugênicos.<sup>19</sup>

É importante ainda compreender como Galton pensava a hereditariedade. Na perspectiva de Galton, o número de elementos hereditários se manteriam constantes e um indivíduo só poderia transmitir metade de suas partículas à prole. A herança era biparental e Galton associava a ela a herança ancestral, que pregava que os elementos de herança eram transmitidos de forma constante e obedecia a proporção de 1/2 dos pais, 1/4 dos avós, 1/8 dos bisavós. Esta era a Lei da Herança Ancestral. Kevles (1980) infere que a Lei da Hereditariedade Ancestral formulada por Galton foi de significância maior aos biometristas como Francis Galton e Karl Pearson (1857-1936), que estavam dispostos a pensar os problemas ingleses.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> A ideia de eugenia negativa emergiu nos Estados Unidos da América, por meio do zoólogo Charles Benedict Davenport (1866-1944), formado pela Universidade de Harvard em 1889 e doutorando-se em 1892. Foi Davenport quem criou o Eugenics Record Office - ERO, que coletaria dados genéticos dos norte-americanos, no intuito de montar seções de desejáveis e indesejáveis. Conforme inferiu Kevles (2005, p. 45 *apud* WEGNER, 2017), Davenport desenvolveu dados biométricos e de pedigrees de famílias nos Estados Unidos. Davenport passou a trabalhar no escritório da ERO com Harry Hamilton Laughlin (1880-1943), professor de agricultura e ciências naturais. Os dados eram minuciosamente levantados no Registro de Características Familiares, e envolviam “(...) origem racial dos avós, cor dos olhos e da pele, forma e cor dos cabelos, peso, histórico de perda de cabelo e dos dentes, problemas de visão, uso das mãos e forma de andar.” (CRUZ, 2013, p. 44). As capacidades mentais tais como a imaginação poética, memória, habilidades para encanamento, pintura, matemática, química, bem como o temperamento foram inferidas e avaliadas. Destes dados seriam classificados essas características entre superiores e inferiores, mas cabia aos eugenistas compreender o processo de transmissão dessas características a partir do mendelismo, entendendo as determinantes dominantes, recessivos e ligado ao sexo, assim como as influências do meio ambiente que se manifestavam em variadas fases da vida. (CRUZ, 2013, p. 44 *apud* ALLEN, 1986, p. 240). Na lógica de Davenport, os indesejáveis poderiam ser esterilizados e assim conceituou essa nova lógica eugênica, dita negativa. A obra *Race Crossing in Jamaica* (1928), de Davenport, enquanto Diretor do Departamento de Genética do Carnegie Institution of Washington, foi um dos pontos de escancaramento do racismo científico. (WEGNER, 2017)

<sup>20</sup> Conforme Del Cont, diferentemente dos biometristas, os mendelianos, como foram denominados, defendiam que os trabalhos de Mendel sustentavam a tese de uma hereditariedade descontínua, onde somente dois fatores dos pais - e não de seus ancestrais mais remotos - eram transmitidos para a prole. (DEL CONT, 2008, p. 216).

Já a Criminologia emergiu no complexo contexto italiano, no qual se encontravam Cesare Lombroso (1835-1909), Raffaele Garofalo (1852-1934) e Enrico Ferri (1856-1929). Estes intelectuais pretendiam, segundo Alvarez (2005, p. 79), construir uma abordagem científica em relação ao crime, dando início à chamada Escola Positiva de Direito Penal, defendida por Lombroso.

Concernente à historiografia do conceito de Criminologia, o livro de Pierre Darmon, *Médicos e Assassinos na Belle Époque* (1991), em sua tradução portuguesa, é relevante para um renovado início dos estudos a respeito da Criminologia. Darmon trabalhou como as teorias sucessivas e revolucionárias de Lombroso instigaram largamente a medicalização do crime. A emergência de Lombroso suscitou os ânimos dos juristas, que vinham perdendo espaço no tribunal. A Filosofia Penal anterior a Lombroso recaía em obras do italiano Beccaria e dos ingleses, Howard e Bentham, que, entre o fim do século XVIII e início do XIX, liberaram a Justiça do arbítrio, considerando uma hierarquia para a gravidade dos delitos e das penas. (DARMON, 1991, p. 121).

A crítica advinda do que se nomeou Escola Positiva de Antropologia Criminal foi justamente a exacerbação do delito e o menosprezo pela personalidade do delinquente. (DARMON, 1991, p. 121). No campo do alienismo francês, Philippe Pinel (1745-1827), que iniciou estudos na Faculdade de Medicina de Toulouse, em 1770-1773, e depois na Faculdade de Medicina de Montpellier, em 1774-1778, ficou conhecido por absolver os criminosos das penas para interná-los em casas de detenção asilar, e codificou a noção de demência, que enquadrou a irresponsabilidade penal. Dentre os tipos de alienados irresponsáveis estavam os dementes e os idiotas - de inteligência não desperta -, os maníacos ou loucos clássicos, os melancólicos ou lipemaníacos. Esquirol (1772-1840), discípulo de Pinel, montou a doutrina das monomanias, e deu conta de um tratado com descrição das doenças psiquiátricas, além de fundar a ideia de clínica.

Conforme Darmon (1991), Pinel comentava acerca de um “delírio exclusivo”; Esquirol lhe deu estatuto psiquiátrico, e assim emergiu a ideia de irresponsabilidade criminal. No entanto, Morel e Lombroso tiveram parte no intento, e, segundo Darmon (1991), foram os responsáveis pelo reforço da hereditariedade patológica, da Biologia e da Antropologia nas discussões acerca da irresponsabilidade criminal, que para a Psiquiatria foi crucial (DARMON, 1991, p. 130). Morel via a necessidade de dar à Psiquiatria um suporte biomorfológico, integrando o alienado dentro da concepção “dos hereditários ou dos degenerados”, tornando-se produto da hereditariedade mórbida. Morel traz à tona a

questão dos estigmas do tarado, centralmente a relação com os antecedentes hereditários e do quadro de suas alterações morfológicas. Assim, alienação e criminalidade se assimilaram, confirmadas posteriormente por Broca, Border e Manouvrier, ligando a doutrina francesa da monomania e as teorias da Escola Italiana de Antropologia Criminal.

Darmon infere que as ideias da tese do criminoso nato e sua irresponsabilidade, apesar da não circulação imediata pela Europa, foram motivo de reflexão em várias instituições. Na Inglaterra, Maudsley, professor de Medicina Legal na Universidade de Londres, ensinava a existência de uma psicose criminal, variedade da neurose. Na Hungria, Bruce Thomson, médico da prisão de Pest, considerou os criminosos degenerados hereditários, afirmando que a debilidade mental e moral os desarmava em relação aos impulsos criminais. Na Alemanha, Virchow definiu-os como alienados em via de formação. Na Áustria, Benedikt visualizava neles neurastênicos incapazes de combater o homem contra suas paixões. (DARMON, 1991, p. 130-131).

Segundo Carrara (1996), nos quadros de pensamento evolucionista da segunda metade do século XIX, o conceito de degenerescência ganhou ainda novos significados. Desvinculou-se estritamente da Patologia, e além de significar degradação, denotou pouco a pouco um “processo de involução a estágios anteriores do desenvolvimento físico-moral”. (CARRARA, 1996, p. 56). Esse foi o contexto em que Lombroso associou ao conceito um fenômeno de atavismo, ou seja, os indivíduos reproduziam física e mentalmente as características primitivas do homem. A partir dessa observação, era possível identificar, utilizando os traços anatômicos, quais indivíduos estariam determinados ao crime, de modo que a teoria de Lombroso levava em conta que o criminoso, além de primitivo, era doente.

No início do século XX, o *Galton Laboratory*<sup>21</sup>, ligado à *University College of London*, responsável pelas pesquisas a respeito de hereditariedade, demografia e problemas de saúde pública, por exemplo, não deixou de lado “observações de Goering sobre os criminosos, com base nas quais ele pôde dispor da noção de um tipo especial de

---

<sup>21</sup> O *Galton Laboratory* tinha como objetivo, conforme conceituava a *University College of London*, o “estudo dessas agências sob controle social que podem melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, fisicamente ou mentalmente”. (PENROSE, 1949, p. 17). Segundo Penrose (1949), tal definição permitia ampliar largamente os estudos científicos em diversas áreas. Além disso, nos anos de 1910, o laboratório contava com bolsa de estudos (*research fellowship*, implementadas em 1906) para pesquisar Eugenia, contempladas por Edgar Schuster e posteriormente a David Heron. Havia ainda outras pesquisas, dentre as quais destacam-se Miss Elderton, referente à consanguinidade, a de Pearson, acerca da tuberculose, a de Heron, a respeito da deficiência mental e, por fim, a de Pearson e Jaderholm, referente às análises de inteligência. (PENROSE, 1949, p. 17).

criminalidade humana, tão caro aos antropólogos do século XIX.”<sup>22</sup> (PENROSE, 1949, p. 17).

Nesse sentido, no Brasil, a gama de estudos acerca da hereditariedade se ampliava a partir de intelectuais que se dedicavam ao estudo do crime. A Antropologia Criminal da Escola de Recife foi analisada por Marisa Corrêa, em *Ilusões da Liberdade* (2013), em que estuda a história intelectual em suas artimanhas da importação e readaptação de sistemas de pensamento estrangeiros, com mediadores locais como Nina Rodrigues e seus discípulos, dentre eles Afrânio Peixoto e Arthur Ramos.<sup>23</sup>

Ricardo Sontag, em *A escola positiva italiana no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX: a problemática questão da “influência”* (2015), criticou a tese de Lília Moritz Schwarcz, em *O Espetáculo das Raças* (1993), que apresentou um comparativo entre a Escola de Direito de Recife e a Escola de São Paulo; na primeira, o biologismo era central,<sup>24</sup> enquanto que na segunda, a Filosofia era central nas questões

---

<sup>22</sup> No Brasil, Goering foi utilizado por Renato Kehl, que referenciou a pesquisa inglesa em publicação no *Boletim de Eugenia*, na qual destacou a questão da Criminologia e do biodeterminismo. Intitulado *Herança e Crime: Os caracteres moraes são hereditários?* (1929), Kehl citou a investigação do chamado Dr. Goering, que envolvia trezentos criminosos ingleses situados nas prisões de Londres. Utilizando metodologias do coeficiente de correlação de Francis Galton, “organizou os índices de semelhança entre os criminosos ligados por parentesco, chegando à conclusão de que a hereditariedade exerce um papel preponderante na transmissão destes caracteres.” (KEHL, 1929, p. 3). Havia, no entendimento desses eugenistas, uma “diátese criminosa”, na qual era perigoso o casamento até mesmo com indivíduos normais das famílias possuidoras dessa causa. Interpretava-se esse mau caráter familiar em sua forma recessiva. Chegava-se assim a algumas conclusões, como: “a disposição ao crime era hereditária, os caracteres morais são diretamente transmitidos de pais a filhos, existe uma diátese criminal de família, os caracteres considerados são mais acentuados quando os dois pais são afetados, simultaneamente, da referida diátese.” (KEHL, 1929, p. 3). Renato Kehl ainda acrescenta, para além das conclusões do autor, que o alcoolismo era responsável pelos crimes, provocador da tara criminal que se encontrava em latência.

<sup>23</sup> Na Faculdade de Medicina da Bahia, chamamos atenção para médicos que influenciaram grande parte da intelectualidade nacional, tal como Nina Rodrigues, que produziu uma série de estudos acerca de Medicina legal, fazendo uma correlação entre criminalidade e degeneração, dois conceitos centrais nas análises. Este intelectual foi, segundo Ferla (2005), considerado o principal impulsionador da institucionalização da medicina legal no Brasil e, além disso, foi quem espalhou as teorias da criminologia científica no meio médico. Era uma discussão muito próximo entre juristas e médicos, que virou até mesmo motivo de conflito, no sentido de quem tinha condições para estabelecer quem era o criminoso, e quais eram os modelos de delinquentes. Os estudos de frenologia e craniologia passaram a ser frequentemente utilizados pelos médicos envolvidos na Faculdade de Medicina da Bahia e ajudando na identificação do criminoso. (SCHWARCZ, 1993, p. 210). A revista *Gazeta Medica da Bahia* foi referência no que diz respeito ao estudo e publicações acerca da higiene pública, higiene mental, no século XIX, e no início do século XX, nos estudos de medicina legal e nos anos 1920 no estudo da Neurologia, sempre deixando em foco a questão racial. Há ainda de se evidenciar que nos idos de 1920 as teorias eugenistas passam a fazer parte das páginas da *Gazeta Medica da Bahia*, sendo uma propiciadora da regeneração nacional, mas que ao mesmo tempo criava tipologias e divisões dos ditos redimíveis e os que não tinham soluções.

<sup>24</sup> No tocante à Faculdade de Direito de Recife, destacaram-se interpretações de cunho evolucionista, como é perceptível em Tobias Barreto, que fazia leituras de Haeckel e Buckle, filósofos alemães, e pela boa recepção a textos de “Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon e Gobineau” (SCHWARCZ, 1993, p. 148). Variados outros intelectuais envolvidos nessa instituição, seguidores do germanismo de Tobias Barreto, auto-denominaram-se “os renovadores da Escola de Recife”. (SCHWARCZ, 1993, p. 149). Nesse grupo encontravam-se Silvio Romero, Julio Ribeiro, Horácio de Carvalho, Afrânio Peixoto, Clóvis Bevilacqua, Laurindo Leão e outros. Tinham boa aceitação por interpretações de Lombroso, Garófalo e Ferri, representados como a modernidade no combate

penais.<sup>25</sup> Conforme Sontag, essa tese não se sustentava e era considerada uma generalização. Sontag (2015) evidenciou ainda que Evaristo de Moraes, em sua obra *Primeiros adeptos e simpatizantes, no Brasil, da chamada “Escola penal positiva”* (1939), ao aderir à escola positiva, apontava Tobias Barreto e João Vieira de Araújo como centrais para analisar a escola positiva italiana no Brasil. No entanto, Sontag rechaçava a ideia de “Escola de Recife”, na medida em que não existia um projeto comum e nem mesmo um sentimento de pertença entre os envolvidos, havendo, inclusive, muitas divergências. João Vieira, dentre os recifenses, estava entre aqueles que construíram a própria identidade científica no pertencimento à escola positiva, enquanto que Tobias Barreto – considerado o expoente máximo da “Escola de Recife” – fez exatamente essa crítica à escola positiva. (SONTAG, 2015).

Esses foram constructos que emergiram majoritariamente de intenções memorialistas, como Roberto Lira (1902-1982) que, em 1936, narrou os marcos fundadores do campo criminológico brasileiro, evidenciando alguns cânones. Dentre eles, elencou Euclides da Cunha, Tobias Barreto, Nina Rodrigues e Clóvis Bevilacqua, cujas “contribuições, até certo ponto, originais na adaptação do positivismo às peculiaridades do crime no Brasil, tornando a nossa escola nítida e representativa” (LIRA, 1936, p. 70).

A Medicina Legal dos anos 1920 a 1930, conforme relatou Ferla (2005, p. 65), abrangia disciplinas diferentes, tais como Identificação Médico-Legal e Identificação Judiciária, Tanatologia, Traumatologia, Noções de Polícia Técnica, Criminologia, Hematologia, Infortunística (que trata dos acidentes de trabalho), Sexologia, Medicina Profissional e Deontologia (ou Ética Médica).

---

do “phenômeno tenebroso conhecido pelo nome de crime”, conforme apontava a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, em 1893. (SCHWARCZ, 1993, p. 159). Em um primeiro momento, aponta Schwarcz (1993), estavam instigados a utilizar a metodologia da Antropologia Criminal para dar cabo ao problema social da criminalidade e a decadência, e, em um segundo momento, nos anos 1920 utilizaram da Medicina Legal, trazendo para a discussão o higienista e o perito especializado.

<sup>25</sup> Na Academia de Direito de São Paulo, a interpretação era envolta pelo liberalismo. A instituição era, segundo Schwarcz (1993, p. 174), produtora predileta de intelectuais a serem recrutados para a burocracia estatal, em um momento em que o mundo acadêmico se penetrava ao mundo político, conforme apontava Rui Barbosa, na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, em 1909. Da Antropologia Criminal assimilaram textos de Ferri, e houve em grande parte apego pela Medicina Pública, tanto que Pedro Lessa, significativo representante da Faculdade, condenava o determinismo racial da escola criminal italiana. Schwarcz (1993) completa que “(...) em nome do livre arbítrio do indivíduo e da análise social do fenômeno criminal, é com prevenção que os modelos deterministas penetram nos circuitos acadêmicos paulistas.” (SCHWARCZ, 1993, p. 179). Um trecho retirado da *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, em 1908, revela esse caráter preventivo do Direito quando afirma que assim como a Medicina busca prevenir a doença antes de curá-la, o Direito deveria prevenir e resolver os delitos antes de puni-los. (SCHWARCZ, 1993, p. 179). Assim, o papel da Medicina Pública, dos sanitaristas e dos médicos públicos para os intelectuais da Faculdade de Direito de São Paulo era auxiliar os juristas.

Ferla, em *Feios, sujos e malvados sob medida* (2005), trabalha a utopia médica biodeterminista, que pretendia patologizar o comportamento socialmente desajustado, delinquente e desviante no Estado de São Paulo entre 1920, momento de crise do modelo oligárquico de organização, até 1945, fim do Estado Novo. O autor trabalha produções, reproduções e circulação da Criminologia positivista, por meio dos estudos de Biotipologia constitucional, Psicanálise, Psicologia comportamental e Endocrinologia, analisando espaços institucionais como cátedras de Medicina Legal, a Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, Escola de Polícia, Instituto de Criminologia, eventos científicos, produções laboratoriais de Antropologia criminal e revistas especializadas. No entanto, analisa especialmente os laudos periciais e exames médico-legais.

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro há, sobretudo, um discurso de luta contra as doenças tropicais (SCHWARCZ, 1993, p. 190), que trará influências para a intelectualidade e terá papel prático nas políticas públicas, como no caso do mal de Chagas e a febre amarela. Esteve vinculado à instituição a *Revista Brazil-Médico*, que teve grandes colaborações de intelectuais como Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Vital Brazil, Emilio Goeldi, Oswaldo Cruz, Oscar Freire e Franco da Rocha. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro teve, ao longo de sua história, na cadeira de Medicina Legal, nomes como José Martins da Cruz Jobim, e Agostinho José Souza Lima, que também possuía a mesma cadeira na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. O segundo foi um fervoroso incentivador do movimento eugênico nacional, sendo inclusive Presidente Honorário da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918, por Renato Kehl. Na FMRJ surgiu a primeira tese de doutoramento acerca da Eugenia, defendida por Alexandre Tepedino e orientada por Miguel Couto. (SOUZA, 2006, p. 31). Nas décadas de 1930 e 1940, foram incrementados no Rio de Janeiro os *Arquivos de Medicina Legal e de Identificação do Rio de Janeiro*, dirigidos por Leonídio Ribeiro, que esteve à frente nos estudos criminológicos nacionais, inclusive recebendo em 1933 o prêmio Lombroso da Real Academia de Medicina da Itália.

Dias, em *Arquivos de ciências, crimes e loucuras: Heitor Carrilho e o debate criminológico do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1940* (2015), trabalhando a trajetória intelectual, considerou as ciências criminológicas práticas discursivas que buscaram, no contexto sob foco, explicações ao que socialmente se considerou comportamento criminoso, sejam suas causas (Etiologia), acerca de perspectivas de sua superação (“profilaxia”) e punição, ou a respeito da responsabilidade penal dos atores de tal

comportamento (“criminosos”) e de seus “potenciais” de repetição (periculosidade). Dentro destas “práticas discursivas”, Dias trabalhou com o iluminar dos idiomas médico psicológicos. (DIAS, 2015, p. 2).

Conforme Ferla evidenciou, “os biodeterministas acreditavam que o crime era a manifestação de uma patologia, detectável por meio de medições, exames médicos e avaliações psicológicas. Eles buscavam desvios com relação a um padrão de normalidade, considerados expressões de um estágio anterior da evolução humana.” Foi nesse sentido que os intelectuais utilizaram ciências como a Antropometria, a Endocrinologia e a Psiquiatria para solucionar os casos propostos. Nesse sentido, tanto o livramento condicional quanto as medidas de segurança, indicando a diminuição da pena ou aumento da pena em função da periculosidade, foram práticas positivistas. “O exame médico-legal determinava a periculosidade. Assim, nos tribunais, essas idéias concorriam com outros posicionamentos e instituições, como as deliberações dos jurados e as falas das testemunhas”. Os biodeterministas defendiam o tratamento do criminoso por meio do trabalho, conforme a pré-disposição biológica de cada um.<sup>26</sup>

Alcidesio de Oliveira Júnior (2012), *Em Penas Especiais*, tomou como hipótese central que as teorias pautadas no determinismo biológico não desapareceram com o imediato pós-guerra. Continuaram adaptando-se a novas realidades em algumas áreas do conhecimento. Estas duas últimas pesquisas são muito caras à nossa interpretação acerca da ciência e da sociedade. São perspectivas que vão de encontro a uma historiografia que pregou a ruptura, como André Mota (2003), com *Quem é bom já nasce feito: sanitarianismo e eugenia no Brasil*, Nancy Leys Stepan (2005), com *A Hora da Eugenia: raça, gênero na América Latina*, que relataram ser o pós Segunda Guerra uma ruptura.

Nesse processo de inflexão, devemos pensar a relação entre a interpretação sociológica da Criminologia que havia na Faculdade de Direito e a interpretação médica psiquiátrica que já estava institucionalizada na Faculdade de Medicina. Se haveria uma

---

<sup>26</sup> Em suas reflexões, Ferla ainda relatou que o biodeterminismo descende do positivismo epistemológico, que defendia a ciência experimental como a melhor fonte de explicações para qualquer fenômeno. No campo da criminologia, essas concepções foram mobilizadas pela chamada Escola Positiva de Direito Penal. “Esse pensamento teve uma grande força entre 1920 e 1945. No fim desse período, com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as consequências da idéia de eugenia - suposto ‘melhoramento’ da espécie humana - proposta pelo Nazismo, o biodeterminismo caiu em descrédito.” Essa parece-nos ser a interpretação bebida de Jay Gould (1991). Ferla defendeu a ideia de que o projeto biodeterminista na criminologia em São Paulo falhou devido ao altíssimo custo da implementação generalizada da individualização do exame do delinquente e da busca por sua cura, mas além disso, em função da explosão demográfica da população carcerária na década de 1950. Foi um movimento de explosão carcerário parecido com a do Paraná, que teve que investir em uma nova Penitenciária em meados de 1940.

prevalência de um discurso em relação ao outro, se a explicação acerca do crime foi sociológica ou se foi hereditária.

No caso francês, conforme Mucchielli (2017, p. 3) explicou, foi de prevalência do discurso psiquiátrico e hereditário para a questão do crime e o desaparecimento da área sociológica, ao menos no meio durkheimiano, explicado por Mucchielli (2017) a partir da saída de Gaston Richard (1860-1935) do jornal *L'Anée sociologique* - criada por Durkheim, em 1897 - onde chefiava a seção de Sociologia Criminal e Estatísticas Morais. Richard foi responsável por lançar as bases de uma Sociologia do crime, criticando a biologização dos comportamentos. Para Mucchielli (2017), em comparação à influência dos durkheimianos em outras esferas científicas, sua crítica em relação à Criminologia biologizante foi um fracasso.

Mucchielli (2017) infere que o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) e o sociólogo e antropólogo Marcel Mauss (1872-1950), que eram pesquisadores e seguidores de Émile Durkheim durante o período entre guerras, se dedicavam ao suicídio e não à criminalidade.<sup>27</sup> Cita ainda Louis Gernet (1882-1962), Paul Fauconnet (1874-1938) e Georges Davy (1883-1976), igualmente durkheimianos, que se concentraram em estudos de Sociologia judicial e moral, e se distanciaram igualmente do crime na sociedade do entreguerras. (MUCCHIELLI, 2017, p. 6). Nesse momento, o campo da Criminologia era tratado como ciência criminal ou ciência penitenciária, dominadas por práticas forenses e psiquiátricas. De certa forma, a Ciência Criminal e a Penitenciária no Paraná eram dominadas igualmente pela Medicina Legal e pela Psiquiatria, conforme explicitaremos em sub-item posterior. No campo acadêmico, em 1922 foi criado o Instituto de Criminologia de Paris, que dividiu os estudos em quatro áreas: Leis Criminais, Medicina Forense e Psiquiatria Criminal, Polícia Científica, e Ciência Penitenciária. A ciência criminal fazia parte nesse momento de um apêndice de Direito Penal. No entreguerras, após o renascimento da Psiquiatria, às custas da Antropologia Criminal, emergiram também os estudos de Psicanálise, que focaram no fator constitucional e no fundamento fisiológico da conduta criminal, a partir de conceitos de instintos agressivos e violência original.

Mucchielli argumenta que na França do pós 1945, a delinquência juvenil foi uma das principais áreas de convergência e debate para acadêmicos e profissionais da

---

<sup>27</sup> Maurice Halbwachs relatou que a Sociologia de Durkheim era essencialmente psicológica. Napoleão Lyrio Teixeira, em seu prefácio, utilizou de Halbwachs para comentar acerca da quantidade de bibliografias referentes ao suicídio, somados em 3.771 trabalhos sobre. (TEIXEIRA, 1947, p. 17).

Criminologia.<sup>28</sup> Mas a aproximação dos juristas com a Sociologia, juntamente com as disputas entre a Sociologia e a Psicologia também são pontos significativos nas discussões. Esse será um dos motes interpretativos de Napoleão Lyrio Teixeira, mas também incluímos Ernani Simas Alves, que teve uma carreira institucional tão sólida quanto o primeiro. Napoleão Lyrio Teixeira inclusive fez uma especialização no Instituto de Criminologia da Faculdade de Direito de Paris, em 1959.

No entanto, Mucchielli infere acerca de um exemplar de Criminologia tradicional que se manteve vivo no pensamento e ações de Jean Pinatel (1913-1999), que, ocupando o cargo de Inspetor Geral de Prisões, foi encarregado, junto de uma comissão, para a reforma do sistema penitenciário francês em 1945. Foi um ativo colaborador da *Revue de science criminelle et de droit pénal comparé*, e defendeu durante sua trajetória a Criminologia como era praticada durante a primeira metade do século, utilizando a Biologia, a Psicopatologia e possivelmente emprestando da Sociologia estruturas e contextos gerais que mais ou menos favoreciam a criminalidade. Nessa esteira de interpretação, Pinatel organizou o II Congresso Internacional de Criminologia, ocorrido em Paris, em 1950. Em 1960, conforme apresentou Mucchielli (2017), definiu Criminologia como um estudo do criminoso, cuja tarefa principal era estudar a “personalidade criminosa” para posteriormente diagnosticar o “estado perigoso”, protegendo a sociedade de problemas. (PINATEL, 1960 *apud* MUCCHIELLI, 2017). Mucchielli infere, ainda, que embora recebesse críticas sociológicas e da Criminologia Crítica, Pinatel nunca desafiou o núcleo teórico do paradigma clássico - o biológico e psicopatológico. Essas interpretações biologizantes permanecem em partes significantes do campo criminológico francês.

Ao trabalhar o conceito de Eugenia, devemos estar atentos a alguns pontos relativos ao tratamento da temática. A historiografia acerca da Eugenia emergiu na década de 1990, advinda de pesquisadores que faziam parte da abordagem da História da Ciência, em uma espécie de renovação desse ramo, dando um olhar social, político, cultural e científico para essa escrita da história da ciência eugênica. O historiador Mark Adams, em seu texto *Toward a Comparative History of Eugenics*, relatava que a percepção em relação à Eugenia havia sido dominada com estereótipos que permaneceram ativos desde a Segunda Guerra Mundial. A historiografia da temática possuía, segundo Adams (1990), diversas produções bibliográficas que denotavam uma heterogeneidade de ideias eugênicas surgidas em

---

<sup>28</sup> Mucchielli (2017) evidencia as bibliografias de Tétard, 1985, Bantigny, 2008, Yvrel, 2014, e Jurmand, 2016, que trabalharam a questão da delinquência juvenil na França.

diferentes países. Assim, chamou a atenção que a Eugenia é um complexo de ideias que se (re)configuram em função de contextos diversos – políticos, sociais, científicos e institucionais. (ADAMS, 1990; STEPAN, 2005; SOUZA, 2006). Portanto, devemos ter em mente a ideia de eugenias, e não somente uma eugenia homogeneizada. Outra questão equivocada que é pertinente abordar encontra-se na interpretação da Eugenia como uma pseudociência (ADAMS, 1990; SOUZA, 2006; PALMA, 2005), sinônimo de prática reacionária, sexista, racista e antisemita (CASSATA, 2013). Este equívoco compreensivo acaba por eliminar a relação entre ciência, sociedade e política, tão cara ao trabalho dos historiadores.

O texto *Eugenics in Brazil, 1917-1940*, de Nancy Stepan, pode ser considerado um marco fundador dos estudos sobre a eugenia no Brasil. (HABIB; WEGNER, 2014). Após essa publicação, variados trabalhos referentes à Eugenia foram publicados seguindo tal perspectiva. Em tese, a autora estadunidense relatava que a Eugenia latino-americana, especialmente o movimento brasileiro, teve grande influência e diálogo com a Eugenia francesa. A ligação a uma tradição neolamarckiana, que concebia que o indivíduo ao longo da vida acumulava caracteres adquiridos e ainda transmitia aos seus descendentes, permitiu aos eugenistas brasileiros associar-se ou aproximar-se da tradição sanitaria e higienista.

Essa análise produzida por uma brasilianista incentivou novas pesquisas em terras brasileiras. Na historiografia brasileira, essa certa generalização foi desconstruída por Vanderlei Sebastião de Souza (2006), que, em seu texto *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*, questionou a tese de Stepan. Souza (2006), analisando a trajetória intelectual do médico e farmacêutico Renato Kehl, percebeu que no fim da década de 1920, após o médico viajar a estudos à Alemanha, passou a interpretar a Eugenia por um viés radical, ou, como resalta o autor, tal viagem despertou “simpatia pelas teorias mais “duras”, com programas mais radicais, próximos da “higiene racial” alemã. ” (SOUZA, 2006, p. 18). Souza compreendeu como o intelectual em questão migrou de um viés interpretativo eugênico brando para o radical, e este é um ponto metodológico significativo para justamente perceber realocações teóricas.

Recentemente, a obra *A eugenia latina em contexto transnacional*” (2016), dossiê organizado por Ana Carolina Vimieiro-Gomes, Robert Wegner e Vanderlei Sebastião de Souza, buscou revisitar o conceito de Eugenia latina proposto por Stepan (2005), no sentido de compreender até que ponto é possível falar em Eugenia *soft* em oposição a uma *hard*.

Assim, demonstrou-se que não é possível generalizar as posturas intelectuais dos eugenistas e suas pretensões de prática.

O texto de Stepan foi publicado sintetizado em artigo de 1985, mas ganhou expansão com *The hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America* (1991), traduzido para o português em 2005. No livro, trabalha a perspectiva de países como México, Argentina e Brasil, e produziu esse padrão latino mais suave de pensar a Eugenia, por alguns aspectos: a tradição fortemente católica determinou um limite de discussões em torno do controle matrimonial e a reprodução humana. Nesse sentido, questões de ordem moral e religiosa não eram passíveis de intervenção médica e política dos corpos, impedindo esterilização e eutanásia. A relação cultural e científica com a França teria ainda conformado a Eugenia brasileira ao evolucionismo neolamarckista, assim como ocorreu na França, e o mesmo era pensado por Stepan (2005) em relação à Argentina e ao México, com forte diálogos com as culturas latinas de Portugal, Espanha, França e Itália. Acreditava-se que as características adquiridas do meio pelo progenitor eram herdadas pelos filhos, e apostavam em uma Eugenia preventiva como melhor alternativa para melhoramento das gerações futuras, associando-se ainda ao ambientalismo médico, ou como neo-hipocratismo, e as reformas do meio. (STEPAN, 2005, p. 22).

Nesse sentido, foi produzida uma historiografia que visou demonstrar as conexões de pesquisadores brasileiros com norte-americanos, britânicos, alemães e noruegueses. (SOUZA, 2006; 2011; WEGNER; SOUZA, 2013; HABIB, 2014 ). Trata-se das análises de intelectuais como Renato Kehl, Edgard Roquette-Pinto, Octávio Domingues e Toledo Piza Júnior, que utilizaram o mendelismo. No entanto, havia diferenças bruscas. Por um lado, Piza Júnior considerava a mistura racial levava a degeneração, era um dos problemas do Brasil e deveria ser proibido por legislação. De outro lado, Domingues considerava que a mistura racial era perfeitamente sadia. Essa oposição também é visualizada na comparação entre Kehl e Roquette-Pinto; o primeiro acreditava que a miscigenação degenerava, enquanto o segundo defendia que mistura racial era saudável. (SOUZA, 2011).

O historiador argentino Hector Palma (2005) e o grupo de historiadores do qual faz parte, reuniram-se, em 2004, a fim de ressaltar a presença da Eugenia no mundo latino, já que aquele era um momento em que a visão de uma Eugenia anglo-saxã – extremista era hegemônica e unitária. Um dos encontros ocorridos em 2004, na Argentina, baseou-se em discutir como se arranjou a Eugenia em países europeus, como Itália e Espanha, e países latino-americanos, como Argentina, Cuba e Brasil. Uma das hipóteses do grupo se

baseava na interpretação de uma Eugenia que se estende no tempo para além do pós-45. Esta hipótese é interessante para nosso trabalho, pois nos remete a refletir acerca do recorte temporal.

Recentemente, foi publicado na revista *Varia Historia* o dossiê *Ciência, raça e eugenia na segunda metade do século XX: novos objetos e nova temporalidade em um panorama internacional*. Organizado por Ana Carolina Vimieiro Gomes, Robert Wegner e Vanderlei de Souza, o dossiê buscou compreender as transformações e continuidades nas concepções de raça e Eugenia internacionalmente. Chamamos atenção para a pesquisa de Gustavo Vallejo e Mariza Miranda, que abordam uma discussão sobre as propostas eugenicas de controle da reprodução na Argentina. Assim, trabalharam com as questões de normalização e disciplinarização da sexualidade e relatam que no ambiente universitário argentino a eugenia teve espaço entre os pesquisadores até os anos 1980. (VALLEJO; MIRANDA, 2017). O contexto católico e anticomunista ocorrido na Argentina pode se aproximar da perspectiva em que trabalharemos na tese.

Carvalho e Souza (2017), no artigo *Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial*, buscaram refletir acerca das produções de Renato Kehl (1889-1974) no tocante à Eugenia, durante as décadas de 1940 até 1960, insistindo na crença da desigualdade por meio de outra linguagem, e utilizando a interpretação malthusianismo; defendem o controle populacional como medida eugênica. (2017, p. 900). Nesse sentido, a fome e a pobreza eram questões centrais do problema, exigindo que o aumento demográfico deveria acontecer com a participação dos mais bem dotados.

Essa pesquisa ajuda-nos a compreender as inflexões teóricas por meio de trajetórias intelectuais. Trajetórias de vida e de produção científica que atravessam o início da década de 1920 até a década de 1950, são especialmente expressivos para nossa pesquisa. Esta foi uma perspectiva que já foi levantada durante a produção do projeto de doutorado, porém, perguntamo-nos: será que todas as trajetórias intelectuais nos permitiriam fazer essa análise? Aqui encontramos um grande problema, pois são poucos os intelectuais envolvidos que permitem fazer essa análise metodológica. Parte significativa dos eugenistas que produziram textos nas décadas de 1920 e 1930 já estavam no auge de suas carreiras, formando-se em Medicina ainda no século XIX, e na década de 1940 a idade avançada já se tornava uma barreira para a produção. Isso acontece, por exemplo, com eugenistas como João Candido Ferreira (1864-1948), médico paranaense analisado em nossa dissertação de

mestrado<sup>29</sup>, defendida em 2015, e também em casos como o de Victor Ferreira do Amaral (1862-1953), médico e fundador da Universidade do Paraná, que necessita de um estudo mais apurado.

Essas teorias, tanto eugênicas como criminológicas, foram acionadas pela intelectualidade brasileira como aspecto modernizador oferecido pela ciência. Quando usamos o termo acionadas, não nos referimos a teorias que são levadas a cabo como forma de cópia, mas de apropriações teóricas para o contexto e as especificidades nacionais. Assim, interrogamos no texto que apropriações eram essas, quais os sentidos e a lógica para essas apropriações. Tais indagações auxiliarão a pensar os conceitos elencados e seus diferentes lugares de produção e circulação.

Buscamos compreender o que une os intelectuais envolvidos nos dois campos, em análise relacional, tanto jurídico como médico, em relação às teorizações e práticas da Criminologia e da Eugenia. Acreditamos na possibilidade de trabalhar esse pensamento a partir do conceito de geração, que trata de agentes que experienciam os mesmos problemas históricos concretos. François Dosse concordou com Sirinelli a respeito desse conector geracional, que não se reduz a uma definição biológica, mas de vivências de acontecimentos traumáticos, com grandes rupturas ou cristalizações na memória coletiva.

La generación forma un círculo bastante estrecho de individuos que, a pesar de la diversidad de los otros factores que se tornan en consideración, están vinculados en un todo homogéneo por el hecho de que dependen de los mismos grandes acontecimientos y cambios sobrevenidos durante su período de receptividad. (DILTHEY, 1947, p. 42 *apud* DOSSE, 2007, p. 47).

Assim, referimo-nos a intelectuais diversos que estão vinculados ao campo científico - que frisamos não ser homogêneo -, de missões de progressos, de projetos de nação possíveis, envoltos pelo saber científico, bebedores do progresso científico, de determinadas teorias científicas. Isso os aproxima, pois receberam tais ideias em momentos históricos específicos, que, como parte do campo, retratam redes de sociabilidades em que esses ideais fervilhavam: revistas, centros acadêmicos, associações.

Propomos pensar a questão geracional a partir do constructo teórico de Nadalin (2004; 2007), que, em diálogo com a História das Populações e História Demográfica, propôs a análise de uma quarta temporalidade, chamada geracional, que se juntava com o

---

<sup>29</sup> Intitulada *Eugenia, Medicina e Saúde Pública: João Candido Ferreira e um receituário para a nação (1888-1938)*, a dissertação foi orientada por Liliane da Costa Freitag, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná-UNICENTRO.

evento, a conjuntura e a estrutura, criados pelos *Annales*. Esta análise geracional é uma metodologia que, a partir de recortes transversais, busca inquirir o que chama de *coorte*<sup>30</sup>, espécie de conjunto de gerações ou conjunto de indivíduos ligados a um evento ou fenômeno dramático ou não. Nessa linha interpretativa, poderemos pensar os intelectuais dos campos científicos analisados que são afetados pelos estragos de um mesmo fenômeno dramático da Segunda Guerra Mundial. São intelectuais que em suas produções científicas terão de trabalhar e reformular os sentidos dos termos e conceitos, além de refletir seus novos usos na academia e nas políticas públicas de Estado.

Eric Hobsbawm (2013), em seu livro *Tempos Fraturados*, quando discute acerca da *Ciência: função social e mudança do mundo*, a partir da Grande Depressão de 1929 até o fim da Segunda Guerra Mundial, afirmou que:

A sociedade precisava de cientistas. Embora a pesquisa e a teoria fossem tradicionalmente avessas à controvérsia política, gostando ou não, a ciência, até então uma forasteira, precisava entrar no campo da atividade pública, como um corpo de propagandistas da própria ciência, profetas e pioneiros ativos. (HOBSBAWM, 2013, p. 213).

Eis que surge toda uma gama de intelectuais envolvidos no coro da missão científica em prol da sociedade. E além do mais, constata-se que suas relações de filiações os vinculam a alguns teóricos-chave e leituras comuns em campos autônomos de saber. Outro ponto relevante trabalhado por Hobsbawm foi no tocante às suas considerações de como a “Segunda Guerra Mundial fundiu decisões políticas e científicas e transformou ficção científica em realidade, por vezes em realidade de pesadelo.” (HOBSBAWM, 2013, p. 214). E utilizou como ponto de discussão a bomba atômica como uma aplicação social de um julgamento político contra Hitler, efetuado ainda em 1939, pelos mais puros teóricos e experimentadores nucleares.<sup>31</sup> Nesse sentido, Hobsbawm abordou a questão da ciência e os

---

<sup>30</sup> Conforme Nadalin (2004), o termo “Coorte” tem sido adotado para designar a classe ou o grupo “de indivíduos que apresentam o mesmo fenômeno em dado período de tempo; logo, uma coorte de nascimento é sinônimo de \*geração, uma coorte de casamento é o conjunto de pessoas que se casaram em determinado período etc. (*apud* DICIONÁRIO DEMOGRÁFICO MULTILINGÜE, 1969, p. 18). Esse recorte geracional pode ser relacionado com a questão da formação intelectual. Assim, ambiente cultural, científico e político é de relevância para a análise desses recortes geracionais. Esta discussão tomará consistência no subtítulo 1.9.

<sup>31</sup> Hobsbawm (2013) usou o caso dos cientistas físicos John Desmond Bernal (1901-1971) e Robert Oppenheimer (1904-1967), e metaforizou-os como feiticeiros, em que “os feiticeiros, que tinham criado esses poderes, conscientes do perigo, viram-se impotentes diante dos aprendizes que justificavam seu uso, e sentiam prazer e orgulho nisso.” (HOBSBAWM, 2013, p. 214). A questão dos geneticistas na URSS foi trabalhada pelo autor quando comenta que Bernal defendeu publicamente “as problemáticas teorias agrobiológicas” do neolamarkista T. D. Lysenko, que foram eleitas como corretas, materialistas, progressistas e patrióticas. Esse foi o momento que culminou na demissão imediata e perda de liberdades de cerca de 3 mil biólogos. (HOBSBAWM, 2013, p. 216).

seus usos políticos nos usos da energia nuclear, uma agenda científica tão relevante quanto a questão racial no pós-Segunda Guerra.

Conforme apontou Marcos Chor Maio (1998), a Segunda Guerra Mundial revelou os resultados perversos da combinação entre racismo e racismo, representados por milhões de mortes e incomensurável destruição. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas diversas agências especializadas foram criadas em face do desafio de se instaurar um sistema político estável após a guerra de 1939-45, e procuraram conciliar os distintos interesses imediatos dos Estados-membros.

Assim, a criação da UNESCO visou à superação das atrocidades por meio da educação, da cultura e da ciência. O preâmbulo da Constituição da Unesco adotada em 1945 nomeou o racismo como um dos males sociais que deveria se combatido, pois pela ignorância e preceito da doutrina da desigualdade entre os homens e as raças foram negados os princípios da dignidade, igualdade e respeito mútuo. No entanto, fazia-se necessária a produção de uma declaração de um âmbito biológico do que era raça.

A declaração original, *The Race Question* (jul.1950), foi redigida na Unesco House, em Paris, por especialistas da Antropologia e Sociologia, criticadas por especialistas da Genética, tendo versão final relatada pelo antropólogo Ashley Montagu.<sup>32</sup> No entanto, foi criticada por pesquisadores, que julgavam o fato de que a liberdade de investigação científica estava ameaçada, quando a Unesco estabeleceu certas doutrinas de conclusões a serem tiradas das pesquisas referentes à raça. Por essa questão, ocorreu a revisão de 1951, relatada pelo geneticista L. Dunn. As críticas eram advindas especialmente de geneticistas e antropólogos físicos e demonstram o clima que o mundo científico e acadêmico vivenciava naquele momento, de muitos conflitos relativos a temáticas comuns aos seus estudos.

Conforme Veronika Lipphardt (2014), em “*Geographical Distribution Patterns of Various Genes*”: *Genetic studies of human variation after 1945*, há uma historiografia, vide Jenny Reardon (2004), em *Decoding race and human difference in a genomic age*, e Nancy Stepan (2003), em *Science and race: Before and after the Human Genome Diversity project*, que argumentaram que a mudança da ciência racial para os estudos de genética populacional da variação humana não foi completa, pois, em vez de romper com o termo

---

<sup>32</sup> Dentre os especialistas, estavam: Professor Ernest Beaglehole, Professor da Nezu, Zealand, Juan Comas, México, Professor L.A. Costa Pinto, Brasil, Professor Franklin Frazier, dos Estados Unidos Professor Morris Ginsberg, Reino Unido, Dr. Humayun Kabir, Índia, Professor Claude Levi-Strauss, França, Professor Ashley Montagu, Estados Unidos (Relator). O texto foi revisado pelo professor Ashley Montagu (1905-1999), após críticas apresentadas pelos professores Hadley Cantril, E.G. Conklin, Gunnar Dahlberg, Theodosius Dobzhansky, L.C. Dunn, Donald Hager, Julian S. Huxley, Otto Klineberg, Wilbert Moore, H.J. Muller, Gunnar Myrdal, Joseph e outros. Needham, Curt Stern.

raça, foi reformulado pelas bases da genética das populações. Conforme a autora, as afirmações são fruto de análises de declarações políticas e atividades de cientistas no contexto da UNESCO, como Dobzhansky.

Lipphardt, indo contra diagnósticos recentes de um “ressurgimento da raça” nas ciências biológicas, argumentou que a “raça” não ressurgiu, porque nunca desapareceu. Assim demonstrou ainda mais continuidade, onde para a autora, “(...) no que diz respeito às práticas de amostragem, rótulos de grupo, narrativas e o conceito de isolado, os cientistas se apegaram a muitos dos componentes cruciais dos conceitos de raça em seu trabalho empírico.” (2014, p. 51). Assim, raça era apenas uma maneira de falar de variedade humana, assim como os termos gradiente e isolados, que visavam focar na diversidade de uma região ou nas diferenças de pequenos grupos amostrados localmente, mas sem perder de vista os interesses por origem, história e evolução. O argumento centrava-se na intenção de mostrar que os antropólogos físicos e geneticistas se preocuparam em escrever uma bio-história concreta de certos grupos como um instrumento epistêmico para explicar e quantificar o surgimento da diferença. (LIPPHARDT, 2014). E nesse sentido, expôs que os níveis de análise da diversidade humana, em meados do século XX, passaram por processo de modificação, em que o corpo passou a ser utilizado como substrato de diferenciação.

No século 20, o espectro de partes do corpo e desempenhos corporais pesquisados se expandiram significativamente: sem abandonar as medidas antropométricas, os cientistas começaram a estudar sangue, cérebros, impressões digitais, saliva, urina, cera de ouvido, amostras de fezes, parasitas intestinais, micróbios da pele, taxas metabólicas, espectros de desempenho fisiológico, taxas de crescimento, maturidade sexual, menstruação e muitos mais detalhes, da perspectiva da variação humana. Na segunda metade do século 20, eles também adicionaram frequências de genes e alelos, proteínas e, finalmente, DNA. (LIPPHARDT, 2017).

A historiadora da ciência apontou questões pertinentes para a análise da tese em questão; os marcadores de diferença foram centrais dentro das práticas científicas da Genética Humana e da Criminologia. No entanto, seus usos foram múltiplos, heterogêneos e complexos.

### **1.1.1 Formação dos cânones científicos nacionais: reflexões sobre o ato de nomear**

Apresentaremos neste subtítulo como ocorreram os atos de canonização dos intelectuais e cientistas, com a finalidade de compreender quem legitima esse processo dentro da literatura científica. Buscamos também entender o que narrar significa, quem constrói as narrativas que dão unidade ao campo criminológico ou eugênico, e quem cria os

cânones científicos dos campos. Propomos uma análise da questão de autoridade, prestígio, capital simbólico produzido por alguns intelectuais dentro dos campos, refletir e explicar como funciona essa economia da autoridade dentro do campo científico.

Conforme apontou Bourdieu, “todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. (BOURDIEU, 2004, p. 22-23) O que comanda os princípios desse campo são os resultados das lutas de forças no interior do mesmo campo, que o autor chama de “estrutura das relações objetivas”; são, portanto, os resultados das lutas de força que delineiam as tomadas de decisões dos sujeitos constituídos no mesmo campo entre os agentes, e que determina o que estes podem ou não fazer. Ou seja, é a posição ocupada pelos agentes dentro do campo que delimita suas decisões tomadas. Assim, é necessário saber de onde se fala, qual a posição que se ocupa dentro do campo social.

A estrutura do campo será delimitada, segundo Bourdieu, pelo capital científico (espécie particular de capital simbólico, fundado pelos atos de conhecimento e reconhecimento), que é responsável pela hierarquização do campo científico; a força sobre o campo, esse capital de crédito científico, ou a posição na estrutura da distribuição do capital, responderá a respeito da capacidade ou não capacidade de mudanças dentro do campo. Com raras exceções, por exemplo, descobertas revolucionárias no campo, a ordem estabelecida será modificada; poderá haver a transformação do campo, com mudanças nos princípios de distribuição de capital ou até mesmo nas regras desse jogo. No entanto, até mesmo as descobertas revolucionárias podem não gerar essas modificações.

No texto *A Linguagem Autorizada: As Condições Sociais da Eficácia do Discurso Ritual*, Bourdieu (1998) faz interrogações referentes aos usos da linguagem, e reflete a respeito das condições sociais da utilização das palavras. Assim, o poder das palavras, segundo Bourdieu, “é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido” (BOURDIEU, 1998, p. 87). É necessário deixar claro que a autoridade de que se reveste a linguagem “vem de fora”, lhe é externa, é um poder delegado pelo grupo, do qual o porta-voz faz parte. Para tanto, Bourdieu traz como exemplo “o cetro (skeptron) que se oferece ao orador que vai tomar a palavra na obra de Homero”. (BOURDIEU, 1998, p. 87). Neste caso, o sujeito que detém o cetro tem autoridade de fala. E afirma o autor:

(...) a linguagem, na melhor das hipóteses representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a. Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se

exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição. (BOURDIEU, 1998, p. 87).

A linguagem representa a autoridade de quem a detém, de modo que este agente manifesta e simboliza esse poder. E essa autoridade será delineada pela instituição da qual o agente faz parte, que demonstra quais são os limites das falas, o que pode ser dito e o que não pode ser dito. Assim, interrogações como “quem faz uso desta linguagem?” e “quem autoriza esta fala?” são pertinentes à análise. Bourdieu afirma que é necessário fixar a ideia de que o uso da linguagem depende da posição social na qual o locutor está estabelecido, que comandará, de certa forma, o acesso deste à linguagem da instituição, ou seja, livre ou parcial acesso à palavra oficial, ortodoxa, legítima da instituição da qual faz parte. Para tanto, Bourdieu afirma que esse

acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional, está na raiz de toda a diferença (...) entre a mera impostura dos “mascaradores” (masqueraders) que disfarçam a afirmação performativa em afirmação descritiva ou constatativa e a impostura autorizada daqueles que fazem a mesma coisa com a autorização e a autoridade de uma instituição. O porta-voz é um impostor provido do cetro (skeptron). (BOURDIEU, 1998, p. 87-88)

Essa seria a grande diferença entre o discurso autorizado e o discurso não autorizado, ou seja, ter acesso ou não aos instrumentos legítimos de expressão (linguagem institucional). Assim, quem não tem esse acesso é chamado, por Bourdieu, de “mascaradores”, ou desprovidos de autoridade, desprovidos de autorização de uma instituição para ter acesso à linguagem particular, ou seja, que não detém o cetro. Porém, o porta-voz dessa instituição, ou do seletivo grupo que faz parte da instituição, também é visto como um impostor, mas um impostor que detém o poder sobre o cetro. O porta-voz autorizado ganha o estatuto de procurador de determinado grupo ou instituição, que “consegue agir com palavras em relação a outros agentes (...) e agir sobre as próprias coisas”, de modo que este porta-voz ou procurador detém o capital simbólico acumulado do grupo, ao mesmo tempo em que representa esse grupo.

Em *O que Falar quer Dizer* (1998), Bourdieu trata de se desvencilhar do estruturalismo, deixando de lado a língua e se dedicando à fala. O ato de falar não é ingênuo, envolve a questão da competência de quem usa a fala. Para ser aceito como autoridade pelos pares e diante do público geral, é necessário interrogar-se se usa a competência de forma competente.

Nesse mercado linguístico, nessa economia da fala, o capital é justamente a fala. A fala é um capital simbólico. A fala é produto do agenciamento, que envolve o ato de ação e não de sujeição. E é a partir dessa legitimação social que os intelectuais se tornam autoridades, e, conforme o reconhecimento, tornam-se cânones.

Ricardo Leão, dialogando com Antonio Candido (2000), infere que, na questão da literatura brasileira, os cânones emergiam da seleção de autores e obras que objetivavam estabelecer um *corpus* documental e literário a serviço da História do Brasil, e justificar a existência de uma literatura genuinamente brasileira. Era uma forma de produzir a identidade brasileira, em oposição à portuguesa. (LEÃO, 2013, p. 70).<sup>33</sup> De certa maneira, os cânones do campo científico emergem igualmente dessa pretensão de se conhecer e reconhecer uma ciência genuinamente brasileira; reafirmar a autonomia do campo científico brasileiro, reconhecer suas autoridades. Por isso existe a necessidade de se fazer conhecer e reconhecer as autoridades do campo, escrever a história da ciência brasileira.

Conforme Ferla, as teorias que conseguiam entrar nos currículos acadêmicos, por exemplo, alcançavam “um novo patamar no seu reconhecimento científico, ao mesmo tempo em que garantem melhores condições de reprodução e difusão social. É um dos passos mais importantes da caminhada que vai da simples ficção ao fato científico consolidado”. (FERLA, 2005, p. 73). E esse é um ponto reflexivo que devemos considerar, pois a produção de Manuais e Teses se efetivava no sentido de se colocar não como opção somente suficiente, mas que trazia leituras e interpretações renovadas e relevantes às novas gerações de cientistas. Assim, o movimento de narrativa busca evidenciar o devido reconhecimento aos membros que ocupam o espaço de autoridade dentro do campo.

Quando os intelectuais narram acerca dos pares estabelecidos, eles compõem aspectos da literatura do passado brasileiro ou seus cânones. Formam um modelo explicativo e genealógico da ciência a ser implantado e seguido como doutrina e programa. Esse movimento cria a ideia da constituição de uma tradição. Por meio de uma composição do passado emergem os cânones científicos.<sup>34</sup>

E fica uma indagação: qual é o papel da narrativa instituinte da ciência brasileira e da invenção dos cânones efetivados por esses intelectuais? Nesse jogo de narrativas, quais são os lucros que o agente da narrativa obtém ao canonizar os pares? A tese busca

---

<sup>33</sup> Dentre os intelectuais apontados por Leão (2013) estavam Santiago Nunes Ribeiro, com o texto *Da Nacionalidade da Literatura Brasileira* (1843), e Machado de Assis, em *Notícias da Literatura Brasileira - Instituto de Nacionalidade* (1873). (LEÃO, 2013, p. 72).

<sup>34</sup> Essas reflexões referentes ao campo científico advêm de adaptações das reflexões de Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (2000).

compreender uma parte dessa dinâmica social do ato de narrar, que cria lugares comuns, criando heranças intelectuais.

### **1.1.2 Capítulos da História da Ciência no Paraná da década de 1940: entendendo as redes de sociabilidades**

Nossas reflexões neste subtítulo recaem no campo científico e as redes de sociabilidades, bem como o que caracterizava os campos médico e jurídico. Nesse sentido, são representados, em nosso entendimento, por instituições de pesquisa, sociedades, revistas, laboratórios, clínicas e hospitais. Poderíamos citar como espaço do campo médico a Faculdade de Medicina do Paraná (1912), a Sociedade de Medicina (1914), a Sociedade Médica dos Hospitais (1930), a Associação Médica do Paraná (1933), a *Revista Paraná Médico* (1916-1929), a *Revista Médica do Paraná* (1931), o Serviço Sanitário do Estado do Paraná (aprov. 1892, instituído 1897), Inspetoria Geral de Higiene (1892), o Instituto Pasteur (1913-14), o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (1941-42) e o periódico *Arquivos de Biologia e Tecnologia* (1946). Além do mais, foram locais de ensino e prática médica a Santa Casa de Misericórdia (1880), o Hospício N. S. da Luz (1903), o Hospital Militar (1890), a Maternidade do Paraná (1914), o Dispensário Dentário (1913) e, mais tarde, o Hospital de Crianças (1930).<sup>35</sup> A Santa Casa da Misericórdia foi utilizada como lugar de ensino até a inauguração do Hospital das Clínicas, em agosto de 1961.

O mesmo vale para a questão do campo jurídico, formado, para além da Faculdade de Direito do Paraná (1912), pelos aparatos jurídico-policiais, como Juízes de Direito nas Comarcas, Delegados de Polícia, Superior Tribunal de Justiça (1892), Serviço Médico-Legal (1892), depois chamado Departamento Médico Legal (1929), e por fim Instituto Médico Legal (1962), Gabinete Antropométrico (1905), depois chamado de Gabinete de Identificação e Estatística (1907) – e, mais tarde, Instituto de Identificação do Paraná (1935) -, Penitenciária do Ahú (1909), o Conselho Penitenciário do Estado (1926), Laboratório de Polícia Técnica (1935), Colônia Penal Agrícola (1941), a Penitenciária Central do Estado - Piraquara (1954) e a Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná (1957).

---

<sup>35</sup> Cintra (2010) refletiu as questões envolvidas no ensino prático e no ensino das Clínicas que se deram nessas instituições. (2010, p. 186-187). A respeito do Hospital da Criança, Claudinéia Avanzini trouxe relevantes reflexões, na medida em que expõe como se organizou o Hospital, que grupos participaram da criação. Avanzini inferiu que a Faculdade de Medicina do Paraná fez parcerias breves com a Cruz Vermelha Brasileiro, seção Paraná (1917), o Dispensário Infantil da Cruz Vermelha (1919), e também no Instituto de Higiene Infantil (1919). As questões do ensino prático no Hospital também são tratadas. (AVANZINI, 2011).

Assim, esse campo divide seus espaços conforme a notoriedade<sup>36</sup> e autoridade científica dos seus integrantes, que são mensurados a partir de suas produções; no entanto, devemos separá-la do prestígio social das pessoas, que advém de um capital familiar e social.<sup>37</sup> As leis e os regramentos de legitimidade se dão por vias da produção acadêmica escrita, artigos em revistas especializadas ou livros, mas também por exposição de argumentos e a prática da Oratória, comumente utilizada.

O campo científico é evidenciado pela questão do embate ou luta entre os interessados pela autoridade científica, sejam eles cientistas, pesquisadores ou intelectuais. Cabe ao pesquisador observar as relações existentes nesse campo, e quais são as estratégias dos agentes que fazem parte da composição, mas sobretudo estar atento ao processo de transformação ou conservação da sociedade.

O campo é um espaço de manifestação de poder e se estrutura a partir de uma distribuição desigual de um capital social; no presente caso científico, determina que posição o agente ocupa no espaço. Há um capital científico que tem sua economia baseada na autoridade científica, que advém de lutas que trava entre os agentes, em uma disputa por legitimidade científica. Portanto, quem se legitima como autoridade por meio da disputa científica detém as posições hierárquicas mais elevadas, e, por consequência, maior capital científico, celebridade e prestígio individual, e ainda imposição social nos demais componentes. (ORTIZ, 1983, p. 21).

Bourdieu, bebendo dos conceitos weberianos de ortodoxia e heterodoxia - utilizados nos estudos de Sociologia da Religião -, interpreta-os no campo social, de maneira que os ortodoxos buscam manter ou conservar a posição, secretar uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação. (ORTIZ, 1983, p. 22). Quando há

---

<sup>36</sup> A questão da exaltação da notoriedade pode ser entendida como uma questão de solidariedade de grupos e suas sociabilidades, chamamos ainda atenção para uma solidariedade que pode se tratar de conveniências para a sobrevivência social.

<sup>37</sup> Por capital social, Bourdieu infere sobre “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo.” (BOURDIEU, 1985, p. 248; 1980 *apud* PORTES). A bibliografia de 1980 trata-se de *Notas provisórias*, publicada nas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Já a bibliografia de 1985 trata-se de *The forms of capital*, publicado em *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. O capital social deve ser identificada como capacidade de angariar benefícios através da pertença a redes e outras estruturas sociais. Dentre as fontes de capital, têm-se as do tipo altruísta, como a introdução de valores comuns e a solidariedade confinada, já no tipo instrumental há trocas recíprocas e confiança exigível. No entanto, dentro das sociabilidades, ao mesmo tempo em que o capital social produz laços fortes que produzem benefícios a alguns membros barra o acesso a terceiros, restringe os estranhos. Sob o ponto de vista social, podem ser herdeiros de condição abastada ou não, que influi também no capital político do agente em suas relações extra-familiares.

lançamentos de obras, celebram-se certos rituais junto à instituição, seja a Universidade, sociedade ou revista, que tendem a canonizar ou refutar o produto no mercado.

É possível pensarmos o campo acadêmico e científico em relação às redes de sociabilidade que se instauram. Para Bourdieu, geração é visualizada na perspectiva dos conflitos geracionais. Por se tratar de valores e expectativas distintas, os conflitos entre gerações se põe em jogo em função da transmissão do poder e dos privilégios, que são de ordem arbitrária. (BOURDIEU, 1983). Explicitou o sociólogo que “para saber como ser e cortar as gerações é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de luta e as divisões operadas por esta luta”. (BOURDIEU, 1983, p. 213). Nesse sentido, para além das sincronias intelectuais, faz-se relevante compreender as dissincronias intelectuais, as motivações de admiração ou recusas a algumas posturas.

A relevância das redes de sociabilidades intelectuais foi destacada por Jean-François Sirinelli, para quem elas “(...) secretam, na verdade, microclimas à sombra das quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos”. (SIRINELLI, 2003, p. 252). As redes de sociabilidade evidenciam não somente as relações sincrônicas entre intelectuais, mas também permitem, a partir da noção de microclima, compreender o microcosmo intelectual, angariando para a análise relações de outros tempos.

## **1.2 A Universidade: Instituição, Cátedras, Congregações e suas organizações**

Percebemos a Universidade como instituição que compôs o campo acadêmico e científico, organizou a produção e reprodução do conhecimento científico considerado legítimo; como um espaço social que demarcou formas de potencialidades e certos gostos de consumo inculcados ou incorporados pelos agentes, um *habitus* universitário e, sobretudo, científico. Nessa discussão, refletiremos questões relativas às organizações do ensino superior no Paraná, já que a instituição em questão possui sua historicidade marcada por rupturas, mantendo o *status* de Universidade até 1915, quando foi dividida em Congregações, retomando o *status* somente em 1946, com a unificação das Congregações. Assim, é pertinente compreender as relações de autonomia e dependência entre as cátedras e Congregações e se essa relação configura um campo de conflito.

Rui Wachowicz, em *Universidade do Mate* (2006), relatou que a fundação da Universidade significou uma resposta ou uma compensação pela perda do território a Oeste

para Santa Catarina. A data de 19 de dezembro de 1912 foi escolhida para fazer referência à emancipação política do Estado, ocorrida em 19 de dezembro de 1953, e representava nesse sentido a emancipação intelectual. O modelo de Universidade inspirava-se na experiência napoleônica, que indicava um maior controle do Estado sob as diretrizes pedagógicas e ideológicas. (CAMPOS, 2006). Nevio Campos (2006), em *Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade*, analisando os projetos de universidade pensados pela intelectualidade, afirmou que, no Paraná, a proposta de Rocha Pombo, em 1892, impossibilitada pela Revolução Federalista (1893-1895), expressava alguns elementos da concepção humboldtiana (propostos pela Universidade de Berlim)<sup>38</sup>, enquanto que o projeto de 1912, concretizado, inspirava-se na experiência napoleônica (Universidade Imperial, 1806).<sup>39</sup>

Desde a criação da Universidade do Paraná, a instituição se constituiu pelo caráter privado. No entanto, há de se frisar a injeção de dinheiro público para o patrimônio inicial, além de incentivos e subvenções anuais.<sup>40</sup> Mesmo com a ajuda financeira do Estado, nos dez anos iniciais, funcionou precariamente, conforme aponta o texto memorialista do calouro do curso médico em 1918, Milton Ericksen Carneiro (CARNEIRO *apud* COSTA, LIMA, 1992; VELLOSO, s/d; Cintra, 2010). Assim, não bastando a crise econômica causada pela Primeira Guerra Mundial, a falta de financiamentos – tempo “das vacas magérrimas”- e a falta de professores que fez surgir os “gramofones universitários” - apelido dado aos professores que atuavam em várias disciplinas –, a instituição passou por problemas de ordem política e legislativa advindos do fim da Reforma Rivadávia Corrêa (1911) e da instauração da Reforma Maximiliano (1915).

Conforme infere Velloso,

Em 13 de setembro de 1913 foram aprovados os estatutos da então Universidade do Paraná pelo seu Conselho Superior, com base na Lei Orgânica do Ensino

---

<sup>38</sup> Conforme Campos (2006), a experiência alemã estava alicerçada nas ideias de pesquisa e ensino, ou seja, era constituída por uma comunidade de professores, cujo objetivo era a busca da verdade, garantido pela unidade da pesquisa e do ensino e fundamentado nos princípios da liberdade de aprender e da liberdade de ensinar. Nesse modelo, o Estado não interferia na organização pedagógica e ideológica da Universidade. (CAMPOS, 2006).

<sup>39</sup> O projeto napoleônico visava estabelecer um sistema universitário que estivesse sob controle do Estado. Sob esse aspecto, objetivava difundir uma doutrina comum e assegurar um ensino profissional para a formação de professores, de médicos, juristas e preparar os indivíduos para servir ao projeto de nação. O modelo expressava que o Estado deveria centralizar a organização das diretrizes do ensino superior. (CAMPOS, 2006).

<sup>40</sup> Conforme Rodrigues (2016), o Estado garantiu “verba inicial para formação de patrimônio, de acordo com a Lei n. 1.286, de 27 de março de 1913, no valor de 80.000\$000 (oitenta contos de réis) e posteriormente com uma verba de subvenção com a Lei n. 1.457 de 1914, no valor de 36.000\$000 (trinta e seis contos de réis) anuais.” (RODRIGUES, 2016, p. 4).

Superior e do Fundamental da República, aprovada pelo decreto nº 8.659 de 05/04/1911, redigida e assinada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia Corrêa. Por esta lei, que ficou conhecida pelo nome do seu autor, foi estabelecida a autonomia, sob o ponto de vista administrativo, financeiro e didático, das instituições de ensino estatais, que deixariam de gozar de qualquer espécie de privilégio. As escolas superiores criadas pelos Estados e por particulares ficavam isentas de qualquer fiscalização por parte do Governo Federal, sendo a organização de seus currículos decidida pelo próprio corpo docente da instituição. (VELLOSO, s/d, p. 3).

Essa fase inicial de autonomia em relação à administração, ao financeiro e ao didático da instituição, então privada, durou até 1915.<sup>41</sup> Com a instauração da Reforma Maximiliano, pelo Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, foram estabelecidas exigências mais severas para a manutenção das instituições de ensino mantidas pelos Estados e pelo setor privado, quando então foi perdida a autonomia didática, voltando a ser obrigatória a adoção dos programas oficiais.

A partir da Reforma de 1915, a Universidade ficou subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que exigiu ainda um reconhecimento da instituição de ensino superior, que deveria ser equiparada a uma instituição oficial - uma universidade. Para tal equiparação, era necessário o funcionamento regular há mais de cinco anos, equiparação de currículos com as instituições oficiais, estrutura física adequada, processo seletivo rigoroso, concurso para docentes. (RODRIGUES, 2016, p. 8).

A Universidade, a partir desse decreto, foi forçada a dividir-se, em 25 de maio de 1918, em três escolas autônomas: Medicina, Direito e Engenharia. (VELLOSO, s/d, p. 3; CINTRA, 2010, p. 91; PIETTA, 2019). Mas a separação de fato ocorreu em 19 de dezembro de 1920, quando a administração das faculdades foi dividida, bem como seu patrimônio. No entanto, continuam agregadas nas Faculdades Superiores do Paraná, conforme discorreu Rodrigues (2016, p. 11 *apud* BARANOW; SIQUEIRA, 2006).

As três Faculdades passaram por alguns momentos de insegurança, não tendo seus diplomas reconhecidos em outros Estados. Houve, por exemplo, uma denúncia instaurada pela Inspetoria de Fiscalização do Exercício da Medicina sobre a Faculdade de Medicina do Paraná. A acusação relatava que a FMP não era reconhecida pela União, e que assim não poderiam revalidar títulos de médicos estrangeiros, por ser uma Faculdade ilegal. Sua revalidação infringiria as leis sanitárias e do ensino. (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES

---

<sup>41</sup> Conforme Rodrigues (2016), a Reforma Rivadávia deu relativa liberdade didática às instituições, na medida em que delimitava a partir do seu artigo 62 a duração do período letivo, período de provas e matrículas, dentre outros. O mesmo ocorria na questão da liberdade administrativa, que, conforme Rodrigues (2016), em seu artigo 94 definia a equipe mínima necessária e seus papéis, e no artigo 31 definia a estrutura organizacional dos professores. (RODRIGUES, 2016, p. 3).

DE MEDICINA, 1921, p. 74). Essa situação foi contornada em 1922, quando a Faculdade de Medicina foi equiparada. No caso da Faculdade de Direito do Paraná e da Faculdade de Engenharia do Paraná, foram equiparadas em julho e agosto de 1920.

Após a equiparação das três Faculdades, o ideal da universidade passou a circular pelas redes de sociabilidades intelectuais paranaenses, pois, além do mais, a partir da criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 07 de setembro de 1920, reuniram a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, abriu-se precedente a outros projetos universitários no país. O modelo universitário vislumbrado envolvia o ensino, a pesquisa e a extensão. (RODRIGUES, 2016, p. 13).

A Reforma de 1925, efetuada por Juvenil Rocha Vaz e por isso levando seu nome, advinda do Decreto n. 16.782-A, de janeiro de 1925, criou o Departamento Nacional de Ensino, que centralizava a regulação e supervisão da educação no país. Era o Departamento responsável pelo registro dos diplomas das instituições oficiais e equiparadas, e em meio às rígidas condicionantes para a criação da Universidade, as Faculdades do Paraná se mantinham agregadas em torno das discussões, no entanto, distantes da efetiva equiparação universitária.

Pela Reforma Rocha Vaz, os programas de ensino eram produzidos pelos catedráticos, e dispostos à aprovação pela Congregação, que ocorria antes da abertura de cada ano letivo. A Congregação poderia ainda, se não apresentado novo programa pelo catedrático, mandar adotar o programa de ensino do ano anterior. Aos catedráticos cabia organizar o programa de ensino de modo a englobar toda a matéria no ano letivo e ter aplicações práticas da matéria ensino, ficando a Congregação responsável por policiar essa questão.

As três Faculdades possuíam suas próprias Congregações. Nessa estrutura de poder, observamos que os catedráticos ficavam dependentes das ações da Congregação. Na Faculdade de Medicina do Paraná, além dos catedráticos do curso de Medicina, haviam catedráticos de Odontologia, Obstetrícia e Farmácia que tinham direito a voto na Congregação. Na Faculdade de Direito do Paraná, os catedráticos de Direito participavam da Congregação.<sup>42</sup> A Faculdade de Engenharia possuía sua Congregação formada por catedráticos de engenharia civil e agrônoma. Já a FFCL, quando criada, em 1938, para termos uma ideia, em sua Congregação possuía catedráticos dos cursos de Filosofia,

---

<sup>42</sup> Entre 1945 e 1950, enquanto a Escola de Engenharia estava Anexa da FDP, na Congregação da FDP participaram os catedráticos de Ciências Econômicas.

Ciências Físicas, Químicas, Matemáticas, História e Geografia, Historia Natural, Sociais e Políticas, Letras, Pedagogia. O campo acadêmico era, por assim dizer, interdisciplinar por essência. Os campos de especialidade que foram se formando posteriormente foram delimitando-se a partir dos laboratórios, seminários de pesquisa departamentos e pós-graduação. Deste processo emergiu uma maior autonomia do campo científico, na medida em que o campo acadêmico se tornava cada vez menos interdisciplinar, porque foi desfeita uma engrenagem disciplinar e hierarquica que levava em conta a competência do professorado – representada pelo colégio intermediário nomeado congregação. (WESTPHALEN, 1988, p. 58-59).

Ao Catedrático cabia tomar parte nas congregações, deveria ainda comunicar as congregações referentes às dificuldades de execução e conferir soluções. Em relação aos Docentes-Livres, cabia ao Catedrático redigir suas instruções de cursos em gabinetes, laboratórios ou clínicas do instituto. Cabia ao catedrático escolher pessoal para o serviço privado da Cátedra, propor nomeação ao diretor. Quando se defendia uma cátedra, apresentavam-se texto, defesa oral e prova prática perante a Congregação, que sorteava ponto, organizava a banca e o processo. Em casos de empate, a Congregação enviava os nomes ao Governo. Faziam parte da Congregação os professores catedráticos, podendo tomar assento docentes-livres quando substituindo o catedrático. Nesse sentido, a Congregação era interdisciplinar, subordinava os catedráticos à aprovação de programas, julgamentos de concursos de cátedras, além da própria criação de novas cátedras. As redes de sociabilidades acadêmicas e as relações entre o catedrático com a Congregação da Faculdade correlata devem ser compreendidas com minúcia, pois revelam um tanto das amarras e dependências das estruturas de poder do campo acadêmico.

A partir do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, a constituição da Universidade deveria seguir algumas exigências, tais como congregar ao menos três dos institutos do ensino superior, ou Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escolas de Engenharia, Faculdade de Educação, Ciências e Letras. O caso da união das Congregações paranaenses foi barrado pela inexistência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que foi criada somente em 1938. Devemos, pois, pensar na estrutura universitária das Congregações para elaborarmos reflexões acerca da autonomia da produção de conhecimento e o seu ensino.

A Reforma Francisco Campos regulou as competências, as composições e o funcionamento da Universidade, desde a Reitoria, o Conselho Universitário, a Assembleia

Universitária, os Institutos Universitários, os Conselhos Técnico-administrativos, as Congregações, a Organização Didática, o Corpo Docente, a Admissão e a Representação Estudantil.

Do Corpo Docente, faziam parte os professores catedráticos, auxiliares de ensino, docentes livres e, por vezes, professores contratados. Conforme o Art. 61 do Decreto 19.851, o professor catedrático era “responsável pela eficiência do ensino da sua disciplina, cabendo-lhe ainda promover e estimular pesquisas, que concorram para o progresso das ciências e para o desenvolvimento cultural da Nação.” (DECRETO 19.851, 11/04/1931). O catedrático, conforme o Artigo 67 do mesmo Decreto, embora no gozo de sua vitaliciedade, poderia ser destituído do cargo mediante o voto de dois terços dos professores catedráticos e sanção do Conselho Universitário. Dentre as motivações estavam a incompetência científica ou didática, assim como atos incompatíveis com a moralidade da vida universitária.

Ou seja, mesmo com autonomia no tocante à disciplina e o conteúdo programático, os catedráticos estavam subordinados ao Conselho Universitário, um órgão consultivo e deliberativo da universidade, formada pelos diretores dos institutos que compunham o núcleo, por um representante de cada instituto eleito pela Congregação, pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes. (DECRETO 19.851, 11/04/1931). Já a Congregação, conforme o Decreto, era constituída pelos professores catedráticos efetivos, pelos docentes livres em exercício de catedrático e por um representante dos docentes livres, eleitos pelos pares. A partir da Reforma Francisco Campos, quanto às bancas de concurso, a Congregação passou a indicar dois membros, enquanto que outros três membros eram escolhidos pelo Conselho técnico-administrativo. O Conselho técnico-administrativo era escolhido pela Congregação. As Congregações eram de tamanha significância que durante as discussões referentes à criação da Universidade, as próprias Congregações das Faculdades foram contrárias, conforme apontou Rodrigues (2016, p. 18).

Cabe lembrar que o Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que referendou a organização das Faculdades, em seu artigo 39, frisava que “sempre que a Faculdade de Direito fizer parte da Universidade”, a direção desta deveria organizar “ali um instituto especial de Criminologia com aproveitamento de professores da Faculdade de Medicina”. Nesses cursos poderiam “matricular-se alunos de qualquer das duas faculdades.” (Decreto 19.852, de 11/04/1931). Como inexistiu a Universidade até 1946, ano da unificação das Faculdades é que esse artigo sobre o Instituto de Criminologia poderia ser posto em prática,

conforme aconteceu na Universidade do Rio de Janeiro, que criou seu instituto nesse mesmo ano. No Paraná, tal fato aconteceu somente em 1958, quando havia um maior número de especialistas, a partir do Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária.

Em relação à questão das cátedras, conforme relatou Fávero (2000), a Constituição de 1934 garantia aos catedráticos os seguintes requisitos: a liberdade de cátedra, vedada à dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial, garantia aos professores nomeados por concurso para os institutos oficiais da vitaliciedade e da inamovibilidade nos cargos e, em casos de extinção da cadeira, o professor seria aproveitado (arts. 155 e 158).

No entanto, em 1937, com a nova Constituição, o ensino e a educação passaram a ser instrumentos do Estado, e opositores tiveram menos liberdade de pensamento e de cátedra. Em 1938, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL-PR), passo importante para se manter a instituição com *status* de Universidade. Campos (2006) infere que a FFCL apropriou-se do modelo católico (da Universidade de Louvain) para pensar a Universidade.<sup>43</sup> As ações de 1946 (constituição da Universidade do Paraná) e 1950 (transformação em Universidade Federal) postulavam a disputa entre os projetos defendidos pelo grupo de 1912, de molde napoleônico, e pelo grupo de 1938, de molde católico.

A partir do Decreto n. 1.190, de 4 de abril de 1939, a FFCL teve novos Estatutos que previam a criação de quatro seções fundamentais, como nomeou o decreto, mas nomeados de departamentos nas publicidades da FFCL-PR na imprensa. Eram elas: seção de filosofia; seção de ciências; seção de letras; seção de pedagogia. Nas publicidades jornalísticas apresentavam-se o Departamento de Filosofia; Departamento de Ciências, formado por seis cursos: Ciências Físicas, Químicas, Matemáticas, Naturais, Geografia e História, Sociais e Políticas; Departamento de Letras; e Instituto Superior de Educação. Conforme Cecilia Maria Westphalen, “as disciplinas incluídas no currículos dos cursos regulares constituíam matéria de 46 cadeiras criadas, cada uma a cargo de um professor catedrático”. (WESTPHALEN, 1988, p. 23). Ser catedrático significava atingir a posição de respeito na hierarquia universitária e por consequência, socialmente, já que o capital científico é um tipo de capital social. Garantia ainda uma posição de vitaliciedade,

---

<sup>43</sup> A experiência católica de Universidade entendia que a educação era uma tarefa da família e da Igreja, isto é, o Estado não tinha o direito de educar, salvo se resguardasse os princípios da doutrina católica. Entendia o Estado como um aliado para a consolidação dos seus projetos. (CAMPOS, 2006, p. 1).

titularidade da cadeira, de organizador da disciplina, nomeação de assistentes e auxiliares, seguidores das regras da instituição. Assumiam cargos de liderança e a eles cabiam participar em órgãos colegiados sobre as deliberações. Poderiam assim dinamizar o ensino e a pesquisa, contratando pessoal qualificado e formando grupos ativos, mas também minar possibilidades de avanço, prevalecendo troca de favores e apadrinhamentos. (ROIZ, 2012; FAVERO, 2015).

Imaginemos a intelectualidade paranaense nesse momento histórico, dentro de suas cátedras, expandindo o campo científico. Homero de Mello Braga, que em 1938 ocupava a cátedra de Clínica Pediátrica, na FMP, e passou a ocupar a Cátedra de Biologia Geral, na FFCL-PR, e logo pensamos que, se não fosse afeito às políticas nacionais, seria considerado um problema para o Estado Novo. No entanto, possuía uma ampla rede de sociabilidade, tanto científica como política, e estava alinhado àquela perspectiva governamental federal e estadual. Inclusive, teve boas relações com o grupo católico, apresentando, em 1947, durante Aula Inaugural, a temática da *Formação médica e humanismo católico*.

Já a Constituição de 1946, fruto da democratização, conforme Fávero, ao tratar da matéria, prescreve:

para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no ensino superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade. A seguir dispõe: “É garantida a liberdade de cátedra”. (art. 168, incisos VI e VII). (FAVERO, 2000, p. 3-4).

Apesar do pequeno intervalo na iminência de ilegalidade, a situação foi regulada e as escolas autônomas mantiveram-se dessa forma até 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.323, de 6 de junho, aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, e pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, sendo restabelecida a Universidade do Paraná ainda como instituição privada de ensino superior, equiparada aos oficiais.<sup>44</sup>

Em 1946, durante os preparativos para a assembleia universitária, que visou à votação pela incorporação das Faculdades à Universidade, esteve presente na capital do Paraná o Ministro Souza Campos, da Pasta de Educação e Saúde, que, no papel de autoridade em assuntos do Ensino Superior, ensejou por aquela concretização. No dia primeiro de abril de 1946 ocorreu a reunião do conselho, que contou com o Ministro citado

---

<sup>44</sup> Em 31 de março de 1950, em solenidade na Universidade do Paraná, ao Presidente Gaspar Dutra foi concedido o título de doutor *honoris causa* pelos serviços prestados na promoção da reestruturação da Universidade. (O DIA, 31/03/1950, p. 6).

e o Interventor Federal, Brasil Pinheiro Machado, também professor da FFCL-PR. Estiveram presentes também os Diretores das Faculdades, professores Victor do Amaral, João Ribeiro de Macedo Filho, Durval Araujo Ribeiro e des. Manuel de Lacerda Pinto, além dos delegados das congregações, professores Francisco de Paula Soares, des. Clotário de Macedo Portugal, coronel Plínio Tourinho e Loureiro Fernandes. (O DIA, 31/03/1946, p. 1).

Dessa decisão conjunta, a Universidade do Paraná ficou constituída pela Faculdade de Medicina e escolas anexas de Farmácia e Odontologia; pela Faculdade de Direito, pela Faculdade de Engenharia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (VELLOSO, s/d, p. 6). Apresentamos uma tabela com a relação dos Reitores e respectivas gestões. Atentamos para o período entre maio de 1918 e julho de 1946, em que a Universidade foi desintegrada em três Faculdades e não possuía uma reitoria.

**Tabela 1 - Relação de Reitores da Universidade**

<b>Reitor</b>	<b>Período de gestão</b>
Victor Ferreira do Amaral	dez. 1912 a 25 de mai. 1918
Congregação de Faculdades, sem Reitoria <sup>45</sup>	jun. 1918 a jun. 1946
Victor Ferreira do Amaral	jul. 1946 a jul. 1948
João Ribeiro de Macedo Filho <sup>46</sup>	ago. 1948 a jun. 1949
Flávio Suplicy de Lacerda <sup>47</sup>	ago. 1949 a maio 1964

<sup>45</sup> Cabe ressaltar que nesse momento as congregações estavam sob a direção de Victor Amaral e João de Macedo Filho, no entanto, inexistia reitoria.

<sup>46</sup> João Ribeiro de Macedo Filho, filho de João Ribeiro de Macedo e Ana Maria de Azevedo Portugal. Frequentou o Instituto Paranaense e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. Casou-se com D. Francisca Adelaide de Macedo. Participou ativamente da criação da Universidade e da Faculdade de Direito, onde foi professor Catedrático de Direito Comercial. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. Em 1909 foi Delegado de Política de Curitiba, entre 1925 e 1930 Consultor Jurídico da Prefeitura. De 1932 a 1949, foi Auditor Substituto da 5ª RM. Foi Secretário Geral do Estado em 1930 e também Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, em 1945, a convite do interventor Clotário de Macedo Portugal. Faleceu em 4 de agosto de 1949.

<sup>47</sup> Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983), nascido na Lapa-PR, em 4 de outubro de 1903, era filho de Manuel José Correia de Lacerda e de Alice Maria Suplicy de Lacerda. Frequentou o Colégio Militar de Barbacena-MG, e graduou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica de São Paulo, em 1928. Foi engenheiro da Prefeitura de Curitiba depois de formar-se. Em 1930 passou a ser docente na Escola de Engenharia do Paraná, defendendo sua tese em 1931. Durante interventoria de Brasil Pinheiro Machado, em 1946, foi secretário de Viação e Obras Públicas. Névio de Campo, em *Flavio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense* trabalhou como a questão do capital social advindo da sua genealogia familiar, mas também do capital cultural que herdou e adquiriu durante sua trajetória proporcionaram-o ocupar o espaço de reitor da Universidade do Paraná. Suplicy de Lacerda esteve na reitoria entre 1949 e 1964 e posteriormente, entre 1967 e 1971.

José Nicolau dos Santos <sup>48</sup>	maio 1964 a maio 1967
---------------------------------------	-----------------------

Fonte: adaptada pelo autor.

Acerca do ambiente cultural que influiu no modelo de Universidade, como especificidade o modelo católico foi hegemônico. Campos (2006), observou que Flávio Suplicy de Lacerda defendeu a necessidade de organizar *A Universidade Orgânica*, que se expressava nos limites do modelo napoleônico, e passou a ser entendida como instituição responsável por um novo projeto acadêmico, que deveria chegar até o povo. O modelo napoleônico passou a ser considerado pelos católicos como pernicioso à Universidade. Para Lacerda,

O regime universitário nem ao menos pode se formar, por essas épocas, porque, por virtude da influência francesa, que nos tomava por completo a ação intelectual, fomos levados, no nosso irresistível marginalismo, ou mesmo no nosso espírito de coloniagem, aliás comum aos povos latino-americanos, às preferências pelas escolas superiores isoladas, aqui estabelecidas com os mesmos sistemas e até com os mesmos nomes das escolas da França. (ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE..., 1949, p. 63 *apud* CAMPOS, 2006).

Criticou os ditames do individualismo, que, conforme relatou, alimentou as origens e o desenvolvimento da Revolução Francesa e que, mais tarde, por uma dialética própria, foi servir de substância criadora original das revoluções bolchevista e fascista. Suplicy de Lacerda (1949) reconhecia a contribuição do conhecimento científico para o progresso material, entretanto, apontava os efeitos desagregadores dessa mesma racionalidade, pois as

<sup>48</sup> José Nicolau dos Santos, filho de Benedicto Nicolau dos Santos, mais um “prata da casa”, fez bacharelado em Direito pela Universidade do Paraná - frequentado entre 1927 e 1931. Antes da Faculdade, frequentou o regime de preparatório do Ginásio Paranaense em março de 1927 (DIÁRIO DA TARDE, 15/03/1927, p. 5). Foi Promotor Público da Comarca de Palmas até 1932, quando exounou-se. (CORREIO DO PARANÁ, 26/05/1932, p. 3). Em 1943, José Nicolau dos Santos expunha em sua biografia ser advogado, professor do Colégio Paranaense, Catedrático da FFCL-PR, Catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas e da Academia Paranaense de Comércio, Membro do Diretório Regional de Geografia do Estado do Paraná, ex-Inspetor Federal de Ensino Secundário no Paraná, e ex-Diretor do Ginásio Paranaense. (SANTOS, 1943, p. 2). Anos mais tarde, tornou-se Docente Livre e ocupou a cadeira de Direito Internacional Público entre 1943 e 1954 e catedrático de Teoria Geral do Direito de 1955 a 1978. (CROCETTI, 2011). Foi Vice-Reitor entre 1960-1964 e Reitor depois de 1964. Ainda no que tange a José Nicolau dos Santos, escreveu em 1943 o livro *Fundamentos Jurídicos da Transformação dos Estados*. Fruto de tese de concurso para Livre- Docência da Cadeira de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito do Paraná. Seu objetivo foi discutir o Estado em suas transformações das fronteiras. Após apresentar a escola francesa de Vidal de la Blache, na qual fronteira era pensada como via de comunicação econômica e cultural dos Estados, apresenta a escola alemã de Ratzel, na qual a fronteira tinha um sentido orgânico e em constante desenvolvimento. (SANTOS, 1943, p. 13-14). Nicolau discordou dos geógrafos possibilistas franceses, pois como utilizou da perspectiva do Direito Internacional, a fronteira deveria ser a base da segurança e da comunhão dos Estados, ou seja, a função das fronteiras deve ser a “linha-demarcatória dos direitos de domínio”. (SANTOS, 1943, p. 14). E relata, são as fronteiras que dão nascimento às estradas e não o contrário. Para José Nicolau dos Santos, “o Direito criava os limites extremos - à Política Econômica e à Geo-bélica corresponde, depois, aproveitar e garantir esses limites prefixados.” (SANTOS, 1943, p. 14). Publicou ainda o livro *Democracia e Planejamento* (1984), pela Editora UFPR.

experiências autoritárias eram expressões do ideário racional da ciência moderna. (CAMPOS, 2006, p. 219). A revolução a ser feita não deveria ser expressão do desnível econômico, mas havia de se fazer a revolução cultural, cuja ideia se contrapunha ao projeto socialista soviético. (CAMPOS, 2006, p. 221).

Em 1950 foi criado o Instituto de Pesquisa, órgão da Universidade, que conforme Westphalen, com “principal finalidade o incentivo à investigação científica” (WESTPHALEN, 1988, p.33). No fim do ano de 1950, com a Lei n. 1.254, de 4 de dezembro, a Universidade do Paraná foi federalizada, passando a ter gratuidade de ensino e a ser mantida pela União. Nesse sentido, mesmo passando por alguns momentos ruins financeiramente, a Universidade, em 1950, tornou-se pública. No entanto, sua fase privada foi de grande relevância para a construção do Paraná como Estado moderno por parte das elites dirigentes, com seus projetos de modernização, urbanização, controle social, regeneração social e também em termos biológicos, estruturação e melhoramentos da Agronomia e Zootecnia do Estado, no ramo da Engenharia Civil, Arquiteturas Urbanas.

Simon Schwartzman (2001), em *Formação da comunidade científica no Brasil*, privilegiou aspectos relacionados à construção institucional das atividades científicas e intelectuais no país. De um lado estava o modelo carioca, baseado em institutos, escolas e museus, não se concretizando um sistema organizacional adequado. Por outro lado, o modelo paulista, baseado no sistema universitário estadual, em 1934, que logrou de apoio do setor privado, como a Fundação Rockefeller, que foi considerado um marco divisório no processo. No entanto, considerou que somente com a criação da SBPC (1948) e do CNPQ (1951) o campo científico foi instaurado. A proposta de Simon Schwartzman corrobora com nossa pesquisa, na medida em que a criação do Instituto de Pesquisa da Universidade, ocorrido em 1950, junto da federalização da Universidade, foi ponto crucial para o financiamento das pesquisas científicas no Paraná, que eram muito escassas em períodos anteriores.

Quando da federalização da Universidade, Homero Braga deu entrevista ao periódico *A Divulgação*. No tocante ao nível intelectual dos estudantes pré-universitários, dissertou que deveriam ser intensificados os louváveis esforços feitos pela UPES, no sentido de elevar o nível intelectual da mocidade estudiosa, combatendo a difusão do que chamou de sub-literatura e despertando maior interesse pelas verdadeiras fontes de cultura e aperfeiçoamento intelectual. O novo regime de federalização era apoiado por Braga, que acreditava que maiores recursos possibilitaria maior capacidade para a universidade

cumprir sua alta missão cultural e social, enquanto que para o sistema de ensino, segundo Braga, era necessária uma reforma que permitisse maior aproveitamento dos alunos. (A DIVULGAÇÃO, mar/abr, p. 20).

Com a Federalização, houve ampla expansão da parte estrutural da Universidade, criação de novos prédios, a expansão e a emergência de vários outros campos científicos. Nesse momento, a Universidade foi marcada pela administração de Flávio Suplicy de Lacerda. Após a federalização, em 1950, os professores catedráticos que se aposentaram um dia antes da modificação foram incluídos no antigo padrão de previdência, enquanto os que se aposentaram depois gozaram dos novos direitos. Em 1956, a partir do projeto de Lei do Deputado Federal Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, os professores Catedráticos aposentados antes da federalização ganharam novos direitos. A medida visou equiparar os benefícios e as vantagens aos professores e funcionários aposentados um dia antes da federalização das Escolas Superiores do País. (O DIA, 13/04/1956, p. 3). Assim, os professores antigos da Congregação de Faculdades tiveram direito a aposentadorias a partir do plano federal.

A liberdade de cátedra foi mantida durante o regime democrático. E com a ascensão dos militares ao poder, em 1964, voltou a ser moderada pelo poder central da Universidade, nesse momento, pública. Em *A Universidade Reformada* (2007), Luiz Antonio Cunha indicou que, uma semana antes do golpe, foi fundado o Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo, que virou modelo para fundação de instituições semelhantes no Rio de Janeiro, em outubro de 1964, no Paraná, em agosto de 1967, no Rio Grande do Sul, em abril de 1969 e em Minas Gerais, em dezembro de 1969. (CUNHA, 2007, p. 62). Era a aproximação entre a universidade, o empresariado e o próprio governo, que tentavam canalizar as demandas de participação política dos estudantes para o trabalho.

Além disso, as liberdades estudantis, por exemplo, passaram a ser modeladas com base na Lei Suplicy de Lacerda<sup>49</sup>, conforme será apresentado na tese. E as cátedras, por

---

<sup>49</sup> Em novembro de 1964, Lacerda implantou a Lei 4.464, que ficou conhecida como Lei Suplicy; conforme Silva (2018), “reformulando o funcionamento das entidades estudantis, atrelando-as ao MEC e à administração das universidades, tolhendo sua autonomia.” A lei atendia a uma antiga reivindicação estudantil, tornando obrigatório o voto para a eleição dos diretórios acadêmicos; no entanto, ao mesmo tempo proibiu os órgãos estudantis de “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. Isto tornou inelegíveis os estudantes repetentes, dependentes ou matriculados em regime parcelado (BRASIL, 1964).

outro lado, passaram a ser moderadas pela Comissão de Inquérito e pela Reitoria, que vigiavam as possíveis ações subversivas.

Constata-se que, nesse sentido, o resultado da Lei Suplicy de Lacerda foi a Reforma de 1968, que incluía a extinção das cátedras e a criação dos Departamentos dentro da Universidade. Rodrigo Patto Sá Motta, em seu texto *As Universidade e o Regime Militar* (2014), abordou como ocorreu a modernização autoritária em relação à Reforma Universitária de 1968. Conforme especificou, havia diversos modelos de reforma e pressão do movimento estudantil ocorrendo no ambiente acadêmico pré-1964. Esta era uma discussão que emergiu no período democrático. Podemos citar Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), que, atuando no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), produziu um projeto dos estudantes para reforma. Trata-se do livro *A Questão da Universidade* (1962), em que projetava acabar com a trincheira do vestibular, criariam-se instâncias decisórias como departamentos, conselhos e direções, o fim da vitaliciedade da cátedra, e, por fim, a universidade a serviço das massas. (LIMA, 2015, p. 510).

Conforme Motta (2014), os grupos sociais que apoiaram o golpe de estado não eram contra as reformas, no entanto, não aprovaram o modelo de reforma progressista como era proposto. Entendiam que o modelo a ser seguido deveria ser de uma reforma conservadora. E nesse sentido, Motta (2014) entendia que os conservadores buscavam preservar a ordem e as tradições morais. A ditadura, apesar do poder autoritário de que dispunha, conforme o historiador Patto Sá Motta, aconteceu em um processo que nomeou de “jogos de acomodação”. E aqui se refere a uma acomodação diante das pressões e das opiniões diferentes que passaram a ser frequentes no ambiente universitário, com expurgos em fase inicial, e, na fase seguinte, acomodação. Apesar de haver quem fosse a favor dos grandes expurgos de intelectuais, parte dos militares e policiais optaram por negociar com esses algumas benesses, tais como investimentos em laboratórios, incentivo às pesquisas e à pós-graduação. Essa prática de negociação que Motta (2014) expõe trabalha com a ideia de uma influência da “cultura política brasileira, marcada por tradicional tendência à conciliação e à acomodação”. No entanto, não nega as formas agressivas e autoritárias que o regime se propôs em seu início, demitindo professores acusados abertamente de revolucionários ou comunistas.

Após a Reforma de 1968, mas sobretudo após a reestruturação setorial, em 1973, Cecília Maria Westphalen descreveu que “Substitui-se o feudo da cátedra pelo soviet do departamento”. (1988, p. 57). Este foi o processo de departamentalização na perspectiva de

uma professora que estudou na instituição durante o processo de restabelecimento universitário e concluiu durante a federalização, se tornou catedrática e conheceu a estruturação acadêmica durante suas variadas rupturas. O momento de fala da historiadora Westphalen se deu nos anos 1980, após a setorização.<sup>50</sup> Assim, narrou um antes e um depois, na qual “naquele, o professor catedrático indicava seus auxiliares e assistentes, assumindo inteira responsabilidade pela qualificação científico-profissional dos indicados. Neste, pela participação com direito a voto de auxiliares, assistentes, alunos e funcionários, muitas vezes igualitária, a responsabilidade resta diluída, portanto, não é de ninguém. (WESTPHALEN, 1988, p.57-58). A fala ainda revela uma terra sem leis após a setorização, de responsabilidade diluída, de falta de comprometimento e competência científica em relação ao ensino e a pesquisa.

Levando em consideração a narrativa de Westphalen (1988), a destruição da hierarquia e das disciplinas universitárias revelou um deslocamento dos professores no jogo de forças do campo acadêmico. A Reforma Universitária se fez sentir a partir da uma reestruturação do campo universitário. Nesse sentido, o esfacelamento das posições hegemônicas dentro do campo acadêmico, sobretudo as posições de autoridade como as cátedras, foi sentido pelos agentes e membros que participaram do longo processo de ruptura institucional que alterou as disposições de poder do campo acadêmico.

### **1.3 O Estado, os intelectuais e as raízes de sustentação da Eugenia e da Criminologia na década de 1930**

A década de 1930 trouxe, junto do caráter político, a mudança de perspectiva em relação à ciência. Na nova política do governo provisório, o apoio às ciências, que eram então responsáveis pela revitalização da Nação, foi irrestrito; tornaram-se políticas de Estado. No texto *A Nova Política do Brasil, v. II* (1932), Getúlio Vargas admitia essa relação, em que era necessário “levar a efeito, praticando como um apostolado, a defesa sanitária — saneamento e higiene — estendendo-a, principalmente, às populações rurais, até hoje abandonadas, e pelo aperfeiçoamento eugênico da raça, apressar o progresso do país.” (VARGAS, 1932, p. 46). Havia, portanto, uma noção de que o país estava atrasado e

---

<sup>50</sup> Conforme Szwako (2005), a transformação da estrutura de rede setorial foi engendrada pelos laços de dependência produzidos dentro de uma nova divisão burocrático-administrativa. (SZWAKO, 2005, p. 127).

que as políticas públicas de Saúde e Educação eram urgentes para a Nação e para um Estado Nacional forte. Argumentava Vargas:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional. (VARGAS, 1932, p. 118).

No texto *A Nova Política do Brasil*, v. III (1934), Vargas discorre a respeito das novas leis trabalhistas que estavam sendo discutidas para a Constituinte de 1933, e que eram inúmeras as iniciativas em matéria de organização do trabalho. As condições de trabalho dos menores e das mulheres eram postas em discussões, em concomitância com as normas e práticas da higiene e da Eugenia. Na medida em que a higiene estava relacionada ao corpo, a Eugenia se relacionava com a raça.

f) a condição do trabalho de menores, procurando cercar esses pequenos operários ou empregados da proteção que exige a sua condição social e da assistência aconselhada e reclamada pelas boas normas da higiene e eugenia;  
g) ao trabalho das mulheres, igualmente defendido, não só por algumas prescrições citadas para o caso dos menores, como, ainda, amparadas com cuidados especiais, segundo a situação e o estado em que se encontrem. (VARGAS, 1934, p. 141).

As falas de Vargas estão envoltas do saber científico estabelecido no momento histórico brasileiro, ao mesmo tempo em que os intelectuais vinculados aos campos científicos médico e jurídico criavam tais argumentos e davam condições de auxílio e suporte ao governante. Há, sobretudo, uma argumentação a partir da Biotipologia, fases do crescimento, saúde do trabalhador, da mulher e da infância.<sup>51</sup>

Stepan (2004) relatou que

A complexidade do regime Vargas encontrou seu par no movimento eugênico – em sua orientação científica (neolamarckiana e mendeliana), em sua ideologia racial (que ia do segregacionismo ao assimilacionismo) e em sua proposta de políticas sociais (higiene pública, proteção à maternidade, legislação trabalhista, controle da imigração). A formação de um novo departamento nacional de saúde, em 1934, a ênfase no bem-estar infantil (ainda que ineficaz na prática), a restrição ao trabalho feminino e infantil (também ilusória), e a atenção dada à saúde das mães não podem ser entendidas sem referência à história da eugenia no país (STEPAN, 2004, p. 384).

---

<sup>51</sup> Conforme o jornal *O Dia*, de 24 de setembro de 1935, em sessão da Câmara dos Deputados Federais, no Rio de Janeiro, o orador, o sr. Xavier de Oliveira pronunciou um discurso sobre a eugenia, justificando um requerimento que ampara a maternidade e a infância. (O DIA, 24/09/1935, p. 8).

Das críticas advindas de intelectuais nacionalistas de 1930, pode-se citar as referentes à Antropologia e Antropologia-física, com intelectuais como Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Roquette-Pinto, que, no fim da década de 1920 e na década de 1930, produziram trabalhos que marcaram algumas rupturas em relação ao racismo científico.

Gilberto Freyre discutiu em seus trabalhos antropológicos a democracia racial (SANTOS; SILVA, 2018), internalizada pela Estado Novo, que tinha por base os estudos culturalistas e neolamarckistas de Franz Boas. Conforme Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, em *A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra*, o primeiro a utilizar o termo democracia racial foi Roger Bastide, a partir de uma livre interpretação das ideias de Freyre, texto publicado no *Diário de São Paulo*, em março de 1944. (apud SANTOS; SILVA, 2018). Na década de 1950, a UNESCO patrocinou pesquisas referentes às relações raciais no Brasil, na Universidade de São Paulo, coordenada por Roger Bastide e pelo sociólogo Florestan Fernandes, da qual faziam parte Oracy Nogueira, Octávio Ianny, Fernando Henrique Cardoso e outros. As pesquisas buscaram colocar em xeque o mito da democracia racial e realizar pesquisas que dessem uma amplitude acerca do problema. (SANTOS; SILVA, 2018).

Já Roquette-Pinto, por meio do mendelismo, produziu no centro de pesquisa do Museu Nacional um apanhado do retrato antropológico brasileiro, negando a existência de problemas raciais ou de hibridismo humano. (SOUZA, 2006; 2011). Conforme Souza (2011), Roquette-Pinto comprovou com dados antropológicos, baseados no mendelismo, que a miscigenação não formava tipos instáveis, inferiores ou degenerados. Ao mesmo tempo, recusou a tese da infertilidade da população, elegendo as questões sociais ante as biológicas, associando-se ao movimento sanitarista e educacional. No entanto, Souza (2011) trabalha com outro paradoxo do antropólogo: a questão do branqueamento da população que de certa forma ia de encontro com o antirracismo. Existiu desde os anos 1990 uma linha interpretativa majoritária que entendia a defesa da nação de Roquette-Pinto pela influência cultural de Franz Boas, tais como Ribas (1990), com *O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*, Stepan (1995), com *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*, Lesser (1995), com *Welcoming the undesirables: Brazil and the Jewish question*, Barbosa (1996), com *O pássaro dos rios nos afluentes do saber: Roquette-Pinto e a construção da universalidade*, e Keuller (2008), com *Estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. No entanto, as pesquisas de Souza

revelaram que Roquette-Pinto até mesmo criticou a perspectiva de hereditariedade interpretada por Franz Boas, ligada ao neolamarckismo. Assim, utilizou de geneticistas alemães e norte-americanos, que davam base metodológica à sua pesquisa, ao mesmo tempo em que eram criticados por aspectos desinteressantes para a nação brasileira.

Por fim, Arthur Ramos rejeitou a hierarquia racial e acreditava que as condições sociais e culturais deficientes determinavam inferioridade, nunca a raça. Arthur Ramos fez parte da UNESCO no pós Segunda Guerra Mundial, no compromisso de elaborar pesquisas sobre a vida e cultura de povos não europeus, propôs o Brasil como um laboratório socioantropológico da UNESCO. (MAIO, 1998).

Esses três intelectuais estavam dentre o grupo dos que lançaram, em outubro de 1935, o manifesto contra o preconceito racial. Conforme referenciou Skidmore (1976), as ideias racistas - que eram proposições resultantes de uma verdade científica - representavam um risco ao Brasil, um país de uma formação étnica acentuadamente heterogênea. Estes intelectuais "(...) anunciaram “perversões de ideias científicas” baseadas em “fantasias e mitos pseudocientíficos”, que criariam no Brasil “perigos imprevisíveis, comprometendo a coesão nacional e ameaçando o futuro da nossa pátria.” (SKIDMORE, 1976, p. 225). No plano internacional, conforme Santos (1996), pode-se citar também Franz Boas, Lévi-Strauss e Juan Comas, que em comum tinham a crítica à ideia puramente biológica de raça prevalente.

Assim, analisando essa pretensão científica adotada pelo Estado no período Vargas, constatamos uma ampla discussão entre os intelectuais a serviço do Estado e os governantes, em processo de cooptação, conforme apontou Miceli (1979), em *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*.<sup>52</sup> O Estado tutelava as pesquisas e as artes, de modo a virarem práticas nos serviços públicos prestados à população. O Estado utilizava dessas ciências como metodologia para novas formas de governo. Conforme apontou

---

<sup>52</sup> Miceli (1979), estudando os mecanismos de mercado de postos oferecidos, dividiu os intelectuais cooptados em duas tipologias: o funcionário-escritor e o escritor-funcionário. O primeiro sujeitou seus escritos às exigências políticas, enquanto o segundo resguardou sua produção intelectual, não as veiculando ao paradigma político. Antonio Cândido, introduzindo o livro de Miceli (1979), advertiu sobre o perigo de misturar a instância de verificação com avaliação, de modo a não discernir entre os intelectuais que “servem” e os que se “vendem”. Drummond, por exemplo, na qualidade de membro do gabinete Capanema, “serviu” ao Estado, sem necessariamente “alienar a menor parcela de sua dignidade ou autonomia mental.” É certo que os intelectuais que analisamos não se sentiam vendidos, mas viam semelhanças e congruências entre seus projetos, visavam manutenção dos espaços de poder ou sua ascensão. Daniel Pécaut (1990), em *Os intelectuais e a política no Brasil*, também incidiu sua fala na questão de que cooptação não era a supressão da autonomia ideológica.

Alvarez (2004), no caso do estudo do crime, o saber emergiu na fronteira entre a Medicina e o Direito.

Tanto na Europa como no Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, inúmeras foram as denominações empregadas para caracterizar essa reflexão sobre os anormais que então emergia na fronteira entre direito e medicina: antropologia criminal, psicologia criminal, sociologia criminal, criminologia, escola italiana, escola positiva, nova escola penal, etc. Na verdade, tais diferenças de denominação revelam as lutas que se desenvolviam no sentido de monopolizar esse novo saber sobre o criminoso. (ALVAREZ, 2004, p. 18).

O sociólogo Alvarez optou por utilizar o termo Criminologia como definição geral para o novo saber que se dedicava a conhecer o homem criminoso. No entanto, definir como estudar o homem e o crime foi objeto de conflitos intelectuais, que congregavam perspectivas diferentes de ciência. Isto fica evidenciado nas discussões que ocorreram durante o processo de construção do Código Penal.

Ao pensarmos nos intelectuais e na classe dirigente durante o governo Vargas (1930-45), podemos mapear um rol de intelectuais que foram cooptados para o serviço de Estado, tais como Alceu Amoroso Lima (1893-1983) – o Tristão de Atayde<sup>53</sup> –, Cassiano Ricardo (1895-1974), Gilberto Freyre (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Jr. (1907-1990), Pedro Ernesto (1884-1942), Armando Sales (1887-1945), Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), Mário de Andrade (1893-1945), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Gustavo Capanema (1900-1985), José Américo de Almeida (1980), Lucio Costa (1902-1998), Oliveira Viana (1883-1951), Azevedo Amaral (1881-1941) e Francisco Campos (1891-1968).<sup>54</sup> (CPDOC).

Cabe citar Alcir Lenharo, com a obra *Sacralização da Política* (1986), na qual trabalha como os intelectuais, tais como Francisco Campos, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho, Lourival Fontes, Heitor Villa-Lobos, Azevedo Amaral, articularam as políticas do governo, em um movimento que transformou a política em coisa

---

<sup>53</sup> Intelectual católico, bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Tristão de Atayde fez oposição ao movimento da Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Em 1937, após deflagrado o Estado Novo, foi reitor da Universidade do Distrito Federal, e patrocinou o desmonte da estrutura que havia sido criada por Anísio Teixeira. Assim, no Paraná, a aliança de professores da Faculdade de Direito e Medicina da Paraná com os católicos do Círculo de Estudos Bandeirantes, para formar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná não necessitou desvincular-se dos projetos da Escola Nova para realmente se efetivar em 1938. Buscaremos trabalhar esta questão no item 4.1.

<sup>54</sup> Dentre os intelectuais que se afastaram de Vargas na ditadura estavam José Américo de Almeida, Mário de Andrade. Cabe ressaltar que no ano de 1942, alguns intelectuais contrários ao regime ditatorial do Estado Novo fundaram a Associação Brasileira de Escritores (ABRE), significativa entidade que lutou pela redemocratização do país.

sacra. Nesse sentido, os intelectuais agiam, conforme Lenharo, como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social. (LENHARO, 1986, p. 54).

Foram cooptados porque ocupavam lugares de destaque em suas especialidades. No entanto, havia outros intelectuais que, mesmo longe do poder do Estado, fizeram suas críticas aos governos anteriores, e faziam coro pela mudança necessária àquele modelo falido de Estado. No campo jurídico, houve uma rede de sociabilidade que se formava por meio de publicação de livros e seu caráter de crítica ao regime da Primeira República e ao da Monarquia. No livro *A Margem da História da República*, Vicente Licínio Cardoso (1981) traz à tona um cabedal de intelectuais que publicaram, em 1924, a primeira edição do volume, intitulado *Ideias, Crenças e Afirmações*, buscando fazer um inquérito dos problemas nacionais enfrentados por essa geração que nasceu com a República. Dentre os autores, encontravam-se A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonas Serrano, José Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso. Nascidos entre 1878 e 1895, esses intelectuais eram formados em sua maioria bacharéis em Direito, sendo seu organizador um engenheiro civil.<sup>55</sup>

Alberto Venancio Filho destacou que as contribuições de Carneiro Leão, Gilberto Amado, José Antonio de Nogueira, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso parecem ser as mais destacadas em termos de “um pensamento político e cultural novo.” (VENANCIO FILHO, 1979, p. 7).

Do lado da ciência jurídica, o nome de Francisco Campos foi central, pois foi a partir do Ministério da Justiça que Campos fazia a crítica ao Código Penal de 1890, que, a seu ver, tinha nascido com a tendência de ser reformado. Apontava que “retardado em relação à ciência penal de seu tempo, sentia-se que era necessário colocá-lo em dia com as idéias dominantes no campo da Criminologia. (...)” (CAMPOS, 1940, p. 120). Tanto que em 1893, o deputado Vieira de Araújo já apresentava à Câmara dos Deputados um novo Código Penal, que, mesmo com dois substitutivos, não vingou. Em 1913, Galdino Siqueira projetou um Código que não foi considerado. Em 1927 iniciou-se o projeto de Sá Pereira, enviado a uma Comissão Corretora formada pelo próprio Sá Pereira, Evaristo de Moraes e

---

<sup>55</sup>Alberto Venancio Filho, na introdução da última edição, revela que, nos anos 1920, a presença dos engenheiros educadores buscava sanar um problema estritamente tecnológico, mas eram também atraídos no intuito de estudar e explicar os problemas sociais (VENANCIO FILHO, 1979, *apud* CARDOSO, 1981, p. 5). Cita ainda outros do grupo, como Heitor Lira, Venancio Filho, Dulcídio Pereira, Mario de Brito, Barbosa de Oliveira, Menezes de Oliveira.

Bulhões Pedreira, que em 1935 enviaram à Câmara dos Deputados e foi aprovado o Código. Enquanto estava na Comissão de Justiça no Senado, adveio o Estado Novo, de Vargas. (CAMPOS, 1940, p. 120).

Durante a 1ª Conferência de Criminologia, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1936, os congressistas dedicaram seus trabalhos ao exame e à crítica do projeto revisto pelos três intelectuais, apontando lacunas e deficiências.<sup>56</sup> Duas comissões foram formadas para a discussão de 16 teses fundamentais, presididas por Margarino Torres. Numa estavam os Drs. Bulhões Pedreira, Narcélio Queiroz e Heitor Carrilho, na outra Evaristo de Moraes, Jorge Severiano e Roberto Lira. (JORNAL DO COMMERCIO, 22/05/1936, p. 5). Com base nesses dados recolhidos na 1ª Conferência de Criminologia, o Governo Vargas encomendou novo projeto do professor de Direito de São Paulo, Alcantara Machado, que tinha grande notoriedade diante de Vargas. Possuía uma trajetória científica estabelecida, e ainda em 1922, durante seu discurso da inauguração da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, Alcantara Machado proferiu que:

Da revolução levada a efeito na segunda metade do século transacto por Cesar Lombroso, por seus discípulos e também por seus contradictores, um resultado ficou, victorioso e perdurável: a sciencia penal tornou-se uma sciencia positiva, nos methodos, que são os da observação e da experiência, na matéria, que são o criminoso e as condições do meio, e no objetivo que é a defesa social pela prevenção e pela repressão. Quaesquer que sejam as nossas convicções philosophicas, (...) é impossível o regresso a concepção antiga do delicto, (...) e ao conceito anachronico da pena inspirada exclusivamente na natureza do crime, sem attenção à natureza do criminoso”. Sendo assim, “a missão que nos impomos se resume em estudar a criminalidade em nosso ambiente physico e moral, os erros e as lacunas de nossas leis, a maneira de reprimir e prevenir o crime de acordo com as necessidades nossas, com nossa índole e com os nossos recursos. (MACHADO, 1922, *apud* ALVAREZ, SALLA, ALVES, 2012, p. 60).

A Sociedade e seus integrantes se incumbiam de discutir temas ligados à patologização do antissocial, estudando o criminoso, o menor abandonado, o homossexual, e, na década de 1940, a questão do trabalho. Dedicavam-se assim ao estudo do delinquente,

---

<sup>56</sup> A 1ª Conferência Brasileira de Criminologia, ocorrida em julho de 1936, foi aberta com fala de Getúlio Vargas. É possível mapear os posicionamentos dos intelectuais e o lugar das projetos médico-psicológicos na reformulação das leis penais. As atividades da 1ª Conferência foram publicadas na Revista de Direito Penal, além do jornal *A Nação* e *O Jornal do Comércio*. (DIAS, 2015, p. 222). Dias (2015) faz uma análise dos intelectuais que discutiram as teses, e quais eram seus argumentos e posições em relação às teses. O código de 1890, conforme apontaram os juristas, abriu as portas para uma série de impunidades, dados os embaraços que a aplicação do código oferecia aos aplicadores das leis. (MENDONÇA, 2004, p. 340). Nesse sentido, eram insuficientes os mecanismos punitivos, e, por consequência, fragilizava-se a justiça penal. Conforme Mendonça, o projeto visou corrigir os problemas que foram denunciados pelos especialistas. (MENDONÇA, 2004, p. 344).

e Alcântara Machado possuía grande notoriedade entre o grupo e percebemos que a Ciência Positiva fazia parte das premissas do autor.

Em 1938, Alcântara Machado entregou o projeto. Portanto, havia, por um lado, uma pressão advinda do próprio campo criminológico, no intuito de incorporar no Código teorias atualizadas. Por outro lado, havia interesse do Estado Novo em se fazer presente como poder policial-jurídico em todo o território nacional. Nesse ano, conforme Oliveira Júnior, o Congresso Internacional de Criminologia apresentou em suas temáticas de discussão: a etiologia e diagnóstico da delinquência de menores e a influência dos resultados dessas investigações sobre os sistemas jurídicos; estudo da personalidade do delinqüente; o papel do juiz na luta contra a delinquência e a sua preparação criminológica. Do Brasil, foram representantes os juristas e médicos J. Soares de Mello, Mário Bulhões Pedreira, Tannier de Abreu, Burle de Figueiredo, Augusto de Oliveira Goulart, Flaminio Fávero, Levi Carneiro, Roberto Lira, Alcântara Machado, Carlos A. Pacheco e Silva, Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro e Hilário Veiga de Carvalho, além dos diplomatas Quartim A. de Souza e Jorge Letour. (OLMO, 2004, p. 117 *apud* OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 77-78).

Francisco Campos relata que julgou de bom aviso submeter o projeto a uma outra revisão, convocando técnicos de significativa autoridade na Teoria do Direito Criminal, assim como na prática de aplicação da lei penal. (CAMPOS, 1940, p. 121). Dentre a Comissão revisora estavam os magistrados Vieira Braga, Nelson Hungria<sup>57</sup> e Narcélio de Queiróz, e o representante do Ministério Público, Roberto Lira. A revisão durou um ano, e o texto foi entregue a Alcântara Machado, que remodelou dando nova edição. Francisco Campos infere que o representante deu assistência e colaborou com a revisão do projeto a ser entregue a Vargas para apreciação do texto.

Francisco Campos, de formação jurídica, conforme relatou Marisa Corrêa (2013), era um reverberador do pensamento de Nelson Hungria, na medida em que retomava as críticas referentes à questão da *Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)*, texto apresentado a Vargas em 4 novembro de 1940, em que afirmou de forma explícita que a adoção do “método biológico”, além de fazer “tábula rasa do caráter ético da responsabilidade”, implicaria colocar “os juízes na absoluta dependência dos peritos médicos”. (CAMPOS, *apud* CORRÊA, 2013, p. 313). Francisco Campos

---

<sup>57</sup> Nelson Hungria Hoffbauer (1891-1969) gozou de reconhecimento perante o Governo de Vargas, o Estado Novo, mas também do governo democrático, tanto que foi seu nome o preferido e escolhido por Jânio Quadros como autoridade do campo criminal e penal para projetar o Anteprojeto de Código Penal, em 1962.

concordava com as críticas que Nelson Hungria fazia em relação à Endocrinologia e à Psicanálise, de caráter fantasioso e metafísico. Em 1943, Nelson Hungria assim se referiu aos usos da ciência criminológica:

As teorias revolucionárias da chamada “nova escola penal”, difundidas à *la diable*, mal compreendidas ou tendenciosamente utilizadas, era a moeda que, embora sem autorização legal, mas sob o pretexto de deplorável atraso da nossa lei escrita, livremente circulava nos recintos do tribunal dos jurados. A literatura psiquiátrica, a lóbrigar o patologismo nas mais fugidias discordâncias de conduta, era piamente acreditada e abria a porta da prisão a uma privilegiada chusma de sicários e rapinantes. (HUNGRIA, 1943, p. 13-14, *apud* SONTAG, 2009, p. 97)

Nesse sentido, os jurados se deixavam levar pela retórica do patologismo dos criminosos, e, como relatou Mendonça (2004), eram comumente embaraços jurídicos advindos “da atuação dos advogados de defesa que, como Evaristo de Moraes, instrumentalizavam os (des)conhecimentos das ciências médicas para ampliar a ‘classe’ dos agentes inimputáveis”. (MENDONÇA, 2004, p. 344). Ou seja, utilizavam o patologismo para irresponsabilizar os indivíduos criminosos.

Na questão da responsabilidade penal - pressuposto baseado na capacidade de culpa moral -, foram apresentados três sistemas: o biológico ou etiológico, que condicionava a responsabilidade à saúde mental, à normalidade da mente, que pode ser considerado irresponsável um indivíduo portador de perturbação mental mórbida; o psicológico, que declara irresponsável se no momento do crime estavam abolidas suas faculdades de apreciar a criminalidade do fato e agir; e o biopsicológico, que reunia os dois primeiros, onde excluía se a responsabilidades se o agente, em razão de enfermidade ou retardamento mental, no momento da ação era incapaz de entendimento ético-jurídico e autodeterminação. (CAMPOS, 1940, p. 126).

O último, o método biopsicológico, era, conforme Campos, o mais apropriado e aconselhável. A perspectiva é notada no Art. 22, que delimita que era isento de pena “o agente que, por doença mental, ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato, ou de determinar-se de acordo com êsse entendimento.” (CAMPOS, 1940, p. 126).

Esse conflito entre o campo jurídico e o campo médico visando à legitimidade de ocupar aquele espaço de autoridade, por assim dizer fronteiroço, delimitava-se com a escolha do Código Penal produzido por Alcântara Machado.<sup>58</sup> No entanto, apesar de

---

<sup>58</sup> Durante as discussões do Código Penal, as discordâncias entre positivistas e tecnicistas se acirraram nos mais complexos assuntos. São identificadas nas discussões referentes às questões do Júri Popular, em que Nelson Hungria - tecnicista - era contra, e Roberto Lira - positivista - era favorável ao caráter prático. Essa é

Francisco Campos defender publicamente o projeto menos biologizado, em *Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)*, é perceptível que a personalidade passou a ser central na questão da aplicação da pena, já que especificou as escolas e argumentou como se deu a escolha.

O texto final do Código Penal de 1940 não fez classificação especial dos criminosos, apenas distinguia os criminosos primários e os criminosos reincidentes. No projeto de Alcântara Machado, havia quatro classificações: ocasionais ou *per accidens*; por tendência ou inclinação fatalística para o crime; reincidentes; e habituais. As duas primeiras classificações, ocasionais e por tendência, foram excluídas, pois eram de caráter não objetivo, não havia características constantes ou indícios infalíveis para diferenciá-las. (CAMPOS, 1940). Acerca dos criminosos por tendência, relatou Francisco Campos:

Quanto aos criminosos por tendência, nem mesmo se pode asseverar, incontestavelmente, que existam, isto é, não se pode afirmar que haja uma inclinação especial ou fatalística para o crime; mas, ainda que se pudesse admitir isso, não seria lógico que um código penal fundamentalmente informador a liberdade volitiva incluisse entre os imputáveis o delinqüente que o é por irresistível tendência. (CAMPOS, 1940, p. 131).

Essa questão escancaradamente biodeterminista envolvendo o conceito de uma tendência ao crime foi refutada do texto final do Código, assinado por Francisco Campos,

---

uma questão é intrínseca da luta pelo espaço a ser ocupado. Roberto Lira, na questão do Júri, muito mais próximo ao pensamento de Evaristo de Moraes, analisado por Joseli Mendonça (2004), em *Evaristo de Moraes, Tribuna da República*, que o evidenciou como o intelectual e jurista que durante o processo de discussão sobre o Código Penal de 1890 se manteve favorável ao tribunal do júri; além disso, aliou-se à crítica da Sociologia criminal, que desafiava e tentava desativar as razões biológicas para o crime através do fator meio social, conforme evidenciou Angela de Castro Gomes, em prefácio a Mendonça (2004). O caso Basílio, ocorrido no fim do século XIX, abordado em Mendonça, é tomado como causa política por Evaristo de Moraes, que protegeu o tribunal do povo, o júri popular, diante dos que criticavam a instituição por ser influenciável por demasia pela opinião pública. A tradição positivista, por meio de Garófalo, do tribunal do júri era, conforme Darmon (1991), uma vergonha dos tempos modernos que levava a justiça às paixões e aos preconceitos. (DARMON, 1991, p. 144). Nesse quesito, as posições de Roberto Lira e de Evaristo de Moraes se aproximavam na medida em que se portavam favoráveis à participação popular de um processo mais democrático dentro do poder judiciário. Em Evaristo, os discursos eloquentes no Tribunal do Júri eram uma forma de estratégia na defesa do Estado de Direito, conforme apontou Mendonça (2004). Hungria, por outro lado, se posicionou junto dos tecnicistas, colocando-se contra o Júri Popular. Sua posição em relação à presença do Júri no Código Penal foi hegemônica e codificada no manual. Temos que frisar que a posição dos positivistas também estava contra o Júri Popular, que acreditavam que especialistas deveriam ser os participantes dos julgamentos e a ciência médica deveria ainda ser central na argumentação dos juristas. Essa opinião foi apresentada durante uma participação de Hungria em palestra na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 26 de agosto de 1959. (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/08/1959, p. 8). Nesta palestra também se colocou contra a pena de morte, afirmando que a pena de prisão supera em eficácia a pena de morte. Era para Hungria uma medida antieconômica para o Estado, uma vez que não permitia ao sentenciado produzir para a sua própria subsistência e até da sua família. Utilizou o caso de Caryl Chessman, para afirmar que os livros escritos por ele eram valiosa contribuição para a Criminologia, relatando a capacidade de regeneração do condenado. Ou seja, tecnicistas e positivistas, por crenças se colocavam contra o Júri Popular, ora com o crivo técnico-jurídico baseado na lei em si, como em Hungria, ora com o crivo técnico-científico baseado na ciência, como em Roberto Lira. Quem se colocava favorável, como Evaristo de Moraes, era por clamar um sistema democrático e ocupado também pela população.

mas esteve presente no projeto escrito por Alcântara Machado. No entanto, como relatamos, a individualização da pena foi um aspecto marcante no texto final, em que, para Francisco Campos, o

Juiz, ao fixar a pena, não deve ter em conta sómente fato criminoso, nas suas circunstâncias objetivas e consequências, mas também o delinqüente, a sua personalidade, seus antecedentes, a intensidade do dolo ou grau da culpa e os motivos determinantes (art. 42). O réu terá de ser apreciado através de todos os fatores, endógenos e exógenos, de sua individualidade moral e da maior ou menor intensidade da sua mens rea ou da sua maior ou menor desatenção à disciplina social. (CAMPOS, 1940, p. 1931-132).

Houve ainda uma série de discussões que envolveram Leonídio Ribeiro (1893-1976) e Nelson Hungria (1891-1969).<sup>59</sup> Tal conflito do campo jurídico se dava pela questão do conceito de periculosidade - probabilidade de vir ou tornar o agente a praticar ato previsto como crime. Nesse confronto entre a Criminologia Tecnicista e a Criminologia Positivista, o tecnicismo esteve mais representado durante as discussões acerca do Código Penal de 1940. No entanto, podemos afirmar que o Código Penal de 1940 foi herdeiro da Criminologia, do Positivismo e da Medicina Legal.

Dentre os argumentos, podemos elencar o isolamento da individualidade; as leis passaram a ter efeitos nos corpos individuais, visível na mudança de terminologia da Consolidação das Leis Penais, que, no Código Penal de 1890, aparecia como *Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor*, figurando a questão do grupo, e no Código Penal de 1940, reduziu-se para *Crimes contra a pessoa*, emergindo o papel do indivíduo. Outro fator foi a inclusão da biografia do criminoso como essencial para o entendimento do crime, e essa compreensão lombrosiana é recorrente no Código. A Medicina Legal deu arcabouço, desde o século XIX, para a análise corporal tanto do criminoso ou réu como da vítima, centrando suas análises nos corpos em sua anatomia e fisionomia, possuindo grande relevância nesse momento histórico.

Obviamente, as pretensões de Leonídio Ribeiro e Roberto Lira não obtiveram sucesso; caso contrário, os aspectos da Endocrinologia se fariam presentes no Código Penal de 1940. No entanto, o campo endocrinológico, que se tornava autônomo, não possuía ainda legitimidade diante do campo penal brasileiro, a ponto de se fazer lei. Foi nesse

---

<sup>59</sup> Leonídio Ribeiro graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, enquanto Nelson Hungria era formado em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1909. Trata-se do texto RIBEIRO, Leonidio. *As modernas legislações penais e a contribuição da antropologia criminal*: réplica ao snr. Nelson Hungria. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942. 77 p. De grande interesse também o texto RIBEIRO, Leonidio. *O novo código penal e a medicina legal*. Rio de Janeiro: Jacintho, 1942. 385 p.

sentido que os intelectuais do campo criminológico passaram a projetar novas expansões, levando o estudo do caráter da personalidade como centralidade, já que o Código Penal levaria em conta esses atributos. O intuito era criar novas instituições criminológicas.

Durante a reunião do Congresso Jurídico Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro, em agosto de 1943, financiado pelo Governo Federal e pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, que comemorava o centenário, o Paraná recebeu convites por meio do Interventor Manoel Ribas, ao Instituto dos Advogados do Paraná e ao Tribunal de Apelação do Estado do Paraná, solicitando a cooperação dos paranaenses aos trabalhos do Congresso, mediante teses e memoriais. Os representantes do Paraná presentes foram os Desembargadores Leonel Pessoa da Cruz Marques e Cid Campêlo, do Tribunal de Apelação do Estado do Paraná, Laertes Munhoz, da Faculdade de Direito, Arthur Ferreira dos Santos, da Ordem dos Advogados, Oscar Martins Gomes, do Instituto dos Advogados, e Brasil Pinheiro Machado, Procurador Geral do Estado. (O DIA, 24/07/1943, p. 3).

No evento, havia uma Comissão de Medicina Legal, sob a presidência de Afrânio Peixoto e vice-presidência de Heitor Carrilho. Nela, foram discutidos assuntos relativos aos problemas da Criminologia. Na reunião, presidida pelo catedrático Arídio Martins, de Niterói, Leonídio Ribeiro leu um relatório acerca do trabalho *Da aplicação de classificação etiológica dos criminosos aos propósitos da individualização da pena* (1943), cuja autoria pertencia a Hilário Veiga de Carvalho, representante de São Paulo. Concordando com Veiga de Carvalho, Leonídio Ribeiro afirmou que o Congresso Jurídico deveria

encarecer aos governos a necessidade de criar, em nossas prisões, Institutos de Criminologia ou Antropologia Criminal, dispondo de pessoal médico especializado e de material técnico adequado para que se pudesse realizar o estudo da personalidade dos criminosos, de acordo com as sugestões contidas no trabalho de Veiga de Carvalho.

O assunto foi discutido por Afrânio Peixoto e Arídio Martins, sendo aprovadas as suas conclusões. (O DIA, 05/09/1943, p. 7). Havia, portanto, pressão por parte do campo da Medicina Legal para que essas instituições de pesquisa referentes ao crime e ao criminoso fossem colocadas em prática por parte dos governos estaduais.

Veiga de Carvalho foi apontado por Ferla (2005) como um intelectual interessado nos estudos do corpo do delinquente, e a proposta apresentada no evento já vinha sendo amadurecida desde anos antes. Propôs, em 1942, como segunda finalidade para a Seção de Anatomia Patológica, o estudo do homem criminoso, o que chamava de Anatomia

Patológica Criminal.<sup>60</sup> A clínica criminal era completada pela anatomia patológica criminal, assim como a clínica médica estava para a anatomia patológica geral.

Conforme Alvares, Salla e Alves (2012), para os defensores do biodeterminismo, a pena tinha um sentido de tratamento e cura, e perdia o caráter estritamente punitivo. Já a prevenção consistia em uma das principais propostas da Escola, uma vez que, se era possível identificar no indivíduo a predisposição ao delito, devia-se agir antes mesmo da prática do crime. Estas eram as considerações dos cientistas biodeterministas (ALVARES, SALLA, ALVES, 2012, p. 60). Além de esquadrihar, analisar, averiguar e medir o delinquente, era necessário curá-lo. Visavam ainda articular força para a instalação de laboratórios de identificação, de laboratórios de Antropologia criminal em manicômios e penitenciárias.

Essa ideia da cura ou regeneração do delinquente era hegemônica dentro do campo da Medicina Legal e da Criminologia. E nesse período de ruptura política e científica, a presença do Chanceler Osvaldo Aranha, escolhido como homenageado do evento, foi significativa. Em agradecimento, fez um discurso acerca do esforço de adaptação de um novo mundo, após o fim da guerra, que deveria devolver aos povos a dignidade de viver. Era necessário refletir todas as práticas políticas individuais que feriram ou a dignidade do indivíduo ou a liberdade dos povos. (O DIA, 10/09/1943, p. 8).

#### **1.4 A Faculdade de Medicina do Paraná e os intelectuais eugenistas**

Retomamos nossa busca pela intelectualidade paranaense e apresentamos a *Revista Médica do Paraná*, um relevante espaço de sociabilidade no Paraná, que possuiu durante sua vigência diferentes diretores. Desde sua criação, em dezembro de 1931 até 1938, a revista esteve na direção do médico Milton de Macedo Munhoz; de janeiro de 1939 a dezembro de 1941 assumiram o médico Glaucio Bandeira e Carlos Costa; e de 1943 em diante, o médico e antropólogo Loureiro Fernandes e Duldicio T. de Lacerda assumiram a direção. A revista estava ligada à Associação Médica do Paraná, era uma revista que falava pela classe médica paranaense, divulgadora das produções científicas locais e aceitando contribuições nacionais.

---

<sup>60</sup> Trata-se do texto *Anatomia Patológica Criminal*, de Hilário Veiga de Carvalho, publicado nos *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, em 1942.

Janz Junior (2012), em seu texto de dissertação intitulado *A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)*, trouxe contribuições relevantes à análise de intelectuais vinculados à teoria eugênica no Paraná. Seu recorte temporal está vinculado à ação editorial do médico Milton de Macedo Munhoz, na *Revista Médica do Paraná*.

Essa revista, como parte do campo, permite visualizar as redes de sociabilidade da intelectualidade médica paranaense do que chamamos de segunda geração de eugenistas, na qual entra em cena um misto de intelectuais formados na própria Faculdade de Medicina do Paraná, mas também na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em relação à primeira geração de eugenistas, constatamos uma característica básica: tinham formação intelectual em centros acadêmicos do Rio de Janeiro.<sup>61</sup> É a geração que se preocupou com os problemas da recém-criada República e, sobretudo, com os problemas nacionais relacionados à raça, miscigenação, ao sanitarismo do sertão, à educação, higiene e eugenia. Tendo em vista as configurações científicas nacionais desanimadoras referentes à raça e à nação, foram intelectuais críticos à impossibilidade da concretização de um Brasil miscigenado.

Nessa primeira geração de médicos estiveram presentes os responsáveis pela criação da Faculdade de Medicina do Paraná. Responsáveis pela produção de grades curriculares, docência, organização de acervos de biblioteca médica, além de criadores da Sociedade de Medicina do Paraná (1914) e da primeira revista vinculada à sociedade, a *Revista Paraná-Médico* (1916), e posteriormente sócios da Associação Médica do Paraná (1933). Estavam dentre eles: Victor do Amaral, de Clínica Obstétrica e Ginecologia, João Candido Ferreira, de Clínica Médica, que comentaram publicamente acerca da ciência eugênica no fim da década de 1910 e início de 1920.

São diferentes gerações, mas que conviveram cientificamente em mesmas redes de sociabilidades, ora como professores, ora como pares. Além de Homero de Mello Braga, a segunda geração contou ainda com nomes como Milton de Macedo Munhoz, Aramis de

---

<sup>61</sup> Dentre os relacionados ao rol de professores de 1915 estavam: José Guilherme de Loyola (Física Médica), Eduardo Wirmond Lima (Química Médica), Eduardo Leite Leal Ferreira (História Natural Médica), José de Azevedo Macedo (Anatomia descritiva), Abdon Petit Carneiro (Histologia), Manoel Lustosa Carrão (Fisiologia), Alfredo de Assis Gonçalves (Microbiologia), Francisco Martins Franco (Clínica Propedêutica Médica), Simão Kossobudzki (Clínica Propedêutica Cirúrgica), Leônidas do Amaral Ferreira (Patologia Geral), Gabriel Novincki (Anatomia e Fisiologia Patológica), Júlio Szymanski (Clínica Oftalmológica e Otorrinolaringologia), Domingos Gerson de Saboia (Clínica Dermatológica e Sifiligráfica), Joseph Ferencz (Clínica Cirúrgica), Aloisio França (Farmacologia), Miguel Servero de Santiago (Anatomia médico-cirúrgica e operação de aparelhos), Euripedes Garcez do Nascimento (Terapêutica), João Candido Ferreira (Clínica Médica) Joaquim Pinto Rebello (Clínica Pediátrica), João Evangelista Espíndola (Higiene), João de Moura Brito (Medicina Legal), Victor do Amaral (Clínica Obstétrica e Ginecologia) e Cláudio de Lemos (Clínica Neurológica e Psiquiatria).

Athayde, Victor do Amaral Filho, Glaucio Bandeira, Cerqueira Lima, Carmeliano de Miranda e a médica Clara Glasser Villa. A seguir, apresentaremos alguns pensamentos de tais intelectuais.

Acerca de Milton de Macedo Munhoz (1901-1977)<sup>62</sup>, Janz Junior (2012) relata que o médico foi “por algum tempo simpatizante de práticas eugenistas negativas”, e optou, ao longo do seu vínculo à *Revista Médica do Paraná*, “por aderir a modalidades eugenistas mais ligadas às práticas higienistas.” (2012, p. 149). Pesquisando um pouco mais a trajetória de Milton de Macedo Munhoz, encontramos fontes que relataram uma dupla formação. Seu primeiro curso foi de Engenharia Agrônômica, frequentando de 1 de julho de 1918 a dezembro de 1920 a Escola Agrônômica do Paraná. (A REPUBLICA, 01/07/1918, p. 1; 23/12/1920, p. 3). Assim, se formou pela Escola Agrônômica do Paraná,<sup>63</sup> em 1920, ao mesmo tempo em que iniciou, em 1920, os estudos na Faculdade de Medicina do Paraná (DIARIO DA TARDE, 27/11/1920, p. 1). Graduou-se em 1925, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Segundo Janz Jr., em seguida ao doutoramento na capital federal, Munhoz regressou em 1926 a Curitiba, a fim de exercer sua profissão. Na capital paranaense, foi contratado no mesmo ano para ocupar a cadeira de Higiene, e se tornou catedrático em 1929.

Cintra (2010) infere que o médico Aramis Taborda de Athayde (1900-1971)<sup>64</sup> fez parte da turma de 1924, da Faculdade de Medicina do Paraná, e também foi professor da mesma instituição, sendo, desde 1929, o catedrático da cadeira de Patologia Médica, lecionando-a por anos ininterruptamente. Conforme o acervo de teses da Universidade, em

---

<sup>62</sup> Milton de Macedo Munhoz (1901-1977) era filho do coronel Alcides Munhoz, Secretário Geral do Estado, e de Ephigenia de Macedo Munhoz. Em 1920 adentrou no curso de Medicina e em outubro de 1920 foi aprovado com distinção em Física Médica e História Natural Médica e aprovado plenamente em Química Médica. Eram de sua turma Erasto Gaertner, João Carmeliano de Miranda e Paschal Spina. Nesse sentido, cursou o terceiro ano de Engenharia Agrônômica e o primeiro ano de Medicina em 1920. Em outubro de 1920, no momento em que se formaram pela Escola Agrônômica do Paraná, foi criado por Milton de Macedo Munhoz, Ivahy Martins e Erasto Gaertner foi criado o quinzenário “Nossa Terra”. (PILOTTO, 1976, p. 48). Em 1926 defendeu a tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sobre a *Acidose no diabete*, e avaliado por Aloysio de Castro, Osvaldo de Oliveira e Pinheiro Guimarães. (O ESTADO DO PARANÁ, 11/05/1926, p. 8). Em 1929 se tornou catedrático na Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina do Paraná com a tese *A Importância da Higiene Mental*. A banca foi formada pelos professores João de Moura Brito, José Guilherme de Loyola, João Candido Ferreira e Octavio Silveira, presidida por Victor do Amaral.

<sup>63</sup> Era de sua turma o também jovem Erasto Gaertner, no entanto, este não figurou na relação dos formandos de 1920. Em fevereiro de 1921, foi nomeado por Decreto Federal para exercer um cargo do Ministério da Agricultura, junto a Inspetoria Agrícola Federal no Estado do Paraná. (28/02/1921, p. 1). Em 1923, foi nomeado pelo Governo ao cargo de Fiscal de contrato. Ainda em 1923 solicitou licença do cargo de arador de inspetoria agrícola.

<sup>64</sup> Aramis Taborda Athayde, filho de Benedicta Taborda Athayde e Aristides Athayde, veterinário da Força Militar. Freqüentou o Ginásio Paranaense em 1913, em 1914 iniciou um curso de preparatórios pela Universidade do Paraná.

1924, Aramis de Athayde defendeu a tese de doutorado intitulada *Tremores*. Em 1928, defendeu durante o concurso de cátedra em Patologia Médica a tese *Diagnóstico da insuficiência hepática* e também a tese *Icterícia hemolítica*. Em 1929, defendeu no concurso de livre-docência em Medicina Legal a tese *Signaes de morte*. Portanto, atuou em duas cadeiras disciplinares da Faculdade de Medicina do Paraná.

Aramis de Athayde ocupou o espaço de capitão do Serviço Médico do Exército, e em novembro de 1941, em oração cívica, discorreu sobre o que considerou a nova ordem instaurada em 1937, onde nacionalismo e patriotismo visavam a Unidade Política, baseada em uma constituição, Unidade Geográfica, baseada na soberania, a Unidade Histórica, baseada na consciência, Unidade Moral, baseada na virtude inata de afabilidade, tolerância e cordura, Unidade Étnica, baseada na valorização eugênica do homem brasileiro inconfundível, Unidade Social, baseada na família, Unidade Cultural, na defesa da língua, dos patrimônios intelectuais e artísticos, da Unidade Econômica e Financeira, da Unidade Jurídica e da Unidade Patriótica. (O DIA, 27/11/1941, p. 7).

Cintra (2010) relata que, em sua trajetória profissional, o médico Aramis de Athayde “alcançou um dos postos mais altos dentre os cargos públicos na área: o de Ministro da Saúde do Governo Federal, entre os anos de 1954 e 1955.” (CINTRA, 2010, p. 214). Portanto, fora um médico da segunda geração referenciada anteriormente, e alçou grandes voos no campo médico nacional.

Victor do Amaral Filho<sup>65</sup> fora também um médico formado pela Faculdade de Medicina do Paraná, no ano de 1926. Na década de 1930, já constava nos relatórios da faculdade como livre docente da mesma instituição, conforme aponta Cintra (2010, p. 178). Este médico se aproximou da Puericultura, ciência que cuidava da relação mãe/filho durante o período que antecede a gestação, a gestação e a pós-gestação. Larocca e Marques, no texto *Higiene e Infância no Paraná: a missão de formar hábitos saudáveis (1931-1949)* (2010), inferem que “evitar o nascimento dos débeis, tarados e doentes, bem como o desafio de seu cuidado, foi palco de discursos e prescrições desde o início do século XX, intensificando-se no Paraná entre os anos de 1930 e 1940.” (LAROCCA; MARQUES, 2010, p. 312).

Em textos publicados na *Revista Médica do Paraná* acerca da *Malformação fetal*, Victor do Amaral Filho, que era médico obstetra, escrevia que “(...) não nos foi possível silenciar, lançando um apelo aos colegas, principalmente aos que se dedicam à

---

<sup>65</sup> Victor do Amaral Filho (1904-1992), filho de Victor Ferreira do Amaral e Silva, estudou no Colégio Santos Dumont, em 1913, o Colégio Renascença, em 1917, e o Ginásio Paranaense, em 1922.

especialidade, para que não tratem de só aliviar e curar, mas façam algo a fim de melhorar a raça, façam um pouco de eugenia”. (AMARAL FILHO, 1932, p. 15). Percebemos aqui uma argumentação direta com os leitores e também pares de profissão em defesa da prática da Eugenia. Vale lembrar que Victor do Amaral Filho estava numa relação de proximidade com as produções de seu pai, Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953), catedrático de Clínica Ginecológica e Obstetrícia e Reitor da Universidade, e de seu tio, João Candido Ferreira (1864-1948), catedrático de Clínica Propedêutica e Clínica Médica, que trataram questões relativas à Eugenia.

Glauccio Bandeira (1915-1974), médico da Faculdade de Medicina do Paraná, também trouxe à tona publicações na *Revista Médica do Paraná*, da qual passa a ser o redator-chefe no ano de 1940, lugar deixado por Milton de Macedo Munhoz. Bandeira se dedicou aos estudos da infância, mas também flertou, segundo Larocca e Marques (2010), com a produção de um biótipo padrão para a infância brasileira.

[...] nem todos os escolares são iguais, quer sob o ponto de vista intelectual, quer sob o ponto de vista físico e quer como expressão genérica do tipo social hígido. Há os normais, e os anormais, como sabeis, dividem-se em vários grupos: há os anormais sensoriais e que precisam fazer a educação em estabelecimentos especiais. Há, ainda, os anormais psíquicos, de que a Pedagogia não se preocupa jamais. Há, ainda, os anormais físicos. Há os anormais suscetíveis de educação, que são os que interessam aos educadores: são os insuficientes, sob o ponto de vista intelectual e os viciados. Estes são os que mais constantemente conclamam médicos e educadores para a obra altamente patriótica de transformar um ser que, deixado à sua sorte, será levado ao cárcere ou ao manicômio. Amparado pelas duas forças conjugadas – Medicina e Pedagogia, transformar-se-á em fator útil a si, à sociedade e à Pátria. Há, enfim, outros pequenos anormais que ficam nas classes comuns [...] que podem trabalhar e progredir ao lado de outros escolares, são os pequenos doentes, os nevropatas, psicastênicos, distônicos, linfáticos [...] (BANDEIRA, 1941, p. 41 *apud* LAROCCA; MARQUES, 2010, p. 314).

Estes eram padrões utilizados internacionalmente, e demonstram uma relação estreita entre assuntos como Infância, Medicina, Biotipologia e Educação. Em recente artigo, Vimieiro Gomes (2016), no texto *Science, Constitutional Medicine and National Bodily Identity in Brazilian Biotypology during the 1930s*, relata que, no Brasil, a Biotipologia foi uma doutrina fundamental para a Medicina, em que suas abordagens buscavam superar a visão centrada na doença e não no doente. A Biotipologia foi descrita como a ciência do indivíduo, e suas principais práticas constituíram-se em análises morfológicas (formas do corpo), fisiológicas (endocrinológicas) e psicológicas, determinadas por meio de cálculos e estatísticas. Os debates biotipológicos andaram lado a lado com os debates eugênicos no que diz respeito às identidades raciais e nacionais no país. Os sistemas biotipológicos elaborados para a classificação física dos brasileiros

criaram, segundo Vimieiro Gomes, padrões de normalidade que caracterizavam os indivíduos em termos puramente biológicos.

Para o médico biotipologista Juvenil Rocha Vaz, analisado por Vimieiro, conforme os pressupostos da Medicina constitucional ou “Biotipologia”,

o homem médio, ou seja, o tipo normal brasileiro seria: branco, como o típico morador do centro do país; com uma média de altura entre 1,66m e 1,70m, peso entre 60kg e 65kg, para destacar algumas dentre as outras medidas morfológicas, em dezenas de segmentos corporais. (GOMES, 2016).

A Biotipologia tem sido considerada pela historiografia recente um dos programas de Eugenia “latina”, conforme apontou Vimieiro Gomes (2016), pois era uma nítida contraposição à Eugenia anglo-germânica e escandinava. Os médicos Juvenil Rocha Vaz (1881-1964), catedrático de Clínica Médica na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil<sup>66</sup>, Waldemar Berardinelli (1903-1956) catedrático de Clínica Médica da Universidade do Rio de Janeiro, Issac Brown (1900-1967), assistente de Berardinelli e de Rocha Vaz, ligavam-se a essa interpretação da Medicina constitucional, em sua vertente italiana, representada por Nicola Pende, Giacinto Viola e Mario Barbàra. A Eugenia, por meio da Medicina constitucional ou Biotipologia, dava aos médicos a sua aplicação na prática médica cotidiana, que delimitava o padrão corpo normal e o corpo anormal. A Endocrinologia era visualizada como a ciência que reuniria na anormalidade e no crime as causas ambientais exógenas e as causas endógenas, orgânicas, permitindo a indeterminação e individualização do indivíduo anormal e favorecendo a criminologia positiva. Waldemar Berardinelli levou em conta as teorias de José Ingenieros (1877-1925), italiano que migrou para a Argentina e defendia posições positivistas, sobretudo o uso do conhecimento morfo-físico-psicológico dos indivíduos para a individualização da pena. Em Nicola Pende, a Biotipologia era o estudo da personalidade, considerada a resultante morfológica, fisiológica e psicológica do indivíduo.

Renata Sigolo (1995), em *A saúde em frascos*, evidenciou que Jorge Lacerda, que se formou na Faculdade de Medicina do Paraná, em 1933, publicou um discurso na *Revista Médica do Paraná* no qual interrogava-se: “Quem não ouve o Brasil a levantar sua voz aos médicos pedindo-lhes que se façam os propugnadores da eugeniização da raça?!” (LACERDA, 1938, p. 210). E ainda delegou aos médicos a questão de sanear o corpo

---

<sup>66</sup> A Universidade do Brasil recebeu essa nomeação em 1937, substituindo a Universidade do Rio de Janeiro, criada em setembro de 1920. Em 1965 passou a denominar-se UFRJ.

social no Brasil, e para tanto utilizou-se dos escritos do endocrinologista italiano Nicola Pende.

O Brasil está exigindo, colegas, uma legião de sanitaristas. Os médicos não poderão alienar as suas responsabilidades. Cabe-lhes, em colaboração com um Estado verdadeiramente forte, que solucione as questões vitais da Pátria, promover a libertação sanitária do brasileiro, aproximando-o do verdadeiro tipo humano, normal ideal, se possível, que deve encerrar em si as quatro harmonias biológicas de Pende: “a beleza, que é a harmonia das formas, a saúde, que é a harmonia das funções, a bondade, que é a harmonia dos sentimentos, e a sabedoria, que é a harmonia da inteligência!” (LACERDA, 1938, p. 313).

As quatro harmonias biológicas de Nicola Pende - beleza, saúde, bondade e sabedoria - eram evidenciadas, e eugenizar se associava aos conhecimentos endocrinológicos, ciência chave para Nicola Pende. Jorge Lacerda era, desde 1933, um ativo membro do Integralismo no Paraná, e pode haver uma aproximação com a eugenia que se utilizava na Itália, mas que deve ser melhor analisada em outras pesquisas. Cassata (2015) infere que Nicola Pende possuía uma relação amistosa com o Governo Mussolini, a ponto de a Eugenia italiana andar lado a lado com os estudos de Endocrinologia e Biotipologia produzidos por Pende.<sup>67</sup>

Podemos afirmar que, a partir de janeiro de 1939 a dezembro de 1941, enquanto Glauco Bandeira<sup>68</sup> foi o Diretor redator da *Revista Médica do Paraná*, o periódico investiu em publicações referentes à temática endocrinológica. Podemos até mesmo asseverar que é uma segunda fase de editoração da *Revista Médica do Paraná*. Nas edições de março e abril, publicaram o texto do Dr. Francisco de Paula Soares Neto, intitulado *Endocrinologia nos nossos dias*. Advinda de aula inaugural da cátedra de Clínica de Doenças Tropicais e Infeciosas da Faculdade de Medicina do Paraná, ao apresentar o tema da Endocrinologia, falou de como essas investigações transbordavam o campo médico, invadindo o mais largo setor social. Explicava que

<sup>67</sup> No Brasil, cabe ressaltar o trabalho de Ricardo Benzaquém de Araujo (1888) intitulado *Totalitarismo e Revolução*, onde discute sobre o fascismo e o racismo em Plínio Salgado.

<sup>68</sup> Glauco Bandeira (1915-1974), filho de Joannina de Ferrante Bandeira e do Tte. Cel. Euclides Bandeira que, em 1926, fez parte do primeiro Conselho Penitenciário e foi fundador da Academia Paranaense de Letras. Frequentou o curso de humanidades no externato do Ginásio Paranaense entre 1926 e 1930. Iniciou os estudos na FMP em 1931 e formou-se em 1936. Diplomou-se professor normalista pela Escola Normal de Curitiba e exerceu desde dezembro de 1935 os novos serviços criados na Polícia Civil, ocupando o cargo de perito antropólogo no Instituto de Identificação do Estado. Durante o ano de 1936, como interno de Clínica Médica da FMP, trabalhou na Santa Casa da Misericórdia sob orientação de João Candido Ferreira. (O DIA, 15/12/1936, p. 3).

várias glândulas e tecidos do organismo, quase sem nenhuma identidade de formação embrionária, com ligações anatômicas ainda por esclarecer, presidem todos os grandes metabolismos, equilibram a tensão circulatória, decidem dos tipos e das constituições, influem na conservação da espécie, regulam o crescimento, marcam as etapas da puberdade e do climaterio. (SOARES NETO, 1940, p. 74).

Glaucio Bandeira era também favorável à proteção da infância, e na *Revista Médica do Paraná* chamava atenção para a eficiência letal infantil, que se manifestava de maneira constritante. Na capital, os números de óbitos infantis eram pequenos, mas, no interior paranaense, a primeira infância saldava pesados tributos, que variavam, conforme afirmou Glaucio, das heranças mórbidas ao desconforto, ignorância e rotina. (BANDEIRA, 1940, p. 115). A fala de Bandeira visava ao público de puericultores, etnólogos e governantes. E para tanto, apresenta a assistência de forma intensa e extensa. O que chamou de nipiologia<sup>69</sup>, em que o “embrião humano antes de tomar o seu espaço figurativo como unidade social, já exige cuidados metódicos no sentido de apresentar-se elemento hígido e útil. Enfermidades dos genitores repercutem na prole. Impõe-se o exame pré-nupcial.” (BANDEIRA, 1940, p. 115).

Ele invocava Castro Barreto, que calculava entre 25 e 30% o desfalque da demografia brasileira causado pela defeituosa assistência infantil. Como os ingleses, tinha que se primar pelo *baby* como o melhor imigrante. Tanto pelos mesmos motivos raciais, a criança brasileira era, para Glaucio Bandeira, o imigrante por excelência. “A criança é o nosso melhor imigrante”, assinalou Glaucio, “imigração espontânea e uni-racial”, que a seu ver convinha ao país. (BANDEIRA, 1940, p. 116). Opinou Bandeira pelo papel da educação no controle das mortes na infância, pela nepiologia na criança e elegeu a criança como o melhor imigrante.

Glaucio Bandeira publicou também o texto *Ortogenia* (1940), no qual comentava a respeito do Primeiro Congresso Pan-americano de Endocrinologia, realizado no Rio de Janeiro. O tema título publicado na *Revista Médica do Paraná* foi trabalhado por Moreira da Fonseca no encontro do campo endocrinológico e seus benefícios relativos à “melhoria da unidade racial para o engrandecimento da nação”. A ortogenia era o apanhado geral dos conhecimentos médicos a serviço da unidade biologicamente ideal. Visava prevenir,

---

<sup>69</sup> Trata-se da Nepiologia, do grego *nepios*, o que ainda não fala. Artagão Gasteira indicou a criação do termo ao italiano Ernesto Cacece. Em 1947, Cacece publicou o artigo *La nipiologia en el 40th aniversario de su fundación*, nos *Archivos Pediátricos del Uruguay*. O título remete a 1907 a criação do termo.

robustecer, curar, aperfeiçoar o indivíduo unidade. E ainda citava Moreira da Fonseca, para quem a ortogênese era

o conjunto de princípios que visam prevenir, melhorar ou curar os distúrbios do desenvolvimento do indivíduo, mercê dos dados fornecidos pela biotipologia, levando em grande apreço o fator endócrino. Ortogênese é, enfim, o descortinar para o indivíduo espécie de era biológica padrão, biologicamente orientada e controlada. O ângulo mais complexo é sem dúvida o endócrino, rico de ensinamentos, dilatado manancial de conselhos profiláticos e terapêuticos. (BANDEIRA, 1940, p. 197).

Assim, pautou Bandeira que a Ortogenia tinha em suas fronteiras ainda a Eugenia. E este foi, indubitavelmente, um dos motes mais importantes da década de 1940, quando os estudos biotipológicos e endocrinológicos se tornam centrais na *Revista Médica do Paraná*. A Ortogenia, para Glaucio, antecedia a Eugenia:

através de gerações colima-se o fim desta. E citava novamente Moreira de Fonseca que no Congresso de Endocrinologia conceituou ortogenia, que era vista como “uma verdadeira ortopedia, por assim dizer médica em que à biotipologia, pelo setor endócrino, cabe um dos principais papéis.” (BANDEIRA, 1940, p. 198).

Abrangia, portanto, a extensão não somente da ciência que estudava os fenômenos do crescimento, a chamada Auxologia de Godin, mas se preocupava também com a Biologia de diversas fases da vida, a chamada Helicibiologia de Parhon. Bandeira citava ainda a Calipedia, que cuidava da descendência de filhos belos e vigorosos, e já encontrava, conforme o médico, “diretrizes marginadoras” para o futuro.

No Primeiro Congresso Pan-americano de Endocrinologia, Moreira da Fonseca detalhou todos os aspectos da Ortogênese no setor endócrino, que era advindo dos trabalhos de Nicola Pende. Comentava o médico Glaucio Bandeira:

Nas disgenopatias de Pende encontram-se os distúrbios do desenvolvimento humano - “são síndromas morbidos caracterizados por um desequilíbrio morfológico ou funcional que interessa a constituição geral do organismo ou a constituição parcial que interessa a constituição geral do organismo ou a constituição parcial de um aparelho ou de uma categoria de tecidos, durante o período de formação e que é de origem essencialmente endógena. (FONSECA, *apud* BANDEIRA, 1940, p. 198).

Assim, destacou Glaucio Bandeira que as disgenopatias da Escola Italiana de Nicola Pende compreendiam três variedades: quantitativas, cronológicas e arrítmicas. Consideravam toda a plenitude dos fatores endógenos, levando em conta os genotípicos hereditários ou neuro-endócrinos, não sofrendo exclusão as causas consideradas extrínsecas fenotípicas, conforme relatou Glaucio Bandeira. Em 1940, a Ortogênese e a Eugenia eram

consideradas, por Glaucio Bandeira, como as ciências do futuro, que se alicerçavam nas conquistas do passado, do presente e as do porvir, e desejavam a unidade sadia, física e psíquica para a coletividade.

Glaucio Bandeira trabalhou a questão endocrinológica em outro texto, *Constituição e Temperamento ante a Doutrina Hormonal*, relatando para todos os endocrinologistas que era assente terem as glândulas de secreção interna, em seu âmbito, a aparição, o desenvolvimento e a manutenção da constituição morfológica e do temperamento. Nesse sentido, afirmava o médico que elas “regulam os hormônios do crescimento, as trocas metabólicas, sexualidade, excitabilidade muscular e nervosa, efetividade, ritmo psíquico. (...) clinicamente são indubitáveis as alterações temperamentais e as desviações psíquicas que se podem relacionar com as funções endócrinas”. (BANDEIRA, 1940, p. 264-265).

Conforme apontou Bandeira (1940), para os endocrinologistas havia fatores que desempenhavam papel real na aparição dos “síndromos endocrinianos”. Dentre eles estavam 1) fatores embriológicos e teratológicos; 2) hereditários e familiares; 3) infecciosos; 4) tóxicos; 5) tumorais; 6) alimentares, 7) traumáticos; 8) nervosos; 9) regionais e climáticos; 10) fatores múltiplos.

Para tanto, afirmava que herdamos, provavelmente, junto com outros elementos, glândulas cuja função tende a ser semelhante, ou a apresentar semelhança com as de nossos genitores. E ainda utilizava o espanhol Maraño<sup>70</sup>, para quem era indiscutível a hereditariedade na etiologia das enfermidades dos órgãos de secreção interna. Relatava que às vezes o que se herdava era a “predisposição endocrinopáticas de um modo difuso, e não uma determinada endocrinopatia.” (BANDEIRA, 1940, n. 9-10, p. 265). O biodeterminismo nesse sentido foi vinculado na interpretação de Glaucio Bandeira.

Maurício Levy Júnior<sup>71</sup>, Docente Livre de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, revelou, em seu texto *Personalidade: Constituição, Temperamento e Caráter*.

---

<sup>70</sup> Ferla (2005) relatou que Gregório Maraño, médico espanhol, propôs uma teoria hormonal e defendeu a tese que relacionava o funcionamento do sistema endócrino às manifestações do caráter. (FERLA, 2009). Autor de *La evolución de la sexualidad y los estados intersexuales* (1930). Conforme James Green em *Além do Carnaval* (1999), as idéias de Maraño acerca das origens endocrinológicas da homossexualidade foram adotadas pela maior parte dos demais médicos e criminologistas brasileiros que escreviam sobre o assunto nos anos 30. (GREEN, 2000). Dentre eles Leonídio Ribeiro, que publicou o livro *Homossexualismo e endocrinologia*, prefaciado por Maraño.

<sup>71</sup> Maurício Levy Júnior, além de Docente, foi Psiquiatra do Hospital de Juqueri. Autor de *Contribuição para o estudo das psicoses atípicas: esquizofrenias com manifestações maníacas*, texto publicado nos *Arquivos de Neuro-Psiquiatria* (1950), na qual conceituou sobre o termo hebefrenia, características pela predominância dos sintomas nos setor afetivo, com sinais abundantes de sua liberação como risos, cantos, exageros, caretas, gestos múltiplos, realizados de maneira inadequada e sem nexos. A hebefrenia se diferenciava da mania. O conceito em questão era utilizado como diagnóstico no Hospital Juqueri e, em alguns casos, como infere

*Escolas Biotipológicas* (1976), que a intenção de estudar a fundo os tipos biológicos humanos teve seu emergir quando da hegemonia da ciência hipocrática no século XIX, “ofuscada momentaneamente pelas descobertas de Pasteur”. (1976, p. 59). Naquele contexto hipocrático, o conceito de terreno era central, já que se percebeu que diferentes indivíduos tendem a reagir de maneira diferente diante das mesmas causas patológicas. Ou seja, concluiu-se que deveria se estudar os doentes, em sua individualidade, e não as doenças. Essa era máxima hipocrática, e a partir dela emerge a ideia de terreno, de resistência individual em relação ao meio ou agente mórbido.

O advento da Biotipologia e do estudo das predisposições constitucionais, segundo Levy Júnior (1976), colocou a noção de terreno novamente em cena. As predisposições constitucionais e o meio ambiente passam a ser determinantes para a situação de saúde ou doença. Para Levy Júnior, a variabilidade do terreno individual era a preocupação principal das escolas biotipológicas.

Na Universidade do Paraná, um dos expoentes dos estudos constitucionais foi João Candido Ferreira – analisado em nossa dissertação de mestrado -, que, discutindo os estudos hipocráticos desde sua formação, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, manteve, durante sua trajetória acadêmica na Faculdade de Medicina do Paraná como professor de Clínica Médica Propedêutica, as bases do hipocratismo, aliando-os inclusive ao ensino e em suas publicações de Medicina e Eugenia na década de 1920 e 1930. (PIETTA, 2019). Terreno individual era o foco de análise Clínico Médico. Sem ele, a predisposição não seria possibilitada. Assim, a herança criava um terreno favorável ao desenvolvimento, por exemplo, da tuberculose. (FERREIRA, 1897, p. 164-165). Os filhos de pais doentes eram candidatos a serem doentes, pois tinham terreno predisposto. Na interpretação de João Candido Ferreira, o mesmo cabia também para a sífilis (FERREIRA, 1922, p. 385) e o alcoolismo (FERREIRA, 1922, p. 399-400), que tinham traços de herança mais citados na literatura médica. João Candido, discutiu a hereditariedade a partir de Théodulo Ribot (1939-1916)<sup>72</sup>, mas tinha preferências por Paul Le Gendre (1854-1936)<sup>73</sup>,

---

Cardoso (2017), o tratamento ocorreu a partir da lobotomia ou leucotomia pré-frontal. O diagnóstico a que nos referimos foi feito por Antonio Carlos Barreto e efetivada pelo método de Egas Muniz. (CARDOSO, 2017, p. 122-123). Antonio Carlos Barreto, Cirurgião do Hospital do Juqueri em *Leucotomia pré-frontal a Egas Moniz. Técnica. Resultados imediatos e tardios em 100 casos*, publicados em *Arquivos de Neuro-Psiquiatria* relatou que de 1936 a 1943, 160 doentes foram operados pela equipe do Hospital.

<sup>72</sup> Théodulo Ribot, psicólogo e filósofo, responsável pela autonomia da psicologia científica francesa, foi fundador e diretor da *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*. Autor de *La psychologie anglaise contemporaine (école expérimentale)* (1870), obra em que propos uma nova psicologia livre da concepção metafísica; *L'hérédité: étude psychologique sur ses phénomènes, ses lois, ses causes, ses conséquences* (1873), tese defendida na Sorbonne sobre hereditariedade psicológica em que utiliza como argumento que a

Albert Charrin (1856-1907)<sup>74</sup>, o primeiro era filósofo, enquanto que os últimos eram médicos, seguidores de Bouchard, professor de Patologia Geral da Faculdade de Medicina de Paris. As produções de João Candido foram, nesse sentido, acerca da questão da herança mórbida e a questão do terreno predisposto. Na questão do álcool, por exemplo, utilizando Miguel Couto, Gladstone, Moltke, Fernet, Monin, Legrain, Grasset, Courmont, Belisário Penna, concluiu e afirmou que em poucas gerações a prole degenerada do alcoolista viria a desaparecer (FERREIRA, 1923 *apud* PIETTA, 2019). A ideia do terreno, analisada pelo Clínico Médico, se manteve na questão do ensino da Cátedra durante os seguidos anos de docência.<sup>75</sup>

Em 1932, João Candido Ferreira publicou na *Revista Médica do Paraná* o texto *Ar Puro e Ar Confinado*, no qual relatou que

(...) sendo a eugenia a ciência que trata do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana – eugenisar é educar, instruir, fortificar e sanear. Ora, o ar puro sendo um elemento indispensável à salubridade pública e à robustez do indivíduo não pode deixar de ser fator eugênico de primeira ordem e o é incontestavelmente. (REVISTA MÉDICO DO PARANÁ, abr./1932, p. 201).

Fruto de palestra no Radio Club Paranaense, visou promover a educação e instrução do povo, a partir do designação do tema *O valor da Eugenia ou do ar puro como fator higiênico*. João Candido foi de uma primeira geração de médicos eugenistas da Faculdade de Medicina, e, ao que tudo indica, era o eugenista de maior reconhecimento e autoridade na segunda década de 1900. Em 1933, em reunião da Associação Médica do Paraná, Aramis de Athayde relatava que

---

lei biológica da hereditariedade era aplicada aos fenômenos mentais. *La psychologie allemande contemporaine (école expérimentale)* (1879); *Les maladies de la volonté* (1884). Em 1888 ocupou a cadeira de Psicologia Experimental e Comparada, no Collège de France, onde permaneceu até 1901.

<sup>73</sup> Paul Le Gendre, Médico Honorário do Hospital de Paris, Membro da Academia de Medicina. Autor de *Traité de thérapeutique infantile médicale chirurgicale* (1894); *L'hérédité et la pathologie générale* (1912); *Troubles et Maladies de la Nutrition* (1899); *L'alcool en thérapeutique* (1903); *Hygiène de l'enfance. Choix des nourrices, leur hygiène alimentaire et leurs maladies au point de vue du lait* (1889).

<sup>74</sup> Albert Charrin era Professor Agregado, Médico do Hospital de Paris, Diretor Adjunto do Laboratório de Patologia Geral, Assistente do Collège de France, Vice-Presidente da Sociedade de Biologia. Autor de CHARRIN; RICHE, *Hérédité et tuberculose: Modifications héréditaires de l'organisme* (1897); *Influence des tares des ascendants sur le développement des rejetons* (1898).

<sup>75</sup> Em 1938, João Candido Ferreira, em seu cinquentenário de prática médica, quando foi escolhido como Parainfo da turma de formandos, mantinha suas convicções quando enumerou quatro renovações do hipocratismo francês com as quais debatia. Dentre elas destacam-se: a relação constante entre indivíduo e meio; a importância capital do terreno, havendo distinção entre temperamento, constituição, predisposição – bases que formariam a Endocrinologia, a Biotipologia e as doenças da nutrição; a moléstia era a síntese do terreno predisposto e o agente de desequilíbrio, em que o primeiro era de maior importância; a procura pelo sentido profundo da perturbação mórbida em modificações endógenas de ordem energética. (PIETTA, 2019).

Assuntos diversos, questões varias, estão reclamando a nossa atenção. Dentre eles, desponta, desde logo, a bio-tipologia, que abrange os tipos constitucionais, ligando-se entre si aos somatológicos, e a outros espécimens observados pelos mais modernos psico-fisiologistas, psicometristas e noologistas. (O DIA, 05/10/1933, p. 1).

Conforme Aramis de Athayde, por meio do estudo anatômico, fisiológico, patológico e psicológico poderia se determinar, em face de cálculos e confrontos, a personalidade do indivíduo, a sua índole, seu caráter e sua inteligência. (O DIA, 05/10/1933, p. 1).

Aramis de Athayde chegou mesmo a construir um rol do panteão de eugenistas, “que ergueram a sua voz, pregando com veemência, os princípios da regeneração eugênica de nossa gente”, e dentre estes estavam Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto, Mario Alcantara de Vilhena<sup>76</sup>, Mario Pinto Serva<sup>77</sup>, Rodrigues Dória<sup>78</sup>, João Candido, Belisario Penna, Antonio Austregésilo de Souza Lima, Almir Madeira<sup>79</sup>, Tavares Neves Filho, Castro Barreto e Renato Kehl. (O DIA, 05/10/1933, p. 1). Essa assertiva evidencia nossa tese da necessidade de se narrar acerca do campo eugênico e seus membros, e delimitar o campo; e não deixa de ser uma ação de narrativa que visa à canonização dos intelectuais por parte do médico paranaense. O rito de canonização efetuado por Aramis de Athayde visou igualmente evidenciar que espaço ocupava, perante os cânones, legitimar-se no campo a partir do conhecimento e o reconhecimento daquelas autoridades.

---

<sup>76</sup> Mario Alcântara Vilhena, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1919, produziu a tese *Da continência como fator eugênico*, na qual defendeu a contracepção sob a forma da continência e castidade sexual como um papel de pureza, de atos e de pensamentos. Preocupou-se com a decadência dos costumes e da moral, e assim, saias curtas, decotes eram considerados por Vilhena (1919), como um escândalo. (SILVEIRA, 2016, p. 120-121).

<sup>77</sup> Mário Pinto Serva (1881-1962), nascido em São Paulo, foi advogado, jornalista e político, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Conforme Maria Bernadete Ramos Flores (2007), que trabalhou as representações das hierarquias de gênero, a perspectiva de eugenia em Serva buscava a “criação de uma cultura viril, aquela dotada do espírito de progresso, da conquista, da razão, pragmática, objetiva e utilitária, superaria nosso passado degenerado, fatalista, subjetivo, retórico, sonhador, dominado, expresso na figura do Jeca Tatu”. O ser-viril era o homem como ser universal, forte, saudável branco, moralizado, que contrapunha o não-viril, o homem doente, criminoso, tarado, homossexual. (FLORES, 2008, p. 231)

<sup>78</sup> José Rodrigues da Costa Dória (1859-1938), nascido em Sergipe, se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se tornou professor catedrático de Medicina Legal e Toxicologia. Autor da monografia *Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício* (1915), afirmou ser aquele um vício pernicioso e maléfico, que mostrava o potencial de indução ao crime. Relatou o autor, “entre nós a planta é usada como fumo, ou em infusão, e entra na composição de certas beberagens, empregadas pelos “feiticeiros”, em geral, pretos africanos ou velhos caboclos. Nos “candomblés” – festas religiosas dos africanos, ou dos pretos crioulos, deles descendentes, e que lhes herdaram os costumes e a fé, é empregada para produzir alucinações e excitar os movimentos nas danças selvagens dessas reuniões barulhentas”. (MATOS, 2017, p. 8).

<sup>79</sup> Almir Rodrigues Madeira (1884-1972), autor de *Etiologia e prophylaxia da syphilis no aleitamento* (1909). Sobre ele, afirmou Aramis de Athayde, “Relembrem também a ação corajosa e sobretudo patriótica de Almir Madeira, que combateu a “renúncia a procreação””. O DIA, 05/10/1933, p. 1).

Utilizando a *Revista Médica do Paraná*, de novembro de 1936, Rodrigues (1997), relatou acerca de um discurso do Dr. Erasto Gaertner<sup>80</sup>, que, na presença dos psiquiatras cariocas A. Austregésilo e Heitor Carrilho e o do paulista A. C. Pacheco e Silva - que formavam a banca julgadora da cátedra de Clínica Psiquiátrica de Alô Guimarães<sup>81</sup> -, na própria Faculdade de Medicina do Paraná, afirmou:

Ainda que separados pela distância, os liames da simpatia também de há muitos nos aproximaram de Pacheco e Silva e as rijas pugnas parlamentares empreendidas, de referência quer aos problemas da assistência social, quer à esterilização de anormais, nos plenários constituintes, deram-nos ensejo para agradável convivência espiritual. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1936, p. 441-443).

Tratava-se das discussões travadas durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, na qual o então deputado Carlos Alberto Pacheco e Silva se colocou favorável à esterilização. Esses debates, que circularam durante a Constituinte, para não ficarem expressamente no caráter da Assembleia, foram expostos no jornal *O Globo*, que incentivou o debate público acerca do conteúdo. (WEGNER; SOUZA, 2013; SOUZA, 2011, 2017). Para tanto, vários intelectuais foram chamados ao debate diante da opinião pública, dentre eles Edgar Roquette-Pinto, Renato Kehl, Pacheco e Silva, Leonídio Ribeiro, Leitão da Cunha e Oscar Fontanelle (SOUZA, 2017, p. 396). Somente Roquette-Pinto e o médico Raul Leitão da Cunha foram críticos à lei alemã, os quatro restantes eram favoráveis.

Leonídio Ribeiro chegou mesmo a apresentar dados ao debate público:

Estou entre os que aplaudem a legislação que manda esterilizar os indivíduos doentes e tarados para evitar uma prole inválida e inútil. Penso que o desequilíbrio em que vive o mundo de hoje é muito menos devido ao aumento sempre crescente da população do que ao exército de estropeados que enchem os asilos, hospícios, hospitais, pesando nos orçamentos como uma cifra das mais consideráveis e improdutivas. Hitler só foi levado a esse ato depois de haver verificado que as estatísticas mostram haver na Alemanha um milhão de loucos e alienados, 750 mil débeis mentais, 100 mil epiléticos e 25 mil surdos mudos, isto é, cerca de dois milhões de homens e mulheres indesejáveis e que não produzem nem podem ser úteis ao seu país. (RIBEIRO, 1939, p. 168).

---

<sup>80</sup> Erasto Gaertner (1900-1953) nasceu em Curitiba, filho de Luís Gaertner, marceneiro, e Maria Tertuliana Fagundes dos Reis Gaertner. Seu avô paterno foi pastor luterano e fundador da Igreja Evangélica do Paraná. Estudou engenharia agrônômica na Escola De Agronomia do Paraná, em 1918, no entanto, seu nome não apareceu na primeira turma de formandos de 1920. Iniciou estudos na Faculdade de Medicina do Paraná em 1920, formando-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1925, defendendo o texto *Das incisões na parede abdominal*. Em Curitiba, Gaertner defendeu a tese de *Transfusão de Sangue*, em que pleiteou a livre docência na cadeira de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Paraná. (O DIA, 19/11/1923, p. 4; 26/11/1926, p. 2).

<sup>81</sup> Alô Ticoulat Guimarães (1903-1985), nascido em Curitiba, iniciou os estudos na Faculdade de Medicina do Paraná em 1923 e se formou em 1927, com a tese *Cirrhose atrophica de laennec combinada com mal de banti*.

Roquette-Pinto, por outro lado, relatava que a esterilização era um assunto “extremamente complexo”, uma vez que a ciência ainda não conseguia identificar com clareza os indivíduos portadores da “boa” e da “má herança”. (SOUZA, 2011, p. 310) Esterilizar um degenerado poderia “privar a humanidade futura de alguns homens de gênio”. Leitão da Cunha, apesar de indicar a esterilização em determinados casos, colocava sob suspeitas os benefícios dessa medida. (SOUZA, 2011, p. 310).

Renato Kehl, como já havia defendido em *Sexo e Civilização: aparas médicas*, acreditava que a “aplicação da esterilização era uma medida judiciosa e simples, não haveria dúvida que, no futuro, ela também viria a ser uma realidade no Brasil”. (SOUZA, 2011, p. 311). Seguindo a mesma linha, Oscar Fontanelle descreveu-se como um “caloroso partidário” da política de esterilização dos “anormais capazes de gerar proles estigmatizadas física e psicologicamente”. (SOUZA, 2011, p. 311).

Pacheco e Silva, conforme evidenciou Wegner e Souza, argumentava aos leitores do jornal no sentido de tranquilizá-los, pois “os métodos modernamente praticados para se conseguir a esterilização não acarretam qualquer deformação, não removem glândulas e, em consequência, em nada alteram a vida do indivíduo que a ela se submete”. (WEGNER; SOUZA, 2013, p. 279).

A posição de Pacheco e Silva acerca da esterilização eugênica, juntamente com fala de Erasto Gaertner, na recepção dos médicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, que possuía simpatia pelas causas de Pacheco e Silva, incide no clima em que vivia o campo médico paranaense na década de 1930. Em posição de simpatia, semelhante a Milton de Macedo Munhoz ou Aramis de Athayde, estava Erasto Gaertner. (RODRIGUES, 1997, p. 54; JANZ JÚNIOR, 2012).

Nessa linha de interpretação, podemos citar Clara Glasser Villa<sup>82</sup>, quando, já graduada pela Faculdade de Medicina, publicou no *Diário da Tarde* o texto *Eugenia*,

---

<sup>82</sup> Clara Glasser era filha de Leonardo Glasser e de Gabriela Ferreira Machado Glasser. Eram seus tios, o Coronel Roberto Glasser, dr. Abrahão Glasser, prefeito de Ponta Grossa em 1919, e Ismenia Glasser, e seu avô, o major Abrahão Glasser (x-1919). Clara Glasser frequentou o Gymnasio Paranaense na juventude, e em janeiro de 1926 foi aprovada na disciplina de Geometria do terceiro ano e, provavelmente, apta a prestar vestibular. (O ESTADO DO PARANÁ, 05/01/1926, p. 8). Conforme o jornal *A República*, de 13 de junho de 1929, Clara Glasser foi parabenizada pelo aniversário natalício, e era caracterizada como “estudiosa alumna da nossa Faculdade de Medicina”. (A REPÚBLICA, 13/06/1929, p. 4). Conforme o mesmo jornal, que trazia à tona os aprovados dos exames da Faculdade de Medicina, em 1929, Clara Glasser estava em seu segundo ano. (A REPÚBLICA, 14/12/1929, p. 12). Consideramos, a partir de sua entrada na Faculdade de Medicina o ano aproximado de seu nascimento era 1910. Sua entrada na Faculdade de Medicina foi, portanto, em 1928, formando-se em dezembro de 1933. (CORREIO DO PARANÁ, 02/12/1933, p. 2). Em 1930, Clara Glasser teve seu nome vinculado a um Concurso Internacional de Beleza, no qual era uma competidora do concurso

*Eugenismo e seus propósitos.* (DIARIO DA TARDE, 17/10/1935, p. 2). Clara G. Villa historicizou a emergência da Eugenia ao público, em que buscou diferenciar os dois conceitos, eugenia e eugenismo. De um lado, a Eugenia,

(...) na época contemporânea, veio à luz com Sir Francis Galton uma ciência que orientada, sob ponto de vista biológico, a multiplicação da espécie humana, tendo em vista seu melhoramento nesse sentido. Assim é que, irradiando-se o movimento eugênico na Inglaterra em 1911, veio repontar nos outros países, inclusive até nós (...). (DIARIO DA TARDE, 17/10/1935, p. 2).

De acordo com Glasser, essa ciência tinha como propósito estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo e de Eugenia. Em relação aos princípios da hereditariedade, seguia os preceitos genéticos, e, portanto, do mendelismo como base da Eugenia. Para Glasser Villa, a Eugenia era

(...) a ciência que, unida à biologia e com suas raízes mergulhadas na genética, vem para ensinar que quando se unem duas pessoas sans de corpo e de espírito sua descendência terá as maiores probabilidades possíveis de ser constituída de indivíduos também sadios de corpo e de alma. Pelo contrário, a união de indivíduos tarados ou com defeitos físicos traz a infelicidade de uma prole tarada ou defeituosa. (VILLA, 17/10/1935, p. 2).

Quanto à hereditariedade genética, de base mendeliana, utilizava assim um velho dito popular como metáfora, no qual se dizia que “espinho que tem que picar, de pequenino traz a ponta”. (VILLA, 17/10/1935, p. 2).

Por outro lado, conceituou o termo eugenismo, como o conjunto de medidas postas em prática para a geração de proles boas em ambientes melhores, por meio de medidas higiênicas, de saneamento e de educação, a partir de práticas como a lei seca, a guerra aos entorpecentes, a higiene pré-natal e pré-nupcial, etc.

Desse modo, promovendo o “aumento de boas estirpes e desaconselhando a geração entre indivíduos incapazes de criar uma prole sadia”, ter-se-ia, conforme Clara G. Villa, “com eugenia e eugenismo uma raça melhor, num futuro melhor”. (VILLA, 17/10/1935, p. 2). A médica Clara Glasser Villa não acreditava ser uma utopia as práticas eugênicas. As

---

em sua fase regional paranaense. No Paraná, a cobertura foi feita pelo jornal *A República* e as votações ocorreram nos primeiros meses do ano. Em concomitância, ocorriam outros concursos, por exemplo no Rio de Janeiro, sob a cobertura do jornal *A Notícia*, e no Rio Grande do Sul, pelo *Diário de Notícias*, que organizou o Torneio Estadual de Eugenia e de Beleza. As ganhadoras dos concursos regionais eram tidas como possuidoras dos “predicados da mais peregrina beleza física e apurados dotes de perfeição moral”, conforme evidenciou *A República*. (15/03/1930, p. 3). Em 1932, o interventor Manoel Ribas enviou a Victor Ferreira do Amaral e Silva um ofício em que autenticava a gratuidade de matrículas na Faculdade de Medicina, por conta do Governo. O nome de Clara Glasser foi um dos contemplados. (O DIA, 28/02/1932, p. 2). No fim de outubro de 1932, Clara se tornou Presidente da nova Diretoria do Gremio Lírio Cassinista, para o exercício 1932-33, que era ligado ao Club Cassino Curitibano. (O DIA, 28/10/1932, p. 5). Naquele momento era apresentada como Doutoranda. Clara Glasser agregou o sobrenome Villa, quando casou-se com Carlos Villa.

ações que encabeçou buscavam, sobremaneira, a divulgação dos aspectos do eugenismo, não abrindo mão do aconselhamento, “do esclarecimentos das paranaenses que, visando a dignificação do seu torrão, farão antes de toda e qualquer política, uma política melhor em prol da eugeniização da nossa raça, levando para o matrimônio o seu quinhão de higiene e saúde.” (VILLA, 17/10/1935, p. 2).

Em setembro de 1936, durante a campanha de educação sanitária levada a cabo nos microfones da *Radio Club Paranaense* pela Diretoria Geral de Saúde Pública, ocorreram diversas palestras, e foi a dra. Clara Glasser Villa que abriu a série com o título *Cuidados pré-natal*; foi seguido de *Cuidados ao recém-nascido normal*, pelo doutorando Emílio Sounis; *Cuidados aos Débeis e prematuros*, pelo doutorando Alcides Silva; *Amamentação natural - Técnica*, pelo dr. Waldemar Monastier; *Amamentação mista artificial - complementar Técnica*, por dr. Pio Tabora Veiga; *Da higiene da alimentação*, pelo doutorando Pelágio Parigot; *A dentição*, pelo dr. Francisco Bassetti; *A Criança doente*, pelo dr. Borges de Macedo; e *Psiquismo infantil*, pelo prof. Raul Carneiro. (O DIA, 01/09/1936, p. 3).

Ainda em setembro de 1936, na condição de assistente da cadeira de Clínica Pediátrica e Higiene Infantil<sup>83</sup>, na *Revista Médica do Paraná*, publicou *O Exame Pré-Nupcial e a nossa contribuição*, relacionando as preocupações da Pediatria com os cuidados pré-natais e a higienização racial.

Para o pediatra do século XX que cultua por excelência a finalidade da higienização racial, empregando como armas terapêuticas a higiene e a medicina preventiva, o ideal mais alto é a cruzada em benefício da saúde [...]. Problema relevante porém ainda bastante descurado em nosso meio, pois não mereceu dos nossos governos a atenção a que faz jus como ciência que visa o aperfeiçoamento da raça, é a higiene pré-natal o assunto em que todos os países civilizados e já em muitos estados brasileiros ocupa ordem do dia. Todos os meios capazes de intensificar a natalidade e combater as causas que determinam o seu declínio são vistos sob todos os aspectos, estudando-se o problema da população em relação à miséria, à doença, à degeneração, etc. (GLASSER VILLA, 1936, p. 349-350).

É difícil delimitar se esse cultuar da higienização racial em Clara Glasser Villa estava vinculado ao conceito alemão de *Rassenhygiene*, criado por Alfred Ploetz, em seu livro *Grundlinien einer Rassenhygiene* (Noções básicas de Higiene Racial), publicado em

---

<sup>83</sup> Esta era uma posição disputada no campo médico. A cadeira de Clínica Pediátrica e Higiene Infantil foi ocupada por Raul Carneiro, catedrático, e por Duilio Calderari, livre docente. Os dois conquistaram o espaço a partir do concurso de 1929. Em 1944, com o falecimento de Raul Carneiro, disputaram a vaga da cátedra seis candidatos, Duilio Calderari, então livre docente da cadeira, Homero de Mello Braga, catedrático de Biologia Geral da FFCL-PR, Clara Glasser, assistente da cadeira, Irineu Antunes, Haroldo Beltrão e Milton Lopes. (O DIA, 12/03/1944, p. 9). O vencedor foi Homero de Mello Braga, que se tornou catedrático, seguido de Pio Tabora Veiga e Haroldo Beltrão. (O DIA, 10/03/1945, p. 4)

1895.<sup>84</sup> O movimento em função da Higiene Racial foi criado na República de Weimar (1918-1933), e se formou em bases ideológicas e institucionais, base do arianismo, durante o Terceiro Reich (1933-1945) (PROCTOR, 1988, *apud* WEGNER; SOUZA, 2013). No Brasil, Renato Kehl assumiu a posição favorável às políticas extremadas da eugenia nazista em 1935, conforme Wegner e Souza (2013), quando se distanciou da Medicina Social. Além de Renato Kehl, os intelectuais Ernani Lopes, Ignácio da Cunha Lopes, Alberto Farani e Antonio Carlos Pacheco foram defensores da aplicação desse conceito no Brasil.<sup>85</sup> É interessante refletir que os textos produzidos por essa intelectualidade passaram a influir nas produções nacionais, e o caso de Glasser Villa é representativo desse movimento. No entanto, para Glasser, a higienização racial era uma prática que se iniciava com a Higiene Pré-Natal, e se estendia no sentido de dar aportes para aumentar a natalidade e diminuir a mortalidade infantil, em uma cruzada contra a miséria, a doença e a degeneração.

A doutora Glasser, além de assistente da cadeira de Higiene, conforme o *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ), atendeu em 1937 em um consultório na Rua XV de Novembro, 36, e a partir de 1938, atendeu na rua Generoso Marques. Mostrou-se ainda crítica aos problemas que a assistência médica à infância possuía no Estado.

E o que é que se dá aqui no nosso Estado? Encontramos hospitais, asilos, departamentos de assistência social, mas ressenete-se muito a falta de assistência médica à infância. O governo despense uma quota exagerada com esses estabelecimentos, favorecendo a doentes e degenerados, quando com muito menos poderia instituir serviços para auxiliar o desenvolvimento dos normaes, procurando perpetuar suas boas qualidades e educando convenientemente os geradores. (GLASSER VILLA, 1936, p. 350).

A crítica de Glasser remete aos altos gastos do Estado para com assistência social, com os considerados incapazes, em contradição aos zerados investimentos na assistência para os geradores de bons indivíduos. A fala de Glasser Villa se assemelha às críticas feitas

---

<sup>84</sup> A obra está disponível em [https://archive.org/details/bub\\_gb\\_JZjXAAAAMAAJ](https://archive.org/details/bub_gb_JZjXAAAAMAAJ) Acesso em: 27 maio. 2019. A esse respeito, Souza e Wegner (2018) afirmam que apesar de os alemães utilizarem o termo Higiene Racial, nem todos os eugenistas eram racistas, como é o caso de Alfred Ploetz (1860-1940), que cunhou o termo e foi considerado um precursor do movimento no país. (SOUZA; WEGNER, 2018, p. 334 *apud* WEISS, 1990, p. 16). Souza e Wegner fazem referência a Sheila Faith Weiss, no seu texto *The race hygiene movement in Germany 1904-1945* (1990). Weiss é autora também de *Race hygiene and national efficiency: the eugenics of Wilhelm Schallmayer*.

<sup>85</sup> Conforme Renato Kehl, em sua obra *Por que sou um eugenista?* (1937), durante o inquérito acerca da Lei Alemã de Esterilização Eugênica, em 1934, deram opinião favorável à prática Renato Kehl, Leitão da Cunha, “Afranio Peixoto, Oscar Fontanelle, Leonídio Ribeiro, Pacheco e Silva, e vários outros, conforme evidenciou a Revista do Sindicato Médico de 1934”, em sua página 728. (KEHL, 1937, p. 73 *apud* SOUZA, 2017). No entanto, Souza (2017) inferiu que nesse mesmo inquérito Leitão da Cunha e Edgar Roquette-Pinto se colocaram de forma crítica às medidas radicais de eugenia.

na Alemanha aos princípios sociais democratas, cada vez mais presentes na introdução da República de Weimar<sup>86</sup>, até a promulgação das Leis de Nuremberg, dando início às perseguições e segregações.

Seguindo essa linha, a médica Glasser Villa intenciona a discussão para a relevância de investir nesses indivíduos bons e sobretudo em relação às preocupações pré-natais.

A contribuição que damos não só para a divulgação entre as gestantes desse importante capítulo de profilaxia social, do qual depende a robustez e a saúde somato-psíquica dos porvindouros, como também para a melhoria racial em nosso estado. (GLASSER VILLA, 1936, p. 356).

A Eugenia em Glasser perpassa pela prática de higienização racial, mas com a preocupação com os indivíduos normais na fase pré-natal. Glasser será durante as décadas de 1930 e 1940 uma das médicas e intelectuais mais representativas no campo da Pediatria e Puericultura, sendo responsável pela direção do Curso de Puericultura, em 1940, conforme apontou Homero de Mello Braga (1946).<sup>87</sup>

Conforme o jornal *O Dia*, de 4 de maio de 1940, foi instalado o Posto de Higiene Infantil e Maternal “D. Darci Vargas”, que, organizado pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura, visava dentro do ambiente feminino ao “aprimoramento das qualidades da mulher”, como introduziu o jornal *O Dia*, dirigido por Caio Machado.

O Centro Paranaense Feminino organizou um curso de Puericultura, que visava à explicação dos conhecimentos da maternidade e infância obtidos nas experiências cotidianas dos Postos de Puericultura, especialmente às mulheres. Nesse sentido, prestavam incalculáveis serviços ao povo, para que as gerações futuras se tornassem fortes e sadias, conforme os interesses da nacionalidade. No entanto, devemos frisar a participação ativa das mulheres envolvidas no Centro Paranaense Feminino. Conforme Larissa Selhorst Seixas (2011) em “*O Feminismo no bom sentido*”: *o CPFC e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958)*, as mulheres partilhavam valores que não diferiam

---

<sup>86</sup> A Constituição criada na República de Weimar (1919-1933) instaurou um tipo de previdência social estatal e compulsória com direitos relativamente amplos. Antes dessa constituição, tem-se em Bismarck a promoção de reformas conservadoras, que foi percebida por Espinig-Andersen (1991) como uma forma de política de classe, no sentido de estratificação da sociedade. Construiu divisões entre os assalariados conforme sua classe e status, cada qual possuindo seus direitos e privilégios. É um modelo de corporativismo estatal, com fundos previdenciários de status diferenciado. Conforme Espinig-Andersen (1991), o “que predominava era a preservação das diferenças de status; os direitos, portanto, estavam ligados à classe e ao status”. (ESPINIG-ANDERSEN, 1991, p. 109).

<sup>87</sup> Trata-se do livro *Um Jornal a Serviço da Infância*, publicado em 1946. Conforme relatório do corpo docente de 1963-64, com relação nominal e respectivas cátedras, Clara Glasser Villa aparecia como Docente Livre na cátedra de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil. (ANUÁRIO, 1963-1964, p. 64).

radicalmente do pensamento hegemônico de sua época, mas que ganhavam um novo sentido por meio das ações por elas tomadas.

Quem guiou a solenidade de inauguração do curso foi Pórcia Guimarães Alves, enquanto que o Curso de Puericultura esteve a encargo da própria Clara Glasser Villa. Durante seu discurso, incurvou no ato de cooperar ao combate da mortalidade infantil, favorecendo o desenvolvimento normal da criança, com o auxílio de assistência odontológica à mãe e à criança, instituir a sopa à mãe e a merenda ao escolar, no combate à subalimentação que os predispõe à tuberculose, a distribuição dos brinquedos, roupas infantis, além de prêmios às crianças que frequentassem o serviço. Intentavam cativar as mães, conforme Clara Glasser Villa, subordinando-as mais facilmente à intenção de beneficiar-educando. (O DIA, 04/05/1940, p. 1).

Larocca e Marques (2010) trazem interessante contribuição a respeito do aspecto eugênico na *Revista Médica do Paraná*, afirmando que “ao final da década de 1930, a palavra eugenia cedeu gradativamente lugar em artigos e discursos dos médicos paranaenses ao termo Genética, mas não prescindiu dos ideais eugênicos”.<sup>88</sup> Ou seja, eis aqui uma das inflexões que o conceito de Eugenia sofre quando precede a década de 1940, e que iremos explanar na sequência. Tal revista, segundo as autoras, quase na metade do século XX, passa por nova reformulação, deixando de lado paulatinamente assuntos como higiene, educação sanitária e saúde escolar; porém, as ideias eugênicas continuaram. Larocca e Marques (2010) podem se referir à saída de Milton de Macedo Munhoz em 1939, e a entrada e permanência de Glaucio Bandeira e Carlos F. Ferreira da Costa entre janeiro de 1939 até 1943, e depois, pelo médico e antropólogo Loureiro Fernandes<sup>89</sup> e do

---

<sup>88</sup> A afirmação da autora, no entanto, se esquia do objeto, já que não foram apresentadas reflexões, apenas aponta o caminho que teria sido trilhado.

<sup>89</sup> José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977), filho de Manoel d'Assempção Fernandes, comerciante e dono da firma Fernandes Loureiro & Comp. e neto de José Fernandes Loureiro. Seu avô paterno era um imigrante português que casou-se com a filha de Ildefonso Pereira Correio, o barão de Serro Azul. Seu núcleo familiar gozava de relevante capital econômico, político e social. Ele e seu irmão, João Loureiro A. Fernandes, possuíam uma previdência privada, onde em 10 ou 15 anos tiveram uma pensão durante toda a vida. (A REPUBLICA, 06/08/1907, p. 2). Sua família possuía terrenos em São Paulo, em nome de José, na Avenida Atlântica, em 1910, e em nome de seu irmão João, na Brooklyn Paulista, em junho de 1921. Na juventude, foi presidente do Gremio Literário São Luiz, uma Congregação Mariana de jovens, em Curitiba. (O DIA, 17/04/1925, p. 5). O início da formação se deu na FMP, entre 1923 e 1925, quando seguiu para a capital em 1926, formando-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em dezembro de 1927. (O PAIZ, 31/12/1927, p. 4). Em 1928, após se formar em Medicina, realizou especialização em Urologia, em Paris. Em junho de 1929 estava no Paraná trabalhando como médico. No Círculo de Estudos Bandeirantes, foi um dos principais coordenadores, caracterizado por Cecília Maria Vieira Helm como humanista, católico e liberal. Em 1936 foi nomeado como Diretor do Museu Paranaense (O ESTADO, 01/12/1936, p. 4), onde permaneceu até 1943. Em 1944, a Polícia Civil doou entre entidades culturais e científicas, como museus e centros de pesquisas, um material apreendido entre os nazi-fascistas. Foi criada uma comissão para dar um plano

farmacêutico Dulcídio T. de Lacerda, que assumem a direção da *Revista Médica do Paraná*.

É perceptível a partir de abertura de uma nova seção a incorporação de temáticas como a Endocrinologia, a Medicina Legal e a Psiquiatria Forense, podendo figurar tanto temas afins da Medicina quanto do Direito. Conforme a chamada:

A Medicina dedicada à Justiça corporificando a Medicina Forense, de tão dilatados limites, já tem obreiros próprios - os peritos e, a eles, aos seus estudos, aos seus labores, ficará afeta essa nova seção que terá, é desnecessário dizer, o brilho invulgar de talentos já bem conhecidos. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1940, p. 252).

Essa trajetória da revista, que visou incorporar leitores do campo da Medicina e do campo jurídico, é significativa, pois os peritos são os especialistas que recorrem aos estudos criminológicos para dar conta de seu trabalho em torno do crime e do criminoso. Trabalharemos essa temática nos capítulos 4 e subsequentes. No entanto, acerca da *Revista da Associação Médica do Paraná*, afirmam Larocca e Marques (2010):

Chegaram os anos de 1950 e a formação da infância paranaense, mesmo sem prescindir da higiene, educação e eugenia, clamava pela assistência à saúde e pelo desenvolvimento de especialidades médicas voltadas ao atendimento das necessidades biológicas da população. Estavam na pauta do dia: a organização dos serviços, a descentralização das ações e a criação de um órgão normativo único – o Ministério da Saúde. (LAROCCA; MARQUES, 2010, p. 315).

O Ministério da Saúde foi criado no último Governo de Getúlio Vargas, pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953. Assim, as questões de infância e de Puericultura continuaram em voga, sendo discutidas pela intelectualidade paranaense, pois havia uma necessidade biológica para tais cuidados e, conforme apresentaremos posteriormente, será instrumento de luta política. A Faculdade de Medicina do Paraná, como parte do campo e da rede de sociabilidade, foi contemplada por tais discussões nesse momento histórico da década de 1940, já começando a demonstrar inflexões conceituais relativas à Eugenia e suas ciências congêneres.

A partir da análise, podemos elencar algumas trajetórias intelectuais que estiveram presentes na FMP, na AMP e na *Revista Médica do Paraná*.

Tabela 2 – Perfis de intelectuais eugenistas da Geração de 1890-1925 e da Geração de 1926-1945

<b>Nome</b>	<b>Cidade de nascimento</b>	<b>Proveniência familiar</b>	<b>Ensino Secundário</b>	<b>Ensino Superior</b>	<b>Filiação</b>
Milton de Macedo Munhoz (1901-1977)	Curitiba-PR	Coronel; Secretário Geral do Estado; servidor público	Colégio Santa Julia (1912-1915); Ginásio Paranaense (1916-18)	Escola Agrônômica do Paraná (1918-1920); Faculdade de Medicina do Paraná (1920-1922); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1923-1925)	Faculdade de Medicina do Paraná; Associação Médica do Paraná
Mário Coelho Gomes (1887-1938)	Niterói-RJ	Médico	Escola Senhor do Bonfim; (1900-1902) Colégio Militar (1903-1904)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1905-1919)	Faculdade de Medicina do Paraná; Associação Médica do Paraná
Aramis Taborda de Athayde (1900-1971)	Curitiba-PR	Médico veterinário; Força Militar	Ginásio Paranaense (1913-1919)	Faculdade de Medicina do Paraná (1918-1924)	Faculdade de Medicina do Paraná; Associação Médica do Paraná;
Victor do Amaral Filho (1904-1992)	Curitiba-PR	Política; Docente; latifundiário	Ginásio Paranaense (1917-1921)	Faculdade de Medicina do Paraná (1922-1926)	Faculdade de Medicina do Paraná; Associação Médica do Paraná
Glaucio Bandeira (1915-1974)	Curitiba-PR	Jornalista; escritor; poeta	Ginásio Paranaense (1926-30)	Faculdade de Medicina do Paraná (1931-1936)	Faculdade de Medicina do Paraná; Associação Médica do Paraná
Clara Glasser (1910-x)	Curitiba-PR	Comércio, política; militar	Ginásio Paranaense (1927-1931)	Faculdade de Medicina do Paraná (1927-	Faculdade de Medicina do Paraná;

				1931)	Associação Médica do Paraná
José Loureiro Fernandes (1903-1977)	Lisboa-POR	Comerciante; latifundiário	Ginásio Paranaense (1918-1922)	Faculdade de Medicina do Paraná (1923-1925) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1926-1927)	Faculdade de Medicina do Paraná; Associação Médica do Paraná; CEB
Erasto Gaertner (1900-1953)	Curitiba-PR	Marceneiro; pastor	Ginásio Paranaense (1913-1917)	Escola Agrônômica do Paraná (1918-1920); Faculdade de Medicina do Paraná (1920-1922); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1923-1925)	Faculdade de Medicina do Paraná; Associação Médica do Paraná
Homero de Mello Braga (1907-1985)	Curitiba-PR	Comerciante do ramo madeireiro, empregado	Ginásio Paranaense (1919-1924)	Faculdade de Medicina do Paraná (1925-1929)	FMP (1938) catedrático de Pediatria; FFCL-PR (1938) catedrático de Biologia Geral
José Pereira de Macedo	Curitiba-PR	Poder judiciário, aristocracia rural, economica	Ginásio Paranaense (1899-)	Faculdade de Medicina do Paraná (1915-1919)	FMP (1920) catedrático de Anatomia Descritiva da Faculdade de Medicina

Fonte: produzida pelo autor

Dentre os envolvidos no recorte, a maioria nasceu em Curitiba, com exceção de José Loureiro Fernandes e Mario Gomes. A proveniência familiar dos agentes era vinculada a profissões liberais, como médicos, comerciantes, jornalistas, mas também políticos, funcionários do estado, latifundiários e militares. A formação secundária tem um

significante, na medida em que, com exceção de Mário Gomes, todos tiveram a formação no Ginásio Paranaense, O ensino secundarista do Ginásio Paranaense era público e atendeu aos anseios da elite, já que o ginásio encaminhava os estudantes para o ensino superior, focado nos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, assim como para a Escola Militar (ANDERSON, 2018).<sup>90</sup> Nesse sentido, embora tenham frequentado o Ginásio em períodos diferentes, com exceção de Mario Gomes, todos adentraram na Faculdade de Medicina do Paraná. No entanto, três deles, Milton de Macedo Munhoz, Erasto Gaertner e José Loureiro Fernandes terminaram o Ensino Superior na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, justamente no período em que a FMP não tinha autorização para diplomar os graduandos.

No entanto, interrogamo-nos se é possível delimitar uma matriz de interpretação eugênica na Faculdade de Medicina, entre o neolamarckismo e o mendelismo. Nossa hipótese remonta à afirmação de que em relação à infância e à Puericultura, os intelectuais da primeira geração estiveram aliados à teoria neolamarckista até a década de 1930. A segunda geração, no entanto, a contestou por meio do mendelismo, influenciada pelas discussões com a Escola Paulista de Genética. Os conhecimentos mendelistas passaram a ter expansão efetivada no Brasil por biólogos, agrônomos e geneticistas ligados a faculdades e institutos de pesquisa, como FFCL-USP, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - USP e o Instituto Agrônomo de Campinas. (FORMIGA, 2007; HABIB, 2010; SOUZA *et al.*, 2013).

Habib (2010), em *Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' (ESALQ)*, infere igualmente acerca desse caráter das escolas agrônômicas e os cientistas que trabalhavam com a perspectiva da Genética em campos correlatos. Vale lembrar os estudos de Rosemberg (1998) acerca da Medicina nas Universidades dos EUA no fim do século XIX ao início do XX, percebendo que, por exemplo, a Genética estadunidense cresceu como uma disciplina graças, em grande parte, ao trabalho de biólogos empregados por departamentos de Zoologia ou Botânica, ou em faculdades agrícolas e estações experimentais, que, segundo Rosemberg (1998), eram apoiadas por um compromisso do governo federal atípico. Cita também que a tradição experimental existente na universidade, interessada em Embriologia e Citologia, deu os próximos passos para as bases de uma nova ciência da hereditariedade.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Intuição semelhante foi o caso do Ginásio Catarinenense, um luxo aristocrático, destinado aos futuros governantes da nação. (DALLABRIDA, 2001).

<sup>91</sup> Rosemberg fala de uma ecologia dos conhecimentos. Assim, além do caso da Genética, relatou que a Bioquímica ganhou engajamento no mundo da Medicina. A Química aliou-se com a Farmacologia, na

Conforme asseverou Octavio Domingues, professor de Zootecnia da ESALQ, a Genética era uma ciência do século XX. Emergindo no primeiro ano do século, tinha “por fim o estudo da Hereditariedade em todos os seus aspectos.” (DOMINGUES, 1931, p. 3). Domingues separou-a ainda em três sub-áreas: a Hereditariedade das plantas, chamada Fitogenética, a Hereditariedade dos animais, conhecida como Zoogenética, e, por fim, a Hereditariedade do homem, ou a Eugenia ou Eugênica. (DOMINGUES, 1931, p. 3).

No estudo da Hereditariedade, temos a introdução da interpretação neolamarckista na Faculdade de Medicina do Paraná, por parte de professores como João Candido Ferreira, que vinculado em sua formação à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no século XIX, tinham nessa matriz francesa de interpretação da hereditariedade o mote de ensino e pesquisa na cátedra de Clínica Propedêutica e Clínica Médica. Interrogamos se para além da Medicina, houve outro campo científico no Paraná que se engajou às questões da Hereditariedade ou propriamente da Genética, ou da Zoogenética e da Fitogenética, conforme relatava Domingues (1931).

#### **1.4.1 A hereditariedade no campo da Agronomia e da Zootecnia**

Em 1903, conforme apontou Maria Cecília Marins Oliveira, em *Educação Paranaense* (s/d, p. 3), o Diretor Geral de Instrução Pública, Victor do Amaral e Silva, propôs a criação de um curso agrônomo e de Zootecnia, conforme o relatório do Governo Estadual, de 31 de dezembro de 1903. Em 1906, o Governo de Vicente Machado e João Candido Ferreira, por meio do secretário Luiz Antônio Xavier, na época no cargo, criou o curso de Agronomia, que tinha aulas teóricas no Instituto Comercial do Paraná, iniciado em 1905, e que contava com aulas experimentais ocorrendo no Campo do Bacacheri, conforme relatou Oliveira (s/d, p. 3), analisando o Relatório de Governo de 31 de dezembro de 1906.

Victor do Amaral, no papel de deputado federal, atuando no Congresso Nacional, defendeu a criação, em agosto de 1906, de uma Escola Prática de Agricultura, uma seção de Botânica, uma seção de Química agrícola, uma seção de Zootecnia e uma seção de

---

patologia e no diagnóstico clínico. É interessante perceber que no caso das disciplinas científicas nos EUA do século XX, os agentes e membros fundadores de sociedades eram advindos de vários contextos, tais como indústria, faculdades agrícolas, estações experimentais, departamentos universitários de fisiologia e química fisiológica, escolas de medicina e hospitais. (ROSEMBERG, 1998, p. 226). É o que Rosemberg explicita ser uma ecologia dos conhecimentos que deve ser observada.

Meteorologia Agrícola. (A REPUBLICA, 28/08/1906, p. 1).<sup>92</sup> Em julho de 1907 o Instituto Agrônômico do Paraná teve sua inauguração.

O curso que ocorreu no Instituto Agrônômico tinha como diretor o engenheiro agrônomo Oscar Von Mein.<sup>93</sup> Agrimensor desde o período imperial, Oscar Von Mein gozou de certo prestígio por ter prestado serviços como auxiliar da comissão das Obras de Estradas da Província, entre 1878-80, seja como empreiteiro da Estrada da Graciosa, em 1881-1883, antes de se tornar engenheiro agrônomo e especializar-se na adaptação de culturas frutíferas europeias e norte-americanas, em Ponta Grossa, e receber a direção do Instituto Agrônômico.

---

<sup>92</sup> Victor Ferreira do Amaral e Silva defendeu que as estações experimentais de agricultura deveriam tomar como modelo a organização estadonidense; enquanto as Instituições de Ensino Superior e Secundário de Agricultura deveriam amparar-se no modelo europeu, adotado pela França e Bélgica. (OGANAUSKAS, 2015, p. 64). Dentre as características das estações experimentais estavam: a) atuam como escritórios de informações sobre muitas questões de interesse prático para os lavradores das diversas localidades; b) procuram por investigações práticas descobrir melhores métodos de agricultura e introduzir novas culturas, assim como novas raças aperfeiçoadas de gado; c) auxiliam os lavradores em sua luta contra os insetos e contras as moléstias das plantas e do gado; d) premunem o lavrador contra a fraude na venda dos fertilizantes, sementes e farinhas alimentícias; e) fazem observações meteorológicas e estudos do solo, tirando daí as deduções úteis aos agricultores. (OGANAUSKAS, 2015, p. 63).

<sup>93</sup> Oscar von Mein era um agrimensor e, em 1878, foi designado auxiliar da comissão das Obras de Estradas, a serviço do engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho, diretor de obras da estrada de Matto Grosso. Em 1879, conforme o jornal *Dezenove de Dezembro* de 20 de fevereiro de 1879, procedeu um estudo de um traçado entre Antonina e a Colônia do Assunguy, pelo valle do rio Cachoeira. Em 1880 foi desligado do cargo de auxiliar. Em 1881, Oscar von Mein junto de Jacob Hey arremataram como empreiteiros o Serviço de Conservação da Estrada da Graciosa e seu ramal. O contrato de 32 meses foi apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná pelo Presidente da Província, João José Pedrosa. (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 30/04/1881, p. 1). Oscar von Mein tinha desde 1887 a Loja de Louças. A Revista do Paraná fazia propaganda em formas de versos, e o último continha: “Temos o Oschar von Mein, que em versos fez convite, para não só vender louça como também dynamite.” (REVISTA DO PARANA, 1887, p. 7). Oscar Von Mein casou-se com Rosa Stellfeld von Mein (1855-). Ela era filha de Augusto Stellfeld (1817-1894), nascido no Ducado de Braunschweig, na Alemanha. Chegou ao Brasil e se instalou na Colônia São Francisco, em 1851 e, em 1852, casou com Carlotta Sophie Dorathéa Kalckmann (x-1905), e montou uma farmácia. Em 1854 mudou-se para Paranaguá, e em 1856 foi ao Rio de Janeiro, e graduou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Corte em 1857. Nesse ano, do Rio migrou para Curitiba, onde abriu a Farmácia Alemã. Foi nomeado pelo Governo Imperial como agente interino da Coletoria das Rendas Gerais de Curitiba. (A REPÚBLICA, 06/04/1907, p. 1). Rosa, esposa de Oscar Mein, era irmã dos Capitães Edgard Stellfeld e Bruno Stellfeld. Oscar Von Mein a partir do contrato matrimonial se abriu redes de parentesco com a família Stellfeld. Fez parte anos antes, em dezembro 1890, de uma comissão encarregada do serviço de calçamento da Rua Riachuelo, em Curitiba. Em 1891, foi candidato a Deputado Estadual do Paraná, alcançando 5.052 votos mas não se elegendendo. Foi descrito na imprensa ainda no século XIX, como negociante e residente em Curitiba. Em 1900 possuía uma loja de Louça. Em abril de 1902, Nomeado pela Secretaria do Estado dos Negócios e Obras Públicas e Colonização, procedeu à medição dos lotes de terras na Colônia Botuquara. A partir desse cargo, o sr. Oscar von Mein iniciou os estudos e experimentos com espécies pomículas - cultura de frutas - européias em solo paranaense. Montou um estabelecimento industrial e agrícola em Ponta Grossa em 1904, onde visou fazer testes com espécies européias a estadunidense. Em 1905, chegou a expor na Livraria Econômica, em Curitiba, três lindas maçãs produzidas estabelecimento de pomicultura, em Ponta Grossa. Em 1906, Oscar von Mein retornou a Curitiba e foi nomeado diretor do Posto Agrônômico do Bacacheri, Em 1914 deixou o cargo de diretor do Instituto Agrônômico do Bacacheri e assumiu o cargo de Inspetor Geral da Agricultura, da Secretaria de Agricultura do Estado. Junto de Rosa, teve uma filha, d. Carlota von Mein (1889-1912), que casou com o sr. Antenor Ferreira do Amaral e Silva, auxiliar nos campos de experiências do Bacacheri.

O posto possuía, em 1909, um campo de experiências de trigo, cultura que financiou o próprio Governo do Presidente Afonso Penna e do Ministro Miguel Calmon durante visita. O posto possuía, em 1909, um campo de experiências de trigo financiado pelo Governo Federal. Em 1913, por exemplo, o Posto Agro-zootécnico do Bacacheri fazia experiências com adaptação de animais - bovinos, ovinos, lanígeros - e de culturas de plantas, mas ainda pretendia a implantação de uma Escola Prática de Agronomia.

Embora a legislação do Instituto especificou a instalação de um curso profissional de Agronomia voltado ao ensino teórico de noções científicas e ao ensino prático de agricultura e zootecnia, esse sequer chegou a sair do papel. (OGANAUSKAS, 2015, p. 71). Foi então que, em 1915, intentou-se a criação do curso de Engenharia Agrônômica junto à Universidade do Paraná, que não se efetivou pela nova diretriz que dividiu a Universidade em Faculdades.

Assim, com a criação da Escola Agrônômica do Paraná, pela Lei n.1788, de 5 de abril de 1918, o curso teve oficialmente três anos de duração e conferiu o diploma de Engenheiro Agrônomo. O Instituto Agrônômico do Bacacheri foi anexado à Escola Agrônômica do Paraná, em 1920, nomeado Campo de Experiências do Bacacheri. (DONI FILHO, 1995, p. 149). O curso foi composto por seis cadeiras, conforme publicado no jornal *A República*, de 19 de abril de 1918.<sup>94</sup> Será necessária uma investigação com maior vigor de energia para compreender em que medida o ensino da Hereditariedade foi abordado teoricamente na Escola Agrônômica. Pesquisas iniciais na Biblioteca da Universidade indicaram no campo da Zootecnia e Agricultura a circulação de uma literatura francesa, sobretudo pela incidência do nome de Paul Diffloth (1873-1951). Engenheiro agrônomo e Professor de Agricultura Especial do Instituto Nacional de Agronomia, em Paris, consta na Biblioteca de Agrônomicas com os títulos *Agriculture générale: le sol et les labours* (1912, ed. francesa); *Zootechnie generale: production et amelioration du betail*

<sup>94</sup> A 1ª Cadeira era de Revisão de Matemática; Agrimensura: Trenagem, mecânica agrícola. A 2ª Cadeira era de Anatomia e Fisiologia Vegetal, e incluía Agricultura geral e especial, Fitopatologia e Entomologia agrícola. A 3ª Cadeira era de Anatomia e Fisiologia comparada de animais domésticos, Zootecnia Geral e Especial, Bromatologia e Medicina Veterinária de urgência. A 4ª Cadeira era de Química Geral inorgânica, orgânica, microbiologia agrícola. A 5ª Cadeira era de Física agrícola, meteorologia, mineralogia e geologia agrícola. Por fim, a 6ª Cadeira de Contabilidade agrícola e Economia Política e Rural. No 1º Ano estudavam sobre “enxertia e seleção”; no 2º Ano sobre o solo, fertilidade, aplicação das culturas e trabalhos laboratoriais; e no 3º Ano sobre os cuidados com as culturas e com os animais, além do foco na indústria. (A REPÚBLICA, 19/04/1918, p. 1). O rol de professores era: 1ª Cadeira, o engenheiro civil Luiz Renot; 2ª Cadeira, agrônomo José Maria de Paula; 3ª Cadeira, eng. agrônomo Adolar de Hegreville Hintz, 4ª Cadeira, farmacêutico Hugo Oswaldo Riedel; 5ª Cadeira, eng. civil Lysimaco Ferreira da Costa; 6ª Cadeira, adv. João Soares Barcellos. Faziam parte da Escola Agrônômica: Romário Martins como Inspetor, Lysimaco como Diretor, e Adolar como secretário. Em 1919, João Candido Ferreira Filho, se tornou lente da 2ª Cadeira e o italiano Federico Perracini, lente da 4ª Cadeira. (DONI FILHO, 1995, p. 131).

(1910, ed. francesa); e *Zootecnia General* (1921, ed. espanhola; 1937, 5. ed. espanhola).<sup>95</sup> Estas bibliografias certamente faziam parte das discussões da 2ª Cadeira (Anatomia e Fisiologia Vegetal, Agricultura Geral e Especial, Fitopatologia e Entomologia Agrícola), ocupada pelo engenheiro agrônomo João Candido Ferreira Filho (1896-1992), que se formou pela Escola Agrícola Luiz Queiroz, em 1915, e da 3ª Cadeira (Anatomia e Fisiologia comparada de animais domésticos, Zootecnia Geral e Especial, Bromatologia e Medicina Veterinária de urgência), ocupada pelo engenheiro agrônomo Adolar de Hegreville Hintz (1889-1940), formado pela mesma instituição, em 1911.<sup>96</sup>

A Agricultura Geral e Especial invariavelmente utilizou estudos correlatos à hereditariedade e ao melhoramento das plantas a partir da enxertia e da seleção empírica de sementes. *Agriculture générale: le sol et les labours* (1912) foi uma publicação destinada na seção de Enciclopédia Agrícola, que era um manual de Agricultura que focava nos problemas do solo e seu tratamento e metodologias, adentrando em questões de hereditariedade, mas não de Genética mendelista.<sup>97</sup> A Zootecnia, nos moldes do manual de ensino francês, era dividida em duas grandes partes, a Geral e a Especial. Em *Zootecnie general*, a Zootecnia Geral compreendia em seu tomo o estudo das Leis gerais da produção animal, Domesticação, Individualidade, Variações, Hereditariedade, Cruzamentos, Consanguinidade, Seleção, Mestiçagem, Alimentação, Métodos de exploração, Métodos de defesa contra doenças contagiosas. A Zootecnia Especial estudava os métodos de

---

<sup>95</sup> Os textos estão disponíveis na plataforma *Gallica*, da Biblioteca Nacional Francesa. Em análise destes, não encontramos resquícios de discussões com a Teoria Mendelista.

<sup>96</sup> A Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz (ESALQ) foi assim nomeada em 1931, antes se chamava Escola Prática “Luiz de Queiroz”, entre 1905 e 1911, e Escola Agrícola “Luiz de Queiroz” entre 1911 e 1931. Muito provavelmente tiveram contato com o professor Nicolau Athanassof, zootecnicista búlgaro que veio ao Brasil em 1907 para dar aulas na Escola. Segundo Domingues, desde 1915 o ensino das Leis de Mendel fazia parte do programa de zootecnia geral. (HABIB, 2010, p. 60); Com Carlos Teixeira Mendes, professor adjunto da 4ª cadeira de 01/03/1911 a 07/11/1915, e que em 1917 defendeu a tese de cátedra na Escola Agricultura Luiz Queiroz, intitulada *Melhoramento de Variedades Agrícolas* (1917). Para Habib (2010), Mendes seria um adepto de várias teorias da hereditariedade, e que as conciliava, na medida em que explicassem seus achados de campo. Segundo Domingues que foi aluno de Mendes em 1917, nas suas aulas sobressaía a visão lamarckiana, no entanto, em anos posteriores passou a abordar o mendelismo em suas aulas.

<sup>97</sup> A bibliografia em questão apareceu na imprensa, por exemplo, em 1911, no texto *Vida rural*, que abordou a questão da sementes e a sua seleção. (A REPUBLICA, 12/04/1911, p. 1). O texto citou o *Manual del agricultor Argentino*, do agrônomo argentino Godofredo Daireaux, que inferia assim como o criador de rebanho escolhe as melhores ovelhas para o campo e elimina os cordeiros que nascem inferiores, o agricultor devia selecionar suas melhores sementes dentre as melhores, evitando a ruína pela degeneração forçosa de sua colheita. Além disso era indispensável a inclusão de novas sementes de boa qualidade para misturar com as semestres escolhidas da última colheita, pois os resultados do plantio somente de sementes da mesma planta podem produzir resultados semelhantes ao da consanguinidade entre animais, degenerando a planta. A mistura conservava a vitalidade do produto pois havia uma “renovação do sangue”. (A REPUBLICA, 12/04/1911, p. 1). Paul Diffloth, com sua *Encyclopedie Agricole*, trazia as questões da seleção das sementes mais pesadas, pois observava-se um desenvolvimento de raízes mais rápido e mais abundante, com germinação mais veloz e maturação mais regular e uniforme. (A REPUBLICA, 12/04/1911, p. 1).

Reprodução e exploração dos animais domésticos, Monografias de raças, Raças cavалares, bovinas, ovinas, caprinas e suínas.<sup>98</sup>

Nesse sentido, Paul Diffloth escreveu um livro acerca da questão da beleza feminina, as leis que a regiam, e propôs formas de seleção. Em *La Beauté s'en va: Des Méthodes propres à la rénovation de la Beauté Féminine* (1905), considerado pelo autor um breve estudo das perfeições e taras do corpo feminino, pesquisou métodos suscetíveis para dar aporte ao não desaparecimento da beleza, comprometida pelo cruzamento racial contínuo, e para dá-las um remédio eficaz. Buscou, nesse sentido, “(...) reunir os caracteres étnicos, colocados aleatoriamente, entre a estética feminina e reconstruir do zero os tipos harmônicos criados pela natureza, longilíneos, dolicocefálicos com perfil acentuado, brevilíneos, braquicefálicos com faces atenuadas.” (DIFFLOTH, 1905, p. 167). Estava se referindo à criação de padrões estéticos definitivamente eurocêtricos.

O único método recomendado para esse tipo de trabalho de regeneração foi a prática da restrita seleção. (DIFFLOTH, 1905, p. 267). Em termos estéticos, o francês relatou que o ideal para alcançar a beleza pura, a seleção deveria direcionar para a harmonia geral, a perfeição das formas, a postura equilibrada. (DIFFLOTH, 1905, p. 268). Levou em conta a Lei de Justaposição e a Lei de Reversão. A mestiçagem (*métissages*) era uma influência prejudicial à raça, pois em vez de fusão ocorria uma justaposição que determinava a procriação de indivíduos com formas desarmônicas, sem unidade de plano ou homogeneidade de caracteres. A outra lei, da Reversão, era a lei do “retorno fortuito a uma das formas geradoras sobre um número variável de gerações”. (DIFFLOTH, 1905, p. 22). Esta era próxima da visão de Galton com o atavismo. Dentre os fatores de degeneração étnica, citou a mestiçagem, mas também a “alimentação moderna”. Além da Zootecnia e da Agricultura, propôs-se a pensar a hereditariedade humana, sobretudo no contexto nacional francês.

No Paraná, por meio dos engenheiros agrônomos João Candido Ferreira Filho e Adolar de Hegreville Hintz, a hereditariedade pôde ser ensinada por meio de livros, nas cadeiras de Agricultura Geral e Especial e Zootecnia Geral e Especial. Evidenciamos estes

---

<sup>98</sup> Em *Zootecnie générale: production et amélioration du bétail*, Diffloth (1909) trouxe um esboço de que o bom criador devia estar atento à hereditariedade, garantir alguns pontos como: a fixação das variações produzidas, o conhecimento preciso das modalidades da hereditariedade em suas formas diversas: individuais, atávicas e indiretas, etc, o estudo da hereditariedade das taras e mutilações, a hereditariedade do sexo, a hereditariedade das cores. Estes conhecimentos permitiam que ele use a seu favor as forças naturais. Diffloth (1909) distinguiu entre as consequências e os efeitos da hereditariedade: isolamento, amixia - cruzamento impossível entre espécies -, seleção auxiliada pela consanguinidade, para chegar rapidamente à definição dos termos espécie, raça, variedade, úteis ao estudo dos diversos métodos de reprodução: seleção, cruzamento, mestiçagem, hibridação. (DIFFLOTH, 1909, p. IX).

dados para refletir acerca de alguns aspectos da Genética e as suas relações com a Agricultura e a Zootecnia. Em 1923, João Candido Ferreira Filho publicou o manual *Elementos de agricultura geral* (1923, 1ª ed.; 1929, 2ª ed.), que reuniu trabalhos de ensinamentos referentes ao solo, a adubações, sementes, sementeiras, colheita e conservação dos produtos, visualizados sob o ponto de vista prático, e, em 1927, *Elementos da Agricultura Especial* (1927), livro prefaciado por Artur Eugênio Magarinos Torres Filho, formado em Piracicaba em 1909. Muito provavelmente começou a usar os manuais didáticos em suas aulas. Os tópicos produzidos por João Candido Ferreira Filho (1923) têm algumas semelhanças com a abordagem do manual de Diffloth, do Instituto Nacional de Agronomia, e proximidades com Carlos Teixeira Mendes, seu professor na Escola Agrícola Luiz Queiroz. Conforme discorreu Benthien (2014), a reedição de um livro torna acessível a várias gerações de pesquisadores o conteúdo escrito. Assim, compreendemos as várias edições de alguns autores canonizados como a conservação de tais conhecimentos no campo científico.<sup>99</sup> No caso de João Candido Ferreira Filho, a reedição é significativa como autoridade durante a década, podendo ter mantido a interpretação francesa.

Há uma historiografia que evidencia essas aproximações, descrevendo que a Genética era disciplina que se estudava em Agronomia e Zootecnia. O historiador Jonathan Harwood, em *Styles of Scientific Thought: The German Genetics Community (1900-1933)* (1993), relatou o caso alemão, apregoando que, durante o Império, a pesquisa em Genética se concentrava nas Universidades e passou por um ponto de ruptura, em que a partir da criação da *Kaiser Wilhelm Society*<sup>100</sup>, em 1911, o Colégio Agrícola de Berlim e o Instituto de Biologia Kaiser Wilhelm passaram a ser exceções.<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> A reedição é o ato de força conservadora por parte dos integrantes dos espaços de maior autoridade dentro do campo. No entanto, deve-se levar em conta que as reedições permitem novas inclusões e ampliações, modificações e até exclusão de algumas características. O que não atribui a continuidade do caráter de autoridade no campo

<sup>100</sup> Fundada em 11 de janeiro de 1911, o *Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften* (KWG) ou Kaiser Wilhelm Society era um centro de pesquisa não universitário que se comprometia com a pesquisa básica. Nasceu do esforço de aumentar a pesquisas como resposta à evolução da concorrência estadunidense. Os institutos, descentralizados no país, foram financiados por particulares, e visavam a essa demanda de uma classe média alta técnica e industrial, no entanto, os salários dos pesquisadores e funcionários era pagos pelo Estado.

<sup>101</sup> O Colégio de Agronomia de Berlim ficou conhecido como a Escola Baur de Genética. Erwin Baur (1875-1933), se tornou professor de genética em 1911 no Colégio Agrícola de Berlim, criado em 1881, e financiado pelo Estado alemão. Em 1914 ele abriu o *Institute for Genetic Research at Berlin-Friedrichshagen*, onde conduziria a maior parte de seus experimentos em genética básica e aplicada. Após a Primeira Guerra Erwin Baur finalmente conseguiu o apoio do Estado alemão para implementar o seu sonho de um instituto de pesquisas pura e aplicada, o *Kaiser Wilhelm Institute for Plant Breeding Research* - KWI de Pesquisa em Melhoramento Vegetal - *Züchtungsforschung*, em Müncheberg, comandado por ele de 1928 até sua morte. Baur havia comprado a fazenda Gut Brigittenhof de 175 ha em 1920 e desde então conduzia experimentos em

Nessa esteira de interpretação, Habib (2010), em *Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' (1917-1937)*, trabalhou com a análise dos intelectuais Carlos Teixeira Mendes (1888-1950), Octávio Domingues (1897-1972) e Salvador de Toledo Piza Jr. (1898-1988) que, vinculados à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), especializaram-se em Agricultura, Zootecnia e Zoologia, formados em Piracicaba em 1908, 1917 e 1921, respectivamente. Nesses campos científicos, confirmou Habib (2010), em fins de 1920 e início de 1930 discutiram Genética e Eugenia paralelamente. Ou como Edgar do Amaral Graner, na ESALQ, que dava aula de Genética nas cadeira de Fitotecnia. (AZEVEDO, 2001).<sup>102</sup> No entanto, Edgar do Amaral Graner esteve no Paraná aplicando um curso de extensão acerca de Citogenética apenas em 1944, ocorrido no Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná. (O DIA, 29/09/1944, p. 3).

Na bibliografia internacional, podemos citar ainda Ludmerer<sup>103</sup> (1969), que trabalhou o movimento americano da Genética e da Eugenia, entre 1905 e 1935, mas

---

hibridização no local. Baur integrou a Genética à prática agrícola e médica. Dedicou-se também à eugenia, quando em 1907 se tornou sócio da filial em Berlim da Sociedade Alemã de Higiene Racial, sendo seu presidente e membro do conselho editorial *Archiv fur Rassen-und Gesellschafts-Biologie*. Conforme apontou Hardwood (1993), Higiene Racial para Baur era o protótipo de um manejo racional prudente da vida humana. Em 1922, em uma reunião do pública com o Novo Conselho de Pesquisa da Alemanha, na presença de ministros do governo e altos oficiais, argumentou que a fome e a desnutrição causada durante a Primeira Guerra poderia ter sido evitada se o país aplicasse sistematicamente a genética para a reprodução vegetal, como fazia a Suécia. Foi um defensor das patentes para novas variedades híbridas de plantas durante o 5º Congresso Internacional de Genética, ocorrido em Berlim, em 1927. As baixas taxas de natalidade geral na Alemanha, combinado com a maior fertilidade de indivíduos considerados geneticamente inferior, acelerou a degeneração biológica das sociedades modernas. A origem disso estava nas cidades, que roubaram os melhores tipos humanos das áreas rurais, e como a população urbana tinha baixa fertilidade. Acusava as políticas governamentais de destruir a agricultura. O livre mercado de produtos agrícolas favoreceu importações estrangeiras de menor valor, que não dava condições de competição ao agricultor alemão. Um investimento em pesquisas genéticas daria condição de competição ao agricultor alemão. A perspectiva tecnocrata de Baur integrou, conforme Harwood (1993), a pesquisa científica com a política eugênica e agrícola em uma economia planejada.

<sup>102</sup> Como relatou o geneticista da João Lúcio de Azevedo, em entrevista ao primeiro capítulo dos cinco existentes em *Histórias da Genética no Brasil*.- Citou também José Maria Hesketh Condurú, engenheiro agrônomo de Belém, que estudou em Mont-Calme - Lausanne, e debateu com a escola francesa de seleção empírica de sementes (HABIB, 2010, p. 222), muito próximo à abordagem de Paul Diffloth. Em 1921 graduou-se em Agronomia pela Escola de Agronomia e Veterinária do Pará, recebeu o Prêmio Centro Propagador de Ciências e um curso de aperfeiçoamento de um ano em Lausanne, Suíça, e um ano em Paris, França, onde aprimorou seus conhecimentos em Física e Meteorologia. Foi um dos primeiros professores da Escola de Agronomia da Amazônia, onde lecionou as disciplinas: Física, Botânica e Meteorologia. Autor de *ABC da Genética, Cocktail Genético, Eugenia e Exames Pré-nupciais, A Energia Nuclear construiu as Pirâmides do Egito, A corrida do Facho Vital e O Riso faz Bom Sangue*. Em 1937, no livro *Eugenia e Exames Pré-Nupciais*, relatou ser favorável à eugenia a partir dos exames, no sentido de “obter seres humanos mais sadios, mais belos, mais perfeitos, física e moralmente” era seu objetivo maior, sendo necessária a obrigatoriedade dos exames “garantidos por lei”. (AMADOR, 2015, p. 44 *apud* HESKETH, 1937, p. 68).

<sup>103</sup> No contexto analisado por Ludmerer (1969), os biólogos se apropriaram da genética para aplicá-la à sociedade, buscando através da eugenia uma ponte entre a biologia e o social. Assim, foram favoráveis em empreender os princípios genéticos como base para a legislação social.

também Kimmelman<sup>104</sup> (1983), que analisou a Associação Americana de Cultivadores, trabalhando Genética e Eugenia no contexto agrícola entre 1903 e 1913.

Na Alemanha, foram criadas cadeiras de Zoologia ou Botânica nas instituições para pesquisadores que produziam estudos genéticos, conforme relatou Oliveira (2015, p. 48-49). No entanto, apontou Harwood (1993 *apud* OLIVEIRA, 2015), as diferenças de estrutura das universidades produziam efeitos diversos na especialização dos geneticistas. Nos Estados Unidos, a ciência genética disputava espaço e recursos com outras cadeiras já institucionalizadas, como Zoologia, Botânica e Embriologia. Oliveira (2015) infere que Harwood propôs analisar as diferenças estruturais baseadas em três pontos, dentre os quais: as relações entre a universidade e sua clientela; o poder da faculdade para influenciar o desenvolvimento da universidade; e o poder do professor dentro do instituto ou departamento. Assim, observou-se que, na Alemanha, ministravam-se aulas na universidade, ao passo que nos EUA investiu-se em Escolas Agrícolas. Ou seja, enquanto os geneticistas alemães ignoravam a aplicação na agricultura, os geneticistas americanos se aproximavam e implementavam.

Um dos pontos elucidados por Oliveira (2015) foi o papel central que o corpo docente tinha na política acadêmica das Universidades na Alemanha, nas quais os reitores eleitos pelos docentes eram os responsáveis por tais poderes de criar novos cursos ou vagas; no entanto, ainda assim, a estrutura era mais rígida e não permitiu que a Genética se expandisse tanto. Já nos EUA, a configuração era de pouca autonomia, dependendo de um Conselho Administrativo - não eleito pelos docentes - para a criação de faculdades e postos.

Fritz Ringer, em *The decline of the German mandarins* (1990), trabalhou o declínio funcionalismo público na Alemanha, ocupado pelos *scholars* acadêmicos, os mandarins modernos ou a aristocracia do intelecto, cujo *Bildung* os autorizava a fornecer a liderança espiritual para a sociedade alemã. Estes se concentravam nas ciências humanas e sociais, e se preocupavam com a síntese acadêmica e a renovação cultural a serviço de integração nacional. Naquele processo de declínio de sua influência, causado pela emergência da industrialização e a democratização, levaram os mandarins a agirem de forma mais endossada e forte. Assim, Ringer (1990) dividiu os mandarins entre uma minoria modernista e uma maioria ortodoxa. Os primeiros eram menos hostis a modernização da vida social, econômica e política, se ligando mais a classe média, solidária a República de

---

<sup>104</sup> Kimmelman (1983), por sua vez, analisou as relações que a Agricultura desempenhou na aproximação entre Genética e Eugenia. O biólogo Davenport, analisado por Kimmelman, visava à possibilidade de aplicar os conhecimentos genéticos no melhoramento do homem.

Weimar, enquanto os últimos eram hostis à democracia, e se colocando ao lado dos grandes proprietários de terras, a aristocracia e os principais escalões do serviço público e militar. Estes mantiveram as estruturas universitárias rígidas.

Jonathan Harwood (1993a), em *Mandarins and Outsiders in the German Professoriate, 1890-1933: A Study of the Genetics Community*, buscou trabalhar o conceito de mandarins e a estrutura do professorado alemão na comunidade científica. Em seu estudo prosopográfico, mapeou cinquenta cientistas alemães do campo genético no Entre-Guerras, e concluiu que a facção dominante de geneticistas era formada por mandarins ortodoxos e modernistas. No entanto, havia uma minoria substancial que era diferente dos mandarins, tanto no caráter do trabalho científico dos membros quanto em suas perspectivas mais gerais. Harwood infere que um exame mais atento a esses não mandarins revela “(a) que eles eram de classe social mais modesta que a facção mandarim e (b) que sua concepção do papel acadêmico era muito mais modesta do que a de “portador da cultura”; eles simplesmente colocaram seus conhecimentos à disposição daqueles que estavam no poder.” Na sua análise, uma terceira categoria de cientista era revelada, para além dos mandarins ortodoxos e progressistas, os não mandarins ou *outsiders*. (HARWOOD, 1993a, p. 486). Foi o que Harwood chamou de facção minoritária. Mas havia outros aspectos que na comunidade de geneticistas diferenciavam a facção dominante da minoritária: além dos problemas de pesquisa, as atitudes em relação à ciência, cultura e política os diferenciavam. Em relação à escolha dos problemas genéticos, enquanto os *outsiders* ou os “pragmáticos” se preocupavam com a Genética da Transmissão e uma ciência mais prática, os mandarins ou os “abrangentes” preocupavam-se com Genética Evolucionária e Desenvolvimental e visualizavam a ciência enquanto uma alta cultura.

Harwood (1993a), utilizando Karl Mannheim, fez uso do que descreveu como estilos de pensamento, dividindo os geneticistas em duas facções. A facção dominante pesquisava os “aspectos genéticos dos 'grandes' problemas com os quais os biólogos do final do século XIX haviam lutado: os mecanismos pelos quais novas espécies evoluíram e as causas pelas quais o óvulo fertilizado se desenvolveu em um organismo maduro”. Esses buscavam refletir sobre teorias genéticas e foram chamados por Harwood (1993a, p. 287) pela tipologia de *comprehensive*. Eram os mandarins do campo genético. Acreditavam que era desejável ter um amplo domínio da literatura biológica, ao mesmo tempo em que era relevante que o cientista desenvolvesse uma apreciação por obras das Ciências Humanas e das Belas-Artes. Os minoritários pesquisavam a estrutura do material hereditário e os

processos pelos quais era transmitido dos pais para os filhos. Estes foram tipologizados como *pragmatic* e eram os outsiders, que tinham preferências por solucionar problemas mais facilmente, adotando a especialização e a relação casual com a alta cultura. Havia muitas distinções, em relação à escolha dos problemas genéticos, os “pragmáticos” se preocupavam com a Genética da Transmissão, enquanto os “abrangentes” se preocupavam com Genética Evolucionária e Desenvolvidamental. Além disso, os “pragmáticos” acreditavam na Especialização, tinham interesse em cultura científica popular, se posicionavam e eram ativos politicamente, eram filhos de industriais e da classe média baixa e frequentaram a escola secundária moderna. Enquanto os “abrangentes” - ou mandarins ortodoxos e progressistas - pensavam num alcance do conhecimento mais generalista, a ciência era uma alta cultura, e acreditava que estavam acima do mundo político partidário, não atuavam pois acreditavam, como os mandarins de Ringer (1990), que isso minava a unidade nacional. Eram filhos de uma classe média educada e frequentavam a escola secundária clássica. Na política, “os abrangentes incluíam não apenas geneticistas da persuasão conservador-nacionalista, mas também simpatizantes da social-democracia e do Partido Democrata Alemão, enquanto os pragmáticos estavam divididos igualmente entre liberais, social-democratas e nazistas.” Entre os pragmáticos, estava Erwin Baur (1875-1933), que pesquisou genética da transmissão, enquanto que entre os abrangentes, estava Alfred Kuhn (1885-1968), que se dedicou à genética do desenvolvimento.

As problemáticas elencadas por Harwood (1993; e 1993a) são interessantes, na medida em que nos fazem refletir a respeito do caso paranaense, tanto na questão de um pragmatismo científico na questão genética, mas sobretudo como ocorreu o movimento intelectual em torno da clientela paranaense. O Paraná era, no final do século XIX, uma promessa para produção agrícola - às vezes, como “única forma de progresso da nossa Pátria”, conforme assinalou José Cardoso de Moura Brasil, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura em ofício dirigido à Câmara dos Deputados do Estado do Paraná (A REPÚBLICA, 25/08/1898, p. 1) -, e podemos verificar que a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (1897) foi nesse sentido uma enérgica incentivadora.<sup>105</sup>

A Sociedade contou com a presidência de Victor Ferreira do Amaral e Silva, A. Ermelino de Leão e Euclides C. Plaisant, e o apoio do Conselheiro Jesuíno Marcondes - na

---

<sup>105</sup> A Sociedade Estadual de Agricultura emergiu a partir de uma chamada pública do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura, que recebeu em reunião no Clube Girondino, a 15 de agosto de 1897, interessados em fundar uma congênera. (A REPÚBLICA, 13/08/1897, p. 2).

época residente em Genebra, na Suíça; enviou ainda onze impressos oficiais para a Sociedade, com indicações da proteção eficaz que dava o Governo Federal e cantonal da Suíça à indústria pastoril (O DIA, 16/01/1898) - e nos anos de 1890 esteve ativamente imbuída de formar cursos ou escolas de Agronomia e Zootecnia, no sentido de incentivar a produção de conhecimento e o ensino de uma agricultura e pecuária em suas questões da seleção das melhores espécies, no que diz respeito à adaptação aos terrenos paranaenses.<sup>106</sup>

Percebemos, portanto, que havia modelos nos quais o Estado figuraria como incentivador, como ocorreu em 1906, com a criação da Escola de Agronomia, depois de longo processo de disputa, que teve como ponto de emergência a organização da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná. Ou seja, havia o interesse da intelectualidade paranaense no sentido de criar esses sistemas de ensino e pesquisa, que organizaram uma clientela de agricultores e pecuaristas mais produtivos para a economia do Estado.

No entanto, cabe aqui confirmar que Victor Ferreira do Amaral e Silva era de uma família agro-pastoril da Lapa, o que denota que a própria clientela esteve representada pela intelectualidade, e foi a responsável por legitimar o discurso da criação desse campo científico, as escolas de Agronomia e Zootecnia. O Instituto Agrônomo do Bacacheri, inaugurado em julho de 1907, é fruto dessa relação entre a intelectualidade e a clientela. O Vice-Presidente e Presidente do Estado, em 1904-1908, João Candido Ferreira, era igualmente um herdeiro de família tradicional da Lapa, ligado à economia do latifúndio agro-pastoril. Assim, foram-se criando as estruturas nas quais, anos posteriores, institucionalizam o campo científico, como foi o caso da criação, em 1918, da Escola Agrônoma do Paraná, que tinha os cargos de lente catedrático designados diretamente por Decreto do Poder Executivo, e um deles foi ocupado por engenheiro agrônomo João Candido Ferreira Filho o que denota uma aproximação com o caso americano exemplificado por Harwood (1993), em que focavam seus estudos numa clientela de

---

<sup>106</sup> A questão da clientela é essencial para compreender a emergência da genética. Leite *et al.*, em *A história das leis de Mendel na perspectiva fleckiana* (2001), relatou que Gregor Mendel vivia na Morávia, uma região agrícola do Império Austro-Húngaro que passava por mudanças sociais relativas à revolução industrial. Assim, os proprietários de terras reconheciam que necessitavam de uma revolução agrícola que satisfizesse as crescentes demandas de matéria-prima para a produção industrial, e nesse sentido investiram em técnicas de seleção e hibridação - reprodução entre duas raças da mesma espécie, e entre duas espécies diferentes, respectivamente - de plantas e animais que lhe eram economicamente interessantes para a produção. Essa demanda crescente se concretizou na reunião de produtores e cientistas em torno da Sociedade de Agricultura, a Sociedade de Pomologia e a Sociedade de Ciências Naturais, de Brum, onde Mendel apresentou seu trabalho e sua tese sobre a hereditariedade. Mendel aprendeu técnicas de enxertia e hibridação ainda em sua infância, e técnicas de polinização artificial no Mosteiro. Esta era parte relevante na metodologia dos hibridadores, que queriam criar novas espécies, uma terceira, enquanto que os criadores se preocupavam com os caracteres físicos. (LEITE, 2001).

agricultores e pecuaristas. Em 1921, a relação entre os industriais do mate, o Estado e as instituições de ensino, como a Faculdade de Medicina e a Escola Agrônômica, se aproximam, sobretudo para o uso dos Laboratórios das instituições, que dariam um selo de garantia aos produtos. A lei n. 1.956, de 26 de março de 1920, assinada por Caetano Munhoz da Rocha Neto, instituiu esse selo de garantia. (ROCHA NETO, 01/02/1921, p. 46). Foi com este governador que se deu criação da Estação Experimental e de seleção de sementes de trigo, no estabelecimento do sr. Zdenko Gayer, que chegou à Araucária em 1912, e conforme relatou, foi a primeira Estação de Seleção Genética de cereais, milho e batata instalada no Brasil. (O DIA, 28/04/1932, p. 1).<sup>107</sup> Tratou-se de uma parceria entre o público e o privado. O Governo Federal estava se esforçando para trazer o professor de Genética, Martinet, Chefe da Estação Experimental de Lausanne, que aceitou o convite. (A REPUBLICA, 12/06/1920, p. 1).

Nesse sentido, a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná esteve à frente das discussões públicas, como a reprodução e o melhoramento das raças de animais para Pecuária, conforme apontou o jornal *A República*, de 5 de abril de 1898. No texto, confirmavam a possibilidade do melhoramento dos tipos físicos raciais do gado *vacum cavallar e lanigero*, delimitando metodologias de aplicação. O aparelhamento, narrou, era “a arte de escolher o macho e a fêmea de modo a produzir pelo princípio da hereditariedade o fim que se deseja obter.” A Sociedade aconselhava não haver relações disparatadas entre os reprodutores, no entanto, não se devia temer exagerar uma qualidade. Aos criadores e melhoradores, aconselhava que cabia não querer destruir de uma vez os defeitos de

---

<sup>107</sup> Zdenko Gayer (x-1940), nascido na Morávia - mesma região que nasceu Gregor Mendel (1822-1884) -, hoje Tchecoslováquia, foi professor em Escolas Agrícolas da Morávia e em seguida foi diretor da Escola Wyszkwow, na região de Mazovia - hoje Polônia. Conforme o jornal, “fugiu de opressão” e transferiu-se para a Polônia, trabalhando em escolas agrícolas, tomou parte na “luta subterrânea contra o imperialismo moscovita.” (DIARIO DA TARDE, 28/04/1941, p. 5). O que o jornal em 1941 chamou de Tchecoslováquia era antes de 1911, quando Gayer partiu para o Brasil, a região da Morávia, parte do Império Austro-Húngaro, formado em 1867. Após a dissolução do Império Austro-Húngaro, em 1918, a Morávia, junto da Boemia, Silésia, Eslováquia e Rutênia formaram a Tchecoslováquia. Essa fuga da opressão, indicada pelo jornal, representava uma violência vinda do Império Russo. Quando esteve em Wyszkwow, esta fazia parte Reino da Polônia, um área sob tutela do Império Czarista Russo, tendo o tzar o título de Rei da Polônia. Em 1905 explodiu a Revolução, que atingiu também as cidades polonesas. (WEBER; ZALESKI TRINDADE, 2016, p. 270). Conforme o mesmo jornal, “radicou-se no Paraná há trinta anos”, o que nos leva a data de 1911 como desembarque, vindo a falecer em 1940. (DIARIO DA TARDE, 28/04/1941, p. 5). Era pai de Waldomiro Gayer, também agrônomo e imigrante da Tchecoslováquia. Na *Revista Apasem*, de novembro de 2018, o agrônomo foi tratado também como geneticista tcheco, que imigrou ao Paraná em 1912, estabelecendo-se em Gayerovo, onde se dedicou à pesquisa. Ali, em convênio com o Governo do Estado, criou o Posto Agrônomo de Gayerovo. Divulgava a necessidade de utilizar sementes de qualidade e adubos químicos no solo no sentido de aumentar a produção alimentícia. Em 1917, foi designado como diretor da Estação Experimental de Trigo em Ponta Grossa, e em 1920 foi contratado pelo Ministro da Agricultura, Ildelfonso Simões Lopes, para desenvolver experiências com culturas de cereais: batata, cevada e trigo, em Gayerovo. Em 1929, fundou a estação experimental em Tindiquera. (REVISTA APASEM, 2018, p. 11).

conformação, mas de maneira gradual e sucessivamente, assim, obter-se-iam melhores resultados de melhoramento. (A REPÚBLICA, 05/04/1898, p. 2).

Em concomitância com a Sociedade esteve o Instituto Agrônômico do Bacacheri (1906), mas também a Escola Agrônômica do Paraná (1918) e, posteriormente, chamamos a atenção para as Granjas do Estado<sup>108</sup>, dentre elas a Granja Tindiquera (1929), que estava submetendo à seleção genética o “trigo Marumby” - que estava desaparecendo por falta de seleção - , mas também outros tipos de trigo, confrontando-os com o Marumby e criando o *standard* do trigo do Paraná.<sup>109</sup> O mesmo tipo de criação de *standard* deveria ocorrer com o milho e a batata. Deveriam se estudar doenças e pragas que atingiam o trigo, a cevada, a aveia, o milho e as batatas. Havia o interesse das indústrias cervejeiras, o caso da Adriática, de Ponta Grossa, que estavam investindo na produção de uma cevada nacional. (DIÁRIO DA TARDE, 24/01/1934, p. 3).

Percebemos também que a partir de 1930 começa a haver uma clientela diferenciada, que demandava uma especialidade genética para os produtos, e conseqüentemente uma produção de conhecimentos referentes à Genética. Em fevereiro de 1930, a Associação de Agrônomos e Médicos Veterinários do Paraná propôs conferências referentes à questão agrícola e pecuária, e reunida na Escola Agrônômica do Paraná teve a primeira reunião sobre o melhoramento do trigo, ao encargo do Engenheiro Agrônomo Gil Stein Ferreira, chefe da seção de Genética da Estação Experimental de Trigo de Ponta Grossa. (O DIA, 14/02/1930, p. 4).

Nessa perspectiva, ainda em 1934, a Companhia Paulista Antártica subvencionou na Granja Gayerovo pesquisas da Genética Vegetal, instalando um Laboratório Fitopatológico na cidade de Araucária para o estudo da cevada. As pesquisas desse laboratório seriam lideradas pelo agrônomo sr. dr. Zdenco Gayer (x-1940), diretor a partir de 1929, da Estação Experimental de Cereais na localidade Campo de Sementes de Tindiquera, em Araucária. (A REPUBLICA, 17/10/1929, p. 9). Em 1930, o diretor de Departamento de Agricultura e Presidente da União Rural Paranaense era Romário Martins e junto Zdenco Gayer, que,

---

<sup>108</sup> Eram granjas do Estado e, portanto, públicas. Recebia financiamento do Banco do Estado com interventoria Federal, como por exemplo para melhoramentos estruturais. Fazia parte dos gastos da Secretaria de Fazenda e Obras Públicas.

<sup>109</sup> Formiga (2007) destacou que, no Instituto Agrônômico de Campinas, a seção de Genética foi comandada por Carlos Arnaldo Krug, foi implantada pela reforma de 1927, e foi usada conforme asseverou Schwartzman (2001, p. 183), sistematicamente para melhoramento de café, milho, fumo e também para adaptá-los ao ambiente brasileiro, como trigo e cevada. Fato muito semelhante ao ocorrido no Paraná, por meio do Instituto Agrônômico do Bacacheri e a Escola Agrônômica do Paraná e as Granjas, que se instalavam com laboratórios de pesquisa. Como cadeira, a Genética Aplicada só viria a emergir em 1941, no Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná, que supriria as carências regionais.

além de diretor do campo experimental, era também Inspetor Agrícola do Departamento de Agricultura, participavam em conjunto no processo de legitimação da Agricultura como ciência.

Conforme o Relatório da Escola Agrônômica do Paraná, referente ao ano de 1933, ocorreu inclusão das cadeiras de Genética Animal e Genética Vegetal.<sup>110</sup> Assim, a Genética passou a ser utilizada como ferramenta científica, para além da adubação, manejo e mecanização das culturas. Em 1933, após perder a o Campo Experimental de Bacacheri, em 1932, a Escola Agrônômica do Paraná transferiu-se para o Campo de Culturas e Posto Zootécnico, que passou a ser dirigida por Caio Graccho Pereira, professor da Cadeira de Genética Vegetal.

Em relação à Congregação das Faculdades, é necessário destacar que no ano de 1938, durante as reuniões que visavam à formação da FFCL-PR, os professores da Escola Agrônômica passaram também a figurar dentre o corpo docente, e vieram a assumir as cátedras de suas especialidades. A partir do Decreto 421 de 11 de maio de 1938, assinado por Gustavo Capanema, passou-se a exigir e a restringir a Escola, por exemplo, por meio da capacidade financeira, edifícios e instalações apropriadas. Em 1939, o curso perdeu o reconhecimento, retomando somente em 1941, com a criação do Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná, pelo Decreto-Lei Estadual n.10888, de 11 de janeiro do ano. Assim, os cursos de Agronomia e Veterinária foram acoplados. O curso técnico de Agro-zootecnista era ministrado na Escola Agrônômica do Paraná e durava três anos. A oitava cadeira do curso levou o nome de “Genética Aplicada (de preferência culturas regionais).” (DIÁRIO DA TARDE, 29/03/1941, p. 1).

Em dezembro de 1944, o Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná foi extinto. Em 1945, a Escola Agrônômica do Paraná e a Escola Superior de Veterinária do Paraná passaram a se designar Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, (O DIA, 24/01/1945, p. 1).<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> Com a Reforma do Ensino Agrônômico Veterinário, em 15 de fevereiro de 1934, a Escola Nacional de Agronomia e de Veterinária passaram a exigir a adoção da mesma grade curricular, que aumentaram para quatro anos os dois cursos, e dispôs, respectivamente, no 3º Ano Agricultura Geral e Genética Vegetal e no 4º Ano Agricultura e Genética Especializadas; e, no 3º Ano, Zootecnia Geral e Genética Animal e Exterior. (CORREIO DO PARANÁ, 22/02/1934, p. 3).

<sup>111</sup> Em 14 de março de 1961, o curso de Engenharia Agrônômica foi estruturada em departamentos, que reuniam cadeiras e disciplinas. A 21ª cadeira era de Genética e Estatística Experimental, que fazia parte do Departamento de Fitotecnia. Os outros departamentos eram: Biologia; Engenharia Rural; Química e Tecnologia. Já o Curso de Veterinária: Departamento de Anatomia; Fisiologia; Clínicas; Higiene e Saúde Pública. Comuns aos dois cursos: Departamento de Zootecnia e Economia Rural.

Devemos citar ainda o Laboratório de Análises e Pesquisas, criado em 1940, para atender às demandas agrícolas e pecuárias. Em fevereiro de 1941 foi convertido a Instituto de Biologia Agrícola Animal (IBBAA), e depois, em dezembro de 1942, nomeado Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná (IBPTP). O Laboratório foi defendido pelo professor Marcos Augusto Enrietti, da Escola de Veterinária.

Depois da criação do Curso de História Natural, em 1943, na própria FFCL-PR, Biologia, Botânica, Zoologia e Genética passaram a figurar com autonomia, a ter outro caráter, andando em direção ao ensino e à pesquisa científica de caráter universitário. Os professores responsáveis em 1945 por essas disciplinas, conforme o Anuário desse ano, eram Homero de Mello Braga, na Biologia Geral, Carlos Stellfeld, na Botânica, Padre Jesus Santiago Moure, na Zoologia. (SIQUEIRA, 2013, p. 31).

O desenvolvimento dos campos científicos, agrônomo, zootécnico e biológico esteve conectado com as relações entre intelectualidade, que eram em parte a classe dirigente, mas que em certa medida, em alguns períodos históricos, principalmente no fim do século XIX e início do século XX, revelam ser parte da clientela, ou tratando desse interesse da clientela. Assim, os Institutos, no início do século, e a Universidade, a partir de 1938, serviram a esse intuito do crescimento econômico e da racionalização da produção do Estado. Parte dessa intelectualidade paranaense passou a ocupar esses espaços científicos na medida em que os incentivava e argumentava em seu favor.<sup>112</sup> Qual era a relação entre a emergência da Genética, Zootecnia e Agricultura com a clientela? O movimento de emergência desses campos científicos está ligado à energia dispensada pela classe dirigente do Estado, formada pela intelectualidade, que tinha traços genealógicos com a aristocracia rural paranaense do período Imperial. Essa é uma das hipóteses que remonta à expansão de ramos específicos da Genética no Paraná.

#### **1.4.2 A luta pela Genética e o mendelismo no campo médico**

Por outro lado, em fevereiro de 1934, a temática genética perpassou pela Associação Médica do Paraná, quando José Pereira de Macedo<sup>113</sup> apresentou a conferência com o título *Psicologia Genética na Educação*. (DIARIO DA TARDE, 27/02/1934, p. 5).

---

<sup>112</sup> A análise do caso de Victor Ferreira do Amaral e Silva é interessante, pois, como um herdeiro do mundo agropastoril do período do Império, engajou-se em tornar-se bacharel em Medicina, ocupou espaços de autoridade no campo político, no campo médico foi peça chave, criando a Faculdade de Medicina, mas no campo científico como central na criação da Universidade do Paraná.

<sup>113</sup> José Pereira de Macedo se formou em 1919 e doutorou-se pela FMP em 1921, e logo se tornou egresso do curso. Casou-se com Maria Falce, que defendeu tese de doutoramento em 1919, com o título Em torno de um caso de ascaridíase hepática. (CINTRA, 2010, p. 50).

A expansão da Genética na Medicina paranaense é perceptível, conforme verificado no noticiário da *Revista Médica do Paraná*. Em 1934, relatava a passagem do cientista André Dreyfus por Curitiba. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1934, p. 208-209). Segundo a revista, o jovem cientista, formado em 1919, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tinha atuação brilhante nas cátedras em que ocupou, seja em sua passagem pelo Rio de Janeiro, como docente livre de Histologia, seja em São Paulo, como professor, quando, em 1934, lecionava Biologia no curso pré-médico da Faculdade de Medicina de São Paulo (USP), Histologia na Escola Paulista de Medicina (futura UNIFESP), além de Biologia Social na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1934, p. 208).

Vale lembrar que, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido no Rio de Janeiro, de 30 de junho a 7 de julho de 1929, Dreyfus foi um dos grandes críticos dos eugenistas vinculados às interpretações neolamarckistas que faziam grande coro no congresso.<sup>114</sup> Em *O estado atual da hereditariedade*, afirmou Dreyfus que “outra crença de vários eugenistas que tem infelizmente que ser abandonada é a de que um meio favorável, boa alimentação, instrução desenvolvida, poderão influir sobre o patrimônio hereditário”. (DREYFUS, 1929, p. 96). Nessa mesma palestra, Dreyfus rechaçou também a Teoria Hereditária de Galton, que visualizava cada descendente como sendo influenciado por todos os antepassados, e que quanto menor as distâncias entre descendente e antepassado, maior a influência causada. (DREYFUS, 1929, p. 91). Dreyfus a esse momento ocupava um dos espaços de maior autoridade dentro do campo da Genética, sobretudo no estudo da Hereditariedade Humana. Tal conflito interpretativo acerca das leis da hereditariedade era uma luta interna no campo da Genética. Cientificamente, a Teoria Neolamarckista estava desacreditada. Seus pressupostos haviam sido desconstruídos pela interpretação mendelista.

Em 2 de julho de 1929, depois de ocorrer o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o jornal *O Dia* publicou um texto de Leôncio Correia, membro do campo literário, a partir da Academia de Letras do Paraná, que, citando Roquette-Pinto, afirmava que:

A questão de herança é fundamental em matéria de eugenia. No Brasil, mesmo entre as pessoas mais cultas, é ainda corrente a confusão de higiene com a eugenia. São coisas muito diferentes, embora correlatas. Para a eugenia, o essencial não é o indivíduo. É a descendência que esse indivíduo terá. Um homem higienicamente não pode ser eugenicamente

<sup>114</sup> No Congresso, além de Dreyfus, Álvaro Fróes da Fonseca em *Os grandes problemas da Antropologia* defendeu a teoria e o uso das leis de Mendel.

indesejável. Basta que o seu patrimônio hereditário seja máo. (O DIA, 02/07/1929, p. 1).

As diferenciações entre o mendelismo e neolamarckismo eram evidenciadas no periódico paranaense por Leôncio Correia. Estas eram as falas que Roquette-Pinto efetuou no Congresso de Eugenia de 1929, e reportado ao periódico paranaense. Nesse sentido, argumentou que a dificuldade era justamente compreender o funcionamento do patrimônio hereditário, ou, como escrevia Leôncio Correia, “trata-se de descobrir pelo exame do do indivíduo que espécie de descendente ele terá”. (O DIA, 02/07/1929, p. 1). Relatou que não bastava obter-se gente fisicamente eugênica somente, mas com qualidades morais e intelectuais.

A notícias referentes ao evento circularam pela opinião pública paranaense. Em 22 de julho, Sebastião Paraná escreveu uma crônica especial para o *Diario da Tarde* acerca das comemorações do primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina, com a realização do Congresso Brasileiro de Eugenia. Apresentou as três seções compostas por Antropologia, Heredologia e Educação, além dos trinta e oito temas propostos para discussão. (DIARIO DA TARDE, 22/03/1929, p. 2). No centenário da Academia Nacional de Medicina, ocorreram ainda a 4ª Conferência Panamericana de Higiene, Medicina Experimental e Microbiologia, o 2º Congresso Panamericano de Tuberculose, Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, o 10º Congresso Brasileiro de Medicina<sup>115</sup>, além do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia.

Na ocasião, o Diretor da Faculdade de Medicina do Paraná, Victor Ferreira do Amaral e Silva, recebeu em 25 de maio de 1929 um convite de Miguel Couto para as comemorações, e esperava a colaboração científica dos intelectuais paranaenses. (A REPÚBLICA, 25/05/1929, p. 1). Resta saber se algum médico paranaense se fez presente. Um dos representantes do Paraná no evento foi o próprio Victor Ferreira do Amaral e Silva, que partiu no dia 28 de junho para o Rio de Janeiro. Em 27 de junho de 1929 partiram ao Rio de Janeiro os médicos João Candido Ferreira, Archimedes Cruz e Leonidas Ferreira, afim de participarem do 10º Congresso Brasileiro de Medicina. (O DIA, 27/06/1929, p. 6). Os três professores, respectivamente, ocupavam as cadeiras de Clínica Obstétrica e Ginecologia, Clínica Médica e Patologia Geral. É possível que tenham participado das comemorações do centenário, e até mesmo tenham participado como ouvintes do

---

<sup>115</sup> Fez-se presente no Rio de Janeiro o professor João Candido Ferreira, que presidiu a sessão inaugural do Congresso de Medicina (Congresso Médico Brasileiro), em homenagem ao centenário da Academia Nacional. Na ocasião apresentou a conferência *A patologia da aorta e da glândula supra-renal*, e ao concluir foi cumprimentado por Miguel Couto, Clementino Fraga e Rabello. (O DIA, 06/07/1929, p. 1; 27/07/1929, p. 8).

Congresso Brasileiro de Eugenia. Os professores João Candido Ferreira, como representante da Sociedade de Medicina do Paraná, e Victor do Amaral, como Diretor da Faculdade de Medicina do Paraná, pertenciam ao quadro de associados da Academia Nacional de Medicina e retornaram do Rio de Janeiro somente em 28 de julho, possibilitando a ampla participação nas comemorações. (O DIA, 28/07/1929, p. 6).

Em maio de 1934, na primeira estadia de Dreyfus, no Paraná, foi recepcionado pela Associação Médica do Paraná e, em sessão extraordinária, foi saudado pelo médico Aramis de Athayde. Na ocasião, Dreyfus palestrou a respeito de *A predeterminação do sexo*. Segundo a Revista, as preleções de Dreyfus na Faculdade de Medicina acerca da hereditariedade o consagraram como cientista e como professor de largos recursos. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1934, p. 209). Na década de trinta, Dreyfus já era reconhecido pelos pares como um mendelista assíduo e, por consequência, daí advinha seu capital simbólico no campo científico. Fato curioso, foi a *Revista Médica do Paraná* não ter evidenciado uma série de outras discussões ocorridas durante a visita.

O jornal *Correio do Paraná*, em 11 de abril de 1934, publicou um texto que indicava a integração entre o campo médico de São Paulo e o de Curitiba, por iniciativa do Centro Acadêmico Nilo Cairo, que havia recebido grande apoio devido ao interesse público da iniciativa. Comentava o periódico que “a virtude da sua essência tem alastrado pelo Brasil inteiro e, hoje os estudantes brasileiros, compreendendo melhor o significativo e a pujança do intercâmbio, se procuram, se visitam, se abraçam, desabafando as suas ideias, os seus princípios, os seus saberes.” (CORREIO DO PARANÁ, 11/04/1934, p. 1). Curitiba receberia a Embaixada Paulista, no dia 29 de abril, e receberia de São Paulo o Professor André Dreyfus, que versaria acerca do assunto *Mendelismo e evolução*, em uma série de conferências.<sup>116</sup>

Era uma exposição sintética acerca dos fatos, considerados fundamentais,

relativos ao problema da hereditariedade partindo das descobertas fundamentais de Mendel; continuando com a demonstração da extensão das leis de Mendel aos casos aparentemente refratários (herança mixta, flutuantes) para chegar à teoria cromossômica que será analisada nos seus aspectos mais importantes. (CORREIO DO PARANÁ, 11/04/1934, p. 1).

Dreyfus mostraria ao longo dos cursos, conforme apontou o jornal, a aparente contradição entre os dados positivos fornecidos pela Genética e as concepções clássicas da evolução das espécies. A intenção do curso era, portanto, apresentar os aspectos do

---

<sup>116</sup> A primeira conferência acerca de *Mendelismo e Evolução* ocorreu 1 de maio de 1934, no salão nobre da Faculdade de Medicina, assim como as outras cinco lições do curso.

Mendelismo, contradizendo as interpretações que eram hegemônicas na Faculdade de Medicina. Estava prevista uma “crítica das teorias da evolução, em particular ao darwinismo e ao lamarckismo, mostrando qual era o aspecto atual do problema e como o estudo das mutações veio solver, ao menos em parte, as duas tradições”. (CORREIO DO PARANÁ, 11/04/1934, p. 1).<sup>117</sup>

A reportagem a respeito do evento foi assinada por “F”, e tratava-se de Fuad Daud, que, dias depois, em 24 de abril de 1934, publicou mais um texto no qual afirmava a figura de André Dreyfus e a sua busca pela luz da verdade. Fuad Daud enunciou que “as ciências evoluem de hora em hora, as theories se substituem com o advento da verdades mais puras, todo se transforma numa velocidade pasmosa.” (CORREIO DO PARANÁ, 24/04/1934, p. 4). Não acompanhar a evolução, para Daud, era o mesmo que se banhar no lodo.

Em 9 de maio de 1934, após a série de palestras, Fuad Daud publicou o texto *O Biologista Notável*, no qual afirmou que “o professor Dreyfus, conseguiu alijar do meu cérebro noções que eu tinha como indestrutíveis. Reagi, a princípio, como era natural, o choque foi terrível, mas acabou vencendo o admissível, sendo posto de lado o absurdo que, até então, era lógico.” Conforme evidenciou, Dreyfus resumiu com eficácia o problema “sobre *As doutrinas novas sobre a hereditariedade* arrebataram a assistência, pondo em foco as teorias mendelianas e destruindo as concepções evolucionistas de Lamarck, Saint-Hilaire e Darwin, ainda hoje aceitáveis”. (CORREIO DO PARANÁ, 09/05/1934, p. 3).

Esse foi um dos pontos críticos para o neolamarckismo na Faculdade de Medicina do Paraná, que ainda possuía uma discussão intensa com as produções francesas acerca da hereditariedade, as quais orientavam o ensino e as produções científicas paranaenses. Pode ter sido esse um dos pontos que fez com que a *Revista Médica do Paraná* não propagasse especificações da palestra de Dreyfus, ou até mesmo texto científico referentes a assuntos de sua especialidade. O que se publicou foi uma breve notícia da atuação científica, que é representativa do abalo que sofrera o campo médico.

Beraldo (2016), em *Ciência e Associativismo Médico: Medicina Legal e Psiquiatria na Terra dos Pinheirais* (1930-1941), trabalhando as cartas recebidas pela Associação Médica do Paraná durante a presidência de Milton de Macedo Munhoz (1933-34) e de José Pereira de Macedo (1934-35), relatou que, em 27 de novembro de 1934, João Candido

---

<sup>117</sup> Conforme relatou Canguilhem, em *O Normal e o Patológico* (2009), “o mutacionismo se apresentou, em primeiro lugar, como uma forma de explicação dos fatos da evolução cuja adoção pelos geneticistas reforçou ainda o caráter de hostilidade a qualquer atitude de levar em consideração a influência do meio”. (CANGUILHEM, 2009, p. 55).

Ferreira e Alceu Ferreira pediram afastamento de seus nomes da lista de sócios. No dia 14 de dezembro de 1934, seguiram-se os outros três filhos, Leonidas Ferreira (1893-1963), Celso Ferreira e Murilo Ferreira, e ainda em 19 de fevereiro de 1935, Raul Carneiro. Sua ausência se deu, conforme o relatório apurado por uma comissão de seis membros, representada por Francisco M. Franco, presidente na gestão de 1935-36, em função de ocorrências na gestão de Milton de Macedo Munhoz. (BERALDO, 2016, p. 101). Beraldo (2016) aponta a questão idade e, portanto, geracional, pois, em 1935, João Candido possuía 72 anos, ao tempo que Milton de Macedo Munhoz tinha 32 anos, Aramis Taborda de Athayde, 33 anos e Homero de Mello Braga, 26 anos, só para situarmos alguns. É um ponto de vista válido para a análise.

O mote explicativo possível que apontamos é a questão direta acerca dos ataques à teoria neolamarckista de hereditariedade como ponto de saturação das relações entre o intelectual e a presidência da associação, bem como suas visões das raças e a miscigenação. Poderia ser uma postura de conflito com parte da primeira Diretoria da Associação Médica do Paraná, que passou a ter essa atitude coletiva extremada e enérgica.<sup>118</sup>

A perspectiva da pureza de sangue, exposta por Milton de Macedo Munhoz, em 1936, era repleta de contradições. Em texto à *Revista Médica do Paraná*, alertou que:

sabe muito bem os cuidados desvelados para que a raça não degenera e os exemplares sejam sempre de puro sangue. Escolhem-se para a reprodução as aves melhores, as mais perfeitas e mandam-se para a panela as outras. Só para a cria humana não têm sido levadas em conta até hoje as leis da hereditariedade. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, ago/1936, p. 286).

Na medida em que utiliza os conhecimentos interdisciplinares da Zootecnia, campo que lhe foi caro durante formação na Escola Agrônômica do Paraná, em 1918-20, condenou a miscigenação e considerou que não degenerar a raça era mantê-la pura.<sup>119</sup> Este

---

<sup>118</sup> Na gestão de 17 set. 1933 a 18 ago. 1934, Milton de M. Munhoz foi o presidente e contou na gestão com: Vice-Presidente: Alceu Ferreira; Secretário Geral: Octavio da Silveira; 1º Secretário: Alô Guimarães; 2º Secretário: Mario Gomes; 1º Tesoureiro: Rocha Loures; 2º Tesoureiro: Loureiro Fernandes; Orador: Aramis de Athayde. Havia ainda as Comissões: de Policiamento: João Candido, Paula Soares, Braga de Abreu; de Medicina Social: Victor do Amaral, Erasto Gaertner, Francisco Franco; de Redação: Milton Carneiro, Renato Camara, Cesar Perneta; de Assistência: Pereira Cunha, Simão Kossobudski, Virmond Lima; de Congraçamento Médico: Victor do Amaral Filho, João Bley Zornig e Raul Carneiro. (O DIA, 22/08/1933, p. 3).

<sup>119</sup> Em outro momento utilizou da metáfora zoo agrônômica para argumentar que a eugenia buscava a seleção, já seguida rigorosamente na agricultura e na criação de animais. Comentou na *Revista Médica do Paraná*, da qual era Editor, que: A Eugenia era “a ciência que tem por fim o estudo da boa geração, isto é, da geração sadia física e mentalmente. Ela se propõe a estabelecer princípios, regras e leis capazes de evitar a herança mórbida. Desaconselhando casamentos entre anormais e doentes, os cruzamentos de consanguíneos, cujas taras iguais podem se somar no produto da concepção, afastando do himineu os alcoólatras, os viciados, os doentes nervosos e mentais, procura a Eugenia diminuir na sociedade humana o numero de aleijados, loucos,

pode ter sido um ponto extra do conflito entre Milton de Macedo Munhoz e João Candido Ferreira, já que o último desqualificava essa possibilidade de degeneração por via miscigenação. Conforme Janz Junior (2012), a visão de Eugenia de Milton de Macedo Munhoz mesclou uma visão determinista racial com preceitos higienistas. Em sua tese de cátedra de Higiene, apresentou a *Importância da higiene mental*, argumentou pela Eugenia e pela esterilização, porque mal maior que a medida de Licurgo era permitir criminosamente que a miséria e a doença se multiplicassem.

Conforme Beraldo (2016), que analisou as Atas das Reuniões da Associação Médica do Paraná, João Candido Ferreira retornou às reuniões somente em setembro de 1937. Na ocasião da posse da 2ª presidência de Miguel J. Isaacson, em 8 de setembro de 1937, João Candido Ferreira proferiu a oração oficial e afirmou que:

O Presidente da Associação Médica do Paraná não pensa como aquele colega iconoclasta que bradava com todo o vigor de seus pulmões – guerra aos velhos, caminho aos moços –, nem pretende imitar aquela tribo de gentios primitivos que para livrar-se dos velhos arremessava os ao abismo. Ao contrário, convidando-me para este lugar ele foi além de humano, gentil e benévolo, preferindo ouvir a voz da experiência neste ágape de confraternização onde a mocidade representa a quase totalidade de seus membros. E assim se explica e se justifica minha presença nesta posição de destaque. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, Set/1937, p. 354-358 *apud* BERALDO, 2016).

João Candido Ferreira escancara, em 1937, diante da Associação Médica do Paraná, seu conflito com Milton de Macedo Munhoz, que, para além de geracional, utilizou uma metáfora da Eugenia citando Licurgo, em que aquele imitava a pretensão que visava livrar-se dos velhos, arremessando-os ao abismo. É um argumento significativo, na medida em que seus conflitos se davam para além do campo médico, especificamente no campo político. Durante o banquete comemorativo do seu jubileu profissional, em início de 1939, em tom explicativo acerca de sua trajetória, relatou

porque este é um repositório de conhecimentos adquiridos em dilatado tempo, conhecimentos armazenados e catalogados com incríveis esforços e que se vem estratificando e purificando sem cessar, e não devem nunca ser postos à margem. Os moços tem o direito a ocupar os lugares que os seus merecimentos conquistarem, mas não é justo nem equitativo que se alijem os velhos que ainda trabalham e ainda produzem. (FERREIRA, 1939, p. 126).

Essa fala é um resquício de um ressentimento de João Candido Ferreira em relação a certos pares do campo médico, e o trecho do alijamento de velhos, ou seja, arremessá-los ao mar, é significativo do sentimento. Nesse sentido, as questões teóricas em relação à

---

fracos e doentes. Faz uma verdadeira seleção, aliás, rigorosamente seguida na agricultura e na criação de animais e tão pouco considerada entre os homens.” (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, abr/1936, p. 96).

hereditariedade foram questões conflituosas no ponto de vista geracional, e questão sensível para alguns intelectuais do campo médico paraense.

No ano de 1941, André Dreyfus retornaria a Curitiba, participando de uma comissão julgadora do concurso para professor catedrático de Histologia e Embriologia Geral. (1º DIÁRIO DA TARDE, 30/08/1941, p. 6; O DIA, 30/08/1941, p. 1).<sup>120</sup> Conforme relatou o 1º *Diário da Tarde*, de 28 de agosto de 1941, naquela ocasião, foi recebido pela Faculdade de Medicina do Paraná e dissertou conferência no salão nobre da instituição, com o tema *Alguns Aspectos da Intersexualidade Humana*, que foi de caráter privativo a médicos e estudantes de Medicina.<sup>121</sup> (1º DIÁRIO DA TARDE, 30/08/1941, p. 1). Formiga (2007), na dissertação intitulada *A Escola de Genética Dreyfus-Dobzhansky*, teve acesso ao *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, e especificou o Programa ministrado pelo Departamento de Biologia Geral, e em correlação de dados percebemos que os títulos das palestras efetuadas por Dreyfus em Curitiba estavam em consonância com o programa aplicado em São Paulo. Em relação ao curso ocorrido no Paraná, constava no *Anuário da FFCL-USP* que Dreyfus ministrou a temática *Genética*. Formiga (2007) acrescenta que os pesquisadores do Departamento de Biologia estudavam temas basicamente voltados à determinação do sexo e à histologia dos invertebrados, mas também foram desenvolvidos estudos referentes à “hereditariedade, evolução, mendelismo, eugenia, teorias cromossômicas, herança sexual, mutações entre outros.” (FORMIGA, 2007, p. 43-44).

Durante a visita da banca de concurso para professor catedrático de Histologia e Embriologia Geral, em 1941, ocorreu um banquete no Grande Hotel Moderno, oferecido pela Faculdade de Medicina e pela Associação Médica do Paraná, em que estiveram presentes o Dr. Victor Ferreira do Amaral, além dos professores cariocas Ernani Pinto e Bruno Lobo e o paulista Dreyfus. Ao fim dos compromissos em Curitiba, Dreyfus foi

---

<sup>120</sup> O candidato à vaga era o Dr. Joaquim de Matos Barreto, que defendeu a tese *Hematias grânulo-filamentosas - Tireoide na eritropoese*. Além de Dreyfus, que era também professor de Histologia na Escola Paulista de Medicina, a banca foi formada por Ernani Pinto, catedrático de Histologia da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, Francisco Alípio Bruno Lobo, catedrático de Histologia da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Augusto Colle e Milton Carneiro. O candidato foi aprovado, e substituiu o professor Petit Carneiro na cátedra.

<sup>121</sup> Formiga (2007) infere que Dreyfus efetuou vários cursos no país, conforme constatou no *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. (FORMIGA, 2007, p. 42). Para além da Faculdade de Medicina do Paraná, de 1939 a 1943, fez arguições na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, à Sociedade Brasileira de Biologia, em Viçosa, Belo Horizonte, em Manguinhos, Salvador, Recife, São Paulo, Santos e Campinas. (FORMIGA, 2007, p. 42).

acompanhado até o aeroporto pelo professor Milton de Macedo Munhoz, secretário da Faculdade de Medicina do Paraná.

Em 3 de março de 1947, André Dreyfus retornou a Curitiba e ministrou a aula inaugural do semestre letivo na FFCL-PR *O Papel das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras nas Universidades*. Sua participação na formação da FFCL de São Paulo foi essencial para a emergência da Universidade de São Paulo e na qual ocupava o cargo de Diretor. No tocante à fala de Dreyfus na Universidade do Paraná, o jornal *O Dia*, de 4 de março de 1947, relatou que na palestra trabalhou a relevância das FFCL para a formação de quadros de professores à altura da missão educativa no Estado. (*O DIA*, 04/03/1947, p. 3).

Nessa mesma visita, a convite do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná (IBPTP) e seu patrocínio, ministrou, entre os dias 27 de fevereiro a 8 de março, um curso de extensão acerca de assuntos genéticos. O curso, com dez dias de duração, era aberto a todas as classes liberais, dentre médicos, agrônomos, veterinários e estudantes em geral. (*DIÁRIO DA TARDE*, 24/02/1947, p. 6). O responsável por organizar o evento foi o Diretor do IBPTP, o Dr. Marcos Enriette.

O curso foi aplicado por Dreyfus no Centro Cultural Interamérica e, em seus últimos dois dias, foi aplicado na Universidade do Paraná e na Associação Médica do Paraná. No primeiro dia, palestrou acerca de *Genética - 1ª lei de Mendel e sua universalidade*; sua aplicação nos vegetais, animais e inclusive no homem; O mecanismo da herança; o erro do conceito de herança pela mistura dos sangues. (*DIÁRIO DA TARDE*, 24/02/1947, p. 6).

No segundo dia, aplicou a *Base Física da Genética*; teoria cromossômica; herança ligada ao sexo (*sex-linked*): hemofilia e daltonismo. No terceiro dia, os *Alelos Múltiplos*; o problema dos grupos sanguíneos; tipos sanguíneos; o fator Rh. (*DIÁRIO DA TARDE*, 24/02/1947, p. 6).

No quarto dia de curso, dia 3 de março, foi a vez da *Herança e Meio*, chegando a discutir a questão da Eugenia. Segundo o jornal *O Dia*, de 4 de março de 1947, dia posterior à primeira aula de Introdução à Genética, abordou a questão da influência do meio sobre o homem, mostrando à luz da Genética até onde o meio atuava na modificação dos caracteres. A aula revestiu-se, conforme a matéria, “de enorme importância, pois destruiu as teorias nazistas de pureza racial.” (*O DIA*, 04/03/1947, p. 3). Essa discussão deve ser elencada como de significância, pela ruptura que evidenciava a fala do geneticista pela inexistência de pureza perante a genética das populações no pós guerra.

No quinto dia, *O Problema da Determinação do Sexo: Ginandromorfos e intersexos*. No sexto dia, *O Problema da Determinação do Sexo: Vertebrados, casos especiais*. No sétimo dia, ministrou o curso a respeito *Consanguinidade e Heterose: Letais e semi-letais; doenças hereditárias*. (DIÁRIO DA TARDE, 24/02/1947, p. 6).

No oitavo dia, palestrou acerca do tema *A Evolução em face da Genética*, discutindo Histórico, Mutação, Seleção, Crítica ao Darwinismo e ao Lamarckismo. O nono dia de palestra, que ocorreu na Universidade, o assunto foi *Evolução em face da Genética, refletindo Genetics drift<sup>122</sup>; Mecanismo de isolamento e sua importância*. O último dia teve como conteúdo o *Controle Genético das Reações Bioquímicas*, ocorrendo na Associação Médica. (DIÁRIO DA TARDE, 24/02/1947, p. 6). Esta palestra ocorreu em 8 de março de 1947. (DIÁRIO DO PARANÁ, 07/03/1947, p. 2).

Na última aula, conforme *O Dia*, abordou a questão da consanguinidade, mostrando a influência decisiva dos genes recessivos. A seguir, discorreu acerca do problema da raça, mostrando que esta não é mais do que a preferência de genes nas populações, escapeando, à luz da genética, os técnicos de pureza racial. A fala que deveria acontecer na Associação Médica ocorreu na Faculdade de Medicina, tendo a sessão sido presidida pelo Reitor Victor Ferreira do Amaral. Na sessão, falaram também Alô Guimarães e Antenor Pamphilo. (O DIA, 09/03/1947, p. 3).

Destacamos as questões discutidas no quarto dia acerca da Eugenia, Herança e Meio, ou, no oitavo dia, alguns conceitos genéticos e criticou tanto o Darwinismo quanto o Lamarckismo na questão da Evolução. As sociabilidades evidenciadas pelas visitas de Dreyfus à Faculdade de Medicina do Paraná desde a década de 1930 até 1940 evidenciam esse processo de mudança nas questões referentes à hereditariedade, sobretudo no que diz respeito ao processo de abandono do uso das Teorias Neolamarckistas para a utilização do teórico mendeliano. Dreyfus tinha esse privilégio de ocupar um lugar de destaque tanto no campo da Medicina, como Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, quanto no campo genético, sendo professor catedrático de Biologia Geral da FFCL-USP. Esse movimento teórico e conceitual dentro do campo científico levaria à emergência e criação

---

<sup>122</sup> *Genetics drift* é um mecanismo microevolutivo, são modificações aleatórias da frequência alélica. Também conhecido como deriva genética ou Efeito de Sewall Wright, que acontece conforme o geneticista americano Sewall Wright, quando pequenas populações de uma espécie são isoladas, por pura chance os poucos indivíduos que carregam certos genes relativamente raros podem fazer falhar sua transmissão. Os genes podem, portanto, desaparecer e sua perda pode levar ao surgimento de novas espécies, embora a seleção natural não tenha desempenhado nenhum papel no processo. Assim, do mecanismo de *drift genético* pode provir uma nova espécie. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA).

do campo da Genética Médica no Paraná. E nesse intuito, pensar as lutas por prestígio e notoriedade se torna significativo.

No mercado linguístico do campo da Medicina, a Eugenia sofreu sanções ou censuras específicas, como o uso do lamarckismo e do darwinismo na evolução. De certa forma, isso ocorreu no Brasil devido à emergência da Teoria Sintética da Evolução ou síntese evolutiva moderna, a partir do russo-americano Theodosius Grigorievich Dobzhansky (1900–1975)<sup>123</sup>, que, em *Genetics and the Origin of Species* (1937), expôs a respeito da especiação como um problema genuíno da teoria da evolução, em que o mundo natural era dividido em espécies, cada qual com sua gama limitada de variabilidade. Essas variações eram explicadas pelos princípios genéticos. Produziu inicialmente uma consideração acerca da diversidade e da possibilidade do isolamento reprodutivo. Sucessivamente, tratou da mutação como a origem da variação hereditária, na qual as mutações do gene ocorriam com frequência e tinham direção aleatória, podendo ser benéficas ou letais. O papel das alterações cromossômicas, a variação nas populações naturais, a seleção natural, a origem das espécies por poliploidia - profundas anomalias -, a origem das espécies através do desenvolvimento gradual do isolamento reprodutivo, diferenças fisiológicas e genéticas entre espécies e o conceito de espécie como unidades naturais. (AYALA; FITCH, 1997).

A discussão de Dobzhansky buscava conflitar com Hugo Marie de Vries (1845-1935) que, em *Sur les unités des caractères spécifiques et leur application à l'étude des hybrides* (1900), propôs uma teoria da evolução conhecida como mutacionismo, e essencialmente eliminou a seleção natural como maior processo evolutivo. Para de Vries (1900), havia dois tipos de variação nos organismos: a primeira era a variação ordinária, verificada entre indivíduos da mesma espécie, que não levava à transgressão da fronteira da espécie e não era duradoura na evolução; enquanto que a segunda eram as mudanças provocadas por mutações - alterações espontâneas de genes que produziam modificações no organismo - originando novas espécies. (AYALA; FITCH, 1997).

O mutacionismo produzido por mendelianos foi contestado pelos biometristas, tal como Karl Pearson, que defendia a seleção natural darwiniana como principal causa da evolução, a partir de efeitos cumulativos de pequenas variações contínuas e individuais. Os

---

<sup>123</sup> Theodosius Grigorievich Dobzhansky (1900–1975), graduado em Biologia pela Universidade de Kiev, em 1921, foi contratado como instrutor de Zoologia na Instituto Politécnico de Kiev, entre 1921 e 1924, quando se tornou assistente de Yuri Filipchenko, chefe do novo departamento de Genética da Universidade de Leningrado.

mutacionistas, por meio de argumentos matemáticos, afirmavam que a variação contínua - analisados a partir de características como tamanho e número de ovos postos - poderia ser explicada pelas leis de Mendel. Enquanto que os biometristas acreditavam que a seleção natural agia cumulativamente em pequenas variações e poderiam produzir grandes mudanças evolutivas em forma e função. Dentre os biometristas destacavam-se R. A. Fisher, que publicou o livro *The Genetical Theory of Natural Selection* (1930) e J. B. S Haldane com *The Causes of Evolution* (1932), na Grã Bretanha, e Sewall Wright, com *Genetics* (1931), nos Estados Unidos. (AYALA; FITCH, 1997). Dobzhansky (1937) fez parte desse grupo, mas diferente dos outros, baseou-se em uma grande quantidade de descrição das observações da natureza, e examinou o problema da origem das espécies de forma mais extensiva. (LEWONTIN, 1997, p. 352).

Nesse sentido, o trabalho de Dobzhansky (1937) contribuiu para a queda do mutacionismo, e forneceu uma estrutura teórica para integrar a genética mendeliana na teoria da seleção natural de Darwin.<sup>124</sup> Para além da mutação genética, Dobzhansky logo percebeu que mutações cromossômicas também poderiam desempenhar papéis importantes nos sorteios da evolução. A obra de Dobzhansky (1937) pode ser vista ainda como estabelecimento da genética populacional observacional como um campo científico para investigação, já que examinou a problemática com significativa quantidade de observações na natureza. A recepção da obra no Brasil é uma situação interessante de ser analisada, porque a estadia de Dobzhansky em São Paulo, no Laboratório de Biologia da USP, durante a década de 1940 (1943 e em 1948-49), torna significativa a tentativa de Dreyfus em argumentar pela Teoria Sintética da Evolução. As palestras de Dreyfus no Paraná são singulares para perceber essa recepção. Desde 1934, André Dreyfus já trabalhava a questão da evolução e o mendelismo. A obra de Dobzhansky foi publicada em 1937, e, conforme analisamos anteriormente, já havia trabalhos de Fisher (1930), Wright (1931) e Haldane (1932) que discutiam a questão.

Pensamos essa rede de sociabilidade mediada por Dreyfus, o catedrático de Biologia Geral da USP, com a Faculdade de Medicina e depois com a FFCL-PR, como uma ruptura com uma tradição médica paranaense que pensava a Hereditariedade. Suas palestras agiram no sentido da persuasão e argumentação. O usos linguísticos e teóricos modificaram-se a

---

<sup>124</sup> Junto de Dobzhansky, estão entre os mais relevantes arquitetos da Teoria Sintética os zoólogos Ernst Mayr com *Systematics and the Origin of Species* (1942) e Julian Huxley com *Evolution: The Modern Synthesis* (1942), o paleontólogo George G. Simpson, com *Tempo and Mode in Evolution* (1944), e o botânico George Ledyard Stebbins, em *Variation and Evolution in Plants* (1950).

partir de então. Assim, os médicos que eram centrais na produção do conhecimento eugênico na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, e que ocupavam espaços privilegiados dentro da produção das teorias eugênicas, perdem espaço, fracassam, na medida em que não detinham mais legitimidade nos novos modos de falar, advindos da Genética das Populações e da Genética Humana.<sup>125</sup>

André Dreyfus não foi a única autoridade em Genética que circulou pela Universidade. Em 1949, foi convidado pelo Reitor, dr. João Ribeiro de Macedo Filho, pelo professor Theodosius Dobzhansky, emérito geneticista americano e catedrático da Universidade de Columbia, e que estava em São Paulo efetuando pesquisas e orientando pesquisadores da USP. Esteve no Paraná nos dias 22 a 24 de março de 1949, e realizou no salão nobre da Universidade, duas conferências com o tema *A Genética e os Problemas Humanos*. A recepção do visitante coube ao professor Padre Jesus Santiago Moure (1912-), catedrático da FFCL-PR. (O DIA, 20/03/1949, p. 3).

Conforme a reverberação da palestra, exposta pelo periódico *O Dia*, a conferência “despertou grande interesse na numerosa assistência, composta de altas autoridades, professores e alunos.” Dobzhansky estava acompanhado de seus assistentes, provavelmente seus orientandos da USP, que, após o evento da Universidade do Paraná, foram até Foz do Iguaçu, onde procederam estudos referentes a determinados gêneros de moscas locais, as drosophilas, material preferencial nas investigações de Dobzhansky acerca da Genética. (O DIA, 24/03/1949, p. 3). A visita de Dobzhansky é significativa para pensarmos o quanto os intelectuais paranaenses estavam interessados nas temáticas da Genética mas, sobretudo, em relação à evolução da Genética, bem como as práticas em relação à Genética das Populações.<sup>126</sup>

<sup>125</sup> Não acreditamos que o processo de envelhecimento seja o maior atributo de maior relevância para a análise, mas uma condição cultural dos indivíduos que vivenciavam a tradição francesa de hereditariedade, ou que optaram por não utilizar outra matriz interpretativa. Deixam assim de ocupar espaços de autoridade dentro do campo eugênico, pois não detinham mais legitimidade sobre as novas formas de falar.

<sup>126</sup> Em investigação, visualizamos que a Biblioteca de Ciências Biológicas possui a 3ª edição revisada em língua inglesa, *Genetics and the origin of species*, publicada em 1951, uma versão em língua espanhola, *Genética y el origen de las especies*, traduzida pelo inglês F. Cordon, publicada em 1955. Como relataram Ayaka e Fitch (1997), a organização do livro foi amplamente preservada na segunda (1941) e na terceira (1951) edições. No entanto, as edições da década de 1950 indicam que essas eram bibliografias do Laboratório de Genética da FFCL-UFPR, criado em 1951. Lewontin (1997, p. 351) relatou que conforme Powell apontou em seu ensaio *In the air*, o livro, especialmente em edições posteriores (1941, 1951), teve um impacto importante no estabelecimento da genética populacional observacional como um campo científico para investigação. A terceira edição revisada de 1951 pode se referir a 15 anos de dados de populações naturais e de laboratório que estimam parâmetros de seleção, migração e estrutura de criação, se tornando mais completo. (LEWONTIN, 1997, p. 352). Destacamos também a presença do livro *The biological basis of human freedom*, publicada em 1956. Nesse livro, expôs que era intensamente desagradável a ideia de que a hereditariedade era uma das determinantes da vida intelectual e emocional dos seres humanos. Dobzhansky

Bourdieu, em *Sistema de Ensino e Sistema de Pensamento* (2007), traz a ideia de que os espaços institucionais na formação dos intelectuais são espaços que criam certos tipos de competências em relação ao mercado linguístico. O campo médico paranaense, apesar dos constantes contatos com a Faculdade de Medicina de São Paulo, em especial as visitas de André Dreyfus, que é um indicativo mas não explicativo, não foram suficientes para que o próprio campo médico se tornasse um campo de pesquisas para os assuntos genéticos. O campo médico não criava competências suficientes relativas ao campo da Genética.

Os conceitos historicamente sofrem mutações de sentidos. A partir da historicidade do conceito, juntamente com a análise da história intelectual, permite-nos na tese visualizar a historicidade da emergência desses conceitos dentro do campo científico. A emergência dos conceitos de Genética das Populações e da Genética Humana vai deixando os médicos eugenistas em uma situação de legitimidade em relação aos modos de falar, porque não dominavam o novo arsenal de conceitos; por isso, dentro do mercado linguístico perdem a competência, pois seus pressupostos teóricos da evolução não eram os mesmos. Competência essa que esteve restrita ao pequeno grupo do Laboratório de Genética, e que durante os anos seguintes se aproximou do campo médico, a partir da emergência do campo da Genética Médica e sua expansão, conforme apresentaremos no capítulo 3.

Kuhn (2006), pensando a ideia de competição entre paradigmas e seus constantes desentendimentos, ou o que chamou de incomensurabilidade de paradigmas, esboçou que:

Embora, algumas vezes, seja necessário uma geração para que a revolução se realize, as comunidades científicas seguidamente têm sido convertidas a novos paradigmas. Alguns cientistas, especialmente os mais velhos e mais experientes, resistem indefinidamente, mas a maioria deles pode ser convertida. Ocorrerão algumas conversões de cada vez, até que, morrendo os últimos opositores, todos os membros da profissão passarão a orientar-se por um único - mas, agora, diferente paradigma. (KUHN, 2006, p. 192).

Kuhn (2006) propôs que a natureza do argumento científico envolve, sobremaneira, a persuasão e não a prova. Assim, acredita que quem adota um novo paradigma precisa ter fé em sua capacidade de resolver os grandes problemas com que se defronta, ciente de que

---

evidenciava que havia uma tendência do leigo de pensar a hereditariedade em termos de herança de propriedade, e assim, herdar caracteres como se herda objetos, ao invés de potencialidades. Criticou ainda Galton por estender as diferenças dos instintos e das faculdades de diferentes homens e diferentes raças. Criticou as teorias ambientalistas da determinação do caráter. Criticou Freud por recusar considerar as diferenças genéticas. Em *A base biológica da liberdade humana*, afirmou que “em um futuro próximo, o homem provavelmente terá aprendido o suficiente para influenciar a direção da mudança evolutiva em sua própria espécie, introduzindo pressões acordadas de seleção artificial.” (DOBZHANSKY, 1956)

o paradigma anterior fracassou. A crise instaurada pelo antigo paradigma é condição necessária, mas não suficiente para que aconteça a conversão, só ocorrendo após a morte do indivíduo, que abre condições para que uma nova geração cresça familiarizada com a teoria. (KUHN, 2006, p. 191). Kuhn (2006) estava refletindo especificamente acerca dessas questões científicas na Física, no entanto, consideramos relevante para pensar a ciência genética. Nesse sentido, André Dreyfus, ao reconhecer as diferenças de linguagem das comunidades, colocou-se como um tradutor, um cientista capaz de descrever o mundo ao qual se aplicava a linguagem que estava traduzida, mas que, embora não garantindo a concordância e a conversão, se propôs ao debate aberto com a comunidade universitária paranaense durante as várias visitas que indicamos.

Assim, refletimos como a partir da chegada do Laboratório de Genética<sup>127</sup> ao Estado do Paraná, em 1951, o mendelismo passou a ser hegemônico dentre os intelectuais envolvidos. Há várias evidências que contemplarão esse argumento, como a institucionalização de estudos e pesquisas, que tornou hegemônico o ensino de Hereditariedade a partir do mendelismo. São dois caminhos que a Eugenia traça na década de 1940: de um lado, aliam-se forças intelectuais para a criação do Laboratório de Genética Humana; de outro lado, focam nos estudos de Medicina Pediátrica, Genética e Puericultura. Deste modo, constatamos a presença dessas teorias circulando pelo campo médico, evidenciados a partir de redes de sociabilidades médicas paranaenses nas décadas de 1940.

### **1.5 A Faculdade de Direito do Paraná e os intelectuais criminalistas**

Pierre Darmon, em seu livro *Médicos e assassinos na Belle Époque* (1991), afirma que o período da *Belle Époque* foi o mais fértil para o pensamento da Antropologia Criminal, porém, evidencia a identificação de um renascimento de Lombroso na Biotipologia, na morfopsicologia e na descoberta do “cromossomo assassino”. Tal constatação ajuda-nos a visualizar caminhos de pesquisa em relação a tais biodeterminismos. A Biotipologia foi usada, desde Lombroso, para identificar potenciais criminosos, sejam pelos traços físicos, sejam pelos psicológicos. Percebemos como ela vigorou dentro da ciência médica e jurídica no anos que prosseguiram

Alvarez, no texto *Do bacharelismo liberal à criminologia no Brasil* (2014), infere que, no Brasil, ao contrário dos países europeus, em que a Criminologia ocupou

---

<sup>127</sup> O Laboratório de Genética foi criado em 1951, e depois ampliou o nome para Laboratório de Genética Humana, em 1958. A partir de 1971, chamado Departamento de Genética do Instituto de Biologia, e em 1973, Departamento de Genética do Setor de Ciências Biológicas.

universidades e laboratórios de pesquisa, além de congressos e revistas científicas, deve-se “rastrear outros espaços de formação cultural e política das elites”, a fim de melhor compreender como o discurso criminológico foi incorporado aos debates locais - ao menos em primeiro instante -, como espaços rarefeitos e difusos, já que não haviam sido mapeadas por quaisquer pesquisadores.

Nossa pesquisa enfrenta problemas semelhantes, pois ainda não há um expressivo número de informações referentes aos estudos criminológicos ou do campo penal na Instituição Universidade do Paraná, nos anos 1946 até a década de 1950.<sup>128</sup> As exceções são Paulo Henrique Drummond (2011), Priscila Soares Crocetti (2011). Alvarez (2014) evidenciou a necessidade de um levantamento em livros especializados ou de divulgação pública ampla, assim como em revistas especializadas na ciência jurídica, no intuito de recuperar trajetórias de cientistas e intelectuais, além de reformas legais e institucionais. Enfim, foi necessário rastrear todas as produções e discussões criminológicas na Primeira República.

De interpretação foucaultiana, Alvarez se distancia da visão de que as mudanças no campo penal são um simples progresso. Defende a ideia de que se deve refletir como transformações complexas possibilitaram construir novos objetos de conhecimento e novas formas de governo dos homens. Trabalha, portanto, na perspectiva de novos saberes que buscam normalizar, tornar-se normalizadores, e, ao pesquisador, cabe compreender “(...) como a psiquiatria, as ciências humanas e a criminologia, passaram a rivalizar com o direito no que diz respeito a dizer a verdade sobre o crime e a punição na modernidade.” (ALVAREZ, 2014, p. 18). Na nossa interpretação, tratamos as especialidades como microcampos com relativa autonomia, que conflituavam entre si pela autoridade acerca dos assuntos do crime.

Alvarez, em seu texto *O homem delinquente e o social naturalizado: apontamentos para uma História da Criminologia no Brasil* (2005), ressaltou que, no Brasil, as pesquisas acerca da História da Criminologia naquele momento estavam por serem desenvolvidas e

---

<sup>128</sup> O mesmo não podemos afirmar acerca de períodos anteriores, estudados a partir da temática da criminalidade e da criminologia, como em Karvat (1996), Gruner (2003, 2009, 2012). No caso paranaense, Karvat (1996), na dissertação *Discursos e Práticas de Controle: Falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933)*, analisou a questão da mendicância e a vadiagem na capital paranaense, sob a perspectiva dos discursos de controle social, compreendendo a questão da prevenção e repressão no problema do não trabalho. Gruner (2012), em *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*, compreendeu a questão de como a polícia implementou, a partir da Gabinete Antropométrico (1905) até a Delegacia de Costumes (1928), o controle social das classes de trabalhadores e perigosas, no contexto da prevenção e intervenção educacional e civilizacional.

melhor aprofundadas, chamando atenção para o “papel de determinados setores da elite nacional na formulação e direcionamento das políticas criminais quantos os aspectos discriminatórios”. (ALVAREZ, 2005, p. 73).<sup>129</sup> Tal fato revela alguns vazios historiográficos na História da Criminologia, que foram sendo preenchidos durante as duas primeiras décadas do século XXI, em que os aspectos da vida cotidiana eram expostos advindos das políticas públicas instauradas pelo Estado e que possuíam seus arquitetos intelectuais.

Na obra *A Universidade do Mate* (2006), Rui Wachowicz relata que durante a década de organização da Universidade, Nilo Cairo solicitou ao advogado Manoel Vieira de Alencar uma lista com nomes aptos a regerem as cadeiras da Faculdade de Direito. (WACHOWICZ, 2006). Paulo Henrique Drummond (2011), em *Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense: Direito Penal e Filosofia do Direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953)* e por Priscila Crocetti (2011), em *Ciência, Ensino e Código: lentes, elites e Direito Civil nos albores da Faculdade de Direito do Paraná (1912-1945)* tipificaram esse primeiro grupo de professores como primeira geração, e dentre eles estavam Benjamin Lins de Albuquerque, Octavio do Amaral, Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, os irmãos Affonso Alves de Camargo e Marins Alves de Camargo, Pamphilo de Assumpção, José Amadeu César, Flávio Luz, Manoel Bernardino Vieira Cavalcante, o poeta Emiliano Pernetá, Hugo Gutierrez Simas, Euclides Beviláqua, José Maria de Pinheiro Lima, João de Moura Brito, Claudino dos Santos, Raul Faria, Antonio Martins Franco e Carlos Guimarães, além do próprio Manoel Vieira de Alencar. (DRUMMOND, 2011, p. 99). Drummond infere que, analisando os dados biográficos dos docentes dessa primeira geração, percebeu que todos os professores ocupavam, em suas trajetórias de vida, cargos públicos no Estado do Paraná.

<sup>129</sup> Dentre essa historiografia que trabalhou elites nacionais, políticas criminais e discriminação, Alvarez (2005) trouxe à tona algumas bibliografias que discutiam a temática no Brasil. São eles: SOUZA, Luís Antonio Francisco de. *São Paulo: Polícia Urbana e Ordem Disciplinar: A Polícia Civil e a Ordem Social na Primeira República*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992. RIBEIRO FILHO, Carlos Antonio Costa. *Clássicos e positivistas no moderno direito penal brasileiro: uma interpretação sociológica*. In: HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 130-146.; CORREA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982; ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo : UNESP, 1999.; ALVAREZ. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo : IBCCRIM, 2003. 267 p.; RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Destaca igualmente bibliografias que analisam a Criminologia em outros países: na França, Mucchielli (1994); Wetzell, 2000; Gibson, 2002; Kaluszynski, 2002; Becker e Wetzell, 2004; Olmo, 2004.

(DRUMMOND, 2011, p. 100). Ainda podemos afirmar que eram indivíduos herdeiros de famílias tradicionais do estado, uma aristocracia rural, alguns escravagistas e possuidores de produções agro-pastoris.<sup>130</sup>

Outro aspecto significativo foi o que Ricardo Fonseca (2006), em *Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX*, propõe, que no primeiro terço do século XX, o perfil do jurista eloquente passa a ser criticado, ganhando uma configuração de perfil de jurista cientista, mais próximo do de tons germânicos e cientificistas. Para Crocetti (2011), analisando os civilistas da primeira “geração” de professores da UP, no que diz respeito ao seu modo de ser, relata que estavam, no início do século XX, muito próxima do tipo “eloquente”, ainda que seja sentida a propaganda do proceder cientificamente. (CROCETTI, 2011, p. 174). Em relação aos penalistas, Drummond (2011) reforçou que o ideal do advogado eloquente se adequa mais à primeira geração de juristas, embebidos da cultura jurídica do século XIX, e nem mesmo com a chegada de nova leva de professores, a partir de 1936, esse perfil se modificou. (DRUMMOND, 2011, p. 199-200). Para Drummond (2011), somente em meados da década de 1940 que se percebeu uma superação de gerações, mas as rupturas decorrentes da superação não são tão incisivas, citando a produção teórica e científica considerável, estabelecimento de laços intelectuais com outras comunidades. No entanto, indica que é inegável que muitos professores apresentavam ainda inclinação própria ao paradigma cultural oratório.

Da primeira geração, atente-se o caso do intelectual Hugo Gutierrez Simas que, em 1910, como Promotor Público, naquele momento estabelecido em Rio Negro, escreveu uma crítica a Emyydio Westphalen, Desembargador Procurador Geral da Justiça do Estado, quanto às ações da instituição.

Postergada a infantil existencia do typo criminoso, aceita com restricções a theoria de Maudesley que considera delicto e loucura dois ramos de um mesmo tronco da pathologia do espirito, reconhecido que o criminoso não é um degenerado, como pretendem Morel, Sergi, Feré, Dallamagne, Charcot e outros, só podemos a admittir na produção do delicto a theoria de Ferri, para quem elle é uma anormalidade biologica e social.

E, era nosso modo de ver, o resultado da observação, o factor que entre nós mais contribue para o crime é a falta de escolas primarias. Assim é que nas cidades,

<sup>130</sup> Ricardo Costa de Oliveira (2000), na tese *O Silêncio das Genealogias: Classe Dominante e Estado no Paraná (1853-1930)*, evidencia essas redes familiares que se formaram, suas raízes agrárias, esboçou genealogias familiares revelam essas amarras. Fernando Marcelino Pereira (2018), em *O "Clã da Lapa" na formação da classe dominante paranaense*, relata que as famílias com origens históricas no latifúndio escravista da Lapa eram: Ferreira, Amaral, Pacheco, Lacerda, Correa, Braga, Rezende, Cunha, Suplicy, Pereira, Coelho, Porto, Westphalen.

onde as escolas estão mais ou menos diffundidas, a cifra dos delictos é relativamente diminuta. Digo - entre nós - porque nas grandes cidades é a miseria - que é punida pelas nossas leis que fazem della um delicto - o factor primordial dos crimes.

Pela fundação de escolas primarias o Governo, com um só golpe, supprimiria grande numero de delictos, filhos da ignorancia apavorante em que vivem as nossas populações sertanejas, e a sua obra, atacando a causa, seria maior que a sua justiça que se atrophia punindo os effeitos. (SIMAS, 14/11/1910, p. 67-68).

Hugo Simas foi um intelectual que lutou contra os biodeterminismos dentro do campo jurídico. Desde a criação da Universidade até 1921, foi professor de Direito Constitucional e Economia Política.<sup>131</sup> Não foi à toa que recebeu como homenagem o nome do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Drummond ainda cita intelectuais que adentraram à Faculdade na década de 1920, dentre eles Lindolfo Pessoa da Cruz Marques, Antonio Victor de Sá Barreto, Manoel de Oliveira Franco, João Ribeiro de Macedo Filho, Clotário de Macedo Portugal, Enéas Marques dos Santos, Joaquim Miró, José Augusto Ribeiro e Ulisses Falcão Vieira. (DRUMMOND, 2011, p. 99). Por outro lado, ocorreu a saída institucional de Flávio Luz em 1914, Pamphilo de Assumpção, no início de 1920, José Amadeu César, em 1916. O que unia essa geração eram, conforme inferiu Drummond (2011) e Crocetti (2011), suas formações que ocorreram, via de regra, nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, com exceção de Hugo Simas e Ulisses Falcão Vieira, formados no Rio de Janeiro. (DRUMMOND, 2011, p. 99).<sup>132</sup> Estes são traços de evidência morfológica do grupo da primeira geração.

Conforme mencionamos, Hugo Simas criticou a Criminologia Positivista em 1910, período em que era Promotor Público. Por outro lado, Antonio Martins Franco<sup>133</sup> teve outra postura. Na Universidade, foi o primeiro professor da Cadeira de Direito Penal, que inaugurou a disciplina em 1915, ao terceiro ano da graduação. A disciplina era dividida em duas partes: a primeira era Parte Geral do Direito Penal, da Sociologia Criminal e da Criminologia; a segunda parte abrangia Sistemas Penais e Penitenciários e Direito Penal

---

<sup>131</sup> Hugo Simas formou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociaes no Rio de Janeiro, em 1908. Em 1921, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde ocupou o cargo de consultor jurídico da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e praticou a advocacia. Conforme o Memorial da MPPR, quando retornou ao Paraná, ministrou as disciplinas de Direito Constitucional, Enciclopédia Jurídica, Direito Internacional e Direito Comercial na Universidade do Paraná.

<sup>132</sup> Hugo Simas e Ulisses Falcão Vieira tiveram intensa atuação nos jornais *A Federação* e *A Notícia*. (DRUMMOND 2011, p. 101).

<sup>133</sup> Antonio Martins Franco (1885-1968), nascido em Campo Largo, filho de Evaristo Martins Franco e de Maria Josefina Franco. Frequentou o Ginásio Paranaense 1897 a 1900. Formado pela Academia de Direito de São Paulo, em 1909, ingressou como catedrático de Direito Penal em 1912 e na década de 1930, assumiu a cadeira de Direito Civil e a cadeira de Introdução à Ciência do Direito. (CROCETTI, 2011).

Militar. Antonio Martins Franco se encarregou das duas partes nessa fase inicial. Conforme Drummond (2011, p. 154), essa estruturação da disciplina se manteve ao menos por vinte anos.

Em 1918, ocuparam as duas cadeiras da Cátedra de Direito Penal os drs. Clotário de Macedo Portugal<sup>134</sup> e Ulisses Falcão Vieira<sup>135</sup>. O último ficou responsável pela Cadeira de Direito Penal - 1ª Parte, e muito se inclinou ao ideário criminológico positivista. (DRUMMOND, 2011, p. 173). Drummond foi enfático ao afirmar que o positivismo criminológico, em seu aspecto específico daquela influência maior dos métodos próprios das ciências naturais no âmbito das ciências sociais, foi, com efeito, a marca que acompanhou o ensino por longos anos na Cadeira de Direito Penal.<sup>136</sup>

Em 1924, Ulisses Falcão Vieira indicou em seu programa uma preocupação com o determinismo e o livre arbítrio, mas havia tópicos específicos que abordaram a análise do crime reconduzida ao estudo do criminoso. No programa da cadeira, o “conceito do crime” era visualizado por Ulisses Falcão Vieira “como um fenômeno natural biológico normal, biológico anormal de atavismo e como manifestação de um estado mórbido psíquico” (VIEIRA, 1924), destinando um espaço significativo ao estudo dos tipos criminosos. No entanto, não deixou de ser crítico, ponderando ao final cada ponto tratado. No entanto, “presença metodológica” da criminologia positivista foi marca do ensino.

---

<sup>134</sup> Clotário de Macedo Portugal, curitibano, cursou o primário e preparatórios em Curitiba, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1905. Foi Promotor Público em Tibagi (1906) e Jaguariaíva; Juiz de Direito em União da Vitória (1908), Palmas, Rio Negro e Curitiba (1919); Procurador Geral de Justiça do Estado (1916-1918; 1921-1924); Desembargador (1924); Corregedor Geral de Justiça (1924); Chefe de Polícia; Secretário de Negócios da Fazenda, Interior, Justiça e Instrução Pública; Interventor Federal do Estado, na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1945). (DRUMMOND, 2011, p. 223).

<sup>135</sup> Ulisses Falcão Vieira bacharelou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1911, e há possibilidade de ter sido influenciado por Viveiros de Castro durante estadia no Rio de Janeiro. Publicou ainda uma razão judicial, sob o título *Recurso de Habeas Corpus. Recorrente Ulysses Falcão Vieira, Pacientes Lauro Loyola e outros, Recorrido o Juízo Federal* (1920) e o *Programa da 8ª cadeira de Direito Penal (I Parte), 3º ano, apresentado pelo Dr. Ulysses Falcão Vieira* (1924).

<sup>136</sup> Drummond (2011), que teve acesso ao programa disciplinar, relatou que a Parte Geral continha os tópicos: “(...) da análise dos institutos tratados pelo Código Penal de 1890 (efeitos da lei penal em relação ao tempo, espaço e às pessoas; distinção entre crime e contravenção e entre dolo e culpa; atos preparatórios, tentativa e crime consumado; autoria e cumplicidade; casos de não imputabilidade, circunstâncias justificativas, agravantes e atenuantes; crime uno e crime conexo; pena), para depois passar, em tópico intitulado *Sociologia Criminal*, ao estudo do crime a partir da evolução das teorias que trataram da individualização da pena (a escola clássica e os defeitos da individualização da pena, a escola neoclássica e a individualização fundada sobre a responsabilidade, e a escola italiana e a individualização fundada sobre a temibilidade do delinquente). Trata-se então especificamente da tradicional questão do livre arbítrio e do determinismo, e ainda das formas de individualização da pena (legal, judiciária e administrativa). Por fim, dando-se ao terceiro tópico do programa o título de *Criminologia*, ingressa-se no estudo da classificação dos criminosos (natos, eventuais e passionais, loucos e epiléticos, políticos e sociais, patológico e psicológico).

Em outra perspectiva, Clotário de Macedo Portugal foi responsável pela produção do programa de ensino da primeira cadeira de Direito Penal em 1934 e destinada ao estudo da Parte Geral. (DRUMMOND, 2011). Em 1934, foi Ulisses Falcão Vieira quem estava na primeira cadeira, mas responsabilizou-se pela produção do programa de ensino da segunda cadeira de Direito Penal, destinada ao estudo dos crimes em espécie. Drummond (2011) infere que Clotário de Macedo Portugal não parecia um entusiasta do Positivismo criminológico. No entanto, ressalta que no programa de ensino de 1934 contavam tópicos que visavam perpassar pelas ideias de Lombroso e Ferri, assim como classificação dos criminosos, no entanto, não se assemelhava ao proposto por Ulisses Falcão Vieira, em 1924. Acreditamos que esse cruzamento em relação à reorganização do programa de Direito Penal, em sua Primeira Cadeira e Segunda e seus catedráticos, foi uma estratégia para buscar, se não o silenciamento da teoria positivista, uma iniciativa de neutralizá-la, de modo a se aproximar de uma cultura mais tecnicista no ensino de Direito Penal. O programa produzido por Clotário de Macedo Portugal privilegiou os tópicos destinados ao estudo das categorias técnicas do Direito Penal.

Há uma dificuldade em perceber todos os programas de ensino das cadeiras. No entanto, o programa de ensino da cadeira de Direito Penal foi elaborada, conforme narrou Drummond (2011, p. 172), por Clotário de Macedo Portugal, em 1934. Segundo Raul Gomes, em seu texto *Escolas Penaes*, publicado no jornal *O Dia*, em 11 de junho de 1936, foi o Desembargador Clotário Portugal que introduziu a obra de Nicolas Pende, um dos fundadores do que considerou uma “estranha e curiosa ciência do homem ou biotipologia”. Comentou acerca do *Tratado de Criminologia* que, estudado por Clotário Portugal, mostrou

efeitos revolucionários, verdadeiramente subversivos sobre a criminologia. Prevíamos, e o aprofundamento posterior dos nossos estudos nos consolidou essa noção, prevíamos, discremos o próximo surto da quarta escola penal, baseada na endocrinologia, isto é, no conhecimento do mecanismo misterioso das glândulas de secreção interna. (O DIA, 11/06/1936, p. 3).

E corrobora Raul Gomes que Lombroso desviou-se do crime para a análise do criminoso, no entanto, em sua análise externa dos estigmas corpóreos, sem “adivinhar que, por traz dos caracteres somatológicos, existia o tegume inescrutável desses órgãos singulares, legítimo senhores de nossos destinos.” E este foi justamente o que Pende descobriu, e a partir da constituição e do temperamento elaborou suas bases.

Logo depois de Pende, surgiu na Alemanha um genio, Kretschmer cujas pesquisas nos seus laboratórios de Tubinga derramaram novas luzes sobre a questão e deve-se-lhe cintilante e racionalíssima classificação dos tipo humanos,

nas duas categorias fundamentais des eschizoides e cicloides. (O DIA, 11/06/1936, p. 3).

Para Raul Gomes, a exemplo de Pende, era necessário analisar endocrinologicamente delinquentes jovens, a fim de compreender a formação das tendências criminais. Citou Porto Carrero, para quem a Endocrinologia seria a responsável pela abolição da pena, punição, condenação e sentença, por meio da Psicanálise. No entanto, evidenciou que sua Criminologia não era advinda da interpretação endocrinológica, mas do espiritismo de Kardec. No tocante à questão dos Códigos Penais, em tom de desesperança, afirmou Raul Gomes: “(...) creio que nosso Código Penal que desconheceu Lombroso e Ferri quando aquele era velho já de 20 anos; desconhecerá Pende e Kretschmer e Naccaratti e Viola, apesar de antigos de 20, 15 e 10 anos.” (O DIA, 11/06/1936, p. 3).

É interessante sua representação acerca dos projetos de Código Penal que circulavam no campo jurídico no ano de 1936. Sua conclusão era de que o Código Penal de 1890 não incluía nem Lombroso nem Ferri, e que o que vinha em discussão, dadas as configurações, não atendia às novas demandas criminológicas a partir das interpretações da metodologia de Nicola Pende e Kretschmer, Viola e Naccaratti. (O DIA, 11/06/1936, p. 3). Essas eram, certamente, questões que e foram introduzidas e discutidas por Clotário de Macedo Portugal em seu período de docência.

Mesmo em 1937, quando Ulisses Falcão Vieira elaborou o programa de ensino do ano, dando-lhe o perfil de um curso que se esgotava em grande medida no estudo das questões postas pela Criminologia positivista, quem acabou por assumir a cadeira foi Clotário de Macedo Portugal, que deu outros encaminhamentos. Entre o período de 1918 a 1943, a disciplina de Direito Penal foi ministrada pelos catedráticos Ulisses Falcão Vieira e Clotário de Macedo Portugal, que faziam um rodízio a cada ano.

Em 1936, Laertes de Macedo Munhoz, se candidatou à vaga de docente livre de Direito Penal, com a tese *O Homicídio Consensual*. Os integrantes da banca foram os professores Ulisses Falcão Vieira, Manoel de Oliveira Franco e os advogados Hostilio de Cesar de Souza Araujo, Arthur Juvencio Mendes e Renato do Amaral Valente (membros do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil). (DRUMMOND, 2011, p. 170).<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> A banca, ocorrida em 1936, disponibilizou pontos a partir da temática da “Reincidência. Qual o critério das Escolas e destas o preferido? A reincidência deve ser encarada como circunstância meramente agravante ou como crime? A reincidência e o Código Italiano de 19 de outubro de 1930”. (DRUMMOND, 2011, p. 169). As questões apresentadas pela banca foram: 1.<sup>a</sup>) Em síntese, qual o melhor entendimento na aplicação do instituto da reincidência em face das Escolas? 2.<sup>a</sup>) A reincidência deve ser encarada como circunstância

Ademais, Laertes Munhoz não esboçou proposições a respeito da escola positiva. (DRUMMOND, 2011, p. 174). Fazia parte de uma nova vertente que buscava um processo de tecnização das decisões penalistas a partir do Código de 1940 e o abandono do processo de medicalização do crime.<sup>138</sup> Em 1943, Laertes de Macedo Munhoz prestou concurso para catedrático de Direito Penal, com a tese *Da causalidade subjetiva no Código Penal brasileiro*. Na tese afirmou de forma veemente que “o homem delinquente não difere do homem honesto por particularidades físicas, senão pelos sentimentos de vontade. Daí a relevância do elemento moral do crime como condição indispensável à justiça da pena.” (MUNHOZ, 1943, p. 141). Houve, portanto, uma mudança significativa na Cátedra de Direito Penal, que deixava as questões físicas como mote explicativo, passando para a questão moral.

Também dividiram docência de Direito Penal os professores Clotário de Macedo Portugal e Laertes de Macedo Munhoz, que se mantiveram entre 1944 até 1947, quando Clotário faleceu. A partir de 1947, Laertes de Macedo Munhoz manteve as duas partes da disciplina de Direito Penal até 1950, quando assumiu a vaga o dr. Ildefonso Marques<sup>139</sup>. Houve, na década de 1950, uma nova abordagem da Criminologia dentro do ensino de Direito Penal. No texto *Alguns Aspectos da Individualização da Pena*, Laertes Munhoz (1958) frisou a respeito do caráter do estudo da personalidade e a interdisciplinaridade esperada nas avaliações dos juízes. Essa questão será melhor abordada no capítulo 5.

### 1.5.1 A Criminologia na Penitenciária e o Conselho Penitenciário do Estado

Nessa primeira geração, precisamos visualizar o campo criminológico e as discussões acerca da Penitenciária do Estado, local no qual as teorias criminológicas

---

meramente agravante ou como índice de criminalidade habitual? 3.<sup>a</sup>) Na hipótese de recorrerem às circunstâncias atenuantes dos parágrafos 1.º e 10.º do art. 42 e as agravantes de reincidência e a da segunda parte do parágrafo 4.º do art. 39, por quem praticasse o delito do art. 294, pará. 2.º, qual a pena a ser aplicada?” (DRUMMOND, 2011, p. 169-170). É provável que o debate se deu no âmbito do tecnicismo jurídico e o positivismo jurídico. Cabe relatar que, conforme afirmou Ferla, o reincidente foi, após a criação do Código Penal de 1940, uma das traduções do criminoso perigoso e incorrigível, herdeiro do criminoso nato de Lombroso e do degenerado de Morel e Magnan. (FERLA, 2005, p. 307). Então, se Laertes Munhoz era tecnicista, provavelmente contrariou essa interpretação.

<sup>138</sup> Em 1962, Laertes de Macedo Munhoz foi coautor, junto de Luis Jimenez de Asua, Oscar Stevenson, Anibal Bruno do livro *Estudos de Direito e Processo Penal*, em homenagem a Nelson Hungria. Hungria foi um dos promotores do tecnicismo penalista e da crítica ao modelo positivista, que buscava medicalizar o crime.

<sup>139</sup> Ildefonso Marques (1914-2007) bacharelou-se em Direito pela FDP em 1936. Atuou como advogado entre 1937-1940 e Juiz Substituto entre 1940-1945. Em 1950 assumiu como docente-livre e em 1952 prestou concurso para para Cátedra de Direito Penal, com a tese *O crime de omissão de socorro* (1952).

estavam sendo debatidas. Maurício Ouyama, em *Um Jardim Patológico* (2015), trabalhando a Psiquiatria Paranaense a partir do Hospital dos Alienados no fim do XIX e no início de século XX, afirmou que, em 1905, houve uma mudança de sede do hospital durante o governo do Presidente do Estado Vicente Machado e do Vice João Candido Ferreira, que propuseram a mudança do bairro Ahú para o Prado Velho. Segundo Ouyama, o governo, por não dispor de uma penitenciária estadual, propôs à Irmandade da Misericórdia que cedesse aquela construção para transformá-la na Penitenciária do Estado.<sup>140</sup>

A criação da Penitenciária do Estado deve ser observada dentro do movimento de ordenação social, no qual a preocupação com a criminalidade já era corrente na primeira década do século XX. Silveira (2009), trabalhando o processo de normalização do comportamento em Curitiba, relatou que, após a mudança para o Ahú, uma estrutura com novos gabinetes, como o de Identificação e Estatística e o de Medicina Legal, foram criados, como também o Laboratório de Análises e o Necrotério.

O serviço de Polícia do Estado do Paraná ganhou também durante o governo de Vicente Machado e seu vice, especificamente em 13 de abril de 1905, o “Gabinete Anthropometrico”, ligado à Repartição Central da Polícia. O gabinete tinha como diretor o Dr. Miguel Severo de Santiago<sup>141</sup> e utilizava o sistema de Bertillon para a identificação de delinquentes. O Sistema de Bertillon, considerado antropométrico, era baseado na mensuração do corpo humano. Criado por Alphonse Bertillon, em 1878, na Polícia de Paris, foi adotado oficialmente em 1893. Consistia em três partes: Assinalamento Antropométrico (medidas do esqueleto), Assinalamento Descritivo (retrato falado) e Assinalamento das Particularidades (registro de estigmas, marcas singulares). (CORDEIRO, 2003, p. 1).

---

<sup>140</sup> Em nossa dissertação, quando analisamos o *Relatório do Presidente do Estado*, de 1º de fevereiro de 1907, visualizamos que para o governo “a inadiável necessidade de remover os presos detidos no mal e exíguo edifício que serve de cadeia, justifica[va] plenamente a compra effectuada pelo Estado.” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DO ESTADO, 1907, p. 15). O argumento se centrava na falta de condições de higiene e a proposta foi aceita, pois o novo prédio estaria em concordância. O prédio para o Asilo de Alienado foi inaugurado no Ahú em março de 1903, e em julho de 1907 já havia sido liberado para uso da penitenciária, iniciando as atividades em 1909.

<sup>141</sup> Miguel Severo de Santiago (1876-1919), nascido em Fortaleza, filho de Francisco Januário de Santiago e Zulmira de Santiago. Em 1899 participou do Gremio das Violetas, ligado ao Clube Curitiba. Em 1902, foi professor dos preparatórios do Ginásio Paranaense. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1898 e 1902, defendendo a tese *Tratamento cirurgico da osteo-epiphysite inferior do femur* (1902). Anos mais tarde fez parte do rol de professores da Faculdade de Medicina do Paraná, na cadeira de Anatomia Descritiva no primeiro ano, e de Anatomia Médica, Cirúrgica e Operação de Aparelhos no terceiro ano.

Esse serviço funcionou com o nome Gabinete Antropométrico até 21 de novembro de 1907. Em 27 de novembro de 1907, conforme assegura o histórico do Instituto de Identificação, foi criado o Gabinete de Identificação e Estatística, que introduziu o Sistema de Identificação Datiloscópica, do argentino Juan Vucetich, utilizado em conjunto com o Sistema de Bertillon, passando com o tempo a ser usado somente o Sistema Datiloscópico de Vucetich.<sup>142</sup> Vucetich iniciou seus estudos na área incentivado pelos estudos de Francis Galton acerca das impressões digitais, e da criação do método de contagem de linhas – o Galtonismo ou Lentes de Galton. A obra que dá reconhecimento a Vucetich intitulou-se *Datilosopia Comparada*, e, aos poucos, o sistema de Vucetich foi sendo implantado em diversos países. (CORDEIRO, 2003, p. 5). Estas configurações paranaenses ajudam a compreender que tipos de conhecimentos estavam à disposição a esses intelectuais para uso dentro da Penitenciária e pela Polícia, a primeira cuidando da regeneração do penitenciário e a segunda, da prevenção e profilaxia do crime.

No Gabinete, informações como o sexo, pigmentação da pele, estado civil, grau de instrução, nacionalidade, profissão e delito faziam parte dos dados coletados. Havia informações acerca das passagens pela delegacia e reincidências, assim como “ditas para menores” e “ditas para alienados”.<sup>143</sup> O médico Miguel Severo de Santiago também prestava serviços de “Medico-Legal” e provavelmente era este que dava os encaminhamentos para alienados e menores. Nesse mesmo ano, o *Mappa demonstrativo dos presos entrados na cadeia civil* da capital Curitiba, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1907, revelava todas as estatísticas, na qual constatamos um número de duzentos e oitenta e dois presos por motivo de embriaguez e de quarenta presos por motivo de “alienação”. O que denota uma plena relação com a questão da criminalidade e as ditas degenerações.

Estudando a Penitenciária do Ahú, Silveira (2009) buscou compreender como educação e trabalho se tornaram as técnicas penais hegemônicas e ferramentas de regeneração do interno. (SILVEIRA, 2009, p. 9). Para tanto, discutiu uma série de relatórios e atas de Congressos Penitenciários Internacionais, ocorridos pela primeira vez em 1847, e analisado-se até 1930, a fim de compreender as participações brasileiras e como os argumentos de regeneração por meio da educação e do trabalho foram constituídos e se

---

<sup>142</sup> Somente a partir do Decreto n. 790, Artigo 2º, de maio de 1.935, “foi criado o Instituto de Identificação do Paraná, subordinado à chefatura de Polícia (...)”. (CORDEIRO, 2003, p. 5).

<sup>143</sup> O termo dito faz referência ao já dito, já mencionado ou *idem*. Assim, tratam-se de informações sobre menores e alienados.

tornaram hegemônicos. Silveira indica que o modelo escolhido na Penitenciária do Ahú foi o modelo da Prisão de Auburn, e o Diretor da Penitenciária, Ascanio Ferreira de Abreu, foi responsável pelo Regimento do Ahú, produzido em 1908.

Conforme Gruner (2003, p. 84), Flávio Luz<sup>144</sup> e João Ribeiro Macedo Filho defenderam o sistema Auburn em textos no jornal *A República* (1908). Para Macedo Filho, “(...) um mesmo crime cometido por indivíduos de diversos caracteres e temperamentos deve ser, pois, reprimido diversamente, relativamente, de acordo com os efeitos que a pena produz em cada um.” (MACEDO FILHO, 12/06/1908, p. 1). Ou seja, havia essa necessidade de se individualizar o delinquente em sua especificidade biológica. O modelo visava à distribuição e à classificação dos detentos, em que o considerado vagabundo, imbecil, desordeiro, alcoólico deveria estar separado do perverso e dos de difícil correção. Passa a ser central a higiene, desenvolvimento do sistema muscular, duchas, *massages*, ginástica e boa dietética. A higiene deveria ser observada do ponto de vista físico e moral. (GRUNER, 2003).

Dessa forma, o modelo americano de Auburn foi seguido e o *Regulamento do Ahú* (1908) pregou o “encarceramento celular durante a noite, e o trabalho, em comum, durante o dia, sob o regimen rigoroso do silencio.” (PARANÁ. Regulamento da Penitenciária do Estado, 1908, p. 1 *apud* SILVEIRA, 2009, p. 99).

Em nossa citada dissertação de mestrado (PIETTA, 2019), evidenciamos como o Vice-Presidente João Candido se dedicou junto a Vicente Machado no intuito da criação da nova Penitenciária; depois, como integrante do campo médico, esteve inserido na questão da regeneração dos presos quando da instalação do Conselho Penitenciário do Estado, o qual era uma inovação no Regime Penitenciário, que visava ao Livramento Condicional.

O Livramento Condicional foi um instituto penalógico defendido pelo jornal *O Dia*, de 5 de julho de 1923, no qual indicou o casamento como preventivo contra o crime. Na crítica do editorial de *O Dia*, a penitenciária não cumpria o papel social, pois não havia a instrução, organização de trabalho, ensino moral e cívico. A Penitenciária do Ahú não discrepava do cenário nacional e, portanto, era necessária sua reforma, pois possuía cinquenta e duas células e cento e trinta e um reclusos. Não cumpria, segundo o periódico,

---

<sup>144</sup> Flavio Ferreira da Luz (1887-x), filho de José Ferreira da Luz, estudou na Escola Pública do Batel, de 1896 a 1900, no Collegio Vianna, de 1901 a 1903. Em 1904 iniciou os estudos na Faculdade de Ciência Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e bacharelou-se em 1908. Foi associado do Clube Curitibano, em 1906, e em 1908 tornou-se proprietário do Coliseu, espécie de parque e local de shows.

com o sistema auburniano<sup>145</sup>, que prescrevia isolamento à noite e trabalho comum durante o dia.

Posteriormente à crítica, o editorial de *O Dia* indicou os dados acerca da criminalidade na capital, que havia diminuído em relação ao ano anterior. Relacionou os dados de casamento aos de criminalidade, nos quais sessenta e dois eram solteiros, trinta e nove casados e quatro viúvos, e refletiam como os dados de criminosos solteiros eram o dobro do número de criminosos casados e provavam que o casamento era um tipo de preservativo contra o crime. “Se nenhum Ferri ou Lombroso indígena descobriu isso, que esquadrinhe o caso, digno de todo apreço. Mas já se descobriu certamente.” (O DIA, 05/07/1923, p. 1). O editorial visou nesse sentido instigar a reflexão acerca dos dados do relatório do Chefe de Polícia quanto à prevenção da criminalidade.

A instituição do Livramento Condicional abriu espaço para a ação de um Conselho Penitenciário, como instrumento em que, por meio dos pedidos de liberdade condicional e da concessão de indultos, os conselheiros discutiam as questões criminológicas em temas como responsabilidade penal e a periculosidade do detento. E, neste último ponto, encontra-se a instância do campo médico acerca da anormalidade numa perspectiva subjetiva.

O Conselho Penitenciário foi criado pelo presidente Arthur da Silva Bernardes, a partir do Decreto n. 16.665, de 6 de novembro de 1924, que regulava o Livramento Condicional. Assim, poderia ser concedido Livramento Condicional a condenados no mínimo com quatro anos de penalidade, além de ter cumprido mais da metade da pena, possuindo “bom procedimento indicativo da sua regeneração”, ter cumprido ao menos uma quarta parte da pena em penitenciária agrícola ou em serviços externos de utilidade pública. Para quem não havia sido transferido aos serviços agrícola ou outros, por vontade alheia ao condenado, deveria cumprir dois terços da pena para estar apto ao pedido. (DECRETO N.16.995, 06/11/1924).

O Conselho Penitenciário era formado por cinco membros, incluído o presidente com direito a voto. O conselho era nomeado pelo Presidente dos Estados, e onde não havia penitenciária federal, que era o caso paranaense, deveriam ser escolhidos três membros

---

<sup>145</sup> O sistema auburniano funcionava com trabalho dos detentos, em silêncio, durante o dia, e reclusão individual. O sistema buscava evitar a contaminação moral pela imposição da disciplina do silêncio. Objetivava igualmente fazer com que a prisão fornecesse recursos para a própria manutenção.

dentre os professores de Direito ou juristas em atividades forenses e dois professores de Medicina ou clínicos profissionais.<sup>146</sup>

O Conselho tinha como atribuição verificar a conveniência da concessão do livramento ou indulto; visitar o estabelecimento prisional, verificando a boa execução do regime penitenciário legal; verificar a regularidade da execução das condições impostas aos liberados condicionais e aos egressos; apresentar relatórios anuais dos trabalhos efetuados.

Ao diretor da Penitenciária cabia apresentar os pedidos de concessão, que deveriam conter as circunstâncias peculiares à infração da lei penal que poderiam concorrer para a apreciação da índole do preso. Contar a respeito do caráter do candidato, “revelando tanto nos antecedentes, como na prática delituosa, que oriente sobre a natureza psychica e anthropologica, do preso, (tendência para o crime, instintos brutaes, influência do meio, costumes, gráo de emotividade, etc.).” (DECRETO N.16.665, 06/11/1924).

§ 1º O procedimento do sentenciado durante o período de prisão, sua docilidade ou rebeldia em face do regime, aptidão para o trabalho e relação com companheiros e funcionários da prisão. A relação afetiva do sentenciado com família e amigos, e por fim a situação econômica, profissional e intelectual do preso, bem como seus projetos de meio de vida após o livramento.

Cada preso deveria ser objeto de um prontuário, que indicaria especificações de sua identidade, seus precedentes, da cópia da nota de culpa, do relatório policial, das comunicações administrativas e judiciárias, da guia de sentença condenatória, fotografia renovada periodicamente, resumo do processo e observações que puderem ser feitas sobre o seu caráter, sua vida na prisão e mais elementos de informação sobre a sua individualidade.

§ 2º Do prontuário devem constar os boletins medico e psycho, destinados a individualizar o gráo de sua responsabilidade. Esses boletins serão renovados sempre que ocorrerem quaesquer perturbações de saúde ou manifestação psychicas anormaes. (DECRETO N. 16.995, 06/11/1924).

O prontuário do detento tinha papel central na análise do livramento condicional, e era produzido pelo médico e pelo diretor do estabelecimento, os quais delimitavam as metragens da responsabilidade do indivíduo. No Paraná, conforme a *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Presidente Caetano Munhoz da Rocha Neto*, levando em conta o Decreto Federal, o Governo Estadual criou, pelo Decreto n. 90, de janeiro de 1924, o Conselho Penitenciário, que tinha como dever o “estudo dos papéis referentes ao livramento condicional dos sentenciados.” (ROCHA, 01/02/1925, p. 86). O Conselho Penitenciário do Paraná foi um dos primeiros no Brasil a existir, vindo atrás do Conselho

---

<sup>146</sup> A função de conselheiro era gratuita e considerada pelo Estado como serviço público relevante. O decreto ainda estabelecia que a guarda do arquivo do conselho ficaria ao encargo do diretor da Penitenciária, além de providenciar as relativas deliberações de pedidos.

Penitenciário do Distrito Federal, que implementaram a política. O Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, por exemplo, iniciou seus trabalhos em 1928.<sup>147</sup>

Assim, o primeiro Conselho Penitenciário foi formado pelos desembargadores Euclides Bevilaqua<sup>148</sup> e Joaquim Ignácio Dantas Ribeiro<sup>149</sup>, os médicos e professores Pamphilo de Assumpção<sup>150</sup>, João Candido Ferreira e José Guilherme de Loyola<sup>151</sup>, e designado o Procurador Geral da Justiça, Antonio Martins Franco. (ROCHA NETO, 01/02/1925, p. 86). A essa lista, anexamos o Procurador da República Luiz Xavier Sobrinho<sup>152</sup>, que não esteve relacionado no Relatório do Governo, mas que frequentou as reuniões e era membro.

**Tabela 3 - Membros do Conselho Penitenciário em 1925**

<b>Membros do Conselho</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Euclides Bevilaqua	Presidente do Conselho	Desembargador	Faculdade de Direito do Recife (1889-1891)
Pamphilo de Assumpção	Conselheiro	Ex-Professor de Direito Civil da FDP	Faculdade de Direito de São Paulo (1885-1889)
João Candido Ferreira	Conselheiro	Professor de Clínica Médica Propedêutica na FMP	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1884-1888)

<sup>147</sup> O Conselho Penitenciário de São Paulo foi instituído pela Lei nº 2.168-A, de 24 de dezembro de 1926, mas passou a prestar serviços em março de 1928, a partir do Decreto 4.365, de 31 de janeiro de 1928, que deu um Regulamento ao Conselho Penitenciário. Constituído por Cândido Motta, catedrático de Direito Criminal da Faculdade de Direito de São Paulo, Alcantara Machado, catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito de São Paulo, Flaminio Fávero, catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo, A. C. Pacheco e Silva, Diretor do Hospital de Juquery e Alfredo Pujol, advogado em São Paulo. (A GAZETA, 08/02/1928, p. 1).

<sup>148</sup> Euclides Bevilaqua (1867-1928), nascido em Viçosa-CE, irmão de Clovis Bevilaqua. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, de 1887 a 1891.

<sup>149</sup> Nasceu em São José do Mipibu-RN em 1871, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, de 1889 a 1893.

<sup>150</sup> João Pamphilo de Assumpção (1968-x), nascido em Curitiba em 1968, filho do Tenente Coronel Assumpção. Bacharelou-se de 1885 a 1889 pela Faculdade de Direito de São Paulo.

<sup>151</sup> José Guilherme de Loyola concluiu sua tese livre-docência em 1900, pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, ocasião em que apresentou a tese *O livre arbítrio e a simulação da loucura*. Está disponível na memória da Biblioteca.

<sup>152</sup> Luiz Xavier Sobrinho (x-1931), filho de João Antonio Xavier, advogado em Curitiba. Em janeiro de 1901, finalizou os estudos no Gymnasio Paranaense e seguiu para a capital paulista, onde cursou a Faculdade de Direito de São Paulo e bacharelou-se em 30 de novembro de 1905, retornando ao Paraná para atuar como advogado. Em julho de 1904, assinou uma nota coletiva pública em que criticava-se a decisão do Superior Tribunal Federal sobre o conflito pelo território contestado, a região “perdida” para o Estado de Santa Catarina. Em 1905 foi nomeado Procurador Seccional Interino. Casou com Olivinha Gomes Xavier. Faleceu em 4 de junho de 1931.

José Guilherme de Loyola	Conselheiro	Professor de Clínica Dermatológica e Sifilográfica na Faculdade de Medicina	Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro (1896-1900)
Antonio Martins Franco	Conselheiro	Professor de Direito Penal na FDP; Procurador Geral da Justiça	Faculdade de Direito de São Paulo (1901-1905)
Joaquim Ignácio Dantas Ribeiro	Conselheiro	Desembargador	Faculdade de Direito de Recife (1889-1891)
Luiz Xavier Sobrinho	Conselheiro	Procurador da República	Faculdade de Direito de São Paulo (1901-1905)
Ascânio Ferreira de Abreu	Secretário	Diretor da Penitenciária	Major

**Fonte:** produzida pelo autor

Este Conselho se modificou durante os anos subsequentes e aparentemente foi prática comum não somente no Paraná, conforme apresentaremos na tese. O projeto de livramento buscava argumentos que o justificasse e como exemplo foram utilizados os casos da institucionalização do livramento na Inglaterra (1853), Sérvia (1849), Alemanha (1871), Grécia (1875), Holanda (1881), França (1885), Bélgica (1888), Itália (1889) e Estados Unidos (1899). Como garantias ao projeto, o preso deveria ter cumprido metade da pena, e ter participado de penitenciária agrícola ou em trabalho de utilidade pública; ter indicativo de regeneração; estar em vigilância permanente durante liberdade; em caso de nova infração, revogação do benefício. (O ESTADO DO PARANÁ, 13/02/1925, p. 1-2).

O jornal *O Dia*, de 14 de fevereiro de 1925, publicou uma reportagem a respeito da instalação do Conselho Penitenciário, incluindo a foto dos membros, junto de uma entrevista com o professor Pamphilo de Assumpção.

Figura 1 - Primeiro Conselho Penitenciário do Estado (1925)



Fonte: *O Dia*, 14 fev. 1925, p. 8.

Durante a fala ao jornal *O Dia*, Assumpção exaltou a implementação do Livramento Condicional e o rigor considerado pelo Conselho para a sua concessão, advindo do estudo científico do delinquente e o seu meio.

Para terminar dir-lhe-ei ainda que o estudo do delinquente, as condições de seu meio, costumes, grau de emotividade, etc., vem abrir um largo, um vasto horizonte para a nossa criminologia, de modo a nos conduzir a termos a pena como um tratamento para a reforma moral do criminoso, não como uma punição odiosa. (O DIA, 14/02/1925, p. 8).

Ao tocar no assunto da Criminologia, Pamphilo Assumpção demonstra as pretensões da Escola Positiva em torno do tratamento do delinquente, afastando-se do ideal da Escola Clássica, que via o aprisionamento como merecimento ao crime cometido. Esta é uma perspectiva significativa para analisar o Conselho Penitenciário do Paraná. As reuniões eram presididas pelo Conselheiro Euclides Bevilaqua e secretariado pelo Conselheiro Ascanio Ferreira de Abreu, que, conforme apresentado na tabela dos Membros do Conselho Penitenciário em 1925, era o Diretor da Penitenciária.

Clóvis Gruner (2009), analisando a trajetória de Pamphilo de Assumpção no pensamento criminológico do campo jurídico, elencou que não foi apenas a adesão de Pamphilo ao credo positivista que lhe legitimou no campo criminológico, mas suas

atuações de eficácia nos escritos jornalísticos referentes ao crime e às colônias agrícolas em 1907 e 1908; o fato de ser membro docente da Faculdade de Direito permitiu-lhe ocupar o espaço de membro do Conselho Penitenciário, em 1920. João Candido, conforme elencamos, legitimava-se por sua trajetória científica - como catedrático de Clínica Médica - e política - como Vice-Presidente e Presidente do Estado entre 1904-1908.

Em 30 de abril de 1925, o periódico *O Dia* estampou em sua capa a notícia do primeiro livramento condicional, considerado uma cena tocante ocorrida na Penitenciária. O ato cerimonial ocorreu no salão da diretoria do presídio e estiveram presentes os membros do Conselho, o Desembargador Euclides Bevilaqua, presidente; Desembargador Joaquim I. Dantas Ribeiro; Dr. Antonio Martins Franco, Procurador Geral de Justiça; Drs. Pamphilo de Assumpção, José G. de Loyola, Luiz Xavier, Procurador da República e Ascânio de Abreu, diretor da Penitenciária. Somente uma mudança nessa lista, o nome de João Candido Ferreira se ausentou e esteve presente Luiz Xavier Sobrinho.

A fala do Diretor Ascânio de Abreu concitou o sujeito a ser liberado e os demais detentos à prática dos princípios da dignidade e da honra, e confirmou o liberado João Lecovvicz como modelo de “disciplina e amor ao trabalho aliados ao respeito aos seus superiores e conducta para com os seus companheiros de infortúnio”. (O DIA, 30/04/1925, p. 1).<sup>153</sup>

Em 14 de março de 1926, Pamphilo D’Assumpção publicou no jornal *O Dia* um texto acerca do Conselho Penitenciário, relatando que o Paraná foi um dos primeiros Estados a instalar os serviços criados pelo Governo Federal, e tratou de elogiar o trabalho profícuo do Conselho.

No entanto, algumas ressalvas foram estipuladas por Pamphilo, pois tratava de trabalhar o caráter secreto das deliberações do conselho, que obscurecia, segundo o autor o

valor do esforço e não deixa ver o escrúpulo com que agem no exame das questões que surgem no julgamento desse tribunal *sui generis*, em que se imperava a ciência do que a lei, estuda-se o delinquente mais do que o delicto, tem desse jogar com os mais delicados problemas de psicologia individual e social. (ASSUMPCÃO, 14/03/1926, p. 2).

Para tanto, explicava que os processos judiciais que condenavam os réus eram, para o conselho, simples elementos que diziam acerca do “caráter, a índole e as tendências

---

<sup>153</sup> O relatório de Caetano Munhoz da Rocha Neto continha o número de detentos entrados em 1925, um total de 103 reclusos. Em 1926, entraram 43 reclusos, somando 146 ao todo. Ainda em 1926, saíram da penitenciária 46 reclusos, resultando em 100 detentos totais na Penitenciária do Ahú. O relatório possui ainda a lista dos detentos em livramento condicional. (ROCHA NETO, 16/02/1927, p. 2).

dos condenados, sobre o meio em que delinquiram e as circunstâncias” em que descumpriram as leis. (ASSUMPÇÃO, 14/03/1926, p. 2). Essa era a crítica de Pamphilo d’Assumpção, que afirmava que os processos criminais possuíam mais dados referentes ao delito do que em relação ao delinquente, e tal fato atrapalhava os trabalhos do Conselho.

Portanto, afirmava que, diante dessa condição, cabia ao Conselho estudar o preso em situação de cárcere. É no cárcere que se verificam as linhas emaranhadas do seu caráter, as que se mantiveram íntegras no rumo do bem ou do mal e as que se modificaram, orientando-se para este ou para aquele. Ao Conselho, asseverou Pamphilo, cumpria o papel de se indagar se o detento era vítima de algum estado mórbido físico ou mental, se o caráter do detento lhe permitia a consciência social sem que viesse a “sofrer as influências das causas que o levaram ao primeiro crime”. (ASSUMPÇÃO, 14/03/1926, p. 2).

Assim como as discussões do modelo penitenciário, o Conselho Penitenciário era parte relevante do campo criminológico paranaense. Ocupado por juristas e médicos, o campo criminológico fervilhou os argumentos em prol da regeneração dos detentos, baseados sobretudo na perspectiva do Positivismo Criminal. Visava medicalizar o criminoso e recuperá-lo como útil à coletividade, analisando-o em sua individualidade, medindo sua periculosidade em análise psicológica, levando em conta a personalidade, índole, tendência para o crime, instintos brutais, mas também a influência do meio, grau de formação, costumes, grau de emotividade, conforme será demonstrado no capítulo 4 e 5.

Em setembro de 1925, ocorreu a primeira troca de membro do Conselho Penitenciário. Após recuo do conselheiro Joaquim Ignácio Dantas Ribeiro, que deixou o cargo, foi nomeado por Caetano Munhoz da Rocha Neto, a partir do Decreto n. 994, de 4 de setembro, o advogado paranaense Marcelino Nogueira Junior. (ROCHA NETO, 01/02/1926, p. 139). Em dezembro de 1926, o nome de Luiz Xavier Sobrinho estava relacionado dentre os conselheiros. Em fevereiro 1927, foi anunciada, via Relatório de Governo, a troca de Procurador Geral da Justiça do Estado, Antonio Martins Franco, que deixou o cargo de Conselheiro, assumindo a partir do Decreto 1383, de 18 de novembro de 1926, o Procurador João Tullio Marcondes de França. (ROCHA NETO, 16/02/1927, p. 169). No ano de 1926, conforme relatório de Caetano Munhoz da Rocha Neto, foram realizadas 24 sessões do Conselho. (ROCHA NETO, 01/02/1927, p. 168).

Em 1928, faleceu Euclides Bevilaqua, e a vaga de membro do conselho foi ocupada Manoel Vieira Barreto de Alencar<sup>154</sup>, nomeado em 2 de maio de 1928. Na vaga de Presidente do Conselho, assumiu via Decreto 394, de 16 de abril de 1928, o médico João Candido Ferreira. Nessa mesma data, assumiu a função de conselheiro o bacharel Arthur da Silva Leme<sup>155</sup>, Procurador Geral da Justiça do Estado, substituindo o bacharel João Tullio Marcondes França. (CAMARGO, 01/02/1929, p. 118)

Em outubro de 1929, João Candido exonerou-se do cargo de Presidente do Conselho da Penitenciária, cargo que exerceu desde a morte do Desembargador Bevilaqua. Conforme *O Dia*, de 13 de junho de 1929, João Candido exerceu o cargo de presidente com raro brilhantismo, e era considerado uma personalidade de grande prestígio nos meios científico e social da capital, permanecendo no conselho desde a fundação e portanto, um dos beneméritos fundadores, dedicado, culto e íntegro conselheiro. (O DIA, 13/06/1929, p. 8). No lugar de João Candido, ocupou espaço João Evangelista Espíndola (1860-1934), nomeado por Affonso Alves de Camargo. (O DIA, 13/07/1929, p. 4). Espindola era professor da Faculdade de Medicina na cadeira de Clínica Médica e Propedêutica, além da cadeira de Higiene. No ano de 1929 se afastou do cargo também Pamphilo de Assumpção, e foi nomeado Alcibiades de Almeida Faria. (CARMARGO, 1930, p. 22). Pelo Decreto n. 1188, de 11 de outubro de 1929, Alcibiades, Desembargador aposentado, já membro do Conselho, passava a exercer a Presidência no lugar deixado por João Candido Ferreira. (CARMARGO, 1930, p. 22).

**Tabela 4 - Membros do Conselho Penitenciário em 1930**

<b>Membros do Conselho</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Alcibiades de Almeida Faria	Presidente do Conselho	Desembargador	Faculdade de Direito de São Paulo (1890) e Faculdade de Direito de

<sup>154</sup> Manoel Vieira Barreto de Alencar. Frequentou o Colégio Onze de Agosto, em Recife. Bacharelou-se em Direito pela FDR em 1892. Promotor Público de Traipú e Murici, em Pernambuco. Em 1899, assumiu o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Palmeira, onde ficou até em 1927, quando se exonerou. Tornou-se Catedrático de Direito Civil, de 1913 a 1951. Foi Vieira Alencar quem encaminhou uma lista dos primeiros professores para a formação da Faculdade de Direito. Manoel Vieira Barreto de Alencar foi Vice-Presidente da OAB, Seção do Paraná, quando da instalação oficial, ocorrida em 27 de janeiro de 1933, p. 5. Foi professor catedrático de Direito Civil da FDP, em 1933. Em 1937 era o chefe provincial da AIB.

<sup>155</sup> Arthur da Silva Leme (1876-1950), bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. No ano de 1928 assumiu o cargo de Procurador Geral da Justiça, chegando à capital, onde foi nomeado desembargador no dia 4 de maio de 1929. Aposentou-se em maio de 1933. (TJPR). Apesar sua aposentadoria ter acontecido em 1933, Arthur da Silva Leme atuou na presidência do Conselho da Penitenciária de 1937 para além de 1945.

			Recife (1891-1894)
João Evangelista Espíndola	Conselheiro	Catedrático de Clínica Médica e Propedêutica, além da cadeira de Higiene	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1879-1883)
Manoel Vieira Barreto de Alencar	Conselheiro	Catedrático de Direito Civil na Faculdade de Direito	Faculdade de Direito de Recife (1888-1892)
Arthur da Silva Leme	Conselheiro	Desembargador	Faculdade de Direito de São Paulo (1894-1898)
Luiz Xavier Sobrinho	Conselheiro	Procurador da República	Faculdade de Direito de São Paulo (1901-1905)
Marcelino Nogueira Junior	Conselheiro	Advogado	-
Ascânio Ferreira de Abreu	Secretário	Diretor da Penitenciária	Major

Fonte: produzida pelo autor

O Diretor Ascânio Ferreira de Abreu ficou no cargo de Diretor da Penitenciária até 1933. De 1933 a 1935, o Major Domingos do Nascimento Sobrinho esteve no cargo de Diretor da Penitenciária. Durante os dois anos seguintes, a Penitenciária do Ahú teve três diretores: o Tenente Aquiles Pimpão Ferreira, de 1935 a 1936, o Capitão Melchiades Silveira do Vale, em 1936, e Capitão Angelo Ferreira Chaves, em 1936.

Em 1934, Euripedes Garcez do Nascimento<sup>156</sup>, professor de Terapêutica na Faculdade de Medicina, foi exonerado das funções de conselheiro, sendo nomeado Alfredo de Assis Gonçalves. (DIÁRIO DA TARDE, 04/01/1934, p. 4). Em 1934, o bacharel Moysés de Oliveira<sup>157</sup> foi nomeado como membro. (O DIA, 05/01/1935, p. 2).

<sup>156</sup> Euripedes Garces do Nascimento foi Secretário de Interior e Justiça, nomeado por Manoel Ribas em 30 de dezembro de 1933. Assumiu a interventoria do Estado em 10 de outubro de 1934.

<sup>157</sup> Moysés de Oliveira, nascido em Curitiba, estudou no Colégio Vianna entre 1903-1906, e o secundário no Colégio Paranaense, de 1907 a 1911 (A REPÚBLICA, 13/12/1907, p. 2). Bacharelou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais entre 1912 e 1916. (JORNAL DO COMMERCIO, 29/12/1912, p. 9). Em 1917 advogou em Paranaguá, tornando-se Promotor naquela comarca e Inspetor Escolar no mesmo ano. No fim do ano foi transferido ao cargo de Promotor Público em Rio Negro, e depois para ser Juiz Municipal do termo de São João do Triunfo. Em 1918 foi transferido para ser Juiz do Termo de Iraty. Em 1918, casou com Erothilde Gomes de Oliveira, filha do Coronel Gomes. Na década de 1930 se tornou Promotor Público da 3ª Vara Criminal da Capital. Foi Prefeito de Irati no período de 1944 e 1945, designado Procurador da República, em 1945, e em 1956 foi subprocurador do Estado.

Para fazermos um paralelo, o Conselho Penitenciário do Distrito Federal era formado, em 1925, por Candido Mendes de Almeida (Presidente), Martins Gomes (Secretário e Sub-Diretor da Casa de Correção), e os membros Milcíades Mário de Sá Freire, Juliano Moreira, José de Lemos Brito, Raul Leitão da Cunha, Joaquim Mafra de Laet. (A GAZETA, 07/01/1925, p. 2).<sup>158</sup> Em 1934, houve algumas trocas, sendo formado pelo Presidente do Conselho, Candido Mendes de Almeida, Lemos Britto, Roberto Lira, Machado Guimarães Filho, Heitor Carrilho e Miguel Salles. (O DIA, 22/05/1934, p. 8). O Conselho Penitenciário era central, portanto, dentro do campo criminológico, sendo espaço ocupado por autoridades científicas tanto da Medicina quanto do Direito, e eram nomeados pelo Governador.

Durante o Governo Provisório de 1934, a partir do Decreto n. 24.351, de 6 de junho de 1934, Vargas concedeu indulto a certos tipos de delinquentes já condenados ou processados. (Decreto n. 24.351, 06/07/1934). Houve, portanto, um rigor no processo de Livramento Condicional. Assim, se o Conselho julgasse “desaparecido o receio de perigo para a ordem pública” e se tratando de infrações de baixa gravidade, não apresentando caráter perverso ou corrompido, tornava-se possível o indulto. Pelo arrependimento e pelo trabalho, o indultado deveria se tornar um elemento útil ao país e à coletividade. Para tanto, deveria apresentar atestado de bom procedimento na prisão, assinado pelo diretor, informar o lugar onde residiria e o ofício ou profissão que iria desenvolver.

Durante o ano de 1936, o Desembargador Arthur da Silva Leme foi nomeado Presidente do Conselho da Penitenciária. (RIBAS, 01/09/1937, p. 22). Em 1937, o Conselho Penitenciário estava assim estabelecido.

**Tabela 5 - Membros do Conselho Penitenciário em 1937**

<b>Membros do Conselho</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Arthur da Silva Leme	Presidente do Conselho	Desembargador	Faculdade de Direito de São Paulo (1894-1898)
Moysés de Oliveira	Conselheiro	Promotor Público da 3ª Vara Criminal da Capital	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (1912-1916)

<sup>158</sup> Em 1930, por Candido Mendes de Almeida (Presidente), Milcíades Mário de Sá Freire, Juliano Moreira, José de Lemos Brito, Raul Leitão da Cunha, Alfredo Machado Guimarães Filho, Joaquim Mafra de Laet, e João Pequeno de Azevedo (Diretor da Casa de Correção). (CORREIO PAULISTANO, 30/03/1930, p. 1).

Erasto Gaertner	Conselheiro	Professor de Clínica Cirúrgica na Faculdade de Medicina. Diretor do Departamento do Serviço Médico Legal	Faculdade de Medicina do Paraná (1920-1922); Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1923-1925)
Alô Guimarães	Conselheiro	Professor de Psiquiatria na Faculdade de Medicina	Faculdade de Medicina do Paraná (1923-1927)
Arthur Juvencio Mendes	Conselheiro	Advogado <sup>159</sup>	Faculdade de Direito do Paraná (1927-1931)
Homero Batista de Barros	Conselheiro	Ex-Promotor Público de Colombo	Faculdade de Direito do Paraná (1926-1930)
Mario de Vasconcelos Ribeiro <sup>160</sup>	Conselheiro	Procurador da República no Paraná	-
Percival Loyola	Secretário	Diretor da Penitenciária	-

Fonte: produzida pelo autor

Em 1937, o Conselho da Penitenciária do Ahú era formado por Mario de Vasconcelos Ribeiro, Moysés de Oliveira, Erasto Gaertner, Alô Guimarães, Arthur

<sup>159</sup> Arthur Juvencio Mendes entrou na Faculdade de Direito do Paraná em 1927 (O DIA, 25/03/1927, p. 4). Fez parte da diretoria do Centro Acadêmico de Direito em 1930. Arthur Juvencio Mendes colou grau de Bacharel em 1931, foi orador da turma, que teve como paraninfo o Desembargador Octavio do Amaral. Nessa turma também bacharelou-se José Nicolau dos Santos. Em 1934, Arthur Juvencio se colocou contra a imigração de assírios (iraquianos) no Paraná. Em discurso ocorrido no Instituto de Advogados do Paraná, evidenciou que era triste e vergonhoso ver as terras paranaenses sendo maculadas, e junto delas sua população, pelo contato de um aluvião de indesejáveis, que desmentindo a lei universal da evolução, regredindo cada vez mais, inadaptáveis e inassimiláveis, trilham desde longo tempo o roteiro da barbárie, do latrocínio e da rapinagem. (O DIA, 10/03/1934, p. 1). Para o bacharel, representante do Instituto dos Advogados, a psicologia dos homens assírios era caracterizada como atrasados, misonéistas, falsos, fanáticos e rapinantes. E durante o texto, comentava que “(...) não senhores. Não se trata de preconceitos de qualquer matiz; o de que se trata é da fatalidade de um dilema de cujas proposições não há se sair.” Arthur Juvencio Mendes levou em conta os trabalhos sobre imigração de Arthur Neiva, apresentados durante a Assembleia Constituinte. Em 1935, Arthur Juvencio Mendes atendia em seu escritório de advocacia, na rua Marechal Floriano Peixoto, 265, 1190.

<sup>160</sup> Mario de Vasconcelos Ribeiro, natural da Bahia. Irmão de Fernando Vasconcelos Ribeiro. Antes de 1927 ocupou o cargo de Promotor Público da cidade de Serrinha, quando foi removido para Alagoinha-BA. Em 1931, Mario Vasconcelos Ribeiro ocupou o cargo de Procurador da República e membro do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia. Eram parte do Conselho o Presidente, Desembargador F. Duarte Guimarães, prof. Estacio de Lima, catedrático de Medicina Legal, prof. Mario Leal, diretor do Hospital S. João de Deus, Carlos Ribeiro, advogado, e Alfredo Amorim, advogado. (ALMANAL LAEMMERT, 1931, p. 214). Foi Procurador da República no Estado da Bahia até 1933, quando pediu remoção e foi nomeado pelo governo federal ao cargo de Procurador da República do Estado do Paraná. Casou-se com Isolina Seabra Ribeiro, com quem teve as filhas Ana Maria e Tereza. A 16 de maio de 1942, durante solenidade de Páscoa na Penitenciária, estiveram presentes o interventor Manoel Ribas, o secretário de Interior e Justiça, o capitão Fernando Flores, o chefe de Polícia Dr. Fausto Bittencourt, o representante do Conselho Penitenciário, Dr. Mario de Vasconcelos Ribeiro. (O DIA, 14/05/1942, p. 5).

Juvencio Mendes e Homero de Barros<sup>161</sup>, presididos por Arthur da Silva Leme e secretariados por Percival Loyola, Diretor do Presídio. (O DIA, 02/02/1937, p. 3).<sup>162</sup>

Em 1938, Sizinio Amorim ocupou o cargo de diretor da Penitenciária, conforme propaganda no *Diario da Tarde*. Nas comemorações do Dia do Encarcerado, patrocinado pelo Instituto Néopitagórico, foram oferecidos jogos esportivos, diversão e doces aos presidiários. (DIARIO DA TARDE, 23/04/1938, p. 1). A criação da data comemorativa buscava incentivar os penitentes no sentido da regeneração via inclusão e preocupação social, com subsídios de institutos e empresas privadas.

Em agosto de 1938, o Paraná recebeu o médico militar Dr. Arídio Martins, que foi servir no Hospital Militar e, segundo o *Diario da Tarde*, era um estudioso do problema penitenciário. Lauro Portugal Tavares e Garcez do Nascimento acompanharam-no a uma visita à Penitenciária do Estado, e analisando a situação, propôs-se a organizar na Penitenciária um fichário médico-psíquico e mental dos detentos. Segundo Aridio Martins

(...) encontrei o mesmo sistema adotado na minha cidade, Niterói - super-lotação, limpeza e, sobretudo, esforço, boa vontade e dedicação do seu ilustre diretor, dr. Sezino Amorim que com os recursos que possui da eficiência ao seu estabelecimento.

Conviria, entretanto, estabelecer nesse presídio o serviço médico-psíquico e mental que redundaria num benefício não só para o delinquente como para a administração, e sobretudo como elemento valioso de informação para o Conselho Penitenciário. (DIÁRIO DA TARDE, 23/08/1938, p. 1)

Acreditamos que desde as críticas de Assumpção em 1926 até essa crítica de Aridio Martins, em 1938, o Conselho ainda não tinha à disposição uma ficha individual das características psico-mentais para os detentos<sup>163</sup>, conforme delimitavam os regimentos nacionais analisados.

O jornal o *Diario da Tarde* entrevistou o Dr. Aridio Martins e interrogou se “não haverá alguns exageros na doutrina de Lombroso?”, e o entrevistado respondeu:

<sup>161</sup> Homero Batista de Barros (1908-1970) cursou na juventude o Ginásio Paranaense entre 1921 e 1925. Tornou-se bacharel em Direito pela FDP, de 1926 a 1930. Dedicou-se ao Direito até tornar-se professor de História Antiga e Medieval da FFCL-PR, em 1938, e catedrático em 1939. (ROIZ, 2019, p. 12). Pode ter se dedicado à cadeira de História Moderna e Contemporânea da FFCL-PR. Tornou-se ainda Livre-Docente em Direito Judiciário Civil, em 1938. Livre-docente de Direito Industrial e Legislação do Trabalho em 1946, foi contratado para reger a cadeira na Faculdade de Direito. Regeu ainda a cadeira vaga de Direito Penal em 1958. (DRUMMOND, 2011, p. 226-227).

<sup>162</sup> Cabe a informação que essa solenidade de liberdade de dois sentenciados foi aberta aos alunos do 2º e 3º ano da turma de Direito Penal do curso de Direito, Cadeira a encargo do professor Ullisses Vieira. No ano de 1940, o Dr. Gaspar Dutra Veloso foi nomeado ao cargo de membro do Conselho Penitenciário do Estado. (O DIA, 10/05/1940, p. 1). O bacharel Gaspar Duarte Veloso foi Presidente do Centro Acadêmico de Direito da Faculdade de Direito, em 1927.

<sup>163</sup> A reportagem, em seu subtítulo, inferia que o dr. Aridio Martins se propôs a organizar na Penitenciária um fichário médico-psíquico e mental dos detentos. (DIÁRIO DA TARDE, 23/08/1938, p. 1).

Para alguns Lombroso poderia ser exagerado. Entretanto, devemos considerar mais o criminoso e menos o crime porque não cairíamos no livre arbítrio de Tarde. É preferível, por permanecermos num ecletismo doutrinário porque assim não agrediríamos os postulados de Ferri nem os de Lombroso. (DIÁRIO DA TARDE, 23/08/1938, p. 1).

Aridio Martins ainda indicou o modelo de Prisão Elmira como o mais adequado. Tratava-se de uma modificação do sistema Auburn, que levava em conta a ótica médico-jurídica. O sistema Elmira, do Reformatório Elmira, em Nova Iorque, inaugurado em 1876, alterava a lógica da penologia que levava em conta o silêncio, a obediência e o trabalho. (SILVEIRA, 2009, p. 144). Focava-se no psicológico do presidiário e não mais no castigo corporal, incentivando-se o sistema de recompensas. O reformatório lembrava mais uma escola ou uma universidade e deveria incentivar o comportamento para a obediência das leis. (SILVEIRA, 2009, p. 144).

Em 1941, pelo Decreto n. 11.421<sup>164</sup>, o Interventor Federal nomeou como diretor da Penitenciária do Estado o bacharel Fredericindo Marés de Souza. (O DIA, 18/05/1941, p. 10). Em 24 de maio de 1941, o Acioli Filho publicou o texto *Individualizar para curar*, no qual situou o termo na ciência criminal, quando Walberg empregou-o, em 1869, significando a adaptação da pena à personalidade do delinquente. Nesse sentido, comparou o Direito Romano e a Lei Sállica que já individualizavam objetivamente as penas com a Direito Positivo que individualizava de forma subjetiva. Enquanto os primeiros individualizavam pela classificação social do criminoso em seu estado político, o conceito moderno visava individualizar a pena a partir da constituição física e moral, estudando o físico, psicológico e social. (O DIA, 24/05/1941, p. 3).

Para Acioli Filho, sem individualização não havia regeneração científica do delinquente. Assim a individualização subjetiva se daria por meio de um minucioso exame biopsíquicosocial. Assim, a falta de espaço, a ausência de higiene e a não individualização impossibilitam o tratamento especializado, e esse era, conforme apontou Acioli Filho, o problema grave que afetava a Penitenciária do Ahú - considerada um depósito de criminosos bons para castigar, mas nunca para curar. Nesse sentido, compreendia a impossibilidade de seu Diretor, Marés de Souza, atender aos ensinamentos da ciência penitenciária. (O DIA, 24/05/1941, p. 3).

---

<sup>164</sup> Nesse mesmo decreto, o médico Alô Guimarães foi nomeado Diretor do Instituto de Identificação. Nessas mudanças, foi dispensado ainda o dr. José de Almeida Peixoto, do cargo de médico do Serviço de Saúde da Penitenciária e Detenção do Estado. (O DIA, 18/05/1941, p. 10).

Outro ponto que chamou a atenção foi a necessidade de uma Clínica Criminal, que operaria a individualização, conhecendo o criminoso doente para curá-lo. Na Clínica seriam feitos exames antropométricos, psicológicos, médicos e sociais, fazendo um "quadro perfeito da personalidade do delinquente, retratada na Ficha de Observação. Para basear sua fala, citou o 2º Congresso Latino-americano de Criminologia, ocorrido no Chile, que designou com o nome de Instituto de Criminologia os organismos técnicos penitenciários encarregados do exame da personalidade dos delinquentes, além de organizá-los considerando os fundamentos jurídicos, antropológicos e sociológicos de cada caso.

Assim, este era outro problema enfrentado na Penitenciária do Ahú, na qual inexistia um Instituto de Criminologia. O novo estabelecimento penal agrícola que estava em projeção em Piraquara animava Acioli Filho, que acreditava que sanaria alguns defeitos da Penitenciária do Ahú. Alimentou significativas esperanças em Fredericindo Marés de Souza, que conforme apontou, era um antropologista voltado para o futuro, que não ignorava a individualização, sendo um propugnador do princípio como forma de cura. Foi considerado por Acioli Filho como um pragmatista, discípulo de Saldaña e capacitado para orientar ao novo estabelecimento a orientação da Nova Antropologia Criminal. (O DIA, 24/05/1941, p. 3).

No dia seguinte, Acioli Filho publicou um texto no jornal *O Dia*, em abril de 1941, com o título *Terapêutica Criminal*, destacando que depois que se proclamou pela “escola constitucionalista em ciência criminal em que o crime era considerado uma doença, fruto de tendências orgânicas, a pena, logicamente, passou a ter novo conceito”. (O DIA, 25/04/1941, p. 7). Para Acioli Filho, a transformação realizada foi idêntica à que se operou quando os loucos, de possuidores de demônios, foram considerados doentes mentais, necessitados de tratamento adequado. Assim ocorria com os delinquentes, que de maus, levados ao caminho do crime por sua própria vontade, passaram a ser vítima de suas taras que o levavam, incoercivamente, a delinquência. Assim, a pena, que era visualizada como um castigo ou intimidação para os maus voluntários, passou a ser remédio para os novos doentes involuntários. (O DIA, 25/04/1941, p. 7).

E, para tanto, retratou que embora outras escolas surgissem, essa conceituação nosológica do crime foi mantida, ainda que despida ds naturais exageros do início. A pena havia de ser, como apontou Acioli Filho, uma das terapêuticas contra a doença descoberta por Lombroso: a criminalidade. Assim, o criminoso era um doente, a pena era um dos remédios e a Penitenciário era o Hospital. E, nesse sentido, a Penitenciária assumiu um

relevante papel na luta contra o crime, transformando-se em Reformatório. A ideia de que a regeneração ocorria no trabalho industrial e na oficina havia entrado em decadência, dando lugar ao trabalho *all'aperto* - ao ar livre - onde só o ruralismo, com seu excesso de liberdade poderia produzir a reclassificação. Desta linha de pensamento, a Penitenciária Agrícola se transformou em Reformatório Agrícola, esse era o próximo passo rumo da terapêutica criminal. (O DIA, 25/04/1941, p. 7).

A partir do Decreto-Lei n. 3276, de 16 de maio de 1941, o Conselho Penitenciário passou a exigir a presença de quatro membros, incluindo presidente, com direito a voto, deliberando-se sempre por maioria. Em casos de empate, era repetida a reunião em outro momento. (Decreto-Lei n. 3.276, 16/05/1941, s/p).

Em 1941, o Médico-Chefe da Penitenciária do Ahú, o Sr. Dr. Giocondo Villanova Artigas, no intuito de criar um serviço de Biotipologia, comunicou-se institucionalmente com os serviços de Saúde da Penitenciária de São Paulo<sup>165</sup>, o Diretor Geral da Comissão, Henrique de S. Q. Meyer. O médico da Penitenciária do Ahú especulava pelo Regulamento dos Serviços de Saúde e Biotipologia Criminal da Penitenciária de São Paulo<sup>166</sup>, as normas, processos e modo de organização das fichas e prontuários do Serviço de Biotipologia, além

---

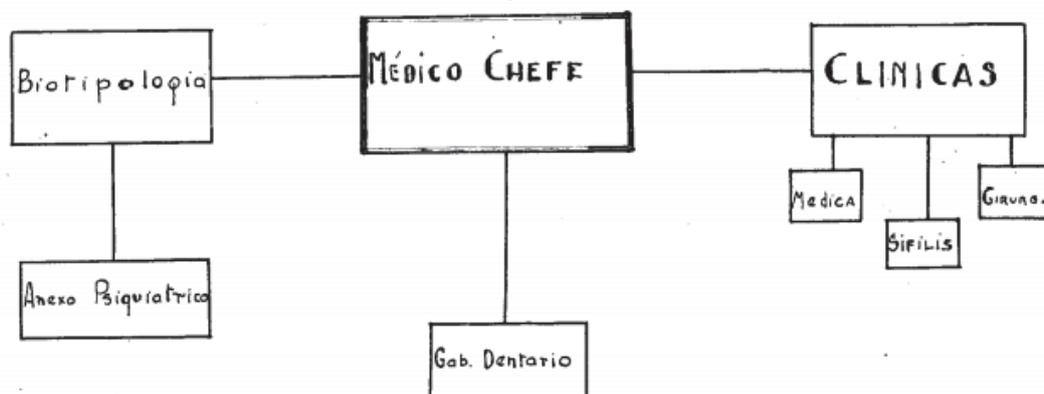
<sup>165</sup> Salla (1999) relatou que o sistema da Penitenciário era apresentado e entendido como modelar no contexto prisional brasileiro. Para Salla (1999), a “emergência da Penitenciária do Estado, em São Paulo, é um marco importante na história do encarceramento no Brasil. Ela se encaixa num amplo projeto de organização social elaborado pelas elites do período, no qual um estabelecimento prisional deveria estar à altura do “progresso material e moral” do estado.” (1999, p. 185).

<sup>166</sup> O Serviço de Biotipologia Criminal, anexo à Subdiretoria de Saúde, foi criado em 11 de dezembro de 1939, pelo Decreto n. 10.773. Antes de sua criação, função de subsidiar o Conselho Penitenciário em suas decisões com prontuários de cada detento era responsabilidade do psiquiatra da penitenciária. (FERLA, 2005, p. 133). Tratava-se de uma clínica criminológica, que objetivou os estudos e pesquisas em relação às questões de antropologia, psiquiatria, heredologia, psicologia, mesologia, somatologia, endocrinologia, patologia, terapêutica, seleção profissional, prognóstico e estatística criminal. Buscava assim investigar a personalidade do criminoso no seu aspecto biopsíquico e social, procurando classificá-lo. Conforme o relatório do Interventor Adhemar Pereira de Barros de 1941, indicava as normas da individualização da pena, enquadrado no regime regenerativo em vigor; informava ao Conselho Penitenciário sobre todos os pedidos de liberdade condicional, de comutação e indulto de penas; exercia a função vigilante e reguladora dos preceitos de higiene mental da população carcerária, além de organizar um museu penitenciário e uma biblioteca de ciências afins. (BARROS, 01/04/1941, p. 55). O Decreto-Lei n. 12.439, de 29 de dezembro de 1941, reorganizou o Serviço de Biotipologia Criminal, subordinado ao Diretor Geral da Penitenciária, o Instituto de Biotipologia Criminal. O Artigo 9 dispunha que o Instituto de Biotipologia Criminal atendia “às requisições de exames feitas pelos Juízes Criminais do Estado, quando entenderem de se informar sobre a personalidade do delinquente, antes ou após a pronúncia.” Para dar uma ideia dos trabalhos do Instituto de Biotipologia Criminal, em 1943, na Seção de Antropometria, produziam-se exames antropométricos, exames morfológicos, sínteses antropométricas. No exames morfológicos de 1943, haviam 36 tatuados dentre 425 detentos, um percentual de 8,477% de tatuados. (1943, p. 154). Na prática da Hematologia no Serviço de Biotipologia Criminal de São Paulo, em 1943, foram feitos exames de tipo sanguíneo em 485 detentos, dos quais 179 deles (36,90%) eram de tipo A; 32 deles (6,59) do tipo B; 51 deles (10,51%) do tipo AB; e 223 deles (45,97%) de sangue O. (p. 155). Havia ainda as seções de Sociologia, analisando a história social, a versão dos autos, e versão do agente. Na Seção de Endocrinologia, eram feitos exames somáticas, exames somáticos, exames neurológicos, metabolismo basal e súmulas. Na Seção de Psicologia, exames psicológicos e histórias médicas. Na Seção de Psiquiatria, exames psíquicos, exames mentais e punções suboccipitais. (COSTA, 1944, p. 155).

do material de Biometria adotado pelo Serviço. A comunicação buscava ainda a possibilidade de envio de técnicos para um tipo de curso. Como resposta, obteve os exemplares dos impressos usados pelo Serviço de Biotipologia, além da relação de aparelhos empregados no Serviço, e dentre eles estavam onze itens: antropômetro de Viola, compasso, fitas métricas de 2,00, dinamômetros, espirômetro, medidor de envergadura, medidor de ângulo facial (Richard), aparelho para tração horizontal, aparelho para tração vertical, aparelho para pressão arterial, e uma balança para até 140 quilos. A comunicação possibilitou ainda um sinal positivo para uma visita à estrutura do Presídio, para terem conhecimento do que estavam fazendo nesse ramo da ciência. Os serviços biotipológicos foram proporcionados instantaneamente, já que poderiam ser impressos nas próprias oficinas da Penitenciária do Ahú. No entanto, acerca dos aparelhos para o serviço, seriam necessários ainda um Antropômetro de Viola, um compasso de espessura, um medidor para tirar envergadura, um medidor para ângulo facial (Richard), um aparelho para tração horizontal e um aparelho para tração vertical.

No tocante a essa anexação dos Serviço de Biotipologia, assim ficou a organização do Serviço de Saúde:

**Figura 2 - Organização dos Serviços de Saúde da Penitenciária (1941)**



Fonte: SOUZA, F. M. Relatório do Diretor da Penitenciária, 1941, p. 88.

Em 1941, o Médico-Chefe era responsável pelo Serviço de Saúde, englobando os novos serviços biotipológicos dentro da Penitenciária, além da ala Psiquiátrica, o Gabinete Dentário, as Clínicas Médica, Cirúrgica e de Sífilis. Esta nova ala estava em contato direto com os detentos e, sobretudo, com o Conselho Penitenciário, que teria um amplo rol de

informações acerca dos indivíduos, dando condições para uma melhor decisão técnica dos membros do Conselho.

Nesse sentido, em 1941, foi inaugurada a Biblioteca Ascânio Abreu, homenagem ao antigo diretor da Penitenciária do Ahú, visou o melhoramento do aparelhamento educacional dos detentos. (SOUZA, 1941), e também o Posto Avícola. (10/05/1941, p. 7). No entanto, em agosto de 1941, Acioli Filho colocou na opinião pública que a Diretoria de Ensino auxiliava o Diretor da Penitenciária para resolver a questão do ensino aos detentos, que viviam no analfabetismo obrigatório. Mesmo assim, elogiou e classificou Fredericindo Marés Souza como o “(...) primeiro diretor-cientista da Penitenciária do Ahú que quebrou a tradição do diretor-carcerário (...)”. (O DIA, 24/08/1941, p. 7).

Dentre os melhoramentos estruturais de 1941, o Gabinete Médico passou a individualizar a saúde dos detentos; a partir de um Livro de Registro de Doentes, eram anotadas todas as consultas diárias, nome dos detentos, o que permitiu uma estatística mais apurada como número de consultas por dia, médias de consultas, número global de consultas por dia, mês e ano, além da frequência de visitas individuais aos detentos.

A Ficha de Anamnese continha data, número da Ficha Clínica, nome do detento, idade, estado civil, naturalidade, profissão, cor e procedência. Havia também espaço para a história da doença, os antecedentes mórbidos pessoais, além dos antecedentes mórbidos hereditários. No Exame Objetivo, havia local para temperatura do detento, peso e altura, além de especificações sobre o aparelho circulatório, aparelho respiratório, abdômem e aparelho digestivo, membros e sistema nervoso. Os outros três pontos da Ficha Médica eram os Exames complementares, Diagnóstico e Tratamento. Em 1941, o problema da tuberculose foi considerado um problema de saúde pública e o Estado passou a fazer um Recenseamento Torácico, e a Penitenciária foi considerada um local indissociável desse recenseamento. (SOUZA, 1941).

Durante a 2ª Conferência Penitenciária Brasileira, ocorrida em 1944, na Capital da República, se fez presente o diretor da Penitenciária do Paraná, Francisco Acioli. O evento foi organizado pelo Conselho Penitenciário do Distrito Federal, ocorreu sob o auspício do Presidente Vargas e, tinha como presidente efetivo Marcondes Filho, Ministro da Justiça e como vice-presidente Lemos Brito. A intenção era fazer-se aplicar as determinações do Código Penal de 1940, que, apesar das peculiaridades de cada Estado, devia-se seguir o regime penitenciário estabelecido. Para tanto, Vargas convocou delegados de todos os

Estados, inclusive do Território do Acre, para participarem do evento e estudarem os problemas. (O DIA, 16/07/1944, p. 3).

A presença de Getúlio Vargas, figura central do Estado Novo, é significativa para pensar o processo de reformas dos regimes penitenciários e a preocupação com a regeneração dos detentos. Foi criado em seu governo o Prêmio Getúlio Vargas para sentenciados de hábitos exemplares e, carregando o nome da primeira dama da República, foi criado em 1944 o prêmio Darcy Vargas, que beneficiava as sentenciadas exemplares. Quem se distinguia mais pelo trabalho, pelo estudo e pela disciplina era beneficiado. Dava-se mesmo direito ao benefício às mulheres delinquentes. (O DIA, 16/06/1944, p. 3).

Em 1945, ocorreu uma solenidade do “dia do encarcerado” na Penitenciária, na qual se exaltou a boa vontade do Conselho Penitenciário no propósito de conceder o livramento condicional, ressaltar o ambiente de ordem e disciplina, os trabalhos da instituição e seus diretores no exemplar processo de regeneração dos detentos e o seu retorno ao convívio social. Participaram da mesa diretora os srs. Mario de Vasconcelos Ribeiro, Homero Batista de Barros, Gaspar Veloso, diretor geral do DEIP, além dos membros do Conselho. Nesse momento, o presidente do Conselho Penitenciário era Arthur da Silva Leme, seguido dos membros Alô Guimarães, Mario Faraco, Carlos Mafra Pedroso e Giocondo Villanova Artigas (Médico-Chefe da Penitenciária). A direção da instituição Penitenciária estava a cargo de Francisco Acioli Rodrigues da Costa Filho. (DIARIO DA TARDE, 25/04/1945, p. 1).

**Tabela 6 - Membros do Conselho Penitenciário em 1945**

<b>Membros do Conselho</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Arthur da Silva Leme	Presidente do Conselho	Desembargador	Faculdade de Direito de São Paulo (1894-1898)
Giocondo Villanova Artigas	Conselheiro	Médico-Chefe da Penitenciária	Faculdade de Medicina do Paraná (1934-1938)
Alô Guimarães	Conselheiro	Professor de Psiquiatria na Faculdade de Medicina	Faculdade de Medicina do Paraná (1923-1927)

Mario Faraco <sup>167</sup>	Conselheiro	Promotor Público	Faculdade de Direito do Paraná (1933-1937)
Carlos Mafra Pedroso <sup>168</sup>	Conselheiro	Médico e Diretor do Departamento do Serviço Médico Legal	Faculdade de Medicina do Paraná (1920-1924)
Francisco Acioli Rodrigues da Costa Filho	Secretário	Diretor da Penitenciária	Faculdade de Direito do Paraná (1938-1943)

Fonte: produzida pelo autor

É interessante perceber que Arthur da Silva Leme e Alô Guimarães estiveram no Conselho da Penitenciária de 1937 a 1945, praticamente todo o Estado Novo. No entanto, em 1945, a Penitenciária do Ahú já estava em situação física e administrativa decadente, e maus tratos, abusos e fome passaram a ser constantemente escandalizados pela opinião pública paranaense. Em dezembro de 1945, o Secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública designou o Desembargador Arthur da Silva Leme, o Dr Mario Faraco, Promotor Público, e o Dr. Alô Guimarães, Diretor do Departamento do Serviço Médico Legal, para constituírem a Comissão que abriria sindicância para averiguar irregularidades apontadas na Penitenciária. (O DIA, 12/12/1945, p. 2).

A sindicância foi aberta após três publicações do jornal *Diário da Tarde*, que indicavam prática de maus tratos aos encarcerados. (O DIA, 12/12/1945, p. 8). No entanto, ocorreu um conflito entre o Diretor da Penitenciária, Dr. Acioli Filho, e o Secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública. Acioli Filho explicitou em nota pública que pediu exoneração do cargo, pois mesmo com o Relatório do Conselho Penitenciário, o secretário não desmentiu o que foi maldosamente publicado pelo jornal. E ainda lembrou que a

<sup>167</sup> Mario Faraco, filho de Vito Faraco e Isolina Alegrini Faraco, nascido em Araucária. Bacharelou-se em Direito em 1937. Foi Promotor Público em Reserva (1937), em Guarapuava (1938), em Campo Largo (1939-1941), e designado por Manoel Ribas para o Departamento Jurídico do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (1941-1944). Em agosto de 1944, tornou-se Promotor da 2ª Vara Criminal de Curitiba, ocupando o Conselho Penitenciário. Depois de membro do Conselho Penitenciário, foi chefe de Gabinete da Chefatura de Polícia (1948), Secretário do Governo, Membro da Comissão de Serviço Público Estadual e Presidente da Comissão de Serviço Público Estadual. (O DIA, 11/12/1951, p. 12). Eleito Deputado Estadual pelo PSD. Vale lembrar que foi ele, enquanto Deputado Estadual, Mario Faraco, e junto de Iracy Viana, que durante uma sessão da Assembleia do Estado em 8 de agosto de 1952, combateram um projeto que pretendia remunerar a função do cargo de membros do Conselho Penitenciário, que ia de encontro às tradições e desvirtuava a função de alta relevância. (O DIA, 09/08/1952, p. 4).

<sup>168</sup> Diretor do Departamento do Serviço Médico Legal entre 1935 e 1957.

sindicância seria gerida por membros do Conselho, que produziram igualmente o Relatório e deram aval em sua gestão administrativa.

Em janeiro de 1946, o bacharel dr. Eneas Ribas de Almeida, a partir de ato do interventor, assumiu, em comissão o cargo vago de Diretor da Penitenciária. (DIARIO DO PARANÁ, 24/01/1946, p. 10)<sup>169</sup> Também foi designado um novo membro do Conselho, o Bacharel Pedro Ivo Lafite Rocha, advogado do Quadro Geral e Chefe da Secção Penal e de Assistência Jurídica e Social da Penitenciária, para Membro, sem voto, do Egrégio Conselho Penitenciário do Estado. (O DIA, 24/01/1946, p. 2).

Foi somente em 1947 que o caso de maus tratos foi exposto na opinião pública, na qual a partir do novo Relatório efetuado pelo Comissão de sindicância, e após verificar o grau de veracidade das acusações, constatou-as como improcedentes. O relatório explicitou que ocorreu um movimento subversivo e que houve resistência e luta travada por um dos cabeças que teve que ser subjugado, resultando ferimentos sem gravidade e inevitáveis pela resistência e luta em que se empenhou com os guardas. No entanto, o jornal *Diário da Tarde* acusava que o espancamento acarretou na tentativa de suicídio do preso. O Relatório assinado por Arthur da Silva Leme, presidente do Conselho Penitenciário, apontava que a tentativa de suicídio havia ocorrido por causas muito diversas das apontadas pelo articulista do jornal. Ou seja, a versão oficial apresentada pelo Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, o Dr. José Bittencourt de Paula afirmava não haver nenhum fundamento a acusação. (PAULA, 25/01/1947, p. 1). Este foi um período de crises públicas envolvendo a Penitenciária do Ahú.

A instituição do Conselho Penitenciário foi relevante ao estudo dos criminosos e para a sua regeneração, além de ser espaço da materialidade das discussões do campo da Criminologia no Paraná. Era um espaço no qual se efetivaram pedidos e discussões acerca de indultos e liberdade condicional, além de local de embates criminológicos entre juristas e médicos que discutiam etiologia, profilaxia do crime, responsabilidade penal e grau de periculosidade.

Percebemos ainda a autoridade do Conselho Penitenciário perante o Ministério da Justiça quando, em 1943, o Ministro da Justiça, Marcondes Filho, designou uma Comissão para estudar e rever o anteprojeto do Código Penitenciário, que foi elaborado pela 11<sup>a</sup>

---

<sup>169</sup> Eneas Ribas de Almeida, formado pela Faculdade de Filosofia de São Bento. (CORREIO PAULISTANO, 23/03/1941, p. 3). Em 1944, finalizou estudos na Faculdade de Direito de São Paulo. Fazia parte do Partido Social Progressista. A gestão de Eneas Ribas de Almeida à frente da Penitenciária do Estado foi investigada pela Controladoria Central do Estado, que abriu inquérito policial para apurar responsabilidade de desvios ocorridos. (O DIA, 17/05/1949, p. 2).

Subcomissão da Comissão Legislativa, criada pelo decreto n. 20.264, de 10 de fevereiro de 1941. E entre os designados estavam José Gabriel de Lemos Britto, Amaro Barreto, Antonio Vieira Braga, Flaminio Fávero, Heitor Carrilho, José Maria Alkmim e Roberto Lira, o próprio Conselho Penitenciário do Distrito Federal. (O DIA, 26/08/1943, p. 3).

Esse caso permite compreender como os membros do Conselho possuíam relevância científica dentro da perspectiva política do Estado Novo. Esse alinhamento de projetos entre o Estado Novo e a intelectualidade paranaense deve ser refletida, pois os Conselhos eram cargos de indicação, que embora não remunerados, em 1925, quando da sua implementação possuíam relevância no sentido de agregar capital simbólico - político e científico, mas sobretudo capacidade técnica, pois o conselho era considerado um órgão de segurança da sociedade. Em 1952, houve um projeto por parte do Estado de remunerar os conselheiros, que foi duramente criticado pelos Deputados Mário Faraco e Iracy Viana, mas também pela opinião pública paranaense que argumentava que se a função fosse remunerada, haveria uma luta política para a conquista de tais lugares. Anteriormente, os conselheiros ganhavam Cr\$ 150,00 por sessão presente, e o Governo queria aumentar para Cr\$ 2.000,00 mensais, independente do número de sessões e da presença.

Alvarez (2005) ressalta que houve inúmeros debates entre médicos e juristas que “estabeleceram redes de contato e de cooperação, ocuparam cargos em Faculdades e em instituições diversas no campo da justiça criminal, buscaram influenciar as políticas de combate à criminalidade e as reformas na legislação penal.” (ALVAREZ, 2005, p. 73). Constatamos nos campos médico e jurídico paranaense um emaranhado de intelectuais que se imbuíram em discussões criminológicas nessa lógica de organização social e regeneração do criminoso.

### **1.5.2 A cadeira de Medicina Legal**

Em consonância com essa discussão, Souza (2006) infere que, durante a década de 1920, a Eugenia encontraria abrigo em médicos e cientistas ligados à Medicina Legal, como Souza Lima, Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro. Estes intelectuais criaram interfaces de análise entre a Antropologia Física, a Medicina Legal, a Biometria e temas eugênicos, que eram reproduzidas em suas publicações e nos métodos de identificação criminal, conforme aponta Souza (2006, p. 43).<sup>170</sup> Alvarez (2005, p. 84) chegara a afirmar

---

<sup>170</sup> Souza (2006) aponta interessante leitura a que acrescentará qualitativamente em nossa pesquisa; trata-se de CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Óleo e Água. In: \_\_\_\_\_. *Intenção e Gesto: Pessoa, cor e a produção*

que Afrânio Peixoto, Arthur Ramos e Leonídio Ribeiro se autodenominavam discípulos de Lombroso e das “novas idéias penais”. Além do mais, Stepan (2005, p. 60) explana que a Medicina Legal poderia ser incluída como uma terceira via da Eugenia no Brasil, a qual era interpretada pela intelectualidade médica, e que os problemas de crime e responsabilidade legal ficaram intimamente ligados “(...) às questões racial e eugênica.” (STEPAN, 2005, p. 60).

Na Universidade do Paraná, desde sua criação, tanto na Faculdade de Direito quanto na de Medicina, a cadeira de Medicina Legal esteve ocupada por João de Moura Brito, que tinha como professor assistente Assis Gonçalves.

Na Faculdade de Medicina, a disciplina chamava-se Medicina Legal e Toxicologia, criada pela grade curricular de 1913. Cintra (2010) comenta que a criação da Faculdade de Medicina abriu espaço para um corpo de médicos-professores, ao mesmo tempo em que se constituíam condições a uma série de ações e práticas científicas com aplicação na sociedade. Basta visualizar a atuação de Moura Brito e Assis Gonçalves, assistente de Medicina Legal, mas também Miguel Severo de Santiago (1876-1919), catedrático de Anatomia e médico legista do Departamento de Polícia. Em consonância, podemos citar a utilização do Laboratório de Farmacologia, Laboratório de Química Geral e o Laboratório de Anatomia, que prestavam serviços ao Departamento de Polícia. (CINTRA, 2010, p. 181).

Já na Faculdade de Direito, a cadeira chamava-se Medicina Legal e igualmente passou a existir em 1913, ocupada interinamente por João de Moura Brito. (CROCETTI, 2011 p. 221). Em 1914, a cadeira mudou o nome para Medicina Pública e manteve João de Moura Brito como docente. A cadeira permaneceu como Medicina Pública de 1915 a 1930. Crocetti (2011) evidencia em sua tese uma lista das principais obras consultadas pelos alunos na Biblioteca da Faculdade de Direito, entre os anos 1917 e 1924; analisando a disciplina Medicina Pública, as obras mais consultadas eram *Elementos de Medicina Legal* (1910), de Afrânio Peixoto, e *Medicina Legal* (1912), de Ponciano Cabral. Portanto, era uma disciplina que mantinha os autores base da disciplina anterior.<sup>171</sup> Em 1920 trocou de

---

cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro. Editora do Arquivo Nacional, 1999. p. 237-377. Esta obra ainda não foi lida, por isso se faz ausente.

<sup>171</sup> Havia também títulos como *Criminologia e Direito*, de Clóvis Beviláqua, *Manual de Medicina Legal*, de A. Y. Souza Lima, *Manual de Medicine Legale*, de Joseph Briand. Crocetti (2011) chegou a produzir um gráfico com as obras adquiridas nos dez primeiros anos (1913-1923) da Faculdade de Direito, e Medicina Legal ficou com 2% das compras. A biblioteca contava também com obras interessantes do ponto de vista do campo do Direito Criminal, e que constavam como as mais utilizadas, como *As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica (estudo comparativo)* (1907), de Antonio Moniz Sodré de Aragão, *Direito Criminal*

professor, assumindo como substituto Alfredo de Assis Gonçalves. No entanto, Crocetti, (2011) em sua investigação, leva a concluir que Moura Brito e Assis Gonçalves se mantiveram como interino e substituto, durante os anos seguintes da década de 1920.

Em 1931, a disciplina de Medicina Legal retorna à grade de Direito e aos cuidados de João de Moura Brito, que, em 1939, torna-se catedrático, mantendo-se até 1946. Nesse momento contava com Alfredo de Assis Gonçalves como substituto entre 1939-1940, e como professor Livre-Docente entre 1941 e 1945. (CROCETTI, 2011).

Na Faculdade de Medicina, Erasto Gaertner ocupou a cadeira de Livre Docente em Medicina Legal, em 1929, e a Direção do Departamento Médico Legal, em 1932, quando desmembrou em Departamento Médico Legal e o Serviço de Identificação. Sugeriu ainda a criação da Polícia Técnica e foi acatado, propiciando a contratação dos médicos Júlio Estrella Moreira, Saul Chaves e Carlos Mafra Pedroso. Fazia parte do Departamento Médico Legal o professor José Pereira de Macedo. (BERALDO, 2018).

Quando os intelectuais paulistas A. Austregésilo, Heitor Carrilho e Pacheco e Silva visitaram ao Paraná, em 1936, para a banca julgadora da cátedra de Clínica Psiquiátrica<sup>172</sup>, João de Moura Brito e Assis Gonçalves estiveram presentes na palestra e no banquete que ocorreu no Grande Hotel Moderno. (O DIA, 08/10/1936, p. 11). Essas sociabilidades denotam as preocupações que os intelectuais tinham com a Medicina Legal, a Criminologia e até mesmo a Psiquiatria.

Moura Brito se manteve como catedrático de Medicina Legal até 1946, quando a cadeira foi assumida por Napoleão Lyrio Teixeira. Moura Brito até mesmo participou da banca do concurso para a livre docência, na qual esteve inscrito Napoleão Lyrio Teixeira, e além dele estavam na banca examinadora Antenor Pamphilo Santos<sup>173</sup>, Alô Guimarães,

---

(1908) e *Estudos de Direito Criminal* (1898), de Lima Drummond, *Lições de Direito Criminal* (1910), de Fernando Nery, *Lições de Direito Penal* (1906), de Filinto Justiniano Ferreira Bastos, *Criminologia* (1893), de Raffaele Garofalo. A relação destas obras está disponibilizada também a partir de um *Catálogo da Biblioteca da Universidade do Paraná*, de 1914. Disponível em: [acervo.ufpr.br](http://acervo.ufpr.br).

<sup>172</sup> Tratava-se da banca de Alô Guimarães, formada pelos professores Antônio Austregésilo, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Heitor Carrilho, da Faculdade Fluminense, Antônio Carlos de Pacheco e Silva, da Faculdade de São Paulo, João Candido Ferreira, catedrático de Clínica Propedêutica e João de Moura Brito, catedrático de Medicina Legal.

<sup>173</sup> Antenor Pamphilo dos Santos formou-se em Farmácia na Faculdade do Paraná. Em 1926, após a reforma do Ensino Superior - Reforma Rocha Vaz -, criou-se mais duas cadeiras privativas, além de prolongar o ensino de Farmácia em um ano, totalizando quatro anos. Antenor Pamphilo dos Santos se candidatou a vaga da cadeira de Química Bromatológica e Toxicológica, defendendo a tese *Contribuição para o estudo toxicológico do Oleo de Chenopodio*. No entanto, estava exercendo interinamente a cadeira desde 1924. Na banca avaliadora estiveram Victor Ferreira do Amaral, Octavio Silveira, Hugo Riedel, Assis Gonçalves e Nilo Cairo. (O DIA, 27/04/1926, p. 4). Foi o primeiro negro formado pela Faculdade de Medicina do Paraná. Defendeu a tese de doutorado em 1928, com o título *Considerações gerais sobre as theorias de envenenamento*. Em 1929, se tornou catedrático de Química Geral e Mineral, com a tese *A physico-chimica*

catedrático de Clínica Psiquiátrica, Augusto Colle<sup>174</sup>, catedrático de Anatomia e Fisiologia Patológica e Júlio Estrella Moreira, Cirurgião-dentista. (O DIA, 01/05/1948, p. 3). O campo da Medicina Legal não foi, no entanto, o único caminho para as discussões eugênicas.

Devemos ainda destacar que a opinião pública paranaense reverberou esses conteúdos. Notamos suas produções em torno da Eugenia quando ocupou uma coluna no jornal curitibano *O Dia*. Em 23 de março de 1928, publicou o primeiro de vinte textos intitulados *Eugenicas*. Como estratégia, Benedicto Nicolau dos Santos (1879-1956) assinava os textos com o pseudônimo de Jack Lino.<sup>175</sup> Desde 1899, foi apresentado na imprensa como compositor e maestro.<sup>176</sup> Em 1900, foi nomeado para exercer, temporariamente, o cargo de escrivão de crimes no Juizado de Direito da 2ª Vara, pelo Dr. Vieira Cavalcanti. (A REPÚBLICA, 30/09/1900, p. 1). Desde 1901, Benedicto Nicolau dos Santos participou como jurado nos Júris Populares que ocorriam na Comarca de Curitiba, e essas participações ocorreram até 1905. Benedicto Nicolau dos Santos foi nomeado escriturário da Alfândega de Paranaguá em 1904. (DIARIO DA TARDE, 28/03/1904, p. 2)<sup>177</sup>, e, em 1907, foi promovido de 2º escriturário para 1º escriturário da Alfândega,

---

*do hydrogenio atômico e molecular*. Também encontramos a tese *A estrutura dos corpos cristalizados*, de mesmo ano e mesma cátedra. Em 1931 foi Chefe do Laboratório de Bromatologia e Análises Químicas do Estado. (O DIA, 03/03/1931, p. 5). Posteriormente tornou-se Catedrático de Fisiologia da Universidade. Na década de 1950, foi o primeiro presidente da Sociedade de Endocrinologia e Nutrição do Paraná, instalada em sessão no dia 14 de setembro de 1957, na Policlínica Garcez do Nascimento, em Curitiba. Seu primeiro Presidente foi Antenor Pamphilo dos Santos, e a Diretoria era composta ainda por Orlando de Oliveira Mello, Alfredo Moraes e Silva Filho, Jorge Karam, Anchises Marques de Farias, Azor de Oliveira e Cruz, Gastão Silva, Atlântido Borba Cortes, Metry Bacila e Gastão Pereira da Cunha. (CORTES; LACERDA FILHO; SUPLICY, 2000).

<sup>174</sup> Augusto Colle Munhoz era mais um “prata da casa”. Frequentou na juventude o Gymnasio Paranaense (1923), em 1926 prestou e foi aprovado no vestibular para a Faculdade de Medicina do Paraná e em 1932 graduou-se. Em 1937, tornou-se docente livre da cadeira de Anatomia e Fisiologia Patológica. A banca julgadora do concurso era formada por Paulo Tibiriça, Milton Carneiro, Dante Romanó, Cesar Pernetta e João Vieira de Alencar. (O DIA, 02/02/1937, p. 4). Em 1939 tornou-se catedrático de Anatomia e Fisiologia Patológica, e conforme *O Dia*, participaram da banca os professores Jayme Abenatar e Walter Bungeler. (O DIA, 19/04/1939, p. 5). Sua banca foi formada por Jaime Abenatar, da Faculdade do Pará, Walter Bungeler, da Faculdade de Medicina de Dantzig, Aridio Martins, da Faculdade Fluminense, José Pereira de Macedo, de Anatomia Descritiva e Milton Carneiro. (O DIA, 12/03/1944, p. 9).

<sup>175</sup> Conforme apontou Lorenzoni (2014), Benedicto Nicolau dos Santos foi ativo colaborador das revistas simbolistas como *O Sapo* e *Azul*, no início do século XX, mas também colaborou nas revistas *O Itararé*, *Prata da Casa*, *Véritas*, *Correio dos Ferroviários* e *Marinha*, esta última de Paranaguá, e com o *Boletim Latino Americano de Música*, criado pelo já citado musicólogo uruguaio Francisco Curt Lange. Foi fundador dos periódicos de orientação católica *O Vigilante*, em Paranaguá, e *O Cruzeiro*, em Curitiba. Nos jornais curitibanos *O Dia*, *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*, escrevia sobre assuntos diversos e atuava como crítico musical, sob o pseudônimo de Jack Lino. (LORENZZONI, 2014, p. 46 *apud* SAMPAIO, 1980, p. 143).

<sup>176</sup> Em 1899, o *Diário da Tarde* apontou o recebimento de um exemplar composição Polka, do hábil compositor Benedicto Nicolau dos Santos. A partitura era impressa no atelier Novo Mundo, de Adolpho Guimarães, e ali estava disponível para encomendas. (DIARIO DA TARDE, 06/07/1899, p. 2).

<sup>177</sup> Benedito passou ainda em concurso de 2ª entrância para Delegado Fiscal da Fazenda em Foz do Iguassú, em janeiro de 1905, no entanto, com sérios problemas de saúde se afastou para tratamento. Em 30 de abril de

vijando ao Rio de Janeiro para receber a promoção; conseqüentemente, passou a ser empregado da Fazenda Nacional. Serviu em Paranaguá durante os anos 1920, manteve-se como escriturário conferente da Alfândega. (O DIA, 15/03/1924, p. 5).

Também fez parte do núcleo católico do Círculo de Estudos Bandeirantes desde sua criação. Névio Campos, trabalhando com a questão do laicato católico no Paraná, explanou que em 1929, quando da criação do Círculo de Estudos Paranaense, o Prof. Benedicto Nicolau dos Santos - publicista, maestro e musicista - foi um dos fundadores e discutiu alguns temas nas reuniões do grupo, dentre elas o *Conflito Escolástico*, a *Moral e Estética*, a *Percepção Estética*, e, por fim, *A Intelectualidade Paranaense*.<sup>178</sup> O autor já havia publicado textos no jornal com o título de *Feminismo*; no entanto, trocou para o genérico título *Eugenicas*, pois a face política e social estava presente nos dois. (O DIA, 23/03/1928, p. 2).

No dia seguinte, publicou algumas questões relativas diretamente à Eugenia, tendo por “escopo a seleção e aperfeiçoamento do tipo humano - fisicamente tomado.” Afirmava ser um novo ramo de estudo e que era uma experiência nascida ou agregada à ciência médica. Contava Benedicto Nicolau dos Santos que a Eugenia brotou da necessidade social em defender-se um povo da avalanche crescente de produtos degenerados física e

---

1906 seu nome esteve relacionados nos passageiros de navio que partia para a Europa. (DIARIO DA TARDE, 30/04/1906, p. 2).

<sup>178</sup> Benedicto Nicolau dos Santos frequentou o Círculo de Estudos Bandeirantes em 1933, dividiu espaço de estudos com José de Sá Nunes, Hostílio de Araujo, Liguarú Espirito Santo, Ernani Abreu, Arthur Santos, Brasil Pinheiro Machado, Britto Pereira, Braga de Abreu, Oton Muder, Waldemiro Teixeira Freitas, Homero de Barros e Ellias Karam. Sobre o núcleo familiar, chegamos à pessoa de Ennio Nicolau dos Santos, e tudo indica possivelmente ser irmão de Benedito, foi carcereiro em Curitiba. Conforme o *Diario da Tarde*, em 7 de novembro de 1899, Ennio Nicolau dos Santos (1877-1904), ex-sargento, esteve preso na Cadeia Pública. (DIARIO DA TARDE, 07/11/1899, p. 1). No entanto, em 1900 foi nomeado a carcereiro da Cadeia Pública. (DIARIO DA TARDE, 03/02/1900, p. 2). Em 1901 foi acusado de crime de tentativa de morte, e teve inquérito aberto. (DIARIO DA TARDE, 23/07/1901, p. 2). Foi preso mais tarde, e ganhou soltura mediante *habeas corpus* pedido pelo dr. Afonso Camargo, e posterior pagamento de fiança. Nesta ocasião, Benedicto Nicolau dos Santos, que era escrivão do Juiz de Direito Vieira Cavalcante, se absteve, possivelmente, por motivos de proximidade familiar, e deu lugar ao escrivão Luciano de Gracia. Em 1904, com 27, Ennio foi morto a facada em briga em botequim de Butiatuvinha, na Comarca de Curitiba. (DIARIO DA TARDE, 29/08/1904, p. 2). Este, possivelmente era seu irmão. Acreditamos que o caso de vida considerado desregrada de Ennio Nicolau dos Santos, membro da família de Benedito foi significativa para a construção de suas considerações eugênicas. Em 1908, o jornal *A República* trouxe à tona o nascimento e registro civil de José, filho legítimo de Benedicto Nicolau dos Santos. (A REPÚBLICA, 01/02/1908, p. 1). Creemos que trata-se de José Nicolau dos Santos, reitor da UFPR entre 1964 e 1967. José Nicolau dos Santos seguiu a carreira jurídica, frequentando a Faculdade de Direito do Paraná entre 1927 e 1931, assim como o irmão Benedicto Nicolau dos Santos Filho, curitibano, nascido em 9 de maio de 1914, bacharel pela Faculdade de Direito em 1937. O último utilizou por vezes o pseudônimo Jacklino das Araucárias, falecendo em 21 de junho de 1987. (2016, p. 134). Benedito teve também um filho chamado Luiz, que aniversariou em 23 de novembro de 1933. (DIARIO DA TARDE, 23/11/1933, p. 7). Também era filho de Benedicto Nicolau dos Santos, o desenhista Jonas dos Santos. (A REPÚBLICA, 01/08/1929, p. 3). Era uma família ligada aos círculos sociais artísticos e, portanto, envoltos de relevante capital cultural, tendo acesso a redes de sociabilidade que os diferenciavam, emergente portanto de uma família tradicional do Paraná.

moralmente, da necessidade de segregação ou esterilização dos indivíduos tarados e empestados por moléstias constitucionais incuráveis e de fácil contágio. (O DIA, 24/03/1928, p. 2).

No entanto, relatava que, no Brasil, esses cuidados estavam caminhando a passos de tartaruga. Comentava que por estas terras eram contra a esterilização e as imitações textuais de países estrangeiros. No entanto, acreditava que segregação e o tratamento de tuberculosos seriam aceitos no país, como havia acontecido no Estado do Paraná, e acreditava que nenhuma dificuldade seria oferecida para a aplicação dos exames pré-nupciais.

Assim, a ideia de Benedicto Nicolau dos Santos não era tratar a Eugenia Física, considerada de alto alcance e interesse coletivo, mas a Eugenia Moral, considerada por ele como interesse de maior vulto e alcance social. Afirmava ainda que alguns leitores poderiam acusá-lo de que não cabia o uso do termo Eugenia na fenomenologia do mundo moral, em que se faz a extinção ou abstração da sexualidade. No entanto, preferiu Eugenia ao termo Profilaxia, e a dividiu em duas: a Eugenia Social, da seleção física, intelectual e moral, e a Eugenia Política, da seleção exclusivamente moral. As duas estavam em relação de dependência, de adstrito.

Benedicto Nicolau dos Santos, ao distanciar a Eugenia Social - ciência estritamente do campo médico - da eugenia política, coloca-se como teorizador desse segundo campo da eugenia política que considerava com preocupação mais moral. Em 27 de março publicou a *Eugenicas III*, em que esboçou o que seria esse plano advindo de micro campo social, o campo da Eugenia Política. Afirmava que alguns males atuais eram advindos do passado, resultantes da imprevidência dos que nos precederam. A seleção física, se não dependia da seleção moral, tinha nela seu principal apoio e segurança. As forças físicas e morais eram elementos dinâmicos, segundo Nicolau, e o “educar da vontade própria era o grande segredo para elevar o indivíduo acima de si mesmo”, considerado por Nicolau como “segredo dos santos e super-homens de todos os tempos”. E continuava: “é o segredo dos grandes mestres e grandes orientadores da massa incolor. Foi o segredo dos sábios na antiguidade; o segredo de Napoleão, e é o segredo de Mussolini em nossos tempos de dissolução de costumes e anarquia mental.” (O DIA, 27/03/1928, p. 2).

Porém, como deveria ocorrer essa seleção? Benedicto Nicolau dos Santos exemplificava duas delas, política e socialmente. A primeira, na

seleção dos individualizam que se colocam a cavalheiros dos mesquinhos interesses próprios e alheios, conscientes do papel e missão a cumprir para a perfeita execução dos códigos orgânicos da vida nacional. E o segundo, socialmente, na seleção dos indivíduos aptos na recepção da cultura física, intelectual e moral, incluídas nessa o conhecimento e culto da revelação divina, como fundamento básico da existência e finalidade do ser humano. (O DIA, 27/03/1928, p. 2)

Para tanto, afirmava que a condição inicial da vida social era formar o indivíduo apto ao culto a Deus, à Pátria e à Família. Se essa não fosse condição primeira das idades infantis, o reflexo seria sentido na sociedade. (O DIA, 27/03/1928, p. 2). Conforme sua linha de pensamento, o homem moderno deveria crer unicamente em si próprio. Esse era o modelo que vinha dando certo a partir do judaísmo americano, com sua fórmula ultraegoísta. No entanto, alertava que nas liberdades absolutas de ação individual, nem todos os meios eram lícitos para atingir aos fins desejados. (O DIA, 29/03/1929, p. 8). No dia 31 de março, Nicolau dos Santos hierarquizou a natureza entre os morais, e por isso superiores, e os imorais, tidos como mais inferiores da natureza. (O DIA, 31/03/1928, p. 2). A crença seria assim o fundamento ou a planta sobre a educação dos indivíduos, o raiar da razão serão os alicerces do homem forte, livre e poderoso pelo caráter e virtudes morais. (O DIA, 31/03/1928, p. 4).

Nicolau dos Santos insistia que a Eugenia deveria se utilizar da Educação Física, mas também da Educação Moral, que dependia do alto conceito religioso, de uma sabedoria secular e do conhecimento das leis superiores. Desta maneira, o ateísmo e seus praticantes eram considerados a corrupção e a perpetuação do crime contra toda a ordem. Cabe lembrar que Benedicto Nicolau dos Santos, um ano depois, esteve entre os fundadores do Centro de Letras do Paraná (1912) e do Círculo de Estudos Bandeirantes (1933), no entanto, pesquisas mais apuradas sobre poderão trazer à tona a possível relação entre eugenia e as instituições em questão. Desses problemas nascia a necessidade eugênica dos institutos e escolas que preservassem as crianças desamparadas, pois seria dessa orientação que se adquiriria a cultura superior, já que era impossível “(...) o isolamento ou a hospitalização dos tarados ou contaminados de doenças e vícios morais.” (O DIA, 03/04/1928, p. 2).

No dia 21 de abril, Nicolau falava acerca da “moralidade, da corrupção e do instituto social”. O regime do “instituto social” era, conforme apurou Nicolau, o substituto dos regimes de clãs e de tribos, deveria pregar seus códigos e disposições preceituais da vida em comum. Assim, conforme apontou, uma série de preceitos, bem como deveres e obrigações morais, deveriam ser considerados pelos indivíduos e afirmava que se devia aceitar viver moralmente à sombra da lei e fora da cadeia. (O DIA, 21/04/1928, p. 2). A

Eugenia Individual teria assim uma importância no sentido de apurar a “seleção de valores morais, perpendiculares e retos, na linha de ação.” (O DIA, 21/04/1928, p. 2).

Em sequência, passava a exaltar o projeto de sociedade de que fazia parte, baseado na moralidade religiosa, na ética das relações entre deveres, direitos e obrigações recíprocas estabelecidas em seus códigos, envolvendo autoridade e obediência entre Deus e os homens. Quem era contra esse modelo de instituição social, na organização da sociedade e da família, era considerado criminoso. Para tanto, apontava os modelos contrários ao seu projeto, ligado aos “divórcios, amor livre, bolchevismo com todo o seu cortejo de horrores, mortes, e destruição em que se afundou o passado e ameaça o presente.” (O DIA, 25/04/1928, p. 2).

Assim, durante as publicações de 28 de abril e 01 de maio, Nicolau passou a criticar o modelo do bolchevismo que visava destruir o Estado e a Família, e implantar o trabalho livre, o amor livre, os costumes livres. (O DIA, 28/04/1928, p. 2). Em outra publicação, afirmava que o bolchevismo era aquela “geração perversa que mata pelo aborto e elimina pelo malthusianismo as gerações do futuro. É a elite que se embriaga de vícios e tóxicos.” (O DIA, 01/05/1928, p. 2). Nicolau se colocava a favor de um cordão sanitário que se estendesse pelas fronteiras, no intuito de barrar a imoralidade dos estrangeiros. A Eugenia de ordem moral deveria, sobretudo, agir dentro da própria “vida no interior da nação”, selecionando os “elementos válidos pelo trabalho, honra e dignidade humanas.” (O DIA, 08/05/1928, p. 2). A sã política, revela Nicolau, deve ser a arte de bem selecionar, para bem governar.

No dia 09 de maio, falava em educar uma geração, no sentido de limpeza, polimento, sinceridade e a extirpação de vícios, chegando a citar os marinheiros de Saldanha da Gama que se divertiam fazendo capoeiragem nos portos da Inglaterra, e foi motivação para a polícia aparecer para proteger a integridade física dos espectadores. Afirmava ser um típico caso brasileiro e, portanto, um hábito que deveria ser modificado. (O DIA, 09/05/1928, p. 2). A Eugenia Política vinha no sentido de mudar os hábitos considerados ruins, mas sobretudo imorais. E esse seria o papel dos professores e o papel da escola. Os professores deveriam ser os primeiros a serem escolhidos. Era o que chamava de Eugenia Escolar, que se iniciava com a seleção do mestre, pois era o responsável pela formação da economia mental do Estado. (O DIA, 11/05/1928, p. 2).

No dia 12 de maio, ditava que a Eugenia deveria ser parte integrante e complementar da educação da primeira e segunda infância, que urgia entrar no programa

dos cursos normais e acadêmicos. Era a necessidade de disseminar noções de “fisiologia, higiene e profilaxia para a defesa comum ou singular do indivíduo e da prole.” (O DIA, 12/05/1928, p. 2). E alegou: “Quando os males constitucionais, hereditários ou adquiridos tais como a tuberculose, a lepra, a sífilis, o alcoolismo e vícios depauperantes atingem a porcentagens alarmantes, todas as medidas aconselháveis à defesa, serão importantes para salvaguarda do futuro.” (O DIA, 12/05/1928, p. 2). No entendimento de Nicolau dos Santos, a Eugenia deveria seguir três planos: os governos, os pais e os mestres, que deveriam “assumir diante de Deus, a responsabilidade de inúmeros males de ordem física e moral que consomem os seres humanos, confiados à sua direção e poder.” (O DIA, 13/05/1928, p. 2).

Em sua perspectiva, os teóricos do mundo moderno destruíram, por meio da racionalidade, a divindade em prol do homem livre. Desde o empirismo radical de Hobbes, Locke e Gossendi, ao racionalismo crítico de Fichte, Schelling, Hegel, Krause, Victor Cousin, Augusto Comte, Stuart Mill. No entanto, chamam atenção vozes que contrapunham essa barreira; tratava-se de Soriano de Souza, Visconde de Saboia, Farias de Brito e Leonel Franco, pioneiros do que chamou de “batalhadores da cruzada néo-espírita”. (O DIA, 16/05/1928, p. 2). Ao lado destes estavam Jackson Figueiredo e Porto Silveira, que contrariavam o racionalismo eclético de Tobias Barreto e Sylvio Romero, e os projetos agnósticos de Benjamin Constant e Teixeira Mendes.

É nesse intuito que se falava da necessidade de mestres convenientes ao projeto que se organizava de forma quase religiosa, em que os mestres de enquadramento católico eram, na lógica de Benedicto Nicolau, preteridos nas escolhas. Nicolau esboçava e depositava suas esperanças nessa mudança educacional:

O espírito yanke do paranaense ataca a braços nús e de frente as montanhas de dificuldades, vencendo barreiras; destruindo a inércia, o pessimismo, o atavismo ancestral; modificando a índole e a educação popular; maravilhando assim o forasteiro adventício e curioso. (O DIA, 17/05/1928, p. 2).

Havia, para o autor, um atavismo ancestral que barrava o progredir do paranaense. A Eugenia, na projeção de Benedicto Nicolau, seria a

luz para os retardatários e luz para os náufragos. Instrução e religião, luz da inteligência e luz dos caminhos. (...) Ambas compreendem a filosofia teórica e prática do conhecimento para a solução do problema da vida; ambas selecionam os espíritos e saneiam o corpo porque incluem toda a ciência eugênica em um campo físico e moral do indivíduo, da família, da sociedade humana em geral. (O DIA, 17/05/1928, p. 2).

Ciência e fé andariam lado a lado na configuração projetada por Benedicto Nicolau dos Santos em relação à sociedade paranaense. A salvação do indivíduo e da sociedade viria do ato de não separar ciência e filosofia da religião.<sup>179</sup> Era, portanto, nesse momento, um clássico intelectual católico tomista paranaense. Mas que se pretendia competente para tratar da temática publicamente. Benedicto Nicolau dos Santos possui uma trajetória relevante de ser analisada, e pode igualmente ser caracterizado como integrante da primeira geração de intelectuais que discutiu a temática da eugenia.

Benedicto Nicolau dos Santos integrou, ainda, em 1934, a “Collumna Integralista”. Em 5 de outubro de 1934, o *Diário da Tarde*, publicou que ocorreria naquela noite uma sessão da Ação Integralista Brasileira nas dependências do Teatro Guaíra. Dentre os oradores do evento, o diário citou o professor Benedicto Nicolau dos Santos, que falaria acerca do integralismo para os partidários e ao público em geral. (DIÁRIO DA TARDE, 05/10/1934, p. 7). A Eugenia em Benedicto Nicolau dos Santos ganha, no fim da década de 1920, esse caráter católico, aplicada na perspectiva, física, política e moral.<sup>180</sup>

O caso de Benedicto Nicolau dos Santos aqui analisado pode ser aproximado ao caso da Eugenia no período franquista (1939-75) da Espanha, refletido por Ricardo Campos (2016), em *Autoritarismo y eugenesia punitiva: higiene racial y nacionalcatolicismo en el franquismo, 1936-1945*. Durante o Estado Novo Franquista - formado por grupos de direita, monarquistas, tradicionalistas, fascistas e católicos, somados ao exército - produziu-se uma diferente percepção da Eugenia e de Biopolítica. Em função do Catolicismo, distanciaram-se das políticas que se aproximavam da Eugenia Nazi, da Alemanha, produziram um próprio e peculiar discurso sobre eugenia, baseado na patologização do inimigo político que deveria ser destruído para a proteção da “*raza hispana*”. (CAMPOS, 2016, p. 131-132).

Isso tudo ocorreu, conforme apontou Campos (2016) no contexto da Guerra Civil Espanhola, onde o discurso coercitivo e punitivo vigorou distanciando-se da esterilização e da Eugenia Negativa, mas permitindo a segregação, repressão e eliminação dos inimigos políticos do regime de Franco e dos que iam de encontro à moralidade e aos costumes da

---

<sup>179</sup> Basta notar o caso do naturalista e catedrático de Zoologia, Padre Jesus Santiago Moure, que dizia que “Deus fez o mundo pela evolução e nós procuramos, na medida do possível, reescrever a história desse mundo”. (URBAN; MELO, 2010, p. 518). Instalou-se em Curitiba em 1933, designado professor e pesquisador, em 1938 assumiu a cátedra de Zoologia.

<sup>180</sup> Turda e Gillette (2014) trabalhando aspectos da eugenia latina, inferiram sobre Jean Dermine, professor do Seminário Teológico de Bonne-Espérance, na Bélgica, que propôs que “Eugenia Cristã” era uma forma de “Eugenia Integral” (*l'eugenisme intégral*), baseada na moralidade, castidade pré-nupcial, e respeito para com a família. (DERMINE, 1930, p. 174-190 *apud* TURDA; GILLETTE, 2014, p. 115). O pensamento católico buscou trazer à tona na França de 1930 as discussões entre a Igreja e a Eugenia.

hispanidade. (CAMPOS, 2016, p. 133). Este caso demonstra as semelhanças com o caso da Eugenia disposta nos artigos de Benedicto Nicolau dos Santos, que, da mesma forma, utilizou o discurso da moralidade e dos crimes contra os costumes, dando visibilidade ao feminismo, ao liberalismo, ao comunismo como lutas centrais da Eugenia, além da questão do atavismo ancestral da população brasileira.

Acrescentamos que essas discussões estiveram presentes em 1934, no Gabinete de Identificação do Departamento do Serviço Médico Legal e Anexos do Estado do Paraná, que nesse momento possuía um serviço ampliado. Era o Centro de Estudos Criminológicos no Estado. Nessa primeira metade da década de 1930, os peritos médicos eram Aramis Athayde, Cerqueira Lima<sup>181</sup> e Alô Guimarães, todos professores da Faculdade de Medicina do Paraná, respectivamente ocupando as Cadeiras de Patologia Médica, Pediatria e Higiene Infantil, e Psiquiatria.

Em uma perícia médica acerca de uma apuração de paternidade, ao comentarem acerca das digressões necessárias a respeito da investigação da paternidade e do estudo do fator hereditário, concordavam, a partir do médico pediatra Eugène Apert (1868-1940), que considerava que “a hereditariedade governa o mundo; os vivos atuam; porém nestes os mortos falam e os fazem como eles são.” (ATHAYDE; LIMA; GUIMARÃES, 1934, p. 171)<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> Álvaro Emílio de Cerqueira Lima (x-1940), casado com Francisca Novaes de Cerqueira Lima, pais de Cleonice Novaes de Cerqueira Lima e Pedro Emílio de Cerqueira Lima(1919-x). Em 1911, foi o médico do núcleo de Itapará, prestando serviços junto ao Serviço de Povoamento do Estado, mas também na Colônia Cruz Machado. Em 1919, atuou na Palmeira e se candidatou a Deputado. Em novembro de 1919 se elegeu Deputado Federal. Foi catedrático de Clínica Pediátrica e Higiene Infantil em 1925. Em 1930, o “major médico” foi nomeado para exercer o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública. (O DIA, 13/07/1930, p. 5). Em agosto de 1935, fez parte da nova Diretoria da Associação Médica na chapa do Presidente Francisco Franco, atuando na Comissão de Assistência na gestão, 1935-36. No indicador profissional, seção do jornal *O Estado* de 1936, aparece como Psiquiatra, mas também para Clínica Médica Cirúrgica para crianças, no jornal *O Dia*. Faleceu em 5 de junho de 1940.

<sup>182</sup> Trata-se do francês Eugène Apert (1868-1940), médico pediatra que, em 1906, descobriu e nomeou a síndrome de Apert, caracterizada por um conjunto de anomalias craniofaciais e das extremidades dos membros. Conforme Steffen (1984), foi um dos fundadores da Sociedade Francesa de Eugenia, em 1912, além de Secretário-geral, mas também foi Presidente da seção de eugenia do Instituto Internacional de Antropologia e presidente da Federação das Sociedades Latinas de Eugenia. Durante sua trajetória, contribuiu para as discussões pediátricas e genéticas, como no caso da Síndrome de Apert, e apresentou no Congresso Internacional em Budapeste o trabalho *Os benefícios e problemas da consanguinidade*. Em seus trabalhos, aplicou as leis de Mendel para compreender as condições da hereditariedade humana, sobretudo na questão das doenças hereditárias e congênitas. Trabalhou a questão das doenças endócrinas quando foram evidenciadas as associações com o crescimento de desenvolvimento de anomalias. (STEFFEN, 1984). Turda e Gillette (2014) relataram que Apert, em carta enviada a Jean Piéri, explicitou que acreditava que nos países latinos, a melhoria humana poderia ser alcançada igualmente através do incentivo da reprodução como medidas eugênicas negativas. Estavam, assim, se distanciando das perspectivas de esterilização e do caráter eugenicamente intervencionista do Estado, e se aproximando do endosso do voluntarismo e da responsabilidade médica. (2014, p. 114). Na década de 1920, Apert se preocupou com os efeitos da mistura racial para a saúde da nação francesa. Enquanto analisava os casamentos entre franceses e os latinos, espanhóis, italianos e belgas como benéficos, os casamentos entre franceses e africanos, considerados mestiçagem (*métissage*), era definida como racialmente detrimental. (APERT, 1923, p. 1565; 1924, p. 149

Apert, pediatra e eugenista, pesquisou hereditariedade a partir das leis de Mendel, para compreender as condições da hereditariedade humana na questão das doenças hereditárias e congênitas.<sup>183</sup> Em *L'Hérédité morbide* (1919), a herança mórbida era para Apert um curioso grupo de doenças raras, conhecidas sob o nome de doenças de família, em que certos caracteres patológicos eram transmitidos de geração em geração de forma idêntica, absolutamente como acontecia com os caracteres normais quando transmitidos. Para explicar a transmissão hereditária de doenças familiares, utilizou da Lei de Galton e da Lei de Naudin-Mendel (APERT, 1919, p. 30).<sup>184</sup>

Nesse sentido das discussões, conforme os peritos médicos paranaenses e professores da Faculdade de Medicina do Paraná, o legado hereditário orgânico se consubstanciou nas Leis de Galton e de Mendel, aproximando-se significativamente da interpretação de Apert. De Galton, utilizavam a tese hereditária em sua completude, citando diretamente da fonte.

(...) os caractéres de um individuo provêm, por metade, dos respectivos ascendentes da primeira geração (páís); por um quarto, dos da segunda (avós); por um oitavo, dos da terceira (bisavós); por um dezesseis avos, dos da quarta (tataravós), e assim sucessivamente. (ATHAYDE; LIMA; GUIMARÃES, 1934, p. 171-172).

---

*apud* TURDA; GILLETTE, 2014, p. 201). Em 1919, Apert produziu *L'Hérédité morbide* (1919), livro no qual insere que a “regeneração da raça” começava assim que a ação de influências nocivas cessasse; essa regeneração não tinha como condição obrigatória a eliminação de linhas degeneradas; a herança ancestral sobrevivia sob as mudanças degenerativas devido à influência da herança mórbida e assumia o controle nas gerações posteriores assim que os agentes perniciosos não agissem mais para modificá-las. (APERT, 1919, p. 5).

<sup>183</sup> Esta ligação com Apert pode ter vindo dos estudos de Cerqueira Lima, *Sífilis hereditária*, publicado na *Revista Médica do Paraná*, em agosto de 1936, que trabalhou a questão da heredo-sífilis, que, embora tratou em 1936, como “sífilis inata” ou “sífilis hereditária” para o público em geral, e conforme Ross (2017), referia-se à “sífilis congênita”, e esta era uma forma de fazer com que o público a compreendesse. (ROSS, 2017).

<sup>184</sup> As leis de-Galton e Naudin-Mendel aplicam-se à herança de doenças familiares e à herança de caracteres normais. Comentou assim a hereditariedade do tipo direta, atávica e colateral, conforme a produção de Galton. Apert, comentando a teoria de Galton, sintetizou (...) às vezes, a hereditariedade é direta, e a particularidade é transmitida de pai para filho sem intermediário; mas apenas um filho em vários herda a característica paterna; outras vezes, uma ou mais gerações passam antes que a particularidade de um ancestral reapareça em um ou mais de seus descendentes (herança atávica) às vezes até uma particularidade aparece em um tio e em seu sobrinho, ou em dois ou três irmãos, ou em vários primos, sem serem encontrados até onde se pode buscar - a mesma peculiaridade nos ascendentes (herança colateral). (APERT, 1919, p. 30). Por falta de pesquisas suficientes, o fio que orientaria os pesquisadores no labirinto dos fatos só se deu com as pesquisas de Naudin e Mendel. A lei de Galton foi considerada sintética, enquanto a lei de Naudin-Mendel era analítica, sendo elas maneiras diferentes de expressar fatos naturais. Naudin era um pesquisador francês que estudando os resultados do cruzamento de duas raças da mesma espécie vegetal, mostrou que os híbridos de primeira geração eram todos semelhantes, mas que se fertilizados um pelo outro, observou-se que em gerações após o retorno de um certo número de indivíduos aos dois tipos primitivos. Mendel esclareceu, conforme Apert (1919), numericamente a lei de Naudin, no entanto, estudando o cruzamento de duas variedades da mesma raça de plantas, com pequenas modificações morfológicas. Essas características receberam o nome de caracteres mendelianos. (APERT, 1919, p. 31).

Essa perspectiva de herança produzida por Galton não leva em conta somente a influência do pai e da mãe, seus genitores, mas de uma carga hereditária advinda progenitores como avós, bisavós, tataravós. A pesquisa de Galton, baseada em registro e análise estatística das características que genitores e progenitores transmitiam às proles, era utilizada para comprovar a tese de que o gênio, talento e caráter eram hereditários. Assim, em seu Laboratório Antropométrico, montou genealogias familiares, demonstrando que além das características físicas também as capacidades intelectuais, visualizadas na capacidade de alcançar altos cargos e posições na sociedade eram herdadas dos antepassados.<sup>185</sup> A herança dos progenitores e genitores à prole poderia ser patente ou latente, e assim, “(...) a prole poderia apresentar características de ancestrais remotos, significando que os organismos poderiam apresentar características atávicas.” (DEL CONT, 2008).

Mendel afirmava que suas experiências botânicas foram exitosas e demonstrou que “(...) óvulos e espermatozoides oferecem, em sua constituição protoplasmática, caracteres dominantes, impressos no dobro dos descendentes, que apresentam os caracteres recessivos.” (ATHAYDE; LIMA; GUIMARÃES, 1934, p. 172). E, por fim, apontaram os médicos peritos que a heredo-biologia proclamada por De Vries reafirmou o “imperioso determinismo da genética, estabelecido por Mendel”.

Os peritos visualizavam que a herança biológica não se manifestava “em seus caracteres, de igual modo, sendo direta, indireta, atávica, ou por influência”. (ATHAYDE; LIMA; GUIMARÃES, 1934, p. 172). O texto do trio representa, nesse sentido, um momento em que a hereditariedade ainda não era visualizada somente a partir do mendelismo, mas da questão da herança atávica, e talvez a prevalência da ciência psiquiátrica, por meio de Alô Guimarães, possa ser um lastro para explicação, ou Cerqueira Lima, professor de Clínica Pediátrica e Higiene Infantil e possivelmente um leitor do pediatra francês Eugène Apert. No entanto, os três médicos assinam o texto, o que demonstra uma aceitação científica do conteúdo. Ainda citam Leonídio Ribeiro, que acreditava que cada indivíduo possuía uma fórmula hereditária constituída por um conjunto de fatores oriundos de seus pais. As Leis Mendelianas asseguravam, conforme os autores, a transmissão hereditária de caracteres constitucionais normais e patológicos.

---

<sup>185</sup> No *Anthropological Laboratory*, a partir de questionários, Galton registrou as características físicas e intelectuais de indivíduos, ofereceu recompensas em dinheiro para a história familiar mais abrangente e conseguiu aproximadamente 9000 registros familiares, muitos deles completos. (DEL CONT, 2008).

O texto de tripla autoria é um esboço de como a teoria da hereditariedade era visualizada por essa geração de médicos, que ocupavam o espaço de peritos no campo criminológico, discutiram a questão hereditariedade. Mas ainda são perceptíveis aspectos relevantes à Medicina Legal, foco central do texto. Aramis Athayde, Cerqueira Lima e Alô Guimarães comentam ainda a hereditariedade do tipo sanguíneo, já hegemônico naquele momento, que poderia ser utilizada para a questão da Medicina Forense e o problema da paternidade. Relatam que com as pesquisas de Landsteiner e o advento do processo da isoaglutinação percebeu-se que no sangue humano havia dois aglutinógenos, o A e B. Esta constatação permitiu dividir os homens em geral em quatro grupos distintos, O, A, B, AB. No entanto, criticaram o fato dos exames de sangue não serem utilizados nos tribunais judiciários no Brasil para esse fim, como ocorria na Alemanha, Rússia, Estados Unidos, Suíça, Japão, Inglaterra, Dinamarca, Áustria e Suécia. Conforme os médicos, havia uma desconfiança por parte dos tribunais brasileiros em relação aos exames de laboratórios. (ATHAYDE; LIMA; GUIMARÃES, 1934, p. 175).

Por outro lado, Aramis Athayde, Cerqueira Lima e Alô Guimarães relatam que os caracteres somáticos de todas as pessoas da família deveriam ser investigados, a fim de descobrir o parentesco. Citavam a adoção das classificações biotipológicas de Kretschmer<sup>186</sup> (astênicos, atléticos, pícnicos e displásicos), de Viola<sup>187</sup> (normotipos, braquetipos e longitipos), e de Sigaud<sup>188</sup> (respiratórios, digestivos, musculares e cerebrais).

---

<sup>186</sup> Ernst Kretschmer (1888-1964) foi um psiquiatra que biologizou determinadas perturbações psiquiátricas em associação aos morfotipos. Em sua teoria, correlacionou temperamentos, doenças e biotipos físicos. Conforme Ito (2002), que em *Diferenças individuais: temperamento e personalidade* analisou sob o viés da psicologia os dados empíricos que Kretschmer colheu em hospitais psiquiátricos. Distinguiu três tipos temperamentais: a) esquizotímico, caracterizado por indivíduos astênicos, reservados, apresentando emoções que oscilam da irritabilidade a indiferença, rígidos nos hábitos e atitudes, com dificuldades de adaptação e propensos à esquizofrenia; b) ciclotímico, caracterizado por indivíduos rotundos, com emoções que variavam da alegria a tristeza, facilidade de estabelecer contato com o ambiente, realísticos em suas visões e propensos ao distúrbio maniaco depressivo; c) isotímico, indivíduos atléticos, tranquilos, com pouca sensibilidade, modestos nos gestos e imitações, com dificuldade de adaptação ao seu ambiente, propensos à epilepsia. (ITO, 2002, p. 94).

<sup>187</sup> No modelo biotipológico de Giacinto Viola (1970-1943), infere Vimieiro-Gomes (2012), os corpos eram analisados por meio de exame minucioso das proporções do tronco (abdômen e tórax) e dos membros. A harmonia, predominância ou deficiência na proporção numérica desses segmentos corporais (11 medidas de diferentes segmentos) é que orientavam a definição dos três biotipos de Viola: braquetipo, longitipo e normotipo. Uma pessoa era classificada como normotipo quando as proporções dos membros e do tronco eram “simétricas” e “equilibradas”. No braquetipo as proporções do tronco eram maiores que as dos membros. Ao contrário, o longitipo era então definido: proporção dos membros maiores que a do tronco. A partir dos valores médios (estatisticamente definidos) do que era um padrão normotípico é que se definiam os corpos desviantes. (VIMIEIRO-GOMES, 2012, p. 116). No modelo de Viola, busca-se a anormalidade.

<sup>188</sup> Trata-se de Claude Sigaud (1862-1921), que em sua tradição constitucionalista francesa se baseava em uma tipologia em critérios anátomo-orgânicos, classificando os biotipos em respiratório, digestivo, muscular e cerebral. Sigaud estipulava que cada tipo biológico determinava um tipo de personalidade, assim, o tipo

Leonídio Ribeiro foi apontado por Alvarez (2005, p. 72) como um indivíduo que divulgou as ideias criminológicas com inspiração lombrosiana no ensino de Medicina Legal, e também em numerosos congressos nacionais e internacionais de Criminologia aos quais se fez presente. Alvarez (2005) ressalva que Leonídio Ribeiro “buscou igualmente colocá-las em prática, ao assumir, a partir de 1930, a direção do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Rio de Janeiro.” (ALVAREZ, 2005). Outra informação relevante apontada pelo autor é a publicação de um livro de Leonídio Ribeiro, em 1957, intitulado *Criminologia*, que reunia trabalhos esgotados e textos inéditos de sua autoria. O livro de dois volumes apresentou assuntos da vida de Lombroso, o problema do “homossexualismo”<sup>189</sup>, do aborto, do infanticídio, identificação criminal no Brasil, a questão da responsabilidade, além de outros conteúdos. O recorte temporal de Alvarez situa-se desde as produções de Lombroso, no fim do século XIX, até “ponto de chegada” indicado pelo autor, a publicação de Leonídio Ribeiro, em 1957. O livro, segundo Alvarez, foi prefaciado por Flaminio Fávero, então professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo, e recebeu elogios de Gina Lombroso.

Carrara (1996) explana que Heitor Pereira Carrilho, grande nome da Psiquiatria Forense brasileira, da primeira metade do século XX, fora um intérprete de biodeterminismos relativos à sífilis e à criminalidade. Segundo Carrara, “antes mesmo do aparecimento de qualquer sintoma clínico, afirmava ele em 1940, crimes absurdos ou incompreensíveis deviam fazer o perito desconfiar de uma neurosífilis em desenvolvimento”. (1996, p. 41). Para Carrilho, as teorias em torno da sífilis vinham “em boa hora modernizar” algumas ideias criminológicas que na metade do século XX estavam

---

respiratório possuía uma personalidade móvel, o tipo digestivo uma personalidade sedentária, o tipo muscular uma personalidade realizadora, e o tipo cerebral possuía personalidade reflexiva.

<sup>189</sup> Trata-se de um termo utilizado na época, indicativo de uma síndrome ou doença, que buscava patologizar o comportamento homossexual. Como veremos, será uma constante nas análises da Medicina Legal, Psiquiatria, Criminologia e Sexologia, inclusive com produções paranaenses. O termo deixou de ser usado no Brasil em 1985, mas na lista da Organização Mundial da Saúde, somente em 17 de maio de 1990, quando foi retirado da Classificação Internacional de Doenças (CID), por parte da Organização Mundial da Saúde. Conforme Rui Laurenti (1984), o termo homossexualismo passou a existir na CID a partir da 6ª Revisão, em 1948, na Categoria 320 - Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 - Desvio Sexual. Manteve-se assim a 7ª Revisão, de 1955, e na 8ª Revisão, de 1965, o homossexualismo saiu da categoria “Personalidade Patológica” e ficou na categoria “Desvio e Transtornos Sexuais” (código 302), sendo que a sub-categoria específica passou a 302.0 - Homossexualismo.” Ocorreu uma pequena mudança na 9ª Revisão, de 1975, que esteve em vigor até 1990, e manteve o homossexualismo na mesma categoria e sub-categoria, porém, já levando em conta opiniões divergentes de escolas psiquiátricas. Fazia parte do código a orientação: “Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental”. (LAURANTI, 1984).

em decadência e desacreditadas. O psiquiatra-forense propunha desse modo um novo balanceamento de tais teorias:

(...) o fato de inúmeros atos delituosos terem origem sífilítica não deixava de “... revelar o acerto dos que (...) sustentavam que toda ação é organicamente determinada, devendo contribuir portanto para uma reavaliação das antigas teorias biodeterministas da Antropologia Criminal e Criminologia” (CARRARA, 1996, p. 41, *apud* CARRILHO, 1941, p. 169).

É significativo constatar que as questões biodeterministas assombram a ciência, sempre realocando-se no campo médico e no campo jurídico. O livro intitulava-se *Neuro-sífilis e delinquência*, e foi apresentado na 1ª Conferência Nacional de Defesa contra a Sífilis, ocorrida no Rio de Janeiro, no ano de 1940, e publicado nos anais em 1941. Esse aspecto será visualizado na tese a partir da compreensão das pesquisas do psiquiatra José Romildo Grabowski, especificamente sua tese, intitulada *Avaliação da Responsabilidade Penal nos períodos de Remissão das Psicoses*, reconhecida na década de 1960.

No Paraná, Napoleão Lyrio Teixeira marcou presença no que diz respeito aos aspectos da Criminologia. Professor Catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, desde a segunda metade da década de 1940, produziu diversas obras de Medicina Legal, das quais destacamos uma das teses de Concurso para a Cátedra de Medicina Legal, intitulada *Do Direito de Tratar: Estudo de Deontologia Médica*, de 1948. Na introdução desse texto, Napoleão Lyrio Teixeira já evidencia suas redes de sociabilidades, que foram essenciais para a escolha do assunto. Para tanto, chama atenção e agradece aos conselhos recebidos por Flamínio Fávero, Nelson Hungria, Garcez Froes, Leonídio Ribeiro, dentre outros, que “acharam que o assunto ainda se prestava a tese de Medicina Legal”. (TEIXEIRA, 1948, p. 03). Percebemos, assim, uma legitimação científica ao campo do qual faz parte, e além disso, seu contato com a intelectualidade nacional é de grande relevância para nossa pesquisa. O contato de Napoleão Lyrio Teixeira, tanto com positivistas quanto com tecnicistas é interessante pois revela que nem sempre as matrizes operaram de forma binária e oposta, ou em rota de colisão, como relatou Sontag (2009).

Portanto, a partir dessa análise, ficou evidente que o campo criminológico paranaense, desde o início do século, esteve imbuído de pensar a delinquência e o delinquente, bem como a regeneração do criminoso, visualizado a partir de sua individualidade e de sua pretensa cura, já que era considerado um anormal do ponto de vista clínico. No entanto, temos que refletir se esse processo é típico e particular do campo

criminológico paranaense, mas também compreender se este foi um projeto de um coletivo de intelectuais e se não havia tensões nessa forma de pensar a Criminologia.

Como participantes do Serviço de Antropologia Criminal, idealizadores de modelos penitenciários, professores da Universidade, membros do Conselho Penitenciário, peritos de medicina legal, esses membros do campo criminológico atuaram dentro de posições hierárquicas que lhes possibilitaram vivenciar as práticas criminológicas. Foram agentes possibilitados de modificar ou manter certos padrões teóricos deterministas que vigoravam. No entanto, muitas vezes divergiam no que diz respeito às explicações de ordem biológica e social. No entanto, essas questões de coesão de projetos serão explicitadas durante o decorrer da nossa análise. As teorias e práticas criminológicas devem ser estudadas de acordo com a lógica de cada tempo e espaço.

### 1.6 Intelectuais do Paraná e as gerações intelectuais

É possível elucidar a questão das heranças intelectuais pelo viés sociológico, analisando o lugar social, sua forma de escrita, seus projetos, os projetos compartilhados em grupo, suas práticas, enfim, dados colhidos na análise do campo de poder e respectivo sistema de disposições, potencialidades ou virtualidades. Metodologicamente, utilizamos as gerações intelectuais como demarcações de certos grupos sociais a serem estudados. Levamos em conta as questões elencadas por Sirinelli (1989)<sup>190</sup>, Dosse (2007) e Nadalin (2004; 2007) em relação às questões das convivências em episódios dramáticos, capazes de marcar o conceito de geração, de modo que os indivíduos herdaram para si essa memória do

---

<sup>190</sup> As gerações intelectuais são essencialmente multiformes, elásticas, são conjuntos complexos de contornos incertos e bordas porosas. Para Sirinelli, em *Génération et histoire politique*, relata que a geração se situa no tempo curto do ritmo das décadas e que é indissociável da noção de evento, visto que o marco fundador é essencial para a aparição de uma geração. Propõe ainda que o estudo das gerações deve abarcar um triplo registro – especialmente tratando-se de história política – constituído pelas “ideologias”, pela cultura política e pelas representações e sensibilidades. (SIRINELLI, 1989). Buscou recuperar os itinerários da formação, sua geração e sociabilidade. Na formação, em que afloram-se vocações, estabelecem-se amizades, definem-se afinidades com áreas do conhecimento, formam-se sensibilidades. A família e o meio social de origem, o grupo de pertencimento, adesões temporárias ou duradouras em sociedades. Na tese *História política de uma geração de intelectuais (1919-1945)*, defendida em 1985 e publicada em Paris em 1988, sob o título *Génération intellectuelle*, Sirinelli estudou a história dos jovens alunos de Khâgne e da École Normale Supérieure da geração de 1905 - tais como Sartre, Aron, Lévi-Strauss, Merleau-Ponty, mas também Canguilhem, Calailès e Lautman -, geração jovem demais para ir à guerra e, portanto, geração do pós-primeira guerra mundial. (SIRINELLI, 2013; DOSSE, 2013, p. 46). O interesse de Sirinelli se deu “pela história de uma instituição cultural; pela noção de geração, de sociabilidade, tratando-se de um meio que se constituía em rede. Estudou os modos segundo os quais os intelectuais se congregavam e, depois, a noção de itinerário. Em outras palavras, visou fazer o retrato de um grupo e mostrar como esses intelectuais, que provêm de um mesmo meio social, veriam depois seus destinos divergir. (SIRINELLI, 2013).

drama social convívio. Para a nossa pesquisa, as mais significativas rupturas – visualizadas por meio dos episódios dramáticos – são a Segunda Guerra Mundial e o consequente Holocausto, julgados pelo Tribunal Militar de Nuremberg.

Há, portanto, entre os cientistas, rupturas que vinham se configurando em vários eventos narrados, como os crimes de guerra, que circulavam na imprensa mundial, todos utilizados em favor científico. Outro foi o choque público que os Campos de Concentração e de Extermínio nazista causaram na opinião pública e nos campos científicos. Por fim, o Tribunal de Nuremberg escancarou todos os usos científicos feitos durante a Segunda Guerra Mundial por cientistas e intelectuais renomados internacionalmente pelos avanços científicos. Os intelectuais que começam a fazer parte dos campos médico e jurídico paranaense, somados aos que já estavam estabilizados, fizeram parte desse processo de choque pelo acontecimento dramático, e são abordados nesta tese a partir de um recorte de intelectuais que julgamos relevantes para compreender esse processo, pois ocupavam espaços privilegiados dentro dos campos em questão.

O conceito de herança possui, no entanto, vários sentidos; é um conceito de significância no campo científico: discutido na perspectiva sociológica, por meio da geração; na Biologia, pela hereditariedade; no Direito, pela herança; e pela perspectiva da História, com as continuidades. Se, por um lado, podemos afirmar que a Biologia criou uma base teórica que pregou certo determinismo, e esteve ligada às discussões da hereditariedade ou da herança, por outro lado interrogamos se não teria a História, utilizando-se de um conceito similar ao de herança, pregado da mesma forma um tipo de crença da continuidade dos processos históricos. Devemos lembrar que nem sempre a herança herda o herdeiro. Essa hegemonia de análise na História que privilegiava as continuidades durou até a intervenção produzida por Michel Foucault (1987; 2008), em *Arqueologia do Saber*. O historiador quebrou essa linha, pois, levando em consideração as abordagens metodológicas da História da Ciência, com autores como Bachelard, Canguilhem e Serres, passou a perseguir na ciência histórica as rupturas e descontinuidades ocasionadas pela formação discursiva de novos processos históricos. Foucault foi enfático ao afirmar que “(...) o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.” (FOUCAULT, 2008, p. 6).<sup>191</sup>

---

<sup>191</sup> A crença na continuidade seria um tipo de verdade ou de legitimação de uma verdade? Na História, ela permanece até ao menos as produções iniciais de Foucault (1969). Na Genética, essa continuidade se tornará cada vez mais hegemônica nas interpretações em que o Mendelismo se sobrepôs às possíveis rupturas

Chamamos atenção às gerações ou às *coortes* – um tipo de corte transversal utilizado metodologicamente para verificar uma quarta temporalidade, conforme Nadalin (2004; 2007) propõe, ligando o tempo curto, de média, e o de longa duração, unindo gerações. Utilizamos como marco de geração a formação científica e intelectual.

Chamamos atenção para a tipificação das gerações que trabalhamos, iniciando geração de 1870-1889, nascidos durante o período do Regime Imperial, que vivenciaram as crises do regime, a ascensão dos ideais republicanos, os ideais de liberdade e fraternidade, colocando em xeque o sistema econômico escravocrata, bem como a transição para o trabalho livre. Conforme Ângela Alonso (2000), a nova geração de intelectualidade propôs reformas na estrutura social, legitimando-se a partir da deformação de novas doutrinas como “positivismo, spencerianismo, darwinismo social” e o “novo liberalismo”. Esse movimento reformista buscou instrumentos para intervir politicamente. (ALONSO, 2000, p. 51). Os intelectuais paranaenses tipificados nessa geração tiveram formação em centros universitários do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife; assim, conviveram o cotidiano dessas modificações em cidades onde fervilhavam os ideais republicanos. No Paraná, a geração de 1870-1889 conviveu em sua infância com o processo de emancipação da Província do Paraná em 1853, e se dedicaram por vezes a buscar um projeto de Brasil e a incluir o Paraná naquela representação, período caracterizado pelo conflito entre as elites paranaenses, da ascendência dos produtores e exportadores de erva-mate e a decadência dos pecuaristas. O grupo ervateiro, quando dominou o poder, propagou a narrativa da industrialização e da urbanização nos periódicos paranaenses, no sentido de representar o movimento civilizacional.

A geração de de 1890-1925 é caracterizada pelos nascidos no Período Imperial, e que frequentaram o Ensino Superior durante a emergência da Regime Republicano, vivenciaram uma nova organização política e social. Uma geração que se imbuíu igualmente de projetos nacionais de modernização da sociedade e desenvolvimento social baseados na racionalidade. No Paraná, a geração de 1890-1925, caracterizada na literatura como “geração Simbolista” (BEGA, 2001), afirmavam-se no campo cultural e participaram do processo de criação de uma identidade paranaense e de signos regionais. Vivenciaram a Revolução Federalista, que colocou as elites paranaenses em conflito e modificaram as configurações políticas da Velha República. Nesse sentido, o viés nacionalista foi a tônica

---

ambientais ou Neolamarckistas. No Brasil, torna-se o Mendelismo hegemônico a partir das pesquisas de Toledo Piza Jr na Zoologia, Octávio Domingues na Zootecnia, Edgar Roquette-Pinto na Antropologia Física e André Dreyfus na Medicina.

das atuações, mas igualmente trouxeram os traumas da guerra, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900), a escolha da miscigenação como formação étnica do tipo local. Outro fato interessante apontado pela historiografia advinda de Rui Wachowicz (2006) foi a perda do território Contestado, que, dentro de uma psicologia coletiva, foi compensado pela criação da Universidade do Paraná.<sup>192</sup> A geração de 1890-1925 buscou reverter uma situação do estigma do Estado tido como isolado, atrasado e desabitado, a partir de emblemas como a terra do futuro ou terra da promessa. No âmbito mundial, a Primeira Guerra Mundial foi igualmente uma ruptura traumática para a geração de 1890-1925. Conforme Dominique de Sá (2006), em *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895–1935)*, a geração de cientistas do início de século XX acreditava que a especialização intelectual era a forma mais segura para desenvolver o trabalho científico brasileiro e equipará-lo às comunidades científicas internacionais. (SÁ, 2006, p. 15).

A geração de 1926-1945 vivenciou no entre-guerras a Crise de 1929 e a escassez, a crise do sistema oligárquico, o Modernismo brasileiro de 1922, uma nova organização política a partir de 1930. Miceli falava de um geração que passou por crise econômica, política e, sobretudo, uma crise do sistema de ensino (MICELLI, 1979). No Paraná, vivenciaram a decadência da elite ervateira, abertura do setor industrial, madeireiro e cafeicultor, somada a novos projetos nacionais, o autoritarismo de Vargas quando do Estado Novo e os dramas da Segunda Guerra Mundial.

A geração de 1946-1964 vivenciou o fim do governo autoritário do Estado Novo, o fim da Segunda Guerra Mundial, um período democrático de abertura política, o crescimento demográfico. Em *Les baby-boomers: une génération – 1945-1969*, Sirinelli tratou dos *baby-boomers*, a geração sem guerra, sem acontecimentos históricos marcantes, porém, considerada por ele uma verdadeira geração, já que criados por eventos políticos ou militares e sim pela cultura. Caracterizou-a como a geração dos quatro “p”: Paz, Prosperidade, Pleno Emprego e Progresso.

Nesse sentido, a “geração de 1890-1925”, junto da “geração de 1926-1945” e da “geração de 1946-1964”, tiveram condições de se reinventar na ciência após os eventos dramáticos ocorridos a partir do Holocausto e do Tribunal Militar de Nuremberg.

---

<sup>192</sup> Esta é uma tese pouco consistente e até imaginativa, pois o historiador Wachowicz elabora tese semelhante com o caso da Universidade de São Paulo, criada como compensação após o movimento paulista de 1932, derrotado pelas tropas republicanas.

É importante evidenciar que a “geração de 1890-1925” e a “geração de 1926-1945” estiveram presentes nas Faculdades de Medicina, Direito e na FFCL-PR durante os eventos do Regime ditatorial do Estado Novo de Vargas, e durante o período democrático já estava estabelecida em espaços de autoridade no campo científico. Os intelectuais que tipificamos como “geração de 1890-1925” e a “geração 1926-45” são, sobretudo, “prata da casa”, e em raras exceções não são formados pela Universidade do Paraná.<sup>193</sup> Eram “prata da casa” da Faculdade de Direito da UP Laertes de Macedo Munhoz, (1926-30), José Nicolau dos Santos (1927-1931), Homero Baptista de Barros (1926-1930). Na Faculdade de Medicina da UP, Homero de Mello Braga (1925-1929), Aramis Taborda de Athayde (1920-1924), Alô Ticoulat Guimarães (1923-1927), Antenor Pamphilo dos Santos (1924-1928), Erasto Gaertner (1920-1922), Milton Munhoz de Macedo (1920-1922) Clara Glasser (1928-1933), Ernani Simas Alves (1934-1938), Pio Taborda Veiga (1930-1935).

Nossas interrogações perpassam questões se essa era uma intelectualidade conservadora politicamente e se sua forma de fazer ciência era conservadora. E definimos ser conservador, nos termos da época, como pretensão pela manutenção lenta da estrutura social, gerida por essa elite conservadora dos poderes. A trajetória da tese poderá dar algumas respostas, evidenciando seus modos de ação na Universidade e na arena política.

A geração do pós 1945 tem como característica a vivência de um período democrático que propiciou se estabelecer no campo científico e nos espaços da universidade. Acerca da discussão referente ao conceito de geração, elaboramos uma tabela que evoca os intelectuais em relação às gerações:

**Tabela 7 - Os intelectuais e as gerações**

<b>Geração de 1870-1889</b>	<b>Geração de 1890-1925</b>	<b>Geração de 1926 - 1945</b>	<b>Geração de 1946-1964</b>
Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953)	Hugo Gutierrez Simas (1883 - 1941)	Brasil Pinheiro Machado (1907-1997)	Newton Freire-Maia (1918-2003)
João Candido Ferreira (1864-1948)	Mário Coelho Gomes (1887-1938)	Homero de Mello Braga (1907-1985)	Luiz Carlos Gomes de Mattos (1920- x)

<sup>193</sup> Napoleão Lyrio Teixeira era formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de 1929 a 1933, e Wallace Thadeu de Mello e Silva, formado na instituição em 1938. Erasto Gaertner e Milton de Macedo Munhoz de Macedo iniciaram na FMP e terminaram na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, em 1925.

Euclides Bevilaqua (1867-1928)	Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)	José Nicolau dos Santos (1908-1986)	Homero Baptista de Barros (1923-1970)
Pamphilo Assumpção (1868-1945)	Aramis Taborda de Athayde (1900-1971)	Wallace Thadeu de Mello e Silva (1908-1980)	Frederico José Stella (1932-x)
José Guilherme de Loyola (1874-1951)	Milton de Macedo Munhoz (1901-1977)	Clara Glasser Villa (1910- x) <sup>194</sup>	Frederico Todeschini (193x-1963)
Benedicto Nicolau dos Santos (1879-1956)	José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977)	Napoleão Lyrio Teixeira (1911-1978)	Neil Hamilton Monteiro Pereira (1932-1914)
	Victor do Amaral Filho (1904-1992)	Ernani Simas Alves (1914-2000)	
	Erasto Gaertner (1900- 1953)	Glaucio Bandeira (1915- 1974)	
	Alô Ticoulat Guimarães (1903-1985)	Pio Taborda Veiga (1914- 1998)	

Quadro geracional dos intelectuais paranaenses. **Fonte:** produzido pelo autor.

A análise de intelectuais como Napoleão Lyrio Teixeira (1911-1978) e Homero de Mello Braga (1907-1985) é significativa, na medida em que responde a questões efetuadas acerca das modificações causadas nas ciências paranaenses do pós-1945 - especialmente no que diz respeito às críticas produzidas em relação aos crimes de guerra e a questão da raça pura, mas igualmente o que diz respeito a manutenção dos determinismos biológicos. Assim, a análise de suas trajetórias são relevantes na medida em que estes fizeram parte do quadro de professores antes e partir de 1946 e por isso podem ser entendidos como conectores geracionais das vivências e dos traumas e atrocidades causadas durante a guerra e tiveram condições de dividir e fazer circular aqueles sentimentos coletivos. Tanto Homero de Mello Braga quanto Napoleão Lyrio Teixeira podem ser relacionados com esse modo de compreensão da ciência e sociedade no pós-Segunda Guerra.

<sup>194</sup> Ano aproximado de nascimento de Clara Glasser, calculado em relação à sua entrada na FMP, em 1928. Nasceu em 13 de junho, conforme parabenização evidenciada pelo jornal *O Dia* de 1929. Clara Glasser se formou na turma de 1933.

O ano de 1946 foi, de maneira geral, um dos grandes marcos para a instituição de ensino superior no Paraná. Em *Histórico da Universidade do Paraná e da sua restauração*, Ernani Cartaxo dividiu a história da instituição em dois períodos, correspondendo ao primeiro a data de fundação, em 1912, e ao segundo, sua restauração, em 1946. (CARTAXO, 1948, p. 17).

Em 1946, conforme consta, o Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, instalou no país o *Ciclo das Universidades*, que buscava a difusão do ensino universitário. No Rio de Janeiro, os representantes paranaenses do Legislativo Federal, dentre eles Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Neto e Aramis Athayde, e no Paraná, Pedro Calmon, vice-reitor, Macedo Filho, então diretor da Faculdade de Direito, além de outros professores demarcaram os objetivos. Assim, políticos e intelectuais, no papel de autoridades, vincularam-se a fim de dar cabo ao intento. Para se efetivar, três aspectos foram significativos: a visita do Ministro da Educação, o apoio pessoal do Interventor Federal, Brasil Pinheiro Machado, além do interesse das Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia e Filosofia, Ciências e Letras. (CARTAXO, 1948, p. 23).

Os Estatutos da Universidade foram elaborados por uma comissão que tinha todos os representantes das Faculdades na composição. Dentre eles estavam Macedo Filho, Pinheiro Lima e Ernani Cartaxo (Direito), Victor do Amaral, Paula Soares, Assis Gonçalves e Matos Barreto (Medicina), Durval Ribeiro, Amoretí Osório e Plínio Tourinho (Engenharia), Lacerda Pinto, Loureiro Fernandes e Homero de Mello Braga (FFCL). (CARTAXO, 1948, p. 24). Homero de Mello Braga, durante as reuniões da comissão pelo Estatuto, solicitou o desejo da FFCL-PR em incorporar como unidades universitárias o Museu Paranaense, a Biblioteca Pública e o Instituto de Química do Paraná. (CARTAXO, 1948, p. 27).

Assim, pelo Decreto-Lei n. 9.323, de 6 de junho de 1946, Eurico Gaspar Dutra concedeu as “regalias de universidade livre equiparada a Universidade do Paraná” e a aprovação do Estatuto. No plano estadual, a partir do Decreto-Lei n. 457, de 21 de agosto de 1946, assinado por Brasil Pinheiro Machado, recebeu um auxílio para o fundo universitário que seria regido com autonomia administrativa. (CARTAXO, 1948, p. 30).

É necessário frisar que, no campo político, o fim do Estado Novo permitiu a redemocratização política. Foi a partir dessa abertura do campo político que uma série de demandas advindas da Universidade e do campo científico puderam ser efetivadas. Na

tabela abaixo, constam os nomes dos governadores, seus respectivos partidos e a duração dos mandatos.

**Tabela 8 - Relação dos Governadores, Partidos e Duração do Mandato**

<b>NOME</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>DURAÇÃO DO MANDATO</b>
Manoel Ribas <sup>195</sup>	Partido Social Democrático - PSD	30/01/1932 a 03/11/1945
Clotário de Macedo Portugal <sup>196</sup>	Partido Social Democrático - PSD	04/11/1945 a 24/02/1946
Brasil Pinheiro Machado <sup>197</sup>	Partido Social Democrático - PSD	25/02/1946 a 06/10/1946
Mario Gomes	Partido Social Democrático - PSD	07/10/1946 a 06/02/1947

<sup>195</sup> Conforme a Constituição de 1934, as eleições para os governos estaduais eram regidas pelo Art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e determinavam que 90 dias após a promulgação da Carta Magna deveriam ser escolhidos os membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais Constituintes e estas deveriam eleger o Governador do Estado e dois Senadores, convertendo-se depois no Poder Legislativo estadual. Em maio de 1935, foi escolhido o Conselho de Estado, uma reedição do Conselho Consultivo que findava suas atividades nesta data. O Conselho de Estado foi um órgão previsto pelo acordo de negociação da eleição indireta (pelos parlamentares da mesma casa) do Governador Constitucional, então Interventor Manoel Ribas, e instituído pela Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 16 de maio de 1935. Naquele pleito, cada partido lançou seu candidato, e o PSN - Partido Social Nacionalista - escolheu o nome de João Candido Ferreira, o PSD escolheu Manoel Ribas para o páreo, e por fim, a União Republicana Paranaense - URP também encaminhou uma candidatura - provavelmente sem votos. Nessas disposições que João Candido Ferreira confrontou Manoel Ribas na eleição de 1935, na qual recebeu 5 votos dos membros da Câmara dos Deputados, enquanto Manoel Ribas recebeu vinte votos dos Deputados. (PIETTA, 2019).

<sup>196</sup> Clotário de Macedo Portugal (1881-1947), que foi Presidente do Tribunal de Justiça até assumir o poder com a queda de Manoel Ribas e do Estado Novo em 03 de novembro de 1945.

<sup>197</sup> Com a redemocratização do país, em 1946, o nome de Brasil Pinheiro Machado foi incluído numa lista quádrupla enviada ao presidente Dutra para o cargo de Interventor Federal do Paraná na fase de transição democrática. Constavam ainda dessa lista os nomes de Alô Guimarães, Moysés Lupion e Carvalho Chaves. Conforme Oliveira (1997) argumentou, houve uma conservação dos interesses tradicionais da classe dominante paranaense durante o período de Vargas, mas inferiu que durante o período de redemocratização, as redes de poder no Paraná se mantiveram firmes, ou seja, não se deram rupturas no *status quo* dos membros. Brasil Pinheiro Machado foi Procurador-Geral da Justiça entre 1939 a 1946, deixando o cargo para assumir a Interventoria no Paraná quando do afastamento de Clotário de Macedo Portugal por motivos de saúde. (OLIVEIRA, 1997, p. 50). Também foi professor de História do Brasil na FFCL-PR em 1938, tornando-se catedrático em 1939. (ROIZ, 2019, p. 12). Brasil Pinheiro Machado também foi professor de Direito Comercial em 1945, e em 1947 assumiu a cadeira de Ciência das Finanças. (DRUMMOND, 2011, p. 244, 266).

Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Partido Social Democrático - PSD	06/02/1947 a 12 /03/1947
Moysés Lupion	Partido Social Democrático - PSD (união entre PTB-UDN-PRP)	12/03/1947 a 31/01/1951
Bento Munhoz da Rocha Neto <sup>198</sup>	Partido Republicano - PR (união entre UDN, PRP, PL, PST)	31/01/1951 a 03/03/1955
Moysés Lupion	Partido Social Democrático - PSD	31/01/1956 a 31/01/1961
Ney Braga <sup>199</sup>	Partido Democrata Cristão - PDC	31/01/1961 a 17/11/1965

**Fonte:** produzida pelo autor

Os governos que se apresentaram foram relevantes para o processo da reorganização da Universidade. Manoel Ribas, durante a criação da FFCL-PR, Clotário de Macedo Portugal, também professor da FDP que se dedicou às discussões da junção das Faculdades em torno da restauração Universidade, que se concretizou na gestão do interventor Brasil Pinheiro Machado, também professor da FFCL-PR, e depois, durante a federalização, com Moysés Lupion, ou até mesmo com a ação do deputado Bento Munhoz da Rocha Neto.

O período de redemocratização política e redemocratização científica é interessante, na medida em que coloca em jogo outros interesses e abre espaço para o pensamento contraditório, que em períodos autoritários era reprimido.

<sup>198</sup> Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973), nascido em Paranaguá, estudou durante infância no Colégio São José e na juventude no Ginásio Diocesano Lazarista e no Ginásio Paranaense. Frequentou a Escola de Engenharia do Paraná, formando-se em 1927. Após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1938 assumiu como professor de História da América, tornando-se catedrático em 1939. (ROIZ, 2019, p. 12).

<sup>199</sup> Ney Aminthas de Barros Braga (1917-2000), nascido na Lapa, formou-se na Escola Militar do Realengo e na Escola do Estado Maior do Exército no Rio de Janeiro. Em 1952 iniciou na vida pública como titular da Chefatura de Polícia do Paraná. Em 1954 foi eleito prefeito de Curitiba (1954-1958). Em 1958, elegeu-se deputado federal e em 1960, governador do Paraná (1960-1965). Durante o Período Militar, foi Ministro da Agricultura no governo do Mal. Castello Branco (1966-1968). Em 1968, elegeu-se senador. De 1974 a 1978, ocupou o Ministério da Educação no governo do Gal. Ernesto Geisel. Foi novamente governador do Estado entre 1979 e 1982. Presidiu a Itaipu Binacional de 1985 a 1989. (LEITÃO, 2014, )

Nos campos acadêmicos e científicos da Medicina e Genética, do Direito e Criminologia, variados eram os espectros políticos e científicos que incidiam - e aqui frisamos - em como eles visualizavam as práticas científicas - sejam elas de coerção ou aconselhamentos e educação - em conjunto com as políticas públicas, ou concretizando-se como uma política pública. Mas questionamos em que medida o período democrático deu condições à produção de uma ciência democratizada, sem coerções, educadora, proporcionando o acesso à cultura científica e preocupada com os problemas da pobreza.

Temos que de levar em conta que os espaços universitários eram prioritários para a intelectualidade, e, nessa linha de pensamento, as alianças políticas se ocasionavam nesse intuito de expansão institucional. Há de se frisar o papel da conveniência para os campos acadêmicos médico, biológico e jurídico, que eram assim percebidos também no campo político.

Nos capítulos que seguem, mergulharemos na análise dos intelectuais que elegemos como profícuos e relevantes para podermos compreender o processo de produção científica da Eugenia e da Criminologia no período democrático, em produções advindas do espaço social da Universidade do Paraná.

## **CAPÍTULO 2 CONTINUIDADES BIODETERMINISTAS NA MEDICINA: DA EUGENIA À GENÉTICA HUMANA**

Para compreender essa modificação da Eugenia à emergência da Genética Humana é necessário conceituar a segunda, que ainda se encontra, de certa forma, nebulosa. Em relação à primeira, Octavio Domingues conceituou, em 1931, a Genética, ciência do século XX, como o “estudo da hereditariedade em todos os seus aspectos”, e desse grande tronco, a especialidade da hereditariedade do homem ficava aos encargos da Eugenia ou eugênica. (DOMINGUES, 1931, p. 3). Assim, quando se tratava de interpretações acerca da hereditariedade do ser humano, Genética e Eugenia entravam em confluência. No entanto, cabe-nos perceber como os novos conceitos da Genética – dominância, recessividade, populações humanas, consanguinidade, isolados, frequência de anomalias, etc – foram aplicados no estudo da hereditariedade humana.

Se os médicos usavam conceitos de degeneração para explicar a hereditariedade de doenças como o álcool, tuberculose, sífilis, ou para ocasiões em que a consanguinidade era evidenciada, fica uma indagação: como estas matrizes explicativas continuaram presente entre os médicos da primeira geração, mas também em significativa porcentagem de médicos da segunda geração, mesmo após a introdução de conceitos de hereditariedade mendelista na Universidade. Conforme já relatamos, os mendelistas inviabilizavam as teorias eugenistas neolamarckistas dos médicos da década de 1930, pois discordavam das questões da influência dos fatores ambientais na formação do plasma germinativo.

Apontaremos, neste sentido, como o campo médico tentou conservar essa matriz interpretativa neolamarckista em suas produções científicas, mas que a abertura de sociabilidades com o campo médico, biológico e genético, a partir do professor André Dreyfus, da Faculdade de Medicina de São Paulo e da FFCL-SP, modificou essa hegemonia. Verificaremos como os médicos paranaenses fizeram o uso de um repertório teórico referente à hereditariedade, que agregava desde a hereditariedade de Galton, passando pela matriz neolamarckista, até chegar à matriz mendelista. Estes usos múltiplos se fizeram presentes até a formulação e legitimação da Teoria Sintética da Evolução, que buscou debater a genética mendeliana com as proposições de Darwin acerca da evolução das espécies. E, nesse sentido, a estratégia de André Dreyfus foi propagar esses estudos nos campos médico e biológico em instituições que ainda não eram unanimidade entre os pares. As palestras de Dreyfus ocorreram em 1934, na Associação Médica do Paraná e na

Faculdade de Medicina, em 1941, na Faculdade de Medicina, e em 1947, na Associação e na Faculdade, em 1950, na II Reunião Anual da SBPC.

É interessante verificar que somente a partir da emergência do Laboratório de Genética, em 1951, que se cristalizou a ideia de produção de pesquisas que levavam em conta somente a genética moderna idealizada pelo Mendelismo. Demonstraremos, com base nas fontes pesquisadas, como ocorreu a decadência da Eugenia como ciência da hereditariedade humana na Medicina, dando lugar à Genética e seus enraizamentos médicos.

Um dos encaminhamentos propostos foi por meio do acervo vinculado ao Laboratório de Genética, ligado à cátedra de Biologia Geral da FFCL da Universidade do Paraná, criado em 1951. Encontramos basicamente revistas de Eugenia de instituições científicas internacionais, dentre elas a *The Eugenics Review*<sup>200</sup>, a *Annals of Eugenics*<sup>201</sup> e a *Eugenics Quarterly*<sup>202</sup>. Nossas questões iniciais tinham como foco explicar como e quando essa bibliografia havia chegado ao Paraná, seja por meio de Homero de Mello Braga, seja por meio de Newton Freire-Maia. A presença dos periódicos especializados na temática eugênica denotaram a princípio a valorização das pesquisas anglo-saxãs, publicados nos *Annals of Eugenics* (ligados ao *Francis Galton Laboratory for National Eugenics*, da Universidade de Londres), e na *The Eugenics Review* (ligada à *Eugenics Education Society* depois à *Eugenics Society*, e ao *Instituto Galton*, em Londres), mas também estadunidense, publicadas na *Eugenics Quarterly* (ligada à *American Eugenics Society*, em Baltimore), marcadamente mendelista, que migraram dos estudos de Eugenia para a Genética Humana.

---

<sup>200</sup> A *Eugenics Review* era um periódico ligado à Sociedade de Educação Eugênica (*Eugenics Education Society*). Publicava textos das reuniões e dos acordos, mas especialmente dos memoriais lidos nas reuniões e discussões da Sociedade. Visava dar expressão ao movimento eugênico e colocar a teoria eugênica em bases estritamente científicas. O Prefácio da *Eugenics Review* foi escrita por Francis Galton (EUGENICS REVIEW, 1909, p. 1).

<sup>201</sup> Os *Annals of Eugenics*, ligados ao Laboratório Galton, iniciaram as publicações em 1925. Historicamente, o Laboratório Galton, a partir de figura de Karl Pearson, criou o periódico da instituição, que visou publicar textos científicos acerca dos problemas raciais do homem, mas também contribuições que trabalhavam com a hereditariedade humana em qualquer ponto de vista científico aceito. Nos *Annals of Eugenics*, esses conhecimentos anteriores não foram nazificados, e se colocavam ainda como centrais dentro do campo científico da Hereditariedade Humana. Por publicar desde seu emergir variados textos que tratavam de hereditariedade humana, e por muitos anos as publicações consistirem quase que exclusivamente a respeito de Genética Humana, em 1954, os editores reconheceram essa tendência e optaram por alterar o título *Annals of Eugenics* para *Annals of Human Genetics*, mantendo a numeração dos volumes. (ANNALS OF EUGENICS, 1954, p. 79).

<sup>202</sup> Advinda da *Eugenical News*, publicado em janeiro de 1916 pelo *Eugenics Record Office* em *Cold Spring Harbor* e editado pelo Dr. Charles B. Davenport e pelo Dr. HH Laughlin. (EUGENICS QUARTERLY, 1954, p. 1). Em 1939, a *Eugenical News* passou a pertencer à *American Eugenics Society*. Foi somente em 1954 que a *Eugenical News* foi sucedida pela *Eugenics Quarterly*.

Essa questão da procedência do acervo será trabalhada posteriormente. Mas já indica um mote de que tipos de bibliografias foram privilegiadas pelo Laboratório de Genética.

É possível mapear ainda a crítica do geneticista às estruturas do pensamento eugênico na década de 1930. Francisco Salzano (1983, p. 128), em suas discussões acerca da *Manipulação do material genético e eugenia*, relatou que haveria duas filosofias básicas que poderiam ser adotadas para as ocorrências que porventura aparecessem durante a vida. A primeira era a resignação e a adaptação, e a segunda, a rebeldia e a tentativa de mudança. Ambas estiveram representadas durante os primeiros anos do século XX entre os pesquisadores da hereditariedade humana. A primeira partia do pressuposto de que ter ou não ter uma doença genética estava fora do controle do indivíduo. A segunda partia do pressuposto de que uma moléstia hereditária não teria cura.

Assim, Salzano (1983) indica o movimento eugenista da década de 1930 como representante do segundo tipo de filosofia, que acreditava ingenuamente que seria possível eliminar os males sociais ou problemas físicos geneticamente condicionados num período de tempo relativamente curto. Salzano destacou que a ligação dessas ideias e sua deturpação através da higiene racial da Alemanha nazista afastaram os geneticistas conscientes do movimento eugênico. Além disso, relatava que a conotação negativa que o termo criou foi tão exacerbada que as duas sociedades com esse nome que existiam nos Estados Unidos e na Inglaterra “resolveram mudar o título de suas revistas, substituindo a palavra “eugenia” por “biologia social” ou “ciência bio-social”. Este é um ponto crucial evidenciado pelo geneticista Salzano. Além do mais, relata que o controle cada vez mais estrito acerca da reprodução humana e o aumento dos tratamentos de doenças genéticas tornaram cada vez mais obsoletas a ideia de que nada poderia se fazer.

Na literatura nacional, a médica e geneticista Andréa Trevas Maciel Guerra (2008)<sup>203</sup>, em *Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI*, acredita que a revelação das atrocidades nazistas descreditou a Eugenia científica baseada na ética. No entanto, Guerra (2008), ao referir-se ao silenciamento da Eugenia, afirma que o que houve foi um refúgio na emergente Genética Humana ao invés de desaparecimento total.

Para Gould (1999), em *A Falsa Medida do Homem*, que estudou a Eugenia nos EUA, “o toque de finados da eugenia norte-americana foi provocado mais pelo uso particular que Hitler fez dos argumentos então empregados para justificar a esterilização e a purificação racial, que por avanços no conhecimento genético”. (GOULD, 1999, p. 6-7).

---

<sup>203</sup> Professora titular do Departamento de Genética Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

John Glad (2008), no livro *Future Human Evolution: Eugenics in the Twenty-First Century*, evidenciou que a Genética moderna, historicamente, foi um desdobramento do Movimento Eugênico, não o seu contrário.<sup>204</sup> “A eugenia negativa, que visa reduzir a fertilidade entre os geneticamente desfavorecidos, é amplamente abrangida pela rubrica de planejamento familiar e aconselhamento genético.” (GLAD, 2008, p. 13). Assim, abortos, esterilização e outros métodos de planejamento familiar foram colocados em prática, e para garantir que tais serviços chegassem à população desfavorecida economicamente, a gratuidade do serviço foi elementar.

Glad foi incisivo ao relatar que “os próprios eugenistas procuraram abrigo, reclassificando-se como “cientistas da população”, “geneticistas humanos”, “antropólogos”, “demógrafos” e “conselheiros genéticos”. (GLAD, 2008, p. 74). No tocante à identificação como eugenistas, ou negação dela, podemos pensar como fazia Nietzsche em *A gaia ciência*, que utilizou o termo desaparecimento, por vezes no sentido de perder-se (*verriren*), em outras esconder-se (*verstecken*) e até mesmo emigrar (*auswandern*). Acreditamos que o movimento da criação de novos campos científicos, com relativa autonomia, é essencial à compreensão desse movimento intelectual em busca de novos espaços de atuação e prática científica.

No Brasil, igualmente a garantia da gratuidade do serviço também foi elementar dentro do contexto da saúde pública. (JANOWITZ *et al.*, 1985; LASSNER, *et al.* 1986; VIEIRA, 1994).<sup>205</sup> O Planejamento Familiar esteve vinculado aos projetos brasileiros somente na década de 1960, e constatamos a emergência de uma sociedade do gênero no Paraná. Em 3 de maio de 1964, o jornal *Correio do Paraná* propagandeou o primeiro ciclo de conferências ligado à Associação Brasileira de Planejamento da Família, que ocorreu entre junho e julho. A entidade, que visava prestar orientação e promover o equacionamento dos problemas ligados à família brasileira, foi criada em julho de 1962, durante a XIV Reunião Anual da SBG, realizada na Universidade do Paraná, juntamente

---

<sup>204</sup> A genética moderna não foi um desdobramento da física quântica, advindo das reflexões de Erwin Schrödinger, em *What is Life?* (1944). Conforme veremos, as pesquisas do geneticista Hermann Joseph Muller acerca da mutação foram essenciais para a expansão das discussões para o campo da física e da física quântica.

<sup>205</sup> JANOWITZ *et al.* Sterilization in the northeast of Brazil. *Social Science & Medicine*, 20(3), 1985, p. 215–221. LASSNER *et al.* Sterilization approval and follow-through in Brazil. *Stud Fam Plann.* Jul-Aug;17(4), 1986, p. 188-98. VIEIRA, Elisabeth Meloni. A esterilização de mulheres de baixa renda em região metropolitana do sudeste do Brasil e fatores ligados à sua prevalência. *Revista de Saúde Pública*, 28 (6), 1994, p. 440-448.

com a XIV Reunião Anual da SBPC e a II Reunião Brasileira de Genética Humana. (CORREIO DO PARANÁ, 03/05/1964, p. 4).

O evento contou com a presença do Dr. Alberto Amadeu Lohmann, médico psiquiatra do Ministério da Saúde, que palestrou acerca do tema *A importância da Saúde Pública na organização social da Família* e também *O que é Planejamento da Família?* (1964). Na ocasião, Newton Freire-Maia ministrou palestra a respeito dos *Aspectos genéticos do problema da mortalidade precoce* (1964). Esse era um grupo ligado ao campo da Genética e, a princípio, independente da BEMFAM<sup>206</sup>, criada no âmbito do campo da Obstetrícia e da Ginecologia. E aqui percebemos como os aconselhamentos genéticos fizeram parte do que se chamou Planejamento Familiar, em que o geneticista iria cumprir um papel central tanto nas consultas como no ensino da Genética Médica, na Faculdade de Medicina do Paraná, e a expansão dos aconselhamentos genéticos para o campo da Genética Médica.

A interrogação que se efetua é o quanto essas políticas de natalidade reverberaram nas discussões propostas entre a Sociedade Brasileira de Genética (SBG), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Planejamento da Família (ABPF), criada durante o evento, em 1962. Igualmente interrogamos qual foi a atuação de Newton Freire-Maia, que ocupava o cargo de presidente da SBG, cargo que ocupou de 1960 a 1962. Mas também a atuação de Homero de Mello Braga, como catedrático de Biologia Geral, e como professor de Clínica Pediátrica, que se propôs ao debate da esterilização pensando em termos médicos, genéticos e demográfico. Há possibilidades ainda do grupo paranaense, mais especificamente Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia, terem se aliado, na década de 1960, a esse discurso acerca de Natalidade, Demografia e Planejamento Familiar, muito se aproximando de Lohmann.<sup>207</sup>

---

<sup>206</sup> Em 26 de novembro de 1965, durante a *XV Jornada Brasileiras de Obstetrícia e Ginecologia*, foi criada a Sociedade Brasileira de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM). Durante a ditadura militar ocorreram os *Seminários Brasileiros de Planejamento Familiar*, organizados pela *Sociedade Bem-Estar Familiar no Brasil* (BEMFAM). Os Seminários ocorreram em três ocasiões, a primeira em Londrina, no Paraná, entre os dias 21 a 27 de julho de 1968. A segunda ocorreu em Garanhuns, em Pernambuco, entre os dias 15 e 20 de setembro de 1968. A última ocorreu em Campinas, São Paulo, nas datas de 5 a 8 de junho de 1969. Os eventos contaram com um relatório dos Seminários Brasileiros de Planejamento Familiar, publicados no ano de 1969. A BEMFAM era uma sociedade sem fins lucrativos que se destinava a promover o estudo da Fisiologia da reprodução humana e sua ulterior aplicação ao bem-estar da família brasileira. Uma Sociedade que funcionou sob a orientação de professores de Clínica Obstétrica e Ginecológica e de Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia. (SEMINÁRIOS BRASILEIROS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR, 1969, p. 7). Em seus atributos bases, especificava a política de não coerção no caso das esterilizações com fins demográficos e de natalidade.

<sup>207</sup> Nadalin (1994), em *A Demografia numa perspectiva histórica*, a referenciou que em 1872, ano do censo nacional, o Brasil possuía 10.145 milhões de habitantes. As taxas de mortalidade infantil diminuíram de 1870

Na *XIV Reunião Anual da SBG* (1962), Lohmann defendeu o Controle de Natalidade,

Se as idéias de Malthus foram por vezes mal interpretadas ou violentamente combatidas (principalmente pelos preconceitos religiosos), não se aceitando também o chamado Neo-Malthusianismo e encarando-se com certa reserva o movimento do *Birth Control* que, sem dúvida, significou um progresso na questão que continua a preocupar o mundo, impõe-se, na época atual, difundir o conceito mais moderno e perfeitamente lícito moral do Controle da Concepção - medida que encerra elevados objetivos e necessita ser adotada por todos os casais. (LOHMANN, 12/06/1962, p. 6).

Com uso de métodos anticoncepcionais honestos e inofensivos à saúde, controlando a concepção, espaçando e limitando os nascimentos, poupando a saúde materna, melhorando a vida dos filhos, evitando o aborto considerado criminoso e, por fim, aperfeiçoando a sociedade. (DIÁRIO DO PARANÁ, 12/07/1962, p. 6). Este foi um dos vieses abordados por Lohmann a partir da criação da Associação Brasileira de Planejamento da Família.<sup>208</sup>

Alexandra Minna Stern e Marcy Darnovsky trazem um panorama do caso nos Estados Unidos. Fazendo parte de um subcomitê de resgate histórico da História da

---

até 1930, com queda sensível até 1950. Em contraposto, em 1940, a população aumentou para 41.236 milhões o número de habitantes. Em 1950 eram 51.941 milhões de habitantes e em 1960 eram 70.070 milhões de habitantes. Um crescimento demográfico que combinado com baixas taxas de mortalidade causou uma explosão demográfica. (NADALIN, 1994, p. 116). O país passou por um processo conceituado na Demografia como transição demográfica, que significa uma ruptura de um regime demográfico tradicional - fundamentado em altas taxas de natalidade e de mortalidade - para um regime moderno, caracterizado por baixas taxas de natalidade e de mortalidade. (NADALIN, 1994, p. 116). Conforme Vasconcelos e Gomes (2012), em *Transição demográfica: a experiência brasileira*, nas décadas de 1950 e 1960, o descenso da mortalidade combinado com a manutenção de níveis elevados de natalidade e de fecundidade, acima de 40 nascimentos por mil habitantes e mais de 6 filhos por mulher ao final da vida reprodutiva, resultaram nas taxas de crescimento populacional mais elevadas na história do país. Do ponto de vista demográfico, o que se argumentou por efetivar foi uma “revolução demográfica”, inserida numa verdadeira revolução mental, cujos traços talvez mais importantes teriam sido as mudanças de valores sociais referentes à fecundidade humana, ou seja, a adoção cada vez mais generalizada da contracepção. (NADALIN, 1994, p. 118).

<sup>208</sup> Lohmann (1971), em *Controle de Natalidade*, propôs que o crescimento demográfico desordenado da espécie humana era equivalente a um câncer social. Havia, conforme suas considerações, uma nítida semelhança com qualquer tumor maligno, no qual predomina, justamente, o crescimento descontrolado das células. Esse problema universal começava a se difundir no Brasil de forma alarmante, e era necessário o controle da difusão via métodos anticoncepcionais honestos e inócuos. Lohmann considerava o aborto nefasto, criminoso e anti-humano, sendo apenas justificado em determinadas situações, por motivos de ordem eugênica e também social. Assim, citou o método via DIU, além da paternidade consciente e a maternidade voluntária. O planejamento era legitimado como um Direito Humano, e não era combatido pela Igreja Católica, que apenas condenava os métodos contraceptivos usados para obter o espaçamento das gestações. Lohmann citou Orlando Noronha Cavalcante e sugeriu como política “gerar apenas crianças saudáveis, eugênicas, diminuindo essa legião que aumenta cada vez mais de infelizes criaturas humanas, de indigentes, de enfermos de toda espécie, de crianças famintas e que sucumbem antes de completarem um ano de vida.” (LOHMANN, 02/02/1971, p. 1). Em relação à esterilização, Lohmann infere que “talvez adotada no porvir”, era medida muito discutida e deveria ser iniciada uma campanha educativa, gratuita e persistente, em favor do planejamento da família. O público-alvo deveria ser as mulheres pobres e as doentes mentais, com fornecimento de recursos contraceptivos mais eficazes. (LOHMANN, 02/02/1971, p. 1).

Eugenia nos EUA, em junho de 2012, publicaram o texto *Coerced Sterilization and Eugenics in California: Historical Summary and the Need for Action*, em que analisaram o caso das esterilizações por coação e com o aparato da lei no Estado da Califórnia, de 1929 a 1974. Esse Estado possui, segundo as historiadoras, a duvidosa distinção de ser o que mais fez esterilizações eugênicas no país, dentre os trinta e dois Estados que possuíam autoridade de direito para esterilizar. Foram 20.000 esterilizações na Califórnia, em um total de 60.000 no país. As autoras foram incisivas em afirmar que, seguindo a lógica do melhoramento humano, os eugenistas e seus aliados nos domínios governamentais, da Medicina e do bem-estar social, identificaram esses tipos de sujeitos vulneráveis – classes pobres, minorias étnicas e raciais, doentes mentais – como biologicamente ou reprodutivamente impróprios (*unfit*) e como candidatos ideais para a esterilização cirúrgica. (STERN; DARNOVSKY, 2012, p. 1).

Stern e Darnovsky defendem que, no final da década de 1960, o desenvolvimento do planejamento familiar e a legalização da esterilização voluntária como controle de natalidade se intersectaram, com o fim de criar um novo ambiente propício a outro novo padrão de esterilização coagido, forçando mulheres a concordar com cirurgias indesejadas. As historiadoras ainda inferem que alguns médicos viram a esterilização como solução aos problemas da pobreza, ilegitimidade e superpopulação, além de visualizarem o bisturi como instrumento de política pública. (STERN, 2012, p. 4).

Não muito distante está o ambiente brasileiro, no que diz respeito às políticas de planejamento familiar; basta analisar os *Relatórios da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito* (1993)<sup>209</sup>, produzidos posteriormente, nos quais se percebeu justamente que as regiões mais pobres e isoladas tiveram números exorbitantes de esterilizações com fins anticoncepcionais e neomalthusianos.<sup>210</sup>

---

<sup>209</sup> Relatório n.2, de 1993 - Congresso Nacional. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Criada através do Requerimento n.796/91-CN, destinada a examinar a “incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/85082/CPMI Esterilizacao.pdf?sequence=7> Acesso em: 09 maio 2019. Informações dispostas em Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2006: Dimensões do Processo Reprodutivo e da Saúde da Criança. Ministério da Saúde, Brasília, 2009. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds\\_crianca\\_mulher.pdf?fbclid=IwAR1C0EBEdoM7-r7LmXbpv7nmBD6WNU332Lb1erk-cB3Rpa7aAVrD-vf--4A](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf?fbclid=IwAR1C0EBEdoM7-r7LmXbpv7nmBD6WNU332Lb1erk-cB3Rpa7aAVrD-vf--4A) Acesso em: 09 maio 2019.

<sup>210</sup> Em 1993, ano do relatório, conforme dados do IBGE/PNAD, evidenciava-se que 45% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva estavam esterilizadas. Em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, segundo as Unidades da Federação, Maranhão apresentava que 79,8% das mulheres em idade reprodutiva estavam esterilizadas, seguindo de Goiás, 74,7%, Alagoas, 64,3%, Pernambuco, 64,1%, Mato Grosso do Sul, 61,3%, Mato Grosso, 55,5%, Amazonas, 55,4%, Distrito Federal, 55,5%, Rio Grande do Norte, 51,3%, Paraíba, Paraná e Bahia com 47% cada, Rio de Janeiro, 46,3%, São Paulo, 44,9%, Minas Gerais, 42,3%,

É interessante pensar como as configurações sociais desse momento histórico possibilitaram outras formas de ação. Em 1934, o intelectual e psiquiatra Ignácio Cunha Lopes publicou, nos *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria*<sup>211</sup>, o texto *Da esterilização em psiquiatria* (1934). No texto, diferenciou no histórico do conceito as atitudes de caráter punitivo, de um lado, e de caráter humanitário, do outro. (WEGNER, SOUZA, 2013, p. 275). Criticando a noção repressiva, afirmava que “A esterilização só deve visar às anomalias ligadas por via de herança. Como medida econômica puramente, neomalthusiana, ela não parece aconselhável” (WEGNER, SOUZA, 2013, p. 255). Ou seja, os eugenistas ligados à Psiquiatria se colocavam contra as medidas esterilizantes para as questões neomalthusianas, que envolviam as relações de demografia e controle de natalidade. O Planejamento Familiar, nesse caso, era um projeto que evidenciava as preocupações neomalthusianas também. No entanto, as medidas de esterilização foram consideradas, durante muitos anos, de 1960 a 1990, como medida contraceptiva, em regiões caracterizadas pela economia debilitada e de maior pobreza.

Temos em análise uma política pública que era mal visualizada na década de 1930 pelo psiquiatra Ignácio Cunha Lopes, por exemplo, e que nas perspectivas científicas de

---

Santa Catarina, 30,9% e Rio Grande do Sul, 22,6%. O relatório afirmava que era sintomático que os maiores percentuais estavam localizados nas regiões de maiores índices de miséria e pobreza, com uma composição populacional de maioria negra, como Nordeste e Centro-Oeste; em regiões de composição branca, os índices de mulheres esterilizadas estavam abaixo dos índices nacionais. Assim, a esterilização era apresentada como o principal e único método contraceptivo, que visou ao controle da natalidade. As mulheres, em situação de miséria e ausência de esclarecimento, desconheciam o caráter irreversível da cirurgia. Havia, além disso, inúmeros arrependimentos. Assim, o pedido da CPI, cristalizou-se e apontava-se para uma prática de política pública com um viés racista e discriminatório. O relatório utilizou os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, que se realizou pela primeira vez, em 1986, repetindo em 1996 e 2006. Portanto, a partir do relatório, são revelados dados estatísticos de grande valia para a compreensão das políticas públicas em relação à reprodução e ao controle de natalidade e de demografia no Brasil. Muitos intelectuais se engajaram pela causa da queda necessária da natalidade e o controle demográfico do país, e por meio do planejamento familiar foi possibilitado esse poder de ação pública.

<sup>211</sup> O periódico científico *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria* foi assim nomeado em 1919, mas surgiu em 1905, sob o título de *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins*, o primeiro periódico brasileiro especializado na área. Em 1909, o periódico passou a ser veículo da Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, e passou a ser nomeada de *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*. Conforme considerou Facchinetti *et al.*, o periódico trazia as propostas para a psiquiatria brasileira lideradas por Juliano Moreira, diretor do Hospício Nacional e da Assistência a Alienados do Distrito Federal. (FACCHINETTI *et al.*, 2010). O termo neuropsiquiatria denotou o início da separação dos campos da medicina e da psicologia, processo reforçado pela divulgação das teorias psicanalíticas de Freud. Como relatou Neves (2008), *iatros* é um sufixo relativo a médico, e a neurologia adotou o termo neuropsiquiatria para reforçar sua identificação com o campo médico, em especial a psiquiatria. (NEVES, 2008, p. 51). Na Faculdade de Medicina do Paraná, desde 1913 existiu a cátedra de Clínica Neurológica e Psiquiátrica, a cargo de Antonio Rodolpho Pereira Lemos, e em 1915, assumiu Cláudio de Lemos. (PIETTA, 2019, p. 155-156). Conforme Neves (2008), em 1920 foi criada na Faculdade de Medicina do Paraná, a cátedra de Neuropsiquiatria, que existiu até 1923, e foi ocupada pelo mesmo Octavio da Silveira. A cátedra deixou de existir em função da bipartição em cátedra de Clínica Neurológica e cátedra de Clínica Psiquiátrica. (NEVES, 2008, p. 118-119). Para Neves, isso reforça a tese do uso transitório do termo.

meados de 1960 foi melhor recepcionada, como na I Reunião Brasileira de Genética Humana, ocorrida de 10 a 15 de novembro de 1958, e na II Reunião Brasileira de Genética Humana, ocorrida em 1962. Nesta, Homero de Mello Braga trazia em seu discurso de abertura do Congresso assertivas relacionadas ao controle da natalidade, preocupações com a fome mundial, a interpretação neomalthusiana da superpopulação diante da pouca alimentação. No entanto, o médico comentava ainda a relevância da Genética “face às perspectivas de fome, miséria e degeneração que ameaçam o homem de amanhã”. (BRAGA, 1959, p. 22). A fala de Homero de Mello Braga revela também as preocupações em relação ao problema das populações e da demografia, e como o campo da Genética Humana possuía uma posição favorável ao controle de natalidade.

Homero de Mello Braga declarou que se não se encontrasse uma solução técnica para equilibrar o caso da produção de bens de consumo em face às demandas de consumo, as sombrias previsões de Malthus seriam confirmadas. No entanto, essas soluções para a super-população deveriam não aberrar os princípios éticos, e ainda citava que em alguns países de densidade demográfica em “ponto de explosão, já se legislava permitindo e até encorajando, clara ou veladamente, o controle da natalidade.” (BRAGA, 1959, p. 22).

Em 1966, percebemos que a trajetória de Homero de Mello Braga foi marcada pela discussão que efetuou quando foi presidente de uma Mesa-Redonda acerca de *Esterilização, anticoncepção e abortamento, em fins médicos, socioeconômicos e genéticos*, em evento organizado pelo próprio Laboratório de Genética Humana, ocorrido em 29 de setembro de 1966. Qual seria o grau de discussões a que se propôs o grupo: Favoráveis ou contra? Provavelmente a posição se mantinha favorável ao controle da natalidade, favoráveis à anticoncepção via DIU ou, até mesmo, a esterilização como método contraceptivo, no entanto, contra o aborto.

Quando os geneticistas Salzano e Freire-Maia (1967), em *Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos*, refletiram acerca do controle de natalidade no Brasil, os autores eram categóricos ao afirmar que a política de limitação de nascimentos não deveria ser a única política praticada com o fim de resolver os problemas a que se propunha. Deveria, conforme os autores, pelo contrário, ser mero coadjuvante de energéticas medidas de natureza social e econômica, tendentes a realmente elevar a posição das populações.

No Brasil, só houve uma lei para sistematizar o planejamento familiar e a esterilização voluntária em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com a

aprovação do Congresso Nacional, a Lei n° 9.263, de 12 de janeiro de 1996, de autoria do senador Lúcio Alcântara, foi promulgada, sistematizando e regulando o planejamento familiar e a esterilização voluntária.

Até 1996, conforme relatam Berquó e Cavenaghi, inexistia lei que proibisse a esterilização voluntária. No entanto, o Código Penal Brasileiro de 1940, em seu artigo 29, parágrafo 2, apresenta que qualquer lesão corporal de natureza grave, que resultasse em debilidade de algum membro, sentido e função do corpo, seria considerada crime. Assim, a esterilização voluntária era visualizada como uma ofensa criminal, que resultava em perda ou incapacidade na função reprodutiva, indicando o crime praticado e passível de penalidade de até oito anos de reclusão. (BERQUÓ, CAVENAGHI, 2003, p. 442).

Nos Estados Unidos da América, Stern (2005) enfatiza, em *Sterilized in the Name of Public Health: Race, Immigration, and Reproductive Control in Modern California*, que a esterilização voluntária se tornou lei na década de 1970, nos Estados da Carolina do Norte, Virgínia, Oregon e Georgia, além de tornar lei o aborto em Washington DC e Nova Iorque. A confluência da dominância do feminismo, dos direitos reprodutivos, de uma comissão federal de planejamento familiar e a saúde comunitária, da autonomia do controle da natalidade criaram, segundo Stern (2005), um meio propício para o abuso generalizado das esterilizações entre fins de 1960 e meados dos anos 1970.

De certa maneira, no Brasil, tivemos nossos excessos nos programas de demografia, controle de natalidade e problemas de planejamento familiar. Esterilizaram-se arbitrariamente e massivamente as mulheres brasileiras, conforme indicou a versão defendida no *Relatório sobre incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil* (1993), em que fica evidente a utilização do discurso da demografia, da alta natalidade e baixa mortalidade como argumentos, e utilizaram a esterilização como método anticoncepcional e, de forma arbitrária, incluindo coerção social.

Em relação à Genética Humana, Oswaldo Frota-Pessoa, do Departamento de Biologia Geral, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em seu texto *Genética Humana: Estado presente e perspectivas* (1960), escrito a pedido da Organização Mundial de Saúde, como fonte de informação para o Conselho de Pesquisas Médicas (*Advisory Committee on Medical Research*), dividiu o campo da Genética Humana em três níveis de integração da humanidade. A Fenogenética, de nível individual; a Genética da Transmissão, de nível familiar e, por último, a Genética das Populações, de nível populacional.

A primeira, Fenogenética, buscava estudar os passos bioquímicos pelos quais a presença do gen determinava a manifestação do caráter. Assim, tinha por fim “relacionar gens com fenótipos por intermédio de uma cadeia rigorosa de causa e efeito”. A segunda, Genética da Transmissão, se dedicava a estudar a distribuição, na prole, dos caracteres dos pais, procurando explicá-los segundo um padrão específico de transmissão e interação gênica. A terceira, Genética das Populações, “trata das variações, no espaço e no tempo, das frequências fenotípicas nas populações humanas (períodos de isolamentos, migração, endocruzamentos).” (FROTA-PESSOA, 1960, p. 7).

Com métodos e técnicas diferentes nos três campos, os geneticistas acabavam por concentrar as atividades em um campo somente, embora com exceções. Segundo o autor, tanto a Genética da Transmissão como a Genética das Populações, por exemplo, utilizavam largamente os métodos estatísticos para analisar os dados. Da matemática aplicada, utilizam “cálculos dos efeitos, sobre as frequências gênica e fenotípicas, de diversos fatores de evolução”, dentre eles mutações, seleção, migração, oscilação genética e sistemas de cruzamento. (FROTA-PESSOA, 1960, p. 7).

Frota-Pessoa passa assim a narrar a emergência da Genética Humana, quando afirma que a Genética Geral estabeleceu-se e desenvolveu-se “à custa de experimentos de cruzamentos”, e que por estes serem impraticáveis no homem, aproximaram-se da Genética Animal, mas tiraram proveito, de fato,

dos princípios fundamentais descobertos nas ervilhas e nas drosófilas, tais como as Leis de Mendel, a teoria da ligação, os conceitos de interação gênica e pleiotropismo. A interpretação correta da variação contínua e o conceito de poligens, que encontram larga aplicação na Genética Humana, surgiram de estudos feitos com o trigo. (FROTA-PESSOA, 1960, p. 8).

Ao reconhecer a trajetória da Genética em suas mais amplas discussões, afirma que a ciência Genética Humana baseava-se, naquele momento, em um sistema coerente de conceitos, com uma variedade de instrumentos de pesquisa, tanto técnicos quanto matemáticos, disponíveis aos geneticistas humanos.

O geneticista Frota-Pessoa produziu uma pesquisa comparativa dos trabalhos acerca da Genética Humana, publicada nos anos de 1949 e 1959. Dessa tabela referente à intensidade de pesquisa em diferentes áreas da Genética Humana, o autor coletou duzentos

e vinte e nove artigos produzidos em 1949, e quatrocentos e sessenta e dois artigos em 1959.<sup>212</sup>

Dividindo os conteúdos nos três grandes campos da Genética comentados anteriormente, pode-se visualizar um crescimento expressivo no tema “Herança e ambiente” e “Controle genético do metabolismo”. O mesmo ocorreu para “Ligação”, “Consanguinidade” e “Genética das radiações”. Verificou-se queda em temas como “Grupos sanguíneos”, “Caracteres fisiológicos”, “Genética racial” e “Genética matemática”. Assim, os dados demonstraram um aumento no campo da Fenogenética, que dobrou, em comparação aos campos da Genética da Transmissão e Genética das Populações. Ou seja, as pesquisas no nível individual cresceram mais do que as pesquisas no nível familiar ou populacional.

O tema “Eugenia” estava no campo da Genética das Populações, e decaiu de seis artigos, em 1949, para nenhum texto, em 1959. Acerca da Eugenia, asseverou nesse artigo de 1960 que esta havia nascido ao mesmo tempo em que a Genética Humana, atraindo muita atenção em princípio; no entanto, o progresso da ciência “genética tornou claro que os eugenistas clássicos eram, em grande parte, utopistas. Mesmo hoje, seus objetivos são impossíveis de atingir.” (FROTA-PESSOA, 1960, p. 20). Seria necessário, na visão de Frota-Pessoa, que os geneticistas descobrissem novos meios de modificar com facilidade o material genético e seguissem direções pré-estabelecidas.

Citando algumas indicações de como tal fato poderia ser feito, fez menção aos experimentos acerca da indução de partenogênese em aves e mamíferos, bem como a seleção de espermatozoides que produzem descendentes de um sexo ou outro e, ainda, transdução - espécie de cópia - obtida por meio de extratos de DNA. (FROTA-PESSOA, 1960, p. 20). Explicita o autor que, embora os objetivos da Eugenia Geral tinham de ser

---

<sup>212</sup> Dentre as temáticas inclusas na Fenogenética, que variaram de 30 trabalhos, em 1949, para 139, em 1959, incluem-se “Controle genético do metabolismo” (de 0 para 39), “Hemoglobinas anormais” (de 15 para 26), “Efeitos pleiotrópicos” (de 0 para 5), “Herança e ambiente” (de 15 para 65), “Mutações somáticas” (de 0 para 4). As temáticas englobadas na Genética de Transmissão, que variaram de 184 trabalhos em 1949 para 308 em 1959, eram “Citogenética” (de 1 para 7), “Caracteres mendelianos” (de 40 para 83), “Grupos sanguíneos” (de 27 para 22), “Ligação” (de 4 para 15), “Caracteres biométricos” (de 10 para 14), “Caracteres fisiológicos” (de 28 para 31), “Caracteres psicológicos” (de 9 para 15), “Genética médica” (de 62 para 108), “Métodos estatísticos” (de 3 para 13). Dentre os temas da Genética das Populações, que variaram de 45 trabalhos em 1949 para 51 em 1959, estavam “Frequências de caracteres nas populações” (de 4 para 8), “Frequências de gens nas populações” (de 3 para 2), “Genética racial” (de 17 para 9), “Taxas de mutação” (de 0 para 3), “Pressão de seleção” (de 2 para 2), “Oscilação genética” e “Migração e mestiçagem” (ambos de 0 para 0), “Casamento preferencial” (de 1 para 0), “Consanguinidade” (de 3 para 15), “Carga de mutações” (de 0 para 2), “Eliminação genética” (de 0 para 0), “Isolados” (de 1 para 1), “Polimorfismo balanceado” (de 0 para 1), “Efeitos genéticos das radiações” (de 1 para 4), “Genética Matemática” (de 8 para 4) e por fim “Eugenia” (de 6 para 0). (FROTA-PESSOA, 1960, p. 9).

adiados naquele momento, havia um ramo lateral da Eugenia que, na década de 1960, estava “bem desenvolvido” e constituía um campo em que as aplicações práticas se baseavam em conhecimento científico seguro, referindo-se ao “Aconselhamento Genético”.<sup>213</sup> Na Universidade do Paraná, em fins de 1957 foi criado o Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana, que visou prestar esses serviços gratuitamente. Frota-Pessoa não acreditava que a generalização do Aconselhamento tornaria sensivelmente melhor o genótipo médio da humanidade, mas evitaria muito a infelicidade no âmbito familiar. Ou seja, a Genética da transmissão possuía naquele momento um alcance de maior relevância eugênica em comparação à Genética das Populações.

Este pode ter sido um dos motivos ou motivações que levaram Freire-Maia a migrar, como apresentaremos, da Genética das Populações para a Genética da Transmissão e a Genética Médica. No entanto, demonstraremos, a partir da análise das fontes, que essa migração de área dentro do campo genético se deu em discussão com as condições encontradas na instituição Universidade do Paraná, suas parcerias possíveis, enfim, seus pares durante os anos de 1950 e 1960.

Em 1964, o geneticista Pedro Henrique Saldanha, do Laboratório de Genética Médica da USP, publicou na revista *Ciência e Cultura* o texto intitulado *O Ensino da Genética na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*, que evidenciava pontos interessantes da grade curricular, e, sobretudo, o que havia se modificado.

Segundo Saldanha (1964), a Genética Humana como ciência básica e aplicada havia sido reconhecida apenas nos últimos vinte anos, que remete às proximidades do fim da Segunda Guerra Mundial. Citou os variados institutos e laboratórios de pesquisa a respeito da hereditariedade humana que foram criados no norte da Europa e nos Estados Unidos, além de evidenciar que, na Suécia, já era obrigatório o curso de Genética Humana ou Médica nos currículos de todas as faculdades de Medicina. O que denota sua intenção e a necessidade de expandir a Genética Humana e Médica em todas as faculdades de Medicina do Brasil.

O texto de Saldanha é emblemático, na medida em que demonstra como um novo aparato de conceitos e forma de pensar a hereditariedade humana por meio da genética foi tomando o lugar da Eugenia como ciência da hereditariedade humana na Medicina. Dentre

---

<sup>213</sup> Suas referências para os aconselhamentos genéticos eram Reed, autor de *Counseling in Medical Genetics* (1955) e Hammons, autor de *Heredity counseling* (1959).

os fatores que passaram a determinar o interesse pela ciência Genética Humana, expõe dez pontos, dos quais a “descoberta do papel da hereditariedade na etiologia e diagnóstico de inúmeras doenças e anomalias bem como nas susceptibilidades mórbidas humanas”. (SALDANHA, 1964, p. 408).

O segundo ponto foi a descoberta de números maiores de grupos e tipos sanguíneos de comportamento genético conhecidos, e de interesses médico-legais. Outro ponto foi a identificação do fator *Rh* como responsável patogênico da doença hemolítica do recém-nascido, denominado eritroblastose fetal.<sup>214</sup> O quarto ponto era a crescente necessidade de aconselhamento genético em casos médico-familiares específicos, que se tornavam, segundo Saldanha, “pelo controle das doenças transmissíveis e degenerativas”. O quinto apontamento foi a descoberta de inúmeras variantes hereditárias bioquímicas humanas normais, relacionadas, por exemplo, à excreção dos amino-ácidos na urina, e patológicas, por exemplo fenilcetonúria, alcaptonúria, tirosinose, galactosemia, hemogloninopartias.

O sexto ponto era a reformulação do conceito de raça e explicação das diferenças raciais humanas. Na sequência vinha a crítica do programa eugênico clássico, e, além disso, o combate a teorias eugênicas pseudocientíficas. O oitavo apontamento referia-se às dificuldades em explicar as diferenças psicológicas humanas normais, tais como inteligência e personalidade, e as patológicas, tais como esquizofrenia, psicoses, epilepsia, somente por meio das teorias ambientalistas. O nono ponto era acerca da urgente necessidade de avaliar os efeitos genéticos das radiações em populações humanas, por consequência, utilização cada vez maior da energia nuclear com objetivos pacíficos e bélicos. O décimo ponto era a recente identificação de aberrações cromossômicas e outras variações citogenéticas humanas, como causas das anomalias e doenças específicas, tais como mongolismo<sup>215</sup>, síndrome de Klinefelter, síndrome de Turner e outras.

---

<sup>214</sup> Ou doença hemolítica causada por incompatibilidade entre o Rh da mãe e do feto, caracterizada pela destruição dos eritrócitos do feto (Rh positivo) por anticorpos específicos da mãe (Rh negativos), que os interpreta como intruso. Antes era considerado um fator evolutivo de letalidade e semiletalidade, pois poderia causar desde aborto e morte pós parto, até anemia, icterícia, deficiência mental, surdez e paralisia cerebral. Após compreensão da lógica de ação do Rh, foi possível tratar o feto, por via aplicação de dose de imunoglobulina durante a gestação.

<sup>215</sup> Trata-se de termo hoje pejorativo e depreciativo, substituído na década de 1970 por Síndrome de Down. Foi descrita na década de 1986, pelo médico John Langdon Haydon Down (1828-1896) que estabeleceu uma espécie de teoria étnica, sugerindo ser um “estado regressivo da evolução”. Em 1959, Lejeune, Gautier e Turpin, em *Etudes des chromosomes somatiques de neuf enfants mongoliens* e Patricia Jacobs *et al.*, em *The Somatic Chromosomes in Mongolism*, descreveram a síndrome de trissomia 21, que em homenagem ao seu primeiro descritor se chamou síndrome de Down. Daniel Kevles relata em *In the name of Eugenics* (1985), estes estudos botaram fim ao tipo de associação que era feita entre o mongolismo e algum tipo de atavismo. (KEVLES, 1985).

A intenção de Saldanha era legitimar o campo da Genética, e mais especificamente a especialidade da Genética Humana e da Genética Médica dentro do campo médico, além de toda metodologia especializada e um corpo de pesquisadores que se dedicasse unicamente a esse campo. Assim, Saldanha ressalta pontos da Genética interessantes para a Medicina, que poderiam ser utilizados pelo profissional médico, em práticas de clínicas.

Ensino básico de Genética a estudantes de Medicina com a finalidade de evidenciar os princípios básicos da Genética aplicada ao homem. Além de seu valor na formação teórica, o ensino básico de Genética Humana visa possibilitar a utilização dos critérios genéticos como meio de diagnóstico auxiliar aos critérios clínicos. Permite, ainda, que o futuro clínico possa avaliar os “riscos genéticos” em problemas de “aconselhamento” genético. (SALDANHA, 1964)

Esse era, de alguma forma, o ensino do determinismo biológico e genético, mas que dividiria espaço com o determinismo ambiental. Essa era uma discussão efetuada no campo genético paulista, mas, por circular na revista *Ciência e Cultura*, possuía seu viés nacional.

## 2.1 Homero de Mello Braga e suas discussões

Homero de Mello Braga (1907-1985) foi um intelectual de suma significância para proporcionar a emergência do campo da Genética na Universidade do Paraná. Analisaremos, neste item, a historiografia e fontes que dão indícios da trajetória de Homero de Mello Braga até ocupar espaços na Universidade.

Fazia parte de família do comerciante José de Mello e Braga e Maria José Pinheiro Brandão Braga, casados em 1903. Eram seus irmãos José de Mello Braga Junior (jan. 1906-x), Maria de Lourdes (nov.1906-), Rubens de Mello Braga (1910-), Angelina de Mello Braga (1912-) e Honorido de Mello Braga, Rute de Mello Braga Bettega. Era seu tio o tenente secretário da Guarda Nacional, de S. José da Boa Vista, Armando de Mello Braga, casado com Zeferina de Castilho Braga. Seu pai foi empregado da firma Emilio Romani e Cia., uma empresa ligada ao ramo madeireiro e fabricação de compensados até 1921.

Homero de Mello e Braga cursou, em 1915, o Colégio Professor Júlio Theodorico, e na juventude, frequentou o Gymnasio Paranaense<sup>216</sup>, em 1919, relevante ponto educacional

---

<sup>216</sup> O Ginásio Paranaense emergiu do antigo Licêo de Curitiba, criado em 1846, no entanto, foi extinto durante duas vezes, em 1869, retornando em 1871 e sobrevivendo até 1876, quando se institucionalizou o Instituto de Preparatórios e Escola Normal. Pelo Regulamento de 1891, o Instituto passou a denominar-se Gymnasio Paranaense. Em 1942, pelo decreto federal n.º 614 de 10/06/1942, sua denominação passou a ser Colégio Paranaense e no ano seguinte pelo decreto estadual n.º 1358 de 25/03/1943, passou a possuir a denominação atual, Colégio Estadual do Paraná. (CHAVES JUNIOR, 2004, p. 1). Quando Ginásio Paranaense, entre 1891 e 1942, seguia o Regulamento de 1891, e estipulava que o Programa de suas cadeiras

em Curitiba. Em História Universal teve contato com a obra de Dario Persiano de Castro Vellozo, *Lições de História* (1902), que atuando na cadeira discutiu conceitos como pátria, nação, liberdade, cidadão e civismo.

Em 1925 iniciou os estudos na Faculdade de Medicina do Paraná e formou-se em 1929.<sup>217</sup> Fez parte, dentro da perspectiva geracional que propomos, da segunda geração de médicos que discutiu as questões eugênicas e hereditárias, um “prata da casa”.

**Tabela 9 - Cátedras Disciplinares e Professores de Homero de Mello Braga na Faculdade de Medicina do Paraná - 1918**

<b>Disciplinas</b>	<b>Professores</b>
Física Médica	José Guilherme de Loyola
Química Médica	Eduardo Wirmond Lima
História Natural Médica	Eduardo Leite Leal Ferreira
Anatomia descritiva	José de Azevedo Macedo
Histologia	Abdon Petit Carneiro
Fisiologia	Manoel Lustosa Carrão
Microbiologia	Alfredo de Assis Gonçalves
Clínica Propedêutica Médica	Francisco Martins Franco
Clínica Propedêutica Cirúrgica	Simão Kossobudzki
Patologia Geral	Leônidas do Amaral Ferreira
Anatomia e Fisiologia Patológica	Gabriel Novincki
Clínica Oftalmológica e Otorrinolaringologia	Júlio Szymanski
Clínica Dermatológica e Sifiligráfica	Domingos Gerson de Saboia
Clínica Cirúrgica	Joseph Ferencz

seria modelado de acordo com o Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, que se manteve como padrão para os demais ginásios do país. O Ginásio Nacional com o decreto federal n.º 8659, de 05/04/1911, passou a ser denominada Colégio de Pedro II.

<sup>217</sup> Na turma formada em 1929 na Faculdade de Medicina, estavam junto de Homero de Mello Braga, dra. Josephina Flaks, os drs. Julio Moreira, Adriano Mazza, Cezar Pernetta (1906-1993), Jorge Mereze, Telmo Borba Rozala Garzuza, Felipe Miranda. (A REPÚBLICA, 12/12/1929, p. 2).

Farmacologia	Aloisio França
Anatomia médico-cirúrgica e operação de aparelhos	Miguel Severo de Santiago
Terapêutica	Euripedes Garcez do Nascimento
Clínica Médica	João Candido Ferreira
Clínica Pediátrica	Joaquim Pinto Rebello
Higiene	João Evangelista Espíndola
Medicina Legal	João de Moura Brito
Clínica Obstétrica e Ginecologia	Victor do Amaral
Clínica Neurológica e Psiquiatria	Cláudio de Lemos

Fonte: CINTRA, 2010; PIETTA, 2019.

No último ano, cursou as disciplinas com os professores João Evangelista Espíndola, de Higiene, João de Moura Brito, de Medicina Legal, Victor do Amaral, de Clínica Obstétrica e Ginecologia, e João Candido Ferreira, de Clínica Médica, professores da primeira geração.<sup>218</sup>

Após se formar, em 1930, tornou-se 1º Tenente Médico do 15º Batalhão de Caçadores, em Curitiba. (O DIA, 07/11/1930, p. 5). E depois em 1931, foi Diretor do Sanatório São Sebastião, na Lapa. (DIARIO DA TARDE, 07/07/1931, p. 3). Após se afastar do cargo de diretor do Sanatório da Lapa foi Chefe do Serviço de Tuberculose do Hospital de Criança. Em 1933 realizou uma conferência na sede da Federação Operária do Paraná acerca da tuberculose nas classes operárias. (DIARIO DA TARDE, 03/09/1933, p. 8). A saúde pública da classe operária foi uma das preocupações de Homero de Mello Braga. Em 1934, quando foi criada a Sociedade de Pediatria do Paraná, Homero de Mello Braga esteve entre os fundadores. (DIARIO DA TARDE, 28/03/1934, p. 2).<sup>219</sup>

<sup>218</sup> As grandes modificações do quadro professoral ocorreram em 1929 e depois em 1945.

<sup>219</sup> Fizeram parte da criação da Sociedade de Pediatria do Paraná os drs. Garcez do Nascimento, Octavio da Silveira, Mario Gomes, Antonio Amarante, Carlos Moreira, Cezar Pernetta, Julio Moreira, Alvaro Pinto, Raul Carneiro, Heitor Borges de Macedo, Libanio E Cardoso, Homero de Mello Braga, os acadêmicos Bruno Felicio de Castilho, Mansur Feres, Leniro Ribeiro Bittencourt, Acir Caron Picanço, Alcides Silva, Fausto de C. Guimarães. (DIARIO DA TARDE, 28/03/1934, p. 2).

Em 1934, durante a campanha contra a imigração dos assírios ao Brasil, efetivada pelo Instituto dos Advogados do Paraná,<sup>220</sup> ocorreram variados debates no rádio e nos jornais paranaenses. Conforme o *Diário da Tarde*, de 3 de março de 1934, “naquela noite, Homero Braga falaria no rádio contra a vinda dos assyrios”. (DIARIO DA TARDE, 03/03/1934, p. 1). O jornalista Paulo Tacia organizou um inquérito referente ao assunto com os intelectuais paranaenses, e Homero de Mello Braga, em carta publicada em 25 de março, no *Correio do Paraná*, deu seu depoimento acerca do inquérito, colocando-se como um nacionalista crítico ao preconceito racial, mas tudo indica que concordando com a escolha do grupo majoritário contra aquela imigração.<sup>221</sup> Dessa forma, organizou sua argumentação a partir da diferença entre as raças, mas excluindo a superioridade ou inferioridade orgânica de uma sobre a outra. Indicou que eram escolhas pela construção e formação de uma “alma da raça brasileira”, uma experiência sobretudo católica. Analisaremos mais profundamente essa fonte no subtítulo 2.5.

Segundo Cintra (2010), Homero de Mello Braga publicou, em 1936, o *Manual Prático de Tisiologia Infantil*, distribuído pela editora paulista Editorial Libertas. Um livro que, conforme aponta Cintra (2010),

pode ter sido dirigido aos seus alunos do curso livre de Tuberculose Pulmonar na FMP, já que apresentava uma proposição bem curricular ao tema: etiopatogenia, epidemiologia e semiologia da tísica infantil. Pode ter sido, inclusive, um livro continuado, uma vez que na capa se salientava: livro I. Assim como ele, outros nomes e livros esperam ser conhecidos. (CINTRA, 2010, p. 210).

Em 1935, participou da reunião da Associação Paulista de Medicina, na Seção de Tisiologia, sobre a *Tuberculose Infantil*. (CORREIO PAULISTANO, 23/10/1935, p. 3). Em reunião presidida pelo dr. Tisi Neto e secretariado pelos drs. Fleury de Oliveira e João Grieco, Homero de Mello Braga defendeu a *Aplicação das novas idéas sobre biologia do virum tysico à ethiopatogenia da tysica*, uma contribuição à discussão do tema encontrada no livro *Manual Prático de Tiosiologia Infantil. Livro 1.*, na qual baseada na condição que tem da existência de formas filtráveis do bacilo de Koch, transmissíveis hereditariamente e cuja virulência se conserva e evolui. Na mesa de discussão estiveram os drs. João Grieco, Dirceu Santos e Tisi Neto. (CORREIO PAULISTANO, 09/08/1936, p. 21). Nesse período,

<sup>220</sup> Estiveram na mesma posição que o Instituto dos Advogados: a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, várias entidades sindicais operárias do Paraná, mas também os intelectuais Miguel Couto, Pacheco e Silva, Paulo Vageler, Heraclides de Souza Araujo, Artur Neiva, M. Paulo Filho, T. Monteiro de Barros, Floriano de Lemos e Xavier de Oliveira.

<sup>221</sup> O seu irmão, Rubens de Mello Braga, analisou a questão sob outra ótica, visualizando a imigração assíria, considerados elementos perniciosos, porque eles “vinham pela imposição dos imperialistas ingleses”. (DIARIO DA TARDE, 26/02/1934, p. 8).

foi médico do Dispensário infantil da Liga Paulista contra a Tuberculose. Em 1937, foi secretário da Liga Paulista contra a Tuberculose, que tinha como presidente o dr. Clemente Ferreira. (CORREIO PAULISTANO, 29/05/1937, p. 11).<sup>222</sup> De certa forma, essas sociabilidades com a educação médica renderam certa credibilidade a Homero de Mello Braga, que, no início de 1938, prestou concurso ao cargo de Livre Docente da cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil da Universidade do Paraná, sendo nomeado em 15 de fevereiro para reger uma turma complementar.

Glaser (1988), trabalhando a História da Educação na Universidade Federal do Paraná, revela que Homero retornou de São Paulo a Curitiba em 1937, e foi um dos entusiastas para a fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, já que acompanhou a criação da similar na capital paulista. Vale relatar que a própria Faculdade de Medicina do Paraná (1912) havia se instaurado concomitantemente ao projeto da Faculdade de Medicina Cirúrgica de São Paulo (1912), e, conforme Cintra (2010), os fundadores paranaenses puderam não apenas acompanhar o processo de fundação, mas puderam debater e comunicar-se no sentido de afunilar ideias e discussões do projeto da Faculdade de Medicina do Paraná. (CINTRA, 2010, p. 9). Era, portanto, recorrente o debate entre os intelectuais paranaenses e paulistas no processo de institucionalização da ciência médica.<sup>223</sup> E tal fato seria determinante ao processo de institucionalização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

---

<sup>222</sup> A Liga Paulista Contra a Tuberculose, fundada em 1899, por Clemente Ferreira, Emílio Ribas, Victor Godinho e Guilherme Álvaro, foi uma instituição que se aplicou na prevenção e tratamento da peste branca. Em 1926, a vacinação BCG foi desenvolvida por Arlindo de Assis nos Laboratórios da Liga Brasileira Contra a Tuberculose, a partir da cepa Moreau e, testadas no Dispensário Modelo Clemente Ferreira em São Paulo. Essa vacina foi aplicada no tratamento de pacientes do Sanatório São Sebastião, na Lapa-PR, desde ao menos 1931, por Homero de Mello Braga.

<sup>223</sup> A temática a respeito da institucionalização do ensino da Medicina em São Paulo foi abordada por Silva (2002), que defendeu que o descompasso entre a lei de 1891, que previa a instalação e a efetivação de fato, ocorrida em 1913, ocorreu pela questão da falta de homogeneidade no campo médico. No entanto, visualiza que a Faculdade de Medicina foi coordenada em concomitância com o serviços de saúde em São Paulo. Assim, propõe que ensino e pesquisa - práticas hospitalares e laboratoriais experimentais - estiveram aliados no projeto de uma escola médica paulista, legitimando o espaço do campo médico paulista. Houve uma ligação íntima entre a Fundação Rockefeller e as investigações sobre saúde pública em São Paulo. A cátedra de Higiene, segundo Silva (2002, p. 155) passou a existir em 1916, no entanto, o auxílio recebido pela instituição se consolidou somente em 1918. Marinho (1993) infere que antes do acordo entre a Faculdade e a Fundação Rockefeller, a estrutura curricular já buscava aliar aulas teórica e práticas laboratoriais, ou seja, a medicina científica já precedia o contato, no entanto após o acordo, o cunho científico se efetivou. (MARINHO, 1993, p. 51). Quando da assinatura da parceria, o ensino passou a ser de regime de tempo integral para pesquisa e ensino, além de financiamento da estrutura física como laboratórios. (MARINHO, 1993, p. 51). No caso paranaense havia, por exemplo, um interesse na construção do Hospital da UP presente no Estatuto de 1914, que possuindo capítulo próprio (XIV), conforme descreveu Cintra (2010), ficando centralizados neste capítulo todos os demais institutos em saúde da FMP. Cintra (2010) revela ainda que com a visita da Fundação Rockefeller a Faculdade de Medicina do Paraná em 1916, os médicos-fundadores

Conforme Siqueira (2013) resgatou, Homero de Mello Braga contou que, quando regressou de São Paulo a Curitiba, encontrou o professor Carlos De Paula Soares e comentou do Ensino Superior por lá, pois na capital paulista havia acompanhado a implantação da FFCL-USP.<sup>224</sup> Ainda segundo Siqueira (2013), Homero de Mello Braga lembrava:

Eu daria Biologia Educacional. O Curso de História Natural ficaria para depois. Não que faltassem professores. O Stellfeld na Botânica, outro padre daquele mesmo convento do Largo da Cruz que sabia tudo sobre abelhas, na Zoologia. O Xavier Viana dará Biologia. E o Weber, Mineralogia. Mas as instalações, essas são difíceis. Microscópios, micrótomos, corantes... Talvez se arranje com a Faculdade de Medicina. De qualquer forma, o essencial, que eram os professores, já tínhamos. E para manter a Faculdade, talvez se arranje uma subvenção do governo.

Não temos a datação desse histórico quase memorialista de Homero de Mello Braga exposto por Siqueira (2013). No entanto, segundo o médico, ao falarem com o Interventor Manoel Ribas, talvez em 1937, ressaltou que “... não foi preciso gastar muita conversa. Talvez a ideia já lhe germinasse no pensamento”. (SIQUEIRA, 2013, p. 22).<sup>225</sup>

O ambiente era ao mesmo tempo propício à efetivação da criação, na medida em que, por um lado, os intelectuais, embora de campos diferenciados, se organizavam pela causa institucional, e/ou até mesmo tinham como intuito ocuparem aqueles novos espaços que se colocavam à disposição. Por outro lado, o governo do Interventor argumentava pelas reformas legislativas no campo da educação no âmbito federal: a Reforma Francisco Campos. Referimo-nos aos Decretos Federais nº 19.851 e nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que faziam parte do novo Estatuto das Universidades Brasileiras, dentre os quais tornava lei ampliar a cultura no domínio das ciências puras, mas também para dar condições de formação de Magistério, além de trabalhos práticos como gabinetes, laboratórios e ambientes voltados à pesquisa prática. (SIQUEIRA, 2006, 2013). Era do interesse do Governo Estadual esse prosseguimento.

---

ficaram esperançosos com possíveis investimentos, no entanto, nenhum acordo foi assinado entre as instituições. (CINTRA, 2010, p. 12).

<sup>224</sup> A fonte utilizada por Siqueira (2013) é XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. História da educação. São Paulo: FTD, 1994. p. 200. Está disposta na Biblioteca de Humanas.

<sup>225</sup> A respeito da reunião com Manoel Ribas, não encontramos informações de quem havia se encontrado na reunião. Vale lembrar que Homero de Mello Braga e Rubens de Mello Braga eram irmãos, filhos de José de Mello Braga e de Maria José Pinheiro Brandão Braga. Rubens foi um sindicalista, getulista, um dos fundadores da Frente Nacional do Trabalho, em 1937, e possuía uma interlocução Getúlio Vargas, e essas redes políticas podem ter sido decisivas para a aceitação. Rubens Braga fundou tempos depois o Partido Trabalhista Brasileiro, em 1945. Foi Deputado Federal durante a Constituinte de 1946 e reeleito em 1950, quando, após Bento Munhoz da Rocha Netto se eleger Governador, passou a integrar a sua secretaria do governo como Chefe da Casa Civil, e depois assumindo a pasta da Agricultura. (CPDOC/FGV).

Havia ainda a pretensão de formar uma sólida cultura filosófica, científica e literária, e a FFCL objetivava, conforme apontou o periódico *Gazeta do Povo*, em 27 de fevereiro de 1938, “os conhecimentos indispensáveis à formação das classes dirigentes”. (GAZETA DO POVO, 27/02/1938, p. 1). Existia, portanto, a preocupação na formação das classes dirigentes do Estado, de futuras gerações de intelectuais e seus relacionamentos com a classe dirigente e, por consequência, a manutenção do poder no campo político. Dessa conglomeração de interesses emergiu o interesse pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Relacionado ao caso da FFCL-PR, Pórcia Alves (1988, p. 63) evidenciou que as sociabilidades fora do ambiente institucional foram de significância para a fundação da FFCL:

Estendiam-se às mesas dos cafés, na Rua XV de Novembro, e apaixonavam os interessados. Ao redor das mesinhas de mármore do Café Colares, Homero de Mello Braga, Carlos de Paula Soares, Milton Carneiro, João Xavier Vianna, Temístocles Linhares e outros, traçavam planos e estratégias para a fundação da Faculdade de Filosofia. (ALVES, 1988, p. 63).

A partir dessa rede de sociabilidade intelectual, emerge a FFCL-PR, que criou seu próprio escopo em relação à filosofia humanista e científica. A abertura das inscrições aos Cursos de Habilitação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná ocorreu em 4 de março de 1938, como divulgado no jornal *O Dia*. Homero de Mello Braga foi o Secretário nesse primeiro momento e estavam dispostas para inscrição as disciplinas do “Departamento de Filosofia”; do “Departamento de Ciências” - que possuía seis Seções: de Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Matemáticas, Ciências Naturais, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas –; do “Departamento de Letras” - que possuía duas Seções: Letras Clássicas e Português e Línguas Estrangeiras. E ainda, anexo, o Instituto Superior de Educação – com o Curso de Educação, de Formação de Professor Primário, de Formação de Professor Secundário e de Administradores Escolares. (O DIA, 04/03/1938, p. 3). Apesar de não ter acontecido o processo de departamentalização na década de 1930, a publicidade da FFCL no jornal preferia esse termo.

Homero de Mello Braga participou da criação do Regimento da Faculdade e de modificações posteriores quando da parceria com os irmãos Maristas<sup>226</sup>, além de ser

---

<sup>226</sup> A reorganização ocorreu devido a uma padronização federal, que buscava inserir um currículo básico. (PINHEIRO, 1993, p. 64). Foi a partir do Decreto n. 421, de 11 de maio de 1938, e o Decreto n. 1.190, de 4 de abril de 1939, que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras assinou um contrato com a União Brasileira de Educação e Ensino – Irmãos Maristas, emergindo, por fim, na criação de quatro Departamentos, Filosofia,

professor catedrático de Biologia Educacional, no Curso Superior de Educação e no curso de Administradores Escolares. (GLASER, 1988, p. 25; ALVES, 1988, p. 70). O outro médico do grupo, dr. Milton Carneiro<sup>227</sup>, foi professor de Psicologia Genética no Curso Superior de Educação.<sup>228</sup>

Em um domingo, 13 de março de 1938, o jornal *O Dia* publicou uma matéria em sua capa que perguntava *O que será a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná?* Nesse momento, Homero de Mello Braga havia regressado de São Paulo, e afirmava que

em visita de estudos e indagações às escolas e institutos de alta cultura que já vem funcionando há algum tempo e em cujos exemplos vigorosos e sadios, como irmãos mais novos que somo, temos de nos mirar, para aperfeiçoamento de nossa inteligência especulativa. São Paulo é, sem dúvida, o maior centro intelectual do país e, por certo, a ele não podíamos deixar de recorrer numa emergência como a que se nos apresenta, de grandes responsabilidades, em que se pretende melhor direção, ou antes completar os conhecimentos para que estes se organizem em cultura - a da ordem do espírito e não a da ordem do corpo - pondo fim a esse grosseiro imediatismo utilitário que por toda a parte campeia, mercê do qual a ciência e o saber se escravizam às necessidades materiais do homem. (O DIA, 13/03/1938, p. 1).

Foi nesse sentido que Homero de Mello Braga, seguindo esses propósitos, contactou as autoridades paulistanas, os professores e reitores das diversas escolas. Visitou na ocasião

---

Ciências, Letras e Pedagogia. Dessa forma, a Faculdade cumpriria com os requisitos do Decreto Nacional, adequando-se ao modelo da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. (GLASER, 1988, p. 23).

<sup>227</sup> O dr. Milton Eichsen Carneiro (1902- ) concursou-se à cadeira de Biologia Geral e Parasitologia como livre docente em 1928. Milton Eichsen Carneiro defendeu no concurso de cátedra Biologia Geral e Parasitologia a tese *Base paleontológica da doutrina transformista e Conceito atual da vida*, em 1934. Filho de Abdon Petit Carneiro, catedrático de Fisiologia e de Clínica pediátrica médica e puericultura (1913), e depois de Clínica pediátrica médica e higiene infantil (1915) desde a criação da Faculdade de Medicina. Era irmão de Raul Carneiro, formado pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1925, e atuou depois, em 1929, como catedrático de Clínica Médica e Higiene Infantil, com duas teses *A reação de von Pirquet e, Dentição e desmame*.

<sup>228</sup> O Instituto Superior de Educação, um anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, possuía dois cursos. O primeiro, Curso Superior de Educação, que concedia diploma de licenciado em Educação, com duração de três anos. No 1º ano, havia quatro disciplinas: Biologia Educacional, pelo dr. Homero de Mello Braga, Psicologia Genética, pelo dr. Milton Carneiro, História da Educação, por dr. Xavier Viana, e Lógica e Metodologia das Ciências, pelo dr. Temístocles Linhares. (O DIA, 24/03/1938, p. 2). Já o segundo, Curso de Administradores Escolares concedia diploma de administrador escolar, com duração de dois anos. No 1º ano, as disciplinas eram: Biologia Educacional, pelo dr. Homero de Mello Braga, Psicologia Educacional, pelo prof. E. Pilotto, Estatística Educacional, pelo dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, e Legislação e Administração do Ensino, pelos drs. Hostílio de Araujo e Brito Pereira. (O DIA, 24/03/1938, p. 2). Não tivemos acesso às disciplinas do 2º ano do Curso de Administradores Escolares. A partir de 1939, houve modificações na grade do curso Superior de Educação. No 1º ano, incluiu-se Complementos de Matemática e Literatura Brasileira, além de Psicologia, História da Filosofia, Sociologia, Biologia Educacional. No 2º ano cursava-se, Complementos de Matemática, Psicologia, Estatística, História da Filosofia, Sociologia e Educação Comparada. (O DIA, 14/05/1939, p. 3). No 3º ano, História da Educação, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Educação Comparada, Filosofia da Educação. (O DIA, 01/07/1939, p. 18)

a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia S. Bento, a Escola livre de Sociologia Política e o Instituto de Educação (sob direção de Fernando de Azevedo). Foi atendido pelos diretores que facilitaram em tudo para coligir elementos e informações de interesse, além de se prontificarem a cooperar.

A FFCL-PR era considerada por Homero de Mello Braga uma oficina em que se forjavam os “modeladores do espírito e do coração”. A FFCL ajudaria os moços do meio paranaense a esperar por algo, no sentido de reimplantar a cultura integral, em termos de valor e significação para o homem. (O DIA, 13/03/1938, p. 3). Naquele momento havia a especulação de um projeto de criação de um anexo à Escola Normal para a formação do professor de ensino primário, e isso não desconfortou o secretário da FFCL-PR, devido a essa concorrência.

Não creio que um curso superior, anexo a uma Faculdade e dentro em breve, como é de supor, a uma Universidade, que se propõe a ministrar esse mesmo curso, fornecendo instrução propedêutica adequada possa sofrer influência de um curso nas condições do que foi anunciado. A tendência hoje é de que a preparação técnica e profissional dos candidatos ao magistério, seja primário ou secundário, se faça na Universidade ou instituições análogas, reconhecendo-se “a necessidade, para o professor, de adquirir a fundo uma especialidade, deixando-lhe, contudo, a possibilidade de estudar outras”. (O DIA, 13/03/1938, p. 3).

A fala de Homero de Mello Braga ainda é reveladora da aberta intenção em transformar, com a criação da FFCL-PR, e junto das Faculdades de Medicina, de Direito e de Engenharia, a Universidade do Paraná. Em agosto de 1939, Homero de Mello Braga participou da diretoria da Faculdade como secretário, ao lado de Brasil Pinheiro Machado, diretor, e do Padre Jesus Ballarin, vice-diretor. Durante o ano de 1940, Homero de Mello Braga foi docente do 3º ano do Curso de Pedagogia na referida disciplina que, conforme depoimento de Alves (1988), fez “renascer o entusiasmo pelos temas enfocados – novidades na época – vitaminas, nutrição e, naturalmente, genética, com seus fascinantes problemas.” (ALVES, 1988, p. 70). Tal fato também é visualizado na trajetória de Delohé Scalco, que escreveu um texto sociológico em que discutiu Eugenia e desajustamento social, que será analisado em outro momento desta tese. Mas vale lembrar também as trajetórias de Clara Glasser e Pórcia Alves, por exemplo, na criação de espaços de ações e práticas sociais em torno da autonomia da mulher em relação às políticas sobre os corpos.

A Primeira turma da FFCL se formou em 1940 e dentre eles estavam: no curso de Filosofia, Ester de Oliveira Portes Edwig Reichen e Felipe de Souza Miranda Junior; no curso de Ciências Sociais e Políticas, Delohé Scalco; no curso de Pedagogia, Gemeny Souza França, Myrian G. Weigert, Pórcia Guimarães Alves, Antonio Dionisio Marach,

Francisco Albizu, Haroldo Faria Néto, João de Freitas, João Ribeiro, João D. Vieira Rebelo; no curso de Ciências Químicas, Ernesto E. Drieschel, Francisco Caziani e João José Vassão; no curso de Geografia e História, Dalíria Franco, Antonio Maria Rodrigues e Francisco Izabel. (DIÁRIO DA TARDE, 05/12/1940 p. 8). Nessa ocasião, foi inaugurado o Edifício próprio da FFCL-PR.

O curso de História Natural só passou a existir de fato em 1943.<sup>229</sup> No entanto, em outubro de 1941, a diretoria requereu ao Ministério da Educação e Saúde autorização para funcionar o curso de História Natural. A partir do Decreto Federal nº 9.776, de 23 de junho de 1942, foi autorizado o curso e em 1943 iniciaram as aulas. (SIQUEIRA, 2013, p. 30). Foi então que Homero de Mello Braga assumiu a cadeira de Biologia do Curso de História Natural.<sup>230</sup> Siqueira infere que esse passo na criação do curso representava e demonstrava o grande interesse da elite intelectual paranaense no que diz respeito à Geologia, Biologia, Zoologia e Genética. (SIQUEIRA, 2013, p. 9). O programa do curso de História Natural possuía três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas: Primeira série com as disciplinas de Biologia geral, Zoologia, Botânica, Mineralogia; Segunda série com Biologia geral, Zoologia, Botânica, Petrografia; Terceira série com Zoologia; Botânica; Geologia; Paleontologia.

O ano de 1944 marcou também a entrada de Homero de Mello Braga como catedrático na Faculdade de Medicina do Paraná, quando defendeu no concurso para a Cátedra de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil a tese intitulada *Contribuição ao Estudo da Alergia Infra-Tuberculínica na Infância*. Na década de 1940, foi sócio fundador, secretário e presidente da Sociedade Paranaense de Tisiologia, além de ser o organizador de um programa de rádio chamado *Hora da Mulher*, transmitido pela Rádio Clube Paranaense, no qual prestava informações a respeito da saúde da mulher e da gestante. Também foi cronista em periódicos paranaenses, como o jornal *A Tarde*, *O Dia*, e *Gazeta do Povo*. Publicou o livro intitulado *Um jornal a serviço da infância: relato da campanha empreendida pelo Dr. Caio Machado*, diretor do *O Dia*, em favor da instalação e manutenção de postos de Puericultura em Curitiba, em 1948.

Homero de Mello Braga, além de especialista em Pediatria, dedicou-se também ao estudo da Genética. Em relação à Biologia e à Genética, segundo a plataforma digital da

---

<sup>229</sup> O curso de Ciências Naturais durava três anos, dando diploma de Licenciado em Ciências Naturais. O concurso de habilitação ao curso cobrava as matérias de Física, Química, História Natural e Desenho.

<sup>230</sup> Esse curso em 1970 modificou o nome para Licenciatura em Ciências Biológicas. (SIQUEIRA, 2013, p. 9).

Sociedade Brasileira de Pediatria, foi membro da SBG, da Associação Latino-americana de Genética e da *American Association for the Advancement of Science*. Foi também:

professor de Citogenética Humana, catedrático, membro da comissão de pós-graduação, do mestrado em Genética Humana e Diretor do Departamento de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Neste ambiente dedicou parte de sua vida ao estudo do comportamento dos cromossomos durante o ciclo de divisão celular e suas implicações nas características expressas no indivíduo. As questões de esterilização, anticoncepção e abortamento com fins médicos, socioeconômicos e genéticos, integraram o elenco de suas preocupações científicas e clínicas. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, s/p).

Questões como esterilização, anticoncepção e aborto foram estudadas incansavelmente por eugenistas das décadas anteriores. É evidente a inflexão do conceito de Eugenia para a Genética. Em 25 de abril de 1946, os jornais paranaenses *Diário do Paraná* e *O Dia* divulgaram uma notícia acerca da Associação Médica do Paraná. Intitulada *Genética, Eugenia e Imigração*, a palestra fazia parte de uma série de outras palestras que eram realizadas na sede da associação. Conforme exposto na chamada,

Na palestra de amanhã, subordinada ao tema “Genética, Eugenia e Imigração”, o seu autor abordará, após um sintético resumo dos princípios sobre hereditariedade, os problemas que a imigração anunciada para breve pode criar para a nossa raça e até que ponto os ensinamentos da Genética e da Eugenia devem influir na escolha dos novos elementos a serem incorporados ao nosso povo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 25/04/1946, p. 1; O DIA, 25/04/1946, p. 3).

A matéria em si não relatava de quem era a autoria da palestra. O que fica evidente é que a palestra era efetuada para um público específico – o próprio campo médico. Na conclusão da chamada, afirmava-se que “para essa palestra são convidados todos os associados e acadêmicos de Medicina” (DIÁRIO DO PARANÁ, 25/04/1946, p. 1). Ao encontrar essa fonte, nossa hipótese remontava à palestra do geneticista Newton Freire-Maia, pois a proximidade com o tema da Genética dava indícios de uma possível autoria. Porém, uma pesquisa na *Revista Médica do Paraná*, divulgadora das atas da Associação Médica do Paraná, trouxe uma curiosa surpresa: constatamos que a autoria da palestra efetuada no dia 26 de abril fora do “Prof. Homero de Mello Braga, catedrático de Clínica Pediátrica e Presidente da Associação Médica [que] realizou uma conferência, igualmente brilhante e de toda oportunidade (...)” (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, 1946, p. 196-197).

Naquele momento, Homero de Mello Braga já gozava de grande reconhecimento diante do campo médico paranaense, e palestrava acerca de uma temática cara ao próprio

campo médico. Em 1948, Homero de Mello Braga em discurso à solenidade de colação de grau dos formandos, publicado na *Revista Paniátrica*, refletindo as relações entre menosprezo da ciência e o charlatanismo e a ignorância expôs que na história da ciência, podia citar o “lamentável e triste episódio do expurgo, por pseudo-cientistas soviéticos, dos mais ilustres biólogos russos, condenado a curtir no destêro o grave pecado de não abdicarem das suas convicções científicas, em favor das opiniões dos práticos.” (BRAGA, 17/12/1948, p. 46). Nesse sentido, em 1948, estava bem ciente a respeito das perspectivas que a hereditariedade neolamarckista havia tomado, e demonstra sobretudo o ambiente anticomunista que vivia a universidade.

Anos mais tarde, em meados de 1949, por meio do periódico *A Divulgação*, Homero de Mello Braga publicou o texto *O melhor imigrante*, em que articulou argumentos em prol do controle genético da imigração no Paraná e no Brasil. Esse assunto será posteriormente discutido. Por agora, analisaremos a questão do ensino da Biologia Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir de suas bases científicas e debates nacionais.

## **2.2 O ensino de Biologia Educacional**

Depois de retornar de São Paulo, ajudou no planejamento e na organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná; Homero de Mello Braga foi, em 1939, catedrático de Biologia Geral e Biologia Educacional. (GUÉRIOS, 1958, p. 3; GLASER, 1988, p. 25; ALVES, 1988, p. 70). Alinhou-se desse modo à Genética Mendelista e debruçou-se no ensino de Biologia Educacional na recém-criada Faculdade.

O estudo da Biologia Educacional emerge como disciplina específica no Brasil em 1931, incorporada pelo programa do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Em 1933, no Estado de São Paulo, a reforma de ensino introduziu a disciplina não somente no Instituto de Educação de São Paulo, mas em todas as Escolas Normais. (PINHEIRO, 1993, p. 64). No Paraná, a disciplina foi instituída em 1938, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e visou à formação de pedagogos que tinham o direito de lecionar em Escolas Normais. (PINHEIRO, 1993, p. 64).

O ensino da Biologia Educacional já era pretendido como projeto ainda na década de 1930, como se pode verificar no *Boletim de Eugenia*, que estampou o texto *Um Programa para a Eugenia*, de Salvador de Toledo Piza Junior. No texto, o geneticista relatava que o futuro da Eugenia estaria em grande parte na cartilha da escola primária, que formaria o cidadão, mas também nas escolas secundárias e superiores, que formariam técnicos, profissionais e cientistas. (PIZA, 1933, p. 17). Para ele, o “ensino da genética e da Eugenia nas escolas secundárias e superiores teria por objetivo preparar o mestre melhor para o adolescente e médicos e jurisperitos mais habilitados para organizar a segunda parte de um programa.” (*Idem*). Somente a partir desse concreto ensino seria possível cogitar aplicar no Brasil as medidas eugênicas que eram adotadas em outros países. Do conhecimento de si próprio, as populações buscariam a aplicação das medidas eugênicas, na medida em que se submetiam a tais medidas desapeadamente, de forma mais natural possível. No entanto, Salvador Piza era um pessimista ao constatar que essa idealização estava evidentemente distante. (PIZA, 1933, p. 17).

O periódico *O Dia* publicou, em 10 de janeiro de 1934, o texto *Um programa para a Eugenia*, de Toledo Piza Junior, da Comissão Central Brasileira de Eugenia. No texto, Piza Júnior foi categórico ao afirmar que não se podia afirmar que a Eugenia era a Genética Humana, pois “a genética era uma ciência experimental cujas bases se assentavam nos fenômenos da reprodução. (...) A genética era a ciência do acasalamento.” (PIZA JÚNIOR, 10/01/1934, p. 3).

Para Piza Júnior, a Eugenia não era Genética Humana porque lhe faltava, sobretudo, a parte experimental. Era, porém, a ciência que tinha por escopo aplicar ao homem os princípios úteis que a Genética recolhe de sua contínua experimentação com os animais. Assim concebida, a Eugenia era uma ciência aplicada, era uma verdadeira “Zootecnia” humana. A Zootecnia visava, conforme Piza Junior, melhorar economicamente os animais domésticos, criando à luz dos ensinamentos da genética. A Eugenia pretende a melhoria social do homem, conduzindo-o à mesma luz. (PIZA JÚNIOR, 10/01/1934, p. 3).

Como colocar em prática a Eugenia, então? A Eugenia pretendia, para Piza Júnior, opor-se a determinadas uniões em que existe o encontro de certos genes recessivos responsáveis por um sem número de taras somato-psíquicas, as quais, afogadas numa heterozigose indefinida, acabam seguramente por desaparecer. Outra forma seria “esterilizando os degenerados e criminosos pertencentes a famílias em que os mesmos vícios e degenerações se repetem, intenta a Eugenia destruir nas entranhas de cada um,

milhões e milhões de sementes férteis que viriam a disseminar a miséria, a doença e ao delito; favorecendo as uniões dos sadios e bem dotados”. (PIZA JÚNIOR, 10/01/1934, p. 3).

Mas para Piza Júnior, o programa de Eugenia se efetivaria quando cada qual, em pleno conhecimento de si próprio, procurar livre e espontaneamente os encarregados da aplicação das medidas eugenizantes e a elas submeterem-se desapeadamente. (PIZA JÚNIOR, 10/01/1934, p. 3). Cabia partir do ensino na mais tenra idade, a fim de naturalizar as medidas de Eugenia.

A introdução da Genética no ensino era compartilhada por Octavio Domingues, professor da ESALQ, que, no texto *Os programmas de ensino e a Genetica*, publicado no *Boletim de Eugenia*, comentou especialmente das Escolas Normais, consideradas pelo agrônomo como colmeias de onde saíam as obreiras inteligentes de que o Brasil precisava para a vitória da causa eugênica (DOMINGUES, 1930, p. 3). Era necessário que os professores e as professoras, ao saírem da Escola Normal, levassem consigo uma bagagem de Biologia capaz de torná-la hábil para despertar na criança o interesse pelos fenômenos da hereditariedade. (DOMINGUES, 1930, p. 3).

Renato Kehl, em sua publicação no *Boletim de Eugenia*, com o tema *O ensino da Eugenia nas escolas secundárias* (1931), reiterou que a educação eugênica deveria fazer parte dos “programas dos cursos ginasiais e normais, como matéria à parte ou, não sendo possível, como parte da história natural ou da higiene.” (KEHL, 1931, p. 5). É relevante pensar que esses primeiros livros didáticos de Biologia Educacional englobaram parte dos pontos do programa didático de Eugenia proposto por Renato Kehl<sup>231</sup>.

Luciana Maria Viviani e Belmira Oliveira Bueno, em *A Biologia Educacional nas Escolas Normais paulistas: uma disciplina da eficiência física e mental*, explanam que a disciplina escolar Biologia Educacional foi legitimada por educadores, médicos e

---

<sup>231</sup> O programa de educação eugênica proposto era: 1. Eugenia: definição e finalidades. 2. Histórico: os precursores do eugenismo, o seu fundador, progresso realizado após a fundação. 3. Relações da Eugenia com a higiene e a medicina social. 4. Fundamentos da Eugenia: doutrina de Lamarck (sobre a ação evolutiva do meio), de Darwin (sobre a seleção natural), de Weismann (sobre o plasma germinativo), de Mendel (sobre a hibridação), de Semon (sobre a “mnema”), de Nussbaum (sobre a identidade do plasma). 5. Princípios eugênicos: lei biogenética, lei da conservação do tipo ancestral, lei da evolução orgânica, leis da hereditariedade, lei do atavismo, lei de Galton, lei de isocronismo. 6. Método eugênico: estudos sobre as questões de hereditariedade e sobre a propaganda para despertar o interesse popular pelas medidas de defesa e proteção sociais contra as taras e vícios degenerados. 7. Meio propostos: regulamentação eugênica do casamento, propaganda contra os fatores disgenizantes, puericultura, conceitos e preceitos eugênicos. 8. A responsabilidade e os deveres individuais em face da espécie. (KEHL, 1931, p. 5). Esta é uma curiosa forma de deriva de questões biológicas em uma questão moral. Sugerimos que esses tópicos referentes à Biologia Humana foram tratados nos livros didáticos de maior alcance no Governo Vargas, e são visualizados circulando no espaço de sociabilidade abordado.

intelectuais pelo argumento da necessidade de se conhecer a criança. Chamamos a atenção aos geneticistas e eugenistas que traziam essas discussões para os âmbitos especializados da área. Assim, esse conhecimento auxiliaria os candidatos a professores a se fundamentar e atuar como propagadores da higiene e dos estudos eugênicos na escola. (VIVIANI; BUENO, 2006, p. 47). Viviani e Bueno evocam que, a partir do processo de disciplinarização escolar da Biologia Educacional, emergiram os primeiros manuais ou livros didáticos da disciplina. No entanto, o que se ensinava nessa disciplina? A ideia era juntar Biologia e higiene como fundamento a uma nova pedagogia, a *Biologia Aplicada à Educação* (1936), como se intitulou o livro didático de Aristides Ricardo, professor da Escola Normal Livre de Sorocaba. Publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1936, fez parte da coleção *Atualidades Pedagógicas*, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, e foi o primeiro livro da temática para professores e estudantes, abrangendo estudos relativos à Fisiologia, crescimento físico e mental, higiene da criança e higiene escolar.

Coordenada por Fernando Azevedo entre 1931 e 1946, a Biblioteca Pedagógica Brasileira pretendia ser um projeto político de renovação educacional, que, junto do empreendimento comercial da editora, visava à formação de professores do ponto de vista profissional e cultural. Pregava o que chamavam de “Escola Nova”<sup>232</sup>, com uma pedagogia nova, científica e experimental. No Paraná, segundo Vieira (2001), Erasmo Pilotto pregava o ideário da Escola Nova; divergindo com vários objetivos do movimento de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, Pilotto manteve independência em relação ao movimento nacional. (VIEIRA, 2001, p. 64). No entanto, afirma Vieira, a atmosfera científica não pode ser desconsiderada na elaboração de seu itinerário teórico e, principalmente, no plano prático-político de sua intervenção no campo educacional. A Escola Nova no Brasil não foi, na visão de Pilotto, “apenas um plano para as escolas e para as classes, mas um espírito novo para a cultura.” (PILOTTO, 1966, p. 78 *apud* VIERA, 2001, p. 69).

---

<sup>232</sup> Em 1932, Fernando de Azevedo (1894-1974) redigiu e lançou, juntamente com outros 25 educadores e intelectuais, o chamado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932). Dirigido à nação e ao Governo Vargas, colocava a educação como o problema mais importante a ser tratado, acima dos problemas econômicos. Pregava ainda a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação. A Escola Nova foi muito criticada pelo conservadorismo católico, como por exemplo Alceu de Amoroso Lima, que classificou o movimento de “bolchevismo intelectual” e de “pré-soviética”. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_fernando\\_azevedo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_fernando_azevedo.htm) Acesso em: 23 abr. 2020. Sob os pilares da “escola única, da comunidade e da escola do trabalho”, Fernando de Azevedo entendia ser possível assegurar a todos os segmentos sociais, independente de condição social e gênero, condições dignas de vida e oportunidades concretas de mobilidade social. Pretendia aliar ciência social (sociologia) e sociedade, no intuito da educação pela diversidade, coesão e solidariedade entre os cidadãos. (NASCIMENTO, 2012).

Os intelectuais no Paraná vinculados à então recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras eram, conforme apontou Nevio Campos (2006), um grupo católico influenciado pela filosofia tomista. No entanto, o médico Homero de Mello Braga, considerado um dos principais coordenadores da criação, não integrou inicialmente o Círculo de Estudos Bandeirantes<sup>233</sup>, assim como Omar Gonçalves da Mota e Carlos de Paula Soares. (CAMPOS, 2006, p. 140). No entanto, outro médico esteve envolvido, o dr. José Loureiro Fernandes, um dos fundadores da FFCL-PR, foi membro da CEB, enquanto que Homero frequentou as atividades dos cebistas no ano de 1947, demonstrando seu interesse por uma aproximação ao grupo tomista. Névio dos Campos interroga-se o porquê da iniciativa pela criação da FFCL ter ocorrido em um grupo que envolvia professores médicos e juristas, já que nunca tinham se envolvido com os debates humanistas. Sua resposta perpassou o interesse puramente pragmático, pois a restauração da Universidade do Paraná dependia da integração da FFCL. E infere que, por isso, convidaram representantes do Círculo de Estudos Bandeirantes para organizar os programas, uma vez que já haviam discutido o papel da Filosofia e das Letras no processo de formação acadêmica. (CAMPOS, 2006, p. 141).

Acreditamos, em reflexões iniciais, que a presença de Homero de Mello Braga no grupo que impulsionou a FFCL ocorreu por relativo interesse em três aspectos: a criação do curso de Pedagogia, de Ciências Biológicas e, por fim, do Laboratório de Genética. O primeiro interesse, na Pedagogia, ocorreria na necessidade de práxis de um projeto que aliaria o ensino da Biologia com a Psicologia na formação do magistério, levando os últimos estudos médicos e eugênicos para a formação dos professores das Escolas Normais e Secundárias. Esta era uma das grandes ânsias do movimento eugenista, o alcance da educação e o assessoramento dos médicos na observação e constatação de problemas de infância. O segundo interesse, no curso de Ciências Biológicas, no qual Homero de Mello Braga seria o diretor do Departamento de Biologia e sediaria, em 1951, um Laboratório de Genética. O terceiro interesse, o curso de Genética e a consequente criação do Laboratório de Genética Humana finalizaria as inflexões teóricas que os anos traumáticos exigiam, concomitando na modernização da ciência paranaense. Haveria o interesse também no aspecto de ocupar posições significantes em alguns campos científicos que estavam sendo

---

<sup>233</sup> O Círculo de Estudos Bandeirantes foi fundado em março de 1929; era uma instituição cultural restrita e declaradamente tomista, mas comportou diferentes interpretações. (CAMPOS, 2006, p. 128). Dentre os fundadores estavam Pe. Luís Gonzaga Miele, José Loureiro Fernandes, Nicolau dos Santos Neto, Pe. Jesus Ballarin Carrera, Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, Bento Munhoz da Rocha Neto, Liguaru Espírito Santo, Flávio Suplicy de Lacerda e Manuel Lacerda Pinto.

criados, além de trabalhar numa direção oposta à questão filosófica tomista que muitos intelectuais católicos ligados à FFCL seguiriam, privilegiando questões morais.

Cardoso, no livro *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo* (1982), explana que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada mediante dois Decretos<sup>234</sup> em meados 1934, foi considerada a célula *mater*, ou o “núcleo fundamental do sistema universitário e a instituição de alta cultura com a função superior”. (CARDOSO, 1982, p. 123 *apud* FORMIGA, 2007, p. 36).

Dentre os elaboradores do projeto de criação da Universidade de São Paulo, estavam Julio de Mesquita Filho, Fernando Azevedo, Henrique de Rocha Lima, Theodoro Ramos, Raul Briquet, Agesilan Bittencourt, Vicente Rao, Fonseca Teles, André Dreyfus e Almeida Jr.. Todos eles se reuniam em torno de um projeto educacional que formaria a nacionalidade brasileira. A efetivação da criação da USP se deu pelo Decreto estadual n. 6.283, assinado pelo Interventor Federal Armando de Salles Oliveira, em de 25 de janeiro de 1934.

O nome do geneticista André Dreyfus vinculado ao grupo da Escola Nova é significativo para pensarmos a expansão do ensino da Biologia, da Genética e da Eugenia nessa nova forma de pensar a Pedagogia. Assim, é possível percebermos na Universidade do Paraná essa nova forma de pensar a Pedagogia junto da Biologia a partir da Escola Nova. Ou ainda, interrogamos se é possível afiançar uma Biologia Educacional de forma diferente da nacional, conforme especificou Vieira (2001, p. 64), no caso de Erasmo Pilotto.

Se, de fato, se diferenciou, a resposta perpassa pelas ações de Homero de Mello Braga, com quem esteve na Cadeira de Biologia Educacional em 1938 e 1939, e posteriormente na Cadeira de Biologia Geral, de 1940 a 1969 na FFCL-UFPR. A data fim da cadeira trata-se do processo de extinção das cátedras e departamentalização. Refletindo acerca da disciplina de Biologia Educacional, pesquisamos a partir da Biblioteca Central da UFPR, onde se encontra parte do acervo do Instituto Superior de Educação, e verificamos que o livro didático de Aristides Ricardo se fez presente, além dos livros didáticos de Almeida Jr..<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> O Decreto estadual: n.º 6533, de 4 de julho de 1934, e o Decreto federal: no 39, de 3 de setembro do mesmo ano, responsáveis pela sua regulamentação e divisão em três seções: Filosofia, Ciências e Letras. (FORMIGA, 2007, p. 36).

<sup>235</sup> O primeiro foi fruto de doação de Waldemar Monastier (1910-1986), curitibano que se formou pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1935, e se dedicou à Pediatria na Faculdade de Medicina. A doação do livro de Aristides Ricardo à Biblioteca da Universidade indica essa ligação com a Cátedra de Pediatria e sua

Em 1938, Homero de Mello Braga fez concurso de Docência Livre na cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil da Universidade do Paraná. Em 1945, tornou-se catedrático da cadeira, após concurso efetivado em 1944. (LIMA, 1992). Assim, a especificidade da formação pediátrica passava também por esses conhecimentos que circulavam pela via docência e via livros didáticos de Biologia Educacional, já que eram princípios científicos que integravam esses campos científicos mais ou menos autônomos, situados entre Biologia, Medicina e Educação Superior e Secundária.

É perceptível, no livro didático de Aristides Ricardo, que o Mendelismo e o Neolamarckismo ainda configuravam o ensino acerca da hereditariedade. (RICARDO, 1936, p. 138). Ricardo não negava a influência do meio sobre o plasma germinativo – teoria weismanniana – assim como acreditava no caráter conservador da transmissão dos caracteres somáticos e físicos dos pais. No entanto, desacreditava a hereditariedade atávica ou ancestral, proposta por Galton. (RICARDO, 1936, p. 142). Visualizava a aplicação das Leis de Mendel ao gênero humano diferentemente das raças vegetais, pois ao comparar as leis aplicadas às ervilhas afirmava que

brancos e pretos cruzam-se e das côres nenhuma remonta como dominante, nas gerações sucessivas; misturam-se e dão lugar a uma coloração intermediária. Não se obtém o mestiço branco nem o mestiço preto, mas o pardo. E da mestiçagem de pardos entre si nascem indivíduos igualmente pardos, até que, mercê de novas injeções de sangue, o mestiço tende para o branco. (RICARDO, 1936, p. 144).

E não deixa de citar ainda a obra de Modesto Brocos, *A redenção de Cam*, que retratou a avó negra, de olhos e mãos levantados para o céu, e a mãe mulata, embevecida, contemplando a filha branca, que o ariano acaricia com o olhar. Este era, segundo Ricardo (1936), o destino que aguardava a população brasileira. Nesse momento histórico, a paradoxal tese de Roquette-Pinto passava a circular pelas redes de intelectuais e acadêmicos, a raça brasileira em seus mais variados tipos não era de degenerados, e o tipo brasileiro tendia ao europeu branco mediterrâneo. (SOUZA, 2011; 2017). Apesar do projeto político de branqueamento estar internalizado por grande parte dos intelectuais, no sentido de negar aplicabilidade das Leis de Mendel ao gênero humano, Ricardo apresenta um quadro que reunia os caracteres humanos transmissíveis, divididos entre caracteres dominantes e recessivos. (RICARDO, 1936, p. 147). A tabela em questão foi organizada nos estudos de Davenport e Plate. É uma tabela semelhante à utilizada por André Dreyfus,

---

preocupação com o ensino e o acesso à literatura por parte dos discentes. Conforme escrito na contracapa da edição de 1939: “doação do Dr. W. Monastier”. Foi um dos membros fundadores da Sociedade Paranaense de Pediatria, ao lado de Homero de Mello Braga, e, além disso, foi assistente da Cátedra de Pediatria da Faculdade de Medicina e autor do livro *Eduque seu filho para o ano 2000* (1973).

em seu texto apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), que usou as conclusões de Fischer. Apesar de semelhantes, a tabela apresentada por Dreyfus é mais detalhada em relação à de Ricardo.

As publicações da Biblioteca Pedagógica foram de grande circulação nacional, e algumas bibliografias se tornaram, com o passar dos anos, cânones científicos para a disciplina. Antonio Almeida Jr. (1892-1971), professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Medicina de São Paulo, era autor de uma série de livros divulgados na formação de pedagogos na FFCL do Paraná; basta visualizar a quantidade de obras do autor que estão disponíveis.<sup>236</sup>

Em 29 de abril de 1937, Almeida Jr. chegava a Curitiba, vindo de São Paulo, onde era Diretor Geral de Educação do Estado. Ia para apreciar as reformas introduzidas no aparelhamento educacional. (O ESTADO, 29/04/1937, p. 1). O periódico *O Dia*, de mesma data, evidenciou que Gaspar Vellozo, Tupy Pinheiro e Francisco Albizú formavam a comissão de recepção. (O DIA, 29/04/1937, p. 8). *O Dia*, em 11 de maio de 1937, publicou um texto de como a visita de Almeida Jr. ao Paraná havia reverberado no periódico vespertino paulista *Folha da Noite*, acerca das condições escolares paranaenses. Almeida Jr. evidenciou como o ensino público no Paraná estava “organizado, em linhas gerais, à feição do ensino paulista.” (O DIA, 11/05/1937, p. 1). E isso não se dava à toa, pois havia uma significativa comunicação entre os grupos de intelectuais, dos quais se destacam Gaspar Vellozo, Diretor Geral de Ensino, Tupy Pinheiro, assistente e técnico da Diretoria de Educação, Francisco Albizú, inspetor de educação física e Waldemar Monastier, organizador do serviço médico-escolar, que recentemente se criava. (O DIA, 11/05/1937, p. 1).<sup>237</sup>

A obra *Biologia educacional: noções fundamentais*, publicada em 1939, constituiu “um ensaio de unificação da Biologia educacional” (ALMEIDA JR., 1939), e se tornou um

---

<sup>236</sup> Chamamos a atenção para o livro didático *Biologia educacional: noções fundamentais*, publicado em 1939, era bibliografia disponível nas bibliotecas, em sua 3ª ed. (1946), 17. ed.il.rev. e atual (1963), e 21. ed.ilus.rev. e atual. (1968). Já a obra *Elementos de anatomia e fisiologia humanas: para ginásios e escolas normais* era encontrada em sua 31 ed. (1964) e 37. ed. (1969). *Lições de Medicina Legal* é a obra que mais vezes foi atualizada, com edições de 1956 (3ed.), 1957 (4ed.), 1962 (6ed.rev.), 1968 (8ed.rev.e atual), 1973 (11ed.), 1979 (16ed.), 1985 (18ed.) e 1987 (19ed.rev. e ampl.).

<sup>237</sup> No Paraná, relatou Almeida Jr., a formação de professores se dava em três escolas normais oficiais, de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá. Dessas, visitou a de Curitiba, sob a direção de seu “velho amigo” Oswaldo Pilotto. As Escolas Normais, inferiu Almeida Jr., estavam em processo de transformação para Ginásios, que se acrescentaria um curso profissional de dois anos. Havia, para a completa renovação do ensino, a necessidade de excluir o “professorado leigo” da ação nas escolas primárias. Visitou ainda a Faculdade de Medicina a convite de Victor Ferreira do Amaral, na qual constatou “quase um milhar de alunos”, dos quais “algumas centenas são do nosso Estado.” (O DIA, 11/05/1937, p. 7).

*best seller* da coleção *Atualidades Pedagógicas*, atingindo uma tiragem de mais de cento e vinte mil exemplares, em vinte e duas edições, em um período de trinta anos. (TOLEDO, 2001 *apud* VIVIANI; BUENO, 2006, p. 54).

Em relação ao Neolamarckismo e ao Mendelismo, Almeida Jr. se coloca favorável ao segundo, e afirma que, em princípio, a teoria de Weismann insurge-se contra a transmissão por herança dos caracteres adquiridos, pois a continuidade das gerações se estabelece pelo germe (...), que contém em potencial as gerações futuras. (ALMEIDA JR., 1963, p. 188). E finaliza relatando que “a educação só beneficia diretamente o indivíduo que a recebe, pois só atinge a soma, não o germe.” (ALMEIDA JR., 1963, p. 192). Destarte, Almeida Jr. concorda que a inteligência era, ao contrário da educação, fruto da herança. Se ocorresse o contrário, revela que “as futuras gerações nasceriam sobrecarregadas”, tanto com as aquisições benéficas quanto todas as escórias, erros e absurdos, práticas medíocres e desprezíveis do presente e do passado. (ALMEIDA JR., 1963, p. 192). Aparentemente, Almeida Jr. comemora a não aplicabilidade do neolamarckismo, pois com ele a nação sairia perdendo pelos infinitos tipos de degeneração a que as pessoas estariam suscetíveis.

No que diz respeito aos estudos acerca da inteligência e hereditariedade, Almeida Jr. não discordou do valor da hereditariedade como fator de inteligência. Para tanto, utilizou dados de Henry H. Goddard<sup>238</sup> (1866-1957), ao afirmar que menos de dois terços de todos os casos de oligofrenia (idiotia, imbecilidade, debilidade mental) dependiam da hereditariedade. Fritz Lenz<sup>239</sup> (1887-1976), na Alemanha, havia visualizado dados próximos com crianças oligofrênicas. No entanto, não retira os fatores ambientais da área de influência, como os hormônios que influem no psiquismo, a alimentação como fator de

<sup>238</sup> Henry Herbert Goddard (1866-1957), psicólogo e eugenista americano, autor do livro *The Kallikak Family: A Study in the Heredity of Feeble-Mindedness* (1912). Foi Diretor de Pesquisas na Escola de Treinamento para Meninos e Meninas com Debilidade Mental, em Vineland, New Jersey, onde estudou as deficiências intelectuais. Foi Goddard quem propôs um sistema de classificação individual com deficiências intelectuais baseado na quoeficiente de inteligência. Existiam três categorias: idiota (*idiot*), imbecil (*imbecile*) e debil mental (*feeble-minded*), que, conforme Goddard, a última era considerada insatisfatória do ponto de vista científico. Cunhou assim o termo *moron*, termo próximo a monótono ou tolo. Assim, essa categoria possuía um QI entre 51-70, enquanto que imbecil possuía QI entre 26-50, o idiota QI entre 0-25. Os *morons* eram visualizados por Goddard como inadequados (*unfit*) para a sociedade, sendo possível sua remoção, via segregação ou esterilização. Dentro do movimento eugênico americano, alegou ainda que havia um vínculo entre a baixa inteligência e o comportamento criminoso.

<sup>239</sup> Trata-se do médico geneticista Fritz Lenz (1887-1976), que cursou medicina na Universidade de Freiburg entre 1906 e 1912, onde conheceu August Weismann (1834-1914), Eugen Fischer (1874-1967) e Alfred Ploetz (1860-1940). Em 1921, Fritz Lenz, junto de Erwin Baur e Eugen Fischer, publicaram dois volumes de *Menschliche Erblichkeitslehre und Rassenhygien* (*Human heredity and Racial Hygiene*), que em tese condenava os cruzamentos raciais e apresentavam um amplo programa de preservação eugênica da raça ariana. A leis raciais de 1934 foram referência principal na argumentação. (SOUZA, 2011, p. 226).

rendimento intelectual, o papel nefasto da doença na infância, desmantelando a inteligência, as atividades funcionais e treinos, e aí se encontra o fator ambiente doméstico, o ambiente escolar e o ambiente social que completam as maiores influências na inteligência. (ALMEIDA JR., 1946, p. 452-457). Ao que tudo indica, Almeida Jr. concorda com o equilíbrio das influências, mesmo que, ao “distinguir dois extremos” (*Idem*, p. 480), separa de um lado os geneticistas radicais e os ambientalistas. Assim, separa sua teoria em Eugenia e Eutenia. A primeira estava ligada a uma base essencialmente genética, e seu programa estava interessado, por um lado, em estimular a procriação de portadores de um bom plasma germinativo, e, por outro, em impedir a procriação dos plasmas germinativos ruins. Já à Eugenia cabia selecionar o ambiente para um bom desenvolvimento, por meio da higiene e da educação. Assim, raça e ambiente deveriam ser disciplinados, respectivamente, pela Eugenia e pela Eutenia. (ALMEIDA JR., 1946, p. 534).

No entanto, revela a possibilidade de o Brasil possuir altas cifras de oligofrênicos, comparando com a proposta de Jennings para os Estados Unidos da América. Atribuindo ao Brasil uma população de 50 milhões de habitantes, e adotando a proporção modesta de 3,3 oligofrênico por 1.000 habitantes, o Brasil possuiria 165.000 habitantes oligofrênicos, 5 milhares de indivíduos aparentemente normais, mas com genes defeituosos, em recessividade, e 45 milhões de indivíduos aparentemente normais e sem genes defeituosos. No entanto, interroga-se se haveria lucro compensado por tanta violência e sacrifício a partir do impedimento reprodutivo dos oligofrênicos.

Almeida Jr. (1946) acaba por concordar com o antropólogo Edgar Roquette-Pinto de que o homem no Brasil não necessitava ser substituído, e, sim, educado. O problema do Brasil não era uma questão de raça, geneticamente normal, mas de Higiene e Educação. No texto *Hereditariade e crime* (1947), Almeida Jr. enfatizou novamente que o plasma germinativo era estável e não o atingiam de maneira eficaz nem as toxinas microbianas, nem o álcool. E ainda citou o prof. André Dreyfus, que, na *Revista Medicina, Cirurgia, Farmácia* (Rio, julho-agosto, 1937), havia publicado “excelente *“mise-au-point”* da questão referente ao heredo-álcoolismo e à heredo-sífilis”, desmistificando a possível deterioração que o álcool e a sífilis causavam no germe. E finalizou acerca das influências no germe, asseverando que “da incapacidade para deteriorar só escapam alguns agentes de grande

penetração, como os raios X, magistralmente estudados por Hermann Muller, e certas radiações da bomba atômica”. (ALMEIDA JR., 1946).<sup>240</sup>

Homero de Mello Braga, que estava em São Paulo, era um dos possíveis intermediários dessa bibliografia. De fato, tanto a bibliografia de Aristides Ricardo quanto a de Almeida Jr. trouxeram as discussões que grande parte dos eugenistas e geneticistas vinha incentivando. Conquanto, o projeto nacional educativo advindo da Escola Nova não permitiu um desequilíbrio entre o projeto eugenista e higienista, de modo que não é possível observar planos de coerção social. Se bem que, dar arcabouço aos professores das Escolas Normais e Secundaristas fazia parte do plano de ação social. Os professores tinham papel importante na identificação de problemas oligofrênicos, por exemplo, ou problemas de eficiência física e mental, por isso o estudo da vida e da evolução, da genética, da mesologia, da atividade funcional e da Eugenia e Eutenia faziam parte dos tópicos de estudos. Se surgiram especificações do ensino da ciência em relação ao contexto nacional na trajetória de Homero de Mello Braga, certamente, um caminho possível trilhado se deu por meio da aplicação da Pediatria, Puericultura e Eugenia como campos em confluência de debates nesses fins de 1930 e 1940. Os questionamentos de Homero de Mello Braga com a Genética se deram em momento posterior, entre 1950 e 1960.

No entanto, podemos constatar questões que passam a ser debatidas pelos acadêmicos que frequentaram a disciplina de Biologia Educacional. Em 1938, a discente da Faculdade de Filosofia, Delohé Scalco<sup>241</sup>, escreveu um *Ensaio Sociológico* em que teorizou que o fato fundamental do desajustamento social era a falta de cultura. Para a autora, a regulamentação eugênica evitaria o aleijado, o surdo, o cego, o mudo, o deficiente mental e era a cultura que daria esse entendimento sobre as necessidades sociais e aceitação consciente das medidas. (O DIA, 25/12/1938, p. 3.) Esse é um filão das discussões acerca do aborto eugênico e do feminismo, na segunda metade da década de 1930. No início de

<sup>240</sup> Como será apresentado, Newton Freire-Maia estudará os danos causados pela exposição a radiações ionizantes com resultados apresentados no ano de 1964, nos relativos de 7 anos de amadurecimento, conforme referendou o jornal carioca *Correio da Manhã*, de 15 de março de 1964.

<sup>241</sup> Delohé Scalco Falce (1914-), filha de Antonio Scalco. Em 1926, fez parte do Instituto Pythagorico, em Curitiba, e participou de uma homenagem a Olavo Bilac, coordenada por Dario Vellozo. Na ocasião recitou a poesia Ouvir Estrelas, de Bilac. (O DIA, 19/01/1926, p. 2). Em 1927 entrou no Gymanasio Paranaense e em 1930 estava no quarto ano. Era de sua turma Ullisses de Mello e Silva. Em 1933, foi responsável pela disciplina de História no Centro Paranaense de Cultura Feminina, a que foi uma das idealizadoras. (DIÁRIO DA TARDE, 15/12/1933, p. 4). Fez parte da primeira turma de Ciências Sociais e Políticas da FFCL-PR, formada em 1940. Há possibilidade de ter se casado com alguém da família Guimarães, pois passou a levar o sobrenome. Pode ter parentesco com Maria Falce de Macedo (1897-1972), primeira mulher formada pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1919, obteve as melhores notas daquela turma. Fundou em 1922 o Laboratório de Análises Clínicas e Pesquisas, onde foi chefe da seção de bacteriologia, além de se tornar, em 1929, catedrática da cadeira de Química Fisiológica e Física Biológica da Faculdade de Medicina do Paraná.

dezembro de 1933, Delohé Scalco Falce, juntamente com Rosy Pinheiro Lima<sup>242</sup> e Inah Pacheco de Oliveira Secundino<sup>243</sup>, organizaram o Centro de Cultura Feminina, e, segundo o jornal *O Dia*, a cruzada da cultura feminina era cruzada de renascimento, que em igualdade de direitos poderia exercer predomínio na organização das diretrizes da sociedade. (O DIA, 05/12/1933, p. 1). Percebemos no caso da Eugenia e do feminismo, que Dolohé Scalco provocava o sentimento de autonomia da mulher sobre o corpo, o direito ao aborto, mas sobretudo do feto considerado anormal.

Quando da escrita do *Ensaio Sociológico*, era acadêmica do Curso de Ciências Sociais e Políticas e foi junto de outros acadêmicos a primeira turma de bacharelados a colar grau na FFCL-PR. (O DIA, 05/12/1940, p. 3). A FFCL-PR nessa data também inaugurou seu novo prédio, que receberia as atividades a partir do ano seguinte. Nessa turma mista de formandos, formou-se também Pórcia Guimarães Alves, no Curso de Pedagogia.<sup>244</sup> Há ainda nessa publicação do *O Dia* um histórico da FFCL-PR.

Pórcia Alves comentava a respeito dos ensinamentos de Homero de Mello Braga quanto à Genética em Biologia Educacional durante os primeiros anos de FFCL-PR. O argumentos de Delohé Scalco possivelmente advinham dessa discussão com a perspectiva de Homero de Mello Braga no tocante à eugenia, e frisamos, com aspectos até mesmo da Criminologia. Mas temos que frisar que Scalco cursou Ciências Sociais e Políticas<sup>245</sup>,

---

<sup>242</sup> Rosy Pinheiro Lima, nascida em 1914, na cidade de Paris, advinda de uma tradicional família paranaense, Rosy cursou colégios na Áustria, na Itália, na Inglaterra e na França. De volta ao Brasil, matriculou-se no Ginásio Paranaense e mais tarde formou-se em Direito pela Universidade do Paraná com apenas 19 anos, em 1933. Em 1937 concluiu o curso de Doutorado na Universidade do Brasil, situada na capital da República, então o Rio de Janeiro, e tornou-se a primeira brasileira a obter o título de “Doutor em Direito”. (SEIXAS, 2011, p. 78-79).

<sup>243</sup> Inah Secundino, graduada em Direito pela Universidade do Paraná, em 1933, tornou-se advogada como Rosy, tendo sido nomeada a primeira Promotora Criminal, a primeira Auditora Militar, a primeira Juíza do Trabalho, além de ter sido relações públicas da Interventoria de Manoel Ribas e uma das fundadoras da Legião Brasileira de Assistência no Paraná. Vivendo no Rio de Janeiro a partir de 1944, integrou o Ministério de Educação, foi Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde Aramis Athayde. (SEIXAS, 2011, p. 78-79).

<sup>244</sup> Os demais integrantes da turma, Gemeny Souza França, Myrian G. Weig, Antonio Dionisio Marach, Francisco Albizu, Haroldo Faria Néto, João de Freitas, João Ribeiro e João D. Vieira Rebelo não foram analisados na pesquisa.

<sup>245</sup> Em 1938, o curso de Ciências Sociais e Políticas ofertou no primeiro ano a disciplina de Filosofia, Sociologia e Economia Política e Finanças. (O DIA, 05/05/1938, p. 8). Em 1939, tinha em seu segundo ano as disciplinas de Complementos de Matemática, Economia Política, Estatística, História da Filosofia, Sociologia, História do Brasil. (O DIA, 14/05/1939, p. 3). Em julho de 1939, a grade era formada: 1º ano, Complementos de Matemática, Sociologia, Economia Política, História da Filosofia; 2º ano, Estatística geral, Sociologia, Economia Política, Ética; 3º ano, Sociologia, História das Doutrinas Econômicas, Política, Antropologia e etnografia, Estatística Aplicada. (O DIA, 01/07/1939, p. 18). Dentre os professores estavam: Omar Gonçalves da Mota foi catedrático de Sociologia, Loureiro Fernandes assumiu a Cátedra de Antropologia e Etnologia, e Manuel de Lacerda Pinto a cátedra de Política. Maria Tarcisa Bega, trabalhando *Os 70 anos da FFCL*, relatou que o período que se estende de 1938 até o final da década 1960 pode ser considerado a primeira fase do

sendo a única matriculada e que se formou na primeira turma. Acreditamos que a temática sociológica e eugênica que enveredou sua abordagem emergiu dessa rede de sociabilidade que se abriu na FFCL-PR.

No ensaio sociológico, Scalco (1938) evidenciava que a complexidade social que “efeixava múltiplos casos individuais”, contribuintes para as modificações da massa deveria ser estudado em seus detalhes. Assim, baseavam-se nos “(...) princípios fundamentais de todos os gestos humanos; atavismo, hereditariedade, hábito, costume; temperamento como consequência ambiente, dado pelo situação geográfica, da alimentação, desenvolvimento físico, intelectual, princípios morais etc.” (SCALCO, 25/12/1938, p. 3). Aqui temos a questão do atavismo, consideração efetuada dentro da perspectiva de Galton a partir do que chamou de regressão, mas reconsideradas por Lombroso pouco depois, discutidas no âmbito da herança ancestral no criminoso. Chamamos atenção para a questão psicológica do temperamento, que estava ligada às boas questões de alimentação e crescimento físico e mental, e enfim do ambiente, suas determinantes e os princípios morais.

Em toda a questão social, ou seja, problemas que de alguma forma afetem agregados humanos, a causa fundamental é sempre o problema individual refletido no conjunto e causado pela dissimetria que provocava um desajustamento. O ajustamento seria a perfeita simetria social conservadora de um equilíbrio estável, a evolução gradativa igual e global de toda a humanidade, como se esta fosse um total perfeito e idêntico nos elementos de que se compõe, a partir desses elementos de simetria e de dissimetria que Scalco (1938) apresenta como fatores transformadores. E assim, apresenta a dialética hegeliana explicando os fatos sociais. A Sociologia, para Scalco, objetivava à observação dos movimentos sociais e principalmente dos que se caracterizam pelo andamento evolutivo.

Delohé Scalco ainda citou Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), que lecionava Sociologia no Colégio Pedro II, autor de *Sociologia* (1931), *Sociologia Experimental* (1934) e *Práticas de Sociologia* (1938)<sup>246</sup>, para quem havia coisas essenciais que determinavam as condições de existência, que dependiam de “ideias, valores sociais,

---

processo de institucionalização das Ciências Sociais em geral e da Sociologia em particular no ensino superior paranaense.

<sup>246</sup> As obras em questão são materiais produzidos para o ensino secundário. Apesar de utilizar pressupostos durkheimianos, preferia as produções estadunidense, como em Baldwin, que eram consideradas por ele menos especulativas, possibilitando à Sociologia ser uma ciência aplicada. (BRITO, 2012). Esse contato com as obras de Delgado de Carvalho podem ter influenciado na produção sociológica de Scalco, como o uso da bibliografia da sociologia estadunidense.

preconceitos, consideradas as condições médias do grupo”. No entanto, múltiplos eram os padrões. Cada geração, mencionou Scalco (1938), se distinguia por padrões que a diferenciava, através de atitudes, pontos de vista e entendimento das coisas. E aqui entramos num ponto importante do texto sociológico de Scalco, pois “à medida que se elimine a ignorância e deficiência mental dos povos, apaga-se a indigência material, a deficiência de conforto, a dificuldade de vida, entendida num campo múltiplo de obstáculos bio-fisiológicos.” (SCALCO, 25/12/1938, p. 3).

Assim, Scalco se preocupava com os problemas vinculados às deficiências mentais, em que o desenvolvimento científico e as novas organizações de estatística ajudavam com auxílio imprescindível no saneamento dos povos. As legislações, conforme apontou Scalco, estavam, naquele momento, cuidando com zelo especial da condição do grupo social desambientado pela debilidade mental.

As consequências da debilidade mental eram sentidas, conforme Scalco (1938), na questão econômica da comunidade. Era necessário, portanto, não deixar essa debilidade mental se fazer sentir em debilidade social. Analisar os elementos constitutivos como exame físico, genealógico, desenvolvimento individual em todas as fases, desenvolvimento intelectual na escola e no trabalho, assim como eficiência econômica deveriam ser analisados. A educação apropriada era considerada fator de melhoramento, e o controle social poderia ser exercido com proveito.

Nesse grupo estavam “os retardados”, que eram “ou dementes, desequilibrados enfim, anormais por nascimento ou vítimas de moléstias adquiridas no decurso da existência”. (SCALCO, 25/12/1938, p. 3). Era ainda motivo de dissimetria econômica ocasionada pela evolução industrial a emergência do maquinário em substituição aos milhares de operários, a vacância do proletariado manifesta na sociedade, o desemprego, o desespero e o alcoolismo, a dissipação dos costumes, o aumento de doenças e as incapacidades produtivas.<sup>247</sup>

Outro fator de dissimetria entre o indivíduo e o meio em que vivia era o crime, sua própria manifestação. Scalco relatou que juridicamente, conforme o Art. 7-8 do Código Penal de 1890, crime era a “violação imputável e culposa da lei penal; uma contravenção”.

---

<sup>247</sup> A ideia de Scalco se aproxima, em certa medida, da análise retomada por de Michel Foucault, na década de 1960, ao se referir à medicalização do proletariado no caso inglês, quando relatou que a saúde era fonte de energia e fator preponderante na formação da melhoria de condições do capital humano.

Sociologicamente, utilizou o patologista social americano J. K. Gillin (1871-1958)<sup>248</sup>, que definia crime como “um ato que é tido como socialmente prejudicial por um grupo humano que tem o poder de fazer respeitar esse seu modo de ver”. Charles Wright Mills (1943), pesquisando os profissionais da patologia social, elencou que, para Gillin (1933), a *Patologia Social* - assim intitulado o livro - era o estudo dos padrões e processos sociais envolvidos no fracasso do homem em ajustar a si mesmo e suas instituições às necessidades da existência, a fim de que ele possa sobreviver e satisfazer as necessidades sentidas de sua natureza. (GILLIN, 1933, p. 4 *apud* MILLS, 1943, p. 179).

Para Delohé Scalco, a mobilidade contínua dos grupos levava-os aos desajustamentos políticos, e Scalco interpõe que essas mudanças eram mais ou menos conscientes. Esse pensamento advinha do social patologista Charles Abram Elwood (1873-1946)<sup>249</sup>, que citava na evolução dos grupos a mobilidade de variação e a seleção natural. (SCALCO, 25/12/1938, p. 30).

O reajustamento não intencional de uma geração se dava por falhas de imitação da geração anterior.<sup>250</sup> Mudanças de ambiente físico e social, assim como contatos com elementos culturais diversos, obrigavam o reajustamento, um amoldar-se às inevitáveis

---

<sup>248</sup> Trata-se, acreditamos, de John Lewis Gillen, no entanto, a autora utilizou J. K. Gillen, que pode ser um erro de digitação. Foi Presidente da Sociedade Americana de Sociologia, em 1926-27. O sociólogo Charles Wright Mills (1916-1962), em *The Professional Ideology of Social Pathologists* (1943), um ensaio de sociologia do conhecimento, buscou trabalhar o campo da desorganização social em relação a estrutura da sociedade estadunidense, bem como a trajetória de patologistas sociais, trouxe à tona, uma infinidade de obras e autores que trataram a questão. Dentre eles estava J. L. Gillin, autor de *Poverty and Dependence* (1921, 1926, 1937), *Social Pathology* (1933, 1939); e em coautoria J. L. Gillin, C. G. Dittmer, and R. J. Colbert, *Social Problems* (1928, 1932), *Criminology and Penology* (1945). Foi autor também de *Outlines of Sociology* (1918, 1936), com coautoria de Perry Blackmar, na qual afirmavam que o objetivo da sociologia era, primeiro, entender a sociedade de modo que se permitisse formular um programa científico de melhoramento social.

<sup>249</sup> C. A. Ellwood, social patologista, como relatado por Mills (1943). Em *Sociology and Modern Social Problem* (1910), Ellwood defendeu que era necessário aumentar o altruísmo para o sucesso daquelas formas mais e mais complexas de cooperação que caracterizam a civilização superior e da qual ela depende. Assim, para o social patologista, os problemas de ordem social são então os problemas da harmonia, da adaptação entre os indivíduos do grupo. Em 1924, foi Presidente da Sociedade Americana de Sociologia. Autor de *The Social Problem, a Constructive Analysis* (1915, 1919); *Sociology and Modern Social Problems* (1910, 1935), *An Introduction to Social Psychology* (1917). Colaborou também com o livro *Eugenics: Twelve University Lectures*, organizador por Morton A. Aldrich *et al.* (1914). Representando a Universidade de Missouri, o professor de Sociologia escreveu o capítulo oitavo, com o texto *The Eugenics Movement from the Standpoint of Sociology* (ELLWOOD, 1917).

<sup>250</sup> Há a possibilidade dessa questão estar relacionada com Gabriel Tarde(1843-1904), que, em *Les Lois de l'imitation* (1890), pensou a repetição e imitação na relações sociais, por meio de uma psicologia social. No entanto, é plausível que essa interpretação tenha emergido da leitura de *The Theory of Imitation in Social Psychology* (1901), de Ellwood, texto em que diferenciou as teorias do sociólogo e criminologista francês Gabriel Tarde e do sociólogo americano J. Mark Baldwin, que produziram de forma independente trabalhos relativos à teoria da imitação. A obra de Baldwin trata-se de *Mental Development in the Child and the Race* (1895); *Social and Ethical Interpretations in Mental Development* (1897).

configurações circunstanciais. A invenção, confirmava Scalco (1938), era um processo consciente de evolução. O ponto de debelamento das dissimetrias e desigualdades sociais era visualizado por Scalco (1938) a partir da instrução e da educação. O Estado, por meio da escola, acabaria com as divergências, a “orientação consciente das restrições mútuas”.

Este era um dos pontos do controle social e de controle de conduta que impedia o desregramento, a dissipação e o vício. Era por meio da educação, do controle e da regulamentação eugênica que evitaria o aleijado, o mudo, o cego, o deficiente mental, conforme relatado no início da análise. Este fator cultural seria o possibilitador de entender a necessidade e a aceitação consciente das medidas. A argumentação de Scalco (1938) perpassou as discussões sociológicas e biológicas de uma matriz estadunidense, especificamente os sociais patologistas como Charles Abram Elwood e John Lewis Gillen, além de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, que atuou no Rio de Janeiro.

A Biologia Educacional foi o instrumento para a expansão da Eugenia e das interpretações sociais a partir das leis biológicas da Genética na sociedade, e Homero de Mello Braga teve papel central no ensino e na prática da disciplina, mas foi responsável pela preparação técnica de uma emergente geração de intelectuais e pedagogos que vislumbraram os problemas hereditários na sociedade paranaense.

### **2.3 Puericultura: Eugenia e Pediatria**

Homero de Mello Braga se formou na Faculdade de Medicina do Paraná, em 1928. Era um “prata da casa”. Conheceu todas as amarras do campo médico paranaense, e esteve presente nos debates em torno do ensino da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP) e das teorias sobre a Eugenia, as preocupações reprodutivas, além da centralidade da relação mãe e filho nos processos pré-natal, parto, pós-natal e as preocupações para com a infância. A FMP na década de 1920 esteve transbordando essas temáticas, legitimadas por seu papel social de grande significância, da qual emergiu como agente Homero de Mello Braga.

A Pediatria e a Puericultura possuem suas historicidades. Conforme Bessa, em *Lição Inaugural da Cadeira de Clínica Pediátrica e Puericultura -1966-1967* (1970)<sup>251</sup>, a

---

<sup>251</sup> A lição inaugural é datada de 1966-1967, na qual o professor José dos Santos Bessa da Faculdade de Medicina de Coimbra evidenciou em suas primeiras linhas a importância da disciplina na vida do médico, mas sobretudo na vida da Nação. Existe esse caráter da preocupação pública com a nação. Expõe, dessa forma, os precedentes, as bases e a emergência da pediatria e da puericultura em Coimbra. Em Portugal, somente com a Reforma de Ensino de 1911 a cátedra de Pediatria foi criada, ganhando visibilidade nas Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra.

Pediatria emergiu no século XIX, com o ensino da higiene e a doença das crianças, ganhando autonomia no século XX. Inaugurada em 1848, como cátedra em Estocolmo, na Suécia, chegou às “Universidades da França” antes de fundar o século.<sup>252</sup>

A Puericultura possuía maior historicidade, podendo ser visualizadas regras higiênicas na sociedade Caldeia, como se observa no antigo Código de Hamurabi ou no Papiro de Ebers, que possuíam regras de proteção alimentar à criança, ao amparo e à educação física, condensando saberes egípcios acerca de profilaxia. Apresenta também a respeito do *Velho Testamento*, que possuía referências à gestante e ao recém-nascido, mas além disso, no *Talmud*, livro dos judeus, e do *Rig Veda*, livro hindu que possuía trechos relativos à higiene na infância. O catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra utilizou como bibliografia os escritos do “grande mestre brasileiro de puericultura”, o professor Martagão Gesteira.<sup>253</sup> O termo Puericultura foi criado, segundo Bessa (1966 *apud* GESTEIRA), em 1750, por Ballexserd (1726-1774), médico suíço de Genève, que escreveu o texto *Higiene da gestante, da parturiente e do recém-nascido*. Foi somente com Alfred-Charles Caron que a Puericultura foi conceituada como “a arte de criar fisiológica e higiênicamente os recém-nascidos”. (BESSA, 1967, p. 3).<sup>254</sup> No entanto, quase cem anos depois de Ballexserd, em 1865, Caron não pôde apresentá-la à Academia de Medicina de Paris, por ser cogitado seu caráter hilário. Ou seja, não era ainda um disciplina legitimada. Foi somente com o médico obstetra Pinard, que, em 1895, apresentou a temática à Academia, sob o título de *Nota sobre a Relação entre o repouso da gestante e o peso do feto*. Para Pinard, Puericultura significava “a ciência que tem por objetivo o estudo e a concretização das causas relativas à conservação e ao melhoramento da raça humana”.

---

<sup>252</sup> Bessa não especificou quais eram as Universidades que especificamente criaram a cátedra na França. Em Portugal, a cátedra de Pediatria foi criada pela Reforma de Ensino de 1911. A Faculdade de Medicina de Lisboa teve como primeiro professor Jaime de Salazar de Souza, que iniciou em 1916 o ensino. Imediatamente iniciou também o ensino da cadeira na Faculdade de Medicina do Porto. Em Lisboa sucederam na cátedra Castro Freire e Carlos Salazar de Souza, provavelmente filho do primeiro catedrático. Em Porto o sucederam Almeida Garrett e Fonseca e Castro. (BESSA, 1970, p. 1).

<sup>253</sup> Segundo a plataforma eletrônica da Sociedade Brasileira de Pediatria, Joaquim Martagão Gesteira (1884-1954), professor da Faculdade de Medicina da Bahia ganhou projeção nacional em 1937, quando a convite de Getúlio Vargas se transferiu ao Rio de Janeiro para assumir a Cadeira de Puericultura e Clínica da Primeira Infância e a Direção do Instituto de Puericultura da Faculdade Nacional de Medicina. Mesmo com o fim do Estado Novo, em 1945, Martagão Gesteira continuou no poder como Diretor do Departamento Nacional da Criança e, em 1950, sendo Diretor do Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância.

<sup>254</sup> Além de nos dar uma perspectiva histórica, tais passagens são reveladoras de uma influência brasileira acerca da pediatria médica e da puericultura. Aqui percebemos uma bibliografia brasileira sendo utilizada na academia médica portuguesa de Coimbra, dos anos 1960.

(BESSA, 1970, p. 3). Conforme Bessa (1970), a concepção era tão lata, que mais parecia a definição de Eugenia do que de Puericultura.

No Brasil, a Puericultura chega em 1890, trazida por Moncorvo Filho que, em 1899, criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Stepan (2004) relata que Arthur Moncorvo Filho vinculou Eugenia e Puericultura ao problema de redução das altas taxas de mortalidade infantil e da alteração das baixas taxas de natalidade entre as populações trabalhadoras. (STEPAN, 2004, p. 353). No Paraná, em 1948, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1946-1901) e Carlos Artur Moncorvo Filho (1871-1944) foram exaltados pelo professor dr. Garcez do Nascimento, em discurso chamado *Belíssima Tarefa*, elogiou os trabalhos realizados pelos médicos, tratando-os como demarcadoras das campanhas de proteção à infância no Brasil. (NASCIMENTO, *apud* BRAGA, 1948, p. 40).

Na França, por exemplo, Eugène Apert, em *Eugenia e Saúde Pública* (1913), publicada na *Eugenics Review*, distanciou Eugenia e Puericultura. Dizia que as medidas que se dedicavam à reforma social, dentre elas a regulação da saúde da mãe, instalações para alimentação da criança, escola para mães eram somente indiretamente envolvidas com eugenia. Na medida em que as instituições preservavam proporcionalmente grandes número de bebês aptos, não era eugenia, embora reduzissem as taxa de mortalidade. (TURDA; GILLETTE, 2014, p. 49).

Schneider (1990) ponderou se fazia diferença “que a eugenia francesa crescesse mais da puericultura do que da biologia e da antropologia”, como ocorria do mundo anglo-saxão. Para Schneider, a Puericultura foi quem assegurou à Eugenia amplo apoio da sociedade francesa e, sobretudo, o apoio da Igreja Católica, que poderia ser oposta à eliminação de certos elementos da sociedade. Após a criação da Sociedade Eugênica Francesa, a Puericultura foi abandonada. No caso paranaense, no entanto, percebemos um processo de continuidade nas políticas de Eugenia e Puericultura, explicado pela instituição da segunda como cátedra dentro da Faculdade de Medicina, havendo campanhas desde 1910 até 1950, a ponto de haver no Estado do Paraná, em 1952, cerca de quarenta e seis postos de Puericultura espalhados pelo território, pretendendo-se estender para a número de cem postos ao final do ano de 1953, conforme a *Mensagem do Governador Bento Munhoz da Rocha Netto*. (ROCHA NETTO, 1953, p. 201). Cabe aqui acrescentar o papel da Faculdade de Medicina do Paraná, que formou duas gerações de eugenistas e puericultores engajadas na sua prática.

No Paraná, percebemos o movimento de institucionalização na década de 1910. Em 1913, quando do início das atividades na Faculdade de Medicina, já havia como campo disciplinar a cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Puericultura, que tinha como docente Abdon Petit Carneiro. (CINTRA, 2011, p. 87; PIETTA, 2019). Victor Ferreira do Amaral, obstetra formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1884, já era influenciado pela Pediatria, na FMP possuía a Cátedra de Ginecologia e Obstetrícia, e foi colaborador nos assuntos.

No entanto, os debates acerca da implementação da Puericultura no ensino já eram cogitados por diversos intelectuais, tais como Raul Carneiro, Julio Duarte, Nilo Cairo, Hugo Simas e Antonio Candido de Leão, desde o ano de 1911, conforme a análise do jornal *Diário da Tarde*. Devemos levar em conta que o periódico em questão era administrado, segundo Cintra (2011), por um membro médico.

A Puericultura se tornou concreta no Paraná apenas no ano de 1919, quando foram criados o Instituto de Higiene e a Escola de Puericultura, ligados à Cruz Vermelha de Curitiba. O jornal *Diário da Tarde*, de 27 de outubro de 1919, informou que a criação ocorreu no dia anterior, domingo, 26, e publicava o regulamento do Instituto e da Escola.

Conforme apontamos em dissertação de mestrado (2019), em 1922, o diretor do Instituto de Higiene Infantil foi João Candido Ferreira, que atuava na cadeira de Clínica Médica e Clínica Propedêutica na FMP. Era auxiliado no Instituto pelos professores Abdon Petit Guimarães Carneiro<sup>255</sup>, Aluizio França<sup>256</sup>, Eduardo Virmond e Leonidas Ferreira. (PIETTA, 2019). Para o médico João Candido Ferreira, a Puericultura foi uma forma de Eugenia preventiva. Tal afirmação é relativa às discussões que Schneider (1982) efetuou acerca da Eugenia na França, visualizando que os eugenistas neolamarckianos foram essenciais para reviver a Puericultura, e ampliar seu sentido para antes do nascimento. Essas perspectivas foram instrumentos da Eugenia francesa observada por Schneider (1982), e que em Stepan (2004) correlaciona-se com a Eugenia brasileira.

---

<sup>255</sup> Abdon Petit Guimarães Carneiro (1876-1940), neto de Visconde de Nacar, formado em 1898 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, catedrático de Histologia e Embriologia Geral, foi clínico do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz. Era pai de Milton Eichsen Carneiro (1902-) e Raul Carneiro, e tio de Alô Guimarães, os três formados pela Faculdade de Medicina do Paraná, e depois professores, respectivamente: livre docente de Biologia Geral e Parasitologia, em 1928, catedrático de Clínica Médica e Higiene Infantil, em 1929, e catedrático de Clínica Psiquiátrica, em 1936.

<sup>256</sup> Aluizio França era Professor da FMP, Membro da Sociedade de Medicina do Paraná, pediatra da Santa Casa de Misericórdia e no Instituto de Higiene Infantil, e seu Diretor a partir de 1926. (AVANZINI, 2011, p. 50).

Mario Gomes<sup>257</sup>, que assumiu a cadeira de Toxicologia e Higiene na Escola de Farmácia, anexa à Faculdade de Medicina do Paraná, em 1920, foi docente de Clínica de Doenças Tropicais e Infecciosas, compôs cargo na primeira diretoria da Associação Médica do Paraná, criada em 1933, e também atuou como Inspetor médico-escolar do estado durante a década de 1920. (JANZ JR, 2012, p. 73). Segundo Janz Junior, Mario Gomes fora autor de inúmeros trabalhos publicados na *Revista Médica do Paraná*, e trouxe o tema da miscigenação “com rigor ao criticar a reduzida quantidade do sangue da raça branca na constituição populacional do país. Dono de um negativismo extremo, ele incluía em sua crítica a pouca qualidade da parcela branca” na miscigenação nacional. (JANZ JR, 2012, p. 73). Porém, o intelectual também se curvou aos problemas enfrentados pela nacionalidade: as “doenças, o alcoolismo e a ignorância do povo também eram vistos por ele como importantes degeneradores da raça brasileira.” (JANZ JR, 2012, p. 113). Mario Gomes também foi um defensor das práticas de Puericultura, publicando uma série de três textos na *Revista Médica do Paraná*, dentre eles: *Ensaio de puericultura: cuidados especiais com prematuros, débeis, tarados e doentes; Período escolar e puberdade; e Adolescência e Juventude*. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, n. 5, abril. 1933).

A Puericultura, na década de 1920, começou a ser cultuada como ensino nas Escolas Normais e de prática por meio de concursos. Em 11 de janeiro de 1927, o jornal *Diário do*

---

<sup>257</sup> Mario Coelho Gomes (1887-1938), filho do médico Dr. Francisco Coelho Gomes, habitantes de Praia de Icaraí, Niterói. Era irmão do advogado Dr. Francisco Coelho Gomes Junior, Waldemar Coelho Gomes e Dr. Gastão Coelho Gomes. Frequentou na juventude a Escola Mixta do Senhor do Bonfim em 1903 e o Colegio Militar. Frequentou um curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas, em Niterói. Se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1909. Sua turma teve como paraninfo o professor Domingos de Góes Vasconcellos, e foram homenageados o Diretor da Faculdade, prof. Feijó Junior, e dos professores João Joaquim Pizarro, Chapot Prévost e Almeida Magalhães. Em 1911 fez parte da Associação Internacional de Pediatria, que se reuniu na Academia Nacional de Medicina, sob a presidência de Dr. Fernandes Figueira, Quartim Pinto, Ovidio Meira, Aleixo Vasconcellos, Arthur Moncorvo, e outros. (BRAZIL-MEDICO, 15/08/1911, p. 314). Trabalhou no serviço militar em Niterói, como Major cirurgião. No Paraná, casou-se com Leocádia Souza Pinto Gomes, filha do Coronel Constante de Souza Pinto, de Paranaguá e erradicados em Curitiba. Tiveram juntos a filha Guiomar. Chegou a Curitiba em 1913, vindo do Rio de Janeiro, sendo nomeado médico do município no em 15 de abril de 1913. Prestava serviços de moléstias internas das crianças e higiene infantil. Foi Inspetor-Chefe do Serviço de Inspeção Médica das Escolas Públicas a partir da criação da mesma, ocorrida em 31 de março de 1921, além de lente, a partir de 1920, da cadeira de Toxicologia e Noções de Higiene no curso de Farmácia. Conforme relatou Marques e Faria (2010) em “*Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral*”: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920, Mario Gomes, em *Triste caso*, publicado em *O Ensino* (jan.1924), discorreu sobre o atendimento que prestou a um casal de noivos: ele, magro e feio, com faces características de um imbecil; ela, esbelta, tez rosada, aparentando robustez e saúde, porém heredo-sifilítica. Pronunciou-se enfaticamente em condenar o casamento pretendido por ambos, pois, como aludiu, “parece-me ter chegado ou já passado o momento em que é preciso por cobro a essas desgraças; é indispensável que os responsáveis pelo futuro da raça, os governos, os paes, os medicos, levantem em unisono o clamor que existe latente em todos nós, contra o casamento de enfermos e degenerados!” (MARQUES; FARIA, 2010). Autor de *A importância da Pediatria na medicina* (1916) e *As ictericias dos recém nascidos* (1925). Em 1930, tornou-se diretor do Instituto Pasteur, em Curitiba. A partir de 1930 foi professor de Clínica de Doenças Tropicais e Infecciosas.

*Tarde* propagandeava um concurso que buscava saber “qual a criança mais robusta e mais bonita de Curitiba?”. Na argumentação do grupo organizador, os concursos tinham “(...) sempre uma alta significação (...)”, porque ensinavam “(...) mostrando, exemplificando, comparando. É a melhor lição de puericultura, porque é ilustrada com a criancinha.” (DIÁRIO DA TARDE, 11/01/1927, p. 2). A noção pedagógica do concurso é percebida pelos organizadores e utilizada com esse intento. E ainda completam que “num Paiz, como o nosso, carenciado de população, os concursos de crianças são obra de alto patriotismo, porque são Escolas de Saude Infantil.” (DIÁRIO DA TARDE, 11/01/1927, p. 2). Os concursos de robustez, para os puericultores e pediatras, eram como vitrines para as populações brasileiras. Este foi o primeiro Concurso de Robustez Infantil que ocorreu em Curitiba. A primeira Seção possuía a classe A, formada por crianças com amamentação materna exclusiva; classe B, de crianças amamentadas exclusivamente com leite de vaca e outros leites; classe C, de crianças amamentadas, conjuntamente ao seio materno e com leite de vaca, ou outros leites; classe D, de crianças amamentadas ao seio materno ou com outros leites, e com alimentos salgados - sopas, mingaus, caldos. Foram julgadas por Aluizio França, Petit Carneiro, Raul Carneiro, Garcez do Nascimento, respectivamente. A segunda seção era formada pela classe A, formada por criancinhas de 2 a 4 anos; classe B, de crianças de 4 a 7 anos. Julgadas por Silveira da Mota e Mario Gomes, respectivamente. (DIÁRIO DA TARDE, 10/02/1927, p. 5).

Uma década de ensino da Medicina no Paraná, focado nas questões reprodutivas, pré-natais, parto, pós-natal e infância, proporcionou a emergência de uma geração de eugenistas dos mais diversos campos autônomos, dentre eles puericultores, pediatras, clínicos gerais, da higiene infantil, obstetras e ginecologistas. As preocupações para com a infância estavam dispostas no ensino, e acabaram por produzir nesse sentido um sistema de disposições e potencialidade no campo médico e, sobretudo, no campo eugênico.

Em 25 de janeiro de 1935, a srta. Clio Miró, membro da Associação Feminina de Proteção à Infância - filha do industrial João Guimarães Miró - coordenou o Curso anual de Economia do Lar, ocorrido no prédio da Companhia Força e Luz. Aquele era o segundo ano de evento, que contava com palestras sobre o papel da mulher na economia familiar e a nova posição alcançada graças ao feminismo. Em 1935, abriu o evento o professor Homero de Barros<sup>258</sup>, que falou da função da mulher no lar como regeneradora do homem e dos filhos, a providência da família e a conservadora da ordem. Declarou que um dos graves

---

<sup>258</sup> Trata-se, de fato, de Homero Baptista de Barros.

problemas da sociologia contemporânea era o da “eugenia das raças, que tinha finalidade de constituir o homem forte, apto para desempenhar o máximo de ação com o mínimo de esforço”. (DIARIO DA TARDE, 25/01/1935, p. 8). Para Homero de Barros, “a biologia social” já havia concluído que o problema da nutrição era o mais importante para aquele fim. Nesse sentido, conferia ao curso dar condições para a compreensão da alimentação racional, higiênica e proveitosa. Afirmou ele que “o fogão elétrico, controlando rigorosamente a temperatura, aproveita as vitaminas, indispensáveis à saúde normal. Os legumes, não perdem nele os seus sais e as suas propriedades nutritivas. As carnes conservam os seus elementos mais proveitosos à resistência orgânica do indivíduo.” (DIARIO DA TARDE, 25/01/1935, p. 8). Este era um evento que foi mediado pela Associação Feminina de Proteção à Infância.

Em 1935, houve outro concurso de robustez infantil, em que disputaram mais de cem crianças. Dentre a Comissão Julgadora do Concurso, na classe A, de zero a um ano, estavam os drs. Victor do Amaral, Raul Carneiro, Mário Gomes, Pio Taborda Veiga, Duilio Calderari, Sprenger Lobo, dra. Clara Villa, Alceu Ferreira, Ito Carias, Ary Taborda, Julio Moreira, Pereira da Cunha e Pelágio Parigot. Na classe B, de um a três anos, estavam os drs. Garcez do Nascimento, Borges de Macedo, Carlos Cunha, Jamidas Rodrigues, João Vieira de Alencar, Waldemar Monastier, Francisco Basseti, Álvaro Pinto, Durval Cordeiro, Lauro Gentio Tavares. Na classe C, de três a seis anos, estavam João Candido Ferreira, Aluizio França, Francisco Franco, Carlos moreira, Cerqueira Lima, Virmond de Lima, Milton de Macedo Munhoz, Alô Guimarães, Armando Petrelli, Dirceu de Lacerda<sup>259</sup>, João Alves Tizzo, Emílio Sounis, Múcio Caron, Pinto Rebello. (O DIA, 18/05/1935, p. 2). Esta rede de médicos que participavam do concurso de robustez eram parte do intelectuais que produziam e se preocupavam com a temática eugênica.

Em 1936, organizou o Concurso de Robustez Infantil. O concurso ofereceu prêmios doados pelos patrocinadores, o jornal carioca *A Noite*, a Companhia Nestlé, Laboratórios Raul Leite, Farinha Alegria, Força e Luz, novamente presente, Companhia Tody e a própria Associação Feminina de Proteção à Infância. (O DIA, 30/04/1936, p. 2).

Janz Júnior (2012), em seu texto *A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)*, creditou aos debates com Pinard o alinhamento de Victor Ferreira do Amaral Filho, em 1932, a um “estilo de pensamento que acreditava que a eugenia

---

<sup>259</sup> Sobre os postos de puericultura, o dr. Dirceu de Lacerda, relatou que o povo dos bairros tinham o dever de prestigiar os postos de puericultura. Obra de brasilidade e de realização eugênica, ela exige o incondicional apoio. (LACERDA *apud* BRAGA, 1948, p. 42)

preventiva na forma da Puericultura encerraria a marcha de doenças que corrompiam os indivíduos.” (2012, p. 125). Adolf Pinard era professor de clínica obstétrica, autor de *De l'eugennétique* publicado nos *Annales de gynécologie et d'obstétrique*. Durante sua atuação implementou uma série de políticas de Puericultura no movimento eugênico francês. Conforme Schneider (1982), Pinard e o conterrâneo Lucien March, no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, ocorrido em Londres, defenderam as concepções neolamarckianas dos caracteres adquiridos por influência do meio no intuito de eugenizar. (SCHNEIDER, 1982).

Cintra evidenciou em *Faculdade de Medicina do Paraná: História, Ciência e Assistência (Curitiba, 1913-1946)* que a instituição foi se completando durante a década de 1930, aliando o ensino da ciência médica e assistência pública a partir do

Hospital da Criança, em 1930, a Maternidade Victor do Amaral (antes de 1929, Maternidade do Paraná) e o Dispensário Dentário (servindo ao curso de Odontologia, desde 1913) conformam, juntos, o rol de institutos de saúde – recém-nato, criança, mulher e saúde bucal – anexos à FMP. Somados aos convênios com os hospitais particulares da SCM de Curitiba e do Hospício N. S. da Luz – clínicas médicas e neuropsiquiátricas respectivamente –, constituíam-se na rede de instituições de assistência médico-hospitalar que tinham na FMP o ponto nevrálgico na primeira metade do XX. (CINTRA, 2011, p. 1800).

Nesse sentido, o Instituto de Higiene Infantil deve ser considerado com parte desse conglomerado de apoio à maternidade, somado ao cuidado com a saúde dos recém-nascidos, da infância e a saúde bucal como estrutura de assistência social.

Em 1933, Homero de Mello Braga publicou o texto *Salvemos as crianças instruindo as mães*, evidenciando que

A ignorância é o maior impecilio a profilaxia da mortalidade infantil em grande escala. A quase totalidade das mães desconhece tudo. Desde as noções de puericultura e Higiene Infantil até as mais banais da medicina. Criminosas sem culpa ellas ignoram que são as únicas responsáveis pela morte ou miséria orgânica em que vegetam seus filhos. (BRAGA, 09/11/1933, p. 3).

A educação e a instrução da mãe em relação às especialidades médicas, como a Puericultura e a Higiene Infantil, eram de suma relevância. A mortalidade infantil poderia ser diminuta se regras alimentares fossem seguidas. Conforme Angela Lucia Ganz (1996), Homero de Mello Braga visualizava nos dados de óbitos infantis as moléstias gastro-intestinais como majoritárias. (GANZ, 1996, p. 93)

Stepan relata que, durante o Estado Novo, a Puericultura foi utilizada como instrumento para a incorporação de um sentimento patriótico apolidário, apolítico,

conforme sua análise da fala de Lowenstein (1942). (STEPAN, 2004, p. 376). Comentaremos como, no campo político paranaense do pós 1945, a Puericultura foi instrumento de luta e conflito. Em 1937, Vargas criou o Instituto Nacional de Puericultura, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, e funcionava dentro do Hospital Arthur Bernardes, fazendo parceria com um laboratório de estudos de Biologia Infantil. Realizavam lá desde consultas pré-natais até “exames eufrênicos (de higiene eugênica mental) para as crianças que eram enviadas para estudo pelos centros de detenção juvenil.” (STEPAN, 2004, p. 376). Essa ocorrência remonta à ideia de que a criança deveria ser observada desde cedo quanto aos seus possíveis atributos de anormalidade mental.

A Puericultura era visualizada por Homero de Mello Braga em seu papel social. A ignorância de tais princípios elementares constituía parte do problema dos elevados índices de mortalidade infantil no país.

Quando da instituição da disciplina de Biologia Educacional, visando à formação de professores para as Escolas Normais, iniciou-se também a aproximação entre os professores da Universidade e as Escolas Normais. Em 1938, Antenor Pamphilo dos Santos publicou, na *Revista Médica do Paraná*, uma reflexão que havia iniciado na Semana da Tuberculose, ocorrida na Escola Normal de Curitiba, evidenciando as preocupações com saúde pública, o problema tísico e a infância. No texto afirmava que:

Professoras, vós que tendes sobre vossos hombros a pezada responsabilidade de alfabetisar e educar dentro dos sadios e santos principios morais as creanças que formarão as gerações que nos substituirão na propagação e aperfeiçoamento do patrimônio social, representais na Sociedade um papel tão sublime que vos torna cada vez mais dignas de admiração, respeito e reconhecimento daqueles que vos confiam seus filhinhos.

Do vosso contáto com a creança, nesse período escolar, muito espera a Higiene, porque nessa fase maleável das aptidões infantis podeis inculcar hábitos sadios que sobremodo auxiliarão áqueles porventura já recebidos nos lares.

As creanças no meio escolar, onde se encontram elementos com e sem hábitos higiênicos, devem estar sob rigoroso controle das educadoras. Se precipuamente vos cabe educá-las no conhecimento das letras em suas relações com coisas e fatos, não deveis abdicar de outras credenciais implícitas no plano nacional de educação e entre as quais está a competência de apreciar as falhas de educação higiênica das creanças, este livro aberto para vossa leitura quotidiana, corrigindo-as por exemplos, instruções gerais e outros meios suaves ao alcance da compreensão peculiar á idade.

É para contar com vosso empenho valioso na proteção á saúde, este legado divino que devemos zelar para o bem particular e para o bem da Sociedade, que vos dirigimos estas palavras como um apelo em nome das gerações futuras a quem não temos o direito de legar dores e sofrimentos, para que sejais mais um esteio vigoroso e útil na luta contra a tuberculose.

O legado mórbido às gerações vindouras é um duplo atentado: contra a atualidade e contra o futuro. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, jun./1938, p. 299).

A palestra de Pamphilo dos Santos evidenciava as preocupações de levar para o ensino normal os conhecimentos mais imprescindíveis para a melhor postura do professor em relação aos cuidados para com a infância, inculcando hábitos sadios e apreciando as falhas de educação higiênica via rigoroso controle. Com Pamphilo dos Santos foi recorrente a aproximação entre os problemas do meio e o caráter hereditário dessa influência.

A criança de hoje é o adulto de amanhã; da morbidade de agora será ela a portadora se nos mantivermos no comodismo da indiferença que nos conduzirá fatalmente à decadência, ao fracasso da eugenia, já que se anula o dinamismo da unidade biológica da raça, matando, aniquilando na criança a sua inconsciente aspiração de ser sadia, bela e forte. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, jun./1938, p. 299).

É interessante enfatizar como a tuberculose possuía, para o médico Antenor Pamphilo, a responsabilidade pelo fracasso da Eugenia, pois aniquilava da criança a possibilidade de ser saudável.

A falta de consciência sanitária era a responsável pela situação, pois, segundo Homero de Mello Braga, em palestra ao jornal *O Dia*, a população só lembrava do ato de prevenir quando era hora de remediar. Conforme o médico, enquanto as clínicas estavam repletas de crianças, os serviços de Puericultura, os dispensários de Higiene Infantil e de assistência pré-natal permaneciam desertos. (O DIA, 19/03/1940, p. 151).

Nesse sentido, Homero de Mello Braga havia criado o programa radiofônico “Hora da Mulher”, que visava aconselhar os usos dessas estruturas de Serviço Estadual de Higiene Infantil, que, em 1940, havia instalado postos de Puericultura em três bairros operários: Juvevê, Portão e Mercês. Foi nesse sentido também que o jornal *O Dia* se dedicou com energia a esse intuito educacional sanitário e de Higiene Infantil. Comentava Homero de Mello Braga, no jornal *O Dia*, de 13 de março de 1940, que “só a assistência direto, prestada individualmente a cada mãe, levada pessoalmente pela educadora sanitária a cada casa, é que poderá resolver o nosso grande problema.” (O DIA, 19/03/1940 p. 152).

Quando da instalação dos postos de Puericultura, foram diretores os médicos Garcez do Nascimento, Pio Taborda Veiga e Waldemar Monastier, respectivamente nos bairros Juvevê, Portão e Mercês. Pio Taborda Veiga<sup>260</sup> ao microfone do rádio, um dia após a fala

---

<sup>260</sup> Pio Taborda Veiga frequentou o primeiro ano do Gymnasio Paranaense em março de 1925 (O ESTADO DO PARANÁ, 05/03/1925, p. 8) e se formou em 1929. Em 1930 adentrou à Faculdade de Medicina do Paraná, onde se formou em 1935, com nota dez com distinção. (CINTRA, 2010, p. 192). Sua tese intitulou-se *A prova de McClure e Aldrich nas dystrophias*. Em 1944 apresentou como tese de cátedra de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil o texto *A prova de McClure e Aldrich na medida da resistencia orgânica*.

de Homero de Mello Braga, discursou a respeito da assistência à infância como o maior problema nacional. Para ele, “(...) são os pais, os médicos e os professores, em ação conjunta com o governo que, irmanados por um mesmo sentimento de luta em prol da eugenia da raça, devem dar o máximo de esforços em benefício da criança brasileira - A Sociedade de Amanhã.” (O DIA, 20/06/1940, p. 1). No sentido de exaltar o projeto coletivo pela prática da eugenia da raça, Pio Taborda Veiga teve como preocupação em sua fala a questão da herança, “a transmissão feita de pais para filhos de seus caracteres sejam eles bons ou maus.” Assim se dedicou em sua fala à herança mais indesejável que um descendente poderia esperar: a herança vinda de pais sífilíticos e alcoólatras.

Pio Veiga (1940) explicava que a grande maioria de crianças que nascem mortas ou antes do fim da gestação eram vinculadas à sífilis, e que quando não morriam antes do final da gestação, nasciam com uma série enorme de perturbações mórbidas. Eram elas, conforme apontou, ulcerações de pele, perturbações do sistema nervoso, deformações do crânio, do nariz, dos ossos, alteração dos dentes, surdez, mal-formações, monstruosidades, perturbação da nutrição. A sífilis causava debilidade congênita, tornando a criança com pouca resistência, doentia e fraca. No caso do álcool e a herança, falou que a transmissão aos descendentes de males como “a imbecilidade, a idiotia, a histeria, a epilepsia” eram suas consequências. Falou ainda do Museu do Instituto Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro, que possuía peças anatômicas as mais monstruosas que poderiam ser concebidas, todas determinadas pelo uso do álcool. Eram microcefálicos denominados pelo povo de homem macaco, eram tuberculosos, atrofícos, raquícticos, epilépticos, dementes, criminosos, monstros. Esta era a herança que transmitiam os sífilíticos e alcoólatras, mencionou Pio Taborda Veiga. (O DIA, 20/06/1940, p. 1). Nos anos subsequentes da década de 1950, no entanto, o médico modificou sua narrativa.<sup>261</sup>

Segundo Cintra, “em 1941, a Maternidade Victor do Amaral, acolheu ampliações estruturais e investimentos nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e ainda Puericultura.” (CINTRA, 2011, p. 180). Nesse momento, a Faculdade de Medicina passava a estar melhor estruturada e com laboratórios para as práticas médicas e o ensino médico para a Puericultura. Cintra chama atenção também “da conclusão das obras do Dispensário de Puericultura na Maternidade, no ano de 1945.” (CINTRA, 2011, p. 180). Durante o

---

<sup>261</sup> Em 1954, Pio Taborda Veiga relatou que vários autores mostraram, e ele concordava, que a hereditariedade nem sempre explicava as malformações congênitas, ou seja, as deformidades não era sempre de causa hereditária. Estipulava que as doenças infecciosas durante a gravidez poderiam causar as deformidades, como a rubéola, a poliomielite, o sarampo, a escarlatina e a varíola. Estas infecções agiam diretamente sobre o embrião e aí se encontrava a relevância da prevenção. (O DIA, 05/06/1954, p. 4).

Governo do Estado Novo, a Puericultura passou a ser mais centralizada ainda nas políticas públicas, avançando dentro da Faculdade de Medicina nas questões de ensino e prática da Puericultura.

Conforme evidenciado por Marinice de Oliveira (2012, p. 66), em 1943, Homero de Mello Braga publicou um texto referente à mortalidade infantil e à tuberculose, no periódico *Gazeta do Povo*, que reproduziu em parte um texto já publicado em periódico paulista em outro momento. Segundo Oliveira (2012), o médico reafirmava sua posição, segundo a qual deter o avanço da tuberculose, através de cifras do governo, “(...) era contribuir para o crescimento econômico do país, pois significava evitar o desperdício de mão de obra nacional (prematuramente morta pela enfermidade) e gastos maiores com os prematuramente afastados do trabalho devido à enfermidade.” (BRAGA, 14/03/1943, p. 1 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 66). Ficam evidentes as relações entre os problemas da tuberculose e mortalidade infantil, mas ainda uma preocupação com a demanda e o desfalque da força do trabalho.

Em 12 de outubro de 1948, Curitiba recebeu a II Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria, na qual se fizeram presentes na sessão inaugural Martagão Gesteira, então diretor do Departamento Nacional da Criança, além do Governador Moysés Lupion, Alô Guimarães, diretor de Saúde e Assistência Social. O evento, por sugestão de Gesteira, ficou constituído por Pio Taborda Veiga como presidente, João Vieira de Alencar, 1º Vice-presidente, Antenor Pamphilo dos Santos, 2º Vice-Presidente, Domicio Costa, secretário. O evento ficou dividido em quatro temas: Tuberculose Infantil, dirigido por Martagão Gesteira; Fisio-Patologia do Recém-nato, direcionado por Pedro Alcântara e Clóvis Correia da Costa; Infância Desajustada, por Martagão Gesteira; e Temas livres, por Antenor Pamphilo dos Santos. Houve nesse evento uma mesa redonda, presidida por Homero Braga, que visou debater sobre a vacina BCG. (O DIA, 12/10/1948, p. 8).

Em 27 de outubro de 1949, a Associação Médica do Paraná, em sua Seção de Pediatria e Puericultura, trouxe à tona uma reunião focalizada no tema da Pediatria e Genética, na qual foram expostas as conclusões dos trabalhos apresentados na 3ª Jornada de Pediatria e Puericultura, ocorrida na Bahia. (O DIA, 27/10/1949, p. 8). Acreditamos que essas considerações estejam dispostas na publicação sob o título *Genética e Pediatria*<sup>262</sup> (1949), em que foram discutidos esses aspectos da infância e da hereditariedade. Conforme

---

<sup>262</sup> O texto foi publicado na revista *Pediatria Prática*, em 1949. Temos acesso ao texto por meio da produção da Fundação Santos Lima, a Galeria Médica do Paraná, que organizado por Eduardo Corrêa Lima, compilou textos do médico Homero de Mello Braga, em 1992.

o médico pediatra, a primeira condição para que uma criança fosse sadia ao nascer era sua proveniência de pais sadios. Não apenas na aparência, concluiu Braga (1949), mas realmente sadios, descendentes, eles mesmos, de pais e avós que não tenham apresentado doença à descendência. Dessas doenças, umas eram evitáveis, desde que os progenitores se curassem das infecções capazes de contaminar o feto durante a vida intrauterina. E alertava o médico que delas se ocupava a profilaxia das doenças congênitas. (BRAGA, 1949, *apud* LIMA, 1992, p. 333).

Outras doenças, no entanto, continua Homero de Mello Braga, estavam ligadas ao fenômeno da transmissão ao novo ser dos atributos da espécie, e, por isso, eram inevitáveis em certas circunstâncias. Devido à significância que as afecções hereditárias assumiam na higiene e na patologia da infância, tornava-se indispensável para o médico pediatra, declarou Braga (1949), possuir conhecimento perfeito a respeito da Genética. Homero de Mello Braga relatou que a maioria das afecções hereditárias eram visualizadas logo após o nascimento e necessitando de cuidados do pediatra, no entanto, algumas se manifestam tardiamente, como o glaucoma. E continuava Braga (1949):

E não são apenas graves afecções, tais como a idiotia amaurótica, a coréia de Huntington, ataxia de Friedreich, a hemofilia, em sua maioria fatais ainda na infância, as que podem ser transmitidas à descendência. Também defeitos e estados constitucionais compatíveis com a vida - e até com a longa vida - podem ser herdados. (BRAGA, 1949, *apud* LIMA, 1992, p. 333).

Nesta categoria estavam, conforme Braga (1949), os dedos extra-numéricos, as deformidades das orelhas, dos lábios e do véu do paladar, a surdo-mudez, as deficiências mentais, as diáteses e outras desordens constitucionais de que resultam, sob a influência de determinados fatores, múltiplas afecções: eczema, asma, epilepsia, câncer, etc. Outro apontamento do médico era que a própria resistência da criança aos agravos infecciosos está na dependência de fatores hereditários, como é o caso da tuberculose, da febre reumática e outras infecções.

Na visão de Homero de Mello Braga (1949), assim como ocorreu com a Zoologia e a Botânica, a Genética deveria ser colocada a serviço da Medicina. Nesse momento relatava que era “de se esperar que se amplie enormemente nosso cabedal científico, contribuindo os próprios médicos, pela observação bem instruída dos caracteres e afecções hereditárias, para o progresso da ciência de Mendel.” (BRAGA, 1949, *apud* LIMA, 1992, p. 334). Nesse sentido, para Braga, a ciência genética tinha que ser observada, experimentada e praticada pela ciência médica. E ainda projetava uma expectativa de futuro: “talvez seja possível,

mesmo, opor às forças da hereditariedade, até aqui consideradas inexoráveis, artifícios e recursos destinados a poupar os organismos por elas condenados dos prejuízos decorrentes da ação dos gens anômalos.” Provavelmente vislumbrava os trabalhos de um campo da Genética que emergiu posteriormente na Universidade do Paraná, a citogenética. Apesar de não se saber como atuavam os genes<sup>263</sup>, Braga afirmou que era evidente que os efeitos dos genes dependiam estreitamente do ambiente. Para tanto, fala das variações produzidas pela recombinação dos genes (mixo-variações), das mutações (ídeo-variações), mas também das variações decorrentes da influência do meio (para-variações). Na espécie humana, ressaltou Braga (1949):

(...) por mais resguardadas que estejam o embrião e o feto dos agravos exteriores, repercutem sobre eles os déficits do metabolismo da gestante. Se não sofrem de maneira notável com as deficiências em minerais e substâncias plásticas, as carências vitamínicas, os tóxicos e as toxinas microbianas são fatores que podem prejudicar a evolução normal, seja subtraindo ao organismo em formação material para sua feitura, seja provocando no meio uterino alterações capazes de inibir ou perturbar a ação dos gens. Acresce ainda que, ao nascer, não está o organismo da criança definitivamente formado. Durante o longo período da infância, continua na dependência do meio para o seu completo desenvolvimento. A soma dos gametos, que deu ao novo organismo o seu genótipo, apenas proporcionando-lhe a capacidade de ser sadio, inteligente e útil à coletividade, ou doente, idiota e nocivo. (BRAGA, 1949, *apud* LIMA, 1992, p. 335).

Ou seja, acreditava que um meio insalubre, de exposição da gestante, poderia causar certos agravos congênitos. Em relação aos agravos hereditários, o determinismo independia do meio. Assim, “evitar que fossem gerados indivíduos já hereditariamente condenados à anormalidade era uma tarefa da Puericultura pré-concepcional”. Já a Puericultura pré e post-natal competia em “velar pelo normal desenvolvimento dos bem dotados”, e propiciando-lhe “os elementos necessários à integral realização dos atributos que carrega em potencial”, papel que cabia à Pedagogia. (BRAGA, 1949, *apud* LIMA, 1992, p. 335).

Para a Pediatria, afirmava Braga (1949), cabia cuidar das vítimas de afecções hereditárias, o encargo de suprir as deficiências genéticas, tentando corrigir as anomalias causadas pelos fatores hereditários, quando esse fosse possível. Braga citou como possibilidade de correção de anomalias casos como renovação de sangue dos que nascem com eritroblastose fetal, injetando insulina nos que sofrem de diabetes, administrando plasma aos hemofílicos - quase que diariamente, para distanciar-los das hemorragias e dos danos psicológicos. (BRAGA, 1949, *apud* LIMA, 1992, p. 332). À Pediatria, cabia ainda

---

<sup>263</sup> A respeito dos genes, sabia-se naquele momento que os genes ocupavam uma posição definida no cromossoma e que podiam ser considerados como unidades químicas resultantes de combinações de moléculas protéicas. (BRAGA, 1949 *apud* LIMA, 1992, p. 332).

cooperar com os demais ramos da ciência, no estudo das afecções hereditárias, das quais resultavam possivelmente de distúrbios endócrinos passíveis de correção. Os demais ramos da ciência dizem respeito a especialidades como a Puericultura, a Genética, a Endocrinologia.

Em 1950, publicou *Fatores Hereditários em Puericultura e Patologia Infantil*, no *Compêndio de Pediatria e Puericultura*, organizado por José Martinho Rocha. No entanto, não obtivemos acesso ao texto. Percebemos essa faceta em que se identifica como especialista em Puericultura quando verificamos, no indicador profissional do periódico *A Divulgação*, a propaganda de seus serviços de Puericultura e Doenças de Crianças, em consultório na rua XV de novembro. (A DIVULGAÇÃO, 1950, n.26-27 p. 40).

No fim de 1940 e início de 1950, após a restauração do período democrático, no entre ditaduras, a Puericultura aparecerá no centro das discussões políticas, passando a ser um instrumento de lutas no campo político paranaense. Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano (PR), havia incluído os projetos relacionados à Puericultura em seu projeto de Estado. Nesse momento, buscava vencer as eleições e assumir o Governo do Paraná. Sua proximidade com Homero de Mello Braga foi essencial e decisiva a essa vinculação. E além do mais, Bento Munhoz da Rocha Neto reconhecia esses esforços científicos. A intenção era que a Puericultura preenchesse um lugar nos serviços de saúde pública do Estado. Assim, as redes de sociabilidade entre a intelectualidade e os dirigentes estaduais foi significativa para aquela necessidade social.

O *Diário da Tarde*, por intermédio do jornalista Roberto Barrozo, era um aliado de Bento Munhoz da Rocha Neto (PR) (BATISTELLA, 2015, p. 120); assim, os constantes ataques às formas como o Governo de Moysés Lupion (PSD) administrava os Postos de Puericultura eram uma relevante arma política em favor de Bento Munhoz da Rocha Neto.

Devido aos problemas nos postos de Puericultura elencados pela crítica do *Diário da Tarde*, o texto *As “Maravilhas” da Assistência Social do Governo* afirmava que os Postos de Puericultura eram “para inglês ver” e que inúmeros postos estavam sem médicos ou estavam abandonados. (DIÁRIO DA TARDE, 25/02/1949). Moysés Lupion, por outro lado, quando investiu em sua candidatura, em 1947, após a morte de Manoel Ribas, comprou o jornal *O Dia*.

Para tentar acalmar, ou até mesmo reverter essa situação, o governo do Estado do Paraná assinou um decreto autorizando os especialistas Drs. Pio Taborda Veiga, Antenor

Pamphilo dos Santos<sup>264</sup>, Domicio Costa, Haroldo Beltrão, Emílio Sounis, Oriente Franco de Godoy, Waldemar Monastier e Orlando Spencer Lobo, que faziam parte do Departamento Estadual da Criança, autorizando a participarem da *III Jornada de Puericultura e Pediatria*, ocorrida em Salvador, entre 10 e 17 de outubro de 1949. (DIARIO DA TARDE, 10/10/1949, p. 6).

O PSD, partido de Moysés Lupion, estava, segundo o jornal *Diario da Tarde*, sendo antidemocrático quando fechava os postos de Puericultura, ou quando perseguia pessoas do partido oposto, a UDN, que estavam nos cargos dos postos de Puericultura. Ocorria assim uma arbitrariedade do PSD diante dos municípios que estavam sendo comandados pelo UDN.

Afirmava o periódico:

Coisas do “Paraná Maior” e não de uma democracia que se preze, de um governo que vive a pregoar os seus sentimentos democráticos e no entretanto age ditatorialmente, querendo se impor pelo terror, humilhando, perseguindo os que, credo na liberdade de crêdo político, de pensamento, não rezam pela sua cartilha. (DIARIO DA TARDE, 19/05/1950, p. 4).

Em outro momento, afirmava que a iminência de fechamento do Posto de Puericultura da Lapa era por motivos puramente políticos. Relatava que “numa Democracia que se preza o povo está sempre acima de tudo.” (DIARIO DA TARDE, 30/06/1950, p. 1).

As lutas políticas entre o PSD, de Moysés Lupion, e a UDN estavam infladas durante o início da década de 1950. Em setembro, houve a crítica ao fechamento do Posto de Puericultura de Bocaiva do Sul. (DIARIO DA TARDE, 08/09/1950, p. 2). No mesmo mês, as reclamações eram por falta de médicos no Posto de Puericultura das Mercês. (DIARIO DA TARDE, 29/09/1950, p. 8).

No ano seguinte, em 09 de fevereiro de 1951, foi a vez do Posto de Puericultura de Sengés, pois não recebia o numerário desde outubro do ano anterior. E, por fim, reclamava: “O sr. Moysés Lupion inaugurou o Posto e era somente isto que lhe interessava.” (DIARIO DA TARDE, 09/02/1951, p. 1).

Em *Mensagem do Governador Moysés Lupion* (1950), ao término de seu mandato, relatou que um capítulo da luta pela saúde que deveria ser mencionado em especial era o da proteção à Maternidade e à infância.”O “slogan” que lançamos foi esse: Um Pôsto de

---

<sup>264</sup> Antenor Pamphilo dos Santos era nesse momento o líder da bancada do Partido Social Democrático, além de ser Diretor da Associação de Puericultura do Paraná. (O Dia, 04/10/1949, p. 8). A associação foi criada em 1941 por Caio Machado e sediada na rua XV de novembro, no Palácio do Comércio.

Puericultura em cada Município.” (LUPION, 1950, p. 61). Quando o Departamento foi criado, em maio de 1947, possuía o Paraná, conforme Moysés Lupion, apenas 27 Associações de Proteção à Maternidade e Infância e funcionavam 35 Postos de Puericultura, sendo 11 na capital e 24 no interior. (LUPION, 1950, p. 61).

Batistella (2015) afirma que o *Diario da Tarde* foi um interessante aliado nessa luta política paranaense. Como a estrutura dos postos de Puericultura era relevante para os interesses da população, e sendo protegidos pelo projeto, foi conveniente atacar os pontos considerados fracos do Governo de Moysés Lupion (12/03/1947 a 31/01/1951). Ademais, podemos afirmar que naquele momento histórico, os esforços para aplicar a Puericultura de forma efetiva no Estado foram consideráveis.

De certa forma, foi uma estratégia de crítica ao Governo por vias dos Postos de Puericultura que se mostrou efetiva, tanto que Bento Munhoz da Rocha Neto venceu a eleição e iniciou a gestão em fevereiro de 1951 e se finalizou em março de 1955. Em *Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado*, no ano de 1953, Bento Munhoz da Rocha Neto relatou sobre a atuação do Departamento Estadual da Criança<sup>265</sup>, que se preocupava em educar, preparar e instruir no preceitos básicos da puericultura, criou um programa de concessão de bolsas de estudos - que financiou cinco bolsas em 1952 e quatro em 1953 - para o curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional de Criança, no intuito de preparar novos técnicos para dirigir os Distritos de Puericultura que seriam criados no interior do Estado. A VI Jornada de Puericultura e Pediatria, em Belo Horizonte e a participação dos paranaenses foi objeto de fala de Bento Munhoz da Rocha Neto, que certamente incentivou a presença no evento, que apresentaram mapas, gráficos e fotografias dos Postos de Puericultura do Estado. O designado para se fazer presente foi Esther Tourinho, professor padrão R, que representou o Instituto de Educação. (O DIA, 02/10/1952, p. 2).

Em 1952, funcionaram 46 Postos de Puericultura, 3 Maternidades, 3 Creches, 2 Lares de Crianças e, 32 Postos de Puericultura, mantidos pela Legião Brasileira de Assistência. O Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto ainda pretendia a construção de mais 100 Postos de Puericultura, sendo 40 construídos pelo Departamento de Edificações, 19 pela Legião Brasileiras de Assistência e 41 pelas Prefeituras Municipais e as

---

<sup>265</sup> O Departamento Estadual da Criança foi inaugurado em 1942, durante o governo de Manoel Ribas. Em 1947, no Governo Lupion, passou a fazer parte da Secretaria de Saúde e Assistência Social, e buscava “estimular e orientar a organização de estabelecimentos municipais e particulares, destinados à proteção da maternidade, da infância e da adolescência” (SILVA, 2009, p. 59). Visou, assim, à luta contra a mortalidade infantil no Estado, que já vinha marcada desde a década de 1940, pelo declínio das taxas.

Associações de Proteção à Maternidade e à Infância. (ROCHA NETO, 1953, p. 201). Ainda em 1952, conforme relatou Bento Munhoz da Rocha Neto em relatório, durante a Semana da Criança, foi organizado um concurso de higiene infantil no Centro de Puericultura que obteve notáveis resultados. (ROCHA NETO, 1953, p. 201).

A significância da Pediatria e da Puericultura como prática médica eugênica perante o Estado e os projetos em relação à população foi visualizada nas passagens de Homero de Mello Braga, seja como médico do Posto de Puericultura, seja trabalhando a tuberculose na Pediatria, seja como livre docente da cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, imbuindo-se em debater a Eugenia, a Pediatria, a Puericultura e a Genética Humana. As intenções eram baixar as taxas de mortalidade infantil, visualizar as anomalias, sejam elas congênicas ou hereditárias, além de cuidar do desenvolvimento do bem dotado. Nesse sentido, a Faculdade de Medicina do Paraná desempenhou, por meio de seus médicos e intelectuais, papel central nessas ações, formando uma geração de médicos eugenistas e puericultores, mas que pouco a pouco foram abordando os assuntos genéticos.

## 2.5 Genética, Eugenia e Imigração em Homero de Mello Braga

Neste subtítulo, discutiremos o texto de Homero de Mello Braga acerca de *O Melhor Imigrante* (1949), no qual relaciona os projetos imigrantistas, tendo em vista o olhar médico e o genético. Analisaremos sua atuação no campo médico paranaense, quando palestra a respeito da *Genética, Eugenia e Imigração* (1946) em uma reunião da Associação Médica do Paraná, bem como sua intenção ao publicar essa palestra em forma de texto no periódico, sob a perspectiva do campo político, quando expõe sua tese à opinião pública. Assim, houve significativa similaridade entre o que palestrou e o que foi publicado.

No entanto, antes de analisar essa questão, apresentaremos um depoimento que prestou a respeito do inquérito público da imigração de assírios no Brasil, em 1934.<sup>266</sup> Organizado por Paulo Tacia, os depoimentos dos especialistas foram publicados no jornal

---

<sup>266</sup> Sobre a imigração, ver: Endrica Geraldo (2007), com a tese *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945); Jair Souza Ramos (2008), no capítulo *Como classificar os indesejáveis?* Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930; Giralda Seyferth (2008). *Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil*. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto; Vanderlei Sebastião de Souza (2011), com *Em busca do Brasil*: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935); e Leonardo Dallacqua De Carvalho (2014) na dissertação *A Eugenia no humor da Revista Ilustrada Careta*: raça e cor no Governo Provisório (1930-1934).

*Correio de Notícias*, que, em 25 de março transcreveu, na íntegra, a carta de Homero de Mello Braga, sob o título *Os Sírios no Brasil*.

O primeiro ponto considerado por Braga foi a questão das raças, em que fez questão de detalhar que para ele a “diferenciação das raças em organicamente superiores e inferiores, defendida com entusiasmo por Gobineau”, não era aceita. Assim, preferiu corroborar em parte com a opinião de Finot, para quem “as raças, igualmente aptas, são mais ou menos adaptadas.” O médico paranaense desconsiderou a existência de um tipo étnico - como por exemplo o “dolicocefalo louro” ou homem nórdico - como padrão de adiantamento.<sup>267</sup> Assim, considerava apenas que as raças eram “diferentes”. (CORREIO DO PARANÁ, 25/03/1934, p. 1-8).

Homero de Mello Braga relatou que “foi a ilusão naturalista que embeveceu os letrados do século XIX”, que, firmando a supremacia social na predominância dos fatores materiais e na capacidade de promovê-los, gerou o ambiente favorável à aceitação do novo preconceito racial. O médico acreditava em uma hierarquização dos valores sociológicos, em que se deveria considerar as raças superiores justamente aquelas mais espiritualizadas, isto é, as mais capazes de evolução para o que chamou de “aperfeiçoamento integral.” No entanto, organicamente, acreditava que não havia raças superiores.

Quando interrogou a existência de uma raça brasileira, comparou dois intelectuais nacionais, considerando que Alberto Torres, mesmo não acreditando em superioridade orgânica racial, e Oliveira Viana, credibilizando o preconceito racial, aproximavam-se quando acreditavam que a raça brasileira era suscetível a uma “melhoria”, já que se encontrava instável e indefinida em relação a um padrão racial. Concordava com Tristão de Ataíde, para quem a individualização de uma alma brasileira seria caldeada num meio físico-social diferente do europeu e do norte-americano; e por orientação filosófica ministrada por missionários católicos, igualmente diferente do modelo europeu e norte-americano. E este é um ponto que não podemos deixar de lado, pois demonstra a possibilidade de concordar com a filosofia católica na criação da nacionalidade, mas

---

<sup>267</sup> No contexto nacional, era o momento das discussões da Constituinte, que envolvia uma política imensamente restritiva. No contexto internacional, por exemplo, em julho de 1933, Hitler assinava a Lei para a Prevenção de Doenças Hereditárias (*Erbgesundheitsgesetz*) ou Lei de Esterilização, elaborada pelos higienistas raciais Ernst Rüdin e Arthur Gütt e pelo jurista Falk Ruttke, e baseada no modelo americano de Harry H. Laughlin. No início de fevereiro de 1934, chegaram a imprensa paranaense as notícias sobre as novas leis de Hitler, e *O Dia* publicou matéria na qual explicitou que no intuito de ver a raça germânica sã e se aproximando do tipo ariano, decretava imediatamente a esterilização dos débeis mentais e portadores de taras hereditárias, exigindo exames pré-nupciais, e recomendando a escolha para contrair matrimônio com os tipos de olhos claros e cabelos louros. (*O DIA*, 04/02/1934, p. 3). O texto de Homero de Mello Braga vinha, nesse sentido, defendendo a questão racial e de nacionalidade na contramão do modelo nazista de pureza.

sobretudo de fazer parte do grupo de tomistas do Círculo de Estudos Bandeirantes. Assim, firmando a existência de uma raça brasileira diferente, não inferior e de características que deveria se defender, admitiu a influência do meio físico-social para a transformação da raça e para a assimilação do estrangeiro. No entanto, o problema da imigração foi visualizado pelo viés da conservação das características consideradas nobres na raça brasileira. (CORREIO DO PARANÁ, 25/03/1934, p. 1). E nessa argumentação e debate não cabiam os conceitos de superior ou fortes.

Nosso cuidado mais vigilante deve ser o de preservar essa raça de influências que lhe deturpem a índole espiritual inculcada pela educação cristã, ao mesmo tempo que defender a nacionalidade da inscrição de colônias, perigo já denunciado por Alberto Torres.

Essa preservação da raça e essa defesa da nacionalidade, serão promovidas sob a influência do elemento mais valioso de caldeamento e assimilação: a família.

O sentido de colônia a que se referia Alberto Torres era de núcleos segregados da comunhão brasileira. Esse era um dos aconselhamentos que Homero de Mello Braga defendeu. Nesse sentido, Homero de Mello Braga se colocou contra imigrações dos elementos cujos credos religiosos ou preconceitos raciais poderiam os inibi-los ou torná-los infensos ou opostos a uma integração na sociedade brasileira. (CORREIO DO PARANÁ, 25/03/1934, p. 1). Conforme seu depoimento ao inquérito, preferia incentivar e favorecer a imigração de elementos que mais rapidamente se integrassem. Assim, a família brasileira era a melhor arma contra a “arianização” sonhada por Oliveira Viana. (CORREIO DO PARANÁ, 25/03/1934, p. 8).

Para Braga (1934), poderia-se avaliar o grau de assimilação do imigrante pela verificação das características brasileiras nas suas gerações. Conforme relatou, utilizando uma metáfora médica, “a ferida da transplantação cicatriza, na decorrência daqueles fatores, mais ou menos rapidamente conforme esta ou aquela raça que emigra”. Havia, assim, explicou, “as cicatrizações em primeira geração, sem segunda, em terceira, etc.”

Ao falar do caso da imigração síria, acreditava que era forçoso reconhecer que a cicatrização, conforme sua metáfora, seria em primeira geração. Ou seja, os imediatos descendentes dos colonos sírios já eram integralmente brasileiros. Assim, Homero de Mello Braga, talvez no intuito de não se posicionar de forma abrupta diante dos outros depoentes, afirmou que não existia preocupação ou espírito de união contra os elemento sírio, mas uma preocupação em fundir-se, o mais intimamente possível com a raça da sua nova e logo única pátria. E a partir do momento em que estivessem assimilados, como brasileiros, afirmou que não cabia esmiuçar a interferência dos sírios na vida econômica do país, pois,

independente da atividade, agrícola, industrial ou comercial, toda ela era nobilizante desde que propulsora do progresso da nação. Apesar das tentativas de Homero de Mello Braga em criticar o racismo advindo do darwinismo social ou a “ilusão naturalista que tomou conta dos letrados do XIX” (CORREIO DO PARANÁ, 25/03/1934, p. 1), as opiniões majoritárias no Paraná advieram dos esforços do Instituto da Ordem dos Advogados, que encabeçou a campanha contra saíram vitoriosos, pois Getúlio Vargas vetou o projeto.

Lembrar o que Alcir Lenharo (1986), em *Sacralização da Política*, estudando o período de Vargas, afirmava: “Sangue-sêmen, princípio de vida. Sangue-doença, portador de destruição e de desgraça, ameaça de morte.” Lenharo nessa ocasião refletia similaridades entre os fascismos na questão imigrantista.

No governo Vargas, esclareceu Lenharo, o corpo estava na ordem do dia, mas o corpo que devia ser modelado. (LENHARO, 1986, p. 75). Assim, como objetivos estavam os cuidados para com os corpos que trabalham, a reposição da moralidade da mulher e da criança, os cuidados com a educação física do corpo, o tratamento eugênico do corpo e da mente, e a segurança moral da família era privilegiada na modelagem social dos corpos. (LENHARO, 1986, p. 107).

Em referência às leituras nazistas relacionadas à raça, Lenharo evoca:

Sangue-sêmen, princípio de vida. Sangue-doença, portador de destruição e de desgraça, ameaça de morte. Sangue coletivo - signo da possibilidade de violência. Sangue saudável, nacionalidade saudável, trabalhador saudável. Sangue puro, raça pura. Sangue e ameaça social: a mesma visão temerosa da invasão sub-reptícia das doenças venéreas circula pelo discurso político, sempre a evocar a ameaça da infiltração pelo discurso político, sempre a evocar a ameaça da infiltração de “focos ideológicos e raciais” no corpo do país. O imigrante vem de fora, é desconhecido e estranho à substância nacional; pode ser potencialmente um elemento infiltrado de corrosão da saúde da nação. Nesse caso, o sangue é tomado como instrumental científico; o biológico tem ampla ascendência sobre o psicológico, de modo a determinar a integridade moral e cultural do cidadão. Sangue, império da raça. (LENHARO, 1986, p. 112).

A política imigrantista brasileira na década de 1930 tinha esse caráter do sangue intrínseco em seus discursos. Os intelectuais foram responsáveis também por essas discussões, e os que estavam vinculados à política de Vargas tinham no português o imigrante ideal. Em seguida vinham os latinos, tanto italianos quanto espanhóis. Eram favoráveis aos eslavos como os poloneses, os alemães não eram negados e entusiasmavam-se com os nórdicos. Por outro lado, negavam o direito de imigração aos negros - excluindo toda e qualquer etnia! -, asiáticos - japoneses e judeus. (LENHARO, 1986, p. 114-115). Esses debates foram vislumbradas na Constituinte de 1933.

Mais de dez anos depois, Homero de Mello Braga tornou a discutir a temática publicamente, em um contexto de fim da Segunda Guerra Mundial, quando Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, que frisou a política imigratória do Brasil. Consubstanciada nos três primeiros artigos, conferiu à política imigratória uma orientação racional e definitiva, que visava proteger os interesses dos trabalhadores nacionais e desenvolver a imigração como fator de progresso - preservando e desenvolvendo na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência europeia.<sup>268</sup> Mantinha-se também a entrada de uma cota máxima de 80.000 imigrantes por ano, conforme vigorava na Constituição de 1934, defendida por Miguel Couto, Artur Neiva, Xavier de Oliveira, Edgar Teixeira Leite. O art. 96 delimitou que o Conselho de Imigração e Colonização passaria a ser constituído de treze membros que serviriam em comissão.<sup>269</sup>

A mudança de regime político em outubro de 1945, seguida de eleições em 2 de dezembro de 1945, e a posse de Eurico Gaspar, em 31 de janeiro de 1946, propiciou a abertura da imigração, no entanto, parte dos funcionários do segundo e terceiro escalões conservaram seus antigos cargos, e tendo alguns deles vivenciado quinze anos de política restritiva acabaram por considerá-los relevantes. (ANDRADE, 2005 *apud* LESSER, 2003, p. 277-87; BERTONHA, 1997, p. 106-30).

A palestra *Genética, Eugenia e Imigração*, ministrada quando ocupava a Presidência da Associação Médica<sup>270</sup>, ocorreu em 26 de abril de 1946, na sede da Associação, situada na rua XV de novembro. Conforme o jornal *O Dia*:

Dada a relevância do assunto em face das medidas de ordem constitucional que devem ser tomadas para regulamentar essa matéria, e de grande valor a contribuição que podem os médicos trazer para o debate do problema, sendo de toda oportunidade o seu estudo sob o ponto de vista da Genética e da Medicina. (O DIA, 26/04/1946, p. 3).

A ordem constitucional dos corpos em seu viés da normalidade deveria ser um dos pressupostos nos atributos para a imigração e deveria ser ainda motivo de regulamentação.

---

<sup>268</sup> O decreto negava concessão de vistos a estrangeiros menores de 14 anos sem companhia de responsável, indigentes ou vagabundos, que não satisfaziam as exigências de saúde prefixadas, nocivos à ordem pública, à segurança nacional e à estrutura das instituições, anteriormente expulsos do país ou condenados por crimes em outros países.

<sup>269</sup> Destes, sete eram de livre nomeação do Presidente da República e seis eram os diretores do Departamento Nacional de Imigração Divisão de Polícia Marítima Aérea e de Fronteiras, o chefe da Divisão de Passaportes e o representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Divisão de Terras e Colonização e Serviço de Saúde dos Portos.

<sup>270</sup> Conforme *O Dia*, a nova diretoria presidida por Homero Braga assumiu a Associação em janeiro de 1946, com gestão de um ano. (O DIA, 04/01/1946, p. 5).

Nesse sentido, o médico seria figura chave no diagnóstico dos indivíduos candidatos a imigrante e seu olhar clínico deveria ocorrer no ponto de vista genético e médico.

Retomando a propaganda do dia 25 de abril de 1946, referente à palestra *Genética, Eugenia e Imigração*, em que Homero de Mello Bragaalaria “os problemas que a imigração anunciada para breve pode criar para a nossa raça” (DIÁRIO DO PARANÁ, 25/04/1946, p. 1; O DIA, 25/04/1946, p. 3), interrogamos quais eram os problemas que poderiam ser causados, e ainda, qual era a imigração anunciada para breve.

Durante o mês de outubro 1946, o Governo Dutra enviou três comissões de seleção de imigrantes à Europa, liderados por Hélio Lobo. Os critérios adotados na pesquisa *in loco* para a seleção dos refugiados e deslocados foram elaborados pelo Chefe das Comissões de Seleção e membro do Conselho de Imigração e Colonização, o sr. Artur Hehl Neiva - filho de Arthur Neiva. Em 6 de fevereiro de 1947 enviou um relatório da relação de refugiados em potencial e assim os dispôs, em ordem de prioridade: “debaltas (lituanos, letões e estonianos), ucranianos, poloneses, russos brancos (não comunistas) e iugoslavos.” (NEIVA, 1949 p. 42). Fruto dessa política de seleção dos refugiados pode ser visualizada quando, em 1948, o Estado do Paraná fez um acordo para receber perto de mil imigrantes poloneses e ucranianos, que estavam localizados nas zonas de trabalho agrícola. (A DIVULGAÇÃO, fev/mar/1948, p. 7).

Acrescentamos ainda a criação da Organização Internacional para os Refugiados (OIR), em 31 de dezembro 1946, e, embora tenha iniciado seus serviços em fevereiro de 1947, visou à proteção e à assistência aos refugiados e aos deslocados. Sua atuação foi de suma importância, tanto que, em dezembro de 1950, o Brasil já havia recebido mais de 24 mil refugiados de guerra por intermédio da OIR. (O DIA, 24/12/1950, p. 3).

Nesse sentido, pelo grande número de estrangeiros em condições de refugiados, que, em 1949, no texto *O Melhor Imigrante*, Braga retornou a discutir a temática, pois, conforme escreveu, suas considerações não estavam sendo levadas em conta, já que teve oportunidade de acentuar as questões em palestra proferida na Associação Médica do Paraná “há três anos.” (BRAGA, 1949, n. 19-20-21, p. 8). E prosseguiu Braga que para aquela palestra se voltava a chamar atenção dos administradores do Estado.

Nesse contexto, a iniciativa paranaense foi de abrir as portas aos imigrantes refugiados<sup>271</sup>, com a criação da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, uma

---

<sup>271</sup> Refugiados eram considerados indivíduos que, “devido a conflito armado ou ao regime político vigente nos seus países de origem, e na impossibilidade de gozarem de proteção nacional, se vêem obrigados a se dirigir a outros Estados em busca de proteção internacional”. (ANDRADE, 2005).

organização de administração pública do Governo Lupion no início de 1948.<sup>272</sup> Cabia à Fundação estudar as correntes imigratórias que começavam a se deslocar do mundo do após guerra e a sua canalização ao território paranaense. (O DIA, 26/03/1950, p. 2). Foi nesse sentido que Homero de Mello Braga escreveu um texto público a respeito da questão, retomando as questões abordadas na Associação Médica do Paraná, em 1946, que discutiu igualmente a questão imigratória do após guerra.

Assim, segundo Braga (1949), era evidente que vastas regiões do território comportavam e estavam a exigir melhor aproveitamento de suas potencialidades. No entanto, a incorporação do imigrante à família brasileira poderia acarretar a incorporação de taras, deficiências e defeitos hereditários, que eram visualizados em todos os grupos étnicos, anglo-saxões, latinos, asiáticos ou eslavos.

A preocupação do médico Homero de Mello Braga, nesse sentido, é racista em termos biológicos, pois afirma que a debilidade mental era transmissível aos descendentes, da mesma forma que a delinquência não estava aliada somente ao ambiente de má educação, era hereditária também, conforme suas afirmativas. O assunto, no entanto, foi objeto de disputa em anos anteriores no campo médico paranaense, sobretudo na Associação Médica do Paraná.

Nas edições de janeiro a abril de 1946, a *Revista Médica do Paraná* publicou em suas notícias médicas que em setembro ocorreria um Congresso Brasileiro de Medicina na capital federal. Dentre os assuntos elencados, citamos o de número dois, cujo tema era *Política imigratória continental no aspecto médico e racial*, presidido pelo professor A. Austregesilo. O tema tinha dois flancos de discussão, o aspecto médico, com a *Seleção do imigrante para o território americano*, e o aspecto racial, *A mestiçagem é favorável ao brasileiro*. (REVISTA MÉDICA DO PARANÁ, n. 1, 1946, p. 62).

Os artigos revelam alguns debates que o campo médico, por meio da revista da Associação Médica do Paraná, buscava estabelecer. Na edição seguinte, aparecia a notícia acerca da palestra de cunho científico-cultural efetivada em 26 de abril de 1946, por Homero de Mello Braga, naquele momento ocupante da presidência da Associação Médica do Paraná, ou seja, estava em condições de autoridade dentro do campo médico e tinha em suas mãos o *spectron*, ou cetro evidenciado por Bourdieu. Portanto, estava em condições do

---

<sup>272</sup> Criada nos primeiros três meses de 1948, entrou em funcionamento somente em dezembro de 1949, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração foi presidida por Francisco Pereira e organizada por João Viale, Oscar Borges de Macedo, José Maria de Paula, Angelo de Lara Viale e Carlos Lamberg. (O DIA, 24/12/1949, p. 1).

direito de inferir na temática da imigração, Genética e Eugenia. É basilar enfatizar também que era o próprio Homero de Mello Braga quem ditava as pautas do campo médico, nesse momento em debate com o campo genético - espaço que visionava como promissor e desejava ocupar.

No texto de 1950, Homero de Mello Braga relatava que pouca repercussão havia ocorrido em relação à 1ª Conferência Nacional de Imigração e Colonização, em Goiás. Retoma que essas discussões já tinham ocorrido na reunião de 1946, na Associação Médica do Paraná, e para tanto afirmava que:

Pouco se têm lembrado de que os imigrantes tão desejados serão os troncos de futuras gerações de brasileiros. No processo natural de aculturação eles e seus descendentes serão fatores de miscigeinização ao se cruzarem com os nacionais, cruzamento este que é até preconizado para evitar a formação de “quistos” cuja existência causa tanto alarme aos que pouco confiam nas nossas organizações policiais. E incorporando-se à família brasileira, para ela trarão suas taras, suas deficiências e defeitos hereditários, se não nos precavermos contra a entrada dos elementos mal dotados. (BRAGA, 1949, p. 9).

Como salientamos, Homero de Mello Braga inseriu seu olhar em todos os grupos étnicos. Flertou ainda com a Criminologia e a questão da hereditariedade. Confirmava que:

Não há mais dúvida que certas formas de debilidade mental são transmissíveis à descendência e poucos são os que ainda acreditam ser a delinquência fruto apenas de má educação. Não é só o ambiente que faz o criminoso. Na grande maioria dos casos, o principal fator da inclinação para o crime é a herança, conta a qual pouco podem todos os recursos da pedagogia e do meio. (BRAGA, 1949, p. 9).

Homero de Mello Braga parece fazer o caminho contrário aos sociólogos e pedagogos, por exemplo, pois, a partir do ambiente inconveniente para boa criação, chamava a atenção para a herança. É um brado pelo caráter biodeterminista na influência à criminalidade na narrativa de Braga (1949).

E continuava relatando que, em vários “países civilizados”, os governos tomavam atitudes que tinham como medidas a tendência a impedir a proliferação dos indivíduos reconhecidamente perigosos para a sociedade, medidas que em certas regiões chegavam até a esterilização obrigatória, conforme relatou Homero de Mello Braga.

Contrariamente a essas aplicações de Eugenia Negativa, levantaram-se muitos obstáculos, e relata o médico que “por longo tempo ainda, será a propaganda dos preceitos da Eugenia Positiva que nos proporcionará os meios de elevar o padrão genético da raça pela eliminação dos fatores de caracteres indesejáveis.” (BRAGA, 1949, p. 9).

E recusemos todos aqueles, e qualquer raça ou nacionalidade, que possam depreciar tipo brasileiro, antropologicamente um dos melhores no depoimento de

Roquette-Pinto e intelectual e moralmente tão bom quando os melhores. Para essa seleção não nos importaremos porém com a forma da pálpebra bem a cor da pele. (BRAGA, 1949, p. 9).

O uso de Roquette-Pinto é relevante de ser pensando na trajetória de Homero de Mello Braga na medida em que as pesquisas do antropólogo-físico significou uma mudança de perspectiva nos sentidos de se pensar nacionalidade. Nos anos 1930, conforme descreveu Souza (2011), Roquette-Pinto coletou nas populações brasileiras dados como cor de pele, tipo de cabelo, estatura, perímetro do tórax, impressões digitais, índices faciais, cefálicos e nasais. Com base na frequência de certos tipos raciais, o antropólogo produziu tipos intermediários dentro do tronco das três raças. Assim, Roquette-Pinto comprovou com bases científicas da Antropologia Física que a miscigenação não degenerava a raça nacional mas, ao contrário, fortificava a raça em termos de diversidade genética.

Homero de Mello Braga utilizava o novo arsenal teórico para compreender a nação brasileira.

Povo resultante do caldeamento de três raças, constituindo um patrimônio hereditário que abriga gens do branco, do negro e do índio, não será este povo, certamente, em cujos sentimentos não vingam os preconceitos de cor, que fará distinções entre os gens amarelos ou louros - ficamos assim - da cor da pele e do cabelo. (BRAGA, 1949, p. 9).

O uso do conceito de gens, patrimônio hereditário, por vezes é usado em contradição ao conceito de raça, que passa a ser pouco utilizado, e deve ser considerado com relevância, assim como a tecla da crítica ao preconceito de cor, quando afirma “(...) mas não se franqueiem os nossos portos a todos os imigrantes de olhos horizontais e pele branca, só porque são europeus. A cor da iris não é garantia de um patrimônio hereditário de primeira ordem.” (BRAGA, 1949, p. 9).

E a partir dessa crítica, Braga (1949) passa a defender o uso dos estudos dos geneticistas nos portos, a fim de observar e examinar os imigrantes em questões para além das discussões sanitárias do país, mas puramente eugênicas, assim como ocorreu durante décadas nos Estados Unidos da América.

Se desejarmos agir acertadamente com patriotismo e sabedoria, deixamos de lado preconceitos e percentagens e busquemos os imigrantes, de onde eles se dispunham a vir para o nosso país, e só entre os que não apresentem, ao estudo do geneticista, em si ou em sua família, aqueles gens dominantes ou recessivos que são os fatores de caracteres indesejáveis, quer sob o ponto de vista médico pelas afecções, defeitos ou doenças que podem produzir, quer sob o ponto de vista social pela deficiência mental e moral que gera os desajustados e os delinquentes. (BRAGA, 1949, p. 9).

Constatamos que a preocupação criminológica se fez presente novamente quando conclui ser um problema de natureza médica e genética, mas, sobretudo, social. Para Homero de Mello Braga era necessário ouvir tanto economistas, que reclamavam por braço de trabalho para a indústria e a lavoura, como também deveriam ser ouvidos os higienistas, que pediam braço e homens sadios. E, nesse momento, Braga (1949) caracterizou o papel do geneticista como indispensável ao processo de seleção do imigrante.

O geneticista era considerado o único capaz de refugar o debil mental e o huntingtoniano, não só quando essas e outras taras sejam aparentes como quando estejam latentes, como faz o médico da imigração ao proibir o indivíduo portado de germens. A entrada de indivíduos nessas condições constitui grave ameaça. E o mais perigoso não é o que sofre de doença infecto-contagiosa. Este pode, geralmente, ser curado e, se escapar do crivo de inspeção, haverá meios de segregá-lo durante o tempo que durar o contágio. Ao passo que o portador de gens indesejáveis prolongará o malefício da sua presença por gerações e gerações, séculos afora. (BRAGA, 1949, n. 19-20-21, p. 9).

O comentário de Braga (1949) se distanciava cada vez mais das diferenças entre a Eugenia e o Higienismo, demonstrando as questões da continuidade proporcionada pela Genética. A proposta era admitir o imigrante perante uma rigorosa seleção, estudando as características individuais de cada pretendente a imigrante.

No contexto ainda da expansão da fronteira nacional agrícola para o oeste paranaense, Homero de Mello Braga fez apontamentos referentes à política de migração e organização da população. Em 1950, Moysés Lupion estava no Governo do Estado (1947-1951), e Homero de Mello Braga era mais próximo de Bento Munhoz da Rocha Neto, que ganharia as eleições seguintes, pelo mandato de 1951 a 1955.

Assim, ao mesmo tempo em que apresentava o papel do geneticista no aspecto da imigração, fazia uma crítica ao Governo de Lupion (1947-1951), que estava desatualizado e ao mesmo tempo apressado por braços, conforme podemos observar na fala de Braga (1949).

O problema da admissão de imigrantes deve ser condicionado, portanto, a uma seleção rigorosa, mediante o estudo individual de cada pretendente. Se não estevermos aparelhados para isso, que talvez pareça utopia aos apressados adeptos da imigração em massa, melhor será não aceitar nenhum, qualquer que seja sua nacionalidade. A deficiência de braços será compensada pelo amparo ao trabalhador nacional, do campo ou da cidade, encaminhando-o para zonas de maior produtividade, dando-lhe os meios de obter maior rendimento do seu trabalho pela mecanização da lavoura e racional exploração do solo e eiecando o seu padrão de saúde, nutrição e conforto. (BRAGA, 1949, p. 9).

Essa preocupação com o trabalhador nacional deve ser visualizada, pois se aproxima do pensamento de Alberto Torres, no âmbito nacional, ou de João Candido

Ferreira, na esfera estadual. Quando Homero de Mello Braga discorreu acerca dos “apressados adeptos da imigração em massa”, criticou diretamente o governo que estava na posição.

Braga (1949) pregou a análise individual dos pretensos imigrantes, mas mais relevantes os cuidados para com o trabalhador nacional, esboçando ainda as novas políticas que seriam projetadas junto de Munhoz da Rocha Neto, no incremento a campanhas contra a mortalidade infantil, defendendo de todas as formas a criança, considerada dentro do projeto do médico “como o melhor imigrante”. No entanto, barrar ou restringir certos tipos de imigrantes deve ser visualizado em relação direta com as políticas acerca da Genética das Populações. Conforme visualizamos na introdução do capítulo 2, Frota-Pessoa, em *Genética Humana: Estado presente e perspectivas* (1960), relatou que a Eugenia era um dos ramos da Genética das Populações. Devemos manter essa linha de proximidade, pois são campos que se relacionam incessantemente. O sentido de restrição de um tipo de imigrante, por natureza debilitado e impertinente para a formação da nação, era evidenciado no texto de Homero de Mello Braga.

As considerações deste capítulo, em que privilegiamos a trajetória científica de Homero de Mello Braga, recaem em como na década de 1930 as discussões acerca da Eugenia influíram o ensino de Medicina. A tuberculose infantil, especialidade à qual Braga se dedicou, fez parte dos estudos de Pediatria, e permitiu o engajamento cada vez maior na questão da Eugenia, da Puericultura, mas também da Biologia Educacional na formação de pedagogos. Buscamos demonstrar essas aproximações e frisamos que, na Universidade do Paraná, as preocupações com a reprodução e infância se aliaram como práticas eugênicas e se fizeram presentes nas produções intelectuais dos médicos. E aqui queremos afirmar que a Puericultura foi uma forma de Eugenia que era internalizada pelos intelectuais e médicos, que lhe deram esse sentido prático. Nas décadas seguintes, 1940 e 1950, as práticas de Puericultura foram hegemônicas nas políticas públicas, o que indicou um amplo trabalho de argumentação em prol da infância em suas formas de normalidade, em contradição à anormalidade, mas, sobremaneira, a legitimação de toda uma estrutura física de saúde pública, já que deveria atingir a camada proletária que vivia em bairros periféricos de Curitiba, e ainda, atingir pontos do interior do Estado, construindo Postos de Puericultura e levando profissionais capacitados para a efetivação do serviço.

### CAPÍTULO 3 EMERGÊNCIA DO LABORATÓRIO DE GENÉTICA NA UNIVERSIDADE DO PARANÁ E SEUS INTEGRANTES

Como diretor do Departamento de Biologia, Homero de Mello Braga foi o responsável pela vinda do cientista Newton Freire-Maia ao Paraná, em 1951, assim como o angariador de valores para a montagem do Laboratório de Genética, que possuía o apoio irrestrito do diretor da Fundação Rockefeller.

Há uma historiografia que visualiza as ações da Fundação Rockefeller como uma agência que buscava a cooptação (*cooling-out*), no sentido de atrasar e evitar as mudanças estruturais mais radicais. Acerca do modelo utilizado pela Fundação Rockefeller, Marinho (1993, p. 1, *apud* ARVONE, 1982) chama atenção para o “ensino elitista, voltado a um pequeno grupo”, e que são por vezes instituições filantrópicas porta-vozes de uma ideologia conservadora. (MARINHO, 1993, p. 17, *apud* ARVONE, 1982). Essa linha interpretativa faz referência aos estudos de Robert Arnove (1982) que, em *Philanthropy and Cultural Imperialism: The Foundation at Home and Abroad*, mencionou que instituições como Carnegie, Rockefeller e Ford, com seus financiamentos e modelos, ajudavam a manter a ordem política e econômica, preservando sempre os interesses da classe de filantropos. (MARINHO, p. 18, *apud* ARVONE, 1982).

No meio científico paranaense, porém, os financiamentos eram vistos com bons olhos. Note-se o caso do acadêmico Gastão de Abreu Pires, representante discente na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1947, que discursou a respeito da nova fase pela qual a Universidade passava, mas igualmente lamentava a situação financeira; em comparativo com o modelo das organizações universitárias estadunidenses, havia uma drástica distância.

Aonde temos no Brasil, os grandes donativos às universidades, excetuando as subvenções oficiais? Aonde em nosso país, vemos o exemplo de uma Rockefeller, auxiliando com a metade dos recursos financeiros da Universidade de Chicago, e um Vanderbilt, sustentando a Universidade de Nashville, a Atenas do Sul norte-americana, para não falar em outros tantos?

Deprimente e dolorosamente porém, estamos bem cientes das possibilidades e da não realização de auxílios financeiros de vulto às nossas universidades e bibliotecas. Por parte de nossos magnatas salvo casos verdadeiramente esporádicos. (PIRES, 1948, p. 71-72).

Apesar de lamentar a falta de cifras e também a falta de magnatas paranaenses que se interessassem pelos investimentos, o acadêmico demonstrava ânimo com a criação da Universidade em 1946, que inaugurou cursos científicos e especializados, novas cátedras

técnicas e auxiliares, condições melhores aos estudantes pobres e uma completa racionalização do ensino.

Marcos Cueto (1994), em *Missionaries of science: the Rockefeller Foundation and Latin America*, livro advindo das discussões referentes à filantropia e ciência na América Latina, ocorridas em 1991, no Rockefeller Archive Center, em Nova York, defendeu a necessidade de referenciais próprios para análise da ciência em países periféricos. Segundo Benchimol (1995), o livro mostra “como o ‘lado receptor’ percebeu as ações da fundação, e que motivações o fizeram acatar ou combater estas ações.” (BENCHIMOL, 1995, p. 1).<sup>273</sup> Ou seja, Cueto (1994) visualizava o poder de agenciamento dos intelectuais e pesquisadores brasileiros em diálogo com a Fundação Rockefeller, demonstrando os pontos e fatores que se tornaram fecundos às pesquisas em Genética no Brasil. O primeiro ponto a se repensar era a ideia da preexistência de pesquisadores que já atuavam na área e que estavam atualizados com as pesquisas de seu tempo.

O segundo ponto foi o tipo de mosca – *drosophila* – em estudo, e a diversidade ambiental das florestas brasileiras, que se mostrou particularmente adequada aos estudos de população genética e evolução. O terceiro ponto foi a notável capacidade de cooperação entre os pesquisadores brasileiros, treinados no núcleo comum da USP, que permitiu a reformulação de conceitos e a detecção de novas linhas de investigação e intercâmbio de informações. O quarto ponto elencado por Marcos Cueto foi que as pesquisas em Genética foram favorecidas pela adesão de segmentos da comunidade acadêmica e da burocracia brasileira às teorias ligadas à Eugenia, que defendiam o aperfeiçoamento da espécie via seleção genética e controle da reprodução (CUETO, 1994, p. 159 *apud* ABRANTES, 2008, p. 23).

As reflexões de Cueto (1994) são relevantes, na medida em que Freire-Maia fez parte do campo científico que emergia no que se chamou núcleo comum da USP. Este foi o espaço institucional de sua formação científica e lugar social de suas primeiras produções científicas. O quarto ponto em especial nos é pertinente, na medida em que a Genética teve de fato uma adesão, mesmo que tardia, em algumas trajetórias intelectuais paranaenses, facilitada por conta de haver uma rede de intelectuais e de burocratas que flertavam com a Eugenia, mas que, sobretudo, intentaram lhe dar uma base mais sólida de estudo e de práticas.

---

<sup>273</sup> Segundo Benchimol, os autores analisam os diferentes, e sucessivos, planos de intervenção da Fundação Rockefeller nesta parte do continente, desde a saúde pública, ensino médico, capacitação técnica, financiamento de laboratórios de pesquisa, até a modernização da agricultura. (BENCHIMOL, 1995, p. 1).

Vanderlei Sebastião de Souza e Ricardo Ventura Santos (2014) em *The emergence of human population genetics and narratives about the formation of the Brazilian nation (1950–1960)* refletem como se desenvolveu a Genética das Populações Humanas no Brasil do pós-Segunda Guerra Mundial, evidenciando a Fundação Rockefeller na promoção da genética, além da relevância de Theodosius Dobzhansky da história da genética. Focaram ainda em como as pesquisas acerca de raça e mistura racial foram centrais nas pesquisas de Genética das Populações Humanas e que foram envoltas por preocupações nacionalistas. (SOUZA, SANTOS, 2014). Mostraram que as explicações referentes à diversidade genética humana brasileira seguiram de perto as interpretações que foram produzidas deste o fim do séc. XIX, como as noções de mistura racial e a ideia do Brasil como um laboratório racial. Na perspectiva da formação racial nacional, Souza e Santos (2014) citaram João Baptista de Lacerda, com *The metis, or half-breeds, of Brazil* (1911), Rüdiger Bilden, com *Brazil, laboratory of civilization* (1929), Edgar Roquette-Pinto, com *Ensaio de antropologia brasileira* (1933) até Pedro Henrique Saldanha, com *Fluxo de genes de populações brancas para populações negras no Brasil* (1957) e *O efeito da migração na genética de uma comunidade paulista* (1959), mas também a obra de Newton Freire-Maia chamada *Brasil: Um Laboratório Racial* (1973). Assim, para Souza e Santos (2014), as agendas dos pesquisadores visaram, a partir de conceitos biológicos, à reconstrução narrativa das especificidades históricas, demográficas e sociais que atuaram na formação da população brasileira. Essa narrativa foi nomeada por Lipphardt (2010; 2014) como bio-história de uma população humana. Perceberemos durante as discussões seguintes que a participação de Newton Freire-Maia na escrita dessa narrativa biológica da história e evolução das populações brasileiras ocorreu desde o início dos anos 1950.

### **3.1 Newton Freire-Maia: da Biologia Geral à Genética Humana**

Newton Freire-Maia (1918-2003) teve uma trajetória de vida na qual ocupou várias posições em campos distintos de atuação. Nasceu em 29 de junho de 1918, em Dores da Boa Esperança. Filho de Belini Augusto Maia e Castora Freire-Maia. Tinha seis irmãos, dentre eles Ademar Freire-Maia e Lineu Freire-Maia. Fazia parte de uma família com ligações nas letras e nas ciências, entrando em contato com a ciência e o laboratório desde muito cedo. Possuía acesso a diversas formas de capital cultural, e aqui citamos livros e instrumentos. O avô paterno de Newton, Domiciano Fulgêncio Maia, tinha um laboratório

onde pôde realizar observações e experiências. Esse avô foi ocupante da cadeira da Academia Dorense de Letras, lugar que Newton Freire-Maia também ocupou alguns anos depois. Já o pai de Newton Freire-Maia era Belini Augusto Maia, um farmacêutico da cidade de Boa Esperança. Conforme relatou, em sua infância, sua família apoiou a Revolução de 1930. (FREIRE-MAIA, 1988). Na mesma entrevista, admitiu que anos depois, antes de seus 18 anos, teve “um surto de interesse pelo integralismo — que durou uns três ou quatro meses”. Nesse período estava vivendo em Boa Esperança e após esse episódio da trajetória mudou-se para Belo Horizonte. Vivenciou experiências políticas de ruptura, causadas pela revolução que falhou, tornando-se conservadora, flertou com a política integralista que naquele momento se apresentava como uma solução renovadora. Essas vivências geracionais deram base para suas proposições políticas posteriores, mas, sobremaneira, sua forma de fazer ciência, não desvinculada da política, como apresentaremos adiante.

O acesso a esse tipo específico de capital cultural, o científico, possibilitou, por exemplo, uma de suas primeiras aventuras no mundo da literatura, com o livro chamado *Hereditariedade e vida*, que foi escrito, conforme Salzano (2003), quando era estudante secundário em Varginha e Belo Horizonte, e publicado em 1937.

Eram 500 exemplares que foram amplamente distribuídos entre parentes, amigos, a imprensa e intelectuais de diferentes áreas, inclusive do exterior. Assim, o Newton recebeu cartas neutras ou encorajadoras de pessoas tão importantes quanto Julian Huxley, Aléxis Carrel e Auguste Lumière (o co-inventor, com seu irmão Louis, do cinema). (SALZANO, 2003, s/p).

Essa primeira obra foi um esboço de uma disposição ou potencialidade para a ciência, na qual os acessos a bens culturais, como livros e bibliografias, dicionários, etc., permitiram tal produção. No entanto, colocou Freire-Maia (1995) ao lado contrário ao autodidatismo como método, como ele afirmou em sua lembrança de autobiografia.<sup>274</sup>

Interessante fonte de análise da trajetória de Freire-Maia é a entrevista concedida a Oswaldo Frota-Pessoa, Darcy Fontoura de Almeida, Alicia Ivanissevich e Myriam Regina Del Vecchio, na qual Freire-Maia rememora como se deu seu acesso à Biologia e à Genética.

---

<sup>274</sup> Em sua autobiografia, escreveu que “Relendo-o agora fico perplexo. Como é que eu consegui cometer tantos erros crassos em tão poucas páginas? Na realidade, é um livro que tem mais erros do que letras. E, por isto, tornou-me um inimigo violento do autodidatismo. Francamente, ninguém (a não ser um gênio) pode estudar sozinho e produzir algo que preste.” (FREIRE-MAIA, 1995).

No ano seguinte tive acesso a um livro de biologia geral, de Rita Almir de Rialva, que ganhei de um professor durante um retiro espiritual. Foi então, aos 16 anos, que eu tomei conhecimento das leis de Mendel. Foi uma paixão violenta pelas leis da genética, a determinação do sexo, os cromossomos X e Y e aquela história toda. Em Belo Horizonte interessei-me pelo estudo dos colóides, da alergia e da histamina. Paralelamente, outros amores também se manifestaram: o rádio e o jornalismo. Cheguei até a fazer dois concursos para locutor. (FREIRE-MAIA, 1988, s/p).

Em 1934 foi o seu contato com a teoria mendelista. No entanto, tinha um longo trajeto pela frente. Em 1936, partiu para Belo Horizonte, então com dezoito anos, período caracterizado por Freire-Maia como “de desorientação que durou quase dez anos”, pois queria “ser cientista, mas sem ter feito curso superior”. Nessa cidade, permaneceu até 1938, escrevendo com o pseudônimo de Guedes, e, mais tarde, Sílvio Ricardo. Partindo no carnaval de 1939 para o Rio de Janeiro, em contato com o doutor Carlos Luz, prestou concurso, sem sucesso, e trabalhou em uma Companhia de Seguros, a Minas Brasil, chefiada pelo próprio Carlos Luz. Em 1940 voltou a Boa Esperança para trabalhar de guarda sanitário e depois escreveu um livro acerca da história de sua cidade natal. Depois desse ano, mudou-se para Alfenas, para cursar a Escola de Farmácia e Odontologia; no entanto, ainda precisava finalizar o curso complementar e a graduação, que duraram quatro anos, conforme relatou em entrevista. Nesse meio termo, trabalhou como regente do ginásio, enquanto completava o curso.

Em 1943 consegui um dinheiro com meu pai para passar uma semana em São Paulo, onde o professor Theodosius Dobzhansky iria lecionar durante alguns meses. Assisti a algumas aulas dele e do professor André Dreyfus, no Departamento de Biologia da USP (Universidade de São Paulo). (FREIRE-MAIA, 1988, s/p).

Após esse curso com Dreyfus, que conhecera ainda no Rio de Janeiro anos antes, desejou trabalhar no laboratório de Dreyfus, e pediu ajuda ao amigo Leal Prado para conseguir uma bolsa de Estudos pela FFCL-USP, que tinha como diretor o próprio Dreyfus, para estagiar durante um mês no laboratório. O pedido foi atendido no ano de 1945, quando retorna para cursar com a bolsa de estudos.

Em entrevista, Freire-Maia relatou que:

No fim do mês, procurei o Dreyfus para receber o dinheiro da bolsa, pois tinha compromissos a pagar. Ele então perguntou o valor da bolsa, que era de 300 mil-réis. Imediatamente ele pegou seu talão de cheques e assinou a quantia. Percebi naquele momento que a bolsa tinha sido concedida por ele e não pela faculdade. Devo portanto ao Dreyfus essa minha estada em São Paulo. (FREIRE-MAIA, 1988, s/p).

Depois dessa participação, às vésperas do retorno a Minas, foi convidado por Dreyfus para trabalhar no Laboratório de Genética. Em uma outra entrevista, a José Wille, gravada em 1997 e publicada no jornal eletrônico *Paraná Portal*, verifica-se uma questão na rememoração de sua trajetória científica, uma escrita de si, conforme apontou Dosse (2011)<sup>275</sup>, revelando já conhecer o professor chefe do departamento desde o ano de 1945, quando foi convidado a trabalhar com Biologia e Genética.

Carvalho (2015), ao analisar o caso particular de Sérgio Buarque de Holanda, destacou que os estudos referentes à escrita de si dos intelectuais podem ser analisados a partir de suas produções autorreferenciais, que mobilizam o “eu” em primeira pessoa – correspondências, diários íntimos, entrevistas, bem como textos memorialísticos ou de caráter autobiográfico. Nesse sentido, levamos em conta essas rememorações acerca de sua trajetória científica.

Freire-Maia até mesmo exclamava como pôde modificar tanto suas pretensões científicas em início de 1946.

Aí, fiz vestibular para a USP e consegui fazer uma disciplina que tinha genética. Quando terminei essa disciplina, me deram a obrigação de lecionar genética no curso. Eu, recém-formado em Odontologia, dando aula de genética na USP! (FREIRE-MAIA, 1988, s/p)

Foi uma mudança de campo de atuação significativa, já que a Genética era um campo que vinha se legitimando e estava em pleno processo de expansão no Brasil, conforme demonstraremos no caminhar da tese.

Conforme o jornal *Correio Paulistano*, de 4 de setembro de 1946, Newton Freire-Maia foi caracterizado por José Portes Pereira, da Biblioteca da Imprensa Oficial de Minas Gerais, como um “jovem biologista e escritor”. (CORREIO PAULISTANO, 04/09/1946, p. 11). Nesse momento, Newton Freire-Maia já estava fixado em São Paulo, trabalhando no Laboratório de Genética da FFCL-USP.

Durante os anos de 1946 e 1947, Newton Freire-Maia efetivou a Graduação em Biologia Geral pela USP. Em entrevista, afirmou que

Ao chegar a São Paulo, alguns amigos me convenceram a fazer o vestibular para o curso de história natural. Não esperava ser aprovado. Fiz dois anos de biologia geral, período em que fui aluno de Dreyfus e de dois moços mais jovens que eu: o Crodowaldo Pavan e o Antônio Brito da Cunha. (FREIRE-MAIA, 1988, s/p).

---

<sup>275</sup> Dosse mobilizou a noção de escrita de si em estudo sobre Pierre Nora e a os *Ensaio de Ego-História*, conforme pesquisas de Carvalho (2015; 2018).

Na USP prestou serviços técnicos, que era a própria pesquisa, e após graduar-se, dedicou-se aos serviços didáticos. Conforme autobiografia *O que passou e o que permanece* (1995), em 1948, Frota-Pessoa lhe perguntou se conhecia um padre de Curitiba que aceitava a teoria da evolução e era um cientista. Tratava-se do Padre Jesus Santiago Moure, e este foi o primeiro contato com cientista do Paraná antes da chegada de Homero de Mello Braga, em 1950. Depois de trabalhar durante esses cinco anos no Laboratório de Genética da USP junto de Dreyfus, Newton Freire-Maia aceitou o convite para trabalhar na Universidade do Paraná.

Formiga (2007), na tese *A Escola de Genética Dreyfus-Dobzhansky*, comentou que o reconhecimento do trabalho de Dreyfus no âmbito nacional contribuiu para que o Departamento de Biologia, do qual fazia parte, fora escolhido como sede de desenvolvimento da Genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, com financiamentos da Fundação Rockefeller. (FORMIGA, 2007, p. 70).

Souza *et al.* (2013), em *História da genética no Brasil: um olhar a partir do Museu da Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, relata que Dreyfus defendeu o mendelismo desde o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e que ocupando a cátedra de Biologia Geral formou um grupo de jovens pesquisadores como Crodowaldo Pavan, Antonio Brito da Cunha e Rosinha de Barros, que trabalharam como seus assistentes. (SOUZA, *et al.*, 2013, p. 678).

De 1937 a 1956, o Departamento de Biologia foi considerado o centro brasileiro de Genética de *Drosophila*, conforme apontou Formiga (2007, p. 71), tornando-se referência internacional em estudos de evolução nas áreas tropicais. É desse grupo que emergiu Newton Freire-Maia, juntamente com pesquisadores como Oswaldo Frota-Pessoa, Cora de Moura Pedreira, Francisco Mauro Salzano, que se desviaram para a Genética Humana, já que estavam intimamente ligados aos estudos das genéticas de populações de *Drosophilas*; no entanto, o material experimental era o gene humano. (FORMIGA, 2007, p. 72).

Santos e Souza (2014) evidenciaram que geneticistas de diferentes partes do país, que treinaram com *Drosophilas* técnicas e teorias da biologia evolutiva experimental, começaram a ressignificar a história da formação biológica da população brasileira com ênfase nas questões da miscigenação. Corroborando com a ideia, Formiga (2007) explanou que, alocada na FFCL-USP, a escola em questão foi responsável por alguns desdobramentos nacionais. Dentre eles citou a formação de novos grupos de Genética que se espalharam pelo país, como se pode verificar a partir das ações de Homero de Mello

Braga, no sentido de criar o Laboratório de Genética, dentro da Cátedra de Biologia Geral da FFCL-PR, que foi coordenado por Newton Freire-Maia. O segundo aspecto foi o desenvolvimento da Genética Humana, especialmente aplicada à Medicina.

Formiga (2007) citou o mútuo interesse que ocorria entre o Departamento de Biologia e a Fundação Rockefeller. De um lado, o auxílio financeiro, envolvendo infraestrutura e concessão de bolsas de estudos. Além disso, desenvolvimento da Genética e Ecologia de *Drosophila*, além de produção científica e reconhecimento entre pares. Do outro lado, o interesse por dados acerca da evolução nos trópicos, que fez o geneticista Theodosius Dobzhansky (1900–1975) se deslocar de Columbia para o Brasil, para desenvolver sua teoria. (FORMIGA, 2007, p. 71).

Conforme especificado em *Histórias da Genética no Brasil*<sup>276</sup>, foi Dobzhansky quem editou a síntese evolutiva moderna, *Genetics and the Origin of Species*, obra publicada em 1937, e ensinou aos integrantes do Laboratório sua lógica de pensamento. Buscou em sua trajetória trabalhar experimentalmente a Genética, comparando a evolução em ambiente tropical, no Brasil, e o ambiente temperado, nos Estados Unidos. Conforme entrevista, era um humanista e não se acovardou diante do racismo.

Dreyfus não era um cientista e experimentalista da Genética. No entanto, foi um formador da geração. O contato de André Dreyfus com Newton Freire-Maia implicou uma bolsa de estudos para os primeiros estudos acerca de Genética no Laboratório de Genética da FFCL-USP. Essa configuração deve ser evidenciada, pois a inclusão de Newton Freire-Maia nessa Escola de Genética Dreyfus-Dobzhansky abriria espaço para as futuras parcerias entre o Laboratório de Genética Humana e a Fundação Rockefeller.<sup>277</sup> Mas fazia parte, igualmente, das críticas científicas ocorridas com o fim da Segunda Guerra Mundial, e de como a atuação científica deveria ser irremediavelmente política.

Ainda em relação a essa crítica científica, no Brasil, foi criada a revista *Cultus*<sup>278</sup>, uma revista ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), criado

---

<sup>276</sup> Referência a um rol de entrevistas com geneticistas brasileiros, que visou contemplar a emergência do campo da Genética no país, seus cientistas, suas pesquisas. A entrevista está disponível na plataforma youtube. As entrevistas são divididas em cinco capítulos, Os Fundadores, Dreyfus, Dobzhansky, Genética Humana e Pavan. *Histórias da Genética no Brasil*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=126&v=lQBMWRdMF18](https://www.youtube.com/watch?time_continue=126&v=lQBMWRdMF18) Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>277</sup> Essas foram relações que se mantiveram, como podem ser vistas, em 1952, quando Newton Freire-Maia agradecia ao professor Theodosius Dobzhansky por ajudá-lo na análise dos dados e no preparo do manuscrito *Frequencies of Consanguineous Marriages in Brazilian Populations* (1952), denotando uma relação de proximidade entre os dois.

<sup>278</sup> Trata-se do periódico CULTUS. São Paulo: Instituto Brasileiro de Educacao, Ciencia e Cultura, Seccao de Sao Paulo, 1949-1961. Mensal. De iniciativa dos diretores Isaiás Raw, do Departamento de Biologia do

no Rio de Janeiro, em 1946, e que visava promover a divulgação científica e educação científica no país. No Paraná, a instalação da Comissão Estadual do IBECC ocorreu, conforme a *Ata da sessão de instalação da Comissão Estadual do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura*, em 23 de agosto de 1949, na FFCL-UP, com a presença do Diretor da instituição, José Loureiro Fernandes, como presidente da IBECC paranaense, prof. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, da Faculdade de Direito, prof. José Cavallin, da Faculdade de Engenharia, prof. Milton Carneiro, da Faculdade de Medicina, prof. Pe. Jesus Santiago Moure, da FFCL-UP, dr. Walfrido Pilotto, da Academia de Letras, dr. Ciro Silva, do Centro de Letras, prof. Homero de Mello Braga, da Sociedade Paranaense de Tisiologia, e representantes de diversos órgãos culturais (O DIA, 23/08/1949, p. 3).<sup>279</sup> Nesse momento, passou a haver um convênio de cooperação entre o Estado do Paraná e a Unesco, parceria que foi assegurada por Levi Carneiro, presidente da Comissão Nacional da Unesco, e Moysés Lupion, ainda em 22 de setembro de 1947, quando o nome de José Loureiro já era preterido.

Retornando à revista *Cultus*, em novembro de 1949, em sua capa, foi publicada a imagem de Gregor Mendel (1822-1884) e Thomas Hunt Morgan (1866-1945), em comemoração ao cinquentenário da Genética. O primeiro representou a emergência da Genética com os engenhosos cruzamentos de ervilhas, enquanto o segundo representou a concretização da Genética como ciência - distinta da Biologia - que estudava a hereditariedade quando materializou o hipotético fator hereditário. A Citologia se tornou base da Genética e, em 1934, com a introdução do providencial cromossoma salivar de

---

Colégio Anglo Latino e Oswaldo Paulo Forattini, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, entusiastas da educação científica, a revista criada em 1949 era “publicada inicialmente pelo Colégio Anglo Latino”. (ABRANTES; AZEVEDO, 2010, p. 479 *apud* RAW, 1970, p. 15, p. 77).

<sup>279</sup> Dentre os outros representantes estavam: prof. Fernando Corrêa de Azevedo, da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê; dr. Dario Nogueira dos Santos, do Instituto Neo-Pitagórico, dr. Edgard Chalbaud Sampaio, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná; Lincoln da Cunha Pereira, da UPE, Porcia Guimarães Alves, da Associação de ex-alunos da FFCL; professor Mario Braga de Abreu, do CEB; Pe. Vicente Vitola, do IHGEP; prof. José Pereira de Macedo, da Associação Médica do Paraná; Pompília Lopes dos Santos, do Centro Paranaense Feminino; prof. Carlos Stellfeld, do Museu Paranaense; dr. Astolpho Macedo Souza Filho, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológica; prof. Erasmo Pilotto, secretário do Estado; Alcides Pereira Junior, Deputado Estadual; Desembargador Manoel Lacerda Pinto, Presidente do Tribunal; dr. José Muggiati Sobrinho, diretor Câmara Expansão Econômica. (O DIA, 23/08/1949, p. 3). Durante o ano de 1950, conforme a *Ata da segunda reunião da Comissão Estadual do Instituto de Educação, Ciência e Cultura* (IBECC), ocorrida na biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes, o nome de Homero de Mello Braga estava vinculado aos de Lacerda Pinto, José Loureiro Fernandes, Fernando Corrêa de Azevedo. Na reunião foi designada uma comissão para eleição de diretoria, além da elaboração de um regimento interno. (ATA, 11/03/1950). In: Biblioteca do CEB. Em 1953, Curitiba recebeu o II Congresso Brasileiro de Folclore, empreendido pela Comissão Nacional de Folclore do IBECC, e José Loureiro Fernandes ocupou o atributo de secretário-geral da Comissão Paranaense de Folclore, vinculado ao IBECC e criado pela Comissão Nacional da Unesco no Brasil.

drosófila, por Painter<sup>280</sup>, a citogenética atingiu o seu auge, quando o gene “se tornou visível”. (RAW, 1949, p. 1).

Ainda esboçou como era possível pensar a Genética em termos matemáticos, não se contentando com o individual, mas com o coletivo - as populações. Para Raw (1949):

Os fenômenos de população, pesquisados por cientistas do nível de Dobzhansky, começam a ser compreendidos, e a própria população humana torna-se compreensível na sua biologia e evolução, e com a genética das populações, surge pouco a pouco uma nova sociologia. A eugenia perdeu sentido, pois foi ideada em época anterior ao descobrimento das leis que regem uma população e não permitia avaliar seu resultado quase nulo. (RAW, 1949, p. 1).

Nesse sentido, o que Raw trata como uma nova Sociologia, a Genética das Populações, substituiu a antiga forma de Sociologia, a Eugenia, inconsistente por não possuir leis básicas que regessem as populações. Este é um componente significativo para compreender como os intelectuais como Raw visualizavam a inflexão conceitual. Isaias Raw, o editor da revista, apresentava a temática homenageada, remontando a relevância da Genética na vida cotidiana, seja por meio da Agricultura, da Zootecnia ou da Medicina. E destacou que

Há bem pouco, milhares de vidas se perderam para erradicar uma doutrina que abusando de conceitos genéticos deturpados desceu à perversão ao crime, assassinato coletivo, trazendo à face da terra a situação calamitosa de 1939! 1950 não representa apenas uma data júbilo - o cinquentenário da Genética. Não podemos ficar alheios a outra situação calamitosa que surgiu, quando em nome de doutrinas políticas, ditadores não apenas tentam controlar a maneira de pensar dos seus cidadãos, mas também o que é permitido a Ciência fazer e o cientista pensar, ainda que a experiência demonstre o contrário. (RAW, 1949, p. 2).

As falas de Isaias Raw, advindas de um agente que ocupava uma posição de editor da revista do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC-UNESCO), buscavam criticar tanto os crimes nazistas efetuados a partir das práticas de eutanásia, assim como as perseguições do Estado Soviético em relação ao campo genético, que envolviam coerções, banimento do mendelismo, portanto, do livre pensar na ciência.

---

<sup>280</sup> Trata-se de Theophilus Shickel Painter (1889-1969), no texto *Salivary chromosomes and the attack on the gene* (1934), publicado no *Journal of Heredity*, na qual evidenciou a ordenação linear dos genes sobre os cromossomas, apontados via análise dos cromossomas politécnicos das glândulas salivares de larvas de *D. melanogaster*, que permitiam relacionar inequivocamente caracteres presentes ou ausentes nos indivíduos com faixas sobre os cromossomas, permitindo citologicamente localizar sua situação. Os geneticistas e citologistas observaram que cada cromossomo da glândula salivar consistia dos dois cromossomos homólogos intimamente emparelhados. Quando as células eram esmagadas os cromossomos se espalhavam e podiam ser estudados. Uma observação de grande importância foi o fato do padrão de faixas desses cromossomos ser específico para cada uma de suas regiões. Isso propiciava a identificação de cada cromossomo pelo seu padrão de faixas. (MOORE, 1986, p. 134).

Assim, a hereditariedade a partir do lamarckismo foi visualizada como uma contradição teórica científica e como um inimigo externo, já que era plausível para a URSS, mas também interno, como ficou evidenciado pelas viagens de André Dreyfus pelas instituições científicas do país em 1930 e 1940. A ciência não podia se subjugar aos mandos do Estado, como acontecia em ambos os casos. Esse já era o clima instaurado pela emergência da Guerra Fria dentro do campo científico. Na lógica, a Fundação Rockefeller foi incentivadora das pesquisas em Genética Humana.

Mas interrogamos se não havia esse subjugar da ciência e dos cientistas brasileiros perante a instituição estadunidense. João Lucio Azevedo, em entrevista, comentou a respeito da dependência que o pesquisador tinha nos Laboratórios americanos, e em tom de humor relatou que a filantropia da Fundação Rockefeller tinha um pouco de “pilantrópia”. Mas, nesse caso, se havia coação, era pelo não financiamento de um pesquisador ou de um laboratório, suas formas de renegociações das bolsas de pesquisas, como utilizavam esses pesquisadores a seu favor em diferentes períodos políticos.

Ainda em 1949, Freire-Maia e Clodowaldo Pavan publicaram na Revista *Cultus* o texto *Introdução ao Estudo da Drosófila*, no qual discutem acerca da metodologia da análise das moscas drosófilas e a Genética Humana. O texto ocupava o espaço de artigo principal na revista, era o texto de maior relevância, mesmo que uma revista nova no mercado educacional, o peso do texto de Freire-Maia e Pavan dava maior legitimidade às produções subsequentes do periódico. Considerado pelos autores um pequeno manual, buscava ser um guia para os primeiros passos dos estudiosos interessados. As bases gerais da Genética de Drosófila foram dadas, conforme Freire-Maia e Pavan (1949), por pesquisadores como Morgan, Bridges, Sturtevant, Muller e Dobzhansky.

Freire-Maia e Pavan (1949) afirmavam que era inestimável a contribuição que a Genética de Drosophila trouxe para a análise e solução de inúmeros problemas humanos, que possuíam, além de aspectos teóricos, aplicações práticas na Medicina, Agricultura e Zootecnia. A partir do momento em que se teve conhecimento de que os fatores hereditários eram transportados pelos cromossomos, e que esse mecanismo era comum nas células animais e vegetais, que se comportavam de forma idêntica, pôde-se traçar um paralelismo entre os tipos de transmissão nos vários seres vivos. (FREIRE-MAIA; PAVAN, 1949, p. 6). E, desse modo, os autores exemplificam os estudos em drosófilas e suas aplicações na Genética Humana.

Assim é que só se elucidou o mecanismo da transmissão da hemofilia, depois que Morgan e seus colaboradores descobriram a herança da mutação white (olhos brancos) em *Drosophila melanogaster*. O albinismo na espécie humana é herdado da mesma forma que todas as mutações recessivas autossômicas de qualquer animal. A mutação *ebony* (corpo preto) em *D. melanogaster*, por exemplo, possui um mecanismo de transmissão igual ao do albinismo. A eritroblastose fetal, modificada pelo fator Rh, pode ser incluída no mesmo esquema e, para irmos mais longe, a herança desse fator segue a mesma lei descoberta por Mendel, em 1865, quando de seus cruzamentos com ervilhas. Os grupos sanguíneos A, B, AB e O obedecem, na sua transmissão hereditária, aos mesmos princípios verificados em relação à série de múltiplos alelos “white” em *Drosophila*. (FREIRE-MAIA; PAVAN, 1949, p. 6).

As interpretações de Newton Freire-Maia e Pavan acerca da questão da transmissão hereditária das drosófilas poderiam ser relacionadas, mas aproximadas aos princípios da transmissão hereditária humana. Assim, interpretações efetuadas nas drosófilas, que têm um tempo de vida curtíssimo em relação ao tempo de vida humana, permitiram ao geneticista refletir a transmissão hereditária de muitas gerações de drosófilas em poucos dias. Permitiam ao geneticista pensar os mecanismos de hereditariedade das populações drosófilas às populações humanas.<sup>281</sup>

Nessa esteira interpretativa, em 1950, ainda no periódico paulista *Cultus*, Newton Freire-Maia publicou o texto *Eugenia e Genética de Populações*. Mais uma vez, ocupou o espaço de maior legitimidade, pois apresentou o tópico de Genética, como primeiro texto; seguido de um tópico de Curso prático de química; Zoologia; Paleontologia; Zoologia; Genética; e Livros recomendados. No texto, Newton Freire-Maia evidenciava que o conceito de Eugenia, sempre escrita com primeira letra maiúscula no texto, para um geneticista se diferenciava do termo comumente utilizado pelos pioneiros. Para tanto, tratou de conceituar o termo criado por Galton, em 1883, para significar Eugenia “o estudo dos agentes que, sob controle social, possam melhorar ou prejudicar, física ou mentalmente, as qualidades raciais das gerações futuras”. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 1).

---

<sup>281</sup> Ao fim do texto, Freire-Maia e Pavan indicaram bibliografias sobre Genética Humana, e dentre elas estavam *Genetics for medical students* (1942), de E. B. Ford, *Elementos de Genética* (1947), de E. C. Colin, e *Human Genetics* (1946), de R. R. Gates. A obra de E. B. Ford relatou para o leitor médico sobre os princípios do mendelismo, a herança ligada ao sexo, mutações e a natureza da hereditariedade, reservando capítulo para um combate às falácias prevalentes em relação a herança de caracteres influenciados pelo meio ambiente. Já Edward Cecil Colin (1947), na segunda edição, trabalhou as leis de Mendel de hereditariedade com especial aplicação no homem, abordando determinação do sexo, diferenciação sexual, herança ligada ao sexo, hereditariedade e evolução. Já o livro de Reginald Ruggles Gates tratava-se de uma revisão e expansão de *Heredity Man* (1929) e abordou temas como citologia, ligação, cor dos olhos e cabelos, grupos sanguíneos, gêmeos, diferenças mentais normais, constituição, estatura e tamanho, caracteres antropológicos; e em seguida analisa a genética médica. Sobre evolução, Freire-Maia e Pavan (1949) indicaram *Mendelism and evolution* (1945), de E. B. Ford, *Mecanismos da evolução e origem das espécies* (1944, publicado pelo Ministério da Agricultura) e *Genetics and the origin of species* (1941), ambas de Th. Dobzhansky, *Animal Cytology and evolution* (1945), de M. J. D. White.

Para Freire-Maia, a Eugenia poderia ser definida por um geneticista, e assim a conceituou, como:

o conjunto de medidas tendentes a melhorar o padrão genético das populações humanas, diminuindo a frequência dos indivíduos hereditariamente defectivos. Não é uma ciência segundo a acepção comumente admitida, mas vale-se de uma ciência - a genética -, cujos dados aceita e sôbre os quais baseia sua norma de ação.” (FREIRE-MAIA, 1950, p. 1-2).

Para o geneticista, a Eugenia não era uma ciência, no entanto se sustentava na ciência genética e aceitava seus regramentos e suas leis. Chamamos atenção para o uso do termo *tendentes*, que evoca a possibilidade de melhoramento, mas não a certeza. Outro ponto que chamamos atenção é a Eugenia como a tentativa de diminuição da frequência dos indivíduos defectivos em questões hereditárias, que será tratado com devido cuidado adiante.

Acreditamos que o conceito de Eugenia, independente da criação da Genética Humana - agora sua base sólida -, na estratégia dos intelectuais e cientistas que estavam na linha Dobzhansky-Dreyfus, como o caso de Newton Freire-Maia, era necessário mudar a forma de pensar sua lógica e prática por meio da Genética das Populações. Pensamos na carta de resposta enviada por Dobzhansky para Montagu, em 1944, versando acerca da raça, na qual estipulou que a mudança do termo raça para etnia - proposta por Montagu - não acarretaria ruptura das construções imagéticas dos racistas, mas deveria estar, sobretudo, na própria forma de pensar o próprio conceito de raça. Assim, propôs Dobzhansky redefinir raça biológica baseada nos processos biológicos das populações genéticas.<sup>282</sup> Reinterpretando essa questão, a Eugenia abordada por Newton Freire-Maia buscou evidenciar como esta discutia com a Genética das Populações. Em sua fala

---

<sup>282</sup> No capítulo *Theodosius Dobzhansky and the argument from definition*, John P Jackson e David J. Depew (2017) demonstram algumas discussões estabelecidas pelo geneticista na redefinição da questão racial e sua relação com genética das populações e com evolução. Para Dobzhansky, as populações se reproduziam em acordo com as leis de Mendel - chamadas de população mendeliana - eram consideradas como comunidades reprodutivas de indivíduos aos quais compartilham um *pool* gênico - ou conjunto de genes com certa frequência alélica - comum. A evolução era vista como mudança na composição genética de uma população mendeliana. Raça era conceituada como populações mendelianas que diferiam na frequência de algum gene ou genes. E por fim, espécie como uma população mendeliana que se integravam em complexos entre os quais o cruzamento era possível, mas limitado e eliminada inteiramente. (JACKSON, DEPEW, 2017, p. 103). Em 23 de maio de 1944, o antropólogo Ashley Montagu enviou uma carta para Dobzhansky em que delimitou que o uso do termo grupo étnico eliminaria as implicações emocionais ofuscantes e reconhecimento dos fatores culturais em nossas espécie que o termo raça obscureceu. Em resposta, em 22 de maio de 1944, Dobzhansky recusou, pois a troca de termo não deteria os racistas como Madison Grant. Pela redefinição de raça e sua interligação em termos genéticos Dobzhansky esperava induzir os leitores a compreender processos biológicos como populações genéticas. (JACKSON, DEPEW, 2017, p. 105). Para a Dobzhansky, a obliteração do racismo dependia da aceitação de um novo conceito de raça. (JACKSON, DEPEW, 2017, p. 118).

introdutória, Freire-Maia- (1951) não negou a possibilidade de pensar a Eugenia como prática a partir da Genética das Populações, no entanto, a Eugenia não possuía um *status* de ciência.

Para melhorar geneticamente a espécie humana, havia medidas que visavam incrementar a reprodução dos indivíduos normais, a Eugenia positiva, e impedir ou limitar a dos defectivos de origem hereditária, a Eugenia negativa. Para Freire-Maia, ambas as medidas seriam sempre positivas e negativas ao mesmo tempo, uma vez que favorecer um dos tipos significava desfavorecer proporcionalmente o outro.

Para o geneticista,

o movimento eugenista, ao lado do entusiasmo que despertou em todo o mundo, paralelamente se impregnou de exageros de várias ordens, da esperança em um rápido e completo extermínio das doenças hereditárias à crença em raças superiores e privilegiadas. Com o tempo, porém, veio se despojando de grande número de erros e, com o crescente progresso das pesquisas genéticas, sua base ganhou a solidez de que necessitava. Por esse motivo, a Eugenia deixou de ser assunto para digressões vagas e de fundo puramente literário, debatido por pessoas sem nenhuma formação biológica, tornando-se campo em que uma série de dados seguros, fornecidos pela Genética, permite uma análise científica de grande número de problemas. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 1).

Conforme refletiu Freire-Maia, com base na Genética, a Eugenia possuía um aspecto que fugia à sua análise de biologista. Quando se aconselhava o uso de medidas restritivas à reprodução de certos tipo de indivíduos, relatou Freire-Maia, surge um problema inteiramente diverso que diz respeito a que medidas devem ser usadas e qual a extensão de sua aplicabilidade nos diferenciados casos.

Assim, apenas citou a possibilidade de práticas de “reclusão de doentes mentais em manicômios”, a “esterilização de tarados”, a “proibição de casamento de defectivos por causas genéticas”, ou “o simples apelo ao bom-senso de indivíduos portadores de malformações ou desvios com transmissão hereditária estabelecida para que limitassem o número de filhos, etc.,” que constituíam, segundo ele, medidas de várias ordens, que extrapolavam o domínio da Biologia.

No tocante à Genética das anomalias humanas, citou quatro tipos de herança. Esse é um ponto crucial da interpretação de Newton Freire-Maia, que analisamos de forma meticulosa e que exige refletir conceitos basicamente advindos da Genética das Populações. O primeiro tipo eram as anomalias hereditárias, condicionadas por um gen dominante (A), sendo que o alelo (a) recessivo condicionava a normalidade. Assim, o genótipo (aa) era um indivíduo normal, e os genótipos (AA - homocigotos) e (Aa - heterocigotos) poderiam ser defectivos, pois o gene (A) era de penetrância absoluta. No segundo tipo, os desvios

seguiam o padrão anterior, no entanto, nem todos os genes (Aa) manifestavam a doença pois o gene (A) possuía penetrância relativa, assim tanto os normais tinham gene (aa) ou (Aa), e os defectivos podiam ter gene (AA) ou (Aa), sendo exemplo os casos de diabetes. O terceiro tipo de herança eram as anomalias condicionadas pelo gene recessivo, como o albinismo. Os indivíduos de gene (aa) eram afetados, enquanto que (AA) e (Aa) eram normais. Estes três tipos de herança eram do tipo autossômica, pois os genes estavam localizados nos autossomas. O quarto tipo tinha transmissão hereditária recessiva ligada ao sexo, assim, os genes que condicionam estavam no cromossoma X. Nas mulheres (XX), poderiam ser os genes (AA), (Aa), (aa) que condicionam as anomalias, enquanto nos homens (XY) poderiam ser os genes (AY) ou (aY) que condicionam as anomalias, podendo causar hemofilia e daltonismo.

Sabendo a respeito das anomalias humanas e suas formas condicionantes, conforme apontava o texto de Freire-Maia, poder-se-ia agir e praticar a Eugenia. O que permitiu ao geneticista calcular a frequência de indivíduos com anomalias foi a teoria do equilíbrio de Hardy-Weinberg, que permitia calcular tal frequência e compará-la com o fator seleção, permitindo ao pesquisador visualizar as mudanças de frequência dos indivíduos ocasionados por essa seleção, tanto negativa quanto positiva. Conforme a teoria, em uma população com gen (A) e (a), 25% seriam de genótipo (AA), 50% seriam de genótipo (Aa) e 25% seriam de genótipo (aa). Assim, Freire-Maia citou o exemplo que se o gene (a) recessivo condicionava uma anomalia, 25% desta população seriam afetados, e se a anomalia fosse condicionada por gene dominante (A), haveria nesse caso 75% de indivíduos defectivos. A teoria do equilíbrio partia do pressuposto de que não haveria mortalidade e fecundidade diferenciais entre os três genótipos e que os casamentos dariam-se ao acaso, ou em termos genéticos, em panmixia.

Em uma população em que havia apenas 1% do gene (a) e 99% de seu alelo (A), haveria, conforme Freire-Maia, 198 vezes mais indivíduos de genótipo (Aa) - que portariam o gen (a), mas não eram exibidores - do que indivíduos de genótipo (aa) - exibidores. Como suposição, Freire-Maia utilizou como exemplo em uma população a existência de um albino (de herança recessiva) por milhão de habitantes, isto é, 0,0001% de albinos, que significaria a existência de 19.998 vezes mais indivíduos de genótipo (Aa) portadores do gene para albinismo, aproximadamente 2% eram portadores não exibidores do albinismo. Nesse sentido, concluiu que quando um gene recessivo era muito raro, os seus portadores eram relativamente comuns. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 3). Estas explicitações efetuadas

por Freire-Maia visavam dar base para a não aplicabilidade de uma seleção negativa, como chamou a Eugenia com fins de proibição de reprodução e esterilização, porque a quantidade de indivíduos que carregam com si anomalias humanas e não a exibiam era muito grande.

Dedicou um tópico de discussão à ação das medidas eugênicas analisadas nos quatro tipos de herança especificados anteriormente, condicionadas por: gene dominante de penetrância absoluta; gene dominante de penetrância relativa; gene recessivo e ligado ao sexo.

No primeiro caso, se os indivíduos defectivos por alelo dominante, AA e Aa, não deixassem descendentes, e aqui entra a seleção negativa restringindo a reprodução por meio da esterilização ou outro, todos os indivíduos desse tipo seriam eliminados em uma geração. A população passaria a ser composta apenas por indivíduos normais, de genótipo (aa), se novos genes (A) não aparecessem por mutação. Nesse caso, qual a anomalia humana é de herança dominante, por meio da “seleção negativa completa”, termo utilizado por Freire-Maia, permitia-se diminuir a frequência do gene A a zero e ainda na primeira geração. Em Genética das Populações, conforme abordado no texto de Freire-Maia, a Eugenia negativa era seleção negativa que buscava diminuir a frequência do gene dominante para a anomalia humana específica. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 3).

No segundo caso, quando a anomalia humana era de tipo dominante de penetrância relativa, se o gene A condicionava uma anomalia e era muito raro, a população seria composta praticamente por indivíduos (Aa), doentes, e, por indivíduos (aa), sãos. A possibilidade de homozigoto (AA) é quase nula, podendo ser desprezada. Assim, Freire-Maia relata que se a seleção fosse parcial, em que apenas uma fração dos indivíduos afetados não se reproduzisse, a eliminação da anomalia seria logicamente mais lenta do que no primeiro caso. Assim, Freire-Maia exemplifica que se metade dos indivíduos afetados não deixasse descendentes, a frequência dos afetados nas gerações sucessivas seriam 50%, 25%, 12,5%, 6,25%, etc., da frequência inicial. No entanto, o número nunca atingia zero por cento, mas um nível de terminado pelo possível aparecimento de novos genes (A) via mutação. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 3).

No terceiro caso, as anomalias condicionadas pelos genes recessivos, a eliminação dos indivíduos defectivos através da seleção negativa era ainda mais lenta que no caso anterior exemplificado. Assim, como no caso anterior, o alelo (a) era muito raro, e para cada indivíduo (aa) portador da anomalia que não deixava descendentes, haveria centenas e até milhares de indivíduos de genótipo (Aa) que, casados entre si, produziriam novos

genótipos (aa), numa proporção de 3 (A) para 1 (aa). Na proporção de uma população de gene (A) e (a) que se reproduz, teria-se 25% de (AA), 50 % de (Aa) e 25% de (aa). Impedindo a reprodução dos indivíduos de genótipo (aa), ainda apareceriam, na próxima geração, 11% de indivíduos de genótipo (aa) produzidos pela reprodução entre si de genótipos do tipo (Aa). Proibindo a reprodução dos genótipos (aa) geração após geração, teriam-se porcentagens de 6,2%, 4%, 2,8%, 2%, 1,6%, etc, na frequência dos indivíduos defectivos, adotando sempre as medidas seletivas negativas de modo constante e geral. Assim, comenta Freire-Maia que em sete gerações a frequência de indivíduos defectivos passou de 25% para 1,6%. Considerou, nesse caso, que as medidas eugênicas negativas possuíam uma alta eficácia. No entanto, não existiam genes condicionadores de anomalias com uma frequência tão alta, como cogitado; e individualmente eram esses genes raríssimos.

Nesses casos, enumerou Freire-Maia, que mesmo uma seleção negativa, constante e completa, teria efeitos extremamente diminutos. Assim, utilizou do exemplo dos indivíduos albinos, na qual havendo 98 indivíduos de gene (aa) albinos em cada milhão de indivíduos, as mesmas medidas fariam baixar este número, em uma geração, apenas para 96. Nas gerações subsequentes teria-se 94, 92, 91, 89, 87, 84, etc, ou seja, resultados extremamente pequenos e quase nulos. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 4). Newton Freire-Maia citou um caso semelhante ao já citado por André Dreyfus durante a sua passagem pelo Paraná. Relatava Freire-Maia:

Na Inglaterra, há aproximadamente 5 albinos (aa) por 100.000 pessoas. Dessas, 1.400 são Aa, isto é, transportam o gene para a anomalia, sem exibi-lo. De 1.410 gens para o albinismo, como se vê, apenas 10 se “mostram”. Impedindo que os cinco indivíduos que possuem estes dez gens se reproduzam, eliminamos dez gens e deixamos 1.400. Repetindo essa operação em cada geração, fastosamente 200 gerações (isto é 5.000 anos) para reduzir a frequência dos albinos à metade. Não devemos nos esquecer que, para se obter em tão longo tempo, resultado tão pequeno, ainda e preciso que, durante os 5.000 anos, todos os albinos não se reproduzam. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 4).

Após exemplificar esse caso real, indica a obra de Dunn e Dobzhansky, *Heredity, race and society* (1946). Essa deve ser a bibliografia em comum utilizada tanto por Dreyfus quanto para Freire-Maia para comentar a respeito dos albinos na Inglaterra. Para diminuir a frequência de indivíduos portadores de desvios condicionados por genes recessivos raros, e como mencionado anteriormente, sendo extremamente baixos os efeitos da prática de medidas de eugenia negativa, Newton Freire-Maia indicou um método mais eficiente: a imigração.

Esse método foi proposto inicialmente pelo geneticista inglês Haldane, em *Human evolution: past and future* (1949), capítulo no qual expôs que a construção de boas estradas, que facilitassem a locomoção de indivíduos das mais longínquas localidades, favorecendo o casamento e a reprodução entre pessoas de zonas distintas, seria profícua. Newton Freire-Maia (1950) considerou essa prática um “método eugênico”, inclusive deixando entre aspas que incrementaria a “quebra de isolados” proposta por Dahlberg e baixaria a incidência de moléstias devido a genes recessivos, conforme trabalhado neste tópico. A imigração era um método eugênico positivo que poderia ser útil na quebra de isolados que possuíam frequências altas de anomalias causadas por gene recessivo.

No quarto caso, em anomalias causadas por genes recessivos ligados ao sexo, as medidas eugênicas negativas tinham, como para os dominantes autossomais, uma grande eficácia, como acontecia no segundo caso, dos dominantes autossomais raros. Para este caso, Freire-Maia citou o caso da Suécia, na qual havia aproximadamente 100 homens hemolíticos e nenhuma mulher com essa anormalidade. Se os homens afetados fossem proibidos de se reproduzir, as mulheres heterozigotas (Aa), também em número de 100, produziram apenas 50 hemofílicos na próxima geração, mantendo a seleção negativa; a frequência dos afetados nas gerações seguintes seria de 50%, 25%, 12,5%, 6,25%, etc. Em poucas gerações, a hemofilia poderia ser eliminada, se novos genes condicionadores da anormalidade não surgissem por mutação. (FREIRE-MAIA, mar. 1950, p. 4).

Quando passa a explicitar a mutação, caracterizou-a como uma constante na natureza e como principal causa da variedade de genótipos existentes nas populações humanas. Esta lógica de constante mudança de (A) para (a) ou de (a) para (A) incapacitava eliminar completamente um certo alelo de uma população, já que a mutação o fazia reaparecer. Por mutação, poderia ainda aparecer uma anomalia em uma família que nunca a apresentou.

Outro conceito abordado foi o de pressão de seleção e pressão de mutação, que faz parte da teoria do equilíbrio genético, segundo a fórmula de Hardy-Weinberg. Freire-Maia exemplificou que se um dos genótipos, o (aa), sofre uma seleção negativa constante e completa, uma Eugenia negativa que evitasse sua reprodução, a frequência dos indivíduos (aa) iria baixar progressivamente. No entanto, jamais atingiria o limite zero porque os genes (A) que sofrerem mutações para (a) estariam lançando novos genes (a) na população. Nesse sentido, a idiotia amaurótica juvenil, anomalia de caráter hereditária recessiva, portanto de genótipo (aa) pode ilustrar como ocorre a pressão por mutação, pois os indivíduos (aa) que

manifestavam a grave anormalidades morriam antes de atingir a idade de reprodutiva - nunca reproduzem, e por isso a seleção era considerada completa. O gen (a) era eliminado pela seleção natural, mas apesar disso mantinha-se indefinitivamente por via pressão de mutação. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 5). Os genes letais, que causavam a morte, diminuía a frequência do gene recessivo (a), levando em conta ainda a taxa de mutação (frequência com que acontecia a mutação de (A) para (a)). Se a seleção relaxasse em função de mudanças ambientais, o gene de letal passaria para semiletal, aumentando a frequência do gene na população.

Admitindo-se que 90% dos indivíduos portadores de uma doença hereditária morrem antes de se reproduzir, se cuidados médicos fizerem baixar esta cifra para 10%, por exemplo, a frequência do gen em questão aumentará na população e, por isto, maior número de indivíduos afetados haverá em gerações futuras. (FREIRE-MAIA, 1950, p. 5).

No entanto, como o número dessas anomalias era baixo, Freire-Maia lembrava que o aumento por geração era quase insignificante, provavelmente não ultrapassando 0,002%. Ou seja, o suposto perigo que esses indivíduos poderiam causar à sociedade em termos hereditários era desmistificado.

Assim, apresentou ainda os conceitos de oscilação genética, migração, isolados e casamentos consanguíneos. Todos conceitos que relacionavam-se com a Eugenia a partir da prática de diminuição da frequência de certos genes que causavam anomalias. A oscilação genética tratava-se de variações nas frequências gênicas das populações. Acontecia ao acaso e sua amplitude estacava em relação de dependência do tamanho das populações. Citou o caso das populações grandes, que pouco sofriam na variação da frequência, e as populações pequenas, que sofriam grande variações. Newton Freire-Maia relatou que quando falava que uma certa população possui 1% do alelo (a), essa cifra representava “apenas uma média em torno da qual oscila a frequência nas várias gerações, podendo nos encontrar, em épocas diversas, 0,9%, 1,1%, 0,8%, 1,3%, etc.” (FREIRE-MAIA, 1950, p. 6).

Se a população era pequena, maior ainda era a amplitude da variação, o acaso poderia levar a frequência gênica a 5%, 20%, 0,01%, etc., podendo chegar a 0%. Quando chega a 0%, o alelo (a) foi eliminado por acaso e só voltaria a aparecer na população por meio da mutação de (A) para (a) ou por migração de indivíduos genótipo (Aa) ou (aa) que venham a se incorporar à população em questão.

No tocante ao conceito de migração, como uma forma de mudança da frequência de certos alelos, Freire-Maia citou o caso de uma pequena população humana em que havia

100% de gens A. Com a entrada de um indivíduo Aa, que lá se casou, o gene (a) de albinismo penetrou naquela população, e, em algumas gerações depois, surgiram os primeiros albinos da população.

O conceito de isolados dizia respeito a grupos de indivíduos mais ou menos segregados de outros grupos da população. Poderiam ser geográficos, como cidades, aldeias, núcleos de colonização, etc., ou sociais, como classes sociais, comunidades religiosas, etc.. Newton Freire-Maia conceituou como ilhas populacionais com maiores ou menores interligações, nunca possuindo, em geral, limites absolutamente precisos. De modo geral, os isolados podiam ser grandes, como capitais, ou pequenas, como vilas e aldeias. Podia-se classificar ainda como recentes, como Goiânia-GO e Marília-SP, ou antigos, como São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ. Para Freire-Maia, todas as classificações nem sempre tinham características absolutas. Os isolados eram, para Freire-Maia, apenas frações de toda uma população, e a oscilação genética (fenômeno de Sewall Wright) tinha, neles, uma amplitude maior que a que existiria na população como um todo, se ela fosse panmíctica. O simples acaso podia fazer, pois, com que em muitos deles - pequenas aldeias, por exemplo -, a frequência de moléstias hereditárias fosse bastante maior do que na população total. A causa disso eram, segundo o geneticista, os casamentos consanguíneos, principalmente em primeiro grau, fenômeno mais comum em famílias grandes em isolados pequenos e antigos.

A historiadora da ciência, Lipphardt (2017), relatou que no intuito de estudar as linhagens puras e eventos de cruzamento entre grupos populacionais, os geneticistas das populações de meados do século XX se debruçaram no estudo dos isolados ou grupos endogâmicos. Nesse sentido, os isolados já haviam supostamente passado por um “experimento de melhoramento” e os estudos a respeito de consanguinidade, cruzamentos e processos genéticos ajudavam a compreender a evolução humana, as diferenças e as doenças em tal população.

Conforme Freire-Maia, a quebra dos isolados a partir de um maior número de casamentos entre pessoas de isolados diferentes faria baixar a frequência das anomalias, de certa forma “espalhando” os genes por meio dos heterozigotos, mas sem diminuir a frequência gênica. Nessa contenda de discussões, relembra, como chamava Haldane, o “mais eficiente método eugênico” para fazer baixar a incidência de moléstias condicionadas por genes recessivos, a construção de boas estradas que favoreçam a exogamia - o casamento entre pessoas de isolados diferentes. (FREIRE-MAIA, mar. 1950, p. 7).

O casamento consanguíneo favorecia a homozigose, ou seja, a ocorrência de indivíduos com dois alelos iguais, (AA) ou (aa). O casamento entre pessoas sem parentesco favorecia a heterozigose, (Aa). Conforme Freire-Maia:

Se um determinado gen recessivo não é comum, um grande número dos indivíduos que manifestam (aa) são filhos de primos. Na Suécia, são filhos de primos em primeiro grau, 15% de idiotas amauróticos, 17% de indivíduos com retinite pigmentosa, 17% de albinos, etc.(FREIRE-MAIA, mar. 1950, p. 7 *apud* Dalberg, 1948; 1949).

Assim, para o geneticista, a proibição do casamento entre primos em primeiro grau faria baixar, com essas porcentagens, a incidência dessas anomalias hereditárias como a idiotia amaurótica, retinite pigmentosa e albinos na Suécia. Nesse sentido, a frequência das taxas de anomalias iriam baixar a partir dessa medida eugênica, conforme conceituou o geneticista.

Apresentou nove pontos conclusivos em seu texto. No primeiro, concluiu Newton Freire-Maia que, devido à pressão de mutação, nunca seria possível eliminar completamente as doenças hereditárias das populações humanas, mesmo adotando-se os tipos mais amplos de medidas eugênicas. (FREIRE-MAIA, mar. 1950, p. 7). Além do mais, apontou, no tópico conclusivo dois, que grande número de defectivos com base genética, dentre eles imbecis, hemofílicos, idiotas amauróticos, sofriam uma seleção natural total ou parcial. Concluiu em seu terceiro ponto que o amparo social e as correções médicas aos defectivos com base genética, de efeito contrário ao da seleção natural, justamente por manter a vida e possibilitar a reprodução de indivíduos afetados, tendiam ,na interpretação do geneticista das populações, a aumentar a frequência das moléstias hereditárias nas populações.<sup>283</sup>

No quarto tópico, relatou que em pequenos isolados, como vilas e aldeias, que apresentassem alto grau de consanguinidade, o simples acaso poderia produzir um aumento na frequência de anormalidades com fundo genético. No quinto ponto, concluía que as medidas eugênicas negativas, que visavam impedir ou limitar a reprodução de indivíduos defectivos com base genética, tinham grande eficácia contra anormalidades hereditárias condicionadas por genes dominantes e por recessivos ligados ao sexo. No entanto, a mesma eficácia não era visualizada quando se tratava de defeitos causados por genes recessivos autossomais raros, em que sua eficácia era diminuta. No sexto ponto, expôs que a proibição

---

<sup>283</sup> Este ponto gera certa dúvida em relação ao significado que nos parece um tanto dúbio. No entanto, não expõe uma opinião contrária à prática do amparo social, aparentemente interpreta a prática diante da teoria da genética das populações.

dos casamentos entre primos em primeiro grau faria diminuir a frequência de anomalias devidas a genes recessivos.

O que se chamava quebra de isolados constituía-se no casamento entre pessoas de isolados diferentes, provocada pela facilidade dos meios de transporte, sétimo ponto conclusivo de Freire-Maia, que tendia a fazer baixar a frequência de anomalias advindas de genes recessivos. O oitavo ponto era que o valor de cada indivíduos na sociedade não podia ser medido por padrões rigorosos, havendo indivíduos defectivos que eram de grande valor para a espécie humana. Além disso, citou que o progresso da ciência aumentava com a eficiência de grande número de indivíduos defectivos, tornando úteis indivíduos antigamente condenados a uma vida improficua para a comunidade humana. Newton Freire-Maia condenou, em sua nona conclusão, quaisquer medidas eugênicas compulsórias, e julgou que, a melhoria crescente das condições sociais, pela possibilitação de cuidados médicos e trabalho condizente para todos, seria o melhor caminho no sentido de reajustar grande número de indivíduos defectivos. Considerou a “limitação voluntária da natalidade”, desde que decidida pelo bom-senso, quando possível, dos indivíduos afetados ou, por exemplo, dos que a análise genética indicasse como portadores de genes condicionadores de anomalias, como filhas de hemofílicos, deveria, no entanto, ser advogada. Newton Freire-Maia, considerou em *Eugenia e Genética de Populações* que “apenas a disseminação dos conhecimentos científicos em todas as camadas da população” poderia “criar uma mentalidade capaz de decidir de sua aplicação e aplicá-la.” (FREIRE-MAIA, mar. 1950, p. 9).

Newton Freire-Maia ainda indicou obras como o livro de Curt Stern, chamado *Principles of human genetics* (1949), que possui um capítulo intitulado *Eugenia e Seleção*. A obra de Dobzhansky, *Genetics and the origin of species* (1941), era indicada para compreender os problemas de Genética das Populações, tais como Hardy-Weinberg, taxa de mutação, seleção natural, etc. O trabalho de Dreyfus, *Moléstias hereditárias* (1948), publicado na *Revista Paulista de Medicina*, possibilitava uma leitura complementar da explanação de Freire-Maia, seguindo análises não apresentadas no artigo. Indicou Wright com *On the roles of directed and random changes in gene frequency in the genetics of population* (1948), que estudou a as pressões sistemáticas como mutação, seleção e migração, além de apresentar uma visão da oscilação genética. Dois livros de Haldane foram indicação de leitura, *Heredity and Politics* (1938) e *New paths in Genetics* (1941),

que apresentavam a Eugenia sob variados aspectos, não esquecendo o social.<sup>284</sup> E, por fim, recomendou o volume de Dunn e Dobzhansky, *Heredity, race and society* (1946), que buscava popularizar a Genética com linguagem acessível. (FREIRE-MAIA, mar. 1950, p. 9).

No mesmo intuito da criação da Revista *Cultus*, emergiu a revista paulista *Ciência e Cultura*, um órgão da SBPC<sup>285</sup>, na qual Newton Freire-Maia contribuiu no cargo de secretário de redação, além de autor de textos científicos, como *Casamentos consanguíneos em populações brasileiras*, em 1951.

É interessante observar alguns dos objetivos desse tipo de sociedade como a SBPC, que pregou a “luta pela manutenção de elevados padrões de conduta científica, e ao mesmo tempo combate à pseudo e à meia ciência, que tantas vezes tomam posições que deveriam pertencer à verdadeira ciência.” (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, n1-2, p. 2). Esta é uma evidente referência da crítica à ciência eugênica nos padrões coercitivos. Em outubro de 1949, aconteceu a I Reunião Anual da SBPC, ocorrida em Campinas-SP, um ano depois da fundação da SBPC, ocorrida em 8 de junho de 1948.

A I Reunião foi significativa para o Estado do Paraná, pois o representante do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, doutor Marcos Augusto Enrietti, esteve presente e pôde se reunir com o Dr. Harry Milton Miller Jr., membro da Fundação Rockefeller, encontro esse que “marcou o início de uma época”, conforme relatou Metry Bacila<sup>286</sup>. (BACILA, 2001, p. 3). Se, por um lado, no início da década de 1910, a Fundação Rockefeller não assinou uma parceria com a Universidade do Paraná pela falta de interesse com as redes paranaenses de cientistas, por outro lado, em 1940, aparentemente essa rede

---

<sup>284</sup> Analisando a obra de Haldane, especificamente *Heredity and Politics* (1938), citou que dentre as medidas eugênicas estavam a proibição e desaconselhando o casamento de primos. Nesse sentido, citou que o único órgão que defendia essa forma específica de Eugenia era a Igreja Católica Romana. Conforme Haldane (1938), “deve-se dizer, a princípio, que a grande maioria dos filhos resultantes do casamento de primos em primeiro grau é perfeitamente normal; se você se casar com seu primo em primeiro grau, provavelmente não produzirá um filho defeituoso. É igualmente verdade, no entanto, que é muito mais provável que você produza um filho defeituoso de certos tipos do que se casar com uma pessoa não relacionada.” (HALDANE, 1938, p. 83). A segunda medida eugênica citada em casos de queixas de recessivas foi a dissolução, voluntária ou obrigatória, do casamento, que produziu um filho recessivo, e uma terceira medida possível era esterilizar um dos parceiros desse casamento. Mas acreditava Haldane que os defeitos recessivos eram consideravelmente mais raros em relação aos defeitos dominantes ou ligados ao sexo. (HALDANE, 1938, p. 84).

<sup>285</sup> A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi criada em 8 de junho de 1948, a partir da organização de Paulo Sawaya, J. Reis e M. Rocha e Silva; reuniram-se no auditório da Associação Paulista de Medicina 60 pessoas interessadas em lutar pelo professor e pela defesa da ciência no país. (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, n.1-2, p. 1). Influenciadas por associações congêneres já centenárias como a inglesa e a norte-americana, mas também a francesa, a italiana e argentina, redigiram estatutos e realizaram eleições.

<sup>286</sup> Ex-Chefe do Serviço de Bioquímica e da Divisão de Patologia Experimental do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

se tornou interessante para a Fundação. No caso do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná (IBPTP), que foi escolhido para o financiamento, já havia uma estrutura de pesquisa específica.<sup>287</sup> Em abril de 1949, os cientistas paranaenses vinculados ao IBPTP inclusive se organizaram na criação da primeira Divisão Regional da SBPC, em Curitiba. (MEMÓRIA SBPC, 2004, p. 6-7).<sup>288</sup> Esse foi um período de abertura a essas demandas de cooperação internacional, pois, em outubro de 1949, foi criada ainda a Comissão Estadual do IBECC, ligada à Unesco.

As relações entre o IBPTP e a Fundação Rockefeller obtiveram significativos reflexos na Universidade do Paraná; em 1950, Miller visitou a Instituto, conheceu a estrutura física e a equipe técnica formada por professores da Universidade, e decidiu assinar parcerias com bolsas de estudos, e o próprio Bacila seria o primeiro a viajar aos Estados Unidos para se qualificar. Além disso, o IBPTP recebeu um substancial financiamento para adquirir equipamentos científicos modernos para os laboratórios da Divisão de Patologia Experimental. (BACILA, 2001, p. 4). Da I Reunião ocorrida em 1949, Curitiba ainda foi escolhida como sede do próximo evento.

De 6 a 11 de novembro de 1950 foi realizada, em Curitiba, a II Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência. (ROCHA E SILVA, 1958, p. 197). A inauguração do evento contou, segundo Rocha e Silva, com uma memorável conferência do Prof. André Dreyfus acerca de *Raças Humanas, Genética e Eugenia*. (ROCHA E SILVA, 1958, p. 197; CIÊNCIA E CULTURA, 1950, p. 328).<sup>289</sup>

A respeito de como a palestra reverberou na opinião pública, conforme *O Dia* afirmou, Dreyfus discorreu brilhantemente no tocante às realizações da ciência no terreno

---

<sup>287</sup> A instituição já possuía uma revista e pesquisas que haviam expandido o campo de pesquisa laboratorial, como, por exemplo, a pesquisa acerca da *Leishmania*, que era responsável por algumas doenças no homem que variavam conforme o tipo de espécie. No Paraná, os cientistas descobriram uma espécie não patogênica aos humanos, nomeada de *Leishmania enrietti*, em homenagem a Marcos Augusto Enrietti. A descrição completa desse tipo de leishmaniose foi publicada por Moniz e Medina, em 1948, na Universidade do Paraná. (PARANAIBA *et al.*, 2017).

<sup>288</sup> Essas informações estão dispostas na *Ata de discussão do regulamento da Divisão Regional de Curitiba da SBPC*, datada em abril de 1949. Conforme as informações, a Ata original foi encontrada no Setor de Ciências Biológicas da UFPR durante a desocupação de uma sala do setor, e enviada à sede nacional pela professora Eleidi A. C. Freire, em março de 1990. (MEMÓRIA SBPC, 2004, p. 6-7). A Ata de fundação foi digitalizada e está acessível na plataforma da SBPC. Disponível em: [http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/caderno\\_digital/caderno\\_7.pdf](http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/caderno_digital/caderno_7.pdf) Acesso em: 28 mar. 2020.

<sup>289</sup> Conforme visualizamos a partir do jornal *O Dia*, no Salão Nobre do Colégio Estadual, houve duas conferências inaugurais: a primeira, do professor uruguaio Establier, acerca de *O Centro de Cooperação Científica da UNESCO, em Montevideo*, enquanto que a segunda era de André Dreyfus sobre *Raças Humanas, genética e eugenia*. (O DIA, 01/11/1950, p. 8). Na solenidade estiveram presentes Erasmo Pilotto, representantes do Governo Lupion, os diretores das Faculdades de Curitiba e cientistas de diversos estados do Brasil.

da genética. (O DIA, 08/11/1950, p. 8). Já o jornal *A Tarde* relatou que, durante a noite de 7 de novembro de 1950, foi a vez da conferência de André Dreyfus, que abordou o tema *Eugenia e Esterilização*, em uma concepção de Genética. Na conferência, procurou de maneira clara e iniludível provar a não superioridade de raças, vendo sua diferenciação somente no meio físico. Na Inglaterra, referendou Dreyfus, “em cada cem mil homens encontramos um albino. Se fossemos esterilizar os albinos, levaríamos pelo menos cinco mil anos para fazê-lo. Entretanto, essa esterilização é feita pela seleção natural.” (A TARDE, 07/11/1950, p. 6).

Abrantes (2008) relata ainda que o ano de 1949 foi de comemoração ao cinquentenário das leis de Mendel, e com recursos financeiros do Departamento de Cultura da USP, Isaías Raw, com o suporte de André Dreyfus e Newton Freire-Maia, organizou uma exposição a respeito de Genética, em 1950, na galeria Prestes Maia, em São Paulo. A mesma mostra, relata Abrantes (2008), foi levada para exibição em Curitiba, na II Reunião Anual da SBPC. Analisando como o evento repercutiu na revista *Cultus* (maio 1951, p. 28), relatou-se que

No material exposto, além da parte didática, toda explicada em termos simples, por intermédio de pranchas e esquemas, podia-se destacar várias demonstrações das leis de Mendel, em diversos materiais, como cafeeiros vivos, drosófilas, ervilhas, flores, milho. A demonstração de mutações foi feita, por vários esquemas, microfotografias, flores de poliplóides, milho e sua aplicação na agricultura exemplificada pela cana. Vários quadros e peças sugestivas exemplificando a evolução foram expostas, inclusive um esqueleto de chimpanzé, contribuição do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Esquemas e peças ilustraram problemas de eugenia.

Diversos professores realizaram conferências públicas durante o evento, sobre: bases da genética (André Dreyfus), origem das plantas domésticas (Friedrich Brieger), aplicações na agricultura (Arnaldo Krug), eugenia (Newton Freire-Maia), efeito biológico das radiações (Isaías Raw).” (CULTUS, 1950, p. 28).

Portanto, Newton Freire-Maia palestrou na capital do Paraná antes de ser contratado pela Universidade, e abordou a temática da Eugenia. Do material exposto, os esquemas e as peças que ilustravam os problemas de Eugenia podem ter sido organizados por Freire-Maia e Dreyfus. O evento contou com 258 inscritos, dos quais, segundo o Noticiário da SBPC, 90% compareceram, com a apresentação de cerca de 167 trabalhos. As reuniões foram efetuadas na Escola Superior de Agronomia e Veterinária, na Universidade do Paraná, no Centro Interamericano de Cultura e no Colégio Estadual do Paraná. (CIÊNCIA E CULTURA, 1950, p. 328). Conforme o noticiário, a exposição ocorreu nas dependências do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná, com temas referentes à

Genética, biologia da saúva, gomose de *Phytophthora* dos Citrus e aproveitamento do xisto bituminoso. (CIÊNCIA E CULTURA, 1950, p. 329).

Dentre os intelectuais que estiveram presentes ao evento em Curitiba, destacam-se Henrique da Rocha Lima, Adolpho Martins Penha, Clemente Pereira, Maurício da Rocha e Silva, Gilberto Guimarães Villela, André Dreyfus, Paulo Sawaya, Francisco Maffei, Mario Autuori, Haity Moussatché, Gastão Rosenfeld, Crodowaldo Pavan, José Leal Prado, Oswaldo Frota-Pessoa, C. R. Krug, H. Rheinbolt, F. Rawitscher, Oscar Dondera. (BACILA, 2001, p. 4).

Assim, Curitiba passava a ser uma das capitais que abria espaço às pesquisas científicas do pós Segunda Guerra Mundial e, a partir da instalação regional da SBPC e da recepção do evento, passa a fazer parte do circuito científico brasileiro, que cederia muitos outros eventos de relevância. E, de certa forma, mais próximo dos parâmetros delimitados pela Unesco, que debatia intensamente com a SBPC, mas também com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a partir da Comissão Estadual.

### **3.2 A instalação do Laboratório e o início das pesquisas em Genética e Eugenia**

Segundo Newton Freire-Maia, a finalidade de sua contratação foi ministrar a disciplina de Biologia Geral para o curso de História Natural da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e, em paralelo, a instalação de “um Laboratório de Genética, para nele continuar as pesquisas que já tinha iniciado na USP, sobre genética das populações de *Drosophila*.” (FREIRE-MAIA, 1997, s/p). O jornal *A Tarde*, de 13 de março de 1951, comentou acerca da contratação de Freire-Maia, considerada valiosa iniciativa da Universidade, e, conforme apontado, estava se especializando em Citologia e Genética (A TARDE, 13/03/1951, p. 5).

O Laboratório foi criado em 1951, ligado à cátedra ocupada por Homero de Mello Braga, e foi possibilitado, acreditamos, pelas redes que se formavam entre o médico paranaense e o Governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, que assumiu o cargo em 31 de janeiro de 1951. O periódico *O Dia* relatou que a contratação de Newton Freire-Maia por dois anos foi uma colaboração do Governo do Estado, como incentivo às pesquisas científicas no Estado advindo da Secretaria de Educação e Cultura, que autorizou a Reitoria, através de Suplicy de Lacerda, na contratação. A proposta foi efetuada por Homero de Mello Braga, que, como catedrático de Biologia Geral, teve o projeto aprovado

pelo Conselho Técnico Administrativo da Instituição. (O DIA, 16/03/1951, p. 8). O mesmo jornal chegou a publicar o clique fotográfico do momento de assinatura do contrato, no qual estavam presentes o Reitor Flavio Suplicy de Lacerda, Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia. (O DIA, 11/03/1951, p. 3).

**Figura 3 - Fotografia da assinatura de contrato de Newton Freire-Maia na Universidade**



**Fonte:** O Dia, Curitiba, 11 mar. 1951, p. 3.

Na fotografia publicada no *O Dia*, sentado se encontra o Reitor da Universidade, clicado durante a assinatura do contrato de Newton Freire-Maia, à esquerda, que estaria ligado na hierarquia institucional à Cátedra de Biologia Geral da FFCL, dirigida por Homero de Mello Braga, disposto à direita. O jornal listou ainda dez produções científicas de Newton Freire-Maia. Dentre elas estavam: *Sobre os cromossomas de Drosophila montium* (1947); *Variação de número dde dentes dos pentes tarsais Drosophila montium* (1949); *Balanced polymorphism in Drosophila montium* (1949); *Variação intra específica e evolução dass espécies* (1949); *Influência da temperatura sobre os pentes tarsais de Drosophila montium* (1949); em coautoria de Haroldo Engel, *Variação cromossômica em Drosophila pallidipennis* (1949); *D.E. Lea-Actions of radiations on living cella (análise)* (1949); *Produção artificial de mutações* (1949); em coautoria com C. Pavan, *Introdução ao estudo da Drosófila* (1949); e *Eugenia e Genética das populações* (1950). (O DIA, 11/03/1951, p. 3). Todo esse capital acadêmico e científico fora exposto de maneira a exaltar a contratação e os esforços do governo.

Conforme o *Relatório de 1975*, trazido à tona por Siqueira (2013, p. 48), nos primeiros meses de trabalho, Newton Freire-Maia fazia todo o serviço do laboratório e saía em excursões de coleta de drosófilas com o grupo da Zoologia, que era dirigida pelo padre Moure. Este fato denota as sociabilidades que iam se produzindo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No início dos trabalhos, o Laboratório contava, conforme Siqueira, “com uma câmara de temperatura constante, um microscópio de alta qualidade, uma calculadora Frieden, vidraria, uma escrivantina, uma máquina de escrever e pouco mais.” (SIQUEIRA, 2013, p. 47).<sup>290</sup>

Siqueira (2013) indica que a visita do doutor Harry Miller, diretor da Seção de Pesquisas Biológicas e Médicas da Fundação Rockefeller, à cidade de Curitiba, permitiu que o laboratório passasse a receber contribuições da entidade. (SIQUEIRA, 2013, p. 47). No entanto, encontramos fontes que deram maior exatidão em relação ao início da parceria científica. O jornal *O Dia* e o *Diário do Paraná*, de 20 de março de 1956, deram indícios de que “desde 1951, tem visitado Curitiba todo ano vem mais uma vez entrar em contato com pesquisadores do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Departamento de Ciências Naturais da Faculdade de Filosofia da nossa Universidade”. (O DIA, 20/03/1956, p. 5; DIÁRIO DO PARANÁ, 20/03 1956, p. 16).

Tudo indica que a Fundação Rockefeller forneceu gratuitamente para o Laboratório de Genética, ligado à Cátedra de Biologia Geral, parte do material prático para o estudo em laboratórios, conforme relatado em entrevista de discentes da FFCL-UP, publicada no *O Dia*, em 5 de dezembro de 1952. No entanto, esses materiais foram barrados pelas novas medidas adotadas pela Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) do Banco do Brasil. (O DIA, 05/12/1952, p. 12).

Esse contato permitiu, certamente, que o Laboratório recebesse ampla bibliografia de livros e revistas, conforme pressupomos nos questionamentos acerca da chegada dos periódicos referentes à Eugenia, Genética Humana ou Biologia Social, tais como *Eugenics Quarterly*, que depois mudou o nome *Social Biology*, ou a *Annals of Eugenics*, posteriormente chamada *Annals of Human Genetics*.

Se em março de 1951 havia sido contratado, em julho publicou na revista *Logos* da Faculdade de Filosofia o texto *A eugenia e a quebra dos isolados*, primeira publicação em revista paranaense, e em outubro de 1951, encontramos um significativo curso oferecido na FFCL-UFPR. O periódico *A Tarde* anunciou o *Curso sobre Eugenia*, que ocorreria no dia

---

<sup>290</sup> Os Relatórios do Departamento de Genética de 1975 foram as fontes de pesquisa de Siqueira (2013).

10, de segundas a sextas feiras, a ser ministrado pelo geneticista Newton Freire-Maia, contratado pela Universidade, com o fim de proferir cursos e realizar pesquisas em Genética. (A TARDE, 04/10/1951, p. 5). Havia como propósito da imprensa deixar perpassar a necessária contratação desse profissional para o espaço científico da Universidade. Durante o curso, o Instituto de Pesquisas deu atestado de frequência mediante pagamento de taxas a professores e estudantes. O curso de Eugenia aplicado por Newton Freire-Maia abordou os seguintes assuntos:

Métodos e bases da eugenia; A medicina em suas relações com a eugenia; Mecanismo fundamental da herança; Moléstias hereditárias; Genéticas das populações; Seleção e eugenia; Casamentos consanguíneos; As populações humanas e sua subdivisão em isolados; Moléstias hereditárias e isolados; Isolados e seu crescimento; Quebra de isolados e eugenia; Raça, miscigenação e eugenia; As classes sociais e a eugenia; Civilização e guerra; e Eugenia positiva. (A TARDE, 04/09/1951, p. 5).

Estas eram temáticas abordadas em Genética das Populações, especialidade que discutia e englobava os conhecimentos eugênicos em suas aplicabilidades genéticas. Conforme a matéria, todos os problemas seriam analisados por Freire-Maia objetivamente, sempre que possível com dados obtidos em populações brasileiras. E este era um dos trunfos do curso, em que os conceitos e as metodologias eram baseados em práticas científicas. Assim, era permitida a entrada de diversos interessados, desde biólogos e médicos, a educadores, antropologistas, etnólogos e psicólogos. (A TARDE, 04/09/1951, p. 5).

A curiosidade em conhecer melhor a grade curricular do curso nos levou à ampliação das pesquisas, no sentido de compreender como reverberou a palestra na opinião pública, mas também de compreender como esse curso era apresentado aos leitores menos especializados. O periódico *O Dia*, de 7 de setembro de 1951, trouxe mais detalhes do programa do curso acerca da Eugenia, e dentre eles citaram:

Análise do programa dos casamentos consanguíneos em relação com composição genética das populações humanas. Foram discutidos Endogamia e exogamia; Consanguinidade e o seu conceito relativo; Análise das várias nomenclaturas para classificação da consanguinidade; Impedimentos religiosos e civis relativos a casamentos consanguíneos; Relação entre tamanho das famílias e número de parentes; Relação entre número de parentes e frequências de casamentos consanguíneos; Relação entre frequência de casamentos consanguíneos e tamanho da “população”. Efeitos dos vários graus de consanguinidade sobre a constituição genética da prole; Casamentos consanguíneos e dinâmica genética das populações humanas; Casamentos consanguíneos e probabilidade de nascimento de filhos anormais; Frequência de casamentos entre primos, entre os pais anormais; Fenômeno “perda de ancestrais”. Análise de japonesas e brasileiras; Variação das frequências de casamentos consanguíneos em populações paulistas de 1850 e 1950; Casamentos consanguíneos em populações

de interior mineiro; Proibição dos casamentos consanguíneos e eugenia. (O DIA, 07/09/1951, p. 3).

Conforme apresentados pelo periódico, os dados das frequências de casamentos consanguíneos constituíam a base para o estudo do tamanho dos “isolados”, considerando as frações em que se acham divididas as populações humanas (classes sociais, aldeias, etc). A introdução do conceito de “isolado” no estudo da Eugenia, que seria efetuado por Newton Freire-Maia, conforme afirmou o jornal *O Dia*, mostraria-se de uma grande utilidade para a compreensão de vários problemas e, por isto, este ponto seria analisado sob seus aspectos gerais e aplicado, de modo objetivo, a várias populações brasileiras. (O DIA, 07/09/1951, p. 3). Nesse sentido, percebemos que Freire-Maia em seu curso daria ao público presente a possibilidade de pensar na prática como as populações genéticas poderiam seguir políticas de Eugenia.

Foi o Instituto de Pesquisas, criado em 1950, que provavelmente buscou a publicidade do evento e solicitava aos indivíduos interessados uma participação ativas nos debates que aconteceriam após a abordagem de cada assunto, no sentido de proporem questões não incluídas no programa ou “soluções não aventadas para os problemas ventilados.” (O DIA, 07/09/1951, p. 3). O Instituto de Pesquisas proporcionou financeira e cientificamente o impulso a atividades extracurriculares, que asseguravam a presença de professores e docentes em eventos, participação em bancas de concursos e ainda viabilizavam as publicações. (FURTADO, 1999, p. 63 *apud* SZWAKO, 2005).

Dois dias depois, em 9 de setembro de 1951, *O Dia* pormenorizou que o Curso de Eugenia não se tratava de um curso de especialização a respeito de todos os problemas relacionados à “eugenia”<sup>291</sup> mas, antes, de um curso planejado para fornecer uma visão geral, porém objetiva, dos principais aspectos referentes ao tema central. O assunto era principalmente vinculado à Genética, mas o estudo da Eugenia abrangia, no entanto, problemas relacionados a várias outras ciências, tais como a Sociologia, Etnologia, Antropologia, Psicologia, etc.

No curso, foi projetado um filme apresentando princípios da Genética, além de uma visita ao Laboratório de Genética da FFCL-UFPR, onde foram ministradas noções gerais dos métodos de pesquisas desenvolvidos por vários investigadores, e cujos resultados se mostraram de grande utilidade à compreensão de vários problemas eugênicos. No dia 9 de

---

<sup>291</sup> Analisando a reportagem, julgamos relevante fazer a observação de que o termo “eugenia”, usado diversas vezes - nove no total - aparece em letras minúsculas. Talvez fosse um pedido do próprio geneticista.

setembro, o jornal publicou um programa ainda diferente dos dois anteriores. O programa era, conforme a notificação desse dia:

1) Introdução. Conceito, finalidades, aspectos e bases da eugenia. Medicina e eugenia; 2) Mecanismo fundamental da hereditariedade. Os cromossomos da espécie humana. Gens letais. Norma de reação; 3) Genética das populações humanas. Teorema de Hardy-Weinberg. Fatores da evolução. Seleção e eugenia. Agentes mutagênicos; 4) Casamentos consanguíneos. Efeitos dos vários graus de consanguinidade sobre a constituição genética da prole. Proibição dos casamentos consanguíneos e eugenia. 5) Populações mendelianas e pequenas populações. As populações humanas e sua sub-divisão em isolados. Anomalias hereditárias e sua associação a certos isolado. Tamanho e quebra de isolados. Migração e eugenia; 6) O problema da raça. Pureza racial. Superioridade racial. Miscigenação e eugenia; 7) O problema das classes sociais. As classes sociais e a seleção natural. Fertilidade diferencial das várias classes sociais. “Darwinismo social”; 8) Civilização e eugenia. A seleção natural e a filantropia. Guerra e eugenia. A bomba atômica como agente mutagênico. Problema ético da eugenia. (O DIA, 09/09/1951, p. 3).

Este foi parte do programa do curso de Eugenia ministrado por Newton Freire-Maia, que indicava que suas pesquisas, discutindo Genética e Eugenia, eram de interesse do Governo do Estado, que se colocou favorável e investiu na contratação do geneticista. Além do Governo Estadual, a Fundação Rockefeller também estava interessada na cooperação e desenvolvimento da ciência, e visualizou na Universidade do Paraná e no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas significativo potencial científico para investimento. O programa do evento durou mais de uma semana, pois em 17 de setembro de 1951, as aulas do curso referentes à Eugenia se reiniciaram com uma palestra intitulada *Evolução e Religião*, a cargo do catedrático de Zoologia, Reverendo Padre Jesus Moure. (O DIA, 16/09/1951, p. 5).

Em 25 de setembro de 1951, ocorreu a primeira palestra de um discente; tratava-se de Ismael Fabrício Zanardini, que dissertou sobre a *Influência das Inversões Cromossômicas na Evolução dos seres vivos*. (O DIA, 17/09/1951, p. 5). Além do estudante Zanardini, que iniciou os trabalhos no Laboratório em junho de 1951, cabe citar Ademar Freire-Maia, que chegou em setembro daquele ano, ambos cursando História Natural na FFCL.

Em 2 de outubro, o jornal *O Dia* propagandeou o curso acerca de Eugenia, que se reiniciava na próxima segunda-feira, então 8 de outubro de 1951, no Instituto Santa Maria, versando a respeito das noções finais referentes às doenças hereditárias, com projeções de dispositivos ilustrativos de várias anomalias estudadas. A aula se encerrou com um filme acerca dos princípios básicos da Genética, realizado nos Estados Unidos e distribuído pela

Enciclopédia Britânica. Na sexta feira, 12 de outubro, iniciaria o curso diretamente relacionado com o problema da Eugenia. (O DIA, 02/10/1951, p. 5).

O curso de Eugenia de Newton Freire-Maia foi nesse sentido aula expositiva e estudo prático de suas considerações referentes à Eugenia, publicados em partes na revista *Cultus*, sob o título de *Eugenia e Genética de Populações* (1950), que explanamos anteriormente, e também das discussões advindas da ampla bibliografia apresentada, e do texto *A eugenia e a quebra dos isolados* (1951), publicado na revista *Logos*. Nesse sentido, a primeira publicação, na revista *Cultus*, fez parte de um processo de acumulação de valoroso capital científico e simbólico, que, somado à sua posição de autoridade dos assuntos em Genética das populações drosófilas, proporcionou interesse do Governo Estadual e da Universidade. Acreditamos que a elite governamental e seu fetiche pela Eugenia foi um dos motes explicativos para a contratação, além de aquela ser a chance de aplicarem de fato uma Eugenia com base científica, pretensão de muitos membros da elite dirigente paranaense. No entanto, a posição de Newton Freire-Maia foi de pesquisador contratado pelo menos até 1971, quando foi criado o Departamento de Genética.<sup>292</sup> Newton Freire-Maia possuía pouco poder como contratado em relação ao catedrático. No entanto, tinha autonomia no tocante às pesquisas do Laboratório. Sua posição se aproximava mais do que Harwood (1993a), interpretando os geneticistas alemães a partir da nomenclatura de Ringer, chamou de não mandarins, que tinham uma concepção do papel acadêmico que era mais modesta que a concepção mandarim do “portador da cultura”. Nesse sentido, colocou seu conhecimento à disposição dos contratantes, a Universidade e o Estado. A preocupação com a Genética da Transmissão e uma ciência mais prática, característica dos não mandarins, conforme apontado por Harwood (1993a), também é observada em Newton Freire-Maia, dedicando-se à estrutura do material hereditário e aos processos pelos quais era transmitido dos pais para os filhos, adotando a especialização e a relação casual com a alta cultura. Há de se frisar também o caráter político de Newton Freire-Maia, que fez parte do Partido Socialista, caracterizando-se em proximidade com os não mandarins, que participavam da vida política, ao contrário dos mandarins, que julgavam estar acima dos homens públicos, no entanto, não entraremos nesta questão neste momento.

---

<sup>292</sup> Para dar uma noção da questão contratual, em 22 de fevereiro de 1958, em Sessão do Conselho Universitário, a FFCL-UFPR propôs a renovação, para o ano de 1958, do contrato de Newton Freire-Maia, que foi defendido pelo parecer oral do Conselheiro Relator da Comissão de Ensino e Regimentos, o professor João Ernani Bettega, que foi unanimemente aprovada a renovada. Nesse sentido, seu contrato era renovado anualmente.

Evidenciaremos um dos trabalhos mais significativos de Newton Freire-Maia à frente do Laboratório de Genética, pois conseguiremos pensar, a partir dele, e somado ao anterior, o processo inflexivo do conceito de Eugenia, sobretudo sua crítica aos autointitulados eugenistas e sua forma de pensar a prática eugênica. Em 1951, Newton Freire-Maia publica, na revista curitibana *Logos*<sup>293</sup>, um periódico ligado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que circulou entre 1946 e 1953. Na Revista Logos, o espaço ocupado pelo texto do geneticista foi de menor visibilidade, pois o texto foi o quinto artigo publicado, de um total de seis. Publicaram Wilson Martins, Oswaldo Pinheiro dos Reis, Arion Dall'Igna Rodrigues, Giacomo Leopardi, e depois do geneticista, Eigenio Mazarotto. Seu texto esteve no meio de duas exaltações biográficas, uma a Alberto Bruno e outra a Silvio Romero. Fez parte uma produção interdisciplinar da FFCL-PR e visou delimitar espaços das pesquisas científicas e dos temas, já que era um recém chegado à Faculdade.

Com o texto *A eugenia e a quebra dos isolados*, trouxe à tona a relevância da Eugenia e da Genética Humana das populações isoladas. Era uma discussão que adentrava o ramo de estudo da estrutura Genética das Populações Humanas. Assim, é necessário compreender o que significava populações em termos genéticos, o que eram os isolados genéticos, como a Eugenia estava vinculada à Genética Humana e, por fim, como se dava a quebra de isolados.

A linha de pensamento de Newton Freire-Maia pretendia utilizar a Eugenia a partir das bases sólidas da Genética e sem tabus. Assim, a introdução de *A eugenia e a quebra dos isolados* (1951) demonstrava que era possível, na visão do geneticistas, praticar de fato uma Eugenia que discutisse com a Genética e com a Demografia, em que a abertura de vias de comunicação seria preponderante para o aumento de migrações e a conseqüente quebra de isolados, diminuindo os casamentos consanguíneos, mas também as probabilidades de homozigose - abortos, mortalidade pré-natal e pós-natal, anormalidade e morte antes da idade de reprodução - por origem comum de genes. O casamento consanguíneo, mais comum em isolados, permitia observar-se que, no descendente, o gene recessivo se encontrasse em dose dupla e se manifestasse. Os casamentos consanguíneos aumentam a probabilidade de que os genes deletérios se encontrem em dose dupla, manifestando-se por meio da morte ou da anormalidade.

---

<sup>293</sup> Trata-se do periódico LOGOS. Curitiba: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, 1946-1953. Desconhecida. ISSN 1678-359X.

Publicado em junho de 1951, conceituou Eugenia citando sua obra de 1950, na qual Eugenia era “o conjunto de medidas tendentes a melhorar o padrão genético das populações humanas, diminuindo a frequência de indivíduos hereditariamente defectivos.”. Conforme o geneticista, desde a criação da palavra “Eugenics” até aquele momento, muito havia se discutido acerca do tema, mas nem sempre os debates primaram pela serenidade e coerência. Conforme relatou:

Muitas vezes, espíritos apaixonados levaram o assunto a nível tão baixo e o recheiam com tamanhos dislates, que, durante certa época, a Eugenia se metamorfoseou pela obra nefasta de seus falsos pregoeiros, em doutrina ridícula e absurda, sem base segura e sem finalidades concretas. Chegou a ser considerada como uma nova religião, mesclou-se com o racismo mais nefasto que se possa imaginar e, vestida com falsas roupagens revolucionárias, nada mais fez do que servir, num triste paradoxo, às mais torpes formas de reação. Justificava-se, pela Eugenia, muitos dos grandes crimes contra a humanidade, na afirmação de que eram cometidos com nobre fim de melhorar a raça, extirpando do seu seio os elementos considerados inferiores e nocivos. Em geral, não se explicava com muita clareza os critérios usados para tão delicada discriminação. Na Alemanha nazista, por exemplo, milhares de indivíduos foram esterilizados ou assassinados pelo único motivo de serem judeus. Tais crimes foram cometidos sob a alegação de que se fazia mister a manutenção de uma suposta pureza racial. E a palavra mágica “eugenia” era invocada para promover a transmutação dos crimes em obras beneméritas. (FREIRE-MAIA, 1951, p. 66).

Newton Freire-Maia não mediu esforços em demonstrar os equívocos criminosos contra a humanidade ocorridos sob o prisma da Eugenia, seja em sua forma de doutrina religiosa, seja pelo uso do racismo, ou seja pelo discurso revolucionário utilizado.

Assim, para Newton Freire-Maia (1951),

esses tais e tantos absurdos foram acumulados sobre o programa de ação da Eugenia, que muitos espíritos serenos se afastaram do verdadeiro estudo do problema, deixando em campo, e em franca atividade, os que sentiam natural vocação para a propaganda ruidosa de princípio que mal compreendiam e de fantásticos programas de ação. (FREIRE-MAIA, 1951, p. 66).

No tocante aos eugenistas no Brasil, relatou Newton Freire-Maia que, em geral, foi estrondosa e vazia a propaganda que foi feita a respeito da Eugenia, e causava em Freire-Maia (1951) admiração de ter “podido falar tanto, durante tanto tempo e com tamanha leviandade, sobre um problema sério que a maioria dos *soi-dissant* eugenistas desconhecia completamente nos seus aspectos realmente científico.” (p. 66). Nesse sentido, era necessário uma crítica aos ideais científicos dos próprios intelectuais paranaenses, que se autodenominaram eugenistas, e delimitar rupturas com aquela geração que lhe causava admiração pela leviandade das discussões.

Esta triste etapa está felizmente vencida. Desapareceu, massacrada pela força da própria estultice, o culto da eugenia. O racismo foi, em geral, varrido dos bons textos científicos, apenas perdurando nos espíritos deformados por falhos métodos educativos. Ruiu fragorosamente o mito do rápido aperfeiçoamento genético da humanidade. Não mais se espera transformar a terra e lugar paradisíaco onde as chagas e mazelas que nos acompanham deixem de existir. (FREIRE-MAIA, 1951, p. 66).

Para Newton Freire-Maia (1951), as conclusões de ordem eugênica deveriam ser baseadas nos princípios da Genética, ciência que estuda a herança e a variação. Assim, historicizou as leis de fundamento da hereditariedade, formuladas por Gregorio Mendel, em 1865, e por Thomas Hunt Morgan e *et al.*, em vários trabalhos a partir de 1910. A ampliação das pesquisas efetuadas pela escola estadunidense de Morgan estabeleceu que os caracteres eram condicionados por unidades sub-microscópicas, denominados genes e localizados nos cromossomos, elementos existentes aos pares, no núcleo das células.

Também explicou o geneticista que herança não era a transmissão de caracteres por meio do sangue, ou de alguma entidade cujos estudos escapam ao método experimental, mas por meio dos gametas, unidades condicionadoras de caracteres. O gene guardava sempre a sua individualidade. Nesse sentido, muitos genes eram conhecidos como condicionadores de anomalias, e, portanto, as frequências destas anomalias em uma comunidade dependiam, para Freire-Maia (1951), dentre outros fatores, das frequências dos respectivos genes.

Foi em 1950 que Newton Freire-Maia teve contato com as leituras dos aspectos matemáticos da Genética das Populações Humanas, de Dahlberg, e, conforme relatou, teve a ideia de fazer um levantamento da frequência dos casamentos consanguíneos em São Paulo. (FREIRE-MAIA, 1988). A boa relação de Newton Freire-Maia com o Catolicismo foi relevante ao avanço das pesquisas, sobretudo o acesso aos acervos de livros de casamento nas paróquias abordadas, e sob o domínio de guarda da Instituição Católica.<sup>294</sup> Mas publicar na *Revista Logos* também indica essa proximidade com o grupo católico tomista, e naquele momento a possível necessidade de tratar a Eugenia sob um viés populacional.

No texto *Frequencies of Consanguineous Marriages in Brazilian Populations* (1952), publicado na *The American Journal of Human Genetics*, o geneticista agradeceu ao Reverendo Padre João Kulay, ao Cônego José do Patrocínio Lefort e ao Monsenhor João

---

<sup>294</sup> Visitou muitas vezes a Cúria Metropolitana, onde pesquisou o arquivo de batismos, casamentos e óbitos. Desses dados produziu sua pesquisa acerca dos casamentos consanguíneos desde o fim do século XVIII. (FREIRE-MAIA, 1988).

José Perna, que forneceram informações relevantes para a pesquisa. (FREIRE-MAIA, 1952, p. 203).<sup>295</sup> O espaço de publicação no periódico foi entre os artigos originais, com maior relevância em relação às seções de resenhas de livros, cartas ao editor, e bibliografias de genética humana.

Segundo os dados de Freire-Maia (1952), o tamanho médio dos isolados brasileiros era de cerca de 500, considerada uma estimativa baixa para as regiões civilizadas. Por um lado, os processos de crescimento populacional e migrações constantemente se desenvolvem, criando isolados de tamanhos cada vez maiores em áreas progressivas. Por outro lado, regiões pouco desenvolvidas e rurais tendiam a ser isolados que permaneciam estabilizados.

Na leitura de Newton Freire-Maia (1952), no Brasil, encontravam-se os dois tipos de isolados populacionais. O primeiro era característica do sul do país, analisados a partir de São Paulo e norte do Paraná. O segundo tipo era característico do interior do país, com análise em Minas Gerais e Bahia. Assim, a fase de desenvolvimento do isolado é relevante na análise, pois o crescimento do isolado, por se dar dentro de suas fronteiras, pelo aumento da natalidade e diminuição da mortalidade; mas também para além de suas fronteiras, era influenciado pela imigração. O estudo do processo histórico era, conforme relatou Saldanha (1957), essencial para antever ou prever sua futura situação. O método de análise da evolução do isolado em diferentes situações não vinha sendo menosprezado pelos estudiosos.

Em 1957, Newton Freire-Maia publicou no *The American Journal of Human Genetics* o texto *Inbreeding in Brazil*, que trazia um panorama geral acerca dos níveis de consanguinidades nos variados territórios brasileiros. Este era periódico especializado da Sociedade Americana de Genética Humana, de alta significância científica. No volume de dezembro de 1957, o espaço de publicação foi entre os artigos originais. Apresentou ainda um mapa dos supracitados níveis de consanguinidade, em que o diâmetro dos círculos significava a proporção dos valores de coeficiente de consanguinidade, ou seja, quanto maior era o diâmetro, maior o coeficiente de *inbreeding* por estado.

---

<sup>295</sup> Aliás, a relação com os católicos ocorreu desde sua chegada à Universidade do Paraná, sobretudo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada, como já apresentado em capítulo anterior, por Homero de Mello Braga, da Faculdade de Medicina, por Omar Gonçalves da Mota e Carlos de Paula Soares, da Faculdade de Direito e pelos integrantes do Círculo de Estudos Bandeirantes e à Pontifícia Católica, que organizaram todas as grades curriculares da FFCL-PR. Naquele momento, Freire-Maia estava ministrando a disciplina de Biologia Geral para o curso de História Natural da FFCL-UFPR. Conforme os dados de Freire-Maia (1952), 95% da população brasileira era católica, e aí se estabelecia a significância de examinar nos arquivos de paróquias católicas os livros de casamentos. (FREIRE-MAIA, 1952, p. 195).

Figura 4 - Mapa dos índices de maior consanguinidade no Brasil, de autoria de Newton Freire-Maia (1957)



Fonte: Freire-Maia, 1957, p. 289.

Pode não aparentar, mas o mapa em questão, representando as taxa de consanguinidade, constitui a história das populações brasileiras, demonstrado historicamente a mistura das populações no Brasil. O que foi chamado por Lipphardt (2010; 2014) de bio-história (*biohistorical narrative*), uma narrativa que buscava aliar os marcadores genéticos, evolução e miscigenação. Foi possível contar a história das populações, em que as maiores concentrações de consanguinidade estavam em regiões mais isoladas, enquanto que onde havia menores concentrações de frequência de consanguinidade representavam uma maior assimilação de populações advindas das migrações ali efetivadas historicamente. O mapa traz ainda a ideia da imensidão de

pesquisas realizadas por Newton Freire-Maia e o grupo do laboratório. A cartografia produzida pelo geneticista permitia vislumbrar regiões em que poderiam-se praticar a quebra dos isolados, analisado anteriormente. Se essa prática de quebra de isolados foi efetivada posteriormente, não sabemos. Mas o fato de Newton Freire ter exemplificado academicamente, publicando e por meio de curso de extensão, a respeito do problema eugênico permite-nos pensar sua aplicabilidade. Mas este é um ponto a ser estudado em outras oportunidades.

Porém, o discurso da Genética Humana efetuado pelo geneticista evoca a questão da diversidade genética brasileira como um fator de uma genética nacional saudável. As regiões que mais possuíam isolados genéticos – interior de Minas Gerais e Bahia, com maior frequência de casamentos consanguíneos e, por consequência, maior visualização de frequências de problemas genéticos –, poderiam por meio de uma intervenção de geneticistas, mas com intenções eugênicas, encaminhar junto ao poder público o pedido de lavas migratórias ou imigratórias, para aumentar o tamanho do isolado, e ter como consequência eugênica a quebra do isolado. Quebrar o isolado era, portanto, uma prática eugênica efetuada por meio da Genética Humana - e das Populações - aliada a práticas governamentais. A quebra de isolados representava dois aspectos. Por um lado, evidenciava o aumento do tamanho do isolado. De outro lado, assinalava a diminuição da frequência de genes recessivos letais ou indesejáveis causados pelo tamanho do isolado e pelos casamentos consanguíneos que ocorrem de forma aleatória na sociedade.

No Brasil, as pesquisas de Freire-Maia levaram alguns pesquisadores da Genética, como Saldanha (1957), a analisar seus dados coletados no interior de Minas Gerais, sob viés da migração como papel central na quebra daquele isolado genético. (CIÊNCIA E CULTURA, 1957). Ou como os franceses Jean Sutter e Jean-Michel Goux, que trabalharam a questão do declínio dos casamentos consanguíneos e o aumento dos isolados na França. Estas questões são trabalhadas no subtítulo seguinte.

Em fim de maio de 1953, o Laboratório de Genética iniciou por meio de Newton Freire-Maia e da bacharel Wanda de Aguiar uma pesquisa em Genética Humana, que tratava de analisar a capacidade de enrolar e/ou dobrar a língua. Assim, o Laboratório de Genética solicitou aos leitores do jornal que os capazes de realizar tais movimentos se comunicassem com membros do grupo de pesquisa. (O DIA, 31/05/1953, p. 8).<sup>296</sup>

---

<sup>296</sup> Essa pesquisa foi publicada na revista *Ciência e Cultura*, em 1953, sob o título *Nota sobre algumas características hereditárias na espécie humana*.

Em 1953, em comemorações do centenário de Emancipação Política do Paraná<sup>297</sup>, o Governo do Estado colaborou com a promoção da V Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, mas estiveram imbuídos na promoção também a Universidade do Paraná e o Colégio Estadual. Durante a sessão inaugural, o Governador e professor de História da América da FFCL-PR, Bento Munhoz da Rocha Netto, foi responsável pela conferência de abertura, junto ao professor catedrático de Direito Civil da USP, Jorge Americano. (O DIA, 10/11/1953, p. 5). Nessa ocasião, estiveram presentes na mesa de Genética o presidente Homero de Mello Braga, F.G. Brieger<sup>298</sup>, A. B. da Cunha, Theodosius Dobzhansky, Ademar Freire-Maia, Newton Freire-Maia, J. T. Gurgel, S. Paterniana, H. Antunes Filho, A. Carvalho e R. Kerr Nogueira. (O DIA, 13/11/1953, p. 3).

Em setembro de 1954, chegou a Curitiba o dr. Harry Miller Jr., diretor da Divisão de Ciências Naturais e Agricultura, e seu assistente, dr. John Mekelsey Jr, que vieram de viagem de São Paulo e na sequência partiram para Porto Alegre. A matéria elencou que a instituição estadunidense cooperou ativamente por meio de substanciais doações de aparelhos, substâncias químicas, assinaturas de revistas especializadas para desenvolvimento da pesquisa científica no Paraná. Assim, os auxílios eram concentrados no Departamento de Bioquímica, ligado ao IBPT, e o Laboratório de Genética, ligado à cátedra de Biologia Geral da FFCL-UFPR. (O DIA, 19/09/1954, p. 12).

Em 25 de abril de 1956, Newton Freire-Maia palestrou no salão nobre da Faculdade, com o tema *Darwin e a teoria da evolução*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/04/1956, p. 7). De alguma forma, essa mudança em visualizar a Biologia e o evolucionismo a partir da Genética foi crucial para o reemergir dos trabalhos de Biologia social. E nesse sentido,

---

<sup>297</sup> Em 1953, o Paraná recebeu 29 Congressos Comemorativos do Centenário do Estado: IX Semana Odontológica Brasileira; Reunião Penitenciária Brasileira; II Congresso Nacional de Ministério Público; II Congresso das Universidades Brasileiras; II Congresso Nacional de Folclore; V Congresso Nacional de Folclore; V Congresso Nacional de Jornalistas; Congresso Florestal e Madeireiro do I.N.P.; II Congresso de Filosofia; I Congresso Nacional de Educação Física; IV Jornada Brasileiras de Radiologia; II Congresso Nacional do Capítulo Brasileiro e I Congresso Pan-Americano do Colégio Internacional de Cirurgiões; XI Congresso Nacional de Educação; Convenção Pan-americana de Radioamadores; Congresso Nacional de Servidores Públicos; VII Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia; IX Convenção Brasileira de Farmacêuticos; VI Congresso de Tuberculose; Reunião Anual da SBPC; Congresso Nacional de Veteranos de Guerra do Brasil; VI Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária; XI Congresso Brasileiro de Higiene; I Congresso de Sociologia do Brasil; I Congresso Pan-americano de Psicologia; X Reunião de Dermatologia e Sifilografia; II Conferência Rural no Brasil; III Congresso Internacional do Café; III Congresso Filatélico Brasileiro; XIV Congresso Brasileiro de Esperanto. (A DIVULGAÇÃO, jul. 1953, p. 35).

<sup>298</sup> Friedrich Gustav Brieger (1900-) doutorou-se em Botânica em 1921, pela Universidade de Breslau. E trabalhou de 1921 a 1924 nas universidades de Munique, Berlim e Viena. Em 1924 recebeu bolsa da Rockefeller para estágio em Harvard, sob orientação de Edward M. East, e depois pesquisador no Kaiser-Wilhelm-Institut, onde trabalhou com Karl E. Correns. Em 1933 foi convidado para organizar o departamento de genética da ESALQ. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 4).

temos que pensar a Universidade sob esse novo prisma de análise que a Genética proporcionou ao campo científico dentro da Universidade. Pensar que ambiente foi propiciado pela chegada de Newton Freire-Maia e toda crítica biológica em seu entendimento a respeito da análise da sociedade. Refletir como essa compreensão da hereditariedade humana proporcionou um novo ambiente para se repensar a sociedade. E na mesma medida compreender o emergir dos financiamentos, mas, sobremaneira, a lógica política das escolhas institucionais.

Em 1959, a Fundação Rockefeller doou 120.250 dólares a quatro universidades brasileiras e à SBG. A motivação era um novo programa de investigação de Genética Humana, na qual a Universidade do Paraná recebeu a quantia de 20.000 dólares, com o fim de financiamento dos estudos dos casamentos consanguíneos no Paraná e em outros Estados do país. (DIARIO DE NOTICIAS; O JORNAL, 31/07/1959, p. 5).<sup>299</sup> Nesse ano Newton Freire-Maia iniciou o doutorado em Ciências Biológicas, no Rio de Janeiro, sob orientação do professor A. J. Lagden Cavalcanti, que versou sobre *Casamentos Consanguíneos no Brasil* (1960).

Já em 1961, em publicação nas *Atas do Primeiro Simpósio Sul-Americano de Genética*, Newton Freire-Maia relatava que para a realização dos planos de pesquisa, o Laboratório de Genética contava com subvenções do Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Fundação Rockefeller. Esse montante certamente foi utilizado para a compra de materiais e livros da biblioteca do Laboratório.

Encontramos na Biblioteca de Biológicas, localizada no Centro Politécnico da UFPR, um amplo acervo da temática eugênica e genética, que permite pensarmos as inflexões teóricas em relação aos sentidos biodeterministas. A primeira delas é o *Annals of Eugenics*, publicada pela *Cambridge University Press*, de Londres. Segundo Lionel Penrose (1949, p. 18), era editada por Pearson e veio a existir em 1925 “como uma extensão natural da revista *Biometrika*”. *Annals of Eugenics* publicava artigos originais de várias partes do mundo acerca de Genética Humana e problemas correlatos e também

---

<sup>299</sup> Dentre os valores e instituições, a Fundação Rockefeller doou para a SBG, 12.000 dólares, para a USP, foram 43.400 dólares para investimento em um curso de Genética Humana para estudantes de medicina. Para a Universidade do Paraná, foram doados 20.000 dólares para o estudo dos matrimônios consanguíneos em vários Estados do Brasil e investigações afins. Para a Universidade do Rio Grande do Sul, o valor era de 32.650 dólares para criação de um Banco de Sôro Humano e outras investigações e, por fim, à Universidade da Bahia, foram doados 12.200 dólares para ajudar a cobrir gastos com estudos sobre Genética em várias tribos indígenas. (DIARIO DE NOTICIAS, 31/07/1959, p. 8; O JORNAL, 31/07/1959, p. 5).

inserir os relatos das pesquisas que aconteciam no *Galton Laboratory*. (PENROSE, 1949, p. 18).

A presença desse periódico abre diversas possibilidades para se pensar a circulação dos saberes eugênicos no campo genético específico da Universidade do Paraná - o Laboratório de Genética. As edições dos anais de Eugenia - disponíveis na Biblioteca de Ciências Biológicas, em inglês – iniciam-se no ano de 1925 e abrangem a totalidade até o ano de 1954, ano marcado por uma ruptura institucional, fruto de um longo processo em prol da mudança de sentido nas ciências que o Laboratório Galton trabalhava. No periódico, uma medida desse processo é a modificação de seu título, passando de *Annals of Eugenics* para *Annals of Human Genetics*. Houve, portanto, a necessidade dessa mudança, uma pressão interna no campo científico que frisava metodologias não intervencionistas na aplicação da nova Biologia social. O termo Biologia social é central, pois dá conta dessa mudança de sentido, em que a Eugenia é visualizada como pretensamente intervencionista, e a Genética Humana o seu contrário, ou pelo menos apenas uma mediação por meio de conselhos advinda dos médicos e geneticistas.

No tocante à temática do estudo da hereditariedade, chamamos atenção para a centralidade de se compreender as inflexões e rupturas teóricas do conceito de Eugenia e de Genética Humana. Analisando os *Annals of Eugenics*, a primeira questão foi em quais momentos foram adquiridos pela Universidade. Interrogamo-nos se os anais, que possuíam publicação trimestral, haviam chegado à Universidade nessa periodicidade desde 1925. Supondo uma resposta positiva, teríamos de pensar o seu contato com os médicos, juristas e eugenistas desde a década de 1920, momento em que os primeiros médicos começaram a produzir textos acerca da temática. No entanto, é negativa, pois encontramos nos Anais carimbos que indicavam que os *Annals of Eugenics* eram pertencentes ao Laboratório de Genética. Assim, temos de refletir se a documentação passou a ser recebida ainda em 1951, ano da criação do Laboratório de Genética, o que demanda o recebimento ainda do *Annals of Eugenics*, ou se ocorreu quando da transformação em Laboratório de Genética Humana, em 1958, o que denotaria a compra ou recebimento por doação, da coleção inteira, desde as primeiras publicações.

Outra aquisição do Laboratório de Genética foi o periódico americano *Eugenics Quarterly*, que possui em seu acervo a coleção completa de 1954 a 1967, composta por quinze volumes. Esta revista substituiu, em 1954, a *Eugenics News*, ligada à *American Eugenics Society* (AES), dos EUA. Em 1968, a *Eugenics Quarterly* mudou seu nome para

*Social Biology*, em um movimento conceitual americano semelhante ao exposto anteriormente no caso inglês.<sup>300</sup> O Laboratório recebeu os fascículos da *Social Biology* até 1987, conforme confirmado na Biblioteca Biológica. Newton Freire-Maia colaborou com publicações na revista estadunidense em suas duas fases.

No momento em que essas revistas foram publicadas, o campo da Genética Humana estava fervilhando, e até mesmo outros tipos de herança, diferentes da lógica mendeliana, eram uma possibilidade. No texto *O Laboratório Galton: seu trabalho e objetivos*, Lionel Penrose relatava uma certa reflexão a respeito do mendelismo em 1949, e revelou que houve uma advertência em relação às suas interpretações, ao menos em relação às questões de hereditariedade do câncer mamário e a diabetes.

Métodos de pesquisa coletando todos os casos disponíveis de um tipo de doença são, portanto, adotado em muitas das investigações *Galton Laboratory*. Posso me referir especificamente ao estudo abrangente da genética da diabetes pelo Dr. Harris. (...) Ele acumulou uma grande quantidade de dados, que ele achou possível analisar de maneiras nunca antes tentadas. Não é para eu anteciper suas conclusões, mas posso mencionar que, como encontrado em quase todas as investigações genéticas precisas sobre doenças humanas, nenhuma explicação mendeliana simples caberá todos os fatos. O ambiente de cada indivíduo também tem que ser cuidadosamente estudado. A crença tradicional de que as doenças humanas herdadas são sempre dominantes, recessivas ou ligadas ao sexo deve ser grandemente modificada à luz das pesquisas modernas. Um estudo abrangente da genética do câncer mamário humano, realizado no laboratório por Miss MacKenzie, Karn, Dr. Kalmus e eu (Penrose), não deu nenhuma sugestão de herança mendeliana, embora a concentração familiar pudesse ser provada. (PENROSE, 1949, p. 20).

Havia, portanto, segundo os geneticistas, a sugestão de que nem sempre a herança mendelista – dominância, recessividade, ligada ao sexo – seria explicação para a totalidade dos casos, e que o caráter ambiental deveria ser levado em conta também. Essa seria uma das inflexões conceituais relativas à Eugenia e à Genética que agregava outros fatores para além do determinismo biológico, mas também de determinismos ambientais. Quando as relações se dão no campo da Genética Médica, o fator ambiental era determinante, como em Freire-Maia, que sempre divide a fatoraçoão genética e a ambiental.

Newton Freire-Maia e Ademar Freire-Maia, em *Genética Médica* (1966), evidenciaram que o geneticistas, no serviço de aconselhamento, não entravam em contato apenas com problemas genéticos, uma vez que na Etiologia de várias anomalias e doenças e os fatores ambientais desempenhavam importante papel. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1966, p. 59). O fator ambiental seria determinante, por exemplo, nos casos de

---

<sup>300</sup> *Eugenics Quarterly*. v.1, n.1, march, 1954-1967.  
*Social Biology*. v.15, n.1, 1968-87.

exposição de pessoas a radiações, conforme apontou Newton Freire-Maia (1966), atuando de forma negativa nas gônadas, aumento da possibilidade de síndromes – exemplificado em um caso de mongolismo ou *Síndrome de Down*. (FREIRE-MAIA, 1966, p. 102). No entanto, essas pesquisas de Freire-Maia ocorreriam uma década mais tarde.

O jornal *Diário do Paraná*, de 31 de julho de 1955, trazia a programação cultural da Biblioteca Pública do Paraná, e, para nossa surpresa, trazia a notícia de uma conferência do professor Hans Kalmus. Conforme o jornal, Kalmus era autor de “inúmeros trabalhos sobre fisiologia e genética, tendo trabalhado em laboratórios londrinos, durante a guerra, estudando os efeitos das altas pressões sobre o corpo humano”. (DIÁRIO DO PARANÁ, 31/07/1955, p. 7). Segundo a nota jornalística, o geneticista estaria no Paraná para investigar os “Índios Caigangues, seguindo após para o norte do Brasil.” (DIÁRIO DO PARANÁ, 31/07/1955, p. 7).

Realizar-se-á amanhã, segunda-feira, a anunciada conferência do Prof. Hans Kalmus, do Galton Laboratory (Universidade de Londres), que versará sobre um tema de interesse geral (Aspectos sociais e médicos da Genética), as 17 horas, no salão da Biblioteca Pública do Paraná. (DIÁRIO DO PARANÁ, 31/07/1955, p. 7).

Isso demonstra as estreitas relações entre Genética e Eugenia em 1955, já que Hans Kalmus estava ligado ao Galton Laboratory, de Londres, que leva o nome do conhecido “pai da eugenia”. Uma palestra desse quilate na Biblioteca Pública do Paraná é muito significativa para a compreensão da Eugenia e da Genética no Paraná, já que revela uma articulação da intelectualidade para a presença de tal geneticista. Newton Freire-Maia<sup>301</sup> já estava, em 1955, estabelecido na Universidade do Paraná, e com relativas chances liderou a visita de Hans Kalmus em solo paranaense por conta de sua posição no campo. Segundo o informativo do periódico *Ciência e Cultura*, Kalmus havia sido agraciado por parte da Fundação André Dreyfus com o prêmio “Dreyfus”, de 1954. O geneticista viria no ano seguinte, de abril a setembro de 1955, receber o prêmio e ainda realizar investigações referentes à Genética Humana. (CIÊNCIA E CULTURA, 1954, p. 215). A proximidade de Freire-Maia com Dreyfus durante os primeiros anos de pesquisas acerca da Genética

---

<sup>301</sup> Em entrevista a José Wille, interrogado se em 1946, Freire-Maia já começava a trabalhar no laboratório de genética da USP, respondeu com certo espanto que sim. Freire-Maia, depois de terminar o curso de Odontologia, foi a São Paulo trabalhar com Genética, inscrevendo-se para uma disciplina em Genética, que, segundo consta, lhe deu a obrigação de lecionar a disciplina no curso; no entanto, lembrava que já conhecia o professor-chefe do departamento - tratava-se de Dreyfus - desde 1945 e que já tinha proposta para atuar em genética.

Humana no Brasil é indício para essa mediação no Paraná. Mas conforme demonstraremos no capítulo seguinte, Loureiro Fernandes também estava envolvido.

Nesse mesmo momento, em 1955, foi inaugurada a Sociedade Brasileira de Genética (SBG)<sup>302</sup>, sob a presidência de Carlos Arnaldo Krug. A SBG escolheu como data oficial de fundação 5 de julho, data do nascimento de André Dreyfus, que havia falecido em 16 de fevereiro de 1952. Assim, o nome do prêmio e a data oficial de fundação foram homenagens a Dreyfus. A palestra inaugural da Sociedade esteve a cargo do geneticista Hans Kalmus.

Segundo Derek Roberts (1989), em texto memorial intitulado *In Memorial: Hans Kalmus, 1906-1988*, e publicado na *Annals of Human Biology*, Kalmus nasceu em Praga, em 1906; graduou-se em Zoologia e Medicina, sendo docente a partir de 1931 na *German University*, em Praga. Em 1939, fugiu para Londres, com sua família, e juntou-se ao *Department of Eugenics, Biometry and Genetics* no *University College London*. Roberts (1989) explica que

No final da guerra, depois de um período de palestras a prisioneiros alemães sobre temas genéticos (que explicava os erros nas noções nazistas de eugenia e raça), ele ajudou a restabelecer o ensino de genética no University College com esse notável grupo J.B.S. Haldane, Ursula Phillip, Helen Spurway, Hans Gruneberg e L.S. Penrose. (ROBERTS, 1989, p. 179, tradução nossa).

Kalmus teve, portanto, papel importante na relegitimação da ciência eugênica naquele momento histórico de inflexões conceituais e da pejorativa-ação da Eugenia. Podemos pensar na possibilidade de que suas viagens à América Latina significaram também uma tentativa de quebra do estigma causado pelos usos científicos da Eugenia pelos nazistas. Além de expandir os horizontes de estudos e utilizar os dados do laboratório populacional brasileiro, é legítimo que dentre os interesses da palestra estava desestigmatizar as utilizações da Eugenia e estabelecer a Genética Humana como campo de estudo na década de 1950.

---

<sup>302</sup> Fundada em 04 de julho de 1955, em Campinas, em uma das sessões do Simpósio Internacional de Biometria, reuniu diversos geneticistas do Brasil e do estrangeiro, sob a presidência de Friedrich Gustav Brieger. Essa reunião foi convocada por meio de circular na ocasião do II Congresso Pan-Americano de Agronomia, e buscava a congregação dos geneticistas. Teve como fundadores Carlos Arnaldo Krug, Friedrich Gustav Brieger, Ady Raul da Silva, Hermindo Antunes Filho, J. Grossman, Carlos Mendes, Jose Pompeu Memoria, Fernando Costa Pereira, Gladstone Drumond, Americo Grozmann, Shiro Miyasaka, Glauco Pinto Viegas, Sir Ronald Fisher, Hans Kalmus, Gertrude Cox, Willian Cochran, Hans Burla, Luiz Edmundo Magalhães, Cora de Moura Pedreira, Bruno Battaglia e Warwick Estevam Kerr.

### 3.3 As pesquisas em Genética Humana no Paraná: entre a Genética das Populações e a Genética da Transmissão

Dentre as formas de produção e circulação científica produzidas pelo Laboratório, perparssamos pelas primeiros artigos científicos de divulgação popular que visava igualmente a interdisciplinaridade do campo acadêmico, e os Cursos de Extensão, que já mesclavam um público mais especializado, no entanto, ainda de caráter interdisciplinar. Um dos lastros das pesquisas científicas que eram debatidas se encontram nos seminários, que ocorriam uma vez por semana, e representaram uma especialização do conhecimento além de estratégias para fomentar a prática científica.<sup>303</sup>

Nesse sentido, no curso de História natural, da reunião entre o Centro de Estudos de História Natural<sup>304</sup>, a Divisão Regional da SBPC e o Laboratório de Genética emergiu o Seminário de Genética e Evolução, em junho de 1954. O primeiro assunto discutido foi *Mecanismo de determinação das castas em abelhas sociais*, pelo acadêmico do terceiro ano de História Natural, Ademar Freire-Maia. Estiveram presente na reunião, o professor Pe. Jesus Moure, autoridade em abelhas sul-americanas, o geneticista Newton Freire-Maia, coautores do livro *Evolução dos Seres Vivos*<sup>305</sup>, o fisiologista Dr. Hans Jacobi e o botânico

<sup>303</sup> A historiadora Daiane Vaz Machado (2016), trabalhando a trajetória da historiadora Cecilia Maria Westphalen, propôs que o ato fundador do incentivo a pesquisa histórica no curso de História e Geografia se deu pela instituição de um Seminário de História (2016, p. 104), onde as reuniões do grupo em torno de problemáticas comuns significou progressiva especialização do conhecimento. No entanto, no caso analisado por Machado, esses seminários iniciaram-se em 2 de dezembro de 1964, quando houve a fundação do Departamento de História dentro do curso de História e Geografia.

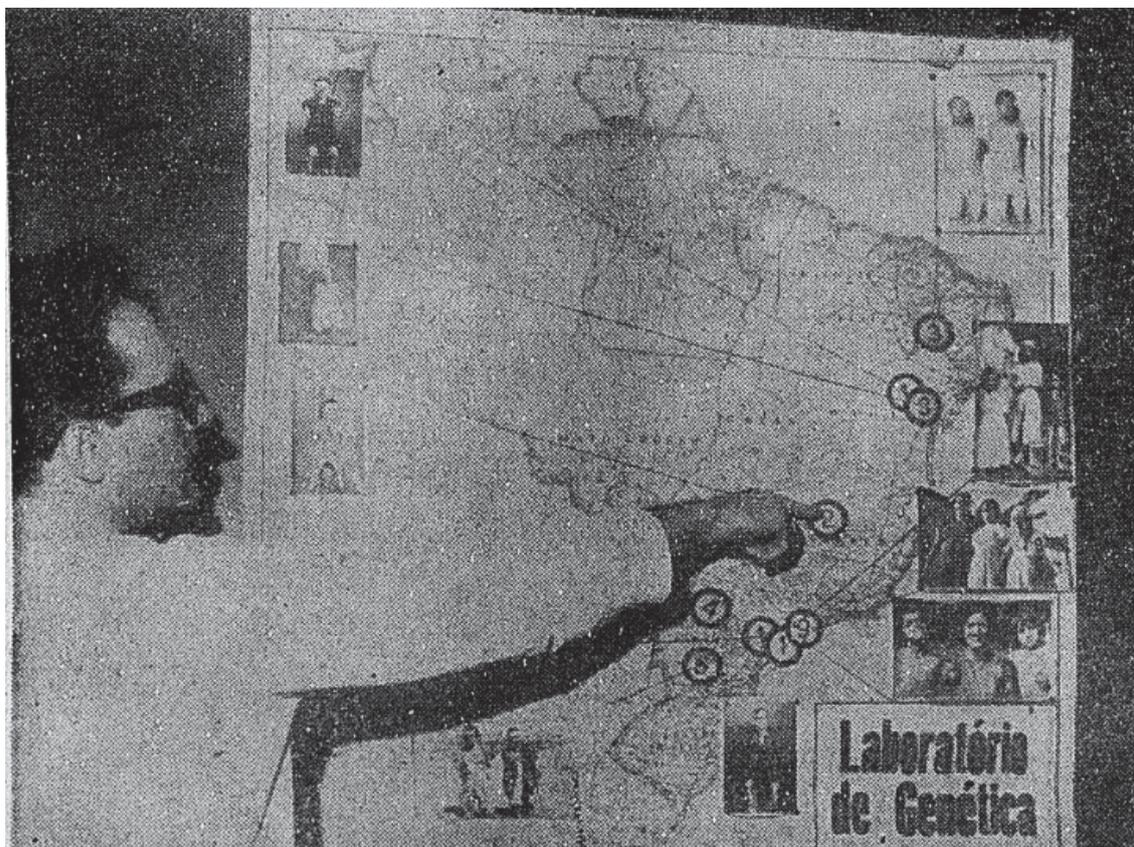
<sup>304</sup> O Centro de Estudos de História Natural era o Diretório de História Natural, que era ligado ao Diretório Rocha Pombo, da FFCL-PR, que envolvia todos os diretórios de cursos. Nesse momento, na década de 1950, os curso de História Natural ainda mantinha geologia, genética e zoologia. O Centro de Estudos de História Natural foi criado em 18 de setembro de 1951, em solenidade realizada no salão nobre da FFCL que contou ainda com uma palestra efetuada por Jesus Moure, que dissertou sobre *Evolução e Religião*. O patrono do Centro escolhido foi o naturalista alemão Hermann Von Ihering. (O DIA, 13/09/1951, p. 5). Em 16 de outubro de 1951, o prof. Metry Bacila, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológica palestrou ao Centro de Estudos de História Natural sobre *O Fator RH*. (O DIA, 14/10/1951, p. 7). Na semana seguinte, a palestra foi feita pela acadêmica Wanda Aguiar que falou sobre a Tuberculose, abrangendo aspectos gerais e dados estatístico de sua incidência nos meios universitários. (O DIA, 14/10/1951, p. 7). Em 1952, a Comissão Diretora do Centro de Estudos de História Natural eleito foi Ademar Freire-Maia, Rubens Marchand Dalse Paulus, Bernadete Lucas, Vergílio Requião, Ismael Zanardini, Riad Salamuni. (A TARDE, 19/04/1952, p. 3).

<sup>305</sup> O livro *Evolução dos seres vivos* (1953), de autoria do paleontólogo paranaense F. W. Lange, do zoólogo paulista Pe. Jesus Moure, do geneticista mineiro Newton Freire-Maia, e pelo paleontólogo alemão Karl Beurlen. Era o único do gênero produzido na América Latina, continha informes e dados com discussões acerca da teoria evolucionista, apresentando a mais moderna concepção científica do evolucionismo. Era um livro que se colocava a par dos resultados das pesquisas dos mais estabelecidos investigadores da ciência biológica, utilizando inclusive experiências dos próprios autores. Conforme o jornal O Dia, não era uma obra de uso didático, tinha também esse atributo, pois discutia pontos de cursos universitários e mesmo colegiais, como conceitos de espécie, gênero, raça, etc; fosseis, leis da Paleontologia; mutação, seleção natural, migração, oscilação genética; ação dos gens, agentes produtores de mutação, e outros. Possuía ainda quadros

Dr. Ralph Hertel. (O DIA, 12/06/1954, p. 11). Os seminários aconteciam semanalmente, toda quinta-feira, no entanto, houve incidências de reuniões em 1954, sendo retomadas em 1957, acontecendo três vezes por semana.

Na Genética Humana, especificamente na Genética das Populações, as pesquisas lideradas por Newton Freire-Maia estudavam os casamentos consanguíneos, observando-se, por exemplo, como as taxas de *inbreeding* atuavam na incidência de anomalias hereditárias ocorridas, segundo Freire-Maia, a partir das mutações induzidas pela ação de radiação ionizantes. As anomalias hereditárias observadas por ele eram a surdo-mudez, retardo mental, amputações congênitas, aquiropodia. A imagem que segue sugere a figura do cientista apresentando as pesquisas do laboratório.

**Figura 5 - Newton Freire-Maia apresentando o Laboratório de Genética**



**Fonte:** Diário do Paraná, Curitiba, 28 mai. 1967, p. 24.

O painel apresentado por Newton Freire-Maia ao periódico, em 1967, era a pesquisa do Laboratório de Genética da UFPR, apresentada na I Reunião Brasileira de Genética

---

cronológicos contendo as eras, períodos e épocas, bem como sequência da evolução, um esboço filogenético do reino animal e inúmeras tabelas. (O DIA, 29/08/1953, p. 3).

Humana, em 1958, que ficava exposto no espaço do laboratório. Versando a respeito de *Genética, Evolução e Anomalia*, resumia a sua distribuição geográfica dos casos de aquiropodia - as Amputações Hereditárias - no país. A aquiropodia era uma anomalia altamente mutiladora, condicionada por um gen autossômico recessivo. A pesquisa em questão foi realizada pelo coletivo de geneticistas, formado por Newton Freire-Maia, Ademar Freire-Maia e Antonio Quelce Salgado, e indicou que das trinta crianças nascidas com aquiropodia, dezoito delas (60%) eram filhas de casamentos consanguíneos. Este foi um dos principais fios condutores das pesquisas do laboratório durante a década de 1950, e suas pesquisas alçaram significativa circulação.

Acerca das apropriações dos resultados de Newton Freire-Maia (1952; 1957), em que abordou a quebra dos isolados genéticos e os casamentos consanguíneos, citamos o geneticista Pedro Henrique Saldanha<sup>306</sup> que, em *Evolução de um Isolado sob influência de imigração* (1957), detalhou que foram Wahlund (1928) e Dalberg (1929, 1938, 1947) os introdutores do conceito de isolado na Genética Humana de populações, em que poderiam ser considerados isolados genéticos como unidades fundamentais das populações humanas, dentro das quais o casamento ocorre ao acaso e aleatoriamente. Os isolados genéticos se diferiam de acordo com fatores que os mantêm ou conservam, sejam barreiras geográficas ou sociais. Seus tamanhos variam conforme o número de descendentes, que pode ser alto em zonas de grande desenvolvimento industrial, ou baixo, como em zonas indígenas ou comunidades rurais, num número de uma centena de pessoas ou menos.

Isolados pequenos tinham, segundo Saldanha, tamanho de uma centena ou menos, como populações humanas pré-históricas, tribos indígenas e comunidades rurais. Os aborígenes australianos analisados por Birdsell (1950), por exemplo, possuíam isolados de tamanho médio igual a 500. Os cálculos das populações europeias de várias regiões efetuados por pesquisadores, de acordo com Saldanha, resultaram em tamanhos médios de 1600. Como isolados de tamanho extremos, superavam o número de 2000.

Assim era possível calcular o tamanho do isolado a partir de dados como a frequência de casamentos entre primos de primeiro grau e o número médio de crianças que sobrevivem e casam no isolado. A Fórmula de Dahlberg (1949)  $n=2b(b-1)/c$ , em que “n” é o tamanho do isolado, “c” é a frequência de casamento entre parentes e “b” é o número médio de crianças que sobrevivem e casam.

---

<sup>306</sup> P. H. Saldanha, formado em História Natural, pela Universidade do Brasil (1953-54), defendeu na USP a tese *Efeitos da migração sobre a estrutura genética de uma comunidade paulista* (1959), orientado por Crodowaldo Pavan.

Na interpretação, quanto menor era o isolado, maior era a taxa de casamentos consanguíneos e, portanto, maior a probabilidade de reunir nos descendentes gens recessivos letais ou indesejáveis, que habitualmente possuíam baixa frequência.

Saldanha (1957) utilizou a publicação de Newton Freire-Maia, chamada *Frequencies of Consanguineous Marriages in Brazilian Populations* (1952), para demonstrar um estudo de uma comunidade tradicional que sofreu historicamente a quebra de isolados com o processo de imigração.

Dentre os geneticistas internacionais, Jean Sutter e Jean-Michel Goux (1964), em *Declínio dos casamentos consanguíneos na França de 1926 a 1958*, utilizaram Freire-Maia (1957) em seu trabalho mais geral em termos espaciais para afirmar que haviam compilado uma exaustiva bibliografia acerca do tema das taxas de endogamia em diferentes países. O francês Sutter foi colega de Newton Freire-Maia no período em que esteve se especializando em Paris, conforme afirmou em livro autobiográfico. (FREIRE-MAIA, 1995). Tratava-se da obra *Inbreeding level in different countries* (1957), publicada na *Eugenics Quarterly*. Freire-Maia (1957) resume nesse artigo dados coletados até aquele momento acerca de várias populações humanas contemporâneas, indicando diferenças marcantes que havia entre elas. Apesar de não discutir os fatores responsáveis pelas diferentes taxas de endogamia, apresenta uma farta bibliografia e novos estudos no continente americano.<sup>307</sup>

Apesar das referências a Porto Rico (THIEME, 1952), Argentina, Uruguai ou até mesmo no caso do Brasil, há a possibilidade de ter coletado tais dados acerca das taxas de endogamia. Houve agradecimentos aos Bispos e Sacerdotes do Brasil, Porto Rico, Uruguai e Argentina pelo fornecimento de informações a respeito da incidência de casamentos

---

<sup>307</sup> A bibliografia abordada por Freire-Maia (1957) analisava pesquisas sobre taxas de endogamia na França (Boudin, 1862; Dally, 1864; Bertillon, 1872; Lacassagne, 1876; Stieda; Mulhal, 1892; Mayo Smith, 1895; Wulz, 1925; Dahlberg, 1938; Sutter and Tabah, 1948), na Inglaterra e em País de Gales (Down, 1866; G. H. Darwin, 1875a, b; Mulhal, 1892; Pearson, 1908a, b; Bell, 1940; Shields and Slater, 1956), na Alemanha (Stieda, 1; Mulhal, 1892; Mayo-Smith, 1895; Feer, 1907; Lenz, 1919; Spindler, 1922; Reutlinger, 1922; Wulz, 1925; auf der Nöllemburg, 1932; Panse and Krings, 1949; Hoge, 1952; Müller, 1953; v. Verschuer, 1954), na Itália (Stieda, ;Mulhal, 1892; Mayo-Smith, 1895; Raseri, 1900; Wulz, 1925; Adamo, 1952; Cavalli Sforza, 1956; Serra, 1956; Fraccaro, 1957), na Irlanda (Cameron, 1883), na Noruega (Ucherman, 1901), na Austria (Orel, 1932), na Suécia (Sjögren, 1948; Book, 1948; Romanus, 1953; Larsson and Sjögren, 1954; Book and Mawe, 1955; Book, 1956; Larson, 1956; Fraccaro, 1956), na Suíça (Brenk, 1931; Grob, 1934; Egenter, 1934; Ruepp, 1935), na Dinamarca (Bartels, 1941; Kemp, 1950), na Holanda (Sutter and Tabah, 1948), na Irlanda do Norte (Kilpatrick, Mathers, and Stevenson, 1955), no Japão (Kawakami, 1931; Tsugawa, 1941; Akimoto and Shiwazaki, 1941; Neel, Kodani, Brewer and Anderson, 1949; Kida, Kanokogi, and Kojima, 1949; Schull, 1953), na Índia (Sanghvi, 1954; Sanghvi, Varde and Master, 1956); and Israel (Goldschmidt and Ronen, 1956), nos Estados Unidos da América (Dean, 1903; Arner, 1908; Estabrook and McDougale, 1926; Glass, 1950; Steinberg, 1950, 1956; Woolf, Stephens, Mulaik, Gilbert, 1956; Brown, 1951; Herndon and Kerley, 1952), no Canadá (Miner, 1939). (FREIRE-MAIA, 1957, p. 128-129).

consanguíneos nas várias dioceses e paróquias em seus países, e também por permitir examinar os arquivos da instituição. Inclusive a produção de mapas com as incidências são as provas cabais de que teve contato com os dados arquivísticos da Igreja Católica desses países. Afora os países americanos, utilizou as estatísticas oficiais de países europeus como Portugal, Holanda e Itália para apresentar as taxas de endogamia.

No tocante à Argentina, teve acesso aos arquivos da Arquidiocese de Buenos Aires e da Ilha Martin Garcia, mas apesar de apresentar uma taxa de endogamia, aponta que os dados eram inadequados para uma estimativa do nível total da Argentina. (FREIRE-MAIA, 1957, p. 129).

Em relação ao Uruguai, teve acesso aos documentos da Arquidiocese de Montevideu, que abrange um total de seis dos dezenove departamentos uruguaios. Esses seis departamentos representavam 50% da população do Uruguai e seriam suficientes para uma análise. (FREIRE-MAIA, 1957, p. 129).

Porto Rico era dividido em duas Dioceses, San Juan e Ponce. Freire-Maia somente teve contato com os arquivos de San Juan, montando uma figura com os coeficientes de *inbreeding* por regiões. No total foram analisadas quarenta e três localidades englobadas na pesquisa de Freire-Maia (1957, p. 131).

Todas as pesquisas de Newton Freire-Maia davam arcabouço para os governos e Estados pela tomada de práticas que buscavam solucionar os problemas de ordem genética e eugênica, por vias demográficas.

Saldanha, no texto *Efeito da Migração sobre a evolução da estrutura genética de uma comunidade paulista* (1959), publicado nos *Anais da I Reunião Brasileira de Genética Humana*, narrou que no estudo da estrutura genética da população do Município de Capivari-SP, percebeu uma dissolução do isolado a partir da análise de censos (taxas de migração) e dos registros católicos (casamentos consanguíneos), divididos em cinco períodos separados por cerca de uma geração (30 anos), analisando os períodos de 1830-35, 1860-65, 1890-95, 1920-25 e 1950-55. A frequência de casamentos consanguíneos e o coeficiente médio de *inbreeding* baixaram significativamente depois da chegada de nova onda migratória ao Município.

Assim, dos resultados apontados, Saldanha enumerou que a dissolução do “isolado” a respeito da frequência de sete anomalias hereditárias raras dava evidências de que aquele era um “processo de mais eficientes medidas eugênicas” (SALDANHA, 1959, p. 129). No entanto, não quis adentrar mais à explanação desse problema. Outros aspecto que foram

abordados na investigação eram a dissolução do isolado sobre a distribuição da estatura da população, que evidenciava um aumento da estatura média nas últimas gerações. E, por fim, analisaram também a estrutura genética daquela população, a frequência de sete caracteres genéticos não patológicos, a oscilação genética e o fluxo gênico da população. Quanto maior o isolado genético populacional, menor a chance de homozigose, quanto menor o isolado, mais chances de homozigose. As pesquisas de consanguinidade abriam caminho para as pesquisas das diferenças entre os casos de homozigoses e estritamente hereditários dos casos de problemas congênitos, próprios da Genética médica.

A revista *Anhembi*, de outubro de 1959, publicou a resenha da pesquisa de P. H. Saldanha, intitulada pela revista de *Imigração e eugenia*, pesquisa que foi apresentada na II Reunião Anual de Genética, da SBPC. Era a pesquisa referente à comunidade de Capiravi-SP quanto ao papel eugênico que ali se desempenhou pela imigração de populações italianas. Na resenha, vem à tona quais foram os problemas das anomalias hereditárias que foram observadas, as frequências de certas malformações, do mongolismo, da epilepsia, da hérnia inguinal e da idiotia em crianças de 0 a 12 anos, cuja ascendência foi bem apurada. Conforme evidenciou a revista, “a frequência dessas condições no grupo híbrido foi acentuadamente maior”, levando a conclusão que “a maior mobilidade geográfica e social dos indivíduos pode constituir medida eugênica eficiente”. (ANHEMBI, out. 1959, p. 404).

Para Sutter e Goux (1964), membros do Instituto Nacional de Estudos Demográficos, o estudo da consanguinidade era relevante para várias áreas das Ciências Biológicas. Para além da Etnologia e da Antropologia estrutural, era usada nos estudos sociológicos e na Antropologia física. Os autores franceses indicam que quando da formulação do conceito de isolamento, a Genética populacional apresentou quais seriam as possibilidades de evolução das sociedades humanas em direção ao normal e ao patológico. (SUTTER; GOUX, 1964, p. 127).

A questão da Evolução das sociedades humanas é um ponto significativo, pois, conforme apontaram Ademar Freire-Maia e Newton Freire-Maia (1965), os fatores de evolução eram múltiplos e dentre eles estavam as mutações, a seleção natural, o fluxo gênico e a oscilação genética. Esta é a própria teoria sintética que apresentamos em capítulo anterior. Esses fatores da evolução “garantem a variabilidade e promovem as diversificações, como um sub-produto dessa atividade, geram cargas genéticas.” A carga genética, para os irmãos Freire-Maia, era, em cada população, “o preço pago para que lhe seja mantido o direito de ser geneticamente múltipla e de modificar-se ao longo do tempo.”

Já a moeda para troca eram as “mortes, esterilidade e anomalias.” (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540).

A fala introdutória de Ademar e Newton revela que o estudo desses fatores evolucionários significava por vezes pesquisar justamente a carga de mutações, que

(...) Significa também sofrimento em escala humana. A imensa legião dos débeis mentais, dos aleijados, dos estéreis, dos mortos precocemente, etc., em cada geração, por causas genéticas, representa o elevado preço que a humanidade paga pelo direito de desbravar as sendas do desconhecido, através dos caminhos da evolução. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540).

Esses seriam processos inatos da evolução. No tocante ao tópico de discussão acerca dos problemas mentais, em 30 de dezembro de 1965 ocorreu um seminário referente ao projeto Adauto Botelho, que relacionou marcadores genéticos com doenças mentais. O evento ocorreu no Laboratório de Genética Humana da FFCL da Universidade Federal do Paraná, apresentado pelo estudante Elias Karam Junior, e ocorrido no oitavo andar da FFCL. (DIARIO DO PARANÁ, 30/12/1965, p. 6).<sup>308</sup> Esse foi um assunto correlato às discussões sobre evolução e demonstrava uma tentativa de desconstruir algumas teorias a respeito dos doentes mentais com a percepção ao PTC.

Conforme os irmãos, devido à ação de forças seletivas negativas, as mutações deletérias eram mantidas nas populações naturais em frequências extremamente baixas. O número de *locus* que dava origem a essas mutações era, no entanto, bastante alto, de tal forma que cada indivíduo na população poderia ser considerado um portador de pelo menos uma mutação que, em homozigose, poderia causar a morte ou prejudicar de alguma maneira o zigoto.

As cargas de mutação eram consideradas por Freire-Maia e Freire-Maia como dificilmente detectáveis numa população panmíctica - que se cruza aleatoriamente -, podendo ser revelada, ao menos em parte, por meio dos estudos de endocruzamento ou dos casamentos consanguíneos. Nesse sentido, os geneticistas afirmavam que

---

<sup>308</sup> Em 1966, ano em que Elias Karam Junior adentrou no curso de História Natural, deu continuidade as pesquisas apresentando em um seminário sobre Sensibilidade a PTC em doentes mentais, sob a direção de Newton Freire-Maia desenvolvida no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho. (DIARIO DO PARANÁ, 05/05/1966, p. 8). Karam Junior escreveu a dissertação *Estudos sobre um marcador genético de percepção e alguns traços relacionados à lateridade em pacientes com distúrbios mentais* (1975). Conforme sua pesquisa, inúmeros estudos relacionavam certas doenças como esquizofrenia, epilepsia, psicoses e doença de Parkinson com a percepção à PTC (KARAM-JUNIOR, 1975). Um tal "Constantino", relacionava o gene da insensibilidade ao PTC com as doenças psiquiátricas. Assim, quem tinha insensibilidade ao PTC tinha propensão em desenvolver esquizofrenia. Newton Freire-Maia e Elias Karam Junior decidiram fazer uma pesquisa com doentes mentais em Curitiba. Na dissertação de mestrado de Elias Karam Jr. trabalhou com essa questão da insensibilidade ao PTC antes e depois do eletrochoque, haviam um bloqueio de conscientização do paciente, não transmitia o que sentia. (KARAM JR., 2020).

Na espécie humana, aliás, a análise da descendência dos casamentos consanguíneos revela uma das frações mais importantes da carga genética total, ou seja, a fração composta, presumivelmente, de gens deletérios raros mantidos sob pressão de mutação (“carga mutacional”). (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540).

Assim, os trabalhos de coleta de dados efetuados pelo Laboratório eram de suma relevância para um eficiente instrumento para a detecção e a medida do componente da carga genética total. E isso significava medir o quão prejudicial a mutação era no funcionamento dos genes. Os primeiros trabalhos que estimavam a carga foram desenvolvidos por Sewal Wright (1921, 1922) e sua teoria do endocruzamento, e, posteriormente, por Morton, Crow e Muller (1956) e Morton (1960), com a teoria dos equivalentes genéticos. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540; SANTOS, LINDEE, SOUZA, 2014, p. 727).

E foi justamente na relação entre essas teorias que houve, nos EUA, uma ruptura interpretativa dentro da Genética, sobretudo acerca dos genes deletérios e sua incidência na população. Esta discussão tinha um cunho eugenista e racista muito perigoso e foi motivo de conflitos, como será retomado posteriormente.

Dobzhansky editou a síntese evolutiva moderna em *Genetics and the Origin of Species* (1937), na qual explicitou como os fatores da evolução se colocavam em termos de Genética. Dobzhansky chegou aos EUA em 1927, para trabalhar com o geneticista Morgan, financiado com uma bolsa da Fundação Rockefeller. Fixou-se no laboratório de Morgan, no *California Institute of Technology*, e, em 1939, tornou-se professor da Columbia University. (BEATTY, 1994). Foi nesse debate com Morgan que iniciou suas produções acerca da Genética evolucionária de populações naturais.

O livro *Genetics and the Origin of Species* (1937) foi o lugar do primeiro embate científico no campo da Genética entre Dobzhansky e Herman Muller, pois Dobzhansky visualizou um sério problema nos aspectos conflituosos e vantajosos da mutação. Dobzhansky se referiu, conforme Beatty (1994), ao problema como um paradoxo da viabilidade. Um paradoxo em que a viabilidade de uma espécie dependia da posse de variação genética, a qual diminui a viabilidade de muito dos seus membros da espécie. Era um problema que representava uma imperfeição da natureza, e era um problema real. Segundo Dobzhansky (1937):

Uma espécie perfeitamente adaptada ao seu ambiente pode ser destruída por uma mudança na última, se nenhuma variabilidade hereditária está disponível na hora de necessidade. A plasticidade evolutiva pode ser adquirida apenas no

implacavelmente caro preço de sacrificar continuamente algumas pessoas para morte de mutações desfavoráveis. (BEATTY, 1994, p. 204 *apud* DOBZHANSKY, 1937, p. 126-127, tradução nossa).

Essa postura de Dobzhansky será mantida até a década de 1960, por exemplo, em *Mankind Evolving* (1962), quando afirmou que “A adaptação envolve a eliminação genética de inúmeras variantes mal adaptadas. O bem-estar da espécie é pago pela miséria de muitos indivíduos”. (DOBZHANSKY, DUNN, 1962, p. 335). Assim, preocupava-se, conforme Beatty (1994), com os impactos do problema nas condições da humanidade. As pesquisas com *Drosophila* o instigaram a tirar lições sociopolíticas. (BEATTY, 1994, p. 205).

No pós Segunda Guerra Mundial, aos geneticistas que estudavam mutação, o acontecimento da bomba atômica sacudiu o campo científico, ao perceber os danos da radiação em relação à hereditariedade. As altas taxas de mutação e taxas baixas de mortalidade, pelo menos nos Estados Unidos da América, fizeram com que intelectuais como Hermann Muller argumentassem que “o fardo da doença genética, ou “carga genética”, aumentaria de forma constante.” (RAMSDEN, 2009, p. 863).

Pontecorvo (1968), na biografia *Hermann Joseph Muller*, que contém o texto *Mutation* (1921), apresentado ao Congresso Internacional de Eugenia, explica que Muller discutiu as seguintes questões:

a) a maioria dos genes é extremamente estável (meia-vida comparável à dos átomos de rádio); (b) mudanças não são exclusivamente perdas, como mostrado por mutação reversa; (c) a mutabilidade e a direção preferencial da mutação podem ser alteradas através da mutação; (d) a mutação normalmente não afeta simultaneamente dois ou mais loci e geralmente envolve apenas um dos dois homólogos em uma célula diplóide; e (e) alelos “normais” (tipo selvagem) em uma espécie tendem a ser mais dominantes do que os mutantes que surgem a partir deles, e a maioria dos mutantes é deletéria. (PONTECORVO, 1968, p. 1).

Em *Mutation*, encontra-se uma das primeiras menções ao “problema do aumento da carga genética no homem como consequência da seleção relaxada e da consanguinidade reduzida.” (PONTECORVO, 1968, p. 1). As baixas taxas de *inbreeding* eram responsáveis, para Muller, pelas altas cargas genéticas, uma vez que não eram eliminadas por homozigose. Este será um ponto de relevante desentendimento no campo genético entre Hermann Muller e Theodosius Dobzhansky. O último acreditava que taxas baixas de endocruzamento representavam maior diversidade genética, enquanto que o primeiro acreditava que as taxas baixas de endocruzamento eram ruins, por manterem uma carga genética alta, ou seja, haveria mais doenças genéticas de forma recessiva no corpo populacional.

Muller ganhou o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1946, quando demonstrou que os Raios X desencadeavam mutações genéticas. (RAMSDEN, 2009, p. 836).<sup>309</sup> Este experimento abriu espaços à incidência do uso de radiações no estudo dos genes. Como visualizamos no subtítulo anterior, Newton Freire-Maia produziu em 1949, uma análise do livro de D.E. Lea (1947)<sup>310</sup>, chamado *Actions of radiations on living cells (análise)* e o artigo intitulado *Produção artificial de mutações*, ambos produzidos no âmbito da FFCL-USP, sob a supervisão de Dobzhansky, que estavam debatendo a questão do uso das radiações ultravioletas e ionizantes como ferramenta no estudo da mutação em drosófilas.

Conforme relatou Pontecorvo (1968), a genética da radiação, desde a década de 1920, havia produzido muitos resultados com mutação, alelismo, rearranjos cromossômicos, efeitos de posição, refinamentos na localização dos genes e os primeiros ataques biofísicos à natureza do gene. Esta é a época em que Muller e Timofeef-Ressovsky foram fundamentais para despertar o primeiro interesse de físicos pela Genética - como Jordan, Zimmer, Delbruck e Schrödinger. (PONTECORVO, 1968, p. 5-6). A seguir, faremos um incursão sob o ponto de vista internalista da história da ciência.

E nessa contenda de discussões, chamamos atenção para a produção do austríaco Erwin Schrödinger, em *What's life?* (1944), obra em que debateu a partir da Física quântica e da Genética a estrutura e o comportamento dos genes, bem como explicitou como ocorria o processo de mutação. Essa obra tem uma ligação com uma posterior palestra de Newton Freire-Maia intitulada *Que é a vida?*, e foi apresentada em novembro de 1960, quando ocupava a presidência da Sociedade Brasileira de Genética. (CORREIO DO PARANÁ, 04/11/1960, p. 5)

O livro, baseado em suas palestras no *Dublin Institut for Advanced Studies*, do Trinity College, em fevereiro de 1943, buscou dar explicações a partir da Física quântica para o processo de produção da vida. O livro é uma aplicação racionalizada da Física quântica no âmbito da Genética e abriu espaço para a emergência da Biologia molecular.

Propôs que os genes eram os componentes-chave das células vivas, e para entender o que é a vida, era necessário saber como os genes agiam. Conforme o físico Erwin Schrödinger,

---

<sup>309</sup> Edmund Ramsden é um historiador da ciência e da Medicina e atua na Queen Mary - Universidade de Londres.

<sup>310</sup> O livro de D.E. Lea foi escrito à médicos, geneticistas e biólogos, além de físicos interessados em biologia.

O desdobramento de eventos no ciclo de vida de um organismo exhibe uma admirável regularidade e ordem, sem comparação com qualquer coisa que encontramos na matéria inanimada. Descobrimos que esse ciclo é controlado por um grupo de átomos supremamente bem ordenado, que representa apenas uma fração muito pequena da soma total de átomos em toda a célula. Além disso, do ponto de vista que formulamos acerca do mecanismo de mutação, concluímos que basta o deslocamento de uns poucos átomos apenas dentro de grupo de “átomos dirigentes” da célula germinativa para fazer aparecer uma alteração bem definida nas características de larga escala do organismo.

Esses fatos são, por certo, o que de mais interessante a ciência revelou em nossos dias. (SCHRÖDINGER, 1997, p. 88).

Schrödinger evidenciou o que chamou de cristais aperiódicos, supermoléculas que orquestravam as trocas químicas e que produziam as dinâmicas das células, ao mesmo tempo em que tornavam compreensível essa dinâmica. Nesse sentido, essa teoria reverberou no campo da Genética. O geneticista James Crow relatou que a sugestão de que os problemas biológicos poderiam ser entendidos em termos da ciência física não foi o que mais impressionou na época, e elencou outros aspectos.

Talvez tenha sido a caracterização de Schrödinger pelo gene como um “cristal aperiódico”. Talvez tenha sido sua visão do cromossomo como uma mensagem escrita em código. Talvez tenha sido sua afirmação de que a vida “se alimenta de entropia negativa”. Talvez tenha sido sua noção de que a indeterminação quântica no nível do gene é convertida pela multiplicação celular na determinação molar. Talvez tenha sido sua ênfase na estabilidade do gene e sua capacidade de perpetuar a ordem. Talvez tenha sido sua fé que as dificuldades óbvias demais de interpretar a vida por princípios físicos não impliquem que alguma lei super-física seja necessária, embora algumas novas leis físicas possam ser. (CROW, 1992, p. 238).

Por outro lado, o geneticista Hermann Muller publicou uma resenha crítica do livro de Schrödinger, em 1946, na revista *Genetics*. Conforme Muller,

Quando um físico tão eminente como Erwin Schrödinger, fundador da mecânica das ondas, ganhador do Nobel e agora professor em Dublin, se esforça para escrever um livro semi-popular sobre genética e o significado da teoria de genes e mutações para a física, a biologia, e a visão de alguém sobre a natureza em geral, cientistas de todas as descrições se sentirão impelidos a levar suas palavras muito a sério. O livro de Schrödinger representa em muitos aspectos a reação natural de alguém profundamente treinado em fenômenos físicos ao tomar consciência dos fatos surpreendentes da genética, um ramo da ciência que ele chama de “facilmente o mais interessante de nossos dias”. Este pequeno volume deve ser valioso para promover a tão necessária ligação entre os fundamentos das ciências físicas e biológicas. No entanto, é apenas uma primeira tentativa, por parte de quem, por mais mestre que seja em física, recentemente teve sua primeira introdução à genética. Espera-se que sua função seja principalmente servir como estímulo para induzir mais progresso nessa direção. (MULLER, 1946, p. 90).

Para Hermann Muller, a Genética havia impressionado Schrödinger e relatou que seu livro explicitava por meio de terminologias físicas o que os geneticistas nomeavam de

outras coisas. Cita, dessa forma, os conceitos de entropia negativa, que eram, na Genética, a energia potencial, enquanto que aperiodicidade era complexidade. Se na Genética, mutação era definida como uma alteração no patrimônio hereditário, uma descontinuidade, em Física quântica, o sinônimo dessa descontinuidade era o salto quântico, em contradição ao conceito de transferência contínua de energia.<sup>311</sup>

Conforme Muller (1946), “O uso de termos por Schrödinger tem, no entanto, o valor, para seus propósitos, de que possa servir melhor, para leitores do tipo a quem ele se dirige principalmente a si mesmo, para contrastar os fenômenos com os de materiais inanimados.” Muller acusa ainda Schrödinger de usar um grupo relativamente limitado de publicações, e que não estava familiarizado com a leitura de publicações do pensamento dos biólogos já estabelecido. Não mencionou, por exemplo, as produções de Muller, dentre a descrição feita de todas as propriedades básicas da molécula hereditária, em *Variation Due to Change in the individual gene* (1921), e mais tarde, a aperiodicidade da molécula hereditária, em *Gene as Basis of Life* (1926) (SILVA, 2015, p. 30), além das descobertas acerca da mutagênese induzida por radiação (1927), estudada até 1938 e publicada em coautoria com Daniel Raffel, sob o título *Position Effect and Gene Divisibility Considered in Connection with Three Strikingly Similar Scute Mutations* (1940). As escolhas bibliográficas acabaram sendo o centro do conflito entre o geneticista e o físico.

O primeiro assunto ao qual Schrödinger se aproximou da Biologia foi sua tentativa de explicar como as mutações ocorriam a partir dos raios-X testados em moscas do tipo drosófilas. Assunto que era muito caro ao geneticista Hermann Muller. No papel de catedrático de Teoria Física, coube a Schrödinger refletir acerca da absorção quântica dos raios X pelo cromossomo, assunto que já havia sido discutido quando de sua estadia em Berlim, em 1933, ao trabalhar com Max Delbruck (1906-1981). Assim, Delbruck se tornou umas das bibliografias centrais de Schrödinger. As conclusões de Delbruck foram publicadas sob o título de *Über die Natur der Genmutation und der Genstruktur* (1935) - *Sobre a natureza da mutação genética e a estrutura do gene*, livro escrito junto ao biólogo soviético Nicolay V. Timofeev-Ressovsky (1900-1981) e do físico e biólogo alemão Karl G. Zimmer (1911-1988). Nas conclusões, sugeriram o gene como uma macromolécula

---

<sup>311</sup> Schrödinger escreveu que: “De Vries chamou a isso mutação. O fato significativo é a descontinuidade. Ela lembra ao físico a teoria quântica - não ocorrem energias intermediárias entre dois níveis de energia vizinhos. O físico estaria tentado a chamar a teoria da mutação de De Vries, de forma figurada, teoria quântica da biologia. Veremos mais tarde que isso é muito mais que figurado. Na verdade, as mutações são devidas a saltos quânticos na molécula do gene. Mas a teoria quântica tinha apenas dois anos de idade quando De Vries publicou sua descoberta, em 1902. Não é de admirar que tenha sido necessária uma outra geração para que a íntima conexão fosse descoberta!” (SCHRÖDINGER, 1997, p. 45).

mantida por forças quânticas e que poderia sofrer mutações induzidas pela incidência de radiação. Explicação que Schrödinger nomeava de saltos quânticos na molécula do gene. Além disso, o físico citou os danos causados pelo intercruzamento, no entanto, conforme Muller, dando explicações generalistas a respeito das mutações.

Assim, acusou Schrödinger de expor a Genética de forma incorreta ,quando declarava o que ele “acredita[va] ser a base para a conclusão de que a mutação ocorre[ia] em apenas um alelo por vez, ou para o cálculo genético do número mínimo de genes ou do tamanho dos genes.” (MULLER, 1946, p. 91) [grifo nosso]. Muller relatava que Schrödinger havia perdido, ou insuficientemente enfatizado, a propriedade do gene de replicação ilimitada, não apenas em si mesma, mas em suas variantes, como era abordado por Muller.<sup>312</sup>

Hermann Muller, quando criticava o trabalho de Schrödinger, sugeria uma maior leitura por parte dos físicos das produções da Biologia. Este apelo já tinha sido feito em 1936, durante uma sessão de Física da Academia de Ciências de Moscou, no cargo de geneticista Sênior do Instituto de Genética da mesma academia. Antes, portanto, das ameaças de Stalin e de sua saída da URSS.<sup>313</sup> Muller tinha esperança de que os físicos “se interessem mais ativamente por esses problemas, de importância vital para ambos os campos.” (MULLER, 1936, p. 210). E Muller se referia ao conceito de gene, sua composição e estrutura, que deveriam ser visualizados a partir da Física, mas também da Química.

No entanto, em relação à carga genética e às mutações, os geneticistas Hermann Muller e Theodosius Dobzhansky discordavam. Conforme Pontecorvo (1968), “a preocupação de Muller com o futuro do homem tinha tanto o aspecto negativo de conter o dano genético da própria criação do homem - radiação, seleção relaxada, consanguinidade relaxada - quanto o aspecto positivo derivado dessa imagem grandiosa da evolução.” (PONTECORVO, 1968, p. 8).

---

<sup>312</sup> Esse foi um dos pontos de maior conflito entre Muller e Dobzhansky, conformexplanaremos.

<sup>313</sup> Muller deixou a URSS em função da má recepção da obra *Out of the night: a biologist's view of the future* (1935). No livro, Muller propôs “como ideal social a ser realizado, uma coletividade sem classes, sem desigualdades sociais, em que as técnicas de conservação do material seminal e de inseminação artificial permitiria às mulheres — educadas racionalmente para se sentirem honradas com tal dignidade — carregar em seu ventre filhos de homens geniais, como Lenin ou Darwin.” (CANGUILHEM, 2009, p. 118). O geneticista, que julgava agradar à cúpula soviética com seu programa de eugenia positiva, causou mal-estar. A sociedade pretendida pelos soviéticos - sem classes - não poderia ser baseada pelo ideal de hereditariedade da genética, pois esta pregava a desigualdade humana ao buscar por técnicas de correção humana em seu programa social eugênico.

Lewontin (1976), Ramsden (2009), Charlesworth e Charlesworth (2017) revelam que foi Dobzhansky, na obra *Evolution, Genetics, and Man* (1955), que nomeou as escolas genéticas que se contrapunham naquele momento. Assinalou Dobzhansky que Muller liderava o que descreveu como a posição “clássica” (*classical position*), seguida por James Crow e Newton Morton. Do outro lado, Dobzhansky liderava o grupo da escola “balanceada” (*balance school*), que incluía Michael Lerner, Richard Lewontin, James Van Gundia Neel, Lionel Penrose e Wallace.

A historiografia acerca das escolas de Genética tem na obra do pesquisador Richard Lewontin, em seu livro *The Genetic Basis of Evolutionary change* (1974), uma relevante contribuição, pois demonstrou quais eram as diferenças interpretativas entre as escolas, sobretudo em seus aspectos técnicos. Lewontin foi um dos mais famosos alunos de Dobzhansky.

De um lado, a escola clássica, apontava Ramsden (2009), argumentava que a maioria das espécies possuía um “tipo selvagem” de gene<sup>314</sup> que era homocigoto em muitos indivíduos, tendo eles sido sujeitos aos rigores da seleção natural. Assim, genes variantes representavam mutações que poderiam ser mantidas, tornando-se um “tipo selvagem” superior, ou “indesejável”, descartado seria pela pressão seletiva. (RAMSDEN, 2009). Tem-se, portanto, uma interpretação por parte de Muller e seus agrupados, que indicava uma continuidade de um gene do tipo selvagem, que se tornaria superior ou descartado. Muller, em *Our load of mutations* (1950), elencou que a visão clássica era que o estado típico de gene na população era de alelos funcionais do tipo selvagem, com alelos de mutações deletérias presentes em baixas frequências. (CHARLESWORTH; CHARLESWORTH, 2017, p. 2).

Por outro lado, revela Ramsden (2009), em contraste à escola clássica, a escola balanceada argumentava que havia uma miríade de genótipos. E foi justamente essa riqueza de mutações que permitiu às espécies se adaptarem em ambientes de constantes mudanças. O argumento de Dobzhansky, na obra *On Genetics, Sociology and Politics* (1968), exemplificado por Ramsden (2009), era de que a diversidade genética se dava de forma balanceada ou equilibrada por meio da seleção natural e não através de um processo normatizador que levava à purificação da população. (RAMSDEN, 2009, p. 864).

---

<sup>314</sup> Os alelos selvagens são encontrados em organismos naturais, sem que tenham sofrido alguma forma de alteração de seus genes, por meio da manipulação do homem.

Dobzhansky argumentava, conforme Lewontin (1976), que as evidências de heterose em *drosophila* e de anemia falciforme no homem expuseram a visão utópica de Muller do “genótipo ideal” como uma “ficção tipológica”, que era perigosa. Ao produzir um “arquétipo platônico do homem ligado ao ideal eugênico”, as teorias de Muller exigiram que todos os desvios do genótipo ideal fossem eliminados. (DOBZHANSKY, 1963, p. 1133 *apud* LEWONTIN, 1976, p. 864). Lewontin afirmou que uma base para o racismo também poderia fluir a partir do conceito de tipo selvagem, uma vez que havia um tipo genético ideal da espécie; aqueles que não correspondiam a ele deveriam ser menos perfeitos.

Outra mudança de sentido emergiu dos esforços de Dobzhansky no que dizia respeito ao conceito de *fitness*, mais apto, que restringiu e reduziu consideravelmente o custo individual da evolução pela seleção natural. (BEATTY, 1994, p. 213). Assim, para Dobzhansky, havia uma distinção entre a variante clássica e moderna da teoria da seleção natural. O conceito clássico de mais apto era o conquistador luxurioso e implacável na luta interminável pela existência dos seus companheiros e com outras criaturas. Ser mais apto exigia vigor, potência e crueldade.

O conceito moderno de mais apto (*fittest*) significava, por outro lado, deixar um grande número de progênes. Assim, atributos como força e robustez eram relevantes, na medida em que contribuíam para a grande prole. Em Dobzhansky, o mais apto não é o mais espetacular do que o pai da família com o maior número de membros sobreviventes.<sup>315</sup> No que se refere à heterose como destruição do conceito biodeterminista de inapto (*unfit*), Dobzhansky (1955) e Penrose (1959), no campo da Genética, conflitaram a visão dos eugenistas que desprezavam e caracterizavam como inaptos e impróprios os grupos que, para os autores, eram frequentemente aptos no sentido darwinista.

Ramsden (2009) relatou que tanto Dobzhansky (1955) quanto Penrose (1959) sugeriam ainda que muitos dos genes que os eugenistas consideravam tão indesejáveis poderiam conferir algum tipo de vantagem seletiva no estado de portador, um fenômeno conhecido como heterose ou vigor híbrido. Tal fenômeno explicava a frequência com que ocorria em toda a população. (RAMSDEN, 2009, p. 859).

Charlesworth e Charlesworth (2017), trabalhando a *Genética Populacional de 1966 a 2016*, evidenciaram que as discussões em torno da variabilidade genética e da evolução

---

<sup>315</sup> O texto em que Dobzhansky discute essa questão é *The Biological Basis of Human Freedom*. New York: Columbia University Press, 1956.

não se estabilizaram na década de 1950, pois o embate dos argumentos entre a deriva genética aleatória *versus* seleção na evolução se manteve durante a década de 1970. (CHARLESWORTH; CHARLESWORTH, 2017, p. 2). Portanto, eram questões acerca da natureza das variações e da evolução que se colocavam em debate nos anos 1950.

A presença de Dobzhansky no Laboratório de Genética da USP e o contato ocorrido com Newton Freire-Maia foram fundamentais para sua trajetória como cientista, bem como sua lógica científica e sua abordagem acerca das populações brasileiras. Conforme apontou Beauty, em *Dobzhansky and the Biology of Democracy: The Moral and Political Significance of Genetic Variation* (1994), Dobzhansky preocupou-se em suas pesquisas com a relação entre a diversidade genética e o igualitarismo democrático; assim, enfatizou as diferenças entre os indivíduos, minimizando, ao mesmo tempo, as desigualdades resultadas. (BEATTY, 1994, p. 202).

A obra *Is Genetic Diversity Compatible with Human Equality?* é outra evidência de que Dobzhansky dedicou-se à causa da democracia genética no pós Segunda Guerra Mundial. Dobzhansky certamente foi, além de cientista, um intelectual, no sentido do engajamento pelas causas sociais. Quando se pergunta “O que a ciência pode fazer pela democracia?”, ele pressiona, além do campo científico, envolvendo o campo social e político. Beauty infere que a perspectiva adotada por Dobzhansky de que o bem do grupo se sobrepõe às diferenças individuais foi essencial para o início do seu envolvimento com as questões relativas à variação genética para a democracia. (BEATTY, 1994, p. 201).

Temos que compreender como Freire-Maia, sendo um dos orientandos de Dobzhansky, aliou as metodologias de Morton, Crow e Muller às críticas feitas por Dobzhansky em relação às interpretações dos autores no tocante à Eugenia e aos tipos eugênicos ideias. Sião (2008) explicou que foi a partir de Newton Freire-Maia que, em 1950, inverteu-se uma situação de pesquisa acerca da Genética de Populações em moscas *Drosophila* para a Genética Humana, visualizadas a partir das pesquisas de casamentos consanguíneos em populações brasileiras. (SIÃO, 2008, p. 203).

Dobzhansky, em *Carta a L.C Dunn*<sup>316</sup>, datada de 14 de agosto de 1955, comentou que não havia perdido o interesse pelos problemas humanos e que pretendia continuar a pensar e a tentar fazer algo acerca do conteúdo enquanto vivesse. E finalizava afirmando

---

<sup>316</sup> A carta foi evidenciada no trabalho de Ramsden (2009, p. 876). Nela inferia que “(...) I have not lost interest in human problems and shall continue to think and to try to do something about them as long as I live. Perhaps just the contrary, the *Drosophila* work interests me less and less as such, and more and more insofar as it contributes to human problems.” (RAMSDEN, 2009, p. 876).

que ocorria justamente o contrário, o trabalho com a *Drosófila* lhe interessava cada vez menos, e cada vez mais na medida em que contribuía para os problemas humanos.

Como os problemas humanos se colocavam cada vez de forma mais fervorosa, os estudos acerca das drosófilas acabou sendo uma das metodologias mais utilizadas pelos geneticistas que iniciaram seus estudos junto de Dobzhansky e Dreyfus, no Laboratório de Genética da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, conforme já evidenciado em subtítulo anterior.

No entanto, constatamos que houve um conflito no campo brasileiro da Genética. Sião, no texto *As publicações conjuntas de Dobzhansky e brasileiros sobre genética das populações de Drosophilas (1943-1960) e as causas de seu decréscimo*, buscou refletir o que causou o desgaste na relação entre Dobzhansky e os geneticistas brasileiros. Um dos argumentos, baseado em Aldo Araújo, evidencia que durante a última visita de Dobzhansky ao Brasil, em 1955-1956, os brasileiros já desejavam um projeto independente de Dobzhansky. (SIÃO, 2008, p. 203). No entanto, iniciavam ainda na segunda visita, entre 1948-1949, relacionadas às divergências da questão dos genes letais. Dobzhansky tecia sua tese no sentido de que os genes letais em populações naturais, por terem sido sujeitas à seleção natural, seriam menos deletérios do que os genes letais recém-induzidos por radiações. Esta hipótese era aceita por ser defendida por Dobzhansky, mas, em 1958, um grupo de oito pesquisadores a contestaram com dados experimentais.<sup>317</sup>

Em contradição, o grupo brasileiro afirmava, conforme Sião (2008), que os genes letais induzidos à radiação eram menos deletérios do que os genes localizados nas populações naturais e dispostos à seleção natural. O grupo brasileiro ainda discordava acerca da frequência desses genes letais nas populações naturais, que era três vezes menor do que os dados colhidos por Dobzhansky. O valor a que chegavam os brasileiros era 0,0005 em letais selvagens (1 alelo letal para 1.872 cromossomos) e 0,0006 em letais induzidos por radiação (1 alelo letal para 1591 cromossomos), enquanto os valores de Dobzhansky estavam em 0,0015. Além das contradições interpretativas, a mudança do foco

---

<sup>317</sup> Trata-se de PAVAN, Crodowaldo; BRITO DA CUNHA, Antonio; TOLEDO, Jeanette S.; SOUZA, H. M. L.; CAMARGO, Maria Luiza Pires de; MELLO, Lais Cardoso de; GABRUSEWYCZ, Natalia; MELARA, Herminioni Elly; GAMA, R. Análise comparativa dos efeitos de genes letais naturais e de genes letais recém-induzidos por irradiação em indivíduos heterozigotos e da frequência dos genes letais em populações naturais de *Drosophila willistoni*. *Ciência e Cultura* 10 (4): 206-208, 1958. Conforme Sião, Pavan *et al.* (1958), nesta pesquisa, fizeram “cruzamentos entre letais naturais em 22.500 moscas; entre letais naturais e irradiados em 50.000 moscas, e entre letais irradiados em 17.000 moscas.” Conforme o grupo concluía, “os dados experimentais não sustenta[va]m, portanto a hipótese de que os genes letais recém induzidos por irradiação sejam mais drásticos do que os genes letais naturais nos seus efeitos em estado heterozigótico.” (PAVAN *et al.*, 1958, p. 207 *apud* SIÃO, 2008, p. 206).

de colaboradores, como Pavan, líder daquela pesquisa, contribuiu para o rompimento. No entanto, as interpretações a respeito dos genes letais serem mais deletérios em populações naturais do que em populações com indução de radiação tinham uma relevância em sua interpretação social quanto ao papel da Genética? Em termos sociais, o que mudava?

Era uma questão puramente científica, pois diante dos dados de frequência que eram considerados diminutos, a nova pesquisa de Pavan *et al.* (1958) trouxe um número de frequência ainda menor. No entanto, comprovaram que nas populações naturais, mais genes letais eram deletérios do que nas populações com indução de radiação.

E tudo indica que Newton Freire-Maia possa ter se distanciado de Dobzhansky, na medida em que inverte a situação de pesquisa genética das drosophilas à Genética Humana, pois sua estadia de um ano em Ann Arbor, Michigan-EUA, lhe permitiu ao compreender a metodologia de Morgan, Crow e Muller como centrais para a compreensão da carga genética da população brasileira, o que pode ter conflituado sua relação com Dobzhansky. No entanto, Freire-Maia buscou se distanciar das interpretações do racismo, assim como Dobzhansky recorrentemente o fazia. Em Ann Arbor, Newton Freire-Maia teve contato com os Drs. James V. Neel, William J. Schull, James N. Spuhler e Henry Gershowitz. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1966, p 15). Na ocasião do intercâmbio, tanto Newton Freire-Maia quanto Francisco Salzano, foram supervisionados por James Neel. (SOUZA, SANTOS, 2014; SANTOS, LINDEE *et al.*, 2014).

Salzano e Freire-Maia (1967), no capítulo *Isolados e migração*, explicitam que o movimento de exocruzamentos permitia acumular os zigotos de caráter letais e semiletais, enquanto que o endocruzamento permitia revelar os zigotos letais e semiletais, obtendo-se o que os autores chamaram de função saneadora. (SALZANO; FREIRE-MAIA, 1967, p. 92).

Na perspectiva dos geneticistas, a evolução era quem delimita quem sobrevivia e quem não sobrevivia, de modo que os casamentos consanguíneos aceleram esse processo de evolução. No texto conjunto, Salzano e Freire-Maia (1967) abordam ainda que a carga genética era o conjunto de fatores genéticos desvantajosos que a população continha. Essas desvantagens eram responsáveis por casos que iam de mortalidade precoce, esterilidade, baixa fertilidade, até anomalias ou doenças capazes de provocar invalidez ou reduzir a capacidade funcional normal. (SALZANO; FREIRE-MAIA, 1967, p. 105).

Nessa linha, os estudos de consanguinidade tinham, conforme os geneticistas franceses Sutter e Goix (1964), um potencial para projetos sanitários e médicos. Na França,

visualizou-se entre 1926 e 1958 um decréscimo nos números dos casamentos consanguíneos, por pressões internas e externas (migrações); os isolados genéticos se dispersavam, pois fundaram número de populações em unidades maiores, o que Freire-Maia chamou, no segundo caso, de pressões externas, de “quebra de isolados”.

Salzano e Freire-Maia (1967) enfatizaram que o crescimento dos isolados poderia ocorrer dentro de suas fronteiras e fora de suas fronteiras. No primeiro, tende-se a baixar as taxas de endocruzamento, mas diminuindo pouco a frequência dos homozigotos. O segundo chama-se quebra dos isolados, que pode alterar substancialmente as frequências genotípicas.

No segundo caso, poderia haver casos de retardamento da quebra dos isolados, explicados pelas preferências endogâmicas, como acontecia nos casos analisados por Freire-Maia e Krieger (*Annals of Human Genetics*, 1963) entre os universitários de Curitiba. Havia, no entanto, conforme Salzano e Freire-Maia (1967), outras preferências possíveis, como estatura, grau de instrução, nível social, grupo étnico, filiação religiosa, preferências artísticas, que tendem a manter as fronteiras isolacionais. (SALZANO, FREIRE-MAIA, 1967, p. 85-86-89).

Esse fenômeno de aumento do tamanho do isolado genético refletia, conforme Sutter e Goix (1964), de forma favorável no bem-estar físico melhorado das populações ocidentais. (SUTTER; GOUX, 1964, p. 127). Basilavam também acerca do processo de exogamia prevalecente - contrário à endogamia - que contribuía à redução da frequência de tuberculose e de várias doenças recessivas, como doenças do sistema nervoso. E, além disso, o fenômeno da heterose, desencadeado pela nova modalidade de escolha de casal, contribuindo, para a mudança de fisionomia, sobretudo o aumento da altura das populações. (SUTTER; GOUX, 1964, p. 127).

Conhecer o coeficiente médio de consanguinidade possibilitava perceber e avaliar as taxas de mortalidade infantil, além de abrir portas para verificar como a consanguinidade influía nas características da Patologia, Morfologia e Antropologia humana. (SUTTER; GOUX, 1964, p. 131). Freire-Maia, por sua vez, utilizou dessa abordagem metodológica nas populações brasileiras, demonstrando, na década de 1950, as proximidades entre a mortalidade pré-natal, mas também pós-natal, até os 20 anos de idade, e os casamentos consanguíneos. Isso marca o fato de já ocupar um espaço de autoridade dentro do campo da Genética Humana no âmbito internacional.

Na questão da Eugenia, Freire-Maia trabalhou com o conceito de endogamia, em especial casamentos consanguíneos nas populações brasileiras. Dentro da base genética, os conceitos de endogamia e heterose se relacionam, no entanto, estão em lados opostos. A endogamia tem muitos vínculos com os genes deletérios além das mutações. A heterose, não trabalhado por Newton Freire-Maia, tem seus vínculos com o melhoramento dos semelhantes.

Na década de 1960, no periódico *Correio do Paraná*, foi debatida a insistência nessas relações de heterose. O jornal publicou, em outubro de 1960, um texto acerca dos hunzas, uma população que vivia no vale do Himalaia, considerada pelo jornal como o “povo mais sadio do mundo”. A afirmação era oriunda da pesquisa do Dr. Allen E. Banik, que se baseava no argumento de que os cruzamentos consanguíneos eram o responsável pela situação saudável. Conforme Banik, diferente da crença popular, o casamento consanguíneo “não causa inevitavelmente degeneração, mas apenas fortalece e intensifica todas as características de natureza hereditária da população original.” (CORREIO DO PARANÁ, 16/10/1960, p. 1).

Em março de 1961, o jornal *Correio do Paraná* comentou acerca do livro *Manual de Genética Humana*, de autoria de Amran Scheinfeld, que tinha em seus pontos mais interessantes, conforme o jornal, o capítulo em que o autor discute que o casamento entre primos era proibido em geral por “razões sociais, psicológicas ou pseudogenéticas.” E continuava afirmando que havia riscos, mas que tudo dependia dos genes dos primos e que, em alguns casos, os bons resultados compensavam os riscos, como foi o caso de Abraham Lincoln, fruto de casamento consanguíneo, e Charles Darwin, que casou com uma prima e deixou ilustres descendentes. (CORREIO DO PARANÁ, 21/03/1961, p. 4). Esses debates na imprensa eram, sobretudo, disputas que envolviam os assuntos relativos ao campo da Eugenia e da Genética Humana, mas que circulavam na opinião pública, apesar do Laboratório de Genética Humana não galgar qualquer estudo em heterose humana.

No fim de 1960, durante a Semana Paranaense de História Natural, Freire-Maia palestrou acerca do tema *Que é a vida?*, e foi apresentado como Presidente da SBG. (CORREIO DO PARANÁ, 04/11/1960, p. 5). Alcançava ao mais alto espaço de autoridade do campo genético. O tema da palestra de Newton Freire-Maia, “que é a vida” pode ter relação com as discussões de Erwin Schrödinger, sobretudo por haver uma semelhança textual com o título do físico austríaco. No entanto, não encontramos indícios do que foi abordado por Freire-Maia nessa palestra, no entanto, devemos considerar que possa ter

buscado explicar as relações entre Biologia, Genética e Física. Somente encontramos uma fotografia da palestra, que foi publicada pelo jornal *Diário do Paraná*, em 6 de outubro de 1960.

**Figura 6 - Palestra Que é a vida?, de Newton Freire-Maia**



**Fonte:** Diário do Paraná, 06 out. 1960, p. 6.

Na fotografia, encontra-se Newton Freire-Maia à frente do público ouvinte. Na legenda da imagem, o jornal trazia que além dos convencionais, grande número de professores assistiu à preleção do geneticista. Assim, a palestra foi de caráter de formação de um grupo de docentes, e congregou a interdisciplinaridade dentro de vários cursos da Universidade.

Em janeiro de 1961, Newton Freire-Maia, como Presidente da SBG, contactou a Sociedade Brasileira de Antropologia com intenção de organizar um Simpósio acerca das Populações Brasileiras, em que seriam discutidos diversos aspectos do problema genético, antropológico, médico, demográfico, sociológico, histórico, sanitário. Newton Freire-Maia buscava sugestões que deveriam ser enviadas ao Laboratório de Genética Humana, em Curitiba. (CORREIO DO PARANÁ, 20/01/1961, p. 7). Dessas preleções de debates, Newton Freire-Maia viria a publicar, junto a Francisco Salzano, o livro *Populações*

*Brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos* (1967), que daria um panorama genético e antropológico das populações.<sup>318</sup>

### **3.4 Rumo à institucionalização da Genética Humana: o Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana**

A década de 1950 indicou, no campo da Genética paranaense, uma forte implementação e prática nos estudos por parte de Newton Freire-Maia e Homero de Mello Braga. Apresentaremos neste subtítulo alguns eventos organizados pelo grupo na instituição, no intuito de compreender o itinerário das pesquisas do Laboratório Genética (1951) até a implementação do Serviço de Informações acerca da Hereditariedade Humana (1957).

Em 24 de fevereiro de 1956, o jornal *Correio do Paraná* descrevia um Simpósio acerca dos *Aspectos biológicos do problema da população*, analisado sob o viés biológico, que aconteceria na FFCL-UFPR. O Simpósio contou com a participação de pesquisadores da própria instituição, de São Paulo e Kansas-EUA, dentre eles Newton Freire-Maia, Warwick E. Kerr e Domiciano Dias, da USP, e Charles D. Micherner, da Universidade do Kansas. (CORREIO DO PARANÁ, 24/02/1956, p. 5). Conforme o jornal *Diário do Paraná*, o evento ocorreu no Departamento de Ciências Naturais, no entanto, em 1956, não havia acontecido ainda a departamentalização da Universidade, ocorrida somente em 1968. Poderíamos falar de um Curso de Ciências Naturais, mas ainda não de fato um departamento, ocorrido com a Reforma Universitária, em 1968.

Kerr proferiu palestra acerca das *Implicações genéticas do problema da população*, com assuntos como “definições e conceitos de população, conceito de tamanho efetivo de população, métodos de determinação e implicações genéticas do tamanho efetivo das populações.” Após essa explanação geral, o professor Charles D. Micherner abordou *Alguns problemas populacionais em Zoologia*, área em que era especialista, especialmente as abelhas, trazendo à tona a discussão do tamanho das populações em animais. Newton Freire-Maia abordou os problemas do tamanho das populações em Genética Humana, apresentando e debatendo os métodos utilizados para calcular a *População geneticamente ativa*, relatando casos do Brasil e com dados provenientes do Paraná.

---

<sup>318</sup> Souza e Santos (2014) fazem uma análise do livro, inclusive sobre sua versão em inglês em 1970 sob o título de *Problems in Human Biology: A Study of Brazilian Population*, demonstrando as ligações dos pesquisadores com Roquete-Pinto e Ernani da Silva, pioneiros da antropologia e da genética nas populações brasileiras.

A interação entre os intelectuais visando à circulação das pesquisas que o Laboratório de Genética produzia pôde ser visualizada também no jornal *Diário do Paraná*, quando Freire-Maia, impossibilitado de palestrar no Rotary, foi substituído por Homero de Mello Braga, que, ao finalizar a fala *As Explosões Atômicas e o Futuro da Humanidade*, foi “vivamente ovacionado”. (DIÁRIO DO PARANÁ, 22/06/1957, p. 1).

Em 26 de junho de 1957, o *Diário do Paraná* trazia a publicidade de mais um evento do Laboratório de Genética. Eram os Seminários de Genética, que organizaram várias palestras para os meses seguintes, dentre as quais Homero de Mello Braga, *Ação enzimática e inteligência*, Newton Freire-Maia, com os títulos *Pesquisas recentes em Genética Humana* e *Efeitos genéticos das radiações em espécie humana*. Na primeira, discutiu o “número de cromossomas na espécie humana; Siclemia (ou anemia falciforme) e malária. O problema da Libéria; Subdivisão do gen. Cistron, muton e recon” (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/06/1957, p. 5), bem como o “Mongolismo e genética; Carga de gens deletéreos na espécie humana; Genética e surdo-mudez; Coréia de Huntington; Determinação dos grupos sanguíneos através dos ossos.” (DIÁRIO DO PARANÁ, 13/09/1957, p. 5). Já a segunda versou sobre os riscos para o homem das radiações nucleares e suas relacionadas, que era um sumário do relatório do Conselho de Pesquisas Médicas da Inglaterra. (DIÁRIO DO PARANÁ, 13/09/1957, p. 5).

Ainda participaram Ademar Freire-Maia, com os títulos *Hereditariedade Citoplasmática, Genética e câncer*, e *Efeitos biológicos das radiações atômicas* (Sumário do relatório da Academia Nacional de Ciências e do Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos), Ernani Simas Alves, com *Dermatoglifos*, Antonio Quelce-Salgado<sup>319</sup>, com três palestras, *A importância dos dermatoglifos em Genética Humana*, *Polimorfismo na espécie humana* e *Pseudoalelismo e conceito de gens*, Ismael Fabricio Zanardin, com as falas *A ocorrência de um fator pleiotrópico na espécie* e *Composição química dos cromossomas*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/06/1957, p. 5).

Em setembro, os Seminários de Genética tiveram sua programação aumentada, sendo anexadas falas de José Loureiro Fernandes, com *Os Shetá da Serra dos Dourados*, Paulo Barbosa da Costa, com *Anemias hereditárias*, Wally M. T. Beltrani, com *A duração*

---

<sup>319</sup> Em 1955, conforme o jornal *Diário do Paraná*, Antonio Quelce Salgado ocupava o cargo de presidente da diretoria do Centro Acadêmico Jackson Figueiredo, da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, sendo reeleito neste ano. (DIÁRIO DO PARANÁ, 05/11/1955, p. 2). Quelce-Salgado foi um dos geneticistas que se tornou autoridade advindo do grupo de Newton Freire-Maia. Apesar de fazer parte da Faculdade Católica, se aproximou das pesquisas do Laboratório de Genética. Em 1957, Newton Freire-Maia passou a ocupar o cargo de professor de Genética na Faculdade Católica de Filosofia. A instituição católica contava também com Ismael Fabricio Zanardini, assistente da Cadeira de Biologia Geral. (O DIA, 23/06/1957, p. 6).

*da vida em populações humanas pré-históricas e atuais e Aspectos genéticos da oligofrenia*, Maria de Lourdes Camargo, com *Fatores genéticos no desenvolvimento dos tecidos dentários*, Metry Bacila, com *Aspectos da Genética Bioquímica e Adaptação enzimática em microorganismos*, Archises Marques Faria, com *Erros do Metabolismo*, Ralph J. G. Hertel., com *Sobre a existência dos núcleos nas bactérias*. (DIARIO DO PARANÁ, 13/09/1957, p. 5). O seminário ocorreu na Rua Dulcídio, 638, às terças, quintas e sábados.

Newton Freire-Maia deu um curso a respeito de Genética paralelamente, às segundas, quartas e sextas, aberto a todos os interessados, no qual analisou alguns problemas da Genética das Populações Humanas, abordando quatro tópicos: coeficientes de parentesco e de inbreeding; população efética, migração e oscilação genética; e mutação e seleção natural; noções básicas de Sorologia. (DIARIO DO PARANÁ, 13/09/1957, p. 5).

Chamamos atenção para a presença de Ernani Simas Alves, que era Catedrático de Medicina Legal na Faculdade de Medicina e Diretor do Instituto Médico Legal. A palestra de Ernani, programada para dia 24 de setembro, que versou acerca dos dermatóglifos - estudo científico das impressões digitais - foi seguida da palestra de Homero de Mello Braga. No dia 26 seguiu-se a palestra de Quelce-Salgado sobre dermatóglifos e as aplicações em Genética Humana.<sup>320</sup> A ciência dos dermatóglifos foi introduzida em 1926 por Harold Cummins, e junto de Charles Midlo, em *Finger Prints, Palms and Soles* (1943), correlacionaram a prega palmar transversal única na Síndrome de Down. Conforme Cummins e Midlo, podiam ser úteis nos estudos de herança a partir de procedimentos numéricos, contagem de cristas entre pontos específicos ou medidas de ângulos, e possuía aplicação na criminalística, antropologia física, biologia humana, genética e clínica médica. (GIRALDI, 2011, p. 29 *apud* CUMMINS; MIDLE, 1943). É de suma relevância a participação de Ernani Simas Alves nos Seminários de Genética, que demonstra sua interação com as discussões genéticas e a Medicina legal.<sup>321</sup> O evento ocorreu em setembro e outubro de 1957, e era estruturado em reuniões ao longo da semana, às terças, quintas e sábados. (DIARIO DO PARANÁ, 22/09/1957, p. 5).

Antonio Quelce Salgado apresentou suas pesquisas de dermatóglifos na I Reunião Brasileira de Genética Humana, em 1958, e a equipe do Laboratório apresentou os

<sup>320</sup> Os dermatóglifos (derma-pele, glifeín-esculpir) são impressões dos dígitos utilizados para a identificação pessoal, são individuais e suas formas são imutáveis no tempo. As primeiras classificações sistemáticas, conforme Giraldi (2011), emergiram em 1823, com Jan Evangelista Purkinje. A nomenclatura clássica foi criada por Francis Galton, formada por arco, presilha e verticilo, enquanto que os pontos trirrádios descritos por Harris Hawthorne Wilder.

<sup>321</sup> No Brasil, Leonídio Ribeiro, em *Dáctilo-diagnose: contribuição da medicina legal para a propedêutica médica* (1939), estudou os dermatóglifos na área da Antropologia em comunidades indígenas.

resultados de pesquisa também na 12ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisas Científicas ocorrida em Piracicaba, em 1960, sob o título de *Distribuição dos tipos de dermatóglifos em população paulista*. No grupo do Laboratório, estavam envolvidos Antonio Quelce-Salgado, Newton Freire-Maia e Ademar Freire-Maia. Para além dos usos de identificação na polícia técnica, possuía vantagens em estudos de Genética Humana, bem como em estudos antropológicos, tais como: a formação completa até o 3º ou 4º mês de vida intrauterina, limitando assim o tempo em que se poderia sofrer modificações; imutabilidade, depois de formados até o fim da vida; caráter hereditário, isto é, os filhos recebem dos pais, por ocasião da fecundação, como fatores que condicionam o aparecimento dos dermatóglifos; relativa facilidade de sua análise; diversas características ligadas aos dermatóglifos (número de linhas, tipos de desenho, etc) podiam ser estudados com uma única impressão.

A partir dos dermatóglifos, era possível avaliar o grau de mistura racial. A pesquisa analisada era uma amostra de impressões digitais da população de São Paulo. O estudo consistia na determinação da frequência de alguns tipos de desenhos dermatóglifos em grupos étnicos diferentes, considerados dessa mesma população, apresentando-se grande diferença entre alguns grupos analisados pelo Laboratório. Além disso, estavam sendo igualmente analisados o número de linhas e outras características ligadas à dermatóglifos dessa amostra. (DIÁRIO DO PARANÁ, 16/07/1960, p. 12). A questão dos traços dermatóglifos que caracterizavam o mongolismo também era abordada nesse momento.

Newton Freire-Maia orientou pesquisas de Mestrado acerca das alterações dermatoglíficas e as displasias ectodérmicas na década de 1970.<sup>322</sup> Nesse sentido, a análise da dermatoglifia era instrumento para diagnosticar as anomalias congênicas e muitas doenças genéticas cromossômicas e gênicas. (GIRALDI, 2011, p. 67). Estas pesquisas abriram caminho para o Laboratório se tornar referência mundial nos estudos das displasias ectodérmicas, no entanto, não abordaremos a temática, pois temporalmente avançam o nosso recorte de pesquisa.

Gostariamos de comentar ainda a questão dos grupos sanguíneos e os usos genéticos, na qual em 13 de março de 1958 ocorreu um Seminário de Genética que se dedicou ao estudo *Os aspectos sorológicos e genético dos grupos sanguíneos*, contando

---

<sup>322</sup> Newton Freire-Maia pesquisou e orientou especificamente as pesquisas sobre Síndrome de Poroceratose de Mibelli (CULPI, 1975), na Síndrome braquimesofalangia tipo Mohr-Wriedt (MAIA, 1978), na Síndrome de Poland (FREIRE-MAIA, N.; CHAUTARD, E. A.; OPITZ, J. M.; FREIRE-MAIA, A.; QUELCE SALGADO, 1973), na Síndrome Altamente Mutiladora, produzido com Eleidi Chautard (CHAUTARD; FREIRE-MAIA, 1970).

com a palestra de Newton Freire-Maia, intitulada *Os Grupos Kell-Celano, Duffy e Lewis*, e de Ademar Freire-Maia, *O problema do Rh, com especial referência às terminologias de Fisher e de Wiener*. (O DIA, 12/03/1958, p. 2). Em 20 de março de 1958 ocorreram mais duas palestras, a primeira sobre *O sistema MNSs*, a cargo do prof. Antonio Quelce Salgado, assistente de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa, e a segunda, *Os grupos F e Diego*, pelo professor Newton Freire-Maia. (DIARIO DO PARANÁ, 20/03/1958, p. 8).

Em 1958, o periódico *Ciência e Cultura* relatava que o Laboratório de Genética da cadeira de Biologia Geral da FFCL-UFPR havia criado um *Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana*, e estava à disposição de qualquer pessoa de forma gratuita. O órgão baseou-se nos moldes das *Heredity Clinics* e nos Departamentos de Genética Humana das Universidades americanas e europeias no que diz respeito aos seus programas de *genetic counseling*. (CIÊNCIA E CULTURA, 1958, p. 109). O jornal *Diario do Paraná* de 20 de abril de 1958 afirmava que o serviço instalado destinava-se a prestar informações tanto a médicos como a leigos, acerca de problemas ligados à herança na espécie humana. (DIARIO DO PARANÁ, 20/04/1958, p. 7).

Dentre os responsáveis pelo serviço estavam o professor Newton Freire-Maia, então orientador do programa, o professor Homero de Mello Braga, os geneticistas e professores Ademar Freire-Maia e Antonio Quelce Salgado. O serviço servia para a determinação do caráter hereditário de uma larga série de anomalias, além do cálculo da probabilidade de aparecimento de filhos anormais em famílias que já apresentavam ao menos um integrante com determinada anomalia, na apreciação de potenciais perigos que decorrem do casamento entre parentes, dentre outras dúvidas.

As primeiras consultas foram feitas ainda em 1957. Tivemos acesso à segunda consulta (Consulta n.º 2/57), que foi escolhida por Newton Freire-Maia e Ademar Freire-Maia para fazer parte do livro *Genética Médica* (1966). Nela, um médico solicitou uma série de informações sobre o assunto, a fim de transmitir a um amigo que estava iniciando um namoro com uma prima primeira. Conforme a chamada, o amigo estava disposto a terminar o namoro se fosse informado de que os casamentos consanguíneos eram fatores de degeneração biológica. A partir dessa questão, o aconselhador enumerou cinco pontos relevantes.

O primeiro, de que o casamento entre primos em primeiro grau não era realmente proibido pelas leis civis brasileiras, no entanto, era um impedimento do ponto de vista católico, que sem dificuldades poderia ser dispensado para o casamento. O segundo ponto

relatava que todo casamento, mesmo entre pessoas normais e não aparentadas, envolvia um certo risco quanto à possibilidade de aparecimento, nos descendentes, de anomalias do tipo recessivo. Estas se manifestavam de fatores genéticos presentes, porém não manifestados, nos pais. Para o aconselhador, o casamento consanguíneo apenas aumentava o risco normal de todo casamento. Quando maior o grau de parentesco, mais riscos apresentava. Nesse sentido, as duas formas de incesto, entre pais e filhos e entre irmãos, eram possuidores dos mais altos riscos. As uniões entre tios com sobrinhas e entre tias e sobrinhos vinham na sequência, representando 50% a menos de riscos do que nos incestos. E assim, sucessivamente entre 2º, 3º e 4º graus de parentesco, cujos riscos eram proporcionalmente cada vez menores.

O terceiro apontamento dos geneticistas era que não se podia afirmar que os casamentos consanguíneos fossem fatores de degeneração racial, não sendo os fatores maus por si mesmos. Assim, os casamentos consanguíneos apenas aumentavam os riscos do aparecimento de filhos anormais, mas o risco existia para todo casamento. O quarto ponto afirmava que não havia meios de reduzir os riscos decorrentes dos casamentos consanguíneos, uma vez que os exames médicos não podiam, em geral, revelar os genes que porventura existiam, mesmo que de forma latente nos pais. Para algumas anomalias isto era possível, mas pouco representava dentro do número total de anormalidades conhecidas. O último ponto relatava que quando, numa família, ocorria uma determinada anomalia do tipo recessivo, podia-se calcular o risco de aparecimento dessa anomalia entre os filhos de um casamento consanguíneo.

A consulta n.º 2/57 é reveladora da abordagem efetuada pelos geneticistas responsáveis pelo serviço de aconselhamento genético da Universidade no intuito de trazer informações sobre hereditariedade ao público interessado. Ainda prestavam serviço de análise genética para problemas médico-legais, além de questões ligadas ao diagnóstico diferencial de anomalias congênitas ou não congênitas. O Laboratório de Genética recebia qualquer informação que fosse enviada a respeito das anomalias hereditárias, não sendo necessária a consulta no próprio laboratório. O grupo de geneticistas, mas também grupo médico, vide o caso de Homero de Mello Braga, colocava-se nesse momento no circuito do campo genético nacional. Era um serviço ainda não prestado em local algum do país.

Propositalmente ou não, depois de alguns meses do início dos Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana, proposto por Newton Freire-Maia e Homero de Mello Braga, o jornal *Diário da Tarde* publicava também uma notícia de que o Papa

havia declarado apoio aos institutos genéticos criados nos Estados Unidos, que faziam consultas genéticas e indicavam os problemas e as enfermidades hereditárias; os indivíduos deveriam levar em conta tais aquisições científicas disponibilizadas, a fim de não acarretar a descendência, “intermináveis misérias”. (DIÁRIO DA TARDE, 29/09/1958, p. 2). Propunha que o homem, hereditariamente, deveria evitar numerosas dificuldades físicas e morais a si mesmo e aos outros.

Independentemente de serem ou não estratégias do grupo de geneticista e imprensa, as falas do Papa tinham relevância para a aceitação da ciência genética por parte da população em geral. Se foi estratégia, revelava uma preocupação por parte dos geneticistas de uma não aceitação do aconselhamento genético, e uma adesão do campo religioso era conveniente.

Para os irmãos Freire-Maia (1966), “o aconselhamento genético exercia, indiretamente, uma função eugênica, uma vez que trata de medidas preventivas, cuja finalidade principal é levar à diminuição da incidência de anormalidades hereditárias na população.” (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1966, p. 41). No entanto, observavam que a incidência das anormalidades nunca chegaria a zero.

Em 1958, oito anos após a criação do Laboratório de Genética no Paraná, Curitiba sediou a I Reunião Brasileira de Genética Humana. Os Anais do evento traziam à tona artigo de interesse a nosso trabalho. Intitulado *Aspectos Fundamentais da Procriação Humana*, tinha como autor Alberto A. Lohmann, e trazia abaixo da autoria o escrito “Ministério da Saúde”, sem disponibilizar outras informações referentes à autoria. Nesse texto ressaltou a gravidade da procriação humana sem os devidos cuidados. Segundo o autor, havia duas espécies de procriação humana: “(...) diante dos postulados da Eugenia e dos flagrantíssimos da vida que observamos diariamente, podemos classificar a reprodução humana em dois tipos”. A primeira delas era a respeito da “procriação humana “anárquica”, uma procriação com falta de orientação médica. Para tanto, afirmava o autor: “elas nascem em condições precárias, em ambientes atrasados, de pais enfermos, ignorantes, morrendo, aliás, em grande percentagem, antes de atingirem o primeiro ano de vida.” (LOHMANN, 1959, p. 157). A segunda delas era resumida como “procriação humana dirigida”, e visava, segundo o autor, “(...) à obtenção de bons produtos”, uma prole sadia e feliz, com a predominância de “qualidade” sobre a mera “quantidade”. Ela seguia uma procriação com orientação médica. Assim, Lohmann argumentava por uma “reprodução orientada, consciente, incluindo a maternidade voluntária e a adoção de medidas eugênicas que até

hoje permanecem no campo das discussões. A procriação humana dirigida nada apresenta de absurdo, imoral ou impraticável.” (LOHMANN, 1959, p. 159).

Esse foi um momento em que foi proposto um programa de reprodução a partir da Genética Médica, que trataria de racionalizar o processo reprodutivo. Dedicar-se-ia a diferenciar os problemas inatos da reprodução, como os de tipo congênito e os de caráter hereditário. Como mencionamos, Lohmann esteve novamente no Paraná em 1962, durante a II Reunião Brasileira de Genética Humana, quando foi criada a Associação Brasileira do Planejamento da Família. Nessa ocasião, esboçou novamente a questão, relacionada à Eugenia e o Controle da Natalidade. Se em 1958 ocorreram os primeiros debates acerca do que se tornou um fato demográfico, a superpopulação, em 1962 ocorreu a concretização de um projeto que visava compreender a reprodução sob conceitos demográficos, pensado a partir da lógica neomalthusiana, eugênica, como uma questão médica.

Em entrevista ao jornal *Diário do Paraná*, de 12 de julho de 1962, referiu-se Lohmann que

se antigamente o número de filhos - sempre grande nas classes pobres em contraste com a limitação da prole feita pelas pessoas abastadas - impressionava pelo seu aspecto humano e estava mais ligado à medicina (a esterilidade voluntária se inclui no problema da infertilidade), hoje em dia a questão do número de filhos extravasou da esfera médica para o interesse do Estado. (DIÁRIO DO PARANÁ, 12/07/1962, p. 6).

Enquanto que as classes abastadas já haviam passado pela “revolução demográfica”, compreendida como uma revolução mental em relação à mudança de valores sociais relacionados à fecundidade humana, as classes baixas eram responsabilizadas por Lohmann pelos “conhecidos problemas da superpopulação, da miséria, do analfabetismo, da mortalidade materna e infantil, dos desajustados sociais, dos doentes mentais, dos criminosos e tantos outros continuam a preocupar seriamente”. (DIÁRIO DO PARANÁ, 12/07/1962, p. 6). E esses problemas, na ótica de Lohmann, pareciam que jamais seriam resolvidos “sem haver uma orientação, um controle da concepção ou, em termos mais amplos, sem haver uma procriação humana eugênica dirigida.” (DIÁRIO DO PARANÁ, 12/07/1962, p. 6). Assim, a superpopulação significava uma ameaça que não podia ser escondida.

Hoje, cogita-se de aumentar os recursos de alimentação mas, por outro lado, não é admissível deixar a esmo, inteiramente livre, de forma “anárquica”, a procriação humana (com os quadros habituais de gente maltrapilha, e esfomeada, de famílias miseráveis perambulando, as mães carregadas de infelizes crianças e com ventre exuberante). (DIÁRIO DO PARANÁ, 12/07/1962, p. 6).

Portanto, retornam os argumentos da procriação humana anárquica como fomentadora da superpopulação e os consequentes problemas que variavam da miséria ao analfabetismo, da mortalidade materna e infantil aos desajustados sociais, dos doentes mentais aos criminosos.

Em outra publicação do jornal, falava que a procriação humana deveria ser eugênica. Para Lohmann, era medida indispensável limitar o número de filhos dos casais pobres, sem recurso e sem saúde. Assim, impunha-se a consciência eugênica dos indivíduos, que viriam adotar a procriação racional, sadia, com a “Paternidade Planificada, a Maternidade voluntária” com controle da concepção. Isso envolvia uma questão de difusão e educação popular nos princípios eugênicos.<sup>323</sup> (DIARIO DO PARANÁ, 05/08/1962, p. 15). Criticou ainda a Assistência Social, que, a seu ver, era uma medida contrária à prevenção. Em lugar de assistência a doentes mentais, a criação de novos hospitais, colônia de alienados incuráveis, propôs o funcionamento de consultórios de Eugenia, com exame pré-nupcial e controle de natalidade. (DIARIO DO PARANÁ, 05/08/1962, p. 15).

Tal citação de Lohmann (1959;1962) coloca em evidência uma mudança no olhar relativo à Eugenia, reprodução humana e Controle da Natalidade. Francesco Cassata (2015), no livro *Eugenética senza tabu* (Eugenia sem tabu), afirmou que no debate público italiano houve um processo de nazificação do conceito de Eugenia a partir do Processo de Nuremberg, ocorrido entre 1946 e 1947, além da conclusiva relação entre Genética Médica e os crimes de Auschwitz. Ou seja, houve uma estigmatização do conceito de Eugenia logo no pós-1945, mas também uma estigmatização ou associação ao Nazismo da própria Genética Médica.

Interrogamos se tal fato também ocorreu em terras paranaenses. Cassata (2015) apresenta que, a partir das mudanças no campo da Genética Humana, emerge o termo *Genetic Counseling* (Aconselhamentos Genéticos), cunhado por Sheldon Reed, em 1947. Com este novo olhar, alterou-se o termo paciente para cliente, além de praticar o ensino da autonomia e da não coerção. Estes casos são sinais e evidências de que Nuremberg não representou censura nas pesquisas eugênicas, conforme apontou Cassata. Porém, é possível trazer esta interpretação para o contexto brasileiro. Acreditamos que esta pesquisa pode

---

<sup>323</sup> Os conceitos de Paternidade Planificada e Maternidade voluntária são termos advindos da emergente discussão do Planejamento Familiar.

responder a algumas dessas interrogações, propondo uma interpretação mais complexa no tocante ao cenário eugênico no Brasil.

Durante a I Reunião Brasileira de Genética Humana, com a presença do representante do ministro da Saúde, Lohmann teve seu trabalho enquadrado na mesa de Temas gerais de Genética Humana, que tinha como presidente L. Decourt, de São Paulo, vice-presidente D. Pellegrino, de Belo Horizonte, I. Novizki, de Buenos Aires, J. Simões Jr., de Salvador e como secretário W. Monastirer, de Curitiba. No entanto, sua comunicação não foi efetuada, mas mesmo assim teve seu texto publicado nos anais de evento. (ANAIS DA I REUNIÃO, 1959, p. 20). Outro intelectual que tocou no assunto concernente à Eugenia foi o argentino Issac Novizki, professor catedrático de Genética Humana e Eugenia Biológica, da Universidade do Museu Social Argentino. Em 14 de novembro de 1958, Novizki apresentou a conferência intitulada *La salud mental desde el punto de vista de la Eugenesia integral positiva*.<sup>324</sup>

Em entrevista<sup>325</sup> ao jornal *Diário do Paraná*, Novizki chamou a atenção para a liderança do Brasil nas pesquisas do gênero na América Latina e afirmou que

Os estudos de Genética Humana, em particular, estão no início, pois surgiram há poucos anos, mas está havendo um interesse crescente tanto do ponto de vista biológico como médico em particular. Para isto tem contribuído com uma ação persistente que já vai há vários anos, a Sociedade Argentina de Eugenia. Por outro lado, há um interesse internacional para que os médicos se dediquem ao problema das radiações humanas que vêm merecendo a atenção especial dos geneticistas de todo o mundo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 14/11/1958, p. 8-12).

A Sociedade Argentina de Eugenia foi criada pelo advogado Carlos Bernardo de Quirós em 1945, em contraponto à Associação Argentina de Biotipologia, Eugenia e Medicina Social, criada em 1932. (MIRANDA, 2018, p. 35). Conforme a historiadora

<sup>324</sup> A Eugenia integral positiva era o escopo da abordagem feita pela Sociedade Argentina de Eugenia que, conforme Miranda (2018), foi apresentada por Carlos Bernardo de Quirós, na obra *La degradación cosista del hombre* como uma variante ambiental, superadora da tese de Galton. (1957, p. 37). De acordo com Miranda (2018), sinteticamente, para o expoente máximo da Sociedade Argentina de Eugenia - líder do que a historiadora chama de eugenia argentina tardia - Bernaldo de Quirós (1957), a herança tinha “uma base genética”, mas também uma “superestrutura psicossocial (econômica, educacional, moral, política) e biofísica”, equivalente a “herança, ambiente, educação e vida (luta)”. (QUIRÓS, 1957, p. 15-16 *apud* MIRANDA, 2013, s/p). Nesse sentido, a Faculdade de Eugenia Integral e Humanista seguia esses preceitos no ensino, agregando valores contra a eugenia negativa, e dialogando com os preceitos da Igreja Católica. (MIRANDA, 2018, p. 44).

<sup>325</sup> Nessa reunião estiveram presentes também Francisco Saez, que em entrevista ao jornal foi elogioso aos trabalhos do Laboratório de Genética e sua equipe. Saez era chefe do Departamento de Citogenética do Instituto de Ciências Biológicas de Montevideo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 14/11/1958, p. 8). Foi entrevistado também o professor Máximo E. Drets, membro do Instituto de Investigações de Ciências Biológicas e da Faculdade de Medicina de Montevideo. Drets apresentou dois trabalhos na reunião, um sobre *Ação citogenética de alta dosagem da radiação ultravioleta na cebola*, e outro sobre *Consanguinidade como determinantes de síndromes hereditárias graves*, em colaboração do professor A. Ramon Guerra, da cátedra da Faculdade de Medicina de Montevideo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 14/11/1958, p. 8).

Marisa Miranda (2018), foi a partir dessa instituição que se fundou, em 1956, a primeira e única Faculdade de Eugenia do mundo, vinculada ao Museu Social Argentino, e iniciou os serviços no ano seguinte.

Hector Palma, em *Mejoramiento genético en humanos* (2019), relatou que a Faculdade de Eugenia Integral e Humanismo funcionou até fim dos anos 1970, e outorgou desde sua emergência, em 1957, títulos de Auxiliar técnico, com duração de dois anos, de Conselheiro Humanista Social, em três anos<sup>326</sup>, e a partir da reforma em 1963, de Licenciado em Eugenia Integral e Humanismo, com duração de quatro anos.<sup>327</sup> Isaac Novazki ocupava, em 1958, a cátedra de Genética Humana e Eugenia Biológica e, portanto, um espaço de autoridade dentro do campo eugênico argentino, espaço que antes era ocupado pelo Professor Benjamin B. Spota.

Para Novizki, a Eugenia era salientada como importante para a humanidade, e sugeria que fossem realizadas conferências populares esclarecendo o povo dos seus objetivos, alertando os jovens sobre os casamentos que deveriam ser impedidos. Isaac Novizki acreditava que deveriam ser criados órgãos de Consulta Genética para o esclarecimento do povo acerca do problema, e afirmava que “somente através de educação, poderá o povo compreender a sua magna importância”. (DIARIO DO PARANÁ, 14/11/1958, p. 12).

Após a presença de Novizki no Brasil, ocorreu um *Intercâmbio Cultural Brasil – Argentina*, conforme apontou o título de chamada do jornal *Correio do Paraná*, de 24 de

---

<sup>326</sup> A grade curricular da Faculdade de Eugenia Integral e Humanismo era formada pelas disciplinas de Parte Geral, ministradas pelo Prof. Bernaldo de Quirós, Educação e Metodologia, pelo Prof. Colombo e Economia Social e Doméstica, por Prof. Ilhas Garbarini, cadeiras do primeiro ano. No segundo ano, as disciplinas eram: Eugenia Biológica e Genética Humana, pelo Prof. Spota, Princípios do Direito Usual, pelo Prof. Bernaldo de Quirós, Ética Humanista, pelo Prof. Bernaqui Jáuregui e Higiene e Primeiros Socorros, pelo Prof. Rodríguez de Ginocchio. No terceiro ano, as disciplinas eram: Humanismo Eugênico Educacional, Parte Individual, ministrada pelo Prof. Bernaldo de Quirós, Eugenia e Sexologia Normal e Patológica, pelo Prof. Domenech, Puericultura, pelo Prof. Rey Sumay e Indústrias da Família Urbana e Rural, pelo Prof. Torres Gómez. (VALLEJO; MIRANDA, 2017, p. 65).

<sup>327</sup> A partir de 1963, a grade se modificou, cursando-se no 1º ano as disciplinas de Humanismo Eugênico (primeira parte, Integral); Economia familiar, social e política individual abrangente; e Educação humano-educacional. No 2º ano, Humanismo Eugênico (segunda parte, Integral); Biologia humana (Genética e Embriologia, primeira parte), Relações humanas; Legislação e lei usual; e Higiene e Primeiros Socorros. Curso de Prática Humanística de Vida Integral, na Escola Formativa do Homem, com base na Metodologia Psicológica Humanística (Especial) e na Ética Humanista Formativa, que durou seis meses. Se aprovado, recebia-se o Diploma de “Assistente em Relações Humanas”. No 3º ano cursava-se as disciplinas de Humanismo Eugênico (terceira parte, Psicologia Educacional); Ética Humanística Formativa; Puericultura e Pediatria; e Sexologia Humanista. Curso de Prática Humanística de Vida Abrangente, com duração de seis meses (segunda parte), que permitia ao estudante o diagnóstico humano-gógico e a prática do Conselheiro. Com esses assuntos e essa prática, eram cumpridos os requisitos para obter o Diploma de “Conselheiro Socialista Humanista”. No 4º ano, foi estudado o seguinte: Humanismo Eugênico (quarta parte, Psicossocial); Psicologia e Psicotécnica; Biologia Humana (Genética e Embriologia, segunda parte); e a apresentação da tese final. (MIRANDA, 2017, p. 70).

junho de 1959. O trecho falava do retorno do cientista Newton Freire-Maia da Argentina, na qual havia realizado um pequeno curso e uma série de conferência na Faculdade de Ciências Exatas e Naturais da Universidade de Buenos Aires e na Sociedade Argentina de Eugenia. Na ocasião, ofertou um curso de *Noções de Genética Humana* e conferências a respeito dos *Efeitos genéticos das radiações na espécie humana*, sobre os *Casamentos consanguíneos na América Latina* e sobre a *Ação da seleção natural na espécie humana*. Há possibilidades do curso ter acontecido até mesmo aos graduandos da Faculdade de Eugenia, que foi criada em 1957. Naquela ocasião, ocorreu também o Segundo Simpósio sobre o Uso Pacífico da Energia Atômica, organizado pela Organização dos Estados Americanos, que contou com a colaboração do geneticista.

Quando da instalação do Laboratório de Genética, em 1951, e sua transformação em Laboratório de Genética Humana, por Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia, em 1958, a Genética Médica no Paraná emergia como campo de produção de conhecimento na Universidade do Paraná. O Paraná era formado por uma sociedade em sua maioria católica, e, assim, interrogamo-nos se não houve dificuldades de aceitação dos preceitos genéticos e seu aconselhamento para a população. Vale lembrar que o Laboratório era ligado à FFCL-UFPR, que tinha, na década de 1950, se não maioria, significativa porcentagem de católicos dentro do curso de História Natural.

Em 1953, reverberava pelo jornal curitibano *Diário da Tarde* o *Discurso do Papa contra a prática da Esterilização*. Durante o Primeiro Congresso Internacional de Genética Médica, o Papa Pio XII optou por uma fala de crítica a algumas formas de “genética prática”. Falando da limitada influência da genética prática no patrimônio hereditário - por saber justificar por que um indivíduo tinha certas características, mas não poder explicar toda a vida do indivíduo - , afirmou que a Genética não estava reduzida à posição de espectador passivo, pois:

A tendência fundamental da genética e da eugenia é influenciar a transmissão de fatores hereditários para promover o que é bom e eliminar o que é nocivo. Essa tendência fundamental é irrepreensível do ponto de vista moral. Contudo, certos métodos para atingir o fim que se tem em vista e certas medidas de proteção são moralmente reprováveis. De fato há certas medidas genéticas e eugênicas de defesa que o bom senso moral, e sobretudo a moral cristã, devem rejeitar. Entre as medidas que ferem a moralidade estão o “racismo” e desaconselhar o casamento não é o mesmo que interdita-lo.

Para justificar-se a esterilização eugenica, afirma-se que o direito ao casamento e aos atos em que ele implica não violado pela esterilização pré-nupcial e definitiva. Essa tentativa de justificação não procede. A inaptidão para o casamento é sempre duvidosa e enquanto não for provada rigorosamente persiste o direito ao casamento. (DIÁRIO DA TARDE, 24/09/1953, p. 2).

O argumento papal recorre ao direito ao casamento, que era abalado com a impossibilidade de reprodução. A participação do Papa no Primeiro Congresso Internacional de Genética Médica, colocando-se a par dos ramos da teoria da hereditariedade, desde o conhecimento do núcleo celular, estrutura do citoplasma, até as leis da transmissão hereditária são relevantes, na medida em que o Papa Pio XII julgava publicamente ser moral e permissível a Genética e a Eugenia influenciarem e promoverem a transmissão de alguns fatores hereditários considerados bons e eliminar os considerados nocivos. Contudo, colocou-se contra o racismo, a interdição no direito ao casamento, que era impossibilitado pela esterilização eugênica pré-nupcial e definitiva. Afirmava ao campo científico que não deveria perder de vista os preceitos de moralidade, e “permanecer sempre conscientes da diferença fundamental entre o mundo vegetal e animal, de um lado, e o homem, de outro lado.” (DIÁRIO DA TARDE, 24/09/1953, p. 2).

O discurso do Papa foi político, mas advindo do campo religioso; interrogamos se teria legitimidade diante do campo científico. É interessante pensar como esse portar-se publicamente interferia nas produções científicas. No Paraná, perante os intelectuais católicos certamente se reforçaram os argumentos morais contra os atos de coerção. Mas nesse momento, o campo genético paranaense, por meio de Newton Freire-Maia, já havia feito as críticas ao modelo de Eugenia ultrapassado, e até mesmo no campo jurídico, a partir da trajetória de Napoleão Lyrio Teixeira, que criticou veementemente os atos de coerção em suas produções acerca da deontologia médica. No entanto, diante do campo social, a fala do papa tinha grande legitimidade na opinião pública, já que grande parte da população era católica.

Nesse sentido, no Paraná, Newton Freire-Maia e Homero de Mello Braga discutiam com esse tipo de perspectiva cultural católica e foram pioneiros na implantação de um serviço de aconselhamento genético, conhecido por Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana, ligado ao Laboratório de Genética Humana, em fins de 1957. As consultas efetuadas pelo geneticista Newton Freire-Maia foram publicadas e estão dispostas no livro *Genética Médica* (1966), volumes 1 e 2, e são sobretudo consultas ocorridas desde sua criação, em fins de 1957. Fazem parte das consultas várias questões, dentre as quais a consanguinidade e os casamentos consanguíneos, doença hemolítica do recém-nascido, distúrbios mentais e neurológicos, anomalias da cabeça, malformações dos membros, órgãos dos sentidos, síndromes, diabete, câncer, hemofilia, exclusão de paternidade e radiações ionizantes.

### 3.5 Homero de Mello Braga: da Pediatria à Genética

Neste tópico, apresentaremos como o itinerário traçado por Homero de Mello Braga durante sua trajetória acadêmica e científica permitiu que ocupasse espaços de relevância dentro do campo, demonstrando seu caráter inovador, marginal ou herético, como nomeado por Bourdieu, característica de quem geralmente situa-se nas fronteiras de sua disciplina. Vale ainda recordar que essas disciplinas, por vezes, atravessam ou até mesmo criam novas disciplinas na fronteira de vários campos. (BOURDIEU, 2004, p. 64).

Formado na Faculdade de Medicina do Paraná, em 1929; dedicou-se no início da carreira ao problema da tuberculose, trabalhando em 1931 como Diretor do Sanatório São Sebastião, na Lapa-PR. Em 1935, trabalhou como clínico no Dispensário Infantil da Liga Paulista contra a Tuberculose, produzindo em 1936 o *Manual Prático de Tisiologia Infantil*. Em 1938, retornando de São Paulo, assumiu perante concurso a Docente Livre a cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil da Faculdade de Medicina do Paraná, cargo em que regeu em turma complementar. De 1938 a 1939, foi médico do Posto de Puericultura Dr. Trajano Reis. Em 1938 e 1939, ocupou a cadeira de Biologia Educacional. Em 1940, Homero de Mello Braga foi nomeado diretor do Preventório de Castro, onde se tratava a tuberculose. De 1940 a 1969 ocupou o cargo de catedrático de Biologia Geral. Somente em 1944 assumiu interinamente a cadeira Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil durante o ano todo, e em 1945, de livre-docente passou a ser catedrático via concurso. Em 1946, quando publicou *Genética, Eugenia e Imigração*, já era membro da *American Academy of Pediatrics*.

A partir da vinda de Newton Freire-Maia e a criação do Laboratório, Homero de Mello Braga passou a produzir uma bibliografia que estava em alinhamento com as pesquisas ocorridas no *Galton Laboratory*, especificamente com as produções de Lionel Penrose. Alguns pontos de vista de Penrose em relação à Genética, doença e deficiência mental estão dispostos em *Influence of Heredity on Disease*, em *Mental Defect* e também em *A Clinical and Genetic Study of 1280 Cases of Mental Defect*. Posteriormente aos seus trabalhos, surgiram outros trabalhos correlatos, como os de R. L. Jenkins, *Etiology of Mongolism* (1933), de Adrien Bleyer, *Role of Advanced Maternal Age in Causing Mongolism* (1938). (KEVLES, 1985, p. 398).

Penrose publicou também *On the Interaction of Heredity and Environment in the Study of Human Genetics* (1932), dando atenção especial à imbecilidade mongol. Publicou também *The Relative Aetiological Importance of Birth Order and Maternal Age in Mongolism* (1934), além de seu trabalho considerado chave na história da Eugenia, *Phenylketonuria: A Problem in Eugenics* (1946). (KEVLES, 1985, p. 398). Conforme afirmou Cassata (2015), a partir da pesquisa de Lionel Penrose foi possível uma mudança substancial da Eugenia para a Genética Humana na abordagem da fenilcetonúria, também ocorrendo uma mudança semântica, posto que era sugerida uma solução preventiva para uma doença mental. (*apud* PIETTA, 2016, p. 266).

A questão pediátrica discutia com a Genética Humana e com as estatísticas de natimortos, mortes na infância, informações repassadas aos geneticistas, que refletiam os dados colhidos nas consultas. Os centros de Puericultura eram grandes centros de coleta desses dados.

Newton Freire-Maia, por exemplo, investigava as questões de Genética e mortalidade precoce, de grande valia para o público de pediatras, pois visualizava que as altas taxas de mortalidade precoce estavam ligadas aos locais em que havia maior frequência de relações consanguíneas entre nubentes.

Homero de Mello Braga se dedicou à identificação de aberrações cromossômicas e outras variações citogenéticas humanas como causas das anomalias e doenças específicas, tais como mongolismo, síndrome de Klinefelter, síndrome de Turner e outras. Em 1959, Homero de Mello Braga produziu, junto a Waldemar Monastier, o texto *Ichthyosis Foetalis* (1959)<sup>328</sup>, um estudo clínico e genético de dois casos; junto de J. A. Rocha, produziu o texto *Rim Policístico* (1959)<sup>329</sup>; e, junto de H. Abdala, o texto *Hépatos e Nefrolitíases e*

---

<sup>328</sup> *Ichthyosis foetalis* é, conforme Monastier e Braga (1959), uma rara anomalia hereditária que se caracteriza pela exagerada hipertrofia da epiderme do feto e se acompanha de outras malformações. Conforme os médicos, era a forma mais grave de ictiose congênita, que acarretava a morte poucas horas ou dias depois do nascimento. Era condicionada por “gen recessivo autossômico letal de efeito pleiotrópico”. O caso analisado pelos autores eram de uma família com alta incidência de casamentos consanguíneos, e os progenitores não apresentavam anormalidade, sendo primos em 3º grau. No entanto, as incidências de casamentos consanguíneos na família dos pais elevavam o coeficiente de inbreeding, de 0,0156 para 0,0278, conforme a fórmula de Wright (1922). No entanto, havia outro caso de malformação na família, um filho da irmã da avó materna com o irmão da avó paterna do recém nascido, primos de 1º grau. Assim o coeficiente de inbreeding aumentou para 0,115 em função da inbreeding dos ascendentes remotos.

<sup>329</sup> Nesse estudo clínico e genético de uma família com casos severos de Rim Policístico, Rocha e Braga (1959) chegam a conclusão estudando o *pedigree* da família do probandus, que era uma anomalia autossômica dominante com efeito não influenciado pelo sexo. (ROCHA; BRAGA, 1959) Probandus é um termo utilizado para designar um indivíduo particular estudado.

*Cistinúria* (1959)<sup>330</sup>. Em 1960 publicou o texto *Aberrações cromossômicas como causa do mongolismo e outras síndromes* (1960).

Em 1962 iniciou suas reflexões acerca dos gêmeos. O primeiro foi *Gêmeos monozigóticos genotípica e fenotipicamente diferentes* (1962), uma comunicação apresentada na XIV Reunião Anual da SBPC. O segundo foi *Gêmeos idênticos não idênticos* (1963), publicado na *Revista Pediatria Prática*. A década de 1960 foi muito produtiva para os integrantes do Laboratório de Genética Humana.

Há várias evidências que indicam que essa era uma das linhas mantidas pelo Laboratório de Genética da Universidade do Paraná. Conforme as *Atas do primeiro Simpósio Sul Americano de Genética* (1961), ocorrido entre 8 e 11 de março de 1960, na cidade de São Paulo, Homero de Mello Braga se fez presente apresentando um estudo intitulado *Teste dos Dois Casamentos: Estudos Genealógicos*. Fazendo parte do Laboratório de Genética, utilizou a metodologia de Darlington (1959), que sugeria a partir de dados estatísticos comparados em casos de pessoas que se casaram duas vezes, a primeira com um consanguíneo e a outra com um não consanguíneo. Era o chamado teste dos dois casamentos. No trabalho, Homero de Mello Braga dispõe da análise genealógica de dois casos, o de João Sebastião Bach e o Lord Anthony, e visualizou a “redução do número de descendentes nos casamentos entre primos, em comparação com os casamentos consanguíneos”. (ATAS ISSAG, 1961, p. 252). Os dados coletados por Homero de Mello Braga eram advindos da obra *Genealogia paranaense*, de Francisco Negrão, que, analisados e escolhidos com base nos pressupostos da metodologia de Darlington, somaram dez casos. Os resultados obtidos seguiram a linha de Darlington, diminuindo o número de descendentes nos casamentos consanguíneos em relação aos não consanguíneos.

Na trajetória de Homero de Mello Braga, em 1962 fez uma viagem à Europa e visitou, em Lisboa, o Serviço de Pediatria do Hospital Universitário; em Roma, visitou o Instituto Gregor Mendel, a serviço do prof. Gedda; em Paris, visitou o Hospital das Crianças Doentes (Hospital Trousseau), a serviço do prof. Jérôme Lejeune - que descreveu a Síndrome de Down (trisomia 21) e publicou o trabalho na *Comptes Rendus*, da Academia Francesa de Ciências, em janeiro de 1959. Portanto, essa viagem significou o estabelecimento de uma relação intrínseca entre os dois campos, o pediátrico e o genético, a

---

<sup>330</sup> Estudando o pedigree de uma família, Braga e Abdala (1959) visualizaram casos severos de hepatolithiasis nas mulheres e nefrolitíases nos homens, transmitida como condição dominante, de penetrância irregular. (BRAGA; ABDALA, 1959). Pedigree se caracteriza como genealogia da família, enquanto que heredograma eram gráficos que indicavam a genealogia do indivíduo ou família.

partir da trajetória de Homero de Mello Braga. Cavalli (2020) afirmou que quando Homero de Mello Braga visitou o prof. Lejeune, trouxe uma lâmina com células com trissomia do cromossomo 21, que utilizava nas práticas de ensino e pesquisa.

Em 18 de outubro de 1963, o *Diário do Paraná* divulgou que Homero de Mello Braga ministraria um curso de Genética Médica em Santos-SP, entre os dias 21 e 25 do corrente, no qual abordaria em cinco aulas:

1 - Leis de Mendel, cito-genética e genética molecular. Cromossomas e genes DNA e RNA, base química da hereditariedade; 2 - Citogenética Humana. O cariotipo normal. Erros inatos do cariotipo. Aberrações cromossômicas adquiridas; 3 - Mutações gênicas. Erros inatos do metabolismo. Patologia da síntese das proteínas. Malformações congênitas; 4 - Quadro Clínico e patogenia das doenças hereditárias mais importantes na infância; 5 - Diagnóstico dos heterozigotos. Profilaxia das doenças hereditárias. Casamentos consanguíneos. Aconselhamento genético. (DIÁRIO DO PARANÁ, 18/10/1963, p. 6)

Essa interlocução entre os dois campos guiou seus estudos durante os anos subsequentes ao nosso recorte temporal, como sua participação, em 1967, na XV Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria e no II Congresso do XI Dist. da Associação Americana de Pediatria, ocorridas em Brasília, em julho desse ano, coordenando o Simpósio sobre Genética e no qual apresentou um *Relatório sobre o Aconselhamento Genético*, provavelmente em decorrência dos serviços prestados pelo Laboratório e seu Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana. Em 1969, Homero organizou o Curso de Genética Aplicada à Pediatria, no XVI Congresso Brasileiro de Pediatria e III Conferência da A. A. Pediátrica, que ocorreu em Curitiba, em 18 de outubro de 1969. Nessa ocasião, palestrou *Erros Inatos do Metabolismo*. Homero de Mello Braga afinou cada vez mais suas produções em relação à Medicina e à Genética, e suas discussões com Newton Freire-Maia abriram possibilidade para a emergência da Genética Médica.

### **3.6 Da I Reunião Brasileira de Genética Humana (1958) aos aportes para a Genética Médica**

Souza e Santos (2014), analisando a emergência da genética das populações, consideraram o evento criado por Newton Freire-Maia como a concretização da expansão das pesquisas em Genética Humana no Brasil, mas chamaram atenção à criação da Comissão de Genética Humana, ligada a SBG, objetivou definir estratégias de ação, coordenação e intergração de diversos projetos. A preocupação dos historiadores da ciência era justamente a emergência dos estudos de genética populacional, tais como fatores

microevolutivos, taxas de mutação, seleção natural, fluxo gênico, deriva genética, bem como consanguinidade e miscigenação racial nas populações brasileiras. É mister considerar a I Reunião Brasileira de Genética Humana como um movimento de guinada para a Genética Médica no Brasil, mas que também fica evidente a partir da análise das próprias pesquisas do Laboratório de Genética Humana da Universidade do Paraná. Neste ponto, buscamos apresentar que caminhos da Genética Médica foram sendo trilhados pelo Laboratório de Genética Humana.

Ocorrida na Universidade do Paraná, entre 10 e 15 de novembro de 1958, congregou a reunião integrantes do campo da Genética nacional das Universidades do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e São Paulo. Ocorreu conjuntamente com a IV Semana de Genética. Durante a sessão inaugural do evento, comandada por Homero de Mello Braga, estiveram na mesa diretora A. Cerne de Carvalho, representante do governador de Santa Catarina, C. Brito Velho, de Porto Alegre, o Presidente da SBG, C. Pavan, de São Paulo, o Secretário Geral da SBG, W. E. Kerr, de Piracicaba, o Secretário de Saúde José Manuel Ribeiro dos Santos, representando o Governador do Paraná, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, o diretor da FFCL-PR, Homero Batista de Barros, o diretor da Faculdade de Medicina, Antenor Pamphilo dos Santos, o diretor do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, o professor Brasil Pinheiro Machado, além de Newton Freire-Maia, Secretário Geral do Evento, e Antonio Quelce-Salgado, Secretário de recepção e hospedagem.

Flávio Suplicy de Lacerda foi condecorado Presidente de Honra do Comitê Honorário; o Diretor da FFCL-UFPR, Homero de Barros, o Diretor do Instituto de Pesquisa da FFCL-UFPR, Brasil Pinheiro Machado e o Diretor da Fundação Rockefeller, Harry M. Miller Jr.<sup>331</sup> foram condecorados como Vice-Presidentes de Honra. Foram condecorados pelo fato de serem os incentivadores para que o evento se concretizasse. Como frutos do evento, foram publicados os anais da reunião científica, que foram custeados pela Comissão de Genética Humana da SBG, com verba doada pela Fundação Rockefeller. Além desta, foram financiadores do evento a Universidade do Paraná e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, interessadas nas pesquisas médicas e genéticas acerca das consequências das radiações sobre os corpos. Nesse sentido, os anais do evento são fontes inestimáveis para compreender o campo genético brasileiro, mas, sobretudo, visualizar como se inseriam esses intelectuais atuantes na Universidade do Paraná no processo da emergência da

---

<sup>331</sup> Harry Miller Jr. era o Diretor da Seção de Ciências Médicas e Naturais da Fundação Rockefeller, e foi homenageado com seu retrato na quarta página dos *Anais da I Reunião*, evidenciado como o “grande incentivador do desenvolvimento da genética no Brasil”. (ANAIS DA I REUNIÃO, 1959, p. 4).

Genética médica, que se tornou pouco a pouco hegemônica nas discussões de hereditariedade e na prática genética.<sup>332</sup>

A fala de Newton Freire-Maia, ocorrida logo após a exposição de abertura de Homero, versou acerca desse problema. Conforme evidenciavam os estudos efetuados no Laboratório de Genética por Newton Freire-Maia, acerca dos *Casamentos Consanguíneos no Brasil*, concluía-se que as populações brasileiras não possuíam condições mórbidas de caráter genético. (FREIRE-MAIA, 1959, p. 27). As pesquisas demonstravam que os problemas nacionais eram, conforme Newton Freire-Maia, as “endemias rurais, os distúrbios digestivos de origem infecciosa e a tuberculose”. Confirma o geneticista que

De fato, se examinarmos os fatores de mortalidade em nosso meio, veremos que o que realmente pesa são as doenças infecciosas e parasitárias, enquanto se encontram em plano secundário àquelas moléstias em cuja etiologia os fatores genéticos contribuem significativamente. (FREIRE-MAIA, 1959, p. 27).

Assim, o Laboratório de Genética diagnosticava que, posterior aos longos anos de estudos acerca da saúde genética das populações brasileiras, as taxas de consanguinidade, taxas de carga genética, estimativas acerca dos genes deletérios, dentre outros dados, revelavam aspectos da população, não sendo possível afirmar que havia problemas genéticos preponderantes. As pesquisas evidenciadas pelo grupo envolto ao Laboratório trataram de demonstrar por meio de números que os problemas de ordem ambiental eram mais mortíferos do que os de cunho hereditário. Na medida em que isso era comprovado cientificamente, as políticas institucionais relacionadas à Puericultura, Pediatria e Saúde pública eram cada vez mais legítimas perante o poder público.

O Laboratório de Genética Humana, a partir do Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana, esteve imbuído também no sentido de ampliar seus estudos em Genética Médica, uma outra especialidade do campo genético que se dedicava ao diagnóstico, tratamento e controle dos distúrbios genéticos e hereditários do paciente e, sobretudo, de toda sua família. Eis um ponto crucial para compreender a inflexão do sentido da ciência da hereditariedade, da Eugenia à Genética Humana. O que se pretendia como Eugenia para os eugenistas da década de 1920, 1930 e 1940, seja pelo viés do

---

<sup>332</sup> Para esse momento, chamamos atenção para a Genética Médica, no entanto, os Anais da I Reunião trazem pesquisas sobre os *Efeitos biológicos das radiações*, sobre os *Problemas de Antropobiologia, em especial sobre os grupos sanguíneos* - que vislumbraremos em outro subtítulo, sobretudo nas pesquisas de Loureiro Fernandes. Os anais abordam ainda a Estrutura Genética das Populações Humanas, além de Temas Gerais de Genética Humana.

aconselhamento, seja por vias autoritárias pela pretensão de acelerar o processo eugênico, tornou-se uma prática possível devido ao desenvolvimento da ciência da hereditariedade a partir dos estudos com base genética, que esquadrinhou e tipologizou as mais diversas doenças hereditárias. No entanto, as vias autoritárias já não eram mais possibilitadas devido às vastas experiências eugênicas que ocorreram no mundo e que vieram à tona depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, aconselhar geneticamente esteve entre as metodologias para alcançar o bem-estar individual e familiar.

As visitas de Newton Freire-Maia à Universidade de Michigan, em 1956, em especial ao primeiro curso de Genética Humana, que acontecia na *Medical School*, visualizaram os currículos das escolas de Medicina, que possuíam cursos amplos e resumidos de Genética Humana e Genética Médica. Dessa observação dos serviços americanos e europeus a Universidade do Paraná desenvolveu um programa semelhante.

Freire-Maia havia trabalhado, por convocação da OMS - Organização Mundial da Saúde -, com os efeitos da radiação na hereditariedade humana ainda em 1957. Ocorrida em Copenhague, a reunião visou levantar os aspectos para compreender se as radiações determinavam as mutações. O grupo de pesquisadores notou, a partir de experiências com criaturas vivas, de micro-organismos a mamíferos – drosófilas e ratos –, que havia bases seguras para crer que os efeitos genéticos das radiações eram cumulativos, podendo resultar em danos apreciáveis para as futuras gerações dos afetados. O grupo era formado por dezoito integrantes, dentre eles radiologistas, estatísticos, autoridades em saúde pública e especialistas em Genética e Genética Humana, e reconhecia o valor da mutação na exposição à energia nuclear. (CIÊNCIA E CULTURA, 1957, p. 100-101).

Na ocasião, Newton Freire-Maia apresentou seu trabalho, intitulado *Efeitos dos níveis de inbreeding das populações sobre a incidências de caracteres hereditários devidas às mutações recessivas induzidas*. Conforme a matéria, era sabido que a incidência dos caracteres hereditários não dependia unicamente da frequência dos fatores genes responsáveis por eles, mas também o grau de casamentos consanguíneos dessas populações. A pesquisa possibilitou dados dos níveis de *inbreeding* sob os quais viviam as populações na década de 1950, mas também foram ampliadas nas pesquisas arquivísticas, possibilitando determinar os níveis de *inbreeding* para até cerca de 150 anos atrás. (O DIA, 13/01/1957, p. 16).

As taxas de consanguinidade colhidas pelo geneticista desmonstravam que no Brasil as taxas eram mais altas do que as elevadas jamais constatadas em qualquer parte do

mundo. No entanto, as várias regiões brasileiras pesquisadas possuíam taxas de *inbreeding* diferenciadas, e conforme os estudos apontaram a região sul e a leste do país tinham taxas relativamente baixas, enquanto que, na região nordeste, a taxa era até dez vezes mais alta. Os fatores responsáveis indicados por Freire-Maia eram o padrão cultural, o nível econômico, a migração, a densidade populacional e o grau de ruralização.

No evento, apresentou os resultados da pesquisa efetuada no Laboratório junto de Wanda Aguiar Horta a respeito da surdo-mudez hereditária, que revelava que mais de 20% dos pais de surdos-mudos eram primos de primeiro grau. Deste modo, concluiu que assim como a surdo-mudez hereditária, também todas as outras anomalias condicionadas por fatores genéticos, raros nas populações, tinham suas frequências aumentadas, caso houvesse aumento da taxa de casamento consanguíneo.

Ao apresentar o trabalho em Copenhague, Newton Freire-Maia concluiu que

é de se supor que as mutações recessivas induzidas manifestem seus efeitos com frequências muito maiores nas populações com taxas de casamentos consanguíneos como as encontradas em algumas regiões brasileiras do que em algumas populações européias ou norte-americanas. (O DIA, 13/01/1957, p. 16).

Após a estadia em Copenhague, Freire-Maia esteve no Estados Unidos, realizando pesquisas no Departamento de Genética Humana da Universidade de Michigan, mas também visitou várias instituições científicas na Europa, como o Laboratório de Genética da Universidade de Uppsala, o Instituto Gregor Mendel de Roma, o Laboratório de Genética da Faculdade de Medicina de Paris, o Instituto de Genética Humana da Universidade de Copenhague. Em Copenhague, ainda participou do I Congresso Internacional de Genética Humana, onde apresentou os resultados das pesquisas realizadas no Laboratório de Genética da FFCL-UP. (O DIA, 13/01/1957, p. 16).

Sua autoridade no campo da Genética Humana e no campo da Genética Médica, e ainda sua posição privilegiada diante de sua sociabilidade com Harry Muller, da Fundação Rockefeller, foi de máxima significância para sua presença no estudo da radiação nuclear perante a Organização Mundial da Saúde.

Flávio Suplicy de Lacerda enumerou no *Relatório do Reitor*, apresentado à Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1958, que naquele ano transcorreram alguns fatos marcantes que balizaram um período de mudanças. Dentre eles, chamou atenção para a criação do Conselho de Pesquisas da Universidade, que visou administrar os Institutos de Pesquisa e estruturar laboratórios. (LACERDA, 1958, p. 49). A partir desse Conselho, o Laboratório de Genética passou a ganhar novo financiamento. Loureiro

Fernandes, como Diretor do Instituto de Pesquisa da Universidade, e depois Brasil Pinheiro Machado, no mesmo cargo, foram incentivadores do desenvolvimento do Laboratório de Genética, conforme exposto por Homero de Mello Braga, em explanação de abertura da I Reunião Brasileira de Genética Humana. (BRAGA, 1959, p. 24).

No *Relatório do Reitor 1963/1964*, disposto no *Anuário da Universidade do Paraná- 1963-1964*, o vice-Reitor José Nicolau do Santos, em Assembleia Universitária da Universidade, de 19 de dezembro de 1963, relatou em *Pesquisa* que o Laboratório de Genética Humana empreendeu naquele ano diversificados trabalhos de campo no Sul de Minas Gerais, Curitiba, Tupã (São Paulo), Itajaí (Santa Catarina) e litoral paranaense. Três livros haviam sido publicados: um no Brasil, outro nos Estados Unidos e o último na França, dos quais os integrantes do laboratório participaram. Outros dois livros estavam sendo publicados acerca de Genética. (SANTOS, 1963, p. 40). Citou o número de publicações de trabalhos e notas científicas que o Laboratório de Genética apresentou em revistas nacionais e internacionais, totalizando “23 trabalhos produzidos, já publicados ou a publicar. O Laboratório de Genética orientou quatro cursos especiais fora da Universidade do Paraná, além de participar de conferências, reuniões internacionais, seminários, etc..” (SANTOS, 1963, p. 40).

Além disso, o Conselho de Pesquisa da Universidade colaborou com o financiamento de pesquisas e equipamento de dezesseis entidades de pesquisa, dentre eles seis departamentos, cinco cátedras, três centros de estudos e um laboratório: o de Genética Humana. (SANTOS, 1963, p. 40).<sup>333</sup> No tocante aos departamentos, vale acrescentar que, em 1963, as cátedras e os departamentos coexistiam. Há indícios ainda que na Universidade do Paraná, por exemplo, História, Genética e Engenharia Florestal foram departamentalizados antes da departamentalização (1969-1973). De certa forma, aproveitaram-se da aposta do regime da ditadura para crescer e se fortalecer a partir da pós-graduação. Eram campos reconhecidos e que possuíam ligações internacionais: Engenharia Florestal com a Alemanha, História com a França e, Genética com os EUA.

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2000), no texto *Da Cátedra Universitária ao Departamento*, relatou que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1961

---

<sup>333</sup> Conforme o vice-Reitor José Nicolau do Santos (1963), dentre os Departamentos estavam: de Antropologia, de Zoologia, de Pedagogia, de Estatística, de História e de Clínicas Médica. Entre as Cátedras estavam: Pediatria, Fisiologia, Parasitologia, Anatomia, Patologia. O Centro de Estudos Leprológicos, o Centro de Estudos e Pesquisas e Hidrologia e Hidráulica da Escola de Engenharia, Centro de Estudos e Pesquisas de Geodésia da Escola de Engenharia. E, por fim, o Laboratório de Genética Humana. (SANTOS, 1963, p. 40).

(Lei nº 4.024/61), o departamento passou a representar a reunião de cátedras. A fonte, o Relatório de José Nicolau dos Santos, tratou como departamentos, mas há a possibilidade de serem cursos ou institutos. As cátedras foram excluídas somente com a Reforma Universitária de 1968.

Em 1962, Freire-Maia participou de conferências internacionais em Mônaco e em Nova York. Quando retornou, foi perguntado acerca dos efeitos das radiações atômicas, indicou que a radiação X - raio X - é a mesma da libertada pela bomba, diferenciando apenas a dose. Frisou ainda que tratamentos a base de bombas de cobalto e radiografias poderiam trazer funestas consequências ao organismo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 07/11/1962, p. 7).

Em entrevista ao jornal *Diário do Paraná*, Newton Freire-Maia evidenciou que suas pesquisas apontavam a um excesso de abortos entre os que lidavam com o raio X. Apresentou três frentes de trabalho do Laboratório de Genética Humana. A primeira eram as pesquisas sobre os casamentos consanguíneos e seus efeitos populacionais relativos à mortalidade precoce (abortos, natimortos e mortalidade infanto-juvenil), à morbidade (malformações em geral), à esterilidade. A segunda frente de pesquisas referia-se às malformações congênitas (de nascença) principalmente as que atingem os membros (amputações congênitas, faltas de elementos ósseos, pé torto). A terceira frente de pesquisa iniciou em torno de 1957, e visava comparar a descendência dos médicos que trabalham com radiação (raios X, radium, isótopos radioativos) com a descendência dos clínicos em geral, profissionais que não estavam ligados a forma alguma de radiação ionizante. (DIÁRIO DO PARANÁ, 27/04/1963, p. 8).

Em 30 de abril de 1963, o *Diário da Tarde* informava que o Centro Acadêmico Victor do Amaral organizaria um Curso de Extensão Universitária acerca de Genética Médica, na Santa Casa de Misericórdia. Ministrado pelos professores Newton Freire-Maia (cinco aulas) e Homero de Mello Braga (uma aula), seriam seis os tópicos do curso: Genética Médica, introdução, princípios básicos da herança do homem e Genética epidemiologia; Erros inatos de cariótipo e de metabolismo; Malformação congênita; Efeitos genéticos das radiações; Genética das populações, Casamentos consanguíneos e seus efeitos sobre a mortalidade e a morbidade, Seleção Natural; Genética Médica, conclusões, Teoria e prática do aconselhamento genético, Clínica de Hereditariedade e Serviços de Informações, Análise de várias consultas ao Laboratório de Genética Humana. (DIÁRIO DA TARDE, 30/04/1963, p. 4). A partir das produções do Laboratório de Genética

Humana, Newton Freire-Maia e Homero de Mello Braga nesse momento estabelecem o campo da Genética Médica, e passam a ocupar os espaços de maior legitimidade.

Era, portanto, uma tentativa de dar uma sustentação maior na formação a respeito de Genética Humana na Medicina, já que esta não possuía ainda uma grade curricular para a disciplina, por exemplo, a Genética Médica.

Em 1964, o jornal *Diario da Tarde*, de 23 de setembro, anunciou que o Laboratório de Genética Humana da Universidade do Paraná recebeu o cientista inglês Geoffrey A. Harrison, que pesquisaria a *Herança da Cor da Pele*. (DIÁRIO DA TARDE, 23/11/1964, p. 5). Ao lado de Francisco M. Salzano, visitaria o posto indígena de Rio das Cobras, a fim de estudar os fatores que condicionavam a cor da pele nos indígenas. Segundo o geneticista, apesar da Genética Humana Brasileira estar tão ativa quanto qualquer outra no mundo, estava surpreso.

O que mais me surpreendeu foi o fato de a Genética Humana não ser lecionada nas maiorias das Faculdades de Medicina no Brasil. Na Inglaterra e diversos países europeus, a situação já é bastante diferente, pois a referida matéria é ministrada, regularmente, em todos os cursos de Medicina. (HARRISON, 1964, p. 5).

Apesar das críticas referentes ao ensino da Genética Humana nas Faculdades de Medicina, a Universidade do Paraná já vinha trazendo essas discussões à tona, e tanto Homero de Mello Braga quanto Newton Freire-Maia eram protagonistas nesse processo.

Em relação ao financiamento de pesquisa, chamamos a atenção às pesquisas relativas à interferência no plasma germinativo por influência de radiação atômica já nos idos de 1964. Ocorrido em Valparaíso, no Chile, o *Quinto Simpósio Interamericano sobre a Aplicação da Energia Nuclear para fins Pacíficos* foi financiado pelo governo chileno e pela Comissão Interamericana de Energia Nuclear da Organização dos Estados Americanos. Nesse evento internacional, Newton Freire-Maia, o então chefe do Laboratório de Genética Humana da Universidade do Paraná, foi convidado a apresentar os resultados de suas pesquisas referentes aos efeitos genéticos nas famílias de médicos profissionalmente expostos a radiações ionizantes. A pesquisa iniciou-se sete anos antes e teve a colaboração do professor Ademar Freire-Maia, da Faculdade de Medicina de Botucatu, e do professor Antonio Quelce Salgado, da Faculdade de Filosofia de Marília. A pesquisa foi financiada por entidades nacionais e internacionais, dentre elas a Fundação Rockefeller, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Conselho Nacional de Pesquisas e o Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná. (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p. 6).

Em 1965, Homero de Mello Braga ministrou um curso de Citogenética em Medicina, na Universidade do Paraná. Em 1965, conforme Freire-Maia, o Laboratório de Genética Humana (LGH) contava com o patrocínio da Fundação Rockefeller, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Conselho Nacional de Pesquisas, do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, da Organização Mundial da Saúde e da Fundação Calouste Gulbenkian. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 539).

Em 1967, já estava se organizando a instalação de um nova unidade de citogenética, comandada pelo professor Francisco Antônio Marçallo, e visava aos estudos dos cromossomos humanos. Conforme Iglénir João Cavalli (2020), que adentrou no Laboratório em fim de 1963, em julho de 1964 o professor Marçallo criou o Laboratório de Citogenética, o primeiro a ser criado dentro do Laboratório. (CAVALLI, 2020). Conforme Cavalli, em entrevista, em 1964, o aconselhamento gênico ou da consanguinidade era feito por Newton Freire-Maia, enquanto que o aconselhamento cromossômico era feito por ele. Assim, Síndrome de Down, de Patau, de Edwards, por serem englobadas entre as anomalias ou aberrações cromossômicas ficavam a encargo de Cavalli.

Em agosto de 1968, o jornal *Diário da Tarde* propagandeava a recente instalação do Laboratório de Citogenética, anexo ao Laboratório de Genética Humana, e sua aproximação ao Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina. Os estudos de alguns casos de doenças causadas pelas aberrações cromossômicas, que naquele momento eram “documentadas pela cultura de Leocócitos e Determinação de Carótipo” abriam espaço para a ampliação dos campos de investigação, discutindo da Genética Humana e da Citologia à Pediatria médica. (DIÁRIO DA TARDE, 30/08/1968, p. 5), O ano de 1969 abriu espaço também à implantação do Mestrado em Genética Humana. Homero de Mello Braga assumiu as disciplinas de Citogenética Geral e Citogenética Humana no curso de Mestrado. Mas esse é um assunto que extrapola nosso recorte temporal, contudo abre espaço para novas pesquisas e pesquisadores.

Conforme o jornal *Diário do Paraná*, de 30 de julho de 1967, o Instituto de Física da Universidade do Paraná havia relatado um aumento de 300% da precipitação radioativa em Curitiba. Newton Freire-Maia aferiu que “o aumento da precipitação ocasionava a ocorrência de efeitos somáticos como leucemia, câncer, anemias, cataratas, etc, além do encurtamento da vida) e efeitos genéticos, com suas mutações” (DIÁRIO DO PARANÁ, 30/07/1967, p. 9).

Buscamos mencionar que perante a Genética Médica, os fatores ambientais, portanto, congênitos, foram tão relevantes quanto os genéticos, pois, durante o processo de gestação, outros fatores poderiam influir sobre os indivíduos. A fala de Newton Freire-Maia na I Reunião Brasileira de Genética Humana acerca das soluções que pediam antibióticos, cuidados pré-natal, higiene infantil, assistência à gestante eram de caráter paliativo, que só iriam ser definitivas com uma mudança da superestrutura econômica e social.

A aproximação entre as disciplinas de abordagem de Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia se colocava como profícuas para a ampliação dos campos e o crescimento das políticas públicas, como foi o caso da gratuidade dos aconselhamentos genéticos.

### **3.7 A Genética das Populações Humanas: os equívocos metodológicos de Freire-Maia e suas autocríticas**

Durante todos os anos de existência do Laboratório de Genética, as pesquisas referentes à Genética das Populações Humanas foram marcadamente majoritários, a partir de estudos que trataram, em determinado tempo e espaço, das variações das frequências fenotípicas nas populações humanas nos períodos de isolamento, migração e consanguinidade. Explanaremos neste sub-capítulo a busca por novos dados ao estudo da Genética das Populações brasileiras, sobremaneira acerca das taxas de genes letais - letons - nas populações brasileiras. Ou seja, a taxa percentual de letalidade de certos genes nas populações brasileiras, pesquisadas a partir da tipologia racial. O sub-capítulo congrega a nossa hipótese acerca do biodeterminismo no estudo genético, que abriu possibilidade para uma narrativa racista, mesmo que durante um período relativamente curto na trajetória científica de Newton Freire-Maia, depois apontado e renegado pelo próprio geneticista.

Em 1960, a Faculdade de Filosofia recebeu a visita do professor Barbosa Vianna para curso de Extensão Universitária com o tema *Estatística Biológica*. O professor era catedrático da Escola Nacional de Educação Física, da Escola de Aeronáutica do Rio de Janeiro, da Escola Nacional de Ciências e Estatísticas (IBGE) e livre-docente da Faculdade Nacional de Medicina. (DIARIO DO PARANÁ, 03/09/1960, p. 12). Seu curso abordou a Biologia Matemática, a Genética Matemática, o Método do Máximo *likelihood* de Fisher, os Testes de Estatísticas em geral, o Teste Quiquadrado, a Análise Sequencial, Path - Coeficientes de Sewall Wright, as Matrizes de Fisher e a Teoria de *Inbreeding*, a Teoria

Matemática da Seleção Natural - Teorema de Fisher e trabalhos de Wright, e, por fim, os Processo Estocásticos - estudo da Equação de Fokker-Planck e a aplicação à Genética das Populações. (DIÁRIO DO PARANÁ, 03/09/1960, p. 12). O curso de extensão visou nesse sentido dar cabedal metodológico aos estudos estatísticos com aplicabilidade direta em Genética das Populações. A década de 1950 e início de 1960 marcaram os estudos em Genética das Populações Humanas, e esse é um processo que envolveu situações novas, mas também paradoxais e contraditórias dentro das pesquisas científicas.

Em março de 1960, Newton Freire-Maia apresentou um conjunto de trabalhos no Primeiro Simpósio Sul Americano de Genética, ocorrido em São Paulo, e dentre eles estava o texto *Gens Deletérios na Espécie Humana*. Esse texto foi autocriticado em momento de rememoração, durante uma entrevista na década de 1980,<sup>334</sup> quando abordou essa passagem de sua trajetória como uma pesquisa de “graves erros de análise”. No texto apresentado no simpósio, relatava que as estimativas do número médio de gens recessivos mediam-se a partir de três processos. De forma direta, a partir do levantamento geral de uma população, semi-direto, a partir dos casamentos consanguíneos, ou indireta, a partir da extrapolação de dados de *Drosophila*.

As pesquisas por métodos indireto e semidireto - em moscas drosófilas e em casamentos consanguíneos - revelavam dados de números médios de equivalentes letais e equivalentes anormais (indivíduos que não sobreviviam) entre 2 e 6 e os números equivalentes detrimenais (indivíduos que não chegavam a fase reprodutiva) entre 4 e 12. Pesquisas com método de processos semidiretos - entre casamentos consanguíneos -, revelavam números de cerca de três equivalentes letais e menos de um anormal. Esses dados advinham de pesquisadores como Miller (1948; 1950,1955), Slatis (1954), Morton, Crow e Miller (1956), Book (1957), Penrose (1957), Slatis, Reis e Hoehne (1958), todos geneticistas estudiosos da carga mutacional. (FREIRE-MAIA, 1960, p. 263).

A respeito do método semidireto, por meio do estudo dos casamentos consanguíneos, Shull (1958), pesquisando a população do Japão, sugeriu números de três mínimos de três equivalentes letais e menos de um anormal. No tocante ao método direto, Stevenson (1959) estudando a Irlanda do Norte e revelou número inferior a um para gens condicionadores de anomalias. Nesse sentido, no Brasil, Newton Freire-Maia utilizou o método semidireto, a partir dos casamentos consanguíneos, como Shull (1958) no Japão.

---

<sup>334</sup> Trata-se da entrevista concedida a Oswaldo Frota-Pessoa (Departamento de Biologia, USP), Darcy Fontoura de Almeida (Instituto de Biofísica, UFRJ), Alicia Ivanishevich e Myriam Regina Del Vecchio (CIÊNCIA HOJE).

No entanto, as pesquisas revelaram número inferior a um em caucasóides (brancos) e entre nove e dez entre negros. (FREIRE-MAIA, 1960, p. 263-264).

Tais conclusões haviam sido publicadas na revista *Science*, em coautoria com seu irmão, Ademar Freire-Maia, com o título *An estimate of the human load of mutations from heterogeneous consanguineous samples* (1960); na *Nature*, publicada em coautoria com Ademar Freire-Maia e Quelce-Salgado, intitulado *Lethal mutations in Brazilian human populations* (1961); e na revista *Anhemi*, como único autor, com o título *Da adaptação e da seleção natural* (1960). (FREIRE-MAIA, 1960, p. 263).

Seguindo a metodologia de Crow (1958), publicada em *Some possibilities for measuring selection intensities in man*, Newton Freire-Maia verificou que para as cargas genéticas analisadas nas populações brasileira, nenhuma contribuição advinha da carga segregacional, uma espécie de gene super dominante que se conservava na “população por valor adaptativo dos heterozigotos”. Pelo contrário, tal carga genética ocorria pelo caráter mutacional. Eram, nesse sentido, genes deletérios, que se perpetuavam devido a uma mutação recorrente. Assim, considerou que o método de Crow (1958) “não podia ser usado, com segurança” nas populações caucasoides por ele estudadas, mas o emprego do método nas populações negras sugeriu que os genes deletérios eram provenientes, assim como em Crow, de processo de mutação que aconteciam aleatoriamente.

Essas conclusões foram ainda publicadas na revista *Eugenics Quarterly*, sob o título de *Deleterious Mutations in man*, em dezembro de 1960. Conforme as conclusões, os dados brasileiros eram particularmente expressivos porque eles se referiam a dois grupos étnicos que viviam praticamente nas mesmas condições físicas e sociais e mostravam os negros com um número de equivalentes letais por indivíduo significativamente mais alto do que os caucasianos. (FREIRE-MAIA, 1960, p. 199). Nesse sentido, a interpretação de Newton Freire-Maia era que a seleção natural agia, pelo menos historicamente, de forma mais forte nos negros. No entanto, relatou que outras observações deviam ser desejadas.

Conforme rememorou em uma entrevista na década de 1980, os erros estavam em não levarem em conta as variedades socioeconômicas das populações.

Obtivemos resultados que não esperávamos: os negros que se casavam com consangüíneos eram mais pobres do que os que se casavam com não consangüíneos, acontecendo o contrário com os brancos. Esse dado nos levou a concluir que as dificuldades sócio-econômicas agravavam a situação dos filhos de consangüíneos negros e aliviavam a dos brancos. (FREIRE-MAIA, 1988, s/p).

Os dados coletados davam cabo de provar esse biodeterminismo de maior carga mutacional em negros do que em brancos. Os dados assim reinterpretados revelavam que a situação socioeconômica desestabilizada ocasionava um percentual significativo de casamentos endógenos, na medida em que, aumentando esse nível socioeconômico, refletiam em menos casamentos consanguíneos. E, para tanto, refletia e rememorou Freire-Maia:

O pior de tudo é que esses dados, assim distorcidos, pareciam revelar uma carga mutacional maior nos negros do que nos brancos. Uma conclusão que não me agradava. Logo eu, que sou antirracista, descobrir que os casamentos consanguíneos produziam efeitos muito mais drásticos nas famílias negras do que nas brancas! Um segundo levantamento, feito junto à população urbana, confirmou o efeito da consangüinidade maior nos negros do que nos brancos. (FREIRE-MAIA, 1988, s/p)

Revelou, ainda, que apesar da sua desconformidade com os resultados, tiveram que publicar o trabalho. No entanto, não confirmou quem fazia questão de que a produção fosse publicada. Há possibilidades de o próprio campo científico ter pressionado pela publicação, e, nesse sentido, seus pares que participaram indiretamente, como o dr. Newton E. Morton, Warwick E. Kerr e R Vencowsky, fizeram sugestões ao trabalho e ajudaram nos processos de cálculos, mas igualmente William Schull, James Neel e Newton Morton, que leram e criticaram o trabalho preliminar.

Há uma relação entre o equívoco metodológico efetuado por Newton Freire-Maia e a emergência da necessidade de debater as questões de racismo na ciência, especialmente na Universidade do Paraná. Isso é corroborado quando, em 1962, Newton Freire-Maia e Homero de Mello Braga participaram da mesa redonda *Raça e racismo*, ocorrida na Universidade. O evento foi organizado pela SBG e pelo Centro de Estudos de História Natural da FFCL-UFPR.

Esse evento foi noticiado pela imprensa paranaense. Em 28 de setembro de 1962, o jornal *Correio do Paraná* evidenciou a Mesa Redonda, na qual os intelectuais integrantes do evento discutiram *Raça e Racismo*. O evento ocorreu na FFCL-PR e contou com a presença de vinte e cinco participantes, que falariam cinco minutos cada um, abordando o assunto sob seus múltiplos aspectos, podendo os assistentes também manifestarem suas opiniões, avivando o debate. Foram convidados para o debate João Bosco de Azevedo (estudante), o professor Homero de Barros, Lauro Beltrão, Oldemar Blasi, Homero de Mello Braga, David Carneiro Junior, o Deputado Newton Carneiro, sra Terezinha Cortez (assistente social), o Deputado Waldemar Daros, o Cônsul Arthur Feldman (dos EUA),

professor Newton Freire-Maia, professor Ademar Freire-Maia (Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu), professor Jucundino Furtado, professor Amilcar Gigante, Consul Pietrov Flowasichi, Pastor Oswaldo Henrik, Dr. Jacob Holzman, sr. Edward J. Horward (cidadão americano), Vereador Karam, Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, jornalista C. Malheiros, Dr. Rosalino Mazziotti, prof. Paulo de Tarso Monte Serrat, professor Tom Miller (cidadão americano), Padre Gustavo Pereira, Dr. José Augusto Ribeiro, estudante Luiz Felipe Ribeiro, professor Bento Munhoz da Rocha, sr. Spedito Rocha (líder operário), professor Francisco Mauro Salzano (Universidade do Rio Grande do Sul), Dr. Oscar Scrappe Sobrinho, Deputado Edgard Távora, prof Vieira Netto, Dr. Eduardo da Rocha Virmond, Madre Ana Vitória de Sion.

A abertura do evento coube a Francisco Mauro Salzano, da Universidade do Rio Grande do Sul, que palestrou no auditório com o tema *Modernas discussões sobre raças humanas* (1962). A centralidade do discurso antirracista advindo do campo genético aparentemente foi majoritário. Francisco Salzano era um especialista em questões raciais, tanto que dois anos depois, em agosto de 1964, esteve presente na reunião do grupo de vinte e dois especialistas escolhidos pela Unesco, ocorrida em Moscou, e que debateu os aspectos biológicos de raça. Trata-se da Conferência Internacional sobre Raças, que referenciou as discussões da incidência do trabalho de Genética das Populações e das Ciências Sociais sobre o problema racial. Durante sete dias e meio de exaustivos discussões formais e informais, alcançaram a unanimidade, que requeria treze pontos.<sup>335</sup> Fazia parte de

---

<sup>335</sup> 1) Todos os homens pertencem a uma única espécie: *Homo sapiens*. 2) As diferenças biológicas entre os seres humanos devem-se a diferenças na constituição hereditária e à influência do meio ambiente nesse potencial genético. Na maioria dos casos, essas diferenças são devidas à interação desses dois conjuntos de fatores. 3) Existe grande diversidade genética em todas as populações humanas; raças puras - geneticamente homogêneas - não existem na espécie humana. 4) Existem óbvias diferenças físicas entre populações que vivem em diferentes áreas geográficas do mundo, em sua aparência média. Muitas dessas diferenças têm um componente genético. Na maioria das vezes, o último consiste em diferenças na frequência dos mesmos caracteres hereditários. (International Social Science Journal, 1965, p. 157). 5) As diferentes classificações da humanidade em grandes estoques é insuficiente, pois é difícil determinar classificações de populações intermediárias. 6) A composição genética de cada população está sujeita a influência modificadora de fatores como a seleção natural, tendendo à adaptação ao ambiente, mutações fortuitas, modificações aleatórias na frequência dos caracteres hereditários, até certo ponto dependentes dos padrões de acasalamento e tamanho das populações. Do ponto de vista biológico, não se poderia falar de inferioridade ou superioridade geral desta ou daquela raça. 7) A evolução humana apresenta atributos de importância capital as quais são específicos para as espécies, pois a adaptabilidade geral, por meio da cultura, modificou o papel da seleção natural no homem. (International Social Science Journal, 1965, p. 158). 8) As características hereditárias das populações humanas estão em equilíbrio dinâmico como resultado desse cruzamento e dos mecanismos de diferenciação. As raças humanas estão a qualquer momento em um processo de emergência e dissolução. 9) Nunca se provou que o cruzamento entre humanos têm desvantagens biológicas para a humanidade como um todo. Ao contrário, contribui para a manutenção de laços biológicos entre grupos humanos, para a unidade das espécies em sua diversidade. Assim, as consequências biológicas de um casamento dependem apenas da composição genética individual do casal e não de sua raça. Portanto, não existia justificativa biológica para proibir o

uma formulação para uma declaração prevista para 1966, que visava atualizar e completar a *Declaração sobre a natureza da raça e suas diferenças*, assinada em 1951.

Em relação ao conceito de raça na Genética das Populações, podemos verificá-la também na linha de Salzano, no artigo *O conceito de raça em Genética das Populações*, de Frota-Pessoa (1959) e no texto *Raça e Miscigenação*, de Ademar e Newton Freire-Maia (1966), que influem nas ideias dos ensinamentos de Dobzhansky acerca da Genética das populações, evolução e mendelismo. A crítica ao conceito de raça efetuada pelo geneticista da USP, Frota-Pessoa (1959), é de suma relevância, na medida em que cita alguns critérios que eram utilizados para definir raça, e mostrou as acomodações a que se abrigam alguns cientistas ao interpretar a natureza deformando suas teorias. E nesse aspecto referiu-se ao emaranhado de antropólogos antigos que conceituaram raça humana. Dentre as acomodações e deformações estavam três pontos:

- a) Semelhança de caracteres. Acomodação: deixar vago o grau de semelhança. Deformação: conduz à noção de raça pura e suas funestas consequências sociais;
- b) Associação de caracteres. Acomodação: admitir como pertencente à raça indivíduos que não têm todos os caracteres ligados que a definem. Deformação: supor que certos atributos psíquicos estão ligados a certos caracteres físicos;
- c) Definição de um protótipo. Acomodação: admitir desvios do protótipo. Deformação: sendo o protótipo teórico, é fácil introduzir nêle atributos gratuitos.

Os três assuntos em questão, as semelhanças de caracteres, a associação do caracteres e os protótipos poderiam levar os pesquisadores a interpretações equivocadas. Chamamos atenção para a questão da raça pura e sua inexistência. Esse foi um assunto já criticado por Theodosius Dobzhansky, diante das pesquisas de Hermann Muller a respeito de Eugenia. Devido às aproximações de Dobzhansky e Frota-Pessoa no Laboratório de Genética da USP, essa questão foi reproduzida e desconstruída pelo grupo de geneticistas. A segunda questão, da associação de semelhanças nos é muito cara, pois se relaciona com os assuntos que serão abordados nos próximos capítulos. Trata-se da ligação de atributos psíquicos a certos caracteres físicos. Apresentaremos que o que se considerou equívoco por parte dos geneticistas foi cogitado, estudado e praticado pelos médicos peritos, psiquiatras e

---

casamento entre pessoas de diferentes raças ou para aconselhá-lo por motivos raciais. (International Social Science Journal, 1965, p. 159). 10) O homem, desde sua origem, tem à sua disposição meios culturais cada vez mais eficientes de adaptação não genética. 11) Os fatores culturais que quebram barreiras sociais e geográficas aumentam o tamanho das populações reprodutoras e, assim, agem sobre sua estrutura genética, diminuindo as flutuações aleatórias (deriva genética ou *drift* genético). 12) As principais unidades populacionais se estendem por vastos territórios, abrangendo muitas populações diversas, que diferem em idioma, economia, cultura, etc. Não há grupo nacional, religioso, geográfico, lingüístico ou cultural que constitua uma raça *ipso facto*; o conceito de raça é puramente biológico. 13) Nem no campo das potencialidades hereditárias relativas à inteligência geral e à capacidade de desenvolvimento cultural, nem no aspecto físico, há justificativa para o conceito de raças 'inferiores' e 'superiores'. (International Social Science Journal, 1965, p. 159-160).

médico-legais estudados, sobretudo em um momento em que se criou uma geografia racial por meio dos estudos dos tipos sanguíneos, e foi utilizado o tipo sanguíneo para determinar o tipo psicológico, mas também patologias. Por fim, o protótipo racial é tratado por Frota-Pessoa (1959) como representação que mais exclui do que acrescenta.

Raça para Frota-Pessoa era “quaisquer populações (grupos de indivíduos relativamente isolados de outros grupos) que diferem, com significação estatística, de outras populações quanto à frequência de caracteres hereditários.” (FROTA-PESSOA, 1959, p. 109-110). E nesse sentido de agregar a raça à Genética das populações, Frota-Pessoa (1959) elenca que raça é uma etapa do processo de especiação, que certas raças diferem muito e outras pouco, que as raças formam níveis hierárquicos e com transições; o grau de diferenciação entre raças indicava, grosseiramente, o rigor do isolamento que as produziu e o tempo durante o qual o isolamento se manteve. Não havia raças puras, e em todas as raças ocorria elevado grau de heterogeneidade. Por fim, raça só poderia ser concebida no coletivo, em conjunto de indivíduos - que produzem populações.

Em 1966, os irmãos Freire-Maia publicaram o livro *Genética Médica*, e discutiram a questão da *Raça e Miscigenação*, em que conceituam raça. Para eles, “raça são populações que diferem, entre si, na frequência de traços genéticos.” Em relação ao racismo, afirmavam não ter base científica alguma e bradavam que “nenhuma raça pode arrogar-se o título de superior. Nunca se conseguiu demonstrar, apesar dos ingentes esforços feitos nesse campo, que um grupo étnico fôsse possuidor de potencialidades genéticas superiores, no campo intelectual, em relação a qualquer outro grupo étnico.” (1966, p. 63).

### **3.8 Em busca de novos métodos confiáveis para a carga de mutação das populações brasileiras**

Em 1965, houve comemorações pelo 1º Centenário da Obra de Mendel, realizada pela SBG e SBPC. Como parte das festividades, Ademar Freire-Maia e Newton Freire-Maia publicaram, na revista *Ciência e Cultura*, o texto *Estimativa do Efeito Genético dos Casamentos Consanguíneos* (1965). Nesse texto, trouxeram um esboço da variabilidade na frequência de casamentos consanguíneos nas populações humanas de vários locais do globo. Dentre eles, estavam países como Japão, Índia, Brasil e Israel, que se caracterizavam

com frequências relativamente altas, na medida em que os Estados Unidos da América tinham as mais baixas frequências.

O Brasil se caracterizava por grande heterogeneidade, apresentando duas situações distintas: o Sul e parte do Leste, representados pelas populações tipicamente europeias, que apresentava baixos níveis de endocruzamento, enquanto o Nordeste e o Sertão Baiano caracterizavam-se com altas frequências de endogamia. As outras regiões, em sua heterogeneidade, possuíam frequências intermediárias. Dentre os fatores apontados que eram relevantes para distribuição diferencial das frequências dos casamentos consanguíneos, os autores citavam o padrão cultural, o nível econômico, a migração, a densidade populacional, o grau de ruralização e os interesses econômicos.

Pelo fato de as mutações deletérias serem mantidas nas populações em frequências extremamente baixas, possuíam número alto de *locus* de origem dessas mutações. Assim, cada indivíduo na população era um portador de pelo menos uma mutação que poderia prejudicar o zigoto. Nos casos dos endocruzamentos, esses dados acerca da carga de mutação eram melhor detectáveis.

Na espécie humana, aliás, a análise da descendência dos casamentos consanguíneos revela uma das frações mais importantes da carga genética total, ou seja, a fração composta, presumivelmente, de gens deletérios raros mantidos sob pressão de mutação (“carga mutacional”). Os estudos dos efeitos genéticos dos casamentos consanguíneos constituem-se, portanto, em um instrumento de grande eficiência para a detecção e a medida desse componente da carga genética total. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540).

A análise dos casamentos consanguíneos buscava, dessa maneira, visualizar um processo complexo da emergência do anormal nas populações. O anormal não mais era retratado como traço de degeneração na hereditariedade, mas como um processo de mutação gênica que acontecia aleatoriamente.

Conforme apontou Newton Freire-Maia, era possível estimar a carga de mutações graças à teoria do endocruzamento, de autoria de Sewall Wright (1921; 1922), e graças à teoria dos equivalentes genéticos, produzida por Newton Morton, James Crow e Hermann Joseph Muller (1956) e Newton Morton (1960). Dois conceitos eram relevantes para a compreensão da teoria; o primeiro era o de carga genética (*load genetic*), e o segundo era o conceito de equivalentes letais.

Assim, a carga genética era usada comumente em dois sentidos. Representava, em acepção mais ampla, o conteúdo total ou parcial, de variantes genéticos nocivos de uma população. Para explicitar de melhor forma, exemplificou referindo-se que as estimativas

feitas com dados acerca da descendência de casamentos consanguíneos, em alguma comunidade humana determinada, revelariam uma carga genética caracterizada “por um certo número de equivalentes letais por gameto.” (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540). O exemplo era de uma carga genética parcial, já que nem todas as variantes genéticas presentes nas populações estudadas estariam contidas nos dados referenciados, explicou Freire-Maia, já que “os gens detrimenais raros cujo efeito emerge, com clareza, na descendência de uniões consanguíneas.” (1965, p. 540).

O outro sentido, evidenciado a partir de Crow (1962), dizia respeito, segundo Freire-Maia, à carga genética “como a medida da extensão pela qual o valor adaptativo médio de uma população fica decrescido em relação ao que aconteceria se o fator sob consideração não ocorresse”. Esta seria melhor nomeada pelo termo carga genética expressa. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540).

Portanto, havia dois sentidos da carga genética; o de equivalente letais - que foi trabalhado em um conjunto de trabalhos por Ademar Freire-Maia, em *An estimate of genetic load from inbreeding data* (1966), em Newton Freire-Maia, *On the methods available for estimating the load of mutations disclosed by inbreeding* (1964) e também em *Practice of consanguineous marriages and its genetic effects* (1965), idem em *Carga genética, o preço da evolução* (1966), e em produção dupla A. Freire-Maia e N. Freire-Maia, *Estimate of human load of mutations from heterogeneous consanguineous samples* (1960) e *Estimate of the genetic load disclosed by inbreeding* (1964) - e a carga genética expressa - especificada no artigo de J. F. Crow, em *Population genetics: Selection* (1962), publicado no livro *Methodology in Human Genetics*.

O conceito de equivalente letal é advindo do texto de Muller, de 1948, mas foi matematicamente conceituado por Morton, Crow e Muller, em 1956. O gene letal é considerado um gene que, se presente, ocasiona causa de morte pré-nascimento, pós-nascimento ou produz deformidades que levam o indivíduo à morte antes da idade reprodutiva.

Os irmãos Freire-Maia expunham que “um equivalente letal corresponde a um letal recessivo com penetrância completa ou a um grupo de gens deletérios recessivos em tal número que, dispersos na população, produzem, em média, o mesmo efeito de um letal completo.” (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540).

Deste modo, um gene letal completo equivale, conforme Freire-Maia e Freire-Maia (1965), a dois semiletais que matam 50%, a três que matam 33.3%, etc. Para melhor uso do

arcabouço conceitual, a partir da obra *On the methods available for estimating the load of mutations disclosed by inbreeding*, Freire-Maia cunhou o termo “leton”, na qual “um leton” significava “um equivalente letal por gameto”. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 540).<sup>336</sup>

Em 1964, os irmãos Freire-Maia, no intuito de simplificar a teoria de Morton, Crow e Muller - MCM (1955), e ter acesso a um resultado do coeficiente de endocruzamento, criaram uma nova fórmula. Esse novo coeficiente de endocruzamento seria capaz de medir os efeitos revelados na descendência dos casamentos consanguíneos, tais como a mortalidade e a morbidade em geral.

Descrevem também um novo método para estimar a carga genética revelada pelo endocruzamento, podendo ser aplicada tanto na Genética das populações humanas, quanto na de animais e vegetais. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 545). A metodologia utilizada para dar uma estimativa da carga genética nos descendentes de casamentos consanguíneos foi produzida por vários geneticistas.

Para aplicar em situações em que estavam em ação genes reconhecidos como autossômicos recessivos, utilizavam Slatk, em *A method of estimating the frequency of abnormal autosomal recessive genes in man* (1954) e Book, em *Genetical investigation in a north-Swedish population. The offspring of the first-cousin marriages* (1957). Havia também a metodologia de Morton, Crow e Muller (MCM), em *An estimate of the mutational damage in man from data on consanguineous marriages* (1956), mas que necessitava do uso de um computador.

No entanto, o método oferecido por Freire-Maia e Freire-Maia em *On the methods available for estimating the load mutations disclosed by inbreeding* (1964) conduzia a resultados equivalentes aos utilizados por MCM, sem a necessidade de computador eletrônico. A produção dessa metodologia deve ser visualizada sob o ponto de vista do conflito com a chamada escola clássica e da estratégia dos cientistas em dar uma solução não computadorizada ao problema.

A metodologia de MCM empregou o coeficiente de endocruzamento, que media a frequência de *locus* que se tornam homozigotos como resultado do endocruzamento. (1965, p. 241). Ou seja, calculava o coeficiente médio ligado diretamente à probabilidade de

---

<sup>336</sup> Ver Freire-Maia em *Carga Genética, o preço da evolução* (1966), e Freire-Maia e Freire-Maia, *On the methods available for estimating the load mutations disclosed by inbreeding* (1964).

homozigose (morte) na descendência endocruzada. Assim, em certa população, era possível calcular uma probabilidade de morte de descendentes consanguíneos.

O cálculo levava em conta os diferentes tipos de mortes, sejam genéticos ou ambientais. Em relação à espécie humana, afirmava Freire-Maia, existem evidências que demonstram que os equivalentes letais eram constituídos por genes letais, no entanto, a probabilidade que os letais estavam presentes no mesmo *locus* era baixa, conforme apontou o geneticista.

Uma característica dos genes letais, confirmam Freire-Maia e Freire-Maia (1965), era estarem dispersos em grande número de locos, e vale lembrar que o número de locos era alto. Os autores citam Frota-Pessoa, em *On the number of gene loci and the total mutation rate in man* (1961), que estimou dentro da espécie humana 5.900 a 11.700 *locus* que poderiam originar mutações letais e detrimenais antes de nascer. (FREIRE-MAIA; FREIRE-MAIA, 1965, p. 241). Assim, a probabilidade de ocorrer que dois ou mais ancestrais comuns sejam portadores de genes letais no mesmo *loco* era praticamente insignificante, conforme acrescentou Freire-Maia e Freire-Maia (1965).

Essa linha de pensamento no campo genético advém de Dobzhansky, em suas discussões da Genética aplicada à evolução, que quebrava os argumentos da escola clássica liderada por Muller, James Crow e Newton Morton. A escola “balanceada” era formada por Dobzhansky, Michael Lerner, Lewontin, Neel, Penrose e Wallace. Podemos compreender os estudos de Newton Freire-Maia nesse grupo da escola balanceada?

Quando Freire-Maia produzia ciência, utilizava-se dos estudos de Muller, Crow e Morton, conforme já mencionado. Mas estas eram apropriações metodológicas relativas ao cálculo da carga mutacional para genes detrimenais. Assim, a estimativa da carga genética emergiu a partir do método MCM. No entanto, no sentido de oposição, Newton e seu irmão Ademar esforçaram-se em suas pesquisas para simplificar o cálculo da estimativa da carga genética. Foi assim que os irmãos Freire-Maia produziram o método Freire-Maia, que conduzia a resultados equivalentes aos do método MCM.

Em 1962, o geneticista norte-americano Newton Morton visitou o Brasil para estudar o nordestino no sul. Conforme o jornal *Diario de Paraná*, o professor pesquisador chefe do laboratório da Universidade do Hawaii esteve em Curitiba e manteve contato com Newton Freire-Maia e Henrique Krieger durante suas três semanas de estadia no Brasil. Morton participou como colaborador das pesquisas a respeito dos efeitos genéticos das radiações ocasionadas pelas explosões atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Seu trabalho no

Brasil ocorreu na Hospedaria dos Imigrantes e visava preparar um projeto de estudo médico, genético e imunológico dos nordestinos que migravam para o sul do país. (DIÁRIO DO PARANÁ, 22/04/1962, p. 6). Do projeto também participaram Ademar Freire-Maia e Henrique Krieger, todos pesquisadores ligados ao Laboratório de Genética Humana e formados em História Natural na FFCL-PR.

Em julho de 1962, Curitiba recebeu a IX Reunião Anual da SBG (1962), ocorrida em conjunto com a II Reunião Brasileira de Genética Humana, e com a XIV Reunião Anual da SBPC. O evento contou com a presença de estrangeiros, como James Neel, diretor do Departamento de Genética Humana da Faculdade de Medicina da Universidade de Michigan, Newton Morton, de Honolulu-Hawaii, Almerindo Lessa, de Lisboa, F. Keiter, de Hamburgo, J.J. Valência, de Buenos Aires.

Em oito de julho de 1962, Neel deu uma conferência na qual relatou as recentes pesquisas que realizara em Hiroshima e Nagasaki, acerca dos efeitos genéticos dos casamentos consanguíneos e também sua investigação dos efeitos genéticos das explosões atômicas. (DIÁRIO DO PARANÁ, 07/07/1962, p. 7). Nessa mesma noite de domingo, ocorreu a entrega do prêmio D. Catharina Prosdócimo, vencido pelo professor Clodowaldo Pavan, da USP, em que disputaram também F.G. Brieger, da ESALQ, e Freire-Maia.<sup>337</sup>

No dia 13 de julho, durante a manhã, Newton Morton deu uma aula com o tema *Carga genética I: introdução*, enquanto que durante à tarde, o responsável por apresentar *Carga genética II: introdução* foi James Neel. No mesmo dia ocorreu uma discussão às 17 horas, *Relações entre a Antropologia e a Genética Humana*, e às 17h30 o assunto foi *Que é gen?*, proferida por Salvador de Toledo Piza Jr.. Foi nesse evento que Newton Freire-Maia deixou a presidência da diretoria da SBG.

Ricardo Ventura dos Santos, Susan Lindee e Vanderlei de Souza, no artigo *Varieties of the Primitive: Human Biological Diversity Studies in Cold War Brazil (1962–1970)*, se dedicam a análise das trajetórias de James Neel e de Newton Morton em suas pesquisas sobre populações humanas no Brasil, em 1962. Relataram que os geneticistas possuíam diferentes perfis de pesquisa. Enquanto James Neel procurava o isolado, pesquisando os

---

<sup>337</sup> O prêmio de trezentos mil cruzeiros foi oferecido pela firma Prosdócimo S.A., administrada por Pedro Prosdócimo. Era uma empresa de varejo conhecida como Lojas Prosdócimo, que passou a produzir na década de 1940 as bicicletas Prosdócimo suecas e também produtos de linha branca. Este foi o primeiro ano do Prêmio Nacional de Genética D. Catharina Prosdócimo, que em 1965 elevou o valor do prêmio para 1 milhão de cruzeiros. (DIÁRIO DO PARANÁ, 15/11/1964, p. 11). No ano de 1967, o prêmio já tinha o valor de 2 milhões de cruzeiros. (DIÁRIO DO PARANÁ, 24/09/1967, p. 7).

grupos sanguíneos, antropometria, cabelos e digitais, Newton Morton procurava a miscigenação ou os racialmente mestiços, além da pesquisa sobre o primitivismo, que daria respostas sobre a diversidade. (SANTOS, LINDEE, SOUZA, 2014).

Para Santos *et al.*, (2014), a pesquisa de Morton se concentrou no Nordeste brasileiro por uma questão política, pois era uma região de alta demografia, fertilidade e miscigenação, caracterizadas por grandes famílias, pobreza e rápido crescimento populacional. Assim, a política científica ali foi privilegiada, pois era uma região vulnerável e potencialmente poderia rumar ao comunismo devido aos problemas de saúde e pobreza. (SANTOS, LINDEE, SOUZA, 2014, p. 725). Estudar o migrante nordestino considerado comunista era visualizado por Morton como potencialmente produtivo do ponto de vista genético. James Neel se concentrou nas pesquisas referentes aos Xavante no Mato Grosso, auxiliado pelo geneticista Francisco Salzano. (SANTOS, LINDEE, SOUZA, 2014, p. 726). Ambas as pesquisas ocorreram nesse momento de tensões políticas e devem ser percebidas em suas complexidades.

Em 30 de agosto de 1962, Newton Freire-Maia expôs durante uma conferência as recentes consultas levadas à Clínica de Hereditariedade no Laboratório de Genética Humana. Em 1963, o Laboratório de Genética Humana recebeu nova quantia de dólares da Fundação Rockefeller, que contribuía, conforme Freire-Maia relatou ao *Diário do Paraná*, com apreciável parcela para o pagamento de salários de auxiliares, assinaturas de revistas, compra de livros e aquisição de separatas dos próprios trabalhos publicados em revistas estrangeiras. Em 1963, a Organização Mundial da Saúde contactou Newton Freire-Maia para preparar um plano de pesquisas nos moldes realizados por sua equipe no Brasil, para que sob sua direção fosse realizada no interior de Portugal. (DIÁRIO DO PARANÁ, 05/12/1963, p. 10). Nesse momento, inicia sua jornada científica na Europa, pesquisando os casamentos consanguíneos e as frequências de genes deletérios nas populações portuguesas e gozando de relevante prestígio internacional.

### **3.9 O cientista na Ditadura Militar**

Em 20 de maio de 1964, no periódico *Correio do Paraná*, circularam notícias de um seminário de Genética Humana que ocorria nas dependências da Universidade do Paraná. Nesse dia, Newton Freire-Maia apresentaria uma preleção intitulada *Alguns cálculos de Kisura sobre carga genética*, e na semana seguinte, o trabalho *Análise dos*

*métodos disponíveis para estimativas de carga genética*. O jornal afirmava que Freire-Maia estaria nos EUA, na qualidade de convidado especial, e a comunicação seria apresentada no Simpósio de Biologia Quantitativa, em julho de 1964, na cidade de Nova Iorque. (CORREIO DO PARANÁ, 20/05/1964, p. 4).

Quando em 1964, Newton Freire-Maia enviou um trabalho inédito ao *Cold Spring Harbor Symposium*, nos EUA, interrogamos que motivações impediram sua saída do país. Se foram motivações de cunho científico, já que apresentaria ao evento a nova “Fórmula Freire-Maia” para a análise da estimativa da carga de mutações revelada pelo endocruzamento, ou se foram por causas puramente políticas, pelo fato de se portar politicamente à esquerda. Essa resposta se finaliza em partes com o acesso ao texto *Ciência e filosofia da ciência - Revelações de um cientista* (1982), texto em que rememora que não lhe foi permitido viajar aos Estados Unidos, no entanto, revela Freire-Maia, “(...) As autoridades policiais e militares foram de extrema gentileza para comigo; depois de minuciosa investigação, concluíram que eu não era um “subversivo” e que poderia viajar para os Estados Unidos.” (FREIRE-MAIA, 1982). Em pesquisa ao Arquivo Público do Estado do Paraná, nos documentos acerca do D.O.P.S., encontramos a ficha de Newton Freire-Maia, que afirmava que “(...) O requerente encontra-se fixado nesta Secção por professar a ideologia marxista-leninista”, datado de 08 de agosto de 1968. No entanto, existem pedidos de passaporte que datam de 10 de abril de 1970, em 30 de maio de 1972, em 24 de julho de 1973, em 16 de julho de 1974 e, por fim, em 25 de janeiro de 1977.

Chamamos atenção para a fala de Freire-Maia quanto à forma de tratamento do estado ditatorial, “de extrema gentileza” para com o cientista, que retira de cena uma possível perseguição e coerção. Esta deve ser considerada uma artimanha do geneticista, no sentido de estratégia de sobrevivência científica daquele momento. O trecho da fala “depois de minuciosa investigação” deve ser evidenciado, pois encontramos nas fichas do DOPS de Freire-Maia acusação datada de 1968. Pelo fato de Freire-Maia não temporalizar as notícias da negação ou liberação, devemos acreditar que a investigação foi minuciosa por ter durado tantos anos.

Em relação às questões políticas, Freire-Maia aderiu à militância do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O Laboratório de Genética impulsionou Freire-Maia para uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller em Ann Arbor, Michigan-EUA, em 1957, e lá

foi influenciado a reavivar o socialismo e militar partidariamente. Conforme entrevista gravada por José Wille<sup>338</sup>, em 1997,

(...) Quando eu ia para cama, levava o rádio para melhorar o meu inglês, que era péssimo. Uma vez, ouvi o programa do partido socialista americano, que se chamava Partido Socialista Trabalhista. E eles faziam propaganda do socialismo. E eu pensei em como ainda havia socialistas lutando num país como os Estados Unidos, que resolveu tantos problemas sociais. E como eu, no Brasil, era tão comodista e não ajudava o socialismo a ir para a frente? Então, tomei a decisão de, voltando ao Brasil, entrar para o Partido Socialista e dar minha contribuição. Foi o que aconteceu: quando voltei dos Estados Unidos, entrei para o Partido Socialista e comecei a ajudar no que podia, até 1964. (FREIRE-MAIA, 1997, s/p).

A partir dessas reflexões concernentes ao contexto dos EUA, em que Freire-Maia passou a se engajar, chegando a ser lançado como candidato a deputado federal pelo PSB, conforme apontou na mesma entrevista, obtendo quatrocentos e vinte votos, não suficientes para a eleição. A desistência da política partidária ocorreu quando do fechamento do PSB, em 1964, início da Ditadura Militar.

Nessa mesma entrevista, Newton Freire-Maia comenta que, apesar de ser um socialista, inclusive citando sua fala para os militares, “Major, se ser socialista é crime, então eu sou criminoso.”, teria sido barrado de sair do país por uma decisão institucional.

O reitor da Universidade, que não era o professor Flávio Suplicy de Lacerda, me proibiu de ir aos Estados Unidos. Eu tinha uma reunião científica lá e meu nome estava no programa. Como eu não fui, houve preocupação sobre o que teria acontecido comigo. Eu costumo dizer que já era o mau nome do Brasil se fazendo lá fora. (FREIRE-MAIA, 1997, s/p).

Freire-Maia se referia à figura do então reitor José Nicolau dos Santos, professor catedrático de Teoria Geral do Estado<sup>339</sup>, da Faculdade de Direito do Paraná, e de Geografia Humana, da FFCL-PR. Quando ocorrido o golpe civil-militar de 1964, a UFPR perdeu seu reitor, indicado para o cargo de Ministro da Educação e Cultura. Com essa mudança, a reitoria foi disputada por três professores, embora a escolha final seria do Presidente General Castelo Branco. Eram eles os docentes João Alves Tissot, José Nicolau dos Santos e Laertes de Macedo Munhoz. O jornal ainda indicava a preferência do Ministro da Educação e Cultura, Suplicy de Lacerda, acerca do nome de José Nicolau dos Santos. (DIÁRIO DA TARDE, 09/05/1964, p. 1). No entanto, todos os nomes eram palatáveis às concordâncias políticas: eram conservadores.

<sup>338</sup> Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUW7i5pheSk> Acesso em: 26 jul.2019.

<sup>339</sup> José Nicolau dos Santos alcançou a função de catedrático em 1952, com a tese *ONU: Estado, Proto-Estado ou Super-Estado?* (1952) refletiu acerca da organização intergovernamental.

Conforme relatava, possuía uma boa relação com o reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Uma boa relação era, nesse aspecto, o fato de não ser má relação. Flávio Suplicy foi quem assinou o primeiro contrato na Universidade do Paraná, conforme entrevista cedida. (FREIRE-MAIA, 1997, s/p). Em outro momento da entrevista, Freire-Maia estabelece uma relação entre expansão da Universidade e as ações do Reitor Suplicy, afirmando que “o professor Suplicy de Lacerda era acusado de fazer prédios demais. Hoje, verificamos que os prédios dele não eram grandes demais.” A expansão da Universidade lembrada era a construção da Reitoria e do Centro Politécnico.

Nesse sentido, há um impasse em responder quais foram as motivações internas que o levaram a se ausentar do evento. Acreditamos que não foram por questões do campo científico, pois, conforme afirmou na entrevista a José Wille (FREIRE-MAIA, 1997, s/p), houve preocupação por parte dos organizadores do *Cold Spring Harbor Symposium*. Inclusive o trabalho que seria apresentado foi publicado nos anais do evento, com o título *On the methods available for estimating the load of mutations disclosed by inbreeding*.

Vale lembrar que foram os próprios membros do campo genético que pressionaram pela publicação daqueles resultados referentes à carga genética das populações negras. Se havia naquele momento fatores do campo científico que barravam sua saída do país, eles se dariam pelas conclusões equivocadas de seus trabalhos anteriores? Seria uma possibilidade pensar que os resultados das pesquisas de 1960 - as maiores taxas de frequência de genes deletérios nas uniões consanguíneas entre negros do que em relação aos brancos - como um dos porquês da proibição? No tocante a essa possibilidade, devemos questionar se a reitoria estava a par dos resultados da pesquisa, e também se esse resultado era compreendido pela reitoria como um ato impatriótico, uma vez que trazia os mesmos problemas raciais e do racismo do século XIX, agora reinterpretados pela Genética Humana de meados do século XX. Esta interpretação levaria a pensar que as populações negras sofriam mais drasticamente os processos de seleção natural negativa do que as populações brancas. Não é possível estabelecer esta interpretação como correta e única. O Regime ainda não possuía conhecimento, provavelmente, acerca do que ocasionava a assertiva de Newton Freire-Maia, já que o geneticista não era racista. O Estado de Exceção ocasionado pelo Golpe Civil-Militar perseguiu, por preferências políticas, os impatrióticos comunistas, conforme apresentaremos na sequência.

Se durante o período em que Suplicy de Lacerda esteve na reitoria Newton Freire-Maia possuía boas relações institucionais no período democrático, com o Golpe Civil-

Militar de 1964, com a chegada de José Nicolau dos Santos, nomeado direto pelo presidente da República ao cargo de reitor, as coisas se modificaram. Muito embora José Nicolau dos Santos tenha exposto ao jornal *Correio do Paraná* que seguiria “a mesma orientação do seu antecessor” (CORREIO DO PARANÁ, 22/05/1964, p. 1), o então Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, os indícios por detrás do caso Freire-Maia são significantes para contradizer.

Em relação às ações da Reitoria, com a figura de José Nicolau dos Santos (reitor entre maio de 1964 a maio de 1967), conforme o jornal *Diario da Tarde*, de 09 de junho de 1964, há de se frisar o caráter da fala de José Nicolau dos Santos, que, ao suspender os direitos políticos do primeiro professor do corpo docente da UP, o professor José Rodrigues Vieira Neto, da Faculdade de Direito, afirmou que “Os professores ou alunos que se colocarem ao mando de uma causa má e impatriótica, provada a sua culpabilidade, merecem ser atingidos pelas medidas punitivas, no grau em que merecerem”. (DIARIO DO PARANÁ, 09/06/1964, p. 4). O jornal comentava que o reitor lastimava o acontecido, no entanto, concluía José Nicolau dos Santos

(...) como professor universitário e hoje com a responsabilidade da Reitoria, julgo tôdas as medidas adotadas pelo govêrno federal no sentido de recompor o alto rumo democrático das Universidades brasileiras não somente necessárias mas também urgentes e inadiáveis. (DIARIO DO PARANÁ, 09/06/1964, p. 4).

Havia uma Comissão de Inquérito, que era presidida pelo professor Laertes Munhoz, e integrada pelo professor Nelson Luz e um representante do Comando da 5ª Região Militar, que estava “apurando as ligações de componentes dos corpos discente e docente com o processo de subversão”. (DIARIO DO PARANÁ, 09/06/1964, p. 4). Essas apurações estariam nas mãos da autoridade militar responsabilizada, a Comissão Geral de Investigações. Em sua capa do mesmo dia, o periódico em questão relatava que a Comissão presidida por Laertes Munhoz aumentava o número de membros de três para oito. As investigações na UP, caso provada a culpa, traziam por consequência a perda de direitos políticos, o professor estaria impossibilitado de lecionar, mas ainda recebendo seus vencimentos. (DIARIO DO PARANÁ, 09/06/1964, p. 1).

Laertes Munhoz, por exemplo, além de presidir a referida Comissão, foi também eleito pelo Conselho Universitário como Vice-Reitor (DIARIO DA TARDE, 22/06/1964, p. 5). As perseguições políticas na Universidade do Paraná estavam sendo postas em prática, e os ocupantes desses espaços específicos de ação eram também articuladores dessa prática.

Em 6 de julho de 1964, o jornal *Diario da Tarde* republicou uma fala do Reitor José Nicolau dos Santos ao jornal *Gazeta do Povo*, em que relatava:

Foi oportuno e necessário o recente decreto assinado pelo Presidente da República, extinguindo a União Nacional dos Estudantes. (...) as novas organizações estudantis terão de ora em diante, objetivos certos e limitados à vida cultural, social e esportiva, dentro das universidades. (...) dentro das universidades há necessidade de um ambiente sereno, para divulgação da ciência e para a pesquisa de novos conhecimentos, sem perturbações das paixões políticas. (DIARIO DA TARDE, 06/07/1964, p. 4).

Para além da convivência, José Nicolau dos Santos concordava com a prática governamental, considerando-a “louvável”. (DIARIO DA TARDE, 06/07/1964, p. 4). O decreto havia se baseado, conforme o jornal apontou, em ampla documentação do Ministro da Educação e Cultura. Dentro do grupo do ministro, e nele se incluíam a reitoria da UP e a própria Comissão, havia essa concordância em relação a essa perseguição política dentro da Universidade.

Ainda em 25 de abril de 1964, o reitor José Nicolau dos Santos deu uma entrevista ao jornal *Diário do Paraná*:

[...] diante do novo espírito do Brasil, resultante de uma revolução vitoriosa, coroada pelo Ato Institucional que, consolida o espírito de uma nova fê nos destinos pacíficos e cristãos do povo brasileiro, procurou imediatamente fixar os seus esforços no sentido de purificar a nossa instituição universitária de todos os focos de demagogia e subversão. (...) Temos o maior interêsse de conhecer a extensão e a profundidade da infiltração esquerdista em nosso ambiente estudantil. (DIARIO DO PARANÁ, 25/04/1964, p. 1).

Essas ideias infiltradas na Universidade do Paraná eram visualizadas por esses intelectuais de Estado como antidemocráticas, não ordeiras e não cristãs, diferentes dos interesses da nação. Relatou ainda ao jornal que a UP era uma das menos atingidas pela corrosão das ideias antidemocráticas, mas deveria ser mesmo assim foco de “uma investigação minuciosa para que, com maior justiça, mas também com maior severidade, possam ser punidos aqueles que trabalham contra os sagrados interesses da nossa Pátria.” (DIARIO DO PARANÁ, 25/04/1964, p. 1).

No período democrático, circulou na imprensa o nome de Freire-Maia vinculado ao PSB e aos seus correligionários. Até 1964, quando da abolição do PSB, Newton Freire-Maia integrou o núcleo do PSB no Paraná. (FREIRE-MAIA, 1997). É intrigante, mas Freire-Maia não comentou muito a questão da ditadura. Quando perguntado até quando mantivera a fê e a militância, respondeu que até 1964 manteve e terminava: “Como um socialista, eu acho que o mundo ainda vai ser socialista. Mas também acho que o mundo

ainda não está preparado para isso. O mundo está preparado para esse capitalismo que existe por aí.” (FREIRE-MAIA-1997).

No caso Freire-Maia, o fato de fazer parte do PSB foi motivo para as investigações e o conseqüente impedimento do direito de viajar ao estrangeiro, mesmo em evento científico em que era convidado especial, e até mesmo bancado financeiramente pelo Symposium, em Nova Iorque. No entanto, essa perseguição durou vários anos, conforme apurado nos arquivos do DEOPS, até pelo menos 1977.<sup>340</sup>

A gestão de José Nicolau dos Santos foi intensa e complexa. Se, por um lado, passou a perseguir professores e discentes de esquerda, por outro, freou, mesmo que em intervalo mais curto, parte do alvoroço dos conservadores. Em 30 de setembro de 1965, o jornal *Diario do Paraná* revelou que depois dos protestos contra a esquerda, de estudantes ligados à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (SBDTFP), o Reitor José Nicolau dos Santos, baseado na Lei Suplicy de Lacerda, desautorizou a palestra do intelectual católico anticomunista Plínio Corrêa de Oliveira, que versaria a palestra *Imperialismo Mundial comunista, Seus Recursos e Sua Dificuldade para a Conquista do Mundo*. (DIARIO DO PARANÁ, 30/09/1965, p. 6). O evento ocorreria no auditório da Reitoria da Universidade, mas foi desautorizado pelo motivo que, segundo o jornal, “poderia descontentar a um punhado de jovens dirigidos pelo PCB”. (DIARIO DO PARANÁ, 30/09/65, p. 6.). Estas eram lutas políticas das quais os jornais participavam intensamente.

Nos primeiros dias de outubro de 1965, a imprensa nacional reverberou a indignação por parte dos dirigentes da SBDTFP, o inexplicável impedimento da conferência de encerramento que seria efetuada pelo professor Plínio Corrêa de Oliveira, catedrático da PUC-SP e presidente do Diretório Nacional da SBDTFP. O jornal *Diario do Paraná*, no intuito de trazer a discussão para o público, relatava informação de que os jornais como *Diario de Notícias-RJ*, *Diario de São Paulo*, *Diario da Noite-PR*, *Diario do Comercio e Industria-PR* comentavam o mal-estar causado pela atitude arbitrária da Reitoria, e ainda, estranhavam o impedimento da palestra devido ao caráter eminentemente anticomunista e patriótico, de concordância com o novo governo. (DIARIO DO PARANÁ, 05/10/1965, p. 4). Nesse momento, deviam estar acusando a Reitoria de ser ligada ao

---

<sup>340</sup> No entanto, a perseguição se manteve institucionalmente, por meio da tentativa de exoneração do geneticista, que causou uma mobilização por parte de intelectuais que criticaram tal atitude na imprensa paranaense. Foram processos que atingiram quinze professores dos cursos de psicologia, filosofia, genética e arquitetura.

Comunismo. No entanto, servia de precedente e era a primeira demonstração das arbitrariedades que seriam cometidas posteriormente contra os considerados socialistas ou comunistas, significativamente mais duras e efetivas. Para manter o ordenamento na Universidade, além de estar baseado em lei nacional, a Lei Suplicy de Lacerda, era necessário estar na opinião pública e demonstrar que aquela lei era para todos. Esta foi estratégia utilizado pelo reitor e o governo de então, que agiam de forma aliada.

Em oração efetuada aos formandos de Direito, e publicada como *Crônica Universitária* da *Revista de Direito da Universidade Paraná* (1966), o professor de Direito Penal, Alcides Munhoz Netto<sup>341</sup>, chamava atenção para o patrono da turma, Napoleão Lyrio Teixeira, credenciado entre “as maiores autoridades da medicina e psiquiatria forenses” (MUNHOZ NETTO, 1966, p. 244). No entanto, seu intuito foi discutir o direito e o poder de legislar em estados ditatoriais e autoritários, que não podiam “ser desprezados valores como os constantes da declaração dos direitos do homem”. (MUNHOZ NETTO, 1966, p. 248). Havia, segundo sua opinião, a necessidade de o direito se subordinar a essas regras de validade universal.

A humanidade não esqueceu as deturpações do direito pelo nacional-socialismo da Alemanha nazista. Ao estabelecer uma ordem jurídica orientada para a defesa de uma comunidade de raça ou de sangue, bem como do regime discricionário que a exaltava, destruiu-se, sobretudo no campo penal, as garantias liberais, antes tão caras à mentalidade jurídica alemã. Abandonou-se, por outro lado, o humanitarismo das medidas repressivas. Direito voluntarístico, que pretendia a incriminação das manifestações mais remotas contra à ordem, coativamente imposta, substituiu o princípio do *nullum crime Sine poena*, no momento em que passou a considerar delituosa, não apenas os comportamentos como tais definidas pela prévia lei, mas tóda a conduta merecedora de sanção segundo o pensamento fundamental de uma lei, ou são sentimento do povo, cujo conteúdo era revelado pelo ditador. “Gezetz ist was der Führer befiehlt”, proclamava Schaffstein para justificar as medidas de brutal intimidação que se sucediam e a instituição de sanções aberrantes, como a pena de morte seletiva, a esterilização, a castração dos delinquentes anormais e a deportação de judeus para seu extermínio. (MUNHOZ NETTO, 1966, p. 248-249).

É significativa a intenção de Alcides Munhoz Netto de demonstrar como no regime do Nazismo a defesa social do sangue ou da raça alemã se sobrepôs aos direitos individuais.

---

<sup>341</sup> Alcides Munhoz Netto (1930-1983) era filho de Milton de Macedo Munhoz e Ilka Marques Munhoz, formou-se pela Faculdade de Direito da UP em 1954, e se efetivou como titular em Direito Penal na Faculdade de Direito durante os anos de 1953 e 1983. Em 1963, o professor Alcides Munhoz Netto, a convite do Instituto Latino-Americano de Criminologia das Nações Unidas, palestrou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco uma conferência sobre o *Erro do Fato e o Erro do Direito no Anteprojeto do Código Penal*. Tratava-se do Anteprojeto de autoria do Ministro Nelson Hungria, publicado em 1962 para receber sugestões. (DIARIO DO PARANÁ, 11/10/1963, p. 4). Alcides Munhoz Netto foi o representante paranaense no 9º Congresso Internacional de Direito Penal, que ocorreu em Haia, na Holanda. O congresso visou discutir os problemas da repressão à criminalidade e ao aperfeiçoamento do Direito Penal. (DIARIO DO PARANÁ, 24/07/1964, p. 12).

Citou que “a lei era o que o Führer ordenava”, e que todas as medidas políticas - consideradas instituição de sanções aberrantes - se deram sobre mais que ação delituosa do indivíduo, mas também por seus comportamentos e condutas.

Ainda comentou acerca dos delitos políticos, que, concordando com Nelson Hungria, afirmava que eram “crimes evolutivos”, e com Grispini, que via as conquistas político-sociais sempre advindas por crimes desse gênero, e citou os exemplos de queda de tiranias, abolição da escravidão, igualdade civil e política, a melhor condição de vida do proletariado que não seriam possível sem esses crimes. E finaliza:

Felizmente, em nossa pátria, nunca se chegou a extremos semelhantes. Mas, é sempre útil, para evitar os desvios de menor monta, a lição da justiça dos povos mais sofridos. A liberdade de um Estado para definir, em seu território, o que deve ser direito e o que deve ser injusto, por ampla que seja, não está isenta de limitações. (MUNHOZ NETTO, 1966, p. 247-250).

É interessante analisar esses aspectos do Direito, e verificar como membros do próprio campo jurídico, colegas de profissão e de *métier*, apesar dos discursos de caráter público, não foram capazes de barrar institucionalmente o movimento autoritário dentro da própria universidade. O fato de não citar os escritos de seu pai, Milton de Macedo Munhoz, que visavam à coerção social por meio da esterilização dos possuidores de “heranças mórbidas”, não são apontados por Alcides Munhoz Netto. No entanto, conforme Janz Junior, para Milton de Macedo Munhoz a esterilização era “um exemplo de conduto efetiva”. (JANZ JUNIOR, 2012, p. 96-98-144). Eram configurações diferenciadas do pós-1945, e o caso de Munhoz Neto é relevante, na medida em que nos deparamos com uma retórica de um paradoxo que, além de textual, era literalmente uma explanação ao campo jurídico. Munhoz Neto, por desconhecimento ou não, optou pelo esquecimento. Aliou em seu argumento a estratégia da utilização do drama do mundo pós 1945 e o drama particular/familiar.

Em 1977, Homero de Mello Braga falou em agradecimento às homenagens que lhe prestavam a partir da aposentadoria compulsória, e apresentou o discurso chamado *Vai Homero, ser “gauche” na vida*. Um momento interessante foi quando diferenciou dois modelos da Universidade. A trajetória de Homero permitia essa diferenciação, por suas vivências dentro da Universidade, desde que a frequentou como discente na década de 1920, e como docente entre 1930 e 1970. O primeiro período, caracterizado pela cobrança de mensalidades razoáveis, pagava professores e investiu na ampliação de patrimônio

físico. O segundo era a universidade oficial, que nada cobrava dos alunos e pagava razoavelmente seus professores.

Homero explicitou que na primeira havia autonomia financeira e administrativa, embora empenhasse sacrifício dos envolvidos, garantia-lhes liberdade e arrojo para programar cursos conforme as aspirações coletivas. No segundo modelo, listou Homero de Mello Braga, embora autonomia didática, financeira e administrativa estivessem em lei, “as restrições por parte do DASP, do DOPS e, sobretudo, da burocracia, não lhe permitem livrar-se das amarras a que se submetem todas as repartições públicas.” (BRAGA, 1977, p. 74).

Essa passagem denota o pensamento de Homero de Mello Braga, como rememoração, em relação a todas as arbitrariedades ocorridas durante o período da Ditadura Militar, não somente no Laboratório de Genética, como na Universidade como um todo.

No tocante à relação entre o pesquisador e a Universidade, Newton Freire-Maia, durante sua trajetória como pesquisador e professor da UFPR, sempre esteve em regimes de contrato, portanto, sem a estabilidade de um catedrático, por exemplo, pois poderia, por intermédio da reitoria ou do diretor, não ser contratado. O que de fato foi utilizado contra ele, durante os primeiros anos da década de 1960, mas também em 1980, conforme confirmou o jornal *Correio de Notícias*, de 14 de março de 1980, quando Curitiba recebia geneticistas de renome em solidariedade a Freire-Maia (CORREIO DE NOTÍCIAS, 14/03/1980, p. 7). A motivação da não contratação do geneticista e do fechamento do Programa de Pós-Graduação em Genética Humana em 1980 seria a falta de verbas, mas foram apontadas por Rui Wachowicz, em reportagem ao *Correio de Notícias*, como motivações puramente políticas. (NOTÍCIAS, 14/03/1980, p. 7).

Motta relata em sua pesquisa acerca da Ditadura que

O expurgo de docentes foi acompanhado de acordos para proteger alguns intelectuais de esquerda, que continuaram a trabalhar em instituições acadêmicas públicas, tendo havido casos de contratações de docentes com tal perfil mesmo na fase mais aguda da repressão. Houve arranjos também para retirar pessoas das prisões, para liberar passaportes retidos e para obter autorização de saída do país. (MOTTA, 2018, p. 125).

A Universidade Federal do Paraná foi espaço dessas disputas entre os conservadores e os progressistas. Observamos no caso paranaense, a partir de Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia, muitas proximidades com o que Motta evidenciou como proteção aos intelectuais de esquerda mais contidos em suas ações públicas de ataque ao regime. Na

relação Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia, até a reforma departamental, em 1968, o catedrático era Homero de Mello Braga e estava em posição de estabilidade, enquanto que Newton Freire-Maia era pesquisador em regime de contrato, e ligado diretamente a autoridade de Homero de Mello Braga.

Assim, finalizamos nossa análise acerca das contendas da Eugenia e da Genética. Na especialidade de Genética das Populações, que foram estudadas por Newton Freire-Maia, mas também as questões de Eugenia e da Genética Humana a partir da trajetória de Homero de Mello Braga e Newton Freire-Maia que, em fins de 1950, eram considerados autoridades do campo científico biológico, médico e genético.

O conteúdo que cercou estes capítulos iniciais da tese tomará centralidade nos próximos capítulos, analisados sobretudo a partir de práticas científicas no campo criminológico e médico.

## CAPÍTULO 4 CONTINUIDADES BIODETERMINISTAS NA CRIMINOLOGIA: DA CRIMINOLOGIA POSITIVISTA À CRIMINOLOGIA BIOPSISSOCIAL

No intuito de compreensão da mudança de sentido que a Criminologia percorreu da ciência positivista à emergência da Criminologia biopsicosocial, apresentaremos alguns pontos significativos para compreender a inflexão.

Dentro dos estudos das características humanas, conforme Bergeret (1996), em *Personalidade Normal e Patológica*, utilizaram-se historicamente diversos critérios para estruturar e caracterizar a personalidade, dentre os quais citou, grosso modo, os critérios de tipo físico<sup>342</sup>, psicológico<sup>343</sup>, patológico<sup>344</sup> e psicanalítico.<sup>345</sup> Assim, alguns desses critérios teóricos foram utilizadas pelos professores da Universidade como motes explicativos para questões criminológicas, por meio de Kraepelin, Lombroso, Ribot, Kretschmer, Hipócrates em renovadas leituras, Viola e Pende, em primeiro momento, mas também Alfred Adler, Monakow e Mourgue, L. Szondi e L. Bourdel, em segundo momento, conforme evidenciamos no capítulo 5.

---

<sup>342</sup> Os critérios físicos ou morfológicos partiam do pressuposto do olhar do exterior para o interior, demonstrando que diversos estudiosos se dedicaram à questão da constituição humana. Dentre eles, citou Ernst Kretschmer, em *Körperbau und Charakter*, que tipologizou quatro padrões, os pícnicos (baixo e gordo, de personalidade ciclotímica), os astênicos (magro e alto, habitualmente associado à personalidade esquizofrênica), os atléticos (risco aumentado de epilepsia e personalidade irritante) e os displásicos (medidas desarmônicas). Para Kretschmer, físico e caráter eram geneticamente codeterminadas. (BERGERET, 1996, p. 145-146). Citou ainda Viola (1928; branquitipos, longitipos e normotipos), Sigaud (1912; o chato e o redondo), Mac Aulife (1926; tipos fracos e irregulares), Manouvrier (1902; astênicos, mesostênicos, hipostênicos), Thooris (1937; artilíneo e o latilíneo), Krylof (1939; o grácil e o lipomatoso), Verdun (1950; relação entre volume da cabeça e corpo), Dublineau (1951; escapular, trocântérico, ilíaco e harmônico), Cornan (1950; dilatados e retraídos); W. H. Sheldon (1950; endomórfico, mesomórfico e ectomórfico). (BERGERET, 1996, p. 145). Dentre os fisiologistas, delimitou os que se interessavam pelos metabolismos, como Fouillée (1895), Allendy (1922), Jaensch (1927) e Pende (1934). Dentre os interessados pelos fatores neuro-humorais, citou Canon (1927), Hess (1926), Seile (1950) e W. Luthe (1957). (BERGERET, 1996, p. 145). Os neurologistas, como Pavlov e Miasnikoff (fortes equilibrados móveis, fortes equilibrados pouco móveis e fortes desequilibrados e fracos), Krasnogorski (1949; sanguíneo, fleumático, colérico e fraco), Ivanov-Smolenski (excitado, inibido, lábil e inerte). (BERGERET, 1996, p. 145).

<sup>343</sup> Bergeret tratou também dos estudos que caracterizavam a partir de critérios psicológicos, e citou Demócrito, Hipócrates e Galeano, na concepção dos humores (bilioso ou colérico, linfático ou fleumático, sanguíneo e nervoso), L. Keages (1910; reatividade, efetividade e querer), Alfred Adler (1933; caracteres agressivos e não agressivos; separação e ligação), C. G. Jung (1913; introvertidos e extrovertidos).

<sup>344</sup> Em relação aos critérios patológicos, discutindo com a Antropologia criminal, Cesare Lombroso (1875), B. di Tullio, depois Viola e Pende. Sobre pesquisas dos fatores biopsicofilosóficos, E. Kretschmer (1927), N. Kretschmer (1954), Verdun (1950), Dublineau (1949), Hooton (1939) e Sheldon (1940-1941). Sobre pesquisas produções artísticas de doentes mentais, Morgenthaler (1921), Vichon (1924) e Volmat (1952). Moreau de Tours (1859) e Galton (1892) buscaram os vínculos entre o gênio e a neurose. Na Psiquiatria, Th. Ribot (1893), E. Kraepelin (1890), Morel (1860). Estava nessa lista também L. Szondi (1939), que distinguiu as associações fatoriais do homossexual, do assassino, do epilético, do melancólico, do histérico, do catatônico, do paranóico e do maniaco.

<sup>345</sup> Dentro dos critérios psicanalíticos estava Freud, que é analisado por Bergeret (1996).

Conforme mencionamos no subtítulo 1.4, no âmbito nacional, após a promulgação do Código Penal de 1940, abriu-se possibilidades para o estudo biopsicológico e foi por meio da personalidade que se deu a indicação da pena, diante da análise da perversidade permitia-se estabelecer o grau de periculosidade do indivíduo. O Código Penal de 1940, ao restringir as possibilidades de interpretação majoritariamente biológica propostas por Leonídio Ribeiro e Roberto Lira, baseadas na Endocrinologia e na Psicanálise, não conseguiu estabelecer sua ruptura completa. Cabe ainda relatar que, conforme Oliveira Júnior, o determinismo biológico na Criminologia, como crença de que um único fator poderia irreversivelmente levar o sujeito ao crime, não existiu desta forma simplista e direta. Nem mesmo Lombroso acreditava que somente o fator biológico era determinante. A crítica que se produziu foi pelo pouco espaço dado a outros fatores.

Este tipo de determinismo era mostrado como fruto de processos complexos inter-relacionados, congregando vários fatores, onde o peso maior e, quiçá, irreversível e incontrolável era dado ao biológico (glândulas, conformação cerebral, interações físico-químicas congênitas e ou hereditárias). (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 76).

Na análise de Oliveira Júnior, não houve médico ou jurista que pregasse a unicausalidade do determinismo, sendo a predisposição um sinônimo de pluricausalidade, “onde os mais radicais menosprezavam alguns fatores em detrimento de outros.” Nesse sentido, as investigações clínicas acerca dos detentos continuaram a ser praticadas.

Além do mais, a perspectiva da personalidade era de relevância ímpar aos estudos endocrinológicos e psicanalíticos. Pode parecer que o grupo que era contra o biodeterminismo na Criminologia, liderados por Francisco Campos e Nelson Hungria, saíram vitoriosos do conflito, no entanto, o estudo da personalidade se fez presente em três momentos do Código: na questão da aplicação da pena, em dois momentos na fixação da pena e não concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes; na questão da suspensão condicional da pena e requisitos da suspensão da pena; e na questão das medidas de segurança em geral, na verificação da periculosidade. (BRASIL, 1940).

As possibilidades de estudos dos criminólogos acabaram por influir na especialidade da Criminologia Clínica. Esta englobava, segundo Oliveira Júnior, os psiquiatras, endocrinólogos, psicólogos, penitenciários e neurologistas. Após essa legislação penal, coube, aos especialistas dos campos médico e jurídico, habituar suas pesquisas conforme o leque de possibilidades deixado pelo Código Penal de 1940.

Assim, eventos científicos passaram a ter a personalidade como ponto de análise, os institutos de pesquisas criminológicas foram uma forma de colocar em prática teorias que abordavam as personalidades a partir de métodos biopsicológicos. No Paraná, o estudo de delinquentes passou a ser mais estruturado na década de 1940, que se constituiu na Penitenciária do Ahú, em anexo, um Gabinete de Psiquiatria e um Gabinete de Biotipologia. No entanto, foi um momento em que a estrutura física da Penitenciária do Ahú já possuía poucas condições de funcionamento, o que dificultava condições para a regeneração dos indivíduos. Estes foram pontos que convergiram para a construção da nova Penitenciária em Piraquara.

Para os biotipologistas, a hereditariedade, o funcionamento das glândulas de secreção hormonal, junto das influências do meio, determinavam os indivíduos, modos de se portar, suas tendências. O biodeterminismo e a constituição dos sujeitos estavam lado a lado. A observação do corpo proporcionava perceber as manifestações mórbidas, além de ser perceptível a partir do olhar clínico, a fim de perceber suas tendências de temperamento e compreender como agiam. A partir da construção de regularidades comportamentais do temperamento era possível compreender o *modus operandi* das ações, já que o tipo constitucional determinava esse temperamento. É nesse sentido que emergem as narrativas dos estudos criminológicos. É a partir do biodeterminismo que os peritos, psiquiatras e médico-legais iniciavam suas interpretações acerca do indivíduo detento na Penitenciária, e era a partir desse conhecimento sobre o corpo que compreendiam o indivíduo em seu aspecto antecedente ao crime, durante o crime, e como agiu posteriormente, para então direcionar, educar, tratar e julgar o indivíduo em condição de delinquência.

O historiador da ciência Oliveira Júnior (2012), em *“Penas especiais para homens especiais”*: as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940, analisando as produções intelectuais nacionais, relatou que “a divulgação dos crimes praticados pelos Estados totalitários, embasados por um instrumental técnico-científico proveniente da comunidade científica universitária e laboratorial, muito provavelmente sensibilizou uma parte desta comunidade.” No entanto, Oliveira Júnior não concorda que a sensibilização causou uma mudança teórica radical. Para o autor, isso “é menosprezar o complexo que se cria quando ocorrem mudanças científicas profundas.” Assim relatou a respeito da necessidade de se considerar um tempo de transição, que não é homogêneo e tampouco contínuo, além da intensidade do alcance desta mudança. Oliveira Júnior chamou atenção ainda para os materiais didáticos utilizados na formação de profissionais, os textos

de divulgação científica, as instituições e, até mesmo, campos de saberes, que disseminaram as concepções biodeterministas, mesmo após 1945. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 385).

Almeida Jr., em *Hereditariedade e crime* (1947), tratou de alguns fundamentos da Genética moderna em relação ao crime, colocando em xeque certos preceitos criminológicos. No texto, relatou que “os caracteres humanos, sejam morfológicos ou funcionais, fisiológicos ou psíquicos, normais ou patológicos, resultam de duas ordens de forças: os fatores genéticos e os fatores ambientais.” (ALMEIDA JR., 1947, p. 97). Explicou que eram genéticos os fatores que residiam nos “cromossomos celulares”, nas 24 alças microscópicas em cada célula reprodutora humana. Assim, para a constituição do ovo, o genitor masculino contribuía com 24 cromossomos e o genitor feminino com mais 24 cromossomos, nos quais se situavam milhares de genes, simetricamente correspondentes à procedência dos genitores. Este era o patrimônio genético ou hereditário, que, por via biológica, os pais transmitem ao filhos 24 pares de microscópicos cromossomos, equivalentes a milhares de pares de genes. Nesse sentido, todos os outros fatores eram de natureza ambiental. Atuavam antes do nascimento, na vida pré-natal ou intrauterina, e, por fim, após o nascimento e na vida pós-natal.

Para Almeida Jr. (1947), todos os caracteres — tanto os morfológicos como os funcionais — resultavam da colaboração das duas ordens de fatores, na cooperação do hereditário e o ambiental. Ademais, acreditava que a hereditariedade não era a transmissão de caracteres, mas de fatores. Conforme afirmou, cada genitor transmite ao produto certo número de genes — alguns dos quais para a estatura ou para a inteligência, etc. — genes que se expressarão de maneira mais ou menos intensa, segundo as condições ambientais. Já o patrimônio genético era, em última análise, um conjunto de forças latentes, de potencialidades, as quais se realizarão ou não; e, se realizadas, terão esta ou aquela intensidade, conforme sejam, ou não, favorecidas pelo ambiente. (ALMEIDA JR., 1947, p. 98-99). Nesse ponto ainda destacou a falácia de que o álcool e a sífilis podiam atuar prejudicialmente no plasma germinativo. Situação que permitia relacionar as incidências de criminosos entre os filhos de alcoólatras e de sífilíticos. (ALMEIDA JR., 1947, p. 99).

Em seguida, demonstrou as aplicações da interpretação entre a Criminalidade e dois tipos de coletividades, aglomerados sociais e as famílias. O primeiro se tratava dos aglomerados sociais, tidos em momentos anterior como raças. Nesse sentido, criticou a interpretação de uma delinquência hereditária: como inclinações ao furto ou ao latrocínio

de certas “tribos”, crimes contra a propriedade por parte dos judeus ou dos ciganos, maior proporção de criminosos negros do que brancos nos EUA, etc. O segundo caso, a herança criminal nas famílias, como a família Kallikak, estudada por Goddard, nos EUA, a família Jukes, estudada por Dugdale, a família Zero, estudada por Jorger, na Suíça. Ambos os casos eram falhos, pois não permitiam a análise distintiva entre o fator genético e o fator ambiental na Criminalidade. Para tanto, apresentou os estudos dos gêmeos como solução ao problema da análise.

Citou a pesquisa de Newman, Freeman e Holzinger (1937), que pesquisaram cento e dezenove pares de gêmeos (cinquenta pares de gêmeos idênticos criados juntos, cinquenta pares de gêmeos fraternos criados juntos, e dezenove pares de gêmeos criados separadamente). No primeiro caso, não houve diferenças; no segundo, houve drásticas diferenças devido ao patrimônio genético diferente. No terceiro caso, o mais relevante para a pesquisa, pois revelava a ação exercida pelos fatores ambientais no patrimônio hereditário, verificou-se que estatura, comprimento e largura da cabeça não se modificaram, demonstrando a questão biológica; no entanto, na questão da inteligência, aproveitamento escolar, personalidade e temperamento eram mais influenciadas pelos fatores ambientais. Assim, os pesquisadores concluíram, conforme Almeida Jr., que bons fatores genéticos poderiam ser prejudicados pelo mau ambiente, enquanto que os maus fatores genéticos podiam atenuar-se graças ao influxo de um ambiente favorável à piora.

Para refletir acerca do crime e da hereditariedade, citou a pesquisa do alemão Johannes Lange (1930) e do holandês A. M. Legras (1932), que obtiveram resultados semelhantes no estudo dos gêmeos idênticos, sendo forçoso admitir que o fator genético era importante nas impulsões para o crime. Junto dessas, apresentou as pesquisas dos alemães Heinrich Kranz (1936) - que considerava que a hereditariedade não deveria ser responsabilizada, isoladamente, pelos destino -, e de Stampfl (1936). A última pesquisa apresentada foi Rosanoff (1941), que identificou cento e dezenove concordâncias de gêmeos idênticos e o crime. Almeida Jr. (1947) elaborou uma tabela em que, a partir dos estudos dos gêmeos, era possível fazer uma média da porcentagem do número de concordâncias entre os gêmeos idênticos e o crime, que relatou ser de 86% de concordância nas cinco pesquisas em que analisou. Em relação aos gêmeos fraternos, a porcentagem de concordância foi de 60%. Nesse sentido, Almeida Jr. utilizou pesquisas da década 1930 e 1940, não negando os fatores ambientais e sociais, mas evidenciando que o fator biológico foi preponderante na pesquisa mais qualificada para constatar tal questão, o estudo dos

gêmeos. As produções de Almeida Jr. tiveram boa circulação no ambiente acadêmico nacional e paranaense, esteve em Curitiba em 1937, visitando as Escolas Normais, em 1949, participando da banca de Ernani Simas Alves.

Para este momento, buscamos trazer à tona discussões que são, sobretudo, contendas que dizem respeito à Criminologia no Paraná, da década 1940 e 1950. Trabalharemos a trajetória intelectual de Napoleão Lyrio Teixeira, na Faculdade de Medicina do Paraná e na Faculdade de Direito do Paraná – FMPR e FDPR, respectivamente. Neste capítulo, analisaremos fontes que são produções bibliográficas do autor, que esboçam traços intelectuais de sua atuação nos situados campos. Assim, fica uma indagação inicial: até que ponto as produções intelectuais de Napoleão Lyrio Teixeira, referentes aos tipos psicopáticos, indivíduos fronteirios entre o normal e patológico, não foram de serventia para as apropriações eugenistas.

No entanto, interrogamos também quais foram os lugares sociais de formação profissional de Napoleão Lyrio Teixeira. Compreender o lugar social se torna significativo, na medida em que conseguimos delimitar algumas possibilidades nos pensamentos do agente histórico analisado. Acreditamos que, por meio da história intelectual, pode-se compreender a escrita médica e jurídica em seus diversos contextos, entendendo rupturas e continuidades nas teorias biodeterministas.

Perceberemos como a hereditariedade era determinante em questões como o temperamento e a constituição dos indivíduos, e, portanto, a análise do temperamento e da constituição dos indivíduos se dava por vias do determinismo biológico. O fato de privilegiar por vezes o caráter constitucional e temperamental em relação ao caráter ambiental e circunstancial é uma evidência da permanência biodeterminista. No entanto, devemos compreender o processo.

#### **4.1 Napoleão Lyrio Teixeira: soldado de farda branca.**

Os traços genealógicos de Napoleão Lyrio Teixeira (1911-1978) remetem a uma proveniência da elite carioca. Natural de Bom Jesus do Itabapoana, era filho de João Manoel Teixeira e Regina de Carvalho Teixeira. Seu pai, conhecido como Capitão Teixeira, foi farmacêutico e fundador do Centro Espírita “Bom Jesus”.<sup>346</sup> Era sua irmão a

---

<sup>346</sup> A casa na qual moraram na década de 1920 foi tombada como patrimônio histórico da cidade. Conforme o *Blog d'O Norte Fluminense*, era amigo de Monteiro Lobato, com quem manteve contato via correspondência.

professora Amália Teixeira Chalhoub, que atuou naquela cidade. Napoleão Teixeira estudou no Colégio Rio Branco na cidade natal. Na infância, há evidências, sobretudo advindas de recortes de jornais, que entre 1919 e 1921, participou como solucionista de um concurso de perguntas. (O TICO-TICO, 08/10/1919, p. 24; 12/10/1921, p. 19).<sup>347</sup> Napoleão Lyrio Teixeira teve durante sua infância, portanto, acesso a um semanário das crianças, de ampla circulação nas camadas altas da sociedade, que fazia com que contactasse com um tipo específico de linguagem. Lançado às quartas-feiras, foi a primeira revista que tinha como foco o público infanto-juvenil, e a primeira a publicar histórias em quadrinhos no país. Possuía propagandas sexistas e, por vezes, com estéticas racistas, como a representação estereotipada do negro, presentes e difundidas na revista. O acesso a esses bens culturais é significativo para compreender o seu capital cultural em sua trajetória infantojuvenil.

Durante a juventude, pretendeu uma vaga na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e, para ser admitido na instituição, as exigências eram idade mínima de 16 anos, bom comportamento moral, aprovação no exame vestibular e prova de pagamento de taxa. (DECRETO 16.782-A, 13/01/1925). Seu lugar social e seu capital social adquirido lhe permitiu adentrar, pois possuía acesso a uma gama de sociabilidades e instituições educacionais que lhe permitiram internalizar tal moralidade, e além de tudo, tinha recursos patrimoniais para dar conta das diversas taxas - e dentre elas estava a matrícula em vestibular, matrículas anuais, por cadeiras e por períodos. Em 1º de abril de 1928, o periódico carioca *O Jornal* trazia notícias acerca do exame de vestibular da Faculdade de Medicina, em que a prova escrita seria avaliada a partir de três disciplinas: Física, Química e História Natural. (O JORNAL, 01/04/1928, p. 16). Alguns dias depois, em 12 de maio de 1928, Napoleão foi convocado a assumir uma vaga na Faculdade de Medicina (CORREIO DA MANHÃ, 12/05/1928, p. 6). Cremos que Napoleão iniciou os estudos médicos somente no segundo semestre de 1928 ou no ano seguinte, pois somente em 5 de março de 1929 estava matriculado no primeiro ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (A MANHÃ, 05/03/1929, p. 11).

Durante sua passagem pela Faculdade de Medicina, essa instituição foi reformada por duas vezes; a primeira foi a Reforma João Luiz Alves, a partir do Decreto n. 16,782-A,

---

Napoleão Lyrio Teixeira trabalhou paralelamente como jornalista, escreveu para os jornais *O Globo*, *Estado de São Paulo*, *O Norte Fluminense* e *A Voz do Povo*.

<sup>347</sup> No tocante ao concurso, eram publicadas questões no jornal, e as soluções dos problemas deveriam ser enviadas pelos leitores ao endereço da redação do periódico *O Tico-Tico*, fundado em 1905, no Rio de Janeiro. Os participantes ganhadores do concurso n.1635, de 12 de outubro de 1921, no qual participou Napoleão Lyrio Teixeira, possuíam idades de 10 e 11 anos de idade. Nesse momento, Napoleão possuía 10 anos e em sua primeira participação, 8 anos.

de 13 de janeiro de 1925, que deixou o ensino médico, conforme o artigo 65, dividido em três cursos: curso fundamental, correspondente aos três primeiros anos; curso geral de aplicação, abrangendo os dois anos seguintes; e curso especializado de aplicação, compreendendo o sexto ano. (VELLOSO, XAVIER e FONSECA, s/a, p. 17).<sup>348</sup> Conforme relataram Velloso, Xavier e Fonseca, (s/a), foi estabelecido a partir do artigo 92 o Instituto Anatômico, composto de cinco departamentos (Anatomia normal, Histologia, Anatomia patológica, Medicina legal e Medicina operatória), respectivamente chefiados pelos professores catedráticos de Anatomia humana, Anatomia patológica, Medicina legal e Medicina operatória. É interessante verificar que a emergência desse Instituto pode ter tornado mais fácil a abertura de leque para o campo da Medicina legal na trajetória de Napoleão Lyrio Teixeira.

A segunda foi a Reforma Francisco Campos, determinada pelo Decreto n.19.851, de 11 de abril de 1931, que delimitou o ensino superior a partir do sistema universitário. Criaram-se nesse momento dois institutos interessantes para a formação de Napoleão Lyrio Teixeira. O Instituto Anatômico e Biológico, que ensinava cinco disciplinas - Anatomia Humana; Anatomia Microscópica, Histologia e Embriologia; Anatomia e Fisiologia Patológicas; Técnica operatória e cirurgia experimental; e Medicina Legal. E o Instituto de Biotipologia e Ortogenia, que seria oportunamente organizado para a execução de trabalhos e pesquisas, podendo ser oferecidas especializações referentes à temática.

Ambos os institutos mantinham amplo debate com a Medicina legal. O quadro disciplinar não se manteve no mesmo modelo da reforma anterior.<sup>349</sup> Mudou-se, sobretudo, a disposição das disciplinas durante os anos, aliviando os primeiros dois anos e também o

---

<sup>348</sup> A partir da reforma de 1924, as cadeiras do curso médico eram trinta e seis, distribuídas, conforme o artigo 64 (seção sexta), em seis anos: 1º ano: Física, Química Geral e Mineral, Biologia Geral e Parasitologia, Anatomia Humana; 2º ano: Anatomia Humana, Química Orgânica e Biológica, Histologia e Fisiologia; 3º ano: Fisiologia, Microbiologia, Farmacologia, Patologia Geral; 4º ano: Clínica Médica Propedêutica, Patologia Médica, Anatomia Patológica; 5º ano: Clínica Médica, Patologia Cirúrgica, Clínica Cirúrgica, Higiene, Medicina Legal, Terapêutica; 6º ano: Obstetrícia, Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica, Clínica Obstétrica, Clínica Ginecológica, Clínica Neurológica, Clínica Psiquiátrica, Clínica Dermatológica e Sifiligráfica, Clínica Otorrinolaringológica, Clínica Oftalmológica, Medicina Tropical. (VELLOSO, XAVIER e FONSECA, s/a, p. 17-18).

<sup>349</sup> As cadeiras e os anos do curso médico estavam divididos em: 1º ano: Anatomia; Histologia e Embriologia Geral. 2º ano: Física Biológica; Química Fisiológica; Fisiologia. 3º ano: Microbiologia; Parasitologia; Patologia Geral; Farmacologia; 4º ano: Anatomia e Fisiologia Patológicas; Técnica Operatória e Cirurgia Experimental; Clínica Propedêutica Médica; Clínica Dermatológica e Sifiligráfica; Clínica Oto-rinolaringológica, Clínica Cirúrgica. 5º ano: Higiene; Medicina Legal; Clínica de Doenças Tropicais e Infectuosas; Terapêutica Clínica; Clínica Cirúrgica, Clínica Médica; Clínica Urológica. 6º ano: Clínica Médica; Clínica Obstétrica, Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil; Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica; Clínica Oftalmológica; Clínica Ginecológica; Clínica Neurológica; Clínica Psiquiátrica. (DECRETO 19.852,11/04/1931).

último ano, que estavam sobrecarregados.<sup>350</sup> A reforma pode ter atrapalhado de alguma forma o cronograma disciplinar de Napoleão Lyrio Teixeira, que durante a Reforma Francisco Campos estava no terceiro ano. No entanto, o terceiro ano apenas incluiu a cadeira de Parasitologia e retirou Fisiologia - que era estudada no segundo e terceiro ano, não alterando muito a grade curricular.

Dentre seus professores, estabelecemos uma relação de disciplinas e professores, e dentre os quais podemos citar:

**Tabela 10 - Cátedras Disciplinares e Professores de Napoleão Lyrio Teixeira na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro**

<b>Disciplinas</b>	<b>Professores</b>
Anatomia Descritiva e Geral	Álvaro Fróes da Fonseca
Anatomia Geral e Patologia	Antonio Dias de Barros
Química Orgânica (1925) ou Química Fisiológica (1931)	Adelino da Silva Pinto
Histologia e Embriologia Geral	Ernani Pinto
Fisiologia Teórica e Experimental	Oscar Frederico de Souza
Anatomia Patológica	Raul Leitão da Cunha
Patologia Geral	Francisco Pinheiro Guimarães
Patologia Externa (depois Patologia Cirúrgica)	Ugo Pinheiro Guimarães

<sup>350</sup> Diminuiu-se a carga de disciplinas nos primeiros anos, em que o primeiro ano deixou de ter quatro disciplinas e passou a ter duas e o segundo ano deixou de ter quatro e passou para três disciplinas. O terceiro ano se manteve com quatro disciplinas, incluindo-se Parasitologia. No quarto ano, de quatro cadeiras passou a existir seis cadeiras, incluindo-se disciplinas que eram do último ano, tais como Dermatologia e Sifilografia e Otorrinolaringologia, e substituindo Anatomia patológica por Anatomia e Fisiologia patológica. No quinto ano incluiu-se Urologia. O último ano, por fim, de onze disciplinas, passou a ter 8. Conforme o art. 282, “as cadeiras de Química geral e mineral e de Química orgânica e biológica serão substituídas, no curso médico, pela cadeira de Química fisiológica.” E através do art. 283, as “cadeiras de Física, Biologia geral e Parasitologia, Anatomia humana, Histologia, Anatomia patológica, Medicina operatória, Terapêutica, Clínica neurológica e Medicina tropical passam a denominar-se, respectivamente: Física biológica, Parasitologia, Anatomia, Histologia e Embriologia geral. Anatomia e Fisiologia patológicas, Técnica operatória e Cirurgia experimental, Terapêutica clínica, Clínica neurológica e Clínica de doenças tropicais e infectuosas.” (DECRETO 19.852, 11/04/1931).

Clínica Ginecológica	Augusto de Souza Brandão
Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil	Luiz Pedro Barbosa
Patologia Cirúrgica Infantil e Ortopédica	Antônio Benevides Barbosa Viana
Anatomia Médico-Cirúrgica e Operações	João Benjamin Ferreira Batista
Farmacologia	Pedro Augusto Pinto
Medicina Legal e Toxicologia	Henrique Tanner de Abreu
Clínica Médica/1ª cadeira	Oswaldo Coelho de Oliveira
Clínica Médica de Adultos/2ª cadeira	Clementino Rocha Fraga
Clínica Oftalmológica	José Antonio de Abreu Fialho
Clínica Propedêutica Médica	Juvenil da Rocha Vaz
Clínica Otorrinolaringológica	João Marinho de Azevedo
Clínica Dermatológica e Sifiligráfica	Eduardo Rabelo
Clínica Neurológica	Antônio Austregesilo Rodrigues Lima
Clínica Psiquiátrica	Henrique Roxo
Microbiologia	Bruno Alvares da Silva Lobo
Medicina Tropical	Carlos Ribeiro Justiniano Chagas

Fonte: VELLOSO, XAVIER e FONSECA, s/a, p. 21-22-23

Dos professores de Napoleão Lyrio Teixeira, evidenciamos Juvenil da Rocha Vaz, o responsável pela reforma de 1925 e também professor de Clínica Propedêutica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; era médico biotipologista, e discutia a Medicina constitucional em sua vertente italiana. Raul Leitão da Cunha, professor de Anatomia Patológica, em 1934, era abertamente contra a esterilização e as recentes leis alemãs, e

pode ter sido ponto significativo na formação de Napoleão Lyrio Teixeira. Antônio Austregesilo Rodrigues Lima, professor de Clínica Neurológica, foi de suma relevância no aspecto da Liga Brasileira de Higiene Mental, juntando-se à atuação de Henrique Roxo, professor de Clínica Psiquiátrica. Alvaro Fróes da Fonseca, que defendeu o mendelismo no Congresso Brasileiro de Eugenia.

Nesse sentido, esteve em contato com diferentes linhas interpretativas, que lhe deram condições para compreender-se enquanto profissional. Em 1931, Napoleão Lyrio Teixeira foi nomeado pelo Ministro da Justiça para exercer o lugar de preparador da cadeira de Física e Química da Escola de Sargentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/08/1931, p. 6). No mesmo ano, quando da publicação do Decreto sobre a Instrução Religiosa no cursos primário, secundário e normal (DECRETO N. 19.941, 30/04/1931), um grupo de seiscentos universitários católicos da Universidade do Rio de Janeiro, e dentre eles Napoleão Lyrio Teixeira, assinou um manifesto em apoio à ação de Getúlio Vargas. (A CRUZ, 14/06/1931, p. 1). Conforme o grupo de católicos, o Brasil se aproximava das práticas dos povos civilizados do mundo, como Alemanha, Holanda, Itália, Inglaterra, Iugoslávia, Polônia, Irlanda e Escandinávia. (A CRUZ, 14/06/1931, p. 1).

Em 1933, Napoleão estava no sexto ano, e estava na relação dos que requereram inscrição para exames de suficiência de auxiliares acadêmicos dos postos e do hospital de Pronto Socorro. (JORNAL DO BRASIL, 19/04/1933, p. 22). Frequentou, portanto, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro de 1929 a 1933.

Em 1934, durante um requisitado curso de aperfeiçoamento em clínica psiquiátrica, a cargo do professor Henrique Roxo, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, muitos dos seus assistentes e outros notáveis psiquiatras nacionais se fizeram presentes. Para tanto, o *Jornal do Brasil* evidenciou nomes como Napoleão Lyrio Teixeira, José Lins Gusmão, Luciano Ribeiro de Moraes, João Xavier do Prado, Antonio Wandick de Andrada Ponte, José Mariz de Barros, Hélio de Souza Gomes, Felipe Uebe, Francisco Osvaldo Anselmo e Alceu Nogueira da Gama. O jornal sugeria que esses eram os médicos que estavam frequentando o curso de especialização em Psiquiatria.

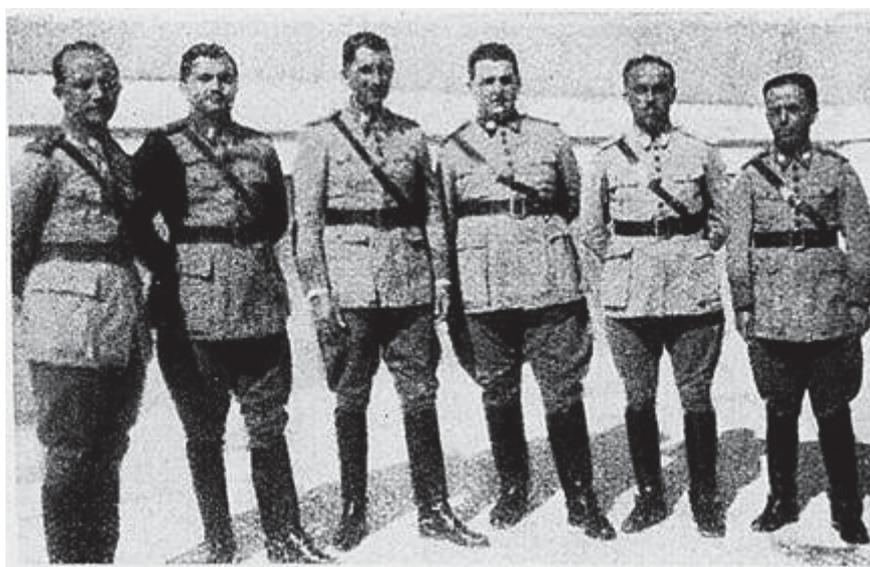
Durante o curso, palestraram Henrique Roxo, com o tema *Tratamentos modernos da Esquizofrenia*, H. Peres, *Esquizofrenia latente e sua importância médico-legal*, Cunha Lopes, *Da herança da Psicose maniaco-depressiva*, Adauto Botelho, *Perturbações mentais da epilepsia*, Eurico Sampaio, *Ideias modernas a respeito da história*, Buen de

Andrade, *Perturbações mentais por disfunções endócrinas*, Waldemar C. da Cunha, *Dos impulsos nos alienados*, Pernambuco Filho, *Métodos psicoterapêuticos*, Zacheu Esmeraldo, *Aspectos clínicos e médico-legais dos p.s. malarizados*, Oliveira Filho, *Importância médico-legal e tratamentos modernos do alcoolismo* e Neves Mansur, *Estudo clínico e médico-legal das personalidades psicopatas*.(JORNAL DO BRASIL, 24/01/1934, p. 14). Cunha Lopes, um dos palestrantes, era professor de Psiquiatria na Universidade do Rio de Janeiro e, em 1934, já havia defendido a esterilização em casos de anomalias legadas por via de herança.

Evidências encontradas nos jornais cariocas *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Diário Carioca*, de 27 de janeiro de 1935, indicam que Napoleão Lyrio Teixeira foi contratado por meio de decreto do presidente da República na Pasta de Guerra. Conforme os periódicos, foram contratados naquele momento tenentes médicos aprovados no Curso da Escola de Saúde do Exército. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27/01/1935, p. 3; JORNAL DO BRASIL, 27/01/1935, p. 6; DIÁRIO CARIOCA, 27/01/1935, p. 12). Portanto, de 1928 a 1933, Napoleão Lyrio Teixeira graduou-se e logo após especializar-se, assumiu uma vaga no Exército brasileiro.

Em setembro de 1938, Napoleão Lyrio Teixeira apareceu em uma fotografia nas páginas sociais da revista *Vida Domestica*. Naquele momento, Teixeira era médico da Primeira Bateria Independente de Artilharia de Costa e Forte Marechal Hermes, sediada em Macaé-RJ. (VIDA DOMESTICA, set/1938, p. 10).

**Figura 7 - Fotografia de Napoleão Lyrio Teixeira junto dos componentes da Primeira Bateria Independente de Artilharia de Costa e Forte Marechal Hermes.**



**Fonte:** *Vida Domestica*, set. 1938, p. 10.

A fotografia encontra-se no centro da décima página da Revista *Vida Domestica*, dedicada a fotografias de figuras proeminentes da sociedade carioca. Dos seis membros da foto, na posição centro/direita estava o Cap. Luiz Gomes do Nascimento, ladeado pelos srs. Tenentes Silveira Junior (centro/esquerda), o dr. Napoleão Lyrio Teixeira (direita), seguido de Dinancy Luzitano Maia, A. de Andrade e M. Guimarães. A posição dos corpos na fotografia denotam o ambiente de trabalho no exército, mas também a posição de relevância dentro do campo militar como médico.

Nessa época, Napoleão Lyrio Teixeira se casou com Hilda Fassbender Teixeira (DIARIO DA TARDE, 15/05/1961, p. 5). A proveniência da família de sua esposa remonta a uma elite norte-fluminense, da cidade de Bom Jesus do Itabapoama-RJ. Por lá tiveram um filho chamado João Régis Fassbender Teixeira que tinha cinco anos quando se mudaram para Curitiba. A família na qual Napoleão Lyrio Teixeira se ligou via matrimônio era de proprietários de terras e cafeicultores e beneficiadores de café do norte fluminense. Hilda Fassbender era filha de Seismundo Fassbender, imigrante alemão das margens do Reno. Foi marceneiro e agricultor, mas assumiu uma máquina de pilar café depois que se casou com a viúva Otilia Tardin, filha de um proprietário de máquina de pilar café, o suíço François Tardin e de Jesuína Furtado da Costa, uma herdeira do posseiro Francisco Furtado da Costa, na primitiva Bom Jesus, chamada anteriormente de Monte Alegre. Ao casar com uma herdeira de terras e de máquinas de beneficiamento do café, Seismundo Fassbender passou a assumir os negócios.

Naquele momento, Napoleão Lyrio Teixeira teve oportunidade até mesmo de proteger, em texto ao jornal *Diário de Notícias*, o retorno do nome do sogro, Sigismundo Fassbender, a uma placa de rua daquela cidade. (TEIXEIRA, 30/07/1950, p. 33). Fixado desde 1893, esse imigrante doou uma grande faixa de terreno na parte central da cidade, com a finalidade de abertura de rua, e, assim, recebeu seu nome em homenagem ao ato. No entanto, após o início da Segunda Guerra Mundial, a gestão municipal decidiu trocar o nome da rua que existia por um nome de um navio afundado - e imaginamos se tratar da questão dos ataques da Alemanha Nazista, que fez com que o Brasil entrasse na Segunda Guerra Mundial. A troca causava mal estar a Napoleão Lyrio Teixeira, no entanto, após a guerra, o nome da família retornou à placa. (TEIXEIRA, 30/07/1950, p. 33). O texto revela ainda que a família Fassbender era ligada à cultura do café e a propriedades de terras, quando explicou que “O café subiu, o café baixou; fizeram-se fortunas e fortunas se

perderam.” (TEIXEIRA, 30/07/1950, p. 33). Mesmo com essa instabilidade, argumentava Teixeira, os descendentes continuavam lá, patrióticos e seguindo trabalhando.

Em 1941, Napoleão se transferiu do Hospital de Convalescentes de Campo Belo para o Asilo de Inválidos da Pátria. (A MANHÃ, 16/09/1941, p. 13). Em 1942, teve o pedido de mudança para assistente militar de clínica psiquiátrica indeferido. (A MANHÃ, 24/02/1942, p. 13). Antes de estar vinculado à Faculdade, encontramos o nome de Napoleão Lyrio Teixeira vinculado ao mundo militar.

Os médicos no exército tinham relevantes papéis, considerados até mesmo como intelectualidade nos editoriais das revistas científicas militares, conforme aponta Cardoso (2014). Assim, criavam-se redes de cientistas militares que tinham o dever de “seguir os mais adiantados”, referência às ciências militares da Alemanha, França, do Japão e da Inglaterra. (CARDOSO, 2014, p. 6). E, para além disso, as preocupações dos médicos não eram somente com o soldado em seus edifícios militares, mas a população nacional em geral, devendo “compreender a constituição do soldado nacional, a alimentação mais adequada, seus vícios”. (*Idem*, p. 7). Era uma forma de, a partir dos problemas específicos de soldados, compreender os problemas nacionais por meio da higiene como ciência, mas também da ciência eugênica. Ou seja, os homens que entravam para o exército nacional um dia retornariam à sociedade civil, com o entendimento da importância das práticas higiênicas. Já os “soldados de fardas brancas”, referenciados por Klajman (2011), teriam condições de combater os aspectos degenerativos, como enfermidades e vícios como o álcool, e desenvolver o Exército e a nação forte.

As publicações em periódico militar – *Revista de Medicina Militar* – revelam sua estabilização dentro do corpo militar como um médico intelectual de vasta produção, conforme indicam as páginas iniciais dos livros *O Suicídio* (1948) e *Psicologia Forense e Psiquiatria Médico-Legal* (1954a), que traziam informações relativas aos “trabalhos médicos do mesmo autor”. Dentre as obras, destacam-se: *Notas sobre algumas paralisias "a frigore", comuns no vale do Paraíba* (1935); *Embriaguez patológica* (1935); *Psicoses de guerra* (1936); *Tratamento da parotidite epidêmica pela injeção de sangue de convalescentes* (1942); *Os simuladores de doença do ponto de vista médico-militar* (1943); *Hemiplegia cerebral infantil por empeçonhamento botrópico* (1943); *Agnesia peitoral*

*direta* (1944); *Testes diagnósticos para a determinação do limiar epileptógeno* (1945); *Afasia pós-traumática* (1946)<sup>351</sup>.

O último texto foi publicado também no periódico paulista *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, em 1948, em que indicava fazer parte do Corpo de Saúde do Exército, ser Docente de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Paraná, além de Médico do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz (Curitiba). Afasia era considerada por Napoleão uma perturbação psicomotora ou, antes, psicossensorial, que impossibilita o doente da compreensão da palavra ouvida ou lida, ao mesmo tempo que o torna incapaz, mesmo sem paralisias, de externar ideias por meio da expressão oral ou escrita. (TEIXEIRA, 1948).

Esse texto trouxe debates relativos à Clínica Neurológica. Utilizou os escritos de Austregésilo, que adotou uma interpretação de afasia advinda de Pierre Marie. Nas discussões relativas à afasia, citou os conflitos e consensos científicos a partir de Brissaud, Eurídice Borges Fortes e Austregésilo, Broca, Charcot, Laborde e Bouchard, Wernicke, Déjerine. Trabalhou ainda com um estudo de caso de afasia pós trauma de tiro à queima roupa, em um “indivíduo de cor branca, de 50 anos, casado, lavrador, alfabetizado (curso primário completo)”. Classificou o indivíduo estudado como leucodermo (branco), conforme a classificação produzida por Roquete-Pinto e tipo corporal atlético, classificação morfológica de Kretschmer. Após a recuperação do paciente, Napoleão Lyrio Teixeira ressaltou o exame psicológico:

Registemos, antes que fique despercebido, ter nosso doente, mais tarde, depois de recuperação praticamente total, apresentado grande mudança caracterológica, com traços de perversidade, mostrando freqüentes raptos agressivos de crescente periculosidade, que o tornaram grandemente temido entre os seus. (TEIXEIRA, 1948)

Dentre os pontos de discussões da clínica neurológica estava igualmente o estudo do grau de periculosidade no pós trauma. Para Teixeira (1948), apesar do tratamento e de recuperação da linguagem e da fala, como *reliquat* (saldo) ocorreram mudanças caracterológicas acentuadas, com “traços de perversidade” no indivíduo. O uso da biotipologia advinda de Kretschmer defendeu por meio de suas pesquisas que demonstraram uma porcentagem significativa entre seus pacientes que os aspectos individuais somáticos e psicológicos obedeciam a um mesmo determinismo biológico. Assim, nos pacientes de tipo atlético, havia risco aumentado de epilepsia e personalidade irritante e caracterizados com

---

<sup>351</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X1948000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1948000100005)  
Acesso em: 26 fev. 2020.

pouca sensibilidade. Este princípio teórico pode ter norteado a análise conclusiva de Teixeira (1948).

Tudo indica que Napoleão Lyrio Teixeira tenha se dedicado à carreira médica no exército – soldado de farda branca durante quase dez anos. Em 1944, Napoleão Lyrio Teixeira percorreu algumas cidades paranaenses, quando a Junta de Serviço Militar esteve fazendo trabalhos de seleção de soldados para o Corpo Expedicionário, que era supervisionado pelo cel. Ernesto de Oliveira e assistido pelo major dr. Francisco de Paula Soares Neto. Napoleão Lyrio Teixeira, junto dos médicos João Oscar Espíndola e Carlos Alberto Pereira, foram responsáveis pela orientação de médicos civis nos trabalhos de seleção de soldados. Percorreram a cidade de Ponta Grossa, conforme o jornal *Diário de Notícias*, em 12 de fevereiro de 1944, mas percorreram também as cidades de Castro, Porto-União e Blumenau em dias posteriores. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/02/1944, p. 3).

Há possibilidade desse contato pelo fato de o Estado ter propiciado o acesso à informação do concurso e foi então que tentou vincular-se à Faculdade de Medicina do Paraná, em 1944. O jornal curitibano *O Dia*, de 26 de setembro de 1944, anunciava o concurso de “Docência-Livre na Faculdade de Medicina”, que ocorreria na segunda quinzena de novembro. Napoleão Lyrio Teixeira estava inscrito para a cadeira de Clínica psiquiátrica, e seria julgado por uma Comissão eleita pela Congregação e pelo Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade. Da Comissão faziam parte: Joaquim Pinto Rebelo, João de Moura Brito, Octavio da Silveira, Alô Guimarães, catedrático de Psiquiatria, e João Carmeliano de Miranda, Docente-livre em Clínica Psiquiátrica. (O DIA, 26/09/1944, p. 5).

Verifica-se que mesmo posteriormente ao afastamento do Exército, Napoleão Lyrio Teixeira ainda carregava seu capital social e simbólico advindo do campo militar, pois era um militar de reserva. Assim, em 1950, conforme o jornal *O Dia*, por um decreto assinado em 25 de dezembro, pelo Presidente, na pasta de Guerra, foi promovido ao posto de Major - portanto um oficial superior do Exército. (O DIA, 28/12/1950, p. 5). As posições conquistadas à época de soldado de farda branca em 1930 se confirmavam firmes na década de 1950. No ano seguinte, em 1951, *O Dia* anunciou que o já Major Dr. Napoleão havia, por decreto presidencial, sido promovido na hierarquia militar ao posto de Tenente-Coronel, e, além disso, transferido para a reserva do Exército. (O DIA, 10/10/1951, p. 5).<sup>352</sup>

---

<sup>352</sup> O jornal ainda exaltava Napoleão como “médico humanitário e intelectual de renome, autor de livros cuja projeção atravessa fronteiras” e se firmou no conceito dos paranaenses. (O DIA, 10/10/1951, p. 5).

No entanto, em 1951, Napoleão Lyrio Teixeira publicamente reclamava de uma lei do governo democrático de Vargas, que apregoava que um militar quando assumia um cargo público perderia todos os proventos de ser militar de reserva. Teixeira argumentava que tiravam direitos adquiridos, e que os médicos militares, como ele, tinham cometido o crime de estudar, em um país onde há milhões de analfabetos. Durante seu momento de indignação, afirmou que era tão absurdo o caso, “que aos olhos do govêrno, êstes oficiais são mais nocivos do que qualquer oficial expulso das fileiras por professar ideologia extremista. (...) Quer dizer: menos criminoso é o comunista que o que estuda...” (TEIXEIRA, 11/11/1951, p. 2). É evidente o não apreço que tinha Napoleão Lyrio Teixeira pelo movimento Comunista. A respeito de sua aversão ao pensamento comunista, em outro momento caracterizava-o como câncer bolchevista, chamando atenção no periódico carioca *Diário de Notícias* que:

Valha-nos a certeza de que são muitos os militares ainda não contaminados. Console-nos a esperança de que nossa modesta contribuição possa, talvez servir de alerta alguns dos mesmos, enredados na trama vermelha por menos bem informados da verdadeira natureza do câncer bolchevista que alguns insensatos - ou, quiçá, loucos - teimam em implantar no seio de nossa Pátria! (TEIXEIRA, 12/10/1952, p. 2).

Em seus argumentos, vincula as relações políticas a questões psiquiátricas, nas quais os comunistas eram denominados loucos. Uma questão puramente política era considerada por Teixeira como vinculada a uma patologia. No momento em que publica esses comentários no jornal carioca, já estava vinculado à Faculdade de Medicina do Paraná.

#### **4.2 Napoleão Lyrio Teixeira na cadeira de Medicina-Legal e Psiquiatria**

A trajetória profissional de Napoleão Lyrio Teixeira no Paraná inicia-se no ano de 1944, quando se tornou professor livre-docente na Faculdade de Medicina do Paraná, cadeira de Clínica Psiquiátrica. A cátedra de Psiquiatria era ocupada por Alô Guimarães. Conforme relatou o jornal carioca *Diário de Notícias*, esse concurso teve várias fases; no dia 16, a prova escrita, no dia 17, a prova prática, levada a efeito no Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, e, no dia 18, a prova didática, que versou acerca do tema *Personalidades Psicopáticas*. No dia 20, no salão nobre da Faculdade de Medicina, defendeu a tese *Histamino-Insulinoterapia nas Doenças Mentais*. Por fim, no dia 21, após

leitura da prova, o candidato Napoleão Lyrio Teixeira foi aprovado por unanimidade. (DIARIO DE NOTICIAS, 26/11/1944, p. 6).

Na tese de Teixeira (1944) relegou a convulsoterapia, uma terapia por meio da indução da convulsão como método de cura. Quando a convulsoterapia emergiu, no início do século XX, possuía *status* de prática inovadora no tratamento das doenças mentais.<sup>353</sup> No entanto, Napoleão Lyrio Teixeira (1944) apontava os perigos de tal prática e contribuiu para um novo método de tratamento, que não era tão agressivo a ponto de causar nem convulsão e nem desmaio. Em 1944 estava, portanto, inserido nas iniciativas de preservar a integridade dos pacientes, submetidos a várias dezenas de convulsões e desmaios para fins de tratamento. Antes de Napoleão Lyrio Teixeira tornar-se professor de Psiquiatria na Faculdade de Medicina do Paraná, esses pontos eram discutidos e praticados pelo professor Alô Guimarães. Conforme Beraldo (2016), Alô Guimarães, catedrático de Clínica Psiquiátrica, em aula inaugural de 7 de março de 1938, publicada sob o título *A ciência psiquiátrica, seu mérito, sua evolução e suas conquistas no terreno da clínica e da terapêutica*, relatou que dentre seus parâmetros de orientação de prática médica envolviam, de um lado, “tratamentos biológicos como Malarioterapia e Insulinoterapia”, e de outro “as possibilidades diagnósticas da Escola Constitucionalista de Ernst Kretschmer”. (GUIMARÃES, 1938, p. 105 *apud* BERALDO, 2016, p. 166). Alô Guimarães defendia essa técnica de tratamento desde ao menos 1933,<sup>354</sup> e indicava a terapêutica como forma de legitimar seu campo de especialização psiquiátrica diante dos pares da Associação Médica.

Contrapondo, Napoleão Lyrio Teixeira (1944) buscou outro tratamento, baseando-se em aplicação intravenosa de insulina e aplicação intramuscular de doses progressivas de histamina.<sup>355</sup> Como argumento e metodologia, Napoleão Lyrio Teixeira utilizou para a

---

<sup>353</sup> Dentre os métodos de convulsoterapia existia a malarioterapia, na qual Juliano Moreira utilizou em 1924 na Colônia de Alienados de Jacarepaguá, onde se inoculava o *Plasmodium* vivo no doente por meio de injeções subcutâneas e esperava-se o estado febril e as crises convulsivas. Outro método era o de Sakel, onde se aplicava insulinoterapia, injeções de insulina até se atingir a dose do choque, seguido de quase cinco horas de coma profundo. A aplicação durava de três a seis vezes por semana, e após o choque recomendava-se o descanso de três dias entre as sessões. O Método de Meduna se dava a partir da aplicação de cardiazol por via intravenosa ou intramuscular nos membros superiores, aguardando a crise convulsiva em cinco minutos após aplicação, e caso não ocorresse, aplicava-se nova dose. Após a injeção, ocorria ataque epilético com perda de consciência durante 30 segundos, convulsões durante 50 segundos, seguida de adormecimento de 5 minutos. Um quarto método foi utilizado a partir da eletroconvulsoterapia, que em relação aos anteriores, era considerado por Antonio Carlos Pacheco e Silva, psiquiatra da USP, como mais simples e barato, indolor, com menos desconforto e amnésia completa após as sessões, menor convulsão, menores frequência de fraturas e luxações, melhor recuperação. (MIRANDA, 2019, p. 164-167).

<sup>354</sup> Alô Guimarães escreveu também na *Revista Médica do Paraná* o texto *Situação Jurídica dos paralyticos geraes em face da malariotherapia* (mai/1936).

<sup>355</sup> Era uma explicação técnica e conforme Napoleão Lyrio Teixeira, por um lado, a histamina atuava intensificando a circulação nos capilares, aumentando-lhes a permeabilidade das paredes, de maneira tal que

análise doze estudos de casos: seis esquizofrênicos, três com psicose maníaco-depressiva, dois com melancolia de involução e um com psicose traumática. Dos doze casos, sete tiveram remissão total, três remissão parcial, um se manteve inalterado, e um teve o tratamento interrompido. Eram resultados favoráveis à aplicação do método de tratamento experimentado por Napoleão Lyrio Teixeira (1944), e caracterizava um tratamento mais humano do que as práticas terapêuticas de convulsão que se aproximavam das torturas.

Napoleão Lyrio Teixeira ainda se dedicou aos assuntos relativos à Neurologia, sendo, além de Docente-livre e assistente-militar de Clínica Psiquiátrica, também assistente de Clínica Neurológica na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, conforme se identificou em publicação no periódico *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, de julho e setembro de 1946.

Contribuiu algumas vezes com os *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*<sup>356</sup>, como *Hemiparesia esquerda consecutiva a empeçonhamento. Por Bothrops Jararacussu*<sup>357</sup> (1944), *Encefalite psicótica aguda no decurso de infecção dentofocal*<sup>358</sup> (1945), *Amnésias pós-traumáticas*<sup>359</sup> (1946), *Afasia pós-traumática* (1948), *Período médico-legal nas toxicomanias?*<sup>360</sup> (1949), *Instigação farmacodinâmica do subconsciente: Contribuição ao estudo da narcose, do narcodiagnóstico e da narcoanálise, do ponto de vista médico-legal*<sup>361</sup> (1950).

Em *Amnésias Pós-Traumáticas* (1946), relatou os distúrbios mentais e psicóticos advindos de traumatismo no crânio. O estudo caso analisado por Teixeira (1946) foi de um

---

os elementos do plasma circulam livremente através delas, carregando às células cerebrais, como às demais, oxigênio e elementos imprescindíveis à sua normal atividade. Por outro lado, a insulina provocava, não o choque insulínico (coma) observado no tratamento de Sakel, mas apenas o que Napoleão Lyrio Teixeira denominou de “golpe insulínico” consistente apenas nos sintomas hipoglicêmicos que desaparecem espontaneamente, acarretando uma “fome de açúcar por parte das células cerebrais”, acreditando ainda que ela mobilize a adrenalina endógena. Esta hipoglicemia, associada à dilatação capilar histamínica, trazia como conseqüência grande modificação no metabolismo hidrocarbonado cerebral, estimulando os processos normais de oxidação, e promovendo uma boa circulação e portanto boa oxigenação cerebral.

<sup>356</sup> A revista foi fundada em 1943, sob a égide de duas escolas neurológicas, a de Adherbal Tolosa, que assumiu, após concurso, direção da cátedra vacante e do Serviço de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo, e Paulino Longo, que conquistou, também mediante concurso, a cátedra de Neurologia da Escola Paulista de Medicina. (ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA, 1943).

<sup>357</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X1944000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1944000300004&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>358</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X1945000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1945000100004&lng=en&nrm=iso) Acesso em 27 fev. 2020.

<sup>359</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X1946000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1946000300004&lng=en&nrm=iso) Acesso em 27 fev. 2020.

<sup>360</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X1949000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1949000400005&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>361</sup> Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-282X1950000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1950000200003&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 27 fev. 2020.

jovem soldado da cavalaria, natural do Paraná, que possuía “tara endógena, do tipo psicótico”, já que sua mãe teria apresentado anos atrás crise depressiva, com ideias de suicídio. Utilizou Pacheco e Silva para substanciar a ideia de que as psicoses pós-operatórias se instalavam em tipos emotivos e predispostos, e também de Mira y Lopes, para quem o indivíduo que sofria o trauma era vítima da angústia por ela determinada. Nesse sentido, Teixeira (1946) relatou a respeito da questão do terreno, em que os indivíduos portadores de personalidade psicopática ou apresentando tara endógena de tipo psicótico eram os que desenvolviam com mais facilidade os transtornos psíquicos pós-traumáticos, configurando uma patoplastia constitucional. Era nesse sentido uma síndrome mental reativa, que ocorria em personalidade pré-mórbida, de fator endógeno e, portanto, constitucional. (TEIXEIRA, 1946, p. 287).

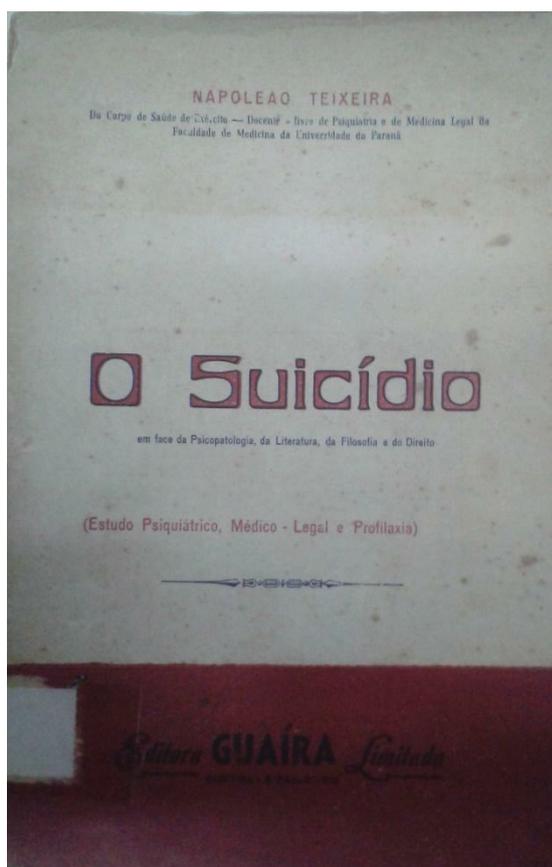
#### **4.3 Tese sobre o suicídio: entrada na Faculdade de Medicina**

Em 1947, Teixeira defendeu a tese no concurso para a cadeira de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Paraná, intitulada *O suicídio em face da psicopatologia, da literatura, da filosofia e do direito: estudo psiquiátrico, médico-legal e profilaxia*.<sup>362</sup> Na introdução, Teixeira expõe que não se admitem mais “compartimentos estanques” e nem barreiras separando diversos departamentos da Medicina. Para ele, as especialidades médicas como Medicina legal e Psiquiatria “se entrosam, se prendem, se entrelaçam e, estreitamente, se imbricam”. (TEIXEIRA, 1947, p. 18). No que diz respeito ao suicídio, Teixeira endossa que tanto a Medicina quanto o Direito possuíam atribuições expressivas, mas que o problema ultrapassava tais limites, tornando-se de alta relevância social, pois atingia em sua preferência “a juventude fisicamente sadia”. (TEIXEIRA, 1947, p. 18).

---

<sup>362</sup> Ainda em 1947, Teixeira publicou o texto *Gênio e Loucura*, no periódico *Publicações Médicas*, do Rio de Janeiro, mas que não foi encontrado.

**Figura 8 - Tese O Suicídio, de Napoleão Lyrio Teixeira**



**Fonte:** TEIXEIRA, N. L. O Suicídio, 1947. *In:* Biblioteca de Ciências Jurídicas.

Publicado pela Editora Guaíra Limitada, tinha bases em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, mas que foi criada em 1939, em Curitiba, pelo alagoano Oscar Joseph de Plácido e Silva. O livro foi a publicação do trabalho apresentado como tese de concurso à Livre- Docência de Medicina Legal da FMP.

Teixeira atribui a Desfontaines, um abade do século XVIII, a origem do termo “suicídio”, portanto, historicamente datado, substituindo a expressão “morte voluntária”, então em voga. (1947, p. 23). Nessa tese, que depois se transformou em livro, Teixeira lamentava a falta de meios para dar cabo ao problema do suicídio no Brasil, porém colocava esperanças na Liga Brasileira de Higiene Mental, a qual, como fazendo com o alcoolismo, deveria declarar “guerra santa ao suicídio” (TEIXEIRA, 1947, p. 20). Vale acrescentar que a Liga Brasileira de Higiene Mental, conforme relatou José Roberto Franco Reis (1994), foi criada no ano de 1923, no intuito de uma grande intervenção social pela regeneração da nacionalidade.<sup>363</sup>

<sup>363</sup> Foi reconhecida como de utilidade pública a partir do Decreto n. 4.778, de 27 de dezembro de 1923.

Nessa década, emerge a ideia de que os suicidas deveriam ser visualizados como de uma hereditariedade mórbida, de uma constituição patológica chamada por Mirandolino Caldas de “suicidothymia”. Conforme apontou o colaborador dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, em seu texto *O Combate ao Suicídio*, publicado no *Boletim de Eugenia*, os fatores sociais eram secundários e só atuavam efetivamente quando encontrassem um estado intrínseco de predisposição. (CALDAS, 1929, p. 8). Assim, Caldas visualizava na Eugenia e na Puericultura a chave para muitos dos problemas de combate a essa hereditariedade mórbida, caracterizada pelo tipo suicida. (CALDAS, 1929, p. 8). Tal fato nos dá um panorama de como o suicídio era majoritariamente representado no campo eugênico e da saúde mental.

Ainda na introdução do texto, Teixeira elenca os intelectuais de destaque no cenário nacional, destacando-se professores que fizeram escolas e discípulos: Henrique Roxo<sup>364</sup> e Juliano Moreira<sup>365</sup>. Os suicidas eram considerados, por Teixeira, como anormais, ou, ao menos, “temporariamente anormalizados”. (1947, p. 19). O autor não concordava com a divisão dos homens em dois grupos distintos: normais e anormais. Por demais esquemático e rígido, afirmava que Medicina não era Matemática. Assim, concorda com Flaminio Fávero (1945) e Garcia (1942), para quem o conceito de “normalidade somato-psíquica é relativo” ou que “em patologia mental e orgânica, o conceito de normalidade é impreciso.” (TEIXEIRA, 1947, p. 34). Ou seja, não há um tipo ideal de normalidade ou uma “norma-ideal”. Em Psiquiatria, revela Teixeira, não existe indivíduo “100% equilibrado eufrenico”. (TEIXEIRA, 1947, p. 35).

Eufrenia foi caracterizada como uma ciência voltada à boa formação do psiquismo ou aprimoramento mental da raça. Conforme Stepan, para significar o aprimoramento eugênico da mente, criou-se o termo eufrenia. (STEPAN, 2004, p. 343). Assim, para Teixeira (1947), não existia o indivíduo normal. Essas eram as ligações entre Psiquiatria e Eugenia, que se colocavam à mostra no campo científico a partir do *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Nesse sentido, os psiquiatras ligados à Liga Brasileira de Higiene Mental

---

<sup>364</sup> Henrique Roxo era professor catedrático de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental, e Redator-chefe dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Segundo Souza (2006, p. 51), no texto *Higiene Mental*, publicado nos *Archivos Brasileiro de Higiene Mental*, o médico e psiquiatra Henrique Roxo chamava a atenção dos governantes ao relatar que, apesar de não ser possível obter uma “perfeita eugenia”, mas “se não houvesse sífilis e alcoolismo, 80% das doenças mentais não existiriam”. Ou seja, o álcool era um dos principais problemas nacionais.

<sup>365</sup> Juliano Moreira foi médico e psiquiatra que fez carreira nas instituições do Rio de Janeiro. Foi membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, da Sociedade Eugênica de São Paulo e Diretor do Hospital Nacional de Alienados, além de exímio debatedor de temas como doenças mentais, higiene, saneamento e educação.

se dedicaram ao estudo da hereditariedade e exaltavam suas preocupações sociais para com as doenças mentais e as patologias dos pobres - caracterizadas pelo crime, delinquência e prostituição.

Em meados da década de 1940, foi um terreno ainda fértil para as reflexões acerca da mente e seu estado de anormalidade, assim como novas metodologias para compreender os processos internos do psiquismo, compreender padrões de anormalidade e detalhá-los de forma a esquadrihá-los por tipologias patológicas.

Nessa tese, Teixeira inclui em seus debates as interpretações psicanalíticas de Freud e psicológicas de Adler<sup>366</sup> – nas quais havia instintos que conservavam a vida e outros que destruíam –, além de produzir tipologias ou modalidades de suicídio.<sup>367</sup> Estas eram sobretudo tipologias e discussões advindas das “Escolas Sociológicas e Psicológicas”.<sup>368</sup>

Em Freud, encontra-se o que ficou conhecido como determinismo circunstancial, mas psíquico. O autor não exclui fatores mesológicos (do meio) e sociais que, dependendo

---

<sup>366</sup> Alfred Adler (1870-1937) era, no início, discípulo de Sigmund Freud (1856-1939), porém mais tarde se desviou dele, criando o que chamou de Psicologia Individual. (TEIXEIRA, 1947, p. 51). Conforme Roudinesco (1998, p. 7), Adler era criticado por Freud por algumas posições, dentre elas por se apegar a um ponto de vista biológico, utilizar a diferença dos sexo em um sentido estritamente social e por valorizar com excesso a noção de inferioridade. Por outro lado, Adler não aceitava na teoria de Freud o caráter central do recalque da libido no funcionamento psíquico. (FEBRA-PSI, s/a, p. 2). Alfred Adler. FEBRA-PSI, Federação Brasileira de Psicanálise. Disponível em: <https://www.febrapsi.org/wp-content/uploads/2016/10/alfred-adler.pdf> Acesso em: 20 maio 2019.

<sup>367</sup> Dentre as tipologias, encontram-se: suicídio egoísta, altruísta e anômico (Durkheim); suicídio por identificação; duplo suicídio; homicídio-suicídio; suicídio vingança; suicídio indireto; suicídios impulsivos e premeditados; suicídios passionais; suicídios ditos normal e patológico; suicídio-acidente; suicídio-demência; suicídio imposto; suicídio por obrigação ética; suicídio-eutanásia; suicídio místico; suicídio por inanição e suicídio originais.

<sup>368</sup> Conforme relatou Ito (2002), em *Diferenças individuais: temperamento e personalidade*, “Adler postulava a existência de quatro tipos de temperamento, os quais também foram baseados na tipologia de Galeano, e definidos de acordo com o interesse social e nível de energia manifesto pelos indivíduos: a) tipo governante (*ruling type*)- caracterizado por indivíduos com certo nível de agressividade, tiranos, enérgicos e dominantes, estando os mesmos relacionados ao tipo colérico por apresentarem características temperamentais semelhantes às encontradas neste tipo; b) tipo dependente (*leaning type*) - pessoas sensíveis, que desenvolvem em torno de si uma concha para protegerem-se dos eventos externos, possuem baixos níveis de energia e são caracterizados como dependentes, constituindo o tipo fleumático, exemplificado por indivíduos cronicamente cansados e pouco dispostos; c) tipo de evitação (*avoiding type*) - indivíduos que apresentam como padrão de vida o afastamento do contato direto com pessoas e circunstâncias, mantêm baixos níveis de energia, e são caracterizados pelo tipo melancólico, predominantemente tristes; e d) tipo socialmente útil (*socially useful type*)- pessoas saudáveis, que apresentam interesse social e energia, estando relacionadas ao tipo sanguíneo, caracterizando indivíduos atléticos e vigorosos”. (ITO, 2002, *apud* BOEREE, 1998). Conforme Bergeret (1996), em *Der Sinn des Lebens* (O sentido da vida) (1933) ou *Interesse social: um desafio para a humanidade*, Adler descreveu os sintomas causados pelos conflitos entre o indivíduo e a comunidade. Utilizou de conceitos tipológicos como: caracteres agressivos e não agressivos; separação e ligação. Na teoria da personalidade de Adler, o *self* do indivíduo era constituído pela soma da hereditariedade em combinação com as experiências ambientais, assim, haveriam pessoas saudáveis e neuróticas. No entanto, para Adler, a inferioridade não era uma patologia, e sim normal em toda a criança. (TEIXEIRA, 1960, p. 82).

do caso, podem ou não afetar o autor. No entanto, tem preferência pela análise da situação mental patológica e as determinações por anormalidades afetivo-evolutivas do autor do suicídio. Seguiu os estudos de Adler, que observou as tentativas de suicídio e percebeu que ocorriam em indivíduos de alta carga neuropática, “apresentando sinais de inferioridade orgânica e certo grau de insegurança e incerteza desde a infância”. (1947, p. 38). Com Mira y Lopez, em seu estudo acerca da tanatofilia ou impulso patológico ao suicídio, admitiu que havia uma pré-existência de disposições melancólicas, esquizofrênicas ou epiléticas. Estas predisposições eram evidentes fatores biológicos repassados via ascendentes. A “inferioridade orgânica” de Adler diz respeito à estrutura biológica da pessoa, órgãos que são débeis ou precários e suscetíveis a adquirir certas doenças. Esta abordagem biológica efetuada por Adler o diferencia de Freud, que acreditava em um determinismo psicológico. Assim, quem cometia suicídio apresentava, na visão de Adler, uma acentuada carga neuropática e sinais de inferioridade orgânica. (TEIXEIRA, 1947, p. 52).

Há ainda uma discussão acerca do suicídio e da hereditariedade (1947, p. 67-69), na qual Teixeira interroga a existência de uma herança suicida. Dentre os autores discutidos, encontram-se os que acreditam que ela existe, caso de Kraft-Ebing, enquanto outros acreditam apenas na transmissão de temperamentos e tendências dos ascendentes aos descendentes. Julio de Mattos, por exemplo, creditava ao suicídio com relativa frequência as degenerescências com antecedentes suicidas. Assim, para a escola constitucionalista de Kretschmer, o fator hereditário era significativo para a compreensão. Já a escola psicanalítica, infere Teixeira, “não atribui papel relevante às disposições congênitas, embora não as rejeitando – dando valor maior à influência do meio ambiente.” (TEIXEIRA, 1947, p. 70). Assim, educação, situação econômica e família eram determinantes sociais de relevância para o suicídio, importando mais a atitude em vida do que em relação ao que se herda. Para tal reflexão, utilizou o exemplo de famílias suicidas no Paraná que foram marcadas pelo suicídio durante várias gerações.

No entanto, a análise de Teixeira se debruçou mais no suicídio em psicopatas, caracterizando como: psicoses infecciosas e autotóxicas; psicose pelagrosa; psicose heterotóxicas (alcoolismo, toxicomanias), esquizofrenias; delírios alucinatórios crônicos; paranoia; melancolia; psicose de involução; demência senil; paralisia geral progressiva; epilepsia; neuroses; personalidades psicopáticas; e debilidade mental. Assim, o psiquiatra, no olhar de Teixeira, deveria estar atento aos “tipos que se locomovem, a exhibir taras que possuem e nas quais se mostra toda a dinâmica de um desequilíbrio interior”.

Napoleão Lyrio Teixeira discute alguns fatores biológicos relativos aos seus dados coletados e a dados de outras regiões do país. No que diz respeito ao aspecto cor, aludiu o autor que:

Segundo se escreveu, em S. Paulo suicidar-se-iam mais pretos e mulatos do que brancos. Já no Rio, segundo N. Salles, o mesmo não ocorre: brancos suicidar-se-iam mais do que mulatos e negros. Entre nós, o mesmo não ocorre (quadro 5): para 202 leucodermos, mataram-se 24 faiodermos, 5 melanodermos e apenas 1 xantoderma (classificação de Roquete Pinto). (TEIXEIRA, 1947, p. 161).

Tratavam-se assim de 202 brancos, 24 pardos, 5 negros e 1 amarelo. Ao contrário de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba possuíam maiores índices de suicídio de brancos em relação aos negros. Utilizando a classificação do antropólogo físico Roquette-Pinto<sup>369</sup>, então diretor do Museu Nacional, Napoleão Lyrio Teixeira produziu uma tabela acerca dos dados referentes aos suicídios entre os anos de 1937 e 1946, em Curitiba. Segue a imagem da tabela:

**Tabela 11 - Quadro de suicídios em Curitiba (Décênio 1937-1946), Incidência pela cor, de Napoleão Lyrio Teixeira**

	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
<b>Leocodermo</b>	27	19	25	15	22	16	17	23	25	13
<b>Melanoderma</b>	-	1	-	-	1	-	1	2	-	-
<b>Paidermo</b>	5	4	5	6	-	2	-	-	-	2
<b>Xantoderma</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	33	24	30	21	23	18	18	25	26	15

Fonte: TEIXEIRA, 1947, p. 161.

<sup>369</sup> Para saber mais sobre o processo de criação da classificação ver tese de Souza (2010)

As terminologias “leucodermos” diziam respeito aos brancos, “faiodermos” eram os de pele parda, “melanodermos”, os de pele negra e “xantodermos” os de pele amarela. Em tom de tristeza e lamento, Teixeira afirmava que “essa supremacia da raça branca, em cotejo que em nada enobrece, de vez que a vitória é aqui uma derrota”. Ou seja, lamentava os altos índices de suicídio dos brancos em relação aos outros. Isso pode significar um certo racismo em sua tristeza. No entanto, traz uma explicação acerca de seu pensamento.

Falamos de “raça”, sem ignorar, entretanto, que, em nosso meio – a exemplo do que ocorre no Brasil inteiro e mesmo em diversos países outros - o problema da determinação da raça está longe de ser esclarecido. Do Brasil, já se disse ser o cadinho onde raças diversas se fundem e dêsse melting-pot ninguém pode asseverar o que virá. E do brasileiro, “flôr amorosa de três raças tristes” há que buscar melhorá-la: evitando se queime ou se malgaste, em pura angústia; livrando-o dessa “suave tristeza” de que fala Zweig; dando-lhe novo colorido cósmico, graças a nossos aportes genotípicos de diferente procedência étnica. (TEIXEIRA, 1947, p. 161).

A incerteza do futuro racial brasileiro é evidenciada por Teixeira, pois estas são tidas como raças tristes que deveriam ser melhoradas. Esse melhoramento seria de ordem eugênica? As evidências demonstram que faz referência ao melhoramento racial do povo brasileiro. A referência é ao austríaco Stefan Zweig, autor do livro *Brasil, o país do futuro*.<sup>370</sup> No entanto, Napoleão Lyrio Teixeira seguia a linha intelectual que acreditava que a miscigenação racial produziria uma raça diferenciada, cósmica, com grande variedade genética advinda das mais variadas etnias.

No tocante ao suicídio e à herança, Teixeira (1947) evidenciou que, seguindo Oscar de Godoy, autor de *Fatores Biológicos do Crime*, acreditava que tanto no suicídio como no crime

não há hereditariedade específica, mas, sim, herança de estados mórbidos, degeneração e táras transmissíveis que - em caráter recessivo em algumas pessoas, mas reunidas, pelo cruzamento, em outras -, podem gerar sérias perturbações nos indivíduos, trazendo como consequência, a prática de atos delituosos. Dentre os crimes delituosos, considerou o suicídio um deles. (TEIXEIRA, 1947, p. 163).

Há evidências que indicam que Napoleão Lyrio Teixeira dividiu a cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Paraná a partir de 1949, momento no qual Ernani Simas Alves, um paranaense formado pela Faculdade de Medicina do Paraná,

---

<sup>370</sup> Neste texto falou acerca da suposta tolerância que marcava a sociedade brasileira e do seu imenso território que o predestinava a ser um dos mais importantes países do futuro. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/paisdofuturo.pdf> Acesso em: 10 jan. 2017.

defendeu a tese intitulada *Contribuição ao estudo das mortes violentas em Curitiba*.<sup>371</sup> Assim, desde 1949, Ernani Simas Alves esteve com a Cátedra de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Paraná, enquanto que Napoleão Lyrio Teixeira era docente-livre de Medicina Legal da FMP, ao mesmo tempo em que ocupava a Cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Paraná.

A partir de então, Napoleão deve ter baixado o número de aulas e contatos com o curso de Medicina Legal da Faculdade de Medicina, mas mantendo a cadeira de Psiquiatria da Faculdade de Medicina. O jornal *O Dia*, de 31 de agosto de 1955, propagandeou a posse de Napoleão Lyrio Teixeira, que assumia a Cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina, espaço antes ocupado por Alô Guimarães, que se licenciou ao mandato de Senador. Regeu a cátedra entre os anos de 1955 e 1958. Houve um conflito entre Napoleão Lyrio Teixeira e José Schettini, docentes livres que disputaram em concurso o cargo de Clínica Psiquiátrica na FMP. Napoleão Teixeira se manteve como professor de Psiquiatria, enquanto que Schettini, a convite de Ernani Simas Alves, ficou à disposição da cadeira de Medicina Legal no curso de Medicina. Somente em novembro de 1958 Schettini assumiu a cadeira de Clínica Psiquiátrica, onde se manteve até seu falecimento em 1961, assumiu o cargo Mário Pilotto.

O livro de Napoleão Lyrio Teixeira foi objeto de resenha publicada pelo professor Henrique Roxo no jornal *Diário de Notícias*, de 30 de outubro de 1949, que escreveu que o livro *O Suicídio* foi um trabalho que muito honra Napoleão Lyrio Teixeira. Comentou que

---

<sup>371</sup> Ernani Simas Alves, nascido em Curitiba em fevereiro de 1914, filho de Manoel Claro Alves e Elia Simas. Eram seus irmãos: Lucia Simas Alves Tramuja, Rubens Simas Alves, Ubiratan Simas Alves, Nery Simas Alves. Frequentou na juventude o primeiro ano do Lyceu Rio Branco, em 1927. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná em dezembro de 1938. Especializou-se em cirurgia geral em São Paulo, em 1939, e depois concluiu o curso de cirurgia de guerra, tornando-se 2º tenente médico da reserva. Em idos de 1940, casou-se com Saveria Todeschini, filha do industrial Henrique Todeschini, e irmã de Frederico Todeschini, que analisamos no Capítulo 5. Tornou-se professor da Faculdade de Medicina do Paraná em 1945, quando defendeu a tese de livre-docência a cadeira de Clínica Cirúrgica, intitulada *Métodos de exploração cirúrgica do sistema biliar (estudo crítico)*. A banca foi formada pelos professores Pinto Rebelo, Mario Abreu, Erasto Gaertner, Manoel Vieira de Alencar e Dante Romanó. (O DIA, 25/01/1946, p. 5). Em 1949, Ernani Simas Alves assumiu a livre docência da Cátedra de Medicina Legal a partir da defesa da tese *Contribuição ao estudo das mortes violentas em Curitiba*. A banca julgadora era formada por Gualberto Adolfo Lutz, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, Antonio Almeida Jr., da Escola Paulista de Medicina e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Nilton Sales, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e José Pereira de Macedo e Augusto Colle da UP. (O DIA, 27/07/1949, p. 3). No ano de 1950, apresentou a tese de livre-Docência sobre *A responsabilidade médica nas transfusões de sangue*. Concorreu a Docência Livre de Medicina Legal, e teve como Comissão Julgadora José Pereira de Macedo, Milton de Macedo Munhoz, Antenor Pamphilo dos Santos, Alô Guimarães e Anchises Marques de Faria. (O DIA. 15/11/1950, p. 2). Em 1952, produziu outra tese de cátedra em Medicina Legal, chamada *Contribuição para o estudo médico-legal da soro precipitação e das propriedades grupo específicas do esperma humano*. Em 1957, ocupou o cargo de Presidente da Associação Médica do Paraná, e organizou, em 21 de dezembro, a diretoria provisória do recém criado Conselho Regional de Medicina do Paraná, além de tornar-se conselheiro do CRM durante os anos de 1959 e 1963.

o autor foi um dos melhores internos da clínica psiquiátrica e, depois da sua formatura, foi assistente extranumerário da referida clínica, fazendo especialidade na matéria e tornou-se um dos mais competentes profissionais. A tese *O Suicídio* teve uma boa recepção no campo da Psiquiatria e da Medicina legal. Após comentar a trajetória de Napoleão até a chegada à cátedra em Psiquiatria, afirmou que aquele era o livro mais completo e perfeito que se conhecia acerca da temática.

Ao relatar que Napoleão discutiu o estado mental do indivíduo que se mata, revelou que:

Sou da opinião que não se de certo tipo como inteiramente normal o estado psíquico daquele que se mata. Pelo menos na hora em que o faz. Para quem sacrifica o bem maior que nós temos que é a vida é necessário que, na ocasião, haja um estado emotivo ou obsessivo que o empolgue. Não é que todo suicida seja um alienado. Claro que não! Mas fato é que os problemas mais graves da vida podem ser solucionados, sem que haja recurso ao suicídio. (ROXO, 30/10/1949, p. 7).

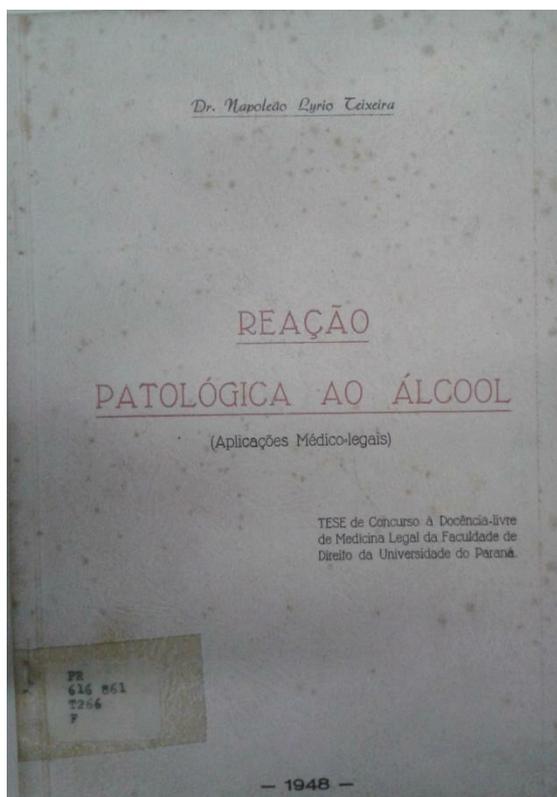
Henrique Roxo concordava que nos casos em que a anomalia psíquica era mais evidente, os motivos mais pueris poderiam ser causa. E nesse aspecto, elencou que a publicidade escandalosa em relação aos suicídios deve ser evitada. Ao sofredor, devia-se tratar o estado emotivo que precede o suicídio com psicoterapias, tratando a personalidade psicopática do predisposto. Esses eram pontos de concordância entre a tese de Napoleão Lyrio Teixeira e a opinião de Henrique Roxo. O professor Roxo considerou o livro uma literatura completa do assunto, apresentando estatísticas diversas e bem esmerilhadas - tudo é apresentado pelo prof. Dr. Napoleão Lyrio Teixeira de maneira completa e meticulosa. (ROXO, 30/10/1949, p. 7). A proximidade entre Napoleão Lyrio Teixeira e Henrique Roxo se estabeleceu, conforme apontado pelos dois, nas vivências na Faculdade de Medicina.

#### **4.4 Tese sobre o álcool como doença hereditária: entrada na Faculdade de Direito**

Foi somente em julho de 1948 que Napoleão Lyrio Teixeira defendeu a tese que lhe rendeu Docência-livre em Medicina Legal na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, intitulando-a *Reação Patológica ao Álcool (Aplicações Médico-legais)*. A banca avaliação de Napoleão, delimitada pelo Congregação e pelo Conselho técnico-administrativo, foi formada por Laertes Munhoz, catedrático de Direito Penal, José Maria Pinheiro Lima, catedrático de Direito Judiciário Penal, Heleno Silveira, Heitor Medina e Ildefonso Marques, catedrático de Direito Penal. (O DIA, 07/09/1949, p. 8).

Com dedicatória “à juventude universitária do Paraná”, em especial ao 6º ano médico e ao 4º ano jurídico, o texto prefaciou um momento histórico-chave de sua escrita: época intranquila e agitada pelos horrores de uma grande guerra.

**Figura 9 - Reação Patológica ao Álcool, de Napoleão Lyrio Teixeira**



Fonte: TEIXEIRA, N. L.. Reação Patológica ao Álcool, 1948.

A tese, concluída em julho de 1948, possui 43 páginas e não foi publicada por editora, foi apenas impressa para catalogação na Biblioteca da Universidade, possuindo quatro exemplares na instituição. Foi dividida em cinco partes: Embriaguez e Alcoolismo; Reação Patológica ao Álcool; Aplicações Médico-Legais; Perícia; e Conclusões. A escolha da temática do álcool revela uma enorme proximidade com as produções da Liga de Higiene Mental, que, desde a década de 1923, entabulou uma grande luta contra esse grande flagelo da raça. Naquele momento, expressões como “melhora da raça”, “regeneração nacional” eram de uso habitual de médicos, juristas, literatos e políticos. Assim, nas décadas de 1920 e 1930, variadas “campanhas antialcoólicas” e “semanas de combate ao álcool” foram intensamente promovidas. (REIS, 1994; SOUZA, 2006, p.

111).<sup>372</sup> No Estado do Paraná, estas campanhas foram efetivadas pela primeira geração de médicos eugenistas como João Candido Ferreira, Victor Ferreira do Amaral e outros, e se fez presente na questão do ensino nas Faculdades de Medicina e Direito desde a década de 1920. Havia dentro do plano imagético da aristocracia social paranaense a ideia de que “uma raça alcoólica é uma raça perdida” (FERREIRA, 1922a, p. 6 *apud* PIETTA, )

Apesar do hiato temporal entre as produções, Teixeira em sua tese evidencia uma série de continuidades teóricas relativas ao uso do álcool e suas consequências. Primeiramente, o autor diferenciou os conceitos de embriaguez e alcoolismo. O primeiro representava não uma moléstia, mas um envenenamento causado pelo uso passageiro do álcool, como uma espécie de intoxicação. O segundo representava algo mais grave, classificado como doença causada pelo uso consecutivo e imoderado do álcool. Em termos científicos, utilizava o conceito de alcoolismo agudo para o primeiro caso, e alcoolismo crônico para o segundo caso. Tais conceituações tinham como base os estudos do médico sueco Magnus Huss e do psiquiatra alemão Emil Kraepelin<sup>373</sup>.

Teixeira acreditava que no desenvolvimento da epilepsia, o álcool tinha papel central. Acerca dos fatores das causas de reação patológica relacionadas ao álcool, Teixeira (1948, p. 9) evidencia a predisposição neuro-psicopática na qual se estudam as taras psicopáticas constitucionais. Assim, haveria uma predisposição herdada dos ascendentes que poderia ser “cerebropática” (Legrain), epiléptica e esquizofrênica (Bleuler), histérica (Heilbronner). Seguindo os ensinamentos de Roxo, Teixeira evidencia que em casos em que há *meiopraxia* do sistema nervoso, o indivíduo delira por qualquer mínima dose de álcool, e, nesse caso, epilepsia e a histeria seriam facilitadas pelo álcool.

Além do fator de predisposição, evidencia o fator individual que variaria conforme a especificidade do indivíduo, de acordo com sexo, idade, costumes, resistência ao tóxico e,

---

<sup>372</sup> Renato Kehl, em seu texto *Os efeitos do alcoolismo* (1924), creditava ao alcoolismo a responsabilidade por manchar o futuro racial da espécie, porque “(...) atuava diretamente sobre as células reprodutoras, o “germoplasma”, causando diversas “desordens blastofitóticas” nos descendentes (...)”, como a criminalidade, a alienação, a epilepsia, a loucura, a paralisia e a surdo-mudez. (SOUZA, 2006, 110).

<sup>373</sup> Emil Kraepelin (1856-1926) foi um psiquiatra alemão, autor de *Clinical Psychiatry* (1904;1907), *On the Question of Degeneration* (1908). Sandra Caponi em *A hereditariedade mórbida: de Kraepelin aos neokraepelinianos* (2011), analisou a problemática da herança mórbida nas produções de Emil Kraepelin. Em seu *Manual de Psiquiatria* (1907) infere que ao psiquiatra requeria-se um detalhado inquérito de hábitos, traços de todos os ramos diretos da família, dedicação e atenção especial e detalhes sobre especificidades mentais consumo de álcool, adições, tendências criminosas. Tudo deveria ser averiguado.

Um trecho parece pertinente, onde para Kraepelin, dentre os recepcionados no hospital em que trabalhava, o “defeito hereditário” era “o verdadeiro fator proeminente, sendo que aparece em 70% dos casos estudados [...]. Isso varia nas diferentes formas de demência, sendo maior nas formas catatônicas e hebefrênica. [...] Vários estigmas físicos podem ser achados com frequência, como malformação do crânio, orelhas, palato, estrabismo (...)” (KRAEPELIN, 1907, p. 219 *apud* CAPONI, 2011).

por último, o fator raça. Teixeira, utilizando-se do texto de Edgar Pinto Cesar, *Alguns aspectos da incidência das moléstias mentais no Estado de São Paulo*, afirma que

(...) entre os pretos, a incidência de distúrbios mentais pelo alcoolismo atinge quási o dobro em relação ao restante das moléstias mentais, e que, naqueles, as mulheres sobrelevam os homens por mais de quatro vezes a média, e que não ocorre relativamente às psicoses restantes. (TEIXEIRA, 1948, p. 9 *apud* CESAR, 1943, p. 308).

Assim, os negros seriam mais afetados pela doença do alcoolismo, que em sua maioria trazia complicações mentais. Essa era uma afirmação que vinha sendo utilizada há vários anos. Em uma conferência realizada em 1918, na cidade de São Paulo, o médico e eugenista Rubião Meira fazia duras críticas à maneira como se desenrolou o fim da escravidão no Brasil e a forma como a população negra foi destituída de assistência do Estado. Os negros, antes considerados um “povo forte e saudável”, encontravam-se, naquele momento, nas palavras do autor, “atirados a todos os vícios e paixões”, corrompidos pelo alcoolismo, pela sífilis e tuberculose e, por consequência, lotando os hospícios e hospitais. (SOUZA, 2006, p. 58).

Um último fator enumerado por Teixeira são as causas acidentais, que tornariam os indivíduos menos resistentes ao álcool, causando cansaços, excessos sexuais, fadiga, insônia, calor e frio exagerado, desnutrição, além de vivências de cólera ou ciúme. A partir do ponto de vista psicanalítico, Teixeira aborda as relações psicológicas entre a sexualidade e o alcoolismo. Dessa forma, o álcool romperia inibições, “(...) liberaria instintos reprimidos, ressurgindo impulsões libidinais, mais ou menos recalçadas (sadismo, masoquismo, tendências incestuosas, homossexuais, etc), estimulando o complexo de virilidade.” (TEIXEIRA, 1948, p. 13).

O autor discute ainda o álcool como fator psicopatógeno e criminógeno. A base para tal pensamento é, segundo ele, advinda de estatísticas bem sugestivas preconizadas por Ferri e Wimmer. A chave para compreender o mecanismo criminógeno como reação patológica do álcool está no conceito de estado crepuscular epilético – uma característica de um estado de consciência, no qual o plano vigíl e onírico se fundem. É um momento em que há a “obnubilção” ou “turvação da consciência”, aflorando elementos subconscientes e inconscientes. (TEIXEIRA, 1948, p. 14).

Deste modo, conclui Teixeira que as psicoses alcoólicas são responsáveis pela cifra de 32% das internações em hospitais, casas de saúde para doentes mentais e sanatórios, conforme dados de Henrique Roxo. Chamamos a atenção também ao caráter hereditário

exposto por Teixeira, no qual é evidente, na perspectiva do autor, “(...) a ação nociva do álcool sobre a prole do bebedor (blastotoxia) – prole esta que, mais tarde, fornecerá, a seu turno, contingente apreciável a esse triste exército.” (TEIXEIRA, 1948, p. 27).<sup>374</sup> Nesse sentido há uma presença significativa da interpretação biodeterminista entre o álcool e a predisposição aos problemas psicóticos e mentais.

Conforme Teixeira (1948), no Código Penal de 1940, a embriaguez, seja voluntária ou culposa, era um agravante de pena, e só não o era quando o autor, em razão da embriaguez, esteve privado da capacidade de entendimento ou de livre determinação. Assim, em relação à Criminologia, estas questões eram relevantes para a confecção da perícia médica, que tinha por finalidade alucidar o estado mental do agente no momento da ação ou omissão e, em caso de embriaguez habitual, deveria-se julgar a periculosidade, podendo ser aplicadas medidas de segurança, que representa a prisão do indivíduo. No entanto, quando a embriaguez era considerada patológica, aconselhava-se pesquisar os antecedentes do acusado, ouvindo o próprio, mas também amigos e parentes. Quando do crime, devia-se colher informações de testemunhas, que ainda que contingente, dariam condições ao perito para verificar se a ingestão alcoólica se processou como o indivíduo relatou ou não. Se necessário, enumerou Teixeira (1948), devia-se repetir os interrogatórios e poderia diagnosticar a reação patológica do álcool, buscando entender se o ato antissocial foi causado ou não pelo álcool e se tornou o indivíduo incapaz de compreender o caráter criminoso.

Igualmente devia-se analisar a temibilidade e o grau de periculosidade criminal do indivíduo. Assim, a embriaguez de álcool poderia produzir crises, agindo como gatilhos. Estes foram considerados por Napoleão Lyrio Teixeira, e aqui citando Pacheco e Silva, como indivíduos, via de regra, predispostos, que, ao voltarem ao meio social, reincidem no uso do tóxico e, por consequência, com grande probabilidade de reincidirem na prática delituosa. Esta questão biodeterminista em relação à predisposição dos corpos é percebida nos aconselhamentos aos peritos médicos ou psiquiátricos, em que foi considerado ponderável o papel do álcool como “fator psicopatogênico e criminogênico”. (TEIXEIRA,

---

<sup>374</sup> Das bibliografias utilizadas por Teixeira no livro, 31 obras no total estão datadas de 1897 a 1947. Do século XIX havia apenas 01 referência, da década de 1910 eram 02 referências, de 1920 foram 02 referências igualmente, da década de 1930 um total de 10 referências, e da década de 1940 um total de 11 referências. 5 referências não possuíam datação. Portanto, em sua maioria são referências da mesma década de produção da tese. Porém, é perceptível parte significativa de produções da década de 1930, momento em que interpretações biodeterministas estiveram fortemente presentes na academia, mas que com Napoleão Lyrio Teixeira será mesclado com o determinismo social, pessoal e patológico.

1948, p. 41). A conduta do perito deveria estar baseada na análise específica de cada indivíduo e seus contextos.

#### **4.5 Do direito de tratar e o direito de intervir (1948): intervenção do Estado e direitos individuais no pós Segunda Guerra Mundial**

Em sua segunda publicação, em 1948, Napoleão Lyrio Teixeira já constava como professor contratado de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e também Docente-Livre de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, conforme é perceptível na capa da tese. Publicou a tese de concurso à cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Paraná, intitulada *Do Direito de Tratar (Estudo de Deontologia Médica)*. A banca de Napoleão foi formada por Carlos Pitta Pinheiro, da Faculdade de Direito de Porto Alegre, Hélio Gomes, da Faculdade Nacional de Direito, Heleno da Silveira, da Faculdade de Medicina da UP e Martins Rocha Loures, da Faculdade de Direito da UP. (O DIA, 25/05/1950, p. 5). Segue a capa da tese.

**Figura 10 - Tese Do Direito de Tratar, de Napoleão Lyrio Teixeira**



**Fonte:** TEIXEIRA, N. L. Do Direito de Tratar, 1948. *In:* Biblioteca de Ciências Jurídicas

Na tese, o professor dos dois cursos supracitados dedicava o texto “à Memória daqueles Mestres que souberam engrandecer o ensino da Medicina Legal no Brasil”, e fala

do papel dos mestres como aconselhadores de sua tese. Eram eles Flamínio Fávero<sup>375</sup>, professor titular da cadeira de medicina legal da Faculdade de Medicina de São Paulo; Nelson Hungria<sup>376</sup>, um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Criminologia (1931) no Rio de Janeiro; Garcez Froes<sup>377</sup>, professor da Faculdade de Medicina da Bahia; e Leonídio Ribeiro<sup>378</sup>, professor da Faculdade de Medicina e Direito do Rio de Janeiro.

A tese é significativa no sentido de trazer um outro olhar à tona – o do direito ou do dever de tratar ou curar, ou até mesmo o da Filosofia e da Ética. Durante muito tempo, o Estado se sentiu no direito de intervir sobre o corpo de indivíduos; no entanto, o pós Segunda Guerra Mundial trouxe uma outra perspectiva: a dos direitos individuais. Interrogamos se tal pressuposto realmente se aplica nos campos médico e jurídico.

Teixeira (1948), utilizando os argumentos de Leonídio Ribeiro, afirmava:

Si cada indivíduo dispôs do seu corpo, ferindo-se ou mutilando-se, sem que se o possa censurar, nem punir – pode o Estado fazê-lo, entretanto, quando em jogo supremos interesses da coletividade. Citem-se, como exemplos: na guerra, quando não pode, impunemente, mutila-se indivíduo apto para o serviço militar, visando fugir ao mesmo; por ocasião de epidemias, tornando obrigatório o isolamento de contagiantes, cessa a liberdade individual; a vacinação anti-variólica obrigatória (que deu azo, entre nós, em tempos idos, a revolta de triste memória...) e, nos meios militares, a vacinação anti-tísica (isso sem levar em conta outras, que se façam precisas: contra a febre amarela, contra o tifo exantemático, etc., como receberam componentes das tropas expedicionárias). Não nos esqueçamos, aqui, o que diz respeito à obrigatoriedade, em alguns países (praxe ainda não adotada entre nós), do certificado pré-nupcial – sem a qual pessoa alguma poderá casar. (TEIXEIRA, 1948).

---

<sup>375</sup> Segundo Oliveira Júnior (2012) “Flamínio Fávero, personagem de grande protagonismo no meio criminológico (...), foi também um dos fundadores da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo. Foi redator dos *Archivos* e seu secretário geral de 1924 a 1937, e seu presidente desde então. Foi diretor da Faculdade de Medicina, em 1937 e 1938, membro do Conselho Penitenciário a partir de 1928, e diretor do Departamento de Presídios do Estado de São Paulo de 1943 a 1945.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 284).

<sup>376</sup> Nelson Hungria Hoffbauer (1891-1969) foi um criminalista crítico da endocrinologia. Foi também um dos líderes da comissão responsável pela redação do anteprojeto do Código Penal de 1940. Segundo Oliveira Júnior, “em sua intervenção no Segundo Congresso Latinoamericano de Criminologia, reunido em Santiago do Chile no ano de 1941, ele afirmou que “não há de ser porque entre os delinquentes se encontram 10% de endocrinopatas a razão para reconhecer na endocrinologia uma causa genética do crime.” Foi também Ministro do Supremo Tribunal indicado por Getúlio Vargas em 1951. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 403).

<sup>377</sup> Garcez Fróis, em 1899, tornou-se professor da Faculdade de Medicina da Bahia com uma tese que versara sobre Medicina Legal intitulada *Embriaguez e Responsabilidade*.

<sup>378</sup> “Leonídio Ribeiro durante a década de 1930 foi professor da Faculdade Fluminense de Medicina e dos Institutos Franco e Luso Brasileiros de Alta Cultura (...). Foi também criador, em 1933, e diretor do Instituto de Identificação e do Laboratório de Biologia Infantil, ambos na capital federal (Rio de Janeiro), além de participar como membro da Sociedade de Medicina Legal de Paris e de Buenos Aires, e ser diretor dos *Archivos de Medicina Legal e Identificação*. Ele trabalhou em estreita associação com o chefe da polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, de extrema direita, na atualização das técnicas científicas de identificação e tratamento dos criminosos patológicos no Brasil.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 268).

Havia uma gama de atitudes que eram obrigatórias para as populações, uma obrigatoriedade pelo curar ou tratar, para além de um direito. Estes são os casos de vacinas e dos exames pré-nupciais, visando muito mais ao bem-estar da coletividade em relação ao indivíduo e que no meio médico e jurídico eram apoiados.

Outra questão elementar que Napoleão Lyrio Teixeira destacou dizia respeito ao consentimento no tratamento médico. Assim, havia alguns casos em que os profissionais da Medicina não deveriam agir. O primeiro caso tratava das experiências em seres humanos.<sup>379</sup> O segundo caso eram as operações condenáveis em cirurgia plástica. O terceiro caso era relativo ao aborto criminoso, praticado embora com o consentimento da gestante.

E, por fim, remontava-se às práticas anticoncepcionais, que não obedeciam à finalidade rigorosamente terapêutica ou estritamente profilática de doenças graves. Em relação a esse caso, Teixeira evidencia que eram práticas anticoncepcionais condenáveis “(...) as que tivessem por razão única comodismo, motivos estéticos, econômicos. Estes acrescenta[va-se] os eugênicos e os visando à profilaxia do crime. Pouco importando o consentimento do paciente, pois.” (TEIXEIRA, 1948, p. 39). Ou seja, tanto na perspectiva eugênica, de esterilizar o degenerado a fim de que não reproduza, quanto na interpretação criminológica, na questão da profilaxia do crime através da esterilização, Teixeira reprovava as utilizações.

Por outro lado, falou de casos de boa finalidade, a do tipo terapêutica, quando indicadas e realizadas por médico. As possibilidades profiláticas deveriam ser utilizadas visando evitar um mal maior. E nesse caso deve-se salvaguardar a vida humana. Napoleão utiliza os escritos de Flávio Fávero para falar dos métodos definitivos de anticoncepcionais, e para os homens citou a vasectomia, ablação testicular, aplicações de rádio ou Raio X (esterilização actínica). Enquanto que para as mulheres exemplificou a “esterilização vaginal, esterilização uterina (seccções ou cauterizações dos óstios tubários), esterilização tubária (ligadura, ligadura e ressecção, etc, das trompas), esterilização

---

<sup>379</sup> A questão das experiências em seres humanos foram discutidas na tese *Do Direito de Tratar* (1948), mas também foram abordados também em *Experimentos "in anima nobili"?*, publicado em jornal carioca *Diário de Notícias* (24/04/1949, p. 1) onde discutiu o uso médico da cannabis, em *Experiência médica no homem vivo?*, na *Revista Psiquiátrica* (1952), em *Experiências Médicas Criminosas na Criatura Humana*, na *Revista Themis* (1958). Os dois últimos são textos iguais publicados sob títulos diferentes, um ao público universitário médico e o outro ao jurídico.

ovariana (aplicação de rádio ou Raios X sobre a região ovariana, etc)”. (TEIXEIRA, 1948, p. 39-40).<sup>380</sup>

Em 26 de junho de 1958, o jornal *Diário do Paraná* propagandeava o sétimo número da revista *Themis, órgão do Centro Acadêmico Hugo Simas*. Dentre os textos encontrava-se um de autoria de Napoleão Lyrio Teixeira, intitulado *Experiências Médicas Criminosas na Criatura Humana*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/06/1958, p. 5). Focado ao público universitário de juristas, Teixeira assina o texto como professor Catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito. Este era um texto crítico em relação às passagens da Medicina em tempos de estados totalitários, mas trazia à tona outros casos de experimentos médicos, contrapondo com a deontologia profissional e ética médica. A crítica foi montada a partir da leitura do livro *Doctors of infamy: The Story of the Nazi Medical Crimes* (1947), uma tradução da obra alemã de autoria de Alexander Mitschelich e Fred Mielk, respectivamente Chefe e Membro da Comissão Médica Alemã do Tribunal Militar de Nuremberg. (HEIDELBERG, 1947). O livro discutiu a respeito dos “crimes levados a efeito nos campos de concentração, por vinte e um médicos, em prisioneiros civis.” (TEIXEIRA, 1958, p. 20).<sup>381</sup>

Com base naquele texto, Napoleão Lyrio Teixeira relatou que as cobaias humanas foram submetidas a suplícios que “só mesmo a mentalidade de sádicos, perversos, poderia conceber sob falso pretexto científico”. Dois pontos relevantes da fala são a concretização do ato de afirmar que ocorreram sob pretextos pseudocientíficos, mas também o uso de argumentos advindos da Psiquiatria, apontando os autores dos crimes como possuidores transtornos e síndromes psicológicas. Em sua narrativa, evidenciou os crimes:

colocavam as infelizes criaturas em câmaras cuja pressão era rarefeita ao extremo, ou então, cuja temperatura era levada a limites incompatíveis com a vida; casos houve em que seu corpo era posto em contacto, por tempo mais ou menos longo, com gelo; fôram obrigados ao uso exclusivo da água salgada; inoculadas com tifo exantemático para verificação do efeito de drogas cuja toxicidade era desconhecida ainda; nelas foi igualmente, “estudada” a icterícia infecciosa. Em algumas, feridas provocadas fôram, deliberadamente infectadas com germes piógenos e bacilos do tétano, para a observação da eficácia de

<sup>380</sup> Algumas das modalidades anticoncepcionais poderiam, conforme Teixeira, ocasionar “modificações nos caracteres sexuais secundários e outras como alterações da libido e de distúrbios mais ou menos graves do psiquismo.” (TEIXEIRA, 1948, p. 40).

<sup>381</sup> Dos 23 médicos considerados criminosos de guerra, estavam os drs: Karl Brandt, Siegfried Handloser, Paul Rostock, Oskar Schroder, Karl Genzken, Karl Gebhardt, Kurt Blome, Joachim Mrugowsky, Rudolf Brandt, Helmut Poppendick, Wolfram Sievers, Gerhard Rose, Siegfried Ruff, Victor Brack, Hans Wolfgang Romberg, Hermann Becker-Freysing, Georg August Wetz, Konrad Schafer, Waldemar Hoven, Wilhelm Beilbock, Adolf Pokorny, Herta Oberheuser, Fritz Fischer. (MITSCHELICH, MIELK, 1949, p. 1-2-3). O texto está disponível em: [https://ia800603.us.archive.org/2/items/MitscherlichDrs/Mitscherlich\\_drs.pdf](https://ia800603.us.archive.org/2/items/MitscherlichDrs/Mitscherlich_drs.pdf) Acesso em: 04 jun. 2020.

agentes medicamentosos. Em outras, osso fôram, violentamente, fraturados, em pontos vários, a fim de poder ser acompanhada, aos raios X, a marcha da consolidação; fôram, por igual, feitos in vivo, sempre experimentalmente, transplantações de tecidos de uma outra pessoa, enxertos musculares e nervosos, estudos sôbre lesões provocadas pelo gaz de mostarda e experimento os mais variados sôbre inseminação artificial. (TEIXEIRA, 1958, p. 17-18).

Analisando o livro *Doctors of infamy*, percebemos que Napoleão Lyrio Teixeira citou caso por caso analisado pelos autores, membros da Comissão Médica Alemã do Tribunal Militar de Nuremberg. Citou também alguns casos de perseguições por parte dos médicos nazistas e do regime.

Judeus eram, e, a seguir, sacrificados, suas cabeças remetidas a laboratórios especializados, para, estudo dos respectivos crâneos e cérebros. Isso sem falar na prática criminosa da eutanásia (sob alegativa eugênica ou “terapêutica”), em polonêses, russos, judeus, ciganos; milhões fôram assim sacrificados nas câmara de gaz ou de outras formas. Em todos os casos os cadáveres das vítimas iam servir de estudo, para controle das observações dêsses médicos psicopatas. (TEIXEIRA, 1958, p. 18).

Apesar de citar os poloneses, russos, judeus e ciganos, conforme no livro, Napoleão Lyrio Teixeira não especifica, por exemplo, a questão do plano de extermínio das declaradas raças inferiores, que faz parte da abordagem da Comissão, e de como a eutanásia significava o especial tratamento de grupos raciais e pacientes considerados indesejáveis. Em outro momento, no texto acerca do complexo de inferioridade, Teixeira (1960) chegou a citar os casos do *Duce* e do *Fuhrer*, em que utilizou uma explicação advinda da escola de Psicologia Individual de Adler:

Falta-nos perspectiva histórica para julgar ao Duce e ao Führer. Os eventos estão ainda perto de nós, para uma perfeita apreciação. Escreve-se tanta coisa sôbre Hitler! Diz-se, por exemplo, que o “braço erguido”, imposto a milhões, a título de saudação, serviria de “gesto compensador” à falta de ereção - impotente sexual que era; dêle ainda, conta-se que a circunstância de ter tido recusado um quadro, com que pretendeu concorrer à Galeria de Munich, em 1919, por uma comissão de cinco membros - três dos quais judeus - fê-lo voltar a pintar paredes (seu ofício), mas fêz dêle, também, o feroz anti-semite que conhecemos. (TEIXEIRA, 1960).

Citou ainda que certos povos que se jactam ou se orgulham de pertencer a uma “raça superior” eram características próprias da compensação protetora, ocorrida em face a uma debilidade própria, secreta, reconhecida e inconfessada. Nesse sentido, a perversão, o recalque e o sadismo eram tipos de compensação advindos do complexo de inferioridade, que, quando transformados em complexo de superioridade, tornavam-se patológicos. (TEIXEIRA, 1960, p. 88).

Após essa nem tão longa análise dos casos de experiências médicas em humanos, dispostas no livro a respeito dos médicos nazistas, utilizou exemplos de médicos brasileiros – um conhecido médico paulista e outro do Rio – que fizeram experimentos com maconha em alguns pacientes. Esse assunto foi melhor tratado em 1949, no texto *Experimentos “in anima nobili”?*, publicado no jornal carioca *Diário de Notícias*. O texto inicia com a conceitualização do que era a maconha ou diamba no fumo-de-angola, como era conhecida a *cannabis sativa*, usada, segundo Teixeira (1949), entre os brasileiros, “por inúmeros viciados no nordeste e em não poucos centros do resto do país.” Apresentou os efeitos conhecidos da planta quando fumada, como: embriaguez com delírio agradável e sensação de bem-estar; sono mais ou menos profundo, acompanhado de sonhos eróticos, podendo seguir-se violenta agitação ou pesado torpor. No entanto, Napoleão Lyrio Teixeira infere que poderia caracterizar esses efeitos como distúrbios, analisando sob o fator genotípico (constitucional), o fator citotípico e do fator paratípico (ambiental e social), ou no como causa no desinibir de reações patoplásticas. A discussão que Napoleão quer trazer à tona não estava no argumento de ser contra o uso da maconha, pelo que considerava os danosos efeitos causados, mas o consentimento no tratamento médico.

Por um lado, no caso do médico paulista, que criticava o que se tinha como certo sobre efeitos do uso, chegou à conclusão, por meio de acurado estudo, que tudo aquilo não era verdade. Por outro lado, no caso do médico carioca, também não nomeado, mas um docente da Faculdade Nacional de Medicina, estudioso do problema das toxicomanias, rebateu ponto a ponto as afirmativas do médico paulista, declarando haver constatado, nos seus observados, perturbações mentais, alucinações e completa estupefação. O médico carioca fez duas experiências com cigarros de maconha e outras ervas, na qual pacientes não estavam inteirados acerca do detalhe. Segundo os dados, os pacientes eram médicos, farmacêuticos, dentistas e funcionários da Assistência a Psicopatas, somando o número de dez indivíduos examinados, e constatados em perfeita sanidade psíquica.

A questão discutida por Napoleão na imprensa carioca era de que os pacientes não estavam a par da situação experimental. Tais experimentos, apontava Teixeira, contrariavam o conhecido postulado de Deontologia Médica, que permitia fazer experiências em animais (*anima villi*) e não em criaturas humanas (*anima nobili*).

Para legitimar sua opinião utilizava de Flamínio Fávero, para quem “(...) mesmo úteis, nem por isso menos ilícitas.. em que pese aos nomes ilustres dos que as levaram a efeito” (FAVERO *apud* TEIXEIRA, 24/04/1949, p. 2). Assim, eram reprováveis as de

caráter puramente experimental; apenas toleráveis as que se realizem com finalidade terapêutica, e isso “visando diretamente ao paciente quando os resultados previsíveis sejam benéficos ou, pelo menos, não prejudiquem.” (FAVERO *apud* TEIXEIRA, 24/04/1949, p. 2). E prossegue que mesmo o indivíduo doente incurável ou condenável à morte a experiência é inválida, e apresenta o caso do dermatologista Albert Neisser, descobridor da causa da gonorreia e co-descobridor da lepra, junto de Hanssen. Albert Neisser era professor de Dermatologia da Universidade de Breslau, e em 1892 injetou sífilis em três crianças saudáveis e três prostitutas para testar a efetividade de uma vacina. A ação que gerou ampla indignação pública, pressionando o Ministério Prussiano de Assuntos Religiosos, Educacionais e Médicos a produzir em 1900 a primeira explícita regulação das experiências em humanos. Conforme Teixeira, Neisser foi condenado pelo Tribunal de Breslau a multa de 1.000 marcos e dois meses de prisão, por haver inoculado pus gonocócicas em doente que acreditava estar em agonia, e que, vindo a restabelecer-se, apresentou blenorragia. Ou seja, seu experimento médico em humanos foi julgado perante um tribunal e condenado.

Cita ainda a questão não ética no uso de tóxicos ou químicos por psicopatologistas forenses na procura pela confissão. Usou Antônio Miguel Leão Bruno, Heitor Carrilho e Miguel Sales como base deontológica para a questão. Comentou acerca da questão deontológica médica no uso do soro-da-verdade (*truth-serum*), criado pelo obstetra Robert E. House.<sup>382</sup> Nesse sentido, colocou-se contra o uso de química psicológica como técnica de confissão.

Temos que pensar o que representou esta crítica diante do campo médico paranaense, que na década de 1940 e 1950 fervilhava nos estudos do campo criminológico, campo esse que Napoleão Lyrio Teixeira mobilizou, nas tentativas da obrigatoriedade da institucionalização da cátedra nas Universidades brasileiras, no evento do Congresso de 1951.

Sem sombra de dúvidas, aqui se encontra uma grande ruptura do pós-1945, causada nos campos médico e jurídico. Oliveira Júnior (2005) se referiu a esse processo do pós-1945 como algo individual a cada campo do conhecimento

---

<sup>382</sup> Robert House, que em 11 de maio de 1922 apresentou o discurso *The use of Scopolamine in Criminology*, na Seção de Medicina Estatal e Higiene Pública da Associação Médica do Estado do Texas em El Paso, em 11 de maio de 1922. Trata-se de uma mistura de uma solução de cloridrato de morfina, a dois por cento, com uma solução de bromidrato de escopolamina, a um por mil, que eram injetados via intramuscular. (TEIXEIRA, 1954, p. 93).

Assim, a intensidade do movimento determinista foi diluindo-se, tanto na tentativa de delimitar o campo de atuação e suas problemáticas - conforme as teorias se tornavam incompatíveis com os resultados -, quanto no confronto com outras áreas, como as Ciências Sociais. Mas não acabou como um todo. Seu enfraquecimento e colapso variaram de acordo com o desenvolvimento dos diversos campos científicos, e no caso da Criminologia ultrapassou em muito este limite cronológico. Não é absurdo afirmar que neste processo de enfraquecimento paulatino e descontínuo, houve espaço para possíveis ressurgimentos dos antigos pressupostos bio-comportamentais com novas roupagens, mais complexas e, pretensiosamente mais científicas. Velhas idéias em novas formas. (OLIVEIRA JUNIOR, 2005, p. 135).

No entanto, as novas roupagens são pensadas nos mínimos detalhes. As críticas advindas das Ciências Sociais, da Antropologia e do culturalismo serviram de ponto de partida para as novas produções, porém, aspectos positivistas foram rearranjados.

Houve, sobretudo, a emergência da UNESCO, basta ver seus efeitos na Primeira Conferência Pan Americana de Criminologia, em 1947, ocorrida sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC-UNESCO) no Rio de Janeiro e em São Paulo. O I Congresso Latino Americano de Criminologia - primeiro evento na América Latina - ocorreu em 1938, em Buenos Aires, momento histórico em que, segundo os Anais do evento de 1948, já refletia a questão ética do uso da ciência.<sup>383</sup> É pertinente referenciar a questão da emergência dos Direitos Humanos e do Direito Internacional, e como tal temática passou a ser central depois do Tribunal Militar de Nuremberg e a partir do Código de Nuremberg, que definiu alguns pontos e limites para as experiências científicas.<sup>384</sup>

---

<sup>383</sup> Em 1938, durante o evento em Buenos Aires, conforme Rosa del Olmo, o problema da periculosidade foi discutido como explicação ao problema do delito. (OLMO, 2004).

<sup>384</sup> Dez pontos foram decididos após o Tribunal de Nuremberg, estabelecidos em Código: 1) O consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial. Isso significa que as pessoas que serão submetidas ao experimento devem ser legalmente capazes de dar consentimento; essas pessoas devem exercer o livre direito de escolha sem qualquer intervenção de elementos de força, fraude, mentira, coação, astúcia ou outra forma de restrição posterior; devem ter conhecimento suficiente do assunto em estudo para tomarem uma decisão. Esse último aspecto exige que sejam explicados às pessoas a natureza, a duração e o propósito do experimento; os métodos segundo os quais será conduzido; as inconveniências e os riscos esperados; os efeitos sobre a saúde ou sobre a pessoa do participante, que eventualmente possam ocorrer, devido à sua participação no experimento. O dever e a responsabilidade de garantir a qualidade do consentimento repousam sobre o pesquisador que inicia ou dirige um experimento ou se compromete nele. São deveres e responsabilidades pessoais que não podem ser delegados a outrem impunemente. 2) O experimento deve ser tal que produza resultados vantajosos para a sociedade, que não possam ser buscados por outros métodos de estudo, mas não podem ser feitos de maneira casuística ou desnecessariamente. 3) O experimento deve ser baseado em resultados de experimentação em animais e no conhecimento da evolução da doença ou outros problemas em estudo; dessa maneira, os resultados já conhecidos justificam a condição do experimento. 4) O experimento deve ser conduzido de maneira a evitar todo sofrimento e danos desnecessários, quer físicos, quer materiais. 5) Não deve ser conduzido qualquer experimento quando existirem razões para acreditar que pode ocorrer morte ou invalidez permanente; exceto, talvez, quando o próprio médico pesquisador se submeter ao experimento. 6) O grau de risco aceitável deve ser limitado pela importância do problema que o pesquisador se propõe a resolver. 7) Devem ser tomados cuidados especiais para proteger o participante do

Além dessas críticas, em 1949, o criminologista Luiz Jimenez Asúa esteve na Universidade do Paraná para apresentar uma conferência que focalizou nos novos aspectos do Direito Penal Internacional, com o título *O Tribunal de Nuremberg e os seus julgamentos*. (O DIA, 24/5/1949, p. 8). Asúa permaneceu aplicando conferências até o dia 10 de junho na capital do Paraná, em que abordou *O Direito de Asilo Diplomático e O Direito Penal e a Liberdade*.

O caso de Napoleão Lyrio Teixeira reflete essa nova onda de discussões. Em 1949, quando publicou, no periódico curitibano *Revista Paniátrica*<sup>385</sup> e no jornal carioca *Diário*

---

experimento de qualquer possibilidade de dano, invalidez ou morte, mesmo que remota. 8) O experimento deve ser conduzido apenas por pessoas cientificamente qualificadas. 9) O participante do experimento deve ter a liberdade de se retirar no decorrer do experimento. 10) O pesquisador deve estar preparado para suspender os procedimentos experimentais em qualquer estágio, se ele tiver motivos razoáveis para acreditar que a continuação do experimento provavelmente causará dano, invalidez ou morte para os participantes. (CÓDIGO DE NUREMBERG)

<sup>385</sup> *Paniátrica*, Órgão Oficial do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, da Faculdade de Medicina do Paraná. Era uma revista acadêmica mensal de Medicina, Odontologia e Farmácia que tinha como Diretor-Redator João Ribeiro Junior, como Redator-Secretário Ylmar A. Corrêa, e como Redator-Científico Hamilton Luiz A. Asevedo. Estes eram os responsáveis pela feitura da revista entre 1938 e 1939. Recebia discursos e orações de paraninfos, artigos originais, conferências, atualidades, observações, transcrições, resumos, homenagens póstumas, intercâmbio de textos e noticiários que traziam cursos, congressos e conferências nacionais e internacionais. Os textos deveriam ser endereçados ao Edifício da Universidade, na Praça Santos Andrade. A revista aceitava assinaturas anuais e cedia espaço para anúncios pagos. A revista se colocava como “porta voz das ideias e das aspirações da mocidade acadêmica de nossa terra” (REVISTA PANIÁTRICA, 1938, p. 4). A missão educadora e o ideal científico eram pontos imprescindíveis do “jornal da mocidade”, como foi chamado o periódico. Aceitava texto acadêmicos mas também colaborações dos professores da Faculdade, ficando sob responsabilidade dos autores as opiniões emitidas. Em seu primeiro número homenagearam Nilo Cairo como Patrono egrégio publicando sua fotografia, além dos professores Victor do Amaral, Dr. Assis Gonçalves e Dr. Petit Carneiro como as três colunas de ouro que davam sustentação a Universidade. Teve homenagem aos professores Dr. Milton de Macedo Munhoz, naquele momento catedrático de Higiene e Secretário da Faculdade de Medicina, e João Candido Ferreira, “cujo nome por si só enche de orgulho a ciência nacional”, foi homenageado por seu jubileu de formatura (cinquenta anos de formado). Nos anos que se seguiram, a revista pode ser caracterizada por uma heterogeneidade na sua equipe editorial. Foi possível perceber uma ruptura na produção de *Paniátrica* durante a primeira metade de 1940. De 1940 a 1945 a revista saiu de circulação, ou ao menos o Acervo Memória da UFPR não possui os exemplares. Em 1946, retornaram as publicações modificando sua capa, e agregando os símbolos de Medicina, Farmácia e Odontologia (bastão de Asclepio) e modificou a estrutura do texto em duas colunas - modo leitura dinâmica. Em 1947, *Paniátrica* passou estampar na capa o prédio histórico da Universidade e sua capa ganhar as cores azul e vermelha, e sua contracapa passou a ter a relação do corpo docente da Faculdade de Medicina em letras vermelhas. No primeiro número de 1947, a Direção da revista esteve nas mãos de Iseu Affonso da Costa e tinha como Redatores Ayrton Alfredo Russo, Carlos Gonzales, Ismar de Oliveira, Reginaldo W. Lopes e Peretz Capehluhnick. Em 1948, no primeiro número trocou-se a equipe editorial, passado a Diretor Claudio Luiz da Silva Braga, Redator-Chefe Egas Penteado Isaque, como Gerente Decio Tavares e como Redator Jairo Correa. No segundo número foi reordenado a Direção, ficando a encargo de Decio Tavares, o Chefe de redação passou para Jairo Corrêa, a gerência ficou com Claudio Luiz Braga e o redator era Egas Penteado Isaque. Em 1949 modificou-se a direção, passando a ter Benedicto Portella como Diretor-Responsável, Fuad Kassab e Jair de Paula Ribeiro como Redatores, e passou a ter um Conselho-Científico formado pelos professores Dr. Orlando de Oliveira Mello e o Dr. Homero de Mello Braga. Após essa mudança, propagandas começaram a figurar, como a da Penicilina, distribuída pelos Laboratórios Raul Leite S. A., ou o aparelho de pressão arterial Jacket, produto suíço distribuído por Comercial Paranaense LTDA. Em 1950, o Diretor Responsável foi Dalmácio Antunes, e os Redatores eram Polan Duszczak, Archibaldo M. Coimbra e Asdrubal Ubiratan, enquanto o Gerente era Pedro Peres Filho. Em 1952 o Diretor Responsável era Pedro Teruel Romero, o Gerente era Pedro Peres Filho, o Tesoureiro era Limirio de Andrade, o Secretário era Oscar Leite

de Notícias, o artigo original *Aconselháveis meios tóxicos para obter a confissão*<sup>386</sup>, no qual, depois de exemplificar os meios de se obter confissão, desde os coercitivos e violentos aos “reveladores de mentira”, das provas psicanalíticas às baseadas em supressão do consciente do declarado, nesse caso hipnotismo e meios tóxicos. Quanto aos coercitivos, citava o livro de um repórter americano, Emanuel H. Levine, que escreveu *The Third Degree: a detailed and appalling exposé of police brutality* (1930)<sup>387</sup>, ou *Terceiro Grau*, conforme acentuou Teixeira, ficou consagrado pela análise do aspecto policial no mundo. (TEIXEIRA, 1949, p. 1).

Publicou também um pequeno texto no qual contrariava as práticas de eutanásia. Estava reverberando em fevereiro de 1950 o caso do Hermann Sander, de Manchester, que levou a cabo a eutanásia ou “morte boa” em sua cliente, de 41 anos, portadora de câncer incurável. Napoleão se portou contra qualquer tipo de eutanásia, assim como qualquer homicídio cometido por compaixão diante do sofrimento alheio, e usando Ferri, afirmou que havia um consenso jurídico dos povos cultos que repugnavam o “direito de matar”. (TEIXEIRA, 19/02/1950, p. 3).

Quanto aos motivos utilizados por Teixeira contra a eutanásia, recorria ao argumento de que o altruísmo por parte do profissional médico inexistia, e caracterizava-o como homicídio médico. Argumentos como incurabilidade, inutilidade, longas agonias e dores intoleráveis não deveriam ser considerados. (TEIXEIRA, 19/02/1950, p. 3). Mesmo quando o assunto estava relacionado ao indivíduo anormal, psicopata - senão louco, pelo menos fronteiro, Teixeira não era favorável, pois

Mostrando haver o problema passado a ser encarado, na órbita da psicopatologia, como tema próprio aos estudos relativos à morbidez ou inferiorização do psiquismo, friza, com finura, Nelson Hungria haver-se o assunto, “de elegante

---

de Barros, e os Redatores eram Pery Tibiriça de Oliveira e Wandery Fanelli. Em 1953, o Diretor Responsável era Said Badui Tannus, o Diretor Redator era Domingos Ciochetti e o Secretário era Luiz Gaetani. Em 1954 passou a estampar o novo prédio do Hospital de Clínicas, e esteve sob a direção de Domingos Ciochetti e como Diretor Redator e Gerência Luiz Gaetani. É significativo perceber a ampla circulação e manutenção que a revista *Paniátrica* vivenciou desde sua criação, 1938. O que se manteve ao longo dos anos foi o Conselho Científico de Homero de Mello Braga e Orlando de Oliveira Mello, o que denota uma mesma supervisão dos andamentos da revista acadêmica, que de mensal passou para trimestral. Foi somente em 1957 que se modificou o Conselho Científico, passando a ter os professores Dr. Atys Quadros da Silva e Dr. Orlando de Oliveira Mello. Nesse ano a Direção ficou a encargo de Hiran Mora Castilho e o Diretor Redator era Wladimir Joacy Luz. No entanto, o Conselho Científico muitas vezes funciona como uma forma de empréstimo de nome e prestígio ao periódico.

<sup>386</sup> O texto foi publicado também no jornal carioca *Diário de Notícias* de 12 de junho de 1949, e podemos dizer que havia uma intenção de atingir diretamente a opinião pública brasileira, e não somente o público universitário médico, como na publicação em *Paniátrica*.

<sup>387</sup> Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b3918443;view=1up;seq=11> Acesso em: 23 nov. 2018.

questão jurídica, reduzida a assunto de psiquiatras.” (TEIXEIRA, 19/02/1950, p. 5).

E assim, os próprios eutanásistas eram diagnosticados, como Garcia Pintos, que caracterizava como lástima eutanásica uma reação que se assemelha ao psiquismo inferior ou “modalidade de hiper-estesia psico-orgânica de ordem puramente neuro-vegetativa”. O padecimento dos outros acarreta-lhes mal-estar, a ação eutanásica visava, assim, infere Teixeira, a parar a tortura causada a ele e não aliviar a dor do outro. Por fim, Teixeira cita Mira y Lopez que, por outro lado, afirmava que a eutanásia era a libertação dos impulsos agressivos, reprimidos, contra a outra pessoa. (O DIA, 19/02/1950, p. 5).

Em fevereiro de 1950, Napoleão Lyrio Teixeira publicou *Face, Crânio e Cérebro - Caráter, Inteligência*<sup>388</sup>, na revista *Paniátrica*. No texto contrariou a noção de que havia ligação entre o grau de inteligência e a maior ou menor extensão frontal. Para Napoleão Lyrio Teixeira, que falava pelo viés da neuropsiquiatra, havia oligofrênicos (e citou “idiotas, imbecis, débeis mentais”) de grande testa, ao passo que muitas criaturas, bem inteligentes, eram relativamente pobres de testa.

O mesmo podia ser dito a respeito do crânio, que, pelo fato de ser grande, não indicava inteligência. Assim, afirmou que não eram “raros os casos em que a idiotia e a imbecilidade coexistem com cabeças anormalmente grandes (macrocefalia, hidrocefalia), podendo, por outro lado, serem encontrados indivíduos normais, donos de crânio pequeno.” (TEIXEIRA, 1950, p. 39). Nessa contenda, era errôneo ainda relacionar “cabeças bem modeladas, harmoniosas” nas criaturas talentosas, e menos brilhantes as de cabeças “desgraciosas, feias, mal feitas”.

Assim, acerca de fisionomistas que eram supostamente capazes de descrever o caráter do indivíduo a partir do rosto ou sua fotografia, relatou que era escasso o valor daquela ciência. Mira y Lopez igualmente ia contra essa interpretação, e a partir de suas observações concluía que entre psicopatas perversos, terríveis homicidas e criminosos sexuais, “tipos de constituição grácil capaz de oferecer certa beleza, por efebismo, nos homens”. Por efebismo, lê-se puberdade. Nesse sentido, Mira y Lopez apresentou, conforme Napoleão Lyrio Teixeira (1950), fotografias de dois “encantadores mancebos, pluri delinquentes e salteadores ianques.” (TEIXEIRA, 1950, p. 40). Napoleão Lyrio Teixeira historicizou o concernente “erro”:

---

<sup>388</sup> Em 1953, o autor publicou o texto intitulado *Face, crânio, tendências e inteligência*, na revista *Vida Médica*, do Rio de Janeiro. Este é um texto que não foi localizado, mas existem chances de ser o mesmo texto com títulos diferentes, como aconteceu com outros textos de sua autoria.

Herança, parece-nos, de Gall - acatado, hoje ainda, pelos discípulos de Comte. Gall acreditava na superioridade intelectual de indivíduos com os atributos acima, nos quais houvesse, ademais, “olhos saltados (yeux-de-boeuf)” e uma “bolsa palpebral (yeux pachotés)” (TEIXEIRA, 1950, p. 40).

Acerca do cérebro, último ponto, Napoleão Lyrio Teixeira evidenciou que, inicialmente, a localização da inteligência era muito discutida, situada no lobo frontal, tal como Broca, ou no lobo parietal, tal como o fisiologista Hedon. Utilizou conhecimentos de Anatomia Comparada para analisar o tamanho dos cérebros de homens em relação aos animais, em proporções entre o peso do cérebro e o peso corporal: 2,8 no homem, 3,5 no rato, 4,4 no sagui, 7,7 no beija-flor. Em relação aos homens, citou “o esquimó, em média, o cérebro maior em relação ao resto do corpo, do que homem de qualquer outra raça.” (TEIXEIRA, 1950, p. 41).

Conforme sua abordagem, os menores cérebros “registrados pela Ciência” pertenciam ao escritor francês Anatole France, que pesava 1.017 gramas, e do político francês Léon Gambetta, que pesava 1.160 gramas. Em relação aos maiores, citou Cromwell, que pesava 2.333 gramas e o de Byron, que pesava 2.338 gramas. No entanto, citando uma pesquisa de Ettinger, relatou que em um idiota, o cérebro pesava 2.996 gramas. Estes eram casos específicos que foram utilizados em estudos anteriores. Para Napoleão Lyrio Teixeira, o peso médio do cérebro em homens era de 1.182 gramas, e na mulher era de 1.092 gramas, não acreditando que o peso aumentava até alcançar os cinquenta anos e depois disso sofria de involução senil.

Acreditou-se durante muito tempo, que a uma inteligência de elite deveria corresponder encéfalo de peso elevado. O exame do encéfalo de grandes homens demonstra não ser isso rigorosamente exato. Si em alguns (Cuvier, com 1.829 gramas, Schulbert, com 1.420 gramas) isso ocorreu, em muitos outros, porém, foi encontrado peso nitidamente inferior à média (...). (TEIXEIRA, 1950, p. 42).

Esse equívoco de que quanto maior peso encefálico maior a inteligência era advindo de Bichat, que, conforme Teixeira (1950), acreditava piamente que inteligências aprimoradas deveriam, forçosamente, corresponder a “cérebros ricamente pregueados, volumosos, pesados. Daí, a seu ver, o “pêso inferior do cérebro feminino”.” (BICHAT *apud* TEIXEIRA, 1950, p. 43). Acerca dessa questão, Napoleão conta que após a morte de Bichat, teve seu cérebro pesado e após exame indicou-se que “si não era rico em circunvoluções, nem tão volumoso assim, era, por outro lado, mais leve que o mais leve cérebro de mulher...”. (TEIXEIRA, 1950, p. 43). Nesse sentido, concluiu o texto *Face, Crânio e Cérebro - Caráter, Inteligência* a partir de Afrânio Peixoto, para quem a

inteligência não era quantidade e sim qualidade, por isso, o intelecto não se pesava, media-se através das exteriorizações, no cenário das atividades humanas. (TEIXEIRA, 1950, p. 143).

Em 11 de maio de 1954, Napoleão Lyrio Teixeira foi responsável pela conferência acerca do *Homicídio Eutanásico*, planejada pelo Partido Acadêmico Progressista<sup>389</sup>; ocorreu no salão nobre da Faculdade de Engenharia e, devido à atualidade do tema, era indicada para o público em geral. (O DIA, 11/05/1954, p. 3). Em setembro de 1954, o mesmo Partido Acadêmico organizou um curso de extensão, e na Medicina Legal, Napoleão ofereceu, entre os dias 20 e 25, um curso com o tema *O Crime e o Criminoso à Luz da Psicanálise*, dedicado exclusivamente aos campos médico e jurídico. (O DIA, 02/09/1954, p. 5).

No ano de 1954, publicou o texto *Psicologia Forense e Psiquiatria Médico-Legal*, uma espécie de livro didático para estudantes de Medicina Legal, de Direito ou de Medicina. Na introdução do texto, exaltava o papel da Psiquiatria citada por Teixeira, como “capaz de ajudar a interpretar certa fauna de delinquentes”, na qual se encontravam os “criminosos-loucos e loucos-criminosos, anormais e “fronteiriços”, psicopatas sexuais, perversos, “tarados”, estupradores, incestuosos, etc”. Estes eram para Napoleão Lyrio Teixeira “espécimes os mais hediondos e díspares, que desfilam numa ciranda macabra, a exibirem mazelas da alma, a desnudarem-se, espiritualmente, à luz da vida.” (TEIXEIRA, 1954a, p. 10).

Em 1954, Napoleão ministrou um curso de Extensão Universitária e podiam se inscrever alunos do curso médico e jurídico. (DIARIO DA TARDE, 19/09/1954, p. 6). Essa circulação nos campos médico e jurídico é significativa para compreender que tipo de público agregava autoridade.

Nesse mesmo ano, publicou na *Revista da Faculdade de Direito-UFPR* o texto *Delinquência de Menores*, no qual apresentava a existência de quatro grupos de fatores para as causas da delinquência. Um deles eram os fatores hereditários, em que se frisavam os “fatores disgenetizantes de relevo”, que eram os mesmos fatores apontados pelos eugenistas desde a década de 1920 até então: alcoolismo, sífilis e a tuberculose. (TEIXEIRA, 1954b, p. 332). Para além dos fatores hereditários, eram citados os fatores pessoais, patológicos e sociais. Em relação aos fatores patológicos como causas da delinquência, Teixeira chamou

---

<sup>389</sup> Grupo político acadêmico de direita que estava na administração do Centro Acadêmico Hugo Simas, do curso de Direito.

atenção à “(...) influência das psicopatias; das psicoses, em comêço, ou já declaradas, nas psicoses compreendidas as oligofrenias: idiotia, imbecilidade e debilidade mental.” (TEIXEIRA, 1954b, p. 333). Se havia uma determinação biológica no fator da delinquência, ela dividia espaço com o fator pessoal, patológico e social.

Fatores hereditários - Alinhem-se, em primeiro lugar, o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose, etc., como fatores disgenetizantes de relêvo. Estudem-se, a seguir, psicoses e psicopatias, toxicomanias, etc., dos ascendentes, capazes de influir sôbre o nascituro e, mais tarde, sôbre a criança, pela educação defeituosa a que pais desse naipe lhe darão. Isso, sem olvidar o pauperismo, as avitaminoses, etc., cujo papel, no caso, é desnecessário encarecer. (TEIXEIRA, 1954b, p. 332).

Teixeira (1954b) apresentou uma classificação para os menores delinquentes de sua autoria, dispondo-a à crítica dos estudiosos. Eram eles: por pauperismo, miséria e fome; por abandono, moral e afetivo; por falhas educativas; por doenças agudas ou crônicas, como sífilis, tuberculose, verminoses, psicoses, psicopatias, etc.; por apresentarem sequelas de determinadas doenças como meningite, e em particular, a encefalite epidêmica, que podia acarretar perversão do caráter; por sentimento de inferioridade, como determinados defeitos, físicos e funcionais como aleijão, deformidade, estrabismo, gagueira. Ainda na contenda, certas inferioridades, orgânicas ou funcionais, como estatura demasiado baixa ou alto em excesso, fealdade acentuada, desarmonias corporais, marcha defeituosa, *déficit* sensoriais, cegueira, surdez, surdez-mudez, que podem gerar no portador um sentimento de inferioridade e o conseqüente desejo de compensação. Assim, poderiam adentrar o crime por esse sentimento, como relatou Abrahamsem, ou, por vezes, por exceso de mimos, como demonstrado por Jiménez Asúa, em *Psicoanálisis Criminal*. (TEIXEIRA, 1954, p. 340).

Napoleão, em *Delinquência de Menores* (1954b), afirmou, por fim, que a assistência ao menor delinquente deveria ser, “antes do mais, pedagógica; depois médica. Mais pedagógica que médica.” No entanto, Teixeira acreditava que ao Estado caberia a assistência social ao jovem. É perceptível uma modificação conceitual, sobretudo no conceito dos “fatores disgenetizantes”, substituindo o conceito de “fatores disgênicos” ou “degeneração”, que passa a ser utilizado dentro do campo jurídico.

No campo jurídico, a Deontologia Médica ocupou espaço dentro da disciplina Medicina Legal. No entanto, buscava não ser apenas um conteúdo estudado, mas uma disciplina autônoma do sexto ano. Conforme o jornal carioca *Meridional*, foi enviado à Câmara o parecer da Universidade do Brasil referente ao projeto de lei n.1386-52, que instituiu o ensino da Deontologia Médica em todas as faculdades do país. Tal notícia denota uma preocupação por parte do campo médico e a sua formação acadêmica deontológica,

que era aplicada dentro de um capítulo da Medicina Legal. No entanto, o parecer foi negado, alegando-se uma sobrecarga de doze disciplinas no sexto ano e seria desnecessária tal medida. (O DIA, 29/07/1953, p. 3).

#### 4.6 Da luta pela Cátedra de Criminologia

A trajetória de Napoleão Lyrio Teixeira se coloca como uma chave para o entendimento de como os biodeterminismos se reconfiguraram no pós-1945. Sua atuação na Faculdade de Direito e na Faculdade de Medicina é significativa para compreendermos as teorias estudadas nas disciplinas ministradas, e ainda abre caminho a outras produções de discentes das faculdades, além de novas teorias que se formaram na década de 1940 e foram reapropriadas na década de 1950, com discussões referentes a bibliografias nacionais e internacionais.

Em 1951, *O Dia* anunciou a vinda para Curitiba de Leonídio Ribeiro, então professor de Medicina Legal na Universidade do Brasil, na Faculdade de Medicina e Direito, mas também da Faculdade Fluminense de Medicina. Leonídio Ribeiro iria palestrar a respeito de dois assuntos diante da Faculdade de Medicina da UP e da Associação Médica: *Dactiloscopia Clínicas* e *A vida e a obra de Afrânio Peixoto*. (O DIA, 09/05/1951, p. 5). No dia 13 de maio de 1951, o jornal acusava que a primeira palestra ocorreu no Salão Nobre da Universidade do Paraná, enquanto a segunda ocorreu no Clube Curitibano, patrocinado pelo Centro de Letras do Paraná. (O DIA, 13/05/1951, p. 3). Leonídio havia alcançado, na década de 1950, o espaço de reconhecível autoridade no campo da Medicina Legal, da Psiquiatria e da Criminologia.<sup>390</sup> Sua visita à Universidade do Paraná tratava-se de uma expansão nas pesquisas no campo da Criminologia.

Evidenciamos ainda uma publicação de Napoleão Lyrio Teixeira, na *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, no ano de 1951. Intitulada *Da Necessidade de Incluir-se a Cadeira de Criminologia no Curso de Bacharelado*, Teixeira evidenciou durante o Congresso Jurídico na mesma instituição da revista que a Cadeira de Criminologia deveria

---

<sup>390</sup> Após concursar como docente de Medicina Legal na Universidade do Brasil, de 1931 a 1943, foi Diretor do Instituto de Identificação da Polícia do Distrito Federal. Fundou e dirigiu o Laboratório de Biologia Infantil do Juízo de menores do Distrito Federal. Delegado oficial de diversos congressos envolvendo a Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia, sendo delegado brasileiro no I Congresso Latino Americano de Criminologia (1938), em Buenos Aires, secretário Geral da I Conferência Pan-Americana de Criminologia (1947), no Brasil, e foi escolhido como delegado brasileiro pelo Comitê do II Congresso Internacional de Criminologia (1950), que se reuniu em Paris. (O DIA, 13/05/1951, p. 3) Era, nesse momento, uma autoridade indiscutível dentro do campo da Criminologia brasileira, era um cânone.

fazer parte do currículo, pois era uma “ciência com suficiente autonomia e fisionomia técnicas”, trazendo implícitas na sua denominação a definição e a finalidade. Dentre essas estava o estudo do delito e do delinquente, sendo o primeiro “em seu aspecto jurídico e social”, o segundo, em seu “aspecto médico e biológico.” (TEIXEIRA, 1951, p. 497 *apud* ROJAS, Névio). O curso ainda seria aplicado no quinto ano da faculdade, e dividido em parte teórica e prática, visitando “frenocômios, penitenciárias, escolas de reformas de menores, etc”. (TEIXEIRA, 1951, p. 498). Na ocasião, o texto foi relatado e dado um parecer por Plauto D’Azevedo, que considerou o assunto de suma relevância e foi aprovado por todos os senhores congressistas.

Napoleão Lyrio Teixeira foi ainda homenageado pela turma de bacharelados de Direito de 1958, conforme apontou o jornal curitibano o *Diário da Tarde*. (DIÁRIO DA TARDE, 20/12/1958, p. 1). Consideramos essas homenagens como rito de consagração, conforme apontou Bourdieu (1998), envolvendo relação de conhecimento e reconhecimento de sua autoridade científica perante os pares. É, portanto, uma forma de delimitar os espaços ocupados dentro do campo científico.

Em 22 de julho de 1959, o jornal curitibano *Diário do Paraná* anunciou a autorização do presidente da República para que Napoleão Lyrio Teixeira, catedrático da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, se ausentasse do país durante seis meses, a fim de iniciar estudos de especialização no Instituto de Criminologia da Faculdade de Direito de Paris. (DIÁRIO DA TARDE, 22/07/1959, p. 8).

Além de Napoleão Lyrio Teixeira, o catedrático de Direito Penal, Laertes de Macedo Munhoz, se dedicou a discorrer acerca da Criminologia na década de 1950. É perceptível que trabalhou com a questão da aplicação da pena, do estudo da personalidade do delinquente e da Criminologia em relação ao Direito Penal. No texto *Alguns Aspectos da individualização da pena*, Laertes Munhoz (1958) relatou que a Constituição Federal de 1946, no Capítulo dos direitos e garantias individuais o princípio da individualização da pena, determinou que a lei penal regularava a individualização da pena, conforme o art. 141, § 29.

Antes do advento da Constituição democrática de 1946, coube ao Código Penal de 1940 dar rumos para a aplicação da pena, que levava em conta os antecedentes, personalidade, intensidade do dolo, grau de culpa, circunstâncias e consequência do crime. A individualização da pena trouxe a tona, conforme Laertes Munhoz, o problema do livre

arbítrio do juiz. (MUNHOZ, 1958, p. 230). No entanto, os princípios democráticos partiam de dois princípios: o direito e a garantia individual e a emanção do arbítrio do Juiz. Assim, a partir da Constituição de 1946, devia-se resguardar a santidade dos direitos individuais e os interesses da defesa social. Para Laertes Munhoz, a individualização não poderia ser feita a princípio, pela lei. Somente o contato judiciário poderia “conhecer os desiguais para tratá-los num plano de igualdade.” (p. 230). Assim, fixava-se a quantidade da pena, e partia para a individualização administrativa, fase que culminava no processo de conhecimento da personalidade do delinquente. (MUNHOZ, 1958, p. 231).

Seguindo Jimenez de Asúa, catedrático da Faculdade de Medicina de Madrid, para solucionar o conflito entre a defesa social e os direitos individuais e salvaguardá-los, era necessária uma "formação de juízes responsáveis, bem retribuídos, independentes e com bastante preparação especializada não só em Direito, senão também em Criminologia, mais nesta, talvez, do que naquele", pois que, para Asúa, relatou Laertes Munhoz, a Criminologia era uma ciência que acabaria "absorvendo o Direito Penal. (p. 232). Assim, era de relevância aos juízes o conhecimento da Criminologia, mesmo possuindo ou não *status* de ciência.

Para Laertes Munhoz, não bastava ao juiz ler o Código, era necessário penetrar nas ciências penais, dentre as quais a Criminologia, “como entidade científica autônoma ou não, mesmo como pré ciência ou pseudo ciência”, que domine a Antropologia Criminal, a Biologia Criminal e a Psicologia Criminal. Citou ainda um outro atributo exigido ao juiz, um sentimento cristão de humanidade aliado a um espírito cívico aprimorado. (MUNHOZ, 1958, p. 232). Se essas questões não fossem dominadas pelo juiz, a individualização seria em vão, servindo apenas à tirania quando analisada somente sob o ponto de vista do histórico de antecedentes criminais. Assim, o estudo da personalidade do indivíduo era o ponto mais sério da individualização da pena. Essa ideia do penalista que deveria conhecer o fato bio- sociológico era identificada com o positivismo criminológico. Esta interdisciplinaridade foi questionada pelos tecnicistas.

Utilizou do psicólogo criminal Frei Agostinho Gemelli, para quem o estudo da personalidade necessitava fazer a “clínica do delito” ou a “genesipsicologia do delito”, que era a reconstrução do processo em que alguém chegou a uma ação criminosa. Gemelli<sup>391</sup>,

---

<sup>391</sup> Acerca de Gemelli, no texto *Agostino Gemelli and the Lantin Eugenics Movement*, de Aaron Gillette, relatou que ele foi um intelectual católico e proeminente líder do movimento eugênico latino na Europa. Pregou o encorajamento do comportamento moral para melhorar a saúde genética, a batalha contra a

em *La Personalità del Delinquente Nei Suoi Fondamenti Biologici e Psicologici*, citou um critério tríplice: o somático, o psicofisiológico e o psíquico. No exame biológico, o tributo hereditário, as causas patológicas que possam ter influído durante a vida intrauterina e durante o parto, e doenças progressas. No exame psicofisiológico, deve-se recolher dados só da acuidade sensorial, deficiência ou anomalia, a reação da vida afetiva e a determinação do seus correlativos psicológicos. No exame psicológico, o estudo da atenção, da percepção, vínculos associativos, estados afetivos. Com todos estes dados no prontuário clínico, inferiu Munhoz (1958), poderia se chegar ao diagnóstico da personalidade.

Segundo o *Relatório das atividades do Curso de Direito* do ano de 1961, produzido por Ildefonso Marques, o nome Napoleão Lyrio Teixeira constava como professor da disciplina de Criminologia, aplicada à turma do 2º ano do Curso de Doutorado. (MARQUES, 1961, p. 202). Das disciplinas ofertadas no Doutorado de Direito constavam Direito Público Comparado, Direito Privado Comparado e Direito Penal e Criminologia. O Doutorado era noturno, iniciando em maio, contemplando as três disciplinas citadas anteriormente, com aulas três vezes por semana, com quinze conferências para cada curso. Os bacharéis precisavam apresentar uma monografia especializada para apreciação, havendo defesa da tese perante banca de professores da Faculdade. Em 1962, a disciplina de Direito Penal e Criminologia foi iniciada por Laertes Munhoz, que proferiu três palestras: Sociologia Criminal, Direito Penal Internacional, Antropologia Criminal. (DIARIO DO PARANÁ, 15/04/1962, p. 8).

Vale relatar que a Penitenciária Central do Estado do Paraná, em 1961, era considerada, conforme o jornal *O Dia*, um estabelecimento penal modelo, junto com a Penitenciária das Neves, em Minas Gerais. (O DIA, 19/05/1961, p. 4). A penitenciária modelo recebia até mesmo visitas dos universitários do Estado, como ocorreu em 1961, quando o prof. Carlos L. de Andrade, assistente de Medicina Legal, levou a turma de Direito a uma visita à estrutura do local e foram recepcionados por José Gradowski, diretor da instituição penal. (O DIA, 19/05/1961, p. 4).

#### **4.7 Das restrições aos elementos disgênicos na década de 1950**

---

imoralidade e os maus costumes. Foi parceiro de Corrado Gini no movimento, e quando da criação da Sociedade Italiana de Genética e Eugenia, Gini foi o presidente, e Gemelli o vice-presidente.

A questão restritiva em relação à entrada de estrangeiros foi motivo de diversas discussões no meio intelectual brasileiro. Várias questões pesavam nessas disputas pela nacionalidade, restrição e seleção, que poderiam ser visualizada por diversos vieses. Dentre as formas, podemos citar a seleção de tipo moral (criminosos, amoraís), da seleção política (ideologias exóticas), da seleção intelectual (cientistas, analfabetos, se conhece a língua do país), da seleção profissional (artífices, especialização profissional), da seleção social (problemas racistas, condições de vida, estado civil, sexo, idade), da seleção econômica (grau de recursos, família numerosa), da seleção somatopsíquica (exames médicos do biótipo individual). Dedicamo-nos, sobretudo, pela forma como foi abordado o aspecto médico psiquiátrico da restrição em Napoleão Lyrio Teixeira.

Em 6 de agosto de 1950, Teixeira publicou, no *Diário de Notícias*, o texto em que se perguntava se estaria o Brasil importando doentes mentais. Utilizava a designação *doentes mentais*, conforme apontou, no sentido lato (largo e irrestrito), não no ortodoxo. Teixeira apresentava dados referentes à entrada como imigrantes depois das últimas guerras, e São Paulo apresentava valores de 22%, enquanto o Rio de Janeiro apresentou 20%. No Paraná, afirmava que dentre os elementos alienígenas - alinhando-se o polonês, o russo, o ucraniano, o japonês, o alemão e o israelita - que juntos somavam cifras semelhantes às de São Paulo, chegando a 22%. No que tange à questão de ordem racial, relatava que de modo algum poderiam influir nas apreciações. Eram, portanto, de ordem psiquiátrica. No entanto, Napoleão recordou que as doenças mentais eram peculiares quase a determinadas raças, e citou os exemplos da

Idiotia amaurótica, de Tay-Sachs - enfermidade degenerativa do tipo familiar sobrevivida, geralmente, nos primeiros meses de vida, caracterizada por cegueira, paralisias dos membros, detenção e parada do psiquismo, etc., observada em crianças oriundas de casamentos consanguíneos, transmissível por herança do tipo recessivo - privativa, praticamente, da raça judaica; e mais, a predileção, digamos assim, da esquizofrenia pelos nipônicos; a incidência maior, assinalada por alguns estudiosos, das neuroses e psicose nos eslavos. (TEIXEIRA, 06/08/1950, p. 1).

Napoleão Lyrio Teixeira levava em conta ainda a teoria mendelista, quando citou a herança do tipo recessivo, além de demonstrar as incidências maiores de doenças psicológicas em diversas etnias. Outro fator apontado por Teixeira foi a ação devastadora das guerras, citando a Primeira, Segunda e a Terceira Guerra Mundial - que estava, segundo Teixeira, corrente. Nesse sentido, preocupava-se com os traumas causados pela guerra e com os psiquismos arrasados que imigravam ao Brasil no pós Segunda Guerra Mundial.

Diante desses argumentos, era necessário interferir na importação de crescente número de doentes mentais, rever a situação da não seleção mental do candidato à imigração. Assim, interrogou três questões ao público: se existia essa seleção, se havia psiquiatras nesse serviço, e quais eram os psiquiatras que estavam trabalhando nessa seleção.

A respeito das produções referentes ao assunto, assinalou o nome de Hélio Gomes, que apontou esses problemas relativos à Medicina Social. No entanto, tomava de empréstimo as conclusões de Antônio Xavier de Oliveira<sup>392</sup>, que, no I Congresso Inter-Americano de Medicina (1946), apresentou a tese *Da Profilaxia psico-social da imigração para o continente americano*.<sup>393</sup> Napoleão Lyrio Teixeira esteve presente nesse congresso, e conforme o *Diario do Paraná*, o neuropsiquiatra levaria tese a ser discutida acerca do assunto de sua especialidade. (DIARIO DO PARANÁ, 11/09/1946, p. 2). Provavelmente era um texto aproximado a essa fala efetuada em 1950.

Há ainda possibilidade de sua tese ter versado a respeito da Medicina psicossomática, pois, em 18 de outubro de 1946, Napoleão Lyrio Teixeira iniciou um ciclo de comunicações na Associação Médica do Paraná, intitulado *Medicina Psicossomática*. A primeira conferência foi subordinada ao tema *Moderna psicossomática do indivíduo humano. Anamnese psicossomática*. (DIARIO DO PARANÁ, 18/10/1946, p. 2). Em 22 de novembro de 1946, apresentou *Importância do componente psicológico em patologia digestiva, cardio-circulatória, respiratória, etc. Normas terapêuticas* (DIARIO DO PARANÁ, 12/11/1946, p. 3). As duas palestras podem ter acontecido no sentido de Napoleão Lyrio Teixeira interpor sobre os acontecimentos no Congresso Inter-americano, e palestrar sua tese diante dos pares da Associação Médica do Paraná. Nessa gestão, foi presidente da Associação o médico Homero de Mello Braga.

A defesa do argumento a respeito do psicossomático efetuada por Napoleão Lyrio Teixeira teria sua aplicabilidade direta na Criminologia, com a questão da anamnese psicossomática, onde não só na matéria se deveria procurar a causa da doença, mas também

---

<sup>392</sup> Antônio Xavier de Oliveira (1892-1953), nascido em Juazeiro do Norte (CE). Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em Psiquiatria. Durante a Constituinte, ao lado de Miguel Couto, defendeu a proibição da entrada de imigrantes japoneses. O texto de Antônio Xavier de Oliveira foi publicado na *Revista de Imigração e Colonização*, no número de dezembro de 1946. Em 1948, publicou na mesma revista o texto *Da incidência das Psicoses nos Estrangeiros no Brasil*.

<sup>393</sup> Provavelmente apresentou o texto na seção das *Políticas migratórias continental no aspecto médico e racial*. (A NOITE, 04/06/1946, p. 3). Este Congresso ficou famoso conhecido pela presença do Sir Alexander Fleming, que descobriu a penicilina. (A NOITE, 12/06/1946, p. 9.) Ocorreu na Academia Nacional de Medicina, entre 7 e 15 de setembro de 1946, contando com o apoio financeiro do Governo do general Eurico Dutra e do Ministro da Educação e Saúde, por meio de Ernesto de Souza Campos.

do crime. As interpretações a respeito do complexo de inferioridade também se fizeram presentes nas interpretações psicológicas do detento. Assim, nos prontuários, passaram a haver, além dos dados craniométricos e biométrico, dactiloscopia, odontoscopia, exame biotipológico, anamnese criminológica (incluindo, A.M.H. - anamnese mórbida hereditária, A.M.P. - anamnese mórbida progressiva e H.C.A. - histórico do crime pelo autor), história do crime (pelos autos), mas também o perfil psicológico.

No texto de Napoleão Lyrio Teixeira (1950), comentou que na tese de Antônio Xavier de Oliveira, além da lei brasileira de 1921, que prescrevia a entrada de doentes mentais, deveriam ser acrescentados mais três tópicos. E nesse momento, os três tópicos eram proposições de Teixeira (1950). Dentre eles estavam não haver, na prole do imigrante, filhos doentes nervosos ou mentais ou simplesmente com taras evidentes, nervosas ou psíquicas.

Não serem, êstes e aquêle, portadores de sífilis, verificada por competentes exames complementares no sangue e, quando preciso, no líquor céfalo-raqueano. Não serem, uns e outros, alcoolistas (no sentido psiquiátrico da palavra), nem portadores de toxicomanias. (TEIXEIRA, 06/08/1950, p. 1).

Esses eram os três tópicos acrescentados, que deveriam ser seguidos na risca da lei, mesmo o país não possuindo o costume de fazê-la. Esta foi uma reclamação efetuada por Napoleão Lyrio Teixeira, que como psiquiatra militante visualizava:

o aumento da frequência de neuróticos, psiconeuróticos, psicopatas e psicóticos, de procedência estrangeira, de nomes arvesados, de recente chegada, aqui vindos para fazer a América, para nos “civilizarem” (ou “sifilizarem”?) legítimos destroços humanos arrastados pela enxurrada bélica que lhes varre, ciclicamente, as pátrias. (TEIXEIRA, 06/08/1950, p. 1).

O mundo pós Segunda Guerra Mundial trazia consigo o medo causado pelos traumas físicos e psicológicos ocasionados pela violência. E, nesse sentido, Teixeira, durante os anos em que permaneceu em Curitiba, sempre manteve consultório particular, em que fazia atendimentos psiquiátricos. Os doentes mentais, em sentido lato, conforme afirmava no início do texto, tinham, na perspectiva de Teixeira, como características traços psicológicos patológicos. Mesmo não citando de onde eram retirados os dados percentuais dos doentes mentais que aportavam no Estado, Teixeira vislumbra um valor semelhante a São Paulo, que era relativamente alto. Assim, interrogamos se os dados eram advindos de suas pesquisas e há indícios de que eram de suas observações e dados das entradas em hospitais. Mas encontramos evidências de que Napoleão Lyrio Teixeira utilizava, para além dessas, outro texto do médico Antonio Xavier de Oliveira, intitulado *Da incidência das*

*Psicoses nos Estrangeiros no Brasil* (1948), no qual argumentava que a “Eugenia - dever-se-ia escrever aqui, com mais acerto - Eugenia Mental - é uma ciência, hoje, inteiramente, ligada à Imigração.” (OLIVEIRA, 1948, p. 11). Conforme apurou, a falta de aplicação da Eugenia mental por meio da seleção individual era responsável pelas cifras de 12 a 22% de estrangeiros insanos nos hospitais brasileiros. (OLIVEIRA, 1948, p. 11). Nos dados que Oliveira apresentava em 1948, o Paraná era o estado com mais porcentagem de psicopatas hospitalizados entre imigrantes estrangeiros, com 18,14%.

Assim, Napoleão Lyrio Teixeira, em tom de decepção com a política pública, declarou:

Elementos que, ao invés, de nos propiciarem aconselhados aportes genotípicos, ou seja, sangue novo e bom, trazem, nos - isso, sim! - indesejáveis cargas de taras e mazelas, constituindo-se, pois, em sérios elementos disgenetizantes - e são essas coisas que infelizmente temos já de sobra por aqui... (TEIXEIRA, 06/08/1950, p. 1).

A fala de Napoleão Lyrio Teixeira traz ainda a questão da ideia do sangue bom, que mais tarde foi desconstruída pelos geneticistas como não responsável pelo processo hereditário. Percebemos ainda o viés racista, no qual o conceito de biodeterminismo se liga a um racismo biológico, que evidencia superioridade de alguns tipos físicos em relação a outros. Podemos discutir esse aspecto com mais veemência, por exemplo, em que medida o texto *Genética, Eugenia e Imigração* (1946), de Homero de Mello Braga, não foi tão racista quanto as políticas restritivas da imigração no governo Vargas. Braga (1946; 1949) foi favorável à restrição da entrada de certos tipos humanos no país. Em *O Melhor Imigrante*, Braga (1949) evidenciou a necessidade da incorporação do imigrante à família brasileira, no entanto dizia que trariam suas taras, deficiências e seus defeitos hereditários. A preocupação do médico Homero de Mello Braga, nesse sentido, é também racista em termos biológicos, pois afirma que a debilidade mental era transmissível aos descendentes, da mesma forma que a delinquência. Nesse argumento propositalmente a delinquência não estava aliada somente ao ambiente de má educação, era hereditária também, conforme suas afirmativas. O mesmo pode ser evidenciado em Napoleão Lyrio Teixeira, em *Estará o Brasil “importando” doentes mentais?* (1950).

Tanto em Napoleão Lyrio Teixeira, em *Estará o Brasil “importando” doentes mentais?* (1950), quanto em Homero de Mello Braga, em *O Melhor Imigrante* (1949), não havia o problema das nacionalidades, ou da escolha de uma raça em detrimento da outra. Em relação à nacionalidade, projetavam a nação miscigenada, no entanto, os problemas

estritamente hereditários dos imigrantes foram evidenciados. Seus discursos estavam, de certa forma, em consonância, tanto na questão científica universitária quanto na questão científica associativista.

Em maio de 1953, no *Diário de Notícias*, Teixeira publicou o texto *Os sírios e os libaneses*, na qual fez uma ressalva às palavras de Gilberto Freyre que, em publicação no jornal *O Cruzeiro*, abordou o tema *Ainda sobre os preconceitos de raça*. No texto, enfatizou que se o preconceito racial estava se desenvolvendo no país, era em decorrência da substituição do imigrante exogâmico - português, italiano, espanhol - por imigrantes endogâmicos - dentre eles, o israelita, que só se casava com israelita

Para Gilberto Freyre, o israelita tinha horror canônico ao casamento com pessoa de outra raça. Dentre os imigrantes endogâmicos apontados por Freyre estavam também o nórdico, o sírio e o japonês, que constituíam, no Brasil, rígidas pequenas sírias ou sólidas pequenos japões. (FREIRE *apud* TEIXEIRA, 10/05/1953, p. 1).

Foi a partir dessas afirmações de Gilberto Freyre que Napoleão Lyrio Teixeira saiu em defesa dos sírios. No entanto, concordou com Freyre no que dizia respeito às outras nacionalidades. Esse é mais um ponto paradoxal em Teixeira.

Nada temos a objetar quanto que afirma respeito ao israelita - sem dúvida alguma, o mais racista dos racistas - a alguns povos nórdicos e o japonês, que se enclausuraram no mais fechado dos círculos para se casarem. Nada temos a objetar quanto ao que diz do italiano, do espanhol e do português, imigrantes de primeira, êste em particular, por sua fácil miscibilidade ao elemento nativo. (TEIXEIRA, 10/05/1953, p. 1).

Havia preferências pré-estabelecidas por Napoleão para a formação da nacionalidade brasileira. A justificativa não racial decaía estrategicamente na cultura em relação aos casamentos endogâmicos observados nas etnias. A discordância de Napoleão recaiu na designação a respeito do sírio, que Gilberto Freyre englobava erroneamente sírios e libaneses. Napoleão, comentando não pertencer ao grupo sírio, estando à vontade para afirmar que

(...) não nos parece, a nós que conhecemos, de perto e de longo convívio, a sírios e libaneses estar com a razão o sr. Gilberto Freyre quando afirma haver, entre eles, alguns, poucos que sejam, inclinados a se unirem em 'rígidas pequenas' nações, isoladas dos meio e das gentes que os acolheram. (TEIXEIRA, 10/05/1953, p. 1).

Assim, para Napoleão Lyrio Teixeira, Gilberto Freyre em sua fala foi infeliz, pois trabalhou no “mais palpável dos erros, incorreu na mais precipitada das generalizações, cometeu a maior das injustiças, ao lançar assim de afogadilho, pelas colunas de uma revista

popular, uma sentença e imerecida sôbre um dos bons elementos que, de fora nos seguiam.” (TEIXEIRA, 10/05/1953, p. 1). Na visão de Napoleão, sírios e libaneses não tinham nada de brasileirófobos.

A concordância envolvida em seu silenciamento relativo à proteção do israelita ou do japonês, por outro lado, é provocativa para pensar seu projeto nacional não tão distante de Freyre. A trajetória de Napoleão é interessante de ser percebida, pois engloba variados paradoxos do conservadorismo no Paraná.

#### **4.8 Comportamento antissocial na visão dos geneticistas**

Francisco Salzano, geneticista gaúcho, colega de trabalho de Newton Freire-Maia, um colaborador do Laboratório de Genética Humana, trouxe algumas contribuições para a discussão da Criminalidade em seus biodeterminismos na Genética. Em seu livro *A Genética e a Lei: aplicações à Medicina Legal e à Biologia Social*, publicado em 1983, quase vinte anos após nosso recorte, Salzano afirmou, no capítulo 8, que as causas do comportamento antissocial eram múltiplas. Dentre elas estavam os níveis baixos de inteligência, condições ambientais adversas, psicoses e reações psicóticas, bem como aberrações numéricas nos cromossomos sexuais como fatores de predisposição à criminalidade.

Em relação à inteligência, Salzano utilizava o método de teste de QI (Quociente de Inteligência), que representava uma complexa inter-relação de fatores genéticos e ambientais. Portanto, o biológico e o social partilhavam ao inter-relacionar-se o determinar do sujeito. Herança biológica e influência social – que incluem o lugar social, salubridade, sociabilidade, cultura – são os determinantes para o QI. No grupo dos doentes mentais, por exemplo, há dois grupos de classificação, em que o QI é abaixo de 70. No primeiro, chamado “patológico”, o QI médio é 17, tem como característica genitores normais. No segundo grupo, chamado subcultural, o QI médio é de 57 e o que se observou foi um acúmulo de parentes com problemas similares, o que sugere uma herança do tipo poligênico e multifatorial. (SALZANO, 1983, p. 102-103).

No entanto, qual era a relação dos índices apontados por Salzano com a criminalidade? Conforme resposta do geneticista Salzano (1983), “verificou-se que

indivíduos que não transgridem a lei têm, em média, QI e grau de instrução superiores aos daquele que a transgridem”. (SALZANO, 1983, p. 103). Assim, os indivíduos que tinham baixa média de QI, conforme apontou a pesquisa, estariam mais tendenciosos à criminalidade. Na esteira dessa interpretação, Salzano afirma que “3% da população geral são compostas por adolescentes retardados, enquanto eles constituem 10,5% da população delinquente.” (*Idem*). Ou seja, mesmo os adolescentes retardados sendo um número ínfimo (3%) diante da população geral, em relação à população total de delinquentes já alcançam a extraordinária cifra de 10,5%, o que de fato representava um problema social para os estudiosos e intelectuais.

Salzano (1983) não amplia as discussões em relação à inteligência, porém, se levamos em conta o caráter hereditário da genialidade abordado por Galton – guardados os cuidados anacrônicos – haverá obviamente a estigmatização de tipos físicos que não fazem parte desses seletos grupos de alto QI, e passam a representar um problema social, justificado por sua pretensão à criminalidade. Se a inteligência é herdável, a não inteligência também o é.

Em relação às psicopatias e criminalidade, Salzano (1983, p. 105) levava em conta da mesma forma a inter-relação entre herança e ambiente, segundo os dados apresentados em dois tipos de pesquisa, que demonstram certa importância dos fatores genéticos na criminalidade. A primeira pesquisa envolvia dez estudos de gêmeos e criminalidade ocorridos entre 1929 e 1977, e revelou uma maior ocorrência de criminalidade entre gêmeos monozigóticos, que possuem a mesma herança, do que entre gêmeos dizigóticos, que são semelhantes como irmãos comuns. Outra pesquisa análoga, envolvendo mais de sete mil gêmeos e realizada em uma área bem demarcada na Dinamarca, indicou uma ocorrência ou concordância de 35% entre gêmeos monozigóticos e apenas 13% em dizigóticos. O segundo tipo de pesquisa dizia respeito a quase cinco mil e quinhentos casos de adoções que indicavam maiores percentuais de criminalidade em casos em que o pai biológico era criminoso, atingindo cifras de 22%. Enquanto casos em que nem pais adotivos ou biológicos eram criminosos, os números chegavam a 10,5%, e quando pais adotivos eram criminosos, o percentual de filhos criminosos era de apenas 11,5%. Ou seja, havia um aumento substancial da criminalidade em casos nos quais os pais biológicos eram criminosos. Portanto, comparando os casos, conclui-se que o determinismo biológico era mais forte do que o determinismo ambiental, conforme evidenciavam os dados.

Os dados apresentados por Salzano já nos anos 1980 eram uma exigência de pesquisa no campo da própria Criminologia. O título de Salzano, indicando o público da Medicina legal e da Biologia social como público especializado, é relevante, na medida em que engloba tanto a Criminologia quanto a Eugenia. Assim, manteve Salzano a referência ao periódico americano *Social Biology*, antigo *Eugenics Quarterly*, e consonância com a mudança de sentidos. Inclusive as fontes dessas pesquisas, não em sua totalidade, são advindas desses periódicos.

## CAPÍTULO 5 A EUGENIA E A CRIMINOLOGIA EM TEXTOS ACADÊMICOS: O REEMERGIR DOS BIODETERMINISMOS

Este capítulo visa dar visibilidade aos textos acadêmicos produzidos na Faculdade de Medicina e Direito da Universidade, por acadêmicos que, nesse momento, buscavam, na segunda metade de 1950, se estabelecer e ocupar espaços no campo criminológico e eugênico. Para tanto, buscamos verificar as estratégias que esses agentes utilizaram na articulação linguística do que era considerado por eles relevante socialmente e, sobretudo, articulando o caráter biológico na interpretação da sociedade. Refletimos essas representações de Eugenia e Criminologia levando em conta o caráter prático e teórico das representações. Trabalharemos, no primeiro momento, com uma produção textual do campo jurídico, que envolvia as questões eugênicas. Na segunda parte deste capítulo, apresentaremos dois textos acadêmicos do campo médico, cujos temas versam acerca da ciência criminológica e suas práticas e estudos em instituições corretoras e de ensino.

**Tabela 12 - Quadro intelectuais da geração 1946-1964**

<b>Nome</b>	<b>Cidade</b>	<b>Proveniência familiar</b>	<b>Ensino Secundário</b>	<b>Ensino Superior</b>
Frederico Todeschini (193x-1963)	Curitiba-PR	Imigrante; industrial	Colégio Estadual do Paraná (1945-1949)	Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná (1950-1955)
Frederico José Stella (1932-x)	Curitiba-PR	Imigrante; músico	Colégio Estadual do Paraná (1949-1953)	Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1954-1958)
Wallace Thadeu de Mello e Silva (1908-1980)	Curitiba-PR	Militar; coronel	Ginásio Paranaense (1920-1924)	FMP (1925) Faculdade de Medicina de Minas Gerais (1926-1930)

Luiz Carlos Gomes de Mattos (1920-x)	Curitiba-PR		Escola P. de P. Alegre (1941-1945)	Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná (1946-1951)
Neil Hamilton Monteiro Pereira (1932- 1914)	Curitiba-PR	Comércio de Madeira; músico	Colégio Estadual do Paraná (1945- 1950)	Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná (1951-1957)

Fonte: produzida pelo autor

Em comum, os agentes envolvidos nesse recorte são todos naturais de Curitiba, e com exceção de Luiz Carlos de Gomes de Mattos, que teve uma educação militar, os restantes todos estudaram o secundário ora no Ginásio Paranaense, ora no Colégio Paranaense, que modificou a nomenclatura. Além do mais, todos possuíram formação nas Faculdades de Medicina e Direito do Paraná. Assim, as preocupações coletivas incorporadas por bases formativas educacionais foram de significância para as produções científicas que apresentamos.

Em primeiro momento, buscaremos compreender o reemergir da Eugenia no campo jurídico, em especial as discussões dos exames pré-nupciais obrigatórios nos anos pós 1945. Analisaremos por meio de jornais paranaenses algumas configurações do campo jurídico paranaense na década de 1950, mais especificamente acerca da 1ª Semana Paranaense de Estudos Jurídicos e Sociais, ocorrida no ano de 1956. Os periódicos paranaenses davam especial atenção para o ambiente cultural da Universidade e faziam coberturas jornalísticas. É nesse evento acadêmico que será apresentada uma tese acerca da intervenção estatal sobre o corpo populacional. Trabalharemos com o que chamamos de reemergência dos assuntos eugênicos no campo jurídico nos anos pós 1945, especificamente acerca do retorno da temática dos exames pré-nupciais obrigatórios e da Eugenia.<sup>394</sup> Constatamos que entre os anos 1945 e 1955 houve um hiato entre a produção

<sup>394</sup> Utilizamos o termo emergência advindo das reflexões efetuadas por Michel Foucault (1984), no texto *Nietzsche, a Genealogia e a História*, no qual apresenta o método genealógico. Foucault nega a existência de uma origem (*Ursprung*), dada por ele como inexistente, por ter caráter acidental todas as astúcias. Para tanto, tem preferência pelo termo invenção (*Erfindung*), uma fabricação ou arquitetura. Destarte, atribui ao termo proveniência (*Herkunft*) o objetivo da genealogia para analisar os corpos, inscrição de estigmas, erros, desejos

da intelectualidade no que se refere às temáticas envolvendo práticas eugênicas, que é o caso da obrigatoriedade dos exames pré-nupciais. O ano de 1956 é, no caso paranaense, a passagem da temática da obrigatoriedade dos exames dos bastidores para o centro do teatro.

No ano de 1954, segundo o periódico *A Divulgação*, organizava-se a *IV Semana de Estudos Jurídicos*, para a qual foram convidados – dentre nacionais e estrangeiros – os professores Pinto Ferreira, da Faculdade de Direito do Recife, Orlando Fomes, da Bahia, Pedro Calmon, da Universidade do Brasil, Waldemar Ferreira, da Universidade de São Paulo, Laertes Munhoz e Napoleão Lyrio Teixeira da Universidade do Paraná, José Munhoz de Mello, da Faculdade de Direito de Curitiba<sup>395</sup> e, por fim, Luiz Jimenez Asúa, autoridade mundial em Direito Penal, que ministrou um curso de extensão universitária acerca da especialidade. (A DIVULGAÇÃO, set. 1954, p. 12).

Interpretamos esses eventos acadêmicos nacionais como intercâmbio científico entres especialistas na determinada área. Perceberemos que essa foi uma estratégia do integrantes do campo acadêmico jurídico para propor uma maior circularidade científica na Universidade que, inclusive deveria passar pelo crivo da Congregação da Faculdade de Direito. O Centro Acadêmico Hugo Simas já estava organizando uma série de eventos.<sup>396</sup> Antes da *1ª Semana de Estudos Jurídicos e Sociais*, houve outros eventos organizados pelos membros, chamado *Semana de Estudos Jurídicos*, que, em outubro de 1954 já estava em sua quarta edição. A questão da tradição jurídica de eloquência oratória se fez presente nessa geração de 1950, que, conforme perceberemos, era utilizada nos concursos jurídicos de oratória e tinha relevante prestígio no meio acadêmico. Cogitamos que essa herança pode ter sido um problema maior para as gerações anteriores.

---

que nascem, articulando o corpo com a história ou sendo marcado pela história. Para o autor, o conceito de emergência (*Entstehung*) é o princípio e a lei singular do aparecimento, é “(...) a entrada em cena das forças; é a sua interrupção, o salto pela qual elas passam dos bastidores ao teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (FOUCAULT, 1984, p. 29).

<sup>395</sup> Em 1957, foi fundado a Faculdade Católica de Direito, que teve em seu corpo docente estavam Des. José Munhoz de Mello, Des. Lauro Sodré Lopes, Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, Brasil Pinheiro Machado, José Nicolau dos Santos, Alceste Ribas de Macedo, Guilherme da Motta Correia, Ariel Ferreira do Amaral, Padre José Soder, Ernani Almeida Abreu, Homero Batista de Barros, Ocyron Cunha, Elias Karam, Joaquim Vicente Xavier de Castro, Joaquim Britto Lacerda. (DIARIO DO PARANÁ, 14/03/1957, p. 8).

<sup>396</sup> Em 1952, a Universidade do Paraná recebeu, em seu salão nobre, o professor Ramayana de Chevalier, catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Amazonas, que palestrou o tema *Um complexo antro-po-geográfico*. (DIARIO DA TARDE, 04/06/1952, p. 6). A palestra foi patrocinada pelo Centro Acadêmico Hugo Simas. O assunto eram os fenômenos geo-físico e geo-social da Amazônia e foi descrito pelo *O Dia* como "incontestavelmente notável acontecimento intelectual", e que a palestra proporcionou uma “completa fisionomia do Inferno Verde, o mundo que Brasil guarda de suas mais alevantadas riquezas”. (O DIA, ). Era um discurso de ambientalismo, proteção, soberania e nacionalismo, que foi repetido no Círculo Militar de Curitiba.

Desse evento surgiram os primeiros anais do evento, os *Estudos Jurídicos (Anais)*, publicados em 1955, conforme apontou o jornal *Diário do Paraná*. O livro contou com todas as teses apresentadas durante a IV Semana, além das conferências de Orlando Gomes e Napoleão Lyrio Teixeira.

Napoleão havia feito a conferência final do evento, intitulada *A mulher e o Crime*. Essa palestra foi publicada na *Revista de Direito da UFPR* (1955) e no jornal *Diário de Notícias*, considerando crimes femininos o que chamou de “monopólio do sexo”, que adentravam abortos, infanticídios, metade dos homicídios de família, além de serem frequentes os crimes passionais, a cleptomania - ocorrida em períodos de crises menstruais. Comparou ainda o Código Penal de 1890 ao Código Penal de 1940, no qual o primeiro “falava em “superioridade de sexos” no seu artigo 39, § 5.º, admitindo que quando o agente era do sexo masculino havia, sempre, uma superioridade de sexos.” Enquanto que o segundo “aboliu essa diferença, não considerando a mulher como inferior ao homem.” O Código de 1940 admitiu à mulher mesma capacidade de responder pelos atos criminosos, “só lhe abrindo exceção em duas circunstâncias: quando pune de maneira particularmente benigna o crime de infanticídio e o crime de aborto, admitindo, implicitamente, nesses dois casos, menor capacidade criminal na mulher.” (TEIXEIRA, 1955, p. 134).

Foi contra o que constatou Lombroso, para o qual a prostituição era um equivalente criminal feminino, considerada por Teixeira uma conclusão apressada. Naquele momento, em 1955, a prostituição não era um crime, muito menos um equivalente criminal feminino, e, assim, Teixeira apontou “duas causas essenciais: uma, menor, biológica ou patológica; outra, maior, social ou econômica”. (TEIXEIRA, 1955, p. 136).

A cleptomania seria outro delito frequente no sexo feminino: a compulsão a furtar seria quase que primitiva do sexo feminino; noventa por cento dos cleptômanos recrutar-se-iam entre as mulheres, e essa impulsão se acirraria nas proximidades da visita menstrual. (TEIXEIRA, 1955, p. 135).

Este é um dos pontos significativos do biodeterminismo interpretado por Napoleão Lyrio Teixeira, pois quando lança mão de uma explicativa que insere a questão do compulsão primitiva, refere-se a uma herança atávica que estava em predisposição e foi acessada no período menstrual. Em relação aos crimes passionais por parte das mulheres, criticou a imprensa amarela, desonesta, sensacionalista, que faz de crimes “o prato predileto de um triste público leitor, público neurótico, ávido de lama, eram os maiores responsáveis pela crescente e assustadora difusão dos crimes passionais”. Para Napoleão Lyrio Teixeira, a alteração do psiquismo da mulher poderia ocorrer durante o ciclo menstrual, na gravidez,

no período de amamentação, no processo de educação dos filhos e na menopausa. (TEIXEIRA, 1955). Nesse sentido, eram processos biológicos - exceto o caso de educação dos filhos - que determinavam o envolvimento das mulheres nos crimes.

Já Orlando Gomes, da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, apresentou conferência intitulada a *Influência do Direito Público sobre o Direito Privado*. Houve também outras duas conferências, de Benjamin de Oliveira Filho, da Faculdade de Direito de Niterói, *Norma Jurídica: seus caracteres*, e de Gláucio Veiga, da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, *Aspecto Tridimensional do Direito*. (SISTI, 1955, p. 405). A presença do criminologista argentino Juan Jimenez de Asúa para ministrar um Curso de Extensão Universitária com os discentes evidencia a relevância que a Universidade do Paraná possuía na década de 1950. Depois da abertura do curso, pelo professor Laertes de Munhoz, Asúa ofereceu o curso *Os Delinquentes na Literatura*, que teve duração de cinco aulas, conforme aparece no *Relatório* do Secretário-Geral, disposto nos anais do evento. (SISTI, 1955, p. 410).<sup>397</sup>

A temática abordada na obra de Asúa concernente a *Os Delinquentes na Literatura* pode ser comparada às obras de Napoleão Lyrio Teixeira, na medida em que a literatura, para Napoleão Lyrio Teixeira, era central na análise de *O suicídio em face da psicopatologia, da literatura, da filosofia e do direito: estudo psiquiátrico, médico-legal e profilaxia* (1947). Mas também a literatura e a psicologia do criminoso, sobretudo o que se relacionava com o que chamou de má literatura como influenciadora na vida do indivíduo. Em 1953, no I Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, Napoleão Lyrio Teixeira apresentou seu trabalho *Cinema e delinqüência infantojuvenil*. Foi um assunto caro ao professor Napoleão Lyrio Teixeira, abordado no texto *Papel da má literatura dos "comics" norte-americanos sobre o psiquismo das crianças e dos adolescentes* (1961).<sup>398</sup>

---

<sup>397</sup> Na 4ª Semana de Estudos Jurídicos, em 1954, Asúa ministrou um curso de Direito Penal, versando sobre *Os delinquentes na literatura*, entre 11 e 15 de outubro. O primeiro tópico abordado foi a *Classificação dos delinquentes e sua utilização pelos literatos*; o segundo versou sobre *O criminoso nato nas obras de Shakespeare, Stendhal, Dostoiévski, Gide, Wilde, e etc*; o terceiro tópico foi sobre *Os delinquentes ocasionais, nas obras de imaginação*; no quarto analisou *Delinquentes justiceiros, piedosos e políticos, na novela e no teatro*; a quinta temática versou sobre *Outros casos de criminalidade e de castigo nas obras de arte*. (O DIA, 15/09/1954, p. 5). Acerca do segundo tópico, trabalhou com personagens como Macbeth e Hamlet, de Shakespeare, Jean Sorel, de Stendhal, Raskólnikov, de Dostoiévski, Lafcádio, de Gide, e defendeu a não constituição nata de criminosos desses personagens da literatura, rebatendo a tese de Ferri. Destacou como criminoso nato apenas Dorlan Gray, de Oscar Wilde. (O DIA, 13/10/1954, p. 8.)

<sup>398</sup> Napoleão discutiu ainda sobre os efeitos da televisão nos psiquismos. Trata-se do texto *Televisão - Problema médico-social de relêvo* (1968), publicado na Revista de Direito da UFPR.

Foi uma característica de Napoleão os trabalhos referentes ao papel da violência nas produções culturais e influência na saúde psíquica da infância e juventude.

Em 1950, Napoleão publicou um texto intitulado *Crime Passional “Epidêmico”*, no jornal *Diario de Notícias*. O texto evidenciou um esboço do que Teixeira pensava acerca do crime e do criminoso e seu tratamento. Para Teixeira, havia dois tópicos: o primeiro era a questão de contágio criminal, e o primeiro apontamento foi acerca da imprensa sensacionalista como incentivadora de suicídios e homicídios. O jornal *Diario de Notícias*, em um domingo, publicou o texto de Napoleão em sua capa, e centralizada publicou a notícia *Apreendeu a Matar nas “Histórias em Quadrinhos”*, que contava a história de um crime bárbaro na Itália, em que o criminoso assassinou usando métodos dos gangsters e heróis dos *comics*. Seguindo Mira y Lopez, Napoleão comentava que havia “suicidas potenciais” e “homicidas em perspectiva” que estariam sedentos por tais estímulos da imaginação. Assim, em Napoleão Lyrio Teixeira, havia uma espécie de contágio criminal que era explicado por meio da Psicologia, como se fossem gatilhos, mas o termo não é utilizado pelo médico.

Acreditava no “contágio homicida” citado por Audry, em *Contagion du Meurtre*, e confirmava sua credulidade na teoria de Evaristo de Moraes, que afirmava ser no “crime uma espécie de moléstia infecto-contagiosa”. (TEIXEIRA, 15/01/1950, p. 33). Concordou com Rabinowicz de que o crime passional torna-se nessas condições uma “verdadeira epidemia”, que podia do individual tomar forma coletiva. (TEIXEIRA, 15/01/1950, p. 33).

O segundo tópico era a questão da pena, que afirmava ser parte da Medicina da alma, que envolvia repressão e prevenção dos delitos e equivalia à Terapêutica e à Higiene. Assim, para debelar epidemias, a Medicina se vale de medidas curativas, mas principalmente profiláticas. O mesmo se daria com as “epidemias” do crime, e o jurista, tendo à sua disposição a questão da pena, denominada por Platão de Medicina da alma, daria um sentido de dupla finalidade, curar o criminoso e ao mesmo tempo impedir a propagação da doença. O remédio para a criminalidade, segundo Napoleão Lyrio Teixeira, seria punir. O crime e o criminoso passional deveriam ser repreendidos e intimidados, a fim de evitar o crime, pois o “desculpar o amor que todos os dias covardemente mata é propiciar o domínio da sociedade por aqueles”. (TEIXEIRA, 15/01/1950, p. 33). A fala de Teixeira denota um alto índice desses tipos de crimes passionais que ocorriam naquele

período.<sup>399</sup> A publicação no periódico demonstra sobremaneira uma estratégia para atingir a opinião pública e os leitores a respeito dessa questão.

Em 2 de junho de 1953, o jornal *Diário de Notícias* chamava a atenção para o II Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em que incluía como representante do Paraná o nome de Napoleão Lyrio Teixeira, autor de várias obras e trabalhos referentes à delinquência infantil. Em função das Comemorações do Centenário de emancipação do Paraná, aconteceu em Curitiba. No evento, Napoleão fez palestra acerca da tese *Literatura anti-pedagógica infantil e os males que acarreta*, em que trabalhou a perspectiva da literatura como veneno mental infantil, que empeçonhava a adolescência e continuava a ser crime impune. Confirmava Napoleão que:

Depois de fazermos estudo honesto e consciencioso dos males que acarreta ao psiquismo ainda falho da criança, buscaremos demonstrar como pode a mesma - em igualdade de condições com o mau cinema - vir a tornar-se em sério fator de incitamento ao crime. (TEIXEIRA, 14/06/1953, p. 1-4).

Teixeira ainda propôs, conforme relatou ao jornal *Diário de Notícias*, que o congresso aprovasse um voto de louvor à imprensa sadia do país, que mantinha campanhas contra esse autêntico câncer social. Como modelo para o bom jornalismo, Teixeira evidenciou os trabalhos do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, que deveriam ser seguidos. Acerca da proposta de Napoleão, foi entusiasticamente aprovada pelo II Congresso.

## 5.1 Frederico José Stella: 1ª Semana Paranaense de Estudos Jurídicos e Sociais (1956)

Neste subcapítulo, apresentaremos a trajetória de Frederico José Stella, discente da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, no início da década de 1950, e buscaremos compreender, sobretudo, suas estratégias, seus investimentos e esforços de legitimidade acadêmica, como a promoção de eventos, exposição pública à imprensa, a questão da premiação de melhor tese, a representação internacional em evento. Possuindo

---

<sup>399</sup> Nessa contenda, Napoleão Lyrio Teixeira se colocou em proximidade com Nelson Hungria, que, conforme Mendonça (2004), combateu a impunidade de criminosos passionais, mas também Roberto Lira, que escreveu *O amor e a responsabilidade criminal* (1932), e Afrânio Peixoto, prefaciador do livro citado. Evaristo de Moraes utilizou da tese em inúmeras defesas de apaixonados assassinos, e ainda publicou o livro *Criminalidade passional* (1933), no qual criticou o texto de Roberto Lira. (MENDONÇA, 2004, p. 342). Sobre as defesas efetuadas por Evaristo de Moraes, ver Mendonça (2004), capítulo 3 e 4. As discussões referentes ao crime passional estiveram presentes também na 1ª Conferência Brasileira de Criminologia (1936), na qual Heitor Carrilho propôs não abrir brechas para a inimputabilidade dos passionais e a necessidade de instaurar análise biopsicológica do indivíduo criminoso.

conhecimento da posição que ocupava no campo jurídico - de baixa legitimidade - estrategiou formas de se elevar a alguma posição mais alta, mascarando sua ilegitimidade como autoridade. No entanto, não podemos negar que sua estratégia foi suficiente para garantir a posição como procurador daquele determinado grupo e instituição no evento internacional.

Em 25 de março de 1956, o jornal *O Dia* propagandeava a I Semana Paranaense de Estudos Jurídicos e Sociais (1ª S.P.E.J.S), que se realizaria do dia 16 a 22 de abril. Sob o patrocínio do Centro Acadêmico Hugo Simas (C.A.H.S.), o evento buscava reunir a comunidade jurídica curitibana, além de se destinar como eliminatória para a Semana Jurídica Interamericana, que se realizaria em Porto Alegre, nos últimos dias de abril e início de maio. Os membros dirigentes da 1ª S.P.E.J.S escolhidos foram: Conselho Executivo: presidente Frederico José Stella; Secretário-Geral: Wilson Schwerhing. Conselho Técnico: presidente Sansão José Loureiro e membros: Darcy Nasser de Mello, Sydney Nunes Leite, Mauricio Frischmann e Alvaro Posent. Junto a esse evento foi realizado também um Congresso de Oratória. (O DIA, 25/03/1956, p. 6). Outro ponto interessante é a manutenção do caráter cultural do campo jurídico, que mantém a tradição da eloquência oratória, como é perceptível nos eventos do próprio campo jurídico.

Em 15 de abril de 1956, o jornal *Diário do Paraná* divulgava a conferência de abertura da 1ª S.P.E.J.S, por Napoleão Lyrio Teixeira, que abordou na palestra o tema *Complexos de inferioridade como fatores de sucesso*, e, conforme apontou o jornal, foi assistida por vários professores e grande número de universitários. (DIÁRIO DO PARANÁ, 17/04/1956, p. 7). Napoleão Lyrio Teixeira era professor na Faculdade de Medicina do Paraná, na cátedra de Clínica Psiquiátrica, mas também professor na Faculdade de Direito do Paraná, ocupando a cátedra de Medicina Legal.<sup>400</sup> Conforme Teixeira (1960), o complexo de inferioridade poderia ter suas raízes em um sentimento de inferioridade real, orgânica ou psicológica. Assim, o indivíduo sofria por força de enfermidade, debilidade corporal, defeito físico, diferença racial, pigmentação da pele, atraso intelectual, etc., sofrer remoques e humilhações dos companheiro, ou se ouvia frequentes queixas a seu respeito por parte de familiares. Somados a esses, ainda citou os

---

<sup>400</sup> O texto foi anos mais tarde publicado na *Revista de Direito da UFPR*, em 1960, sob o título de *Alguns aspectos da problemática médico-social do complexo de inferioridade* (1960). Nesse texto, Teixeira negou a existência dos preconceitos de raça, cor e religião em terras brasileiras, fazendo-se acreditar em democracia racial e religiosa. Napoleão Lyrio Teixeira ainda publicou o folheto (41 páginas) *Complexo de inferioridade: alguns aspectos da problemática médico-social* (1963), publicado pelas Edições “Letras da Província”, de Limeira-SP.

coxos, os corcundas, os paralíticos, os deficitários da visão e da audição, os displásicos e aleijados em geral, os que são alvos de preconceitos de raça, cor ou religião - e esses últimos, conforme Teixeira, felizmente inexistentes no Brasil. (TEIXEIRA, 1960, p. 85).

Para a Escola Psicológica Individual, ao nascer, o indivíduo estava sob forma rudimentar de penosa impressão de desvalor, inferioridade, desamparo (*Minderwertigkeitsgefühl*), que levava o indivíduo a uma angústia mortal, se não fosse o impulso de agressão e domínio (conceito, segundo Teixeira, comparável à vontade de poder, *Wille zur Macht*, de Schopenhauer e Nietzsche) e também o sentimento de comunidade (*Gemeinschaftgefühl*), que o impulsiona a unir-se aos demais do grupo em que vivia. Assim, a vontade de poder era uma mola propulsora para compensar o sentimento de inferioridade. Para Adler, era a partir do conceito de protesto viril, caracterizado pela procura de superação do sofrimento de inferioridade individual, que o indivíduo liquidava o complexo. (TEIXEIRA, 1960). Era concernente a essa questão a palestra abordada por Napoleão Lyrio Teixeira, como o complexo de inferioridade se transformava em fator de sucesso na vida dos indivíduos.<sup>401</sup>

Tal evento reuniu a classe acadêmica de Direito, depois de tempos de marasmo e sem grandes eventos da área. Fez parte daquela semana acadêmica o professor de Sociologia Amaral Fontoura, formado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Fontoura havia publicado uma série de manuais sociológicos acerca da realidade brasileira. O sociólogo, em seus manuais, segundo Meucci (2007), defendia a fundação de “laboratórios de sociologia” ou “museus sociais, onde fariam parte “(...) trabalhos de alunos, suas monografias e teses apresentadas, bem como os resultados dos inquéritos realizados”. (FONTOURA, 1944, p. 17 *apud* MEUCCI, 2007, p. 52). Era necessário publicar novos estudos e materiais empíricos acerca da realidade nacional, e, para além

---

<sup>401</sup> Enumerou três tipos de causas do complexo de inferioridade. A influência desfavorável do meio; a inferioridade real, orgânica e psicológica; e a anomalia extravagante ou ridícula. Assim, citou as influências do meio familiar e escolas no complexo, que podem ser relações de ligação - muita aproximação e solidariedade como mimos - ou de separação - distanciamento e violência, como vítimas de humilhação, recalques, sadismo. A influência do meio social como ser humilde ou pobre, isto é, a causa do complexo acarretada pela condição social de vida, que podem vir a se tornar “os criminosos de amanhã”. (TEIXEIRA, 1960, p. 85). Nesse sentido, os cinemas eram uma influência do meio social ou familiar, que poderia ser altamente deletérios para as mentes ainda em formação. Esse é um caráter recorrente em Napoleão Lyrio Teixeira. A inferioridade real, orgânica e psicológica era, para Napoleão, a vivência da “certeza” da inferioridade do indivíduo face aos demais e o sofrimento da mesma decorrente, poderia levá-lo ao complexo de inferioridade. (TEIXEIRA, 1960, p. 85). E por fim, as anomalias extravagantes ou ridículas, citando Teixeira, casos como marca de nascença visível, malformação de orelha ou do nariz, um sexto dedo na mão, sindactilia, lábio leporino, estatura demasiado baixa ou alta em demasia, corpo disforme, uma fealdade extrema. As três causas em questão poderiam levar o indivíduo ao crime como uma forma de afirmação a qualquer preço. O complexo de inferioridade tinha como característica a compensação através do crime, da neurose, do vício, da psicose e do suicídio. (TEIXEIRA, 1960, p. 87).

disso, Fontoura criticava também o ensino da “sociologia morta” e se colocava favorável ao estudo dos “problemas vivos”. Portanto, o curso ministrado por Fontoura teve um grande significado no que diz respeito às reflexões acerca do social, um dos objetivos da 1ª S.P.E.J.S. Segundo o jornal *Diário do Paraná*, Fontoura era professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e ministraria um curso de extensão acerca de Sociologia. A fala de abertura foi proferida pelo acadêmico Frederico José Stella, que saudou o conferencista, e ao tomar a palavra, discorreu acerca do tema *Situação socioeconômica atual do Brasil*, que se seguiu por três dias. (DIÁRIO DO PARANÁ, 21/04/1956, p. 7). O evento foi organizado pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, órgão de classe dos estudantes do curso de Direito e centrado na figura do então acadêmico Frederico José Stella. (O DIA, 15/04/1956, p. 6).

Em relação à proveniência familiar de Frederico José Stella <sup>402</sup>, há indícios de que era advinda de imigrantes venetos instalados em Santa Felicidade. Era filho de José Stella e Catharina Paulin Stella. Em 1950, encontramos o nome de Frederico José Stella na circunscrição eleitoral do Paraná, e, portanto, nesse momento atingindo a maioridade. (O DIA, 13/09/1950, p. 6).<sup>403</sup> Durante seu período formativo, frequentou o Colégio Estadual do Paraná, onde foi eleito, em 1951, 2º Secretário da Nova diretoria da União Paranaense dos Estudantes Secundários, que tomou posse em 1952. (A TARDE, 21/05/1952, p. 4). Era responsável pela Secretaria, em especial, pela imprensa e propaganda da entidade cultural estudantil.

Tudo indica que adentrou na Faculdade de Direito do Paraná em 1953 e bacharelou-se em 1958. Em 1954, Stella participou de um debate com o tema *O Petróleo e o monopólio estatal*, no qual defendeu a ideia favorável ao monopólio, enquanto Roberval de Freitas defendia a ideia contrária. (DIÁRIO DA TARDE, 20/08/1954, p. 6). Na *IV Semana de Estudos Jurídicos*, em 1954, Frederico Stella foi relator do concurso de teses na mesa *Os erros do Marxismo*, de autoria de Gastão Mathias de Alencastro Ruch, da Faculdade de Direito de Niterói. Estes foram eventos locais nos quais os acadêmicos poderiam expor suas teses de discussão, incentivando a participação e as práticas de retórica e oratória,

---

<sup>402</sup> Em 1903, José Stella, pai de Frederico José Stella, foi caracterizado como jovem, natural e morador da colônia S. Felicidade, apresentou durante exposição um *harmonium* - tipo de acordeon, que aprendeu a tocar sem auxílio de professor. (DIÁRIO DA TARDE, 02/12/1903, p. 2). Em 1937, seu pai, José Stella, tornou-se amador da Federação Paranaense de Desportos, fazendo parte da Sociedade de Educação Física Junak. (O DIA, 20/05/1937, p. 6). Eram seus irmãos José Stella Filho, Thereza Stella Smanhotto, Luiz Stella, Avelino Stella, Lourenço Stella, Severino Stella, Margarida Stella Lucca e Leonice Stella Rogowski.

<sup>403</sup> Partindo do pressuposto de que tinha 18 anos de idade, seu ano aproximado de nascimento remete a 1932.

vinculando uma série de assuntos. Foram eventos ainda comuns na década de 1950 e revelam resquícios de uma tradição bacharelesca.

Dois anos depois, em 1956, Stella já estava mais engajado no campo jurídico, circulando por espaços, que se não ainda em posição de notoriedade, com pretensões de o sê-lo. Abaixo segue a fotografia publicada no jornal *O Dia*, em que Stella concedeu uma entrevista acerca do evento que organizara.

**Figura 11 - Frederico Stella em entrevista ao jornal O Dia**



Fonte: *O Dia*, Curitiba, 15 abr. 1956, p. 6.

A entrevista foi de ordem oficial e, como representante do evento, Frederico José Stella utilizou vestimentas sociais, em que paletó, colete, camisa e gravata dão ideia do caráter bacharelesco. Ademais, a fotografia publicada imprimia uma expressão de atenção por parte dos agentes que entrevistaram o bacharel. Na ocasião da primeira semana acadêmica, houve um concurso de melhores teses e debates, comum nos eventos realizados pelo Centro Acadêmico Hugo Simas. Os donos das duas melhores teses ganhariam passagens pagas para “defender o nome da terra dos Pinheirais”, na *Semana Jurídica Interamericana*, que ocorreu na cidade de Porto Alegre-RS.<sup>404</sup> Dentre os temas que

<sup>404</sup> Conforme apontou o jornal *O Dia*, de 21 de fevereiro de 1956, a 1ª Semana Inter-Americana de Estudos Jurídicos e Sociais seria inaugurada no dia 29 de abril e encerrada no dia 5 de maio, na capital gaúcha. Organizada pelo Centro Acadêmico Maurício Cardoso, contou com o apoio do governo estadual e federal, além da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Cada delegação foi formada por “dois representantes de cada faculdade de Direito do hemisfério Ocidental.” Paralelamente aconteceu um Concurso Inter-Americano de Oratória. (*O DIA*, 21/02/1956, p. 8).

concorriam ao concurso estavam, conforme apontam os jornais *O dia* (13/04/1956, p. 5) e *Diário do Paraná* (17/04/1956, p. 17):

**Tabela 13 - Trabalhos do concurso melhor tese da Semana Jurídica (1956)**

1 - O Juri Popular e seus aspectos principais;
2 - A Punição do Crime Eutanásico, face à nossa legislação;
3 - O Panamericanismo, posição do Brasil na Doutrina Panamericanista; Jacob Holzmann Netto
4 - Aspectos solenes do Contrato de Casamento - ou Intervencionismo Estatal na Atividade Privada; Frederico José Stella
5 - O Direito Romano, contribuição do Direito Romano às legislações modernas;
6 - Legislação do Trabalho, aspecto fundamental;
7 - Resumo sobre a Obra e Vida de Clovis Bevilacqua;
8 - Aspectos da constituição Federal de 1946;
9 - Faces históricas do Ensino Jurídico no Brasil; João Regis Fassbender Teixeira
10 - A Liberdade como direito fundamental do homem;
11 - O Estado e a Pessoa, aspectos sociológicos e jurídicos; Luiz Nicolau M. Sunyé
12 - Sistemas Penitenciários atuais, vantagens e deficiências; João Regis Fassbender Teixeira <sup>405</sup> ; Jorge Haddad
13 - Delinquência Infantil - meios de combate;
14 - Direito Público e Política, formas, regimes e sistemas de governo;
15 - Importância dos Subsídios de Economia Política, aos estudos jurídicos;

<sup>405</sup> João Regis F. Teixeira era filho Napoleão Lyrio Teixeira. (REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, 1979, p. 445). Em 1958, durante a II Semana Paranaense de Estudos Jurídicos, João Régis F. Teixeira defendeu a tese *Experiências Médicas na Pessoa Humana e Genocídio*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 08/08/1958, p. 6). Este era um tema caro a Napoleão Lyrio Teixeira, abordado nas obras de 1948, 1949, 1950, 1952 e 1958.

16 - Direito Administrativo e Ciência da Administração; Lucia B. Doetzer
17 - Da condição jurídica do estrangeiro; Dirce Celestino do Amaral
18 - Direito Penal e Criminologia; Darcy Nasser de Mello

**Fonte:** Produzida pelo autor

Não encontramos nas fontes periódicas a relação de parte dos autores das chamadas teses. No entanto, o concurso é percebido enquanto parte da estratégia de ritual social de consagração, conforme aponta Bourdieu (1998), que foi organizado pelo próprio ganhador, José Frederico Stella, ao apresentar a tese *Intervencionismo Estatal na Atividade Privada - Da obrigatoriedade dos Exames Médicos Pré-Nupciais*. (O DIA, 26/04/1956, p. 6). A proposição foi publicada no mesmo ano na revista *Themis*<sup>406</sup>, ligada ao Centro Acadêmico Hugo Simas ocupando um espaço reservado aos artigos originais, sendo o oitavo artigo da revista discente que recepcionou textos de professores como Alejandro Raitzin da Universidade de Buenos Aires, psiquiatra forense argentino. Outro premiado no concurso foi Luiz Nicolau Mader Sunyé<sup>407</sup>, com o texto *O Estado e a Pessoa, aspectos sociológicos e jurídicos*. Assim, interrogamos o que permitiu que o texto de Stella fosse escolhido dentre tantos outros. A relevância social e jurídica pode ser uma resposta para a escolha, já que sua posição dentro do campo jurídico era de pouca notoriedade. No entanto, o esforço de Frederico José Stella em dar sentido a sua trajetória deve ser evidenciado.

Estando no terceiro ano do curso de Direito, situava-se em uma posição diferenciada em relação aos outros candidatos, pois já era Secretário Cultural do Centro Acadêmico do Direito, o que lhe garantia um certo *status* dentro da hierarquia no campo jurídico. Até então, fez parte da Diretoria da UPES (Estudantes Secundaristas), em 1952, estando no cargo de 2º Secretário. Em 1955, foi eleito presidente do Partido Acadêmico Renovador, ocorrido durante a primeira convenção do partido na Faculdade de Direito da UP. (DIÁRIO DO PARANÁ, 10/05/1954, p. 2).

Segundo o jornal *O Dia*, para quem Stella havia cedido entrevista publicada no dia 15 de abril de 1956, o ganhador do concurso - ele mesmo - havia recebido voto de louvor

<sup>406</sup> A *Revista Themis* foi fundada no ano de 1951. Teve uma publicação irregular e circulava no ambiente acadêmico, tendo de 1951 a 1958 apenas sete volumes (n1, 1951, n.2, 1951; n.3, 1953; n.4, 1955; n.5, 1956; n.6, 1957; n7, 1958), não circulando nos anos de 1952 e 1954.

<sup>407</sup> Luiz Nicolau Mader Sunyé foi secretário do Centro Acadêmico Hugo Simas no ano de 1957. (THEMIS, n.6, 1957, p. 1). No evento de 1958, em sua segunda edição, Sunyé apresentava a tese *O Estado Universal*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 08/08/1958, p. 6.).

por parte dos professores, o que revela certo reconhecimento por sua produção. O fato de ele mesmo ter presidido e organizado o evento é um indício de seu esforço, como participante do concurso de teses, de buscar essa legitimidade também científica.

Nas trilhas de Bourdieu, o êxito dessas operações de magia social, que são atos de autoridade, dependem da confluência de um conjunto de situações interdependentes que compõem os rituais sociais. Ou seja, a relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo são de suma importância ao estabelecimento do sucesso ou fracasso do discurso. Assim, devemos levar em conta a fala ou discurso acerca do *Intervencionismo Estatal na Atividade Privada e a obrigatoriedade dos Exames Médicos Pré-Nupciais*, baseado em argumentos eugênicos vinculados à saúde e ao bem geral do país, ou seja, um argumento que privilegiava o social foi utilizado e manuseado por Stella.

Somado às propriedades do discurso, é relevante o lugar específico ocupado por Stella dentro do campo acadêmico jurídico, presidente do Conselho Executivo do evento; no entanto, deve-se relevar a Comissão Julgadora de teses, que tinha como relatores Altino Portugal Soares Pereira, catedrático de Direito Civil, Ildefonso Marques, catedrático de Direito Penal, e José Nicolau dos Santos, livre docente de Direito Internacional Público e os discentes João Régis Fassbender Teixeira (filho de Napoleão Lyrio Teixeira), como presidente o acadêmico Jacob Holzmann Netto.<sup>408</sup> Todos esses aspectos devem ser considerados em uma relação de interdependência para compreender o sucesso dos escritos de Stella. Nesse sentido, possuía a aprovação de professores catedráticos de Direito Civil, Direito Internacional Público e de Direito Penal, e por consequência a autorização de fala e a procuração para representar o grupo de acadêmicos e igualmente a Faculdade de Direito e a Universidade.

Após ter seu trabalho reconhecido, vencendo o concurso de teses, o jornal *Diário do Paraná* trouxe informação que Frederico José Stella e Luiz Nicolau Madder Sunyó, primeiros colocados no Concurso de Teses, encontravam-se em Porto Alegre, representando, junto de Jacob Holzmann Netto, vencedor do Concurso de Oratória, a Faculdade de Direito do Paraná. (DIÁRIO DO PARANÁ, 26/04/1956, p. 7).<sup>409</sup> O concurso

---

<sup>408</sup> Jacob Holzmann Netto ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1954. Em 1956, estava no terceiro ano da Faculdade. Em 1958 foi condecorado com o Prêmio “Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná” - Medalha de ouro, instituído ao melhor aluno do Curso Jurídico e também com o Prêmio Des. “Hugo Simas”, instituído pelo Centro Acadêmico ao melhor aluno do Curso.

<sup>409</sup> Jacob Holzmann Netto, ao participar do 1º Concurso Interamericano de Oratória, trouxe ao Estado do Paraná a 2ª colocação geral dentre 22 participantes americanos.

de Oratória teve como comissão julgadora os professores Ernani Cartaxo, Raul Gomes, Nelson Sampaio, Ulisses de Mello e Silva, e dos acadêmicos Frederico José Stella e Sebastião de França. (DIÁRIO DO PARANÁ, 20/04/1956, p. 7). Vale acrescentar que nacional e internacionalmente os concursos de Oratória se fizeram presentes durante a década de 1950, e são representativos de uma permanência da cultura bacharelesca e eloquente.

## **5.2 O retorno das discussões acerca dos Exames Pré-Nupciais obrigatórios e da Eugenia na década de 1950**

Conforme afirmamos anteriormente, houve um intervalo dessas abordagens após os anos 1945, quando a Eugenia caiu em descrédito na opinião pública. Francesco Cassata (2015), no livro *Eugenética senza tabu* (Eugenia sem tabu), relatou que no debate público italiano ocorreu um processo de “nazificação” do conceito de Eugenia a partir do Processo de Nuremberg, ocorrido entre 1946 e 1947. Há possibilidades desse mesmo processo ter ocorrido também no Brasil, evidenciado pelo silenciamento de parte dos intelectuais e pela crítica de tantos outros. Os capítulos 2 e 3 demonstraram que em certa medida outras formas práticas de Eugenia foram sugeridas.

Em relação aos exames pré-nupciais, há sinais que indicam que foram utilizados de forma normal pela comunidade médica, já que em função do diagnóstico genético positivo em relação à saúde hereditária da população brasileira, os problemas congênitos foram centrais nas abordagens. Foi comum durante anos a publicação em jornais brasileiros de propagandas de médicos que se especializaram e ofereciam esse tipo de serviço – exames pré-nupciais.

Assim, constatamos que foram silenciadas somente as discussões acerca de sua obrigatoriedade, tão debatidas e hegemônicas nas décadas de 1920, 1930 e 1940, conforme apresentamos no primeiro subtítulo do texto. Cassata (2015) afirma que, a partir das mudanças no campo da Genética Humana, emergiu o termo *Genetic Counseling* (Aconselhamentos Genéticos), cunhado por Sheldon Reed, em 1947. Com este novo olhar, alterou-se o termo paciente para cliente, além de praticar o ensino da autonomia e da não coerção.

A análise de Cassata (2015) se torna muito interessante para nosso trabalho, pois corrobora com o argumento de que as preocupações reprodutivas não desapareceram,

apenas mudaram de sentido. Enfatizemos o caso exposto no jornal carioca *A Noite*, de 16 de outubro de 1951, na qual o prefeito do Distrito Federal havia inaugurado o primeiro consultório do Serviço de Exames e Assistência Pré-Nupcial, criado pelo Departamento de Puericultura. O posto se destinava ao “exame dos candidatos ao matrimônio, bem como prestar toda assistência médica aos noivos que forem considerados necessitados de tratamento.” (A NOITE, 16/10/1951, p. 12). Na ocasião, falou ao jornal o Dr. Salles Neto, um dos responsáveis pelo posto, e o jornal trouxe a fala em fontes de tamanho maior: “Não têm caráter coercitivo os exames pré-nupciais – Espontaneamente, apresentam-se os noivos para serem examinados – Compreendido o alto alcance social da importante e humanitária providência”. Outro médico, Dr. Muniz de Aragão, afirmou que

a medida é de um alcance eugênico extraordinário. Mas é preciso ficar bem claro, desde logo, que os exames pré-nupciais não têm caráter coercitivo. Não se destinam eles a proibir casamentos. (...) O benefício maior dos exames é a garantia de uma prole sadia, que, por sua vez, proporcionará aos pais uma vida mais econômica, saudável e alegre. (A NOITE, 16/10/1951, p. 12).

No caso brasileiro, o Estado ainda pagaria pelo tratamento dos nubentes, que não seriam proibidos, mas apenas teriam sua saúde reestabelecida gratuitamente antes das núpcias. Cassata (2015) é certo ao falar acerca do ensino da autonomia em contraposição à coerção. O caráter educativo foi assim central para colocar em prática os exames pré-nupciais.

No entanto, o texto acadêmico de Frederico José Stella percorre outros caminhos, colocando-se favorável à intervenção estatal. O recebimento do prêmio de melhor tese do evento é significativo, no sentido de haver reconhecimento por parte dos avaliadores e perante professores e acadêmicos da Faculdade de Direito de que aquele era um caminho correto para a nação. A Comissão de Tese em questão era formada por três professores: Altino Portugal Soares Pereira, catedrático de Direito Civil, Ildelfonso Marques<sup>410</sup>, catedrático de Direito Penal, e José Nicolau dos Santos, livre docente de Direito Internacional Público.

Stella afirmava que os contratos em geral e os direitos adquiridos por meio dos contratos deveriam ser garantidos pelo Estado, ou seja, pela Justiça. Porém, era dever do Estado garantir outras funções.

A prevenção é um dos atributos de grande relevo. No combate ao crime; na debelação delinquência; no depuramento físico e cultural da raça; na defesa moral

---

<sup>410</sup> Ildelfonso Marques bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná em 1936. (DRUMMOND, 2011, p. 230).

da sua população; no aniquilamento dos espectros de incerteza e de insegurança residem as funções preventivas do Estado, destinadas ao bem do povo em geral. O governo que usa normas preventivas defende o seu povo, e assim agindo, trabalha para o engrandecimento do seu país. Evidencia-se, por conseguinte, que o Estado cabe intervir no contrato de casamento para garantir o bem estar de sua população. Esta intervenção é direta e de dois campos de ação: um preventivo e o outro saneador. (p. 44-45).

Tal citação elenca uma continuidade em relação aos pensamentos intelectuais da década de 1892, primeiro momento em que se defende a intervenção do estado dentro da família, por meio dos exames pré-nupciais e a década de 1920 e 1930, momento em que esse discurso se torna quase hegemônico no meio médico, jurídico e eugênico. “Depuramento físico e cultural da raça” era um termo que os eugenistas utilizavam com muita veemência. O Estado, na visão de Stella, tinha um papel de necessária intervenção no corpo populacional, de um lado prevenindo e de outro lado saneando.

A tese de Stella (1956) foi produzida, conforme relata em sua apresentação, especialmente para a *1ª Semana Interamericana de Estudos Jurídicos e Sociais*. No entanto, faz uma ressalva de não haver no evento itens que se relacionam com “a família, dos seus direitos e de sua proteção”. Assim, se inscreveu para o item chamado “Intervencionismo Estatal na Atividade Privada”.

Analisando o Código Civil Francês (1804), no que se refere à regulação dos contratos de casamento, Stella (1956), corroborando com Ch. Beudant<sup>411</sup>, afirma que “é uma atividade privada pura, todavia, de interesse imediato à sociedade.” No entanto, assevera que alguns juristas e escritores não concordam com uma possível intervenção do Estado nesses contratos e utiliza um exemplo para tal afirmação:

A pretende-se casar com B. Entre ambos existem todas as condições favoráveis para a finalização do contrato de casamento. Apresentados os documentos exigidos por lei, incluindo entre esses o atestado de sanidade física e mental, o qual é manifestamente contrário ao consórcio por ser um dos nubentes portador de um mal hereditário. Tem-se como certo que a prole advinda do casal B e A, seria fatalmente portadora do mesmo mal. Não possuindo os noivos a condição física e mental necessária, a lei proíbe-lhes o casamento e não o celebra. À margem da lei, porém, os noivos passam a viver maritalmente e dessa união ilegal e desaconselhada provém uma prole infecta, conforme previu a medicina. Pergunta-se “qual a eficácia do instituto compulsório dos Exames Médicos Pré-Nupciais?” Eis a resposta: nenhuma. (STELLA, 1956, p. 46).

Ou seja, a partir do diagnóstico de que o casal não era apto ao casamento por não possuir boa saúde ou por portar alguma doença hereditária, o Estado nada poderia fazer

---

<sup>411</sup> Trata-se da obra *Cours de droit civil Français*, 2. ed., possuindo a Biblioteca de Ciências Jurídicas os volumes de 1934 a 1953. A discussão matrimonial está disposta em v.10, parte 1. Le contrat de mariage et les régimes matrimoniaux - v.10, parte 2. Le contrat de mariage et les régimes matrimoniaux.

para proibir ou extinguir o amasiamento do casal. Porém, relata Stella, controlar-se-ia dentro de “uma totalidade dos enlaces, a saúde dos noivos e da futura prole.” Stella também refletia e interrogava-se qual seria a medida legal para os filhos desses enlaces não autorizados. No entanto, afirma que uma resposta significativa para esta questão deveria ser mais aprofundada e, segundo o autor, na Filosofia do Direito, se encontrava uma base sólida da instituição do Exame Médico Pré-Nupcial. No entanto, a disciplina de Filosofia do Direito deixou de existir em 1931, sendo substituída por Ciência do Direito.<sup>412</sup> Há chances de a Filosofia do Direito ser parte de um tópico de discussão da disciplina.

A partir da Filosofia do Direito utilizou Tomás de Aquino para definir “pessoa”, “*persona significat id quod est perfectissimum in tota natura, scilicet subsistens in rationali natura*” (Pessoa significa o que há de mais perfeito em toda a natureza, uma pessoa subsistente de uma natureza racional (AQUINO, *apud* STELLA, 1956, tradução nossa). Utiliza-se de Boécio que conceituou pessoa como uma “substância individual racional natural”. No entanto, baseia-se em A. Machado Paupério, para quem o homem, como indivíduo, é apenas um átomo do organismo social, e deve, nessa qualidade, subordinar-se à sociedade, sacrificando, se preciso, seu bem individual pelo bem maior da coletividade. Mesmo possuindo direitos inatos, inalienáveis e imprescritíveis, como é o caso do casamento, conforme aponta Paupério, Stella se interroga: deve o Estado não intervir, mesmo que seja a própria sociedade que venha a sofrer tais consequências? Na opinião de Stella, o Estado poderia e deveria intervir pelo interesse geral da sociedade. Desta forma, mesmo após a Constituição de 1946, que garantia os direitos individuais, Frederico José Stella defendeu essa intervenção.

---

<sup>412</sup> A Reforma de 1931 cria a disciplina de Introdução à Ciência do Direito, em substituição à Filosofia do Direito. De 1912 até 1931, manteve-se Benjamin Lins na cadeira, e 1932 foi substituído por Antônio Martins Franco. Em 1932 o programa foi marcado pelo estudo positivo-naturalístico da sociedade, o estudo dos atos e fatos jurídicos. Em 1934, José Augusto Ribeiro, então interino da cadeira elaborou o programa que excluiu as questões naturalísticas, focando no estudo da teoria geral do direito, dos princípios gerais do direito, dos elementos componentes do Estado (população, território, governo). Em 1935, Benjamin Lins retorna, e o programa de ensino havia se modificado, mas outros permaneceram, como a explicação biológica da formação e desenvolvimento da sociedade. Em 1942, sob as mãos de Antônio Martins Franco desde 1932 - com exceção de 1934 e 1938, que teve como docentes José Augusto Ribeiro e Humberto Grande - o programa de ensino foi marcado por explicações naturalísticas da sociedade pelo menos até 1951, quando se aposenta. Conforme analisou Drummond (2011), manteve os programas elaborados por Benjamin Lins. Em 1952, quem assumiu a cátedra foi Ulysses de Mello e Silva, com a tese *A Justiça e o Direito*, que abandonou a perspectiva de ciência positivo-naturalista, dando fim ao “último reduto de uma orientação dos estudos jurídicos que marca os primeiros anos de ensino”. (DRUMMOND, 2011). A Reforma foi portanto, um forma de dogmática jurídica - tecnização -, que buscou hegemonia excluindo filosofia para ciência do Direito, mas que agiu no Direito Civil, e no Direito Penal. Ulysses de Mello e Silva era irmão dos médicos Justiniano Neto, Péricles de Mello e Silva, e Wallace Thadeu de Mello e Silva.

Ao falar dos exames pré-nupciais perante a Medicina, Stella chama atenção à ordem preventiva e saneadora da prática, na qual o exame se coloca como um método analítico que se bifurca em dois ramos: o psíquico e o físico. Todos os indícios eram estudados, tanto que, dos dois ramos, muitas subdivisões eram possíveis, a fim analisar tudo nos mínimos detalhes. Outra dúvida recorrente, segundo Stella, era o período ideal em que os exames deveriam ser feitos, com prazo longo em relação ao matrimônio. O autor revela que, segundo o Código Civil Brasileiro (LEI 3.071, 05/01/1916), em seu artigo 181, combinado com o artigo 182, os exames deveriam estar obrigatoriamente concluídos até o décimo quinto dia antes do enlace. (STELLA, 1956, p. 53).

No Brasil, os exames eram efetuados naquela época em clínicas de médicos particulares, conforme as propagandas das Figuras 2 e 3 indicavam, em associações filantrópicas e subvencionadas pelo Estado, como nos postos oficiais de exames médicos pré-nupciais. O primeiro, com pagamento de inteira responsabilidade dos nubentes; o segundo, com pagamento módico e o terceiro inteiramente gratuito, conforme apontou a reportagem do jornal *A Noite*, anteriormente analisada. Stella entendia que à legislação brasileira caberia, dependendo dos resultados dos exames, “autorizar, impedir e proibir em definitivo o casamento entre pessoas portadoras de doenças transmissíveis, hereditárias, infecto-contagiosas, etc” (STELLA, 1956, p. 54).

Stella analisou os caracteres principais dos Exames Médicos Pré-Nupciais, dividindo-os em três fases: a eugenia, a higiênica e a educativa. A primeira fase visava ao selecionamento do plasma germinativo, ou a qualidade dos gens através de prescrições. Os exames pré-nupciais proibiriam os casamentos disgênicos, os portadores de recessivos prejudiciais como a consanguinidade, e os doentes anômalos hereditários, tais como débeis mentais, epiléticos, cegos e surdos. A segunda fase, higiênica ou de profilaxia das doenças microbianas, combateria as doenças contagiosas, tais como a linogranuloma, a sífilis, blenorragia, tuberculose e lepra. A terceira e última fase era mais suave, cabendo-lhe a educação da prole ou reeducação dos pais. Antes da realização do casamento, os noivos receberiam aconselhamentos no sentido de sanar vícios, como o alcoolismo e toximanias. (STELLA, 1956, p. 54).

Nos casos de doenças como a tuberculose e a lepra, Stella recorre a uma bibliografia médica para afirmar que os nubentes que possuíam tais doenças – apesar de nessa década já estar provado que não eram doenças hereditárias – tornariam suas proles tuberculinizáveis ou leprosas. Ou seja, os filhos de leprosos e tuberculosos seriam fracos, desnutridos,

derruídos, de pouca vitalidade e presas fáceis de outras doenças. Stella chama isso de “herança triste de tristes pais”. (STELLA, 1956, p. 56). A bibliografia médica utilizada para esse momento do texto é de Francisco de Fuccio, que se colocava inteiramente favorável à proibição do casamento para esses casos. Stella acreditava que tais medidas eram “demais severas” e pregava uma maior cautela antes da definitiva proibição.

Em outros casos, como quando um dos nubentes possuía “a epilepsia, o sadismo, a clectomância, a idiotice, a hidrocefalia, a dança de São Vito, debilidade mental congênita, esquizofrenia, a loucura circular (maníaco depressiva), as cegueiras e surdez hereditárias”, Stella se coloca plenamente a favor do impedimento de matrimônio por parte do Estado. Esses casos são considerados por ele de “real perigo que se sujeita a prole” ou o “mal que tem levado milhares e milhares à ruína total”. Em outro trecho o autor afirma:

Mal que contamina os descendentes, brutaliza seus semelhantes, violando as regras da decência e do bom senso, que animaliza o homem, e gera monstros, que cria assassinos e entorpece os raciocínios, faz do homem sem rumos, sem destino e sem função, senão aquela triste sina da derruição da família, da solapação da sociedade, do empobrecimento da Nação. (STELLA, 1956, p. 58).

Nesse trecho, Stella se referia ao alcoólatra, considerado não um simples viciado, mas um paciente em estado patológico ou alguém capaz de “gerar doenças”. Assim, colocava-se favorável à proibição de casamentos de alcoólatras, no intento de salvaguardar a sociedade. Seguindo os textos de Afrânio Peixoto e Francisco de Fuccio, infere que o álcool era responsável pela “degeneração da raça”, mas também relata a determinação da decadência intelectual e enfraquecimento mental.

A proposição de Stella falava de uma nova lei reguladora dos exames médicos pré-nupciais, que estaria disposta no Código Civil Brasileiro (LEI 3.071, 05/01/1916), e a partir dos resultados do exame poderia autorizar o casamento, suspendê-lo por tempo determinado ou indeterminado e autorizá-lo em definitivo. O não cumprimento do texto legal implicaria a nulidade do contrato de casamento, e os transgressores estariam sujeitos aos rigores da lei penal, já que estavam prejudicando a sociedade. (STELLA, 1956, p. 61).

Stella criticou as decisões tomadas na Segunda Conferência Panamericana de Eugenia y Homicultura de las Republicas Americanas<sup>413</sup>, de 1934, ocorrida em Buenos Aires, que, em relação aos exames médicos pré-nupciais, optava pela não obrigatoriedade. Afirmava o autor que “a não obrigatoriedade, no caso, é um elemento de desprestígio à

---

<sup>413</sup> Durante esse evento, em Buenos Aires, houve no debate uma associação entre eugenia, puericultura e matrimônio, e indicou-se o novo Código da Criança do Uruguai como modelo de legislação eugênica. (PELÁEZ, 1999, p. 6-7).

própria lei e um convite a ociosidade”. Em sua opinião, poucos se dariam ao trabalho de fazer os exames e prefeririam a comodidade ao casamento eugênico. No entanto, no 1º Congresso Latinoamericano de Criminologia, ocorrido em 1938, também em Buenos Aires, optou-se pela obrigatoriedade dos exames médicos pré-núpcias. Havia diferentes decisões advindas de criminologistas e de eugenistas. Os últimos admitiam a voluntariedade, já os primeiros optavam pela obrigatoriedade dos exames, pois eram, segundo Stella, “mais juricistas” e pretendiam a universalidade da medida no sentido de aplicá-la e ter resultados efetivos. Os resultados desses congressos de médicos e juristas revelam o quão ambígua era a temática eugênica envolvendo a obrigatoriedade ou não dos exames médicos pré-nupciais.

O texto é defensor de grandes poderes de intervenção do estado e seu aparato médico e jurídico para impedir o casamento de pessoas consideradas pelas ciências em questão não merecedoras de possuir uma prole. Tudo isso em nome do bem geral, argumentado com termos médicos, jurídicos e filosóficos pela não degeneração da raça nacional. Variados exemplos advindos dos Estados Unidos da América, Noruega, Suécia, Dinamarca, Croácia, Suíça, Turquia, Alemanha, França, Itália, México, Cuba, Uruguai, Venezuela, Guatemala, Paraguai, Bolívia, Costa Rica, Argentina e União Soviética foram utilizados para demonstrar as lutas pela aplicação dos exames e em alguns países para afiançar o êxito de tais políticas biológicas. Este é um texto que demonstra que as questões eugênicas ainda balançavam a intelectualidade na Faculdade de Direito na década de 1950, conforme apontou a tese em questão, mas que devem ser visualizadas no caráter relacional com o campo médico e genético da Universidade.

### **5.3 O texto e suas proposições práticas**

Esse foi o texto ganhador do Concurso de Teses da 1ª Semana Paranaense de Estudos Jurídicos e Sociais, que demonstra relativo interesse acadêmico pelas teorias eugênicas, ainda discutidas em graus de coerção social dada a posição pela obrigatoriedade dos exames médicos pré-nupciais. Em relação à participação de Stella na *1ª Semana Inter-Americana de Estudos Jurídicos e Sociais*, ocorrida no mesmo ano em Porto Alegre, não encontramos informações relativas a um sucesso ou fracasso naquele Concurso de Teses. O relativo silêncio é revelador de que não venceu o concurso, que contou, segundo o jornal gaúcho *Diario de Notícias*, com delegações do Uruguai, Chile, Paraguai, Peru, México,

Equador, da Bolívia, Guatemala e Argentina, assim como quase a totalidade dos Estados do Brasil (DIARIO DE NOTÍCIAS, 01/05/1956). No entanto, conforme o jornal do dia 16 de maio de 1956, o acadêmico Frederico Stella desempenhou papel de destaque naquele grande certame interamericano. Ocupou funções de secretário para a língua portuguesa na direção geral dos trabalhos, representando o Brasil na Comissão de Declaração de Princípios. Dessa comissão eram evidenciados planos e posturas a se seguir no campo jurídico interamericano, portanto, uma dinâmica de postura internacional. Conforme o *Diário do Paraná*, brilhava o Paraná em todos os sentidos. (DIARIO DO PARANÁ, 16/05/1956, p. 5).

Frederico José Stella ainda apresentou sugestões relativas ao assunto. A primeira era que se oficiasse aos Poderes Públicos competentes, tanto Executivo como Legislativo das Nações, participantes do evento Inter-Americano, a fim de que adotassem o instituto preventivo e saneador caso ainda não possuíssem. A segunda sugestão era referente às propagandas e divulgações das vantagens advindas da medida eugênica dos exames. Em terceiro lugar sugeria cursos nas escolas primárias, secundárias e de ensino médio e industrial acerca da higiene social, “preparando a mocidade para o casamento eugênico”. A quarta sugestão era a adoção de uma medida universal e, sobretudo, obrigatória. Aconselhava também a criação de “Centros de Especialização de Médicos Eugenistas”. E, por último, recomendava que, no Brasil, a União criasse convênios com os Estados Membros para instalação de postos e cursos de Eugenia.

Havia, portanto, uma ânsia por parte do autor de que o assunto devesse ser tratado novamente como um problema de Estado. A proposição de Stella é reveladora desse retorno da temática eugênica na Universidade do Paraná da década de 1950; conforme constatamos, esteve adormecida pelo menos um decênio, mas (re) emergia para o campo de debate com relativo tom de coerção social, e repleta de contradições e ambiguidades semelhantes às décadas anteriores.

Devemos levar em conta que o campo da Genética Humana emergia nessa mesma década na Universidade do Paraná, e se cristalizou a partir do Serviço de Informações sobre Hereditariedade Humana, em 1957, dirigido por Newton Freire-Maia e ligada à cadeira de Biologia Geral, que visava ainda à formação do campo da Genética Médica e a ampliação e ensino desses conhecimentos ao campo médico. No entanto, não se tratava de um projeto de “Centro de Especialização de Médicos Eugenistas”, e sim de Genética Médica.

A escolha de Stella por utilizar um outro termo para o centro de formação foi de certa maneira intencional. Sua proposição parece se aproximar com a perspectiva da formação de médicos eugenistas, e não de médicos especialistas em Genética Médica. O fato da escolha do termo também é reveladora de que não houve nazificação<sup>414</sup> do conceito de eugenia – que caso contrario tornaria seu uso estigmatizado e como tabu -, e linguisticamente seu uso era aceitável dentro dos campos médico e jurídico. Stella apresentou na sua bibliografia a obra do americano Amran Scheinfeld intitulada *Você e a hereditariedade* (1943), obra que visava a divulgação da Genética Humana e que demonstra seu acesso a este conteúdo atualizado.<sup>415</sup>

Quando Stella afirma que a perversidade merecia um exame metódico, projetava que quem levasse consigo o estigma da perversidade era um anormal e não deveria constituir família. O exame deveria ser efetuado por psiquiatra, que visualizava desde idiotias até as imbecilidades, das neuroses às psicoses, dos traumas de guerra aos tratamentos e internações. (STELLA, 1956, p. 59).

No entanto, os exames também deveriam apontar a questão do determinismo de sangue na questão do fator Rh. Em relação à questão genética, Stella chamou atenção para a questão da importância da determinação do fator sanguíneo Rh antes do matrimônio, através desse exame médico pré-nupcial. Eram os estudos de Landsteiner e Wiener (1940), que apresentavam “um fator aglutinável no sangue humano, reconhecido pelo sôro imune para o sangue Rhesus”, abrindo caminhos novos para os estudos genéticos e raciais, mas também médico-legais. Nesse momento, Stella (1956) demonstra que os fatores Rh e Hr eram, conforme as leis de Mendel, transmitidos hereditariamente.<sup>416</sup>

Essas teorias hereditárias, trazidas à tona por Stella, revelavam sua crença no mendelismo e, sobretudo, a possibilidade de usar suas leis no sentido eugênico. Seu projeto dos Centros de Especialização de Médicos Eugenistas viria a dar conta da aplicabilidade

---

<sup>414</sup> Nazificação pode ser visto por dois motes interpretativos: o primeiro, de que nazificação do conceito de eugenia significa que o conceito passou a ter um significado ligado a horrível visão de mundo nazista, preocupado com a pureza; enquanto a segunda, de que o conceito de eugenia não tinha necessariamente uma definição ligada ao nazismo, e passou a ser condenado pela suspeita de que tivesse.

<sup>415</sup> No Brasil a obra de Amran Scheinfeld foi publicada na coleção A Ciência Hoje. A Biblioteca de Ciências Biológicas possui a obra em inglês e espanhol: *Usted y la herencia* (1946) e *You and heredity* (1939), que possivelmente estiveram disponíveis desde a criação do Laboratório de Genética.

<sup>416</sup> Karl Landsteiner (1868-1943), Prêmio Nobel em 1930, conseguiu identificar, nos seres humanos, quatro grupos sanguíneos incompatíveis entre si e com distribuição desigual na população. A partir dessa pesquisa, outros pesquisadores começaram a correlacionar uma possível existência entre indivíduos portadores, em grupos idênticos, de afinidades fisiológicas, predisposições às doenças, ou traços psicológicos e comportamentais - como veremos adiante.

eugênica, em que até mesmo a perversidade poderia ser clinicamente visualizada pelo psiquiatra.

Após a produção deste texto jurídico, se manteve titular do Departamento Cultural do centro acadêmico, e em julho de 1956, estava recepcionando teses para a IV Semana de Estudos Jurídicos e Sociais, que ocorreriam em Goiânia-GO (DIÁRIO DO PARANÁ, 18/17/1956, p. 5).

Em 1957, Frederico José Stella ocupava o cargo de Chefe de Divisão da Administração Geral do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. (O DIA, 08/03/1957, p. 3). No mesmo ano, durante conferência do vice-cônsul da Holanda, o dr. Ternius van den Berg, Stella fez uma saudação como representante do Centro Acadêmico Hugo Simas. (O DIA, 13/04/1957, p. 5). Portanto, em 1957 ainda estava vinculado à Faculdade de Direito, formando-se no fim desse ano.

Em sua carreira de advogado, podemos citar um caso de 10 de dezembro de 1957, no qual, diante de um Tribunal do Júri, defendeu um homem que deferiu dezoito facadas na esposa, usando a estratégia de desqualificar a acusação da promotoria - representada por Eros Gradowski, por homicídio seguido de tentativa de esquartejamento. O argumento de Stella e Nivaldo D'Arcanhi, advogados, foi que o réu deveria ser indiciado por lesões corporais sem o desejo de matar, já estava defendendo sua honra diante da traição da esposa. A desqualificação foi negada pelo Juiz Ariel Ferreira do Amaral e Silva, que o condenou a doze anos de prisão. (O DIA, 10/12/1957, p. 8).

Foi da comissão de formatura da sua turma, eleita em maio de 1958. Nesse ano ainda participou de um concurso de oratória, na qual o melhor colocado representaria o corpo discente da Faculdade no VIII Semana de Estudos Jurídicos, em Natal-RN. A banca foi formada por Laertez Munhoz, Altino Portugal Soares Pereira, Athos Morais de Castro Velozo, Raul Gomes, Oscar Martins Fomes, Ildfonso Marques e José Rodrigues Vieira Neto. Na disputa, Frederico José Stella ficou na segunda colocação, atrás de Milton Luiz Pereira. (DIÁRIO DO PARANÁ, 16/09/1958, p. 8).

Ademais, Frederico Stella, depois de graduar-se em Direito, em 1958, trabalhou como advogado de defesa de réus em Tribunal do Júri, recebendo pagamento via Estado. Em 1960, foi diretor fiscal e membro da Sociedade Anônima chamada Agropema.<sup>417</sup>

---

<sup>417</sup> Em 1968, fez parte da diretoria do Rotary Clube de Curitiba-Portão, ocupando a Direção de Protocolo. No mesmo ano fez parte da diretoria do Sindicato da Indústria de Madeiras Laminadas e Compensadas, no Estado do Paraná. Em 1980, foi coordenador de desenvolvimento do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, a CEAG.

Manteve-se nesses anos, concomitante, na prestação de serviços de assistência social a condenados da Justiça.

#### **5.4 Estudos criminológicos no campo médico: aplicação de novas teorias na década de 1950**

Neste item, analisaremos como as teorias biologizantes e deterministas se fizeram presentes em produções acadêmicas do campo jurídico paranaense. Buscamos compreender a lógica biológica que se apresentava em diversos exames de delinquentes que estavam cumprindo pena na Penitenciária do Estado, mas também de jovens que estavam no Educandário da Pontifícia Católica e de rapazes da Escola de Aprendizagem Profissional para Menores, de Campo Comprido, na década de 1950.

O objetivo é compreender, de um lado, como os delinquentes eram classificados e encaixados em teorias que estavam em voga na década, mas que traziam em seus dados muitos dos conhecimentos que perpassaram pelos debates biodeterministas de matriz francesa; de outro lado, os jovens educandários e aprendizes, igualmente interpretados sob o viés biodeterminista, mas de matriz húngara e da crítica estadunidense.

Na década de 1950, observa-se uma série de reivindicações acerca dos problemas penitenciários e criminológicos no Brasil. De 1945 até 1950, a Penitenciária passou por muitas turbulências, local no qual a dignidade humana inexistia. Ainda em 10 maio de 1950, escreveu Alfredo Honório da Costa, ao jornal *Diário da Tarde*, “todo o mundo sabe que nessa época”, referindo-se ao período de 1947 até 1950, “a Penitenciária do Ahú fora transformada em campo de concentração nazista, tal a truculência a que eram submetidos os encarcerados.” (DIÁRIO DA TARDE, 19/05/1950, p. 1-6). O periódico acusou diretamente a culpa da Direção da Penitenciária do Ahú, o sr. Pedro Ivo Lafite Rocha e o Governador Moysés Lupion, que governou de março de 1947 a janeiro de 1951.

Em abril de 1951, já no Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, a indicação política de Edgar Linhares Filho ao cargo de Presidente do Conselho Penitenciário gerou desconforto aos membros conselheiros. Em maio de 1951, Alô Guimarães, por motivos antagônicos ao governo no poder, pediu afastamento da Direção do Departamento Médico Legal e da Presidência do Conselho Penitenciário. (O DIA, 10/05/1951, p. 1). Tudo leva a crer que a indicação teve de ser modificada pela questão da competência técnica que o cargo exigia. Aparentemente, Alô Guimarães se manteve no cargo até 1956, quando passou

a Presidência do Conselho Penitenciário a Laertes Munhoz, que ocupava o cargo de Procurador Geral do Estado de 1955 a 1956 (A TARDE, 07/04/1956, p. 8), mas também era professor catedrático de Direito Penal da Universidade do Paraná. Essa troca pode indicar uma mudança na constituição do Conselho, que troca a perspectiva do Perito Psiquiatra e Médico Legal, o dr. Alô Guimarães, para uma perspectiva tecnicista e dogmática, do catedrático de Direito Penal, a partir do dr. Laertes de Macedo Munhoz.<sup>418</sup> No entanto, analisando uma produção de Laertes Munhoz, fica perceptível que defendeu o amplo conhecimento em Criminologia, Antropologia, Criminal, Biologia Criminal e Psicologia Criminal na formação dos Juízes, afastando-se do caráter estritamente tecnicista.

Em 25 de junho de 1951, ocorreu outra troca, pediu exoneração do cargo de Diretor da Penitenciária do Estado o Tenente Coronel Elísio da Costa Marques, que exerceu o cargo desde ao menos dezembro de 1948, e assumiu o cargo José Muniz de Figueiredo (x-1957). Em 1952, o Dr. Aldo Penteado de Almeida passou a ocupar o cargo de membro do Conselho Penitenciário.

Em julho de 1952, foram aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça mais duas cadeiras nos cursos jurídicos, Direito Penitenciário Brasileiro e Comparado, com temáticas de Sociologia Criminal, Penologia e Técnica Penitenciária. A segunda cadeira era de Endocrinologia, Biotipologia e Biopsicologia Criminal. O projeto foi apresentado na Comissão por Carvalho Neto e relatado por Antônio Horácio. Conforme o relator:

O Direito Penitenciário adquiriu foros de independência; o crime, universal e eleito, alargou as bases do direito penal, da sociologia e da política criminal, determinando, por outro lado, maior defesa da sociedade, na repressão dos delitos e na execução dos criminosos para efeitos penitenciários, de individualização da pena, para que cada delinquente receba tratamento adequado, da magistratura criminal, da separação dos sentenciados, do livramento condicional, de assistência social aos condenados, enfim, de uma série de medidas outras tendentes a readaptar o criminoso, recuperando-o moral, psicologicamente, para a vida em sociedade. (O DIA, 29/07/1952, p. 2).

Com essas considerações, Antônio Horácio deu parecer favorável, concordando com a constitucionalidade do projeto e foi enviado à Comissão de Educação e Cultura, que se manifestaria acerca do mérito do projeto. (O DIA, 29/07/1952, p. 2).

---

<sup>418</sup> Drummond (2012) relatou que nos 30 primeiros anos “os programas de ensino e os manuais consultados pelos alunos indicam a ênfase na criminologia positivista, mas também o interesse por obras claramente contrárias ao discurso dos prosélitos da escola positiva”. Laertes Munhoz elaborou, conforme Drummond, um programa de ensino em que levou em conta o “desenvolvimento da ciência penal aquele integrado por juristas como Arturo Rocco, passando a tratar o Direito Penal a partir de uma perspectiva eminentemente dogmática, em que a teoria do crime assume posição destacada.” (DRUMMOND, 2012).

Em 1952, ocorreu, no Rio de Janeiro, a 1ª Reunião Penitenciária Brasileira, que regulou os padrões mínimos a serem adotados nas penitenciárias, baseados na recomendação da ONU e a respeito da posição do Brasil. Como representante do Paraná foi designado José Muniz de Figueiredo, o Diretor da Penitenciária Central e Prisão Provisória do Estado, no cargo desde 25 de junho de 1951. Um dos temas abordados foi a melhoria do regime alimentar nos presídios; ao jornal *Diario da Tarde*, o professor Lemos Brito, presidente do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro em 1952, além de Inspetor Geral Penitenciário, reconheceu como práticas importantes para o tratamento do sentenciado com humanidade, recuperá-lo ao convívio social.

(...) via de regra, o descontentamento dos detentos e presidiários começa na má qualidade da alimentação, na escassa quantidade e a maneira por que lhes são distribuídas as refeições. (...) Há cerca de trinta anos, fazendo uma visita aos estabelecimentos penais de todo o país, notou coisas incríveis em matéria e alimentação dos delinquentes, pois a comida era mal condimentada, mal cosida e geralmente com produtos deteriorados. (DIARIO DA TARDE, 01/12/1952, p. 2).

Lemos Brito, que foi o delegado do Brasil na Comissão Penal e Penitenciária da ONU, em 1951, introduziu acerca da necessidade de abolir no Brasil os métodos antigos, que porventura eram ainda adotados. Conforme Lemos Brito, coube a ele como atributo de delegado do Brasil na Comissão

emitir um longo parecer, de cerca de setenta laudas datilografadas, no qual congreguei as aspirações da ONU com as nossas leis penais e penitenciárias e as nossas realizações. Esse parecer demonstra que em inúmeros pontos essenciais o Brasil já superou os padrões mínimos, embora careça ainda de materializá-las noutras, em obras e serviços. (DIARIO DA TARDE, 01/12/1952, p. 2).

Foi nesse contexto que as ações da ONU se deram de forma mais presente na opinião pública paranaense, mobilizando o Diretor da Penitenciária, o sr. José Muniz de Figueiredo, para as discussões internacionais apresentadas por Lemos Brito por meio do parecer referente às penitenciárias brasileiras. Nesse sentido, chamamos atenção ainda para a produção da tese de cátedra de José Nicolau dos Santos, apresentada em agosto de 1952. Intitulada *ONU: Estado, Proto-Estado ou Super-Estado?* (1952), a tese de Santos estipulava que as pretensões pela criação da ONU visavam a propósitos e finalidades a partir de ações preventivas e educativas, ante a possibilidade de ações de repressão. José Nicolau dos Santos listou que dois aspectos formavam instrumentos da ONU. A UNESCO, uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, fundada em 4 de novembro de 1946, defendia que “a difusão da cultura, a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz” eram “indispensáveis à dignidade do homem” e constituíam

“um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de auxílio mútuo”. (SANTOS, 1952).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, a 10 de dezembro de 1948, conforme José Nicolau dos Santos (1952), foi precioso instrumento da ONU, na medida em que revelou a interdependência entre as ideais de paz, justiça e liberdade que deveriam ter como base o “reconhecimento da dignidade intrínseca e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana”. Baseando-se na obra de Ilmar Penna Marinho, *O Novo Direito Internacional*, José Nicolau dos Santos relatou que “o processo de Nuremberg veio abrir perspectivas novas no campo do Direito Internacional e todos os atos que foram à consciência universal da justiça, ainda que praticados pelos Estados dentro de suas soberanias, eram passíveis de sanção internacional.” (SANTOS, 1952, p. 151). José Nicolau dos Santos considerou a Corte de Nuremberg a inauguração da justiça superestatal e preconizou um novo progresso do Direito das Gentes, sendo que a ratificação das decisões de Nuremberg por parte da ONU foi de suma relevância à emergência do Direito Internacional.

Para Laertes Munhoz, em *Repressão internacional da criminalidade* (1953), o juízo de Nuremberg foi um episódio afirmativo da necessidade de um prévio entendimento para a “cooperação internacional na repressão dos crimes contra a paz, dos crimes de guerra e, sobretudo, dos crimes contra a humanidade”. Utilizando-se do professor da Faculdade de Direito de Paris, Georges Scelle, afirmou que Nuremberg foi um dos primeiros passos para a edificação de um Direito Internacional novo, de uma ordem jurídica mundial a que tem faltado, para se revelar, a pressão de uma ética de indignação e de terror. (MUNHOZ, 1953, p. 123).

Citou ainda o professor Gilberto Amado, membro da Comissão de Direito Internacional da Assembleia Geral das Nações Unidas, para quem os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio abriram espaço ao direito penal internacional.<sup>419</sup> No entanto, esse foi um ponto contraditório, já que os vencedores julgaram os vencidos. No tocante ao tribunal, Jimenez de Asúa considerou-o um “rotundo fracasso jurídico”.<sup>420</sup> Abordou ainda

---

<sup>419</sup> Tribunal de Tóquio- trata-se do Tribunal Militar do Extremo Oriente, que se diferenciava do tribunal de nuremberg por caracterizar-se como guerra de agressão (não-declarada) - baseado no ataque à Pearl Harbor, ao contrário da guerra declarada pela Alemanha. O Tribunal de Tóquio julgou crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

<sup>420</sup> O argumento utilizado por Gilberto Amado para afirmar que os Tribunais em questão levavam em conta o princípio dogmático penal que “não há crime nem pena sem lei prévia”. (MUNHOZ, 1953, p. 124).

o ponto da responsabilidade individual dos crimes internacionais, interpretação advinda do reitor da Universidade de Atenas, o prof. Spyropoulos. Esta questão foi aceita na Convenção da ONU e foi nomeada pelo jurista polonês e judeu Raphael Lemkin de genocídio. Assim, foi defendido que dos crimes contra a humanidade, ainda que conexos à guerra, o que mais se destacou foi a perversidade dos seus agentes, quer morais, quer materiais. (MUNHOZ, 1953, p. 131). Buscou Laertes Munhoz tratar do Direito Penal Internacional como um tipo de ação preventiva que evitasse nos povos “as hecatombes, e com elas, o clima propício para que os malfeitores de todos os matizes encontrem campo aberto para as suas taras criminosas”. (MUNHOZ, 1953, p. 141). Para Alcides Munhoz Netto, a unificação de um Direito Penal Internacional positivo seria uma ramificação do Direito Público Internacional, que determinava infrações, penas, responsabilidade penal internacional dos Estados e dos indivíduos. (MUNHOZ, 1953, 146).

Em 12 de julho de 1953, Curitiba sediou a 2ª Reunião Penitenciária Brasileira. O evento, ocorrido no Colégio Estadual do Paraná, fez parte das Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, patrocinado pelo Governo do Estado e pela Associação Brasileira das Prisões. O evento foi organizado pelo dr. José Muniz de Figueiredo, Presidente da Comissão Executiva e Diretor da Penitenciária Central do Estado, que recepcionou os congressistas no aeroporto Afonso Penna. Dentre os participantes estavam Theobaldo Neumann, secretário de Interior e Justiça do rio Grande do Sul, Plauto D'Azevedo, diretor da Penitenciária Central do RS, Major Victórico Canepa, diretor da Penitenciária do Distrito Federal e Presidente perpétuo da Associação Brasileira de Prisões, Major Sales Paim, diretor da Casa de Detenção do Distrito Federal, Alberto Santos Filho, diretor da Penitenciária de Neves-MG, e Otto Cirylo, membro do Conselho Penitenciário de São Paulo. (O DIA, 11/07/1953, p. 12). Esteve no Paraná novamente o dr. José Gabriel de Lemos Brito, representando o Presidente de Honra, o Ministro Tancredo de Almeida Neves, que não pode estar presente.

Como resultado da 2ª Reunião Penitenciária Brasileira, produziu-se um relatório que foi enviado ao Ministro da Justiça, Tancredo Neves. O Relatório propôs conceder um indulto especial, em dezembro de 1953, por ocasião do Centenário do Paraná, aos detentos que haviam cumprido ao menos dois terços da pena. No entanto, continha duras críticas às condições materiais da Penitenciária do Ahú, que “já devia estar condenada pela Saúde Pública e pela própria Liga de Defesa dos Animais” só havendo duas em tão deplorável apresentação: a de Alagoas e do Paraná.

O estabelecimento prisional do Ahú foi tratado como inconcebível, medieval. O *Diário da Tarde* entrevistou três autoridades e eminentes penitenciariastas, majores Salles Paim e Vitório Canepa, e o representante argentino, Don Roberto Petinato. O último inferiu que embora se tratando de um prédio velho nem por isso devia faltar higiene, enquanto que os majores cariocas lamentavam que um estado progressista por excelência não tinha incorporado ainda tais aspectos de humanidade. (DIÁRIO DA TARDE, 31/08/1953, p. 1-4). Esse relatório de 1953 surtiu um efeito negativo ao Estado e ao Governo, representado na figura de Bento Munhoz da Rocha. Foi a partir dessa crítica que se tornou mais urgente a finalização do projeto de construção da Penitenciária Central do Estado. A construção da Penitenciária Central do Estado em Piraquara iniciou-se na administração de Manoel Ribas e terminou na de Moisés Lupion.

Em 17 de fevereiro de 1954, com a Lei 1767, foi criado o Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado - DEPE, e designado como Diretor-Geral o Dr. José Muniz de Figueiredo, que já era o diretor da Penitenciária do Estado (Ahú) e da Prisão de Mulheres da Rua Barão do Rio Branco.<sup>421</sup>

A Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, foi inaugurada em 1º de dezembro de 1954. (DIÁRIO DA TARDE, 24/11/1954, p. 6). A partir de então iniciou-se a instalação de oficinas, lavanderia, padaria e cozinha, organização das galerias para receber os sentenciados que se transferiram para as novas instalações em setembro de 1955. A “Prisão de Mulheres” foi transferida somente em março de 1956, dos fundos da Delegacia de Plantão em Curitiba para a Penitenciária Central do Estado, sendo instalada provisoriamente na ala especial na parte superior do Bloco 4, na Divisão de Saúde. (DIÁRIO DA TARDE, 24/11/1954, p. 6).

Em 4 de fevereiro de 1956, tomou posse o novo Diretor Geral dos Estabelecimentos Penais, o bacharel Newton Fernando Stadler de Souza. (DIÁRIO DO PARANÁ, 04/02/1956, p. 2). Em 27 de junho de 1956, o jornalista Antonio Pacheco teve oportunidade de visitar a nova Penitenciária Central do Estado e escreveu uma matéria acerca da questão. Conforme argumentou, para ter noção do que de concreto, de positivo, de sensato, de humano se fazia no Paraná em relação à recuperação do delinquente era necessário visitar a Penitenciária. Utilizando a máxima de Lombroso, na qual “todo criminoso era um doente e deveria ser tratado”, achava oportuno relatar que na Penitenciária Central do Estado do

---

<sup>421</sup> Antes da criação do Departamento de Estabelecimento Penais do Estado, os órgãos responsáveis pelas Cadeias e Penitenciária do Estado eram a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e a Chefatura de Polícia.

Paraná, realmente o preso era tratado “mais como doente do que como ser normal”, pois era um “doente da personalidade, um enfermo social e por isso mesmo merecia cuidados especiais”. (DIARIO DO PARANÁ, 27/06/1956, p. 7)

O tratamento mais conveniente e os principais medicamentos eram, segundo Antonio Pacheco, assistência religiosa, escolar, médica, dentária, farmacêutica e jurídica. O respeito pela pessoa do delinquente, o trabalho nas seções industriais e agrícolas, o relativo conforto das instalações, tudo balanceado com a dirigida disciplina, severidade no tratamento e assistência moral. (DIARIO DO PARANÁ, 27/06/1956, p. 7). Os serviços médicos, dentário e farmacêutico continham sala de cirurgia, de raio-X, gabinete de biotipologia, 5 enfermarias com 7 leitos cada, farmácia, gabinete dentário, sala de curativos. (DIARIO DO PARANÁ, 27/06/1956, p. 7). Esta foi a estrutura que estava disponível à equipe do sistema penitenciário e dos sentenciados.

Durante a V Reunião Penitenciária Brasileira, ocorrida de 11 a 18 de março de 1957, em Porto Alegre, o Diretor da Penitenciária Central, Newton Fernando Stadler de Souza, esteve presente e apresentou a tese *Serviço Social no Estabelecimentos Penais e Patronatos*.<sup>422</sup> (DIARIO DO PARANÁ, 09/03/1957, p. 8). Possivelmente eram suas experiências como Diretor Geral dos Estabelecimentos Penais no novo complexo penitenciário, em Piraquara. No entanto, em 3 de abril de 1957, ocorreu a primeira rebelião na Penitenciária Central do Estado.

Em 1956, foi instalada no Rio de Janeiro a Secção de Biopsicologia do Presídio do Distrito Federal. Podemos afirmar que a implementação foi ponto crucial para a reflexão e prática dos intelectuais paranaenses no que diz respeito aos estudos criminológicos. O moderno sistema penitenciário instaurado contava com a colaboração de um clínico e de um psiquiatra, que atuavam em sólidas bases científicas, conforme evidenciou o jornal *O Dia*, de 27 de novembro de 1956. No Rio, contava com a direção do dr. Luiz Angelo Dourado, médico da instituição penal. A proposta visou proceder um exame psicofísico do presidiário, objetivando descobrir traços caracterológicos e temperamentais, conflitos psicológicos e atitudes indicadoras de periculosidade, presença de anormalidade somáticas e psíquicas e do o mais que relacionasse com o indivíduo. (O DIA, 27/11/1956, p. 12)

---

<sup>422</sup> Estiveram no conclave penitenciário, além de Newton Fernando Stadler de Souza, Joaquim Brito de Lacerda, que defendeu a tese *Medidas de Segurança*, Miguel Zaldan, diretor da Prisão Provisória do Ahú, e o bacharel Moysés de Oliveira, ex-membro do Conselho Penitenciário. Nesse evento, se fez presente a autoridade nacional, o prof. Nelson Hungria. (DIARIO DO PARANÁ, 09/03/1957, p. 8).

Visava também à análise da natureza e o número de fatores ambientais que exercem influência decisiva na conduta criminal primária e nos casos de reincidência. Examinar igualmente a conduta do internado durante sua estada no Presídio, objetivando selecionar e recuperar o indivíduo à convivência social. À Seção cabia ainda expedir laudos dos exames e observações efetuadas em cada detento, contendo conclusões e diagnósticos referentes à personalidade e ao tipo de anormalidade psicofísica, se existente. A Seção de Biopsicologia estaria em cooperação ativa com o Conselho Penitenciário no processos de liberdade condicional, examinando caso a caso. (O DIA, 27/11/1956, p. 12). A criação da Seção de Biopsicologia pode ter sido decisiva para se instalar, em 1956, o Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária Central do Estado, em Piraquara.

Em 1957, Roberto Lira visitou a Faculdade de Direito do Paraná e palestrou na aula inaugural do ano letivo o assunto *O que virá depois das prisões*. (DIARIO DO PARANÁ, 10/03/1957, p. 8). Na ocasião, criticou o sistema, afirmando que “a maioria das prisões brasileiras constituem um atentado à civilização de nossa Pátria, não oferecendo as mínimas condições de higiene”. (DIARIO DO PARANÁ, 12/03/1957, p. 8). Não era, portanto, a solução para se recuperar um delinquente. Comentou, em entrevista ao jornal *Diario do Paraná*, que desconsiderava o termo delinquência infantojuvenil, pois o menor não era responsável por seus atos. Assim, considerou caso delicado que deveria ser encaminhado o jovem a fim de evitar o perigo a que estava sujeito. (DIARIO DO PARANÁ, 10/03/1957, p. 8).

Em entrevista ao *Diario do Paraná*, em 12 de março de 1957, Roberto Lira apresentou sua opinião acerca do problema do menor. Esta era uma discussão que girava em torno da responsabilidade penal

Sobre esse problema devo declarar que não concebo absolutamente Tribunal para menores. Para mim não existe o termo delinquência infanto-juvenil, conforme tenho afirmado em meus livros. Neste caso a quem se deve punir os pais? É nosso dever encaminhar o menor para o bem, evitando o perigo, a que está sujeito. É um problema delicado e que me comove profundamente. (DIARIO DO PARANÁ, 12/03/1957, p. 1).

Foi nessa ocasião que Lira foi convidado a publicar um artigo na revista *Themis*, que, dois meses depois, se concretizou a partir do título *O aumento da criminalidade*. (DIARIO DO PARANÁ, 10/05/1957, p. 5). Citava no texto o abuso do sensacionalismo das notícias referentes aos crimes, que intranquilizavam o povo e exigiam providências. E, para isso, bradava, o aumento da criminalidade não era “assunto para o diletantismo. Até mesmo os sociólogos carecem até de dados estatísticos para estabelecer a relação rotineira

entre os número de crimes (“qualidade” e “normalidade”) e a evidência demográfica (crescimento da população).” (LYRA, 1957, p. 16).

O essencial, conforme apontou Lira à revista jurídica paranaense, era distinguir entre os problemas da Criminologia e os do Direito Penal, entre as soluções e os paliativos urgentes, acessíveis e viáveis. Para Lira, a Criminologia - considerada ciência jovem, fragmentada e perseguida - havia de “temperar o seu otimismo clínico, administrativo ou jurídico, na luta pela prevenção da delinquência e, mesmo, da periculosidade pré-delitual.” (LYRA, 1957, p. 16).

E acerca dos fatores a que a Criminologia deveria se deter, apresentava que

A Antropologia Criminal foi até às raízes atávicas, a herança mais remota. A Psicologia desbravou as selvas do inconsciente. Mas, a evidência da causa das causas virá da Sociologia, cada vez mais preocupada com a origem social dos extremos desajustamentos desde as sedes germinais. (LIRA, 1957, p. 17).

Assim, Lira afirmava que a Criminologia não deveria ser utilizada para o imediato e o urgente. Lira ainda empreendia a exaltação dos serviços realizados no Instituto de Criminologia acerca dos

vários aspectos das necessidades, examinando recursos disponíveis; discriminando matéria regulamentar para evitar, quando desnecessárias, as delongas da tramitação parlamentar; especificando as áreas de competência da União, dos Territórios, do Distrito Federal, dos Estados; fixando as peculiaridades regionais. (LIRA, 1957, p. 18).

Lira atenta e instiga os leitores da revista *Themis* para os interesses de um Instituto de Criminologia, que discutisse e compreendesse as situações da especificidade regional. A intenção de Lira era instigar os docentes e discentes da Universidade - já que *Themis* era uma revista acadêmica de Direito - a criarem um instituto que colocasse em ação práticas da Criminologia como políticas públicas.

Nesse sentido, 1957 é um outro marco para o campo, ano da fundação da Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná, que congregou juristas, psiquiatras e peritos da Polícia Técnica. A diretoria da entidade era constituída pelo presidente, prof. Ernani Simas Alves, vice-presidente, Arlindo Blume, secretário geral, Frederico Todeschini, secretário Mario Piloto<sup>423</sup>, tesoureiros, Elias Zacharias e Antônio B. Galdus, oradores, Eduardo Corrêa Braga e Henrique C. Lenz César, bibliotecário Aramis Bertoldi. O Conselho científico era formado por Alô Guimarães, Joaquim Xavier de Castro, Aly Quadros da Silva, Eros Gradowski e Acyr Saldanha Loyola. (O DIA, 27/11/1957, p. 5).

<sup>423</sup> O dr. Mario Pilotto ocupava cargo no Departamento Médico Legal.

A criação da Sociedade demonstra como esses intelectuais se organizam e iniciam uma série de estudos no campo criminológico paranaense, que acenderiam os debates acerca do caráter biológico e psicológico no campo, além de experimentarem certas teorias que circulavam no campo criminológico.

Dentre a literatura criminológica, Leonídio Ribeiro, em *Criminologia* (1957), trouxe um esboço de como a ciência criminologista traziam consigo muito da Escola Positiva de Direito Criminal. Essa era o resultado de três textos cernes: *Homem Delinquente*, de Lombroso, *Teoria da imputabilidade e a negação do livre arbítrio*, de Enrico Ferri e, por último, a monografia de Rafael Garafolo, chamada *Temeridade ou o perigo do delinquente como critério positivo da penalidade*.

Para Ribeiro (1957), foram as reformas de métodos práticos na aplicação da justiça as principais influências transmitidas pela Escola Positiva, pois trouxeram à tona o exame antropológico do delinquente, que abria possibilidade de classificação e estudo individualizado. É interessante enfatizar que as teorias criminológicas envoltas em Lombroso e seus discípulos ficaram famosas durante o início do século XX, como uma teoria puramente biologizante em relação ao crime e ao criminoso. No entanto, Leonídio Ribeiro, no ano de 1957, publicou o texto *Criminologia*, que em diversos trechos faz uma certa proteção da Escola Positiva. Comentava “(...) Engano é pensar que a Escola Positiva só reconhecia as causas biológicas do crime. No próprio Congresso reunido em Roma, em 1885, já figuravam, no programa oficial, duas sessões distintas: biologia criminal e sociologia criminal. (...)” (RIBEIRO, 1957, p. 22). Nessa linha de pensamento de Leonídio Ribeiro, engano também seria pensar que esse viés biologizante deixou de ser central nas análises acerca do crime e do criminoso.

Demonstraremos como o determinismo biológico se manteve sólido no campo criminológico paranaense. Os documentos analisados neste capítulo levam em conta como os intelectuais paranaenses vincularam todas as formas de individualização do delinquente, de modo a esquadrihá-lo a partir de características biológicas e sociais.

Assim, discutimos como as textos acadêmicos criminológicos se inseriram na prática científica paranaense. Questiona-se quem estava produzindo ciência, com quem debatiam, quem orientava as pesquisas, de quem recebiam apoio acadêmico. Duas produções científicas em que discentes da Faculdade de Medicina do Paraná estavam envolvidos serão analisadas, a fim de compreender as interpretações sociais que faziam a

partir das teorias e metodologias que utilizaram, assim como a questão prática da pesquisa a partir de seus objetos de análise.

O primeiro deles foi um caso visualizado a partir da análise do texto acadêmico *Síndrome do Homicídio, Homossexualismo e Suicídio no Teste Psicodiagnóstico de Szondi* (1955), de autoria de Frederico Todeschini. Acerca da proveniência familiar de Todeschini, sabemos que era filho do industrial Henrique Todeschini e Pierina Todeschini, e, portanto, herdeiro da família de industriais do gênero alimentício, a Todeschini & Irmãos, fábrica fundada em 1885 e especializada em massas, fubá de milho e torrefação de café.<sup>424</sup> Pierina era de nacionalidade italiana, herdeira da Companhia de Navegação Generale Italiana, além de uma organização bancária e várias empresas financeiras. Dessa união nasceram Max (1922-1941), Frederico (193x-1963)<sup>425</sup> e Saveria. Em 1925, partiu com sua família à Europa em visita a sua família e a negócios. Há possibilidade de Frederico ter até mesmo nascido e vivido na Itália.

Teve uma educação católica, pois, quando coletou as fontes para a pesquisa no Colégio Paranaense-Internato, agradeceu a gentileza dos Reverendos Irmãos Maristas, dizendo se orgulhar de ter “sido aluno por vários anos”. (TODESCHINI, 1955, p. 31).<sup>426</sup> Todeschini possuía uma proveniência familiar abastada e frequentava os clubes esportivos da cidade. Em 1948, seu nome esteve elencado entre os melhores colocados em concurso de tiro ao alvo. (O DIA, 19/09/1948, p. 5).

Era cunhado do médico psiquiatra Ernani Simas Alves, que se casou com sua irmã, Saveria Todeschini Alves, provavelmente próximo ao ano de 1945, quando tiveram o primeiro filho. Há possibilidades dessa nova relação social ter sido importante para sua opção pelo curso de Medicina e especialidade, e para sua ascensão na especialidade do campo psiquiátrico e criminológico.

Em 1949, era funcionário público da Secretaria de Estados Negócios da Fazenda. (O DIA, 07/06/1949, p. 10). Em 1953, fez parte da Polícia Técnica, conforme visualizado em

---

<sup>424</sup> A indústria foi criada pelos avós de Frederico Todeschini, José e Domingas (x-1928), que eram imigrantes advindos de Verona. Henrique era o filho caçula de 8 filhos. Para saber mais, ver entrevista com Henrique Todeschini, em *Diário do Paraná*, 16/03/1969, p. 6.

<sup>425</sup> Frederico Todeschini nasceu em 31 de maio, provavelmente no ano de 1932. O ano foi calculado em relação a sua entrada na Faculdade de Medicina, em 1950.

<sup>426</sup> O internato do Colégio Paranaense foi criado em 1919, quando ainda se chamava Ginásio Paranaense e em 1925 passou a administração dos padres lazaristas e entre 1939 e 1942, pelos Irmão Maristas do Sul. O Colégio Paranaense modificou seu nome em 1942. Desde os anos 1930, no internato, os professores tinham uma formação majoritariamente militar, na Educação Física por exemplo, a disciplina era marcadamente militar. (CHAVES JUNIOR, 2004, p. 66-81). Enquanto que o externato tinham professores de todos os setores da sociedade.

sua participação em uma chamada de incêndio de uma casa em Curitiba. (O DIA, 06/06/1953, p. 2). Percebemos também que, em 1955, Frederico Todeschini ocupava a profissão de Perito Criminalístico, por isso havia feito tal recorte analítico em síndromes relacionadas à Criminologia. (TODESCHINI., 1955, p. 16).

Todeschini frequentou a Faculdade de Medicina entre 1950 e 1955.<sup>427</sup> Da segunda geração, teve professores como Milton de Macedo Munhoz, de Higiene, Aramis Athayde, de Clínica Médica, Homero de Mello Braga, de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, Otávio da Silveira, de Clínica Neurológica, Alô Guimarães, de Clínica Psiquiátrica, e seu cunhado Ernani Simas Alves, de Medicina Legal.

Na condição de discente de Medicina, em 1955, buscou trazer um arcabouço de reflexões úteis à prática criminológica a partir da Psiquiatria e da Medicina-Legal. Os testes de Szondi dariam base metodológica para a concretização das reflexões, que poderiam ser utilizadas pelos Peritos Criminólogos, profissionais do campo jurídico e do campo médico.

A pesquisa de Szondi era baseada na teoria genética, segundo Bucher (1977, p. 121), “bastante discutível, senão superada”, onde levava em conta hipóteses genéticas e genealógicas que constituíam o que ele chamou de Análise do Destino (*Schicksalsanalyse*).<sup>428</sup> Na história da ciência e na história intelectual, buscamos justamente dar contexto àquelas teorias que na vivência científica possuíam um sentido lógico e experimental, que pode ser compreendido além de um julgamento de pseudociência. A disciplina ou campo investigado – análise do destino – levava em conta a história existencial da pessoa que luta contra a determinação pela hereditariedade, chamada por ele

---

<sup>427</sup> Em 1955, o corpo docente do curso de Medicina era formado pelos professores Carlos Estrela Moreira, de Anatomia; Joaquim de Matos Barreto, de Histologia e Embriologia Geral; Brasílio V de Castro, de Anatomia Topográfica; Arthur Otto Schwab, de Física Biológica; Maria Falce de Macedo, de Química Fisiológica; Antenor Pamphilo dos Santos, de Fisiologia; João Xavier Vianna, de Microbiologia; Milton Carneiro, de Parasitologia; Anchises Marques de Faria, de Patologia Geral; Eurípedes Garcez do Nascimento, de Farmacologia; Augusto Colle, de Anatomia e Fisiologia Patológica; Dante Romanó, de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental; Heleno Azevedo da Silveira, de Clínica Propedêutica Médica; Ruy Noronha Miranda, de Clínica Dermatológica e Sifilografia; Mario Braga de Abreu, de Clínica Cirúrgica; Celso Ferreira, de Clínica Oto-rino-laringológica; Milton de Macedo Munhoz, de Higiene; Ernani Simas Alves, de Medicina Legal; Aramis Athayde, de Clínica Médica; Francisco de Paula Soares Neto, de Cl. de Doenças Tropicais e infecciosas; Orlando de Oliveira Melo, de Terapêutica Clínica; João Vieira de Alencar, de Clínica Cirúrgica; João Átila Rocha, de Clínica Urológica; Atlântico Borba Côrtes, de Clínica Médica; Victor Ferreira do Amaral Filho, de Clínica Obstetrícia; Homero de Mello Braga, de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil; Heinz Rucker, de Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopédica; Leônidas Ferreira, de Clínica Oftalmológica; Miguel Isaacson, de Clínica Ginecológica, Otávio da Silveira, de Clínica Neurológica, Alô Guimarães, de Clínica Psiquiátrica.

<sup>428</sup> Trata-se de SZONDI, L. '*Schicksalsanalyse*'. Basel, Bruno Schwabe, 1948. A obra em língua alemã '*Schicksalsanalyse*'(1948) não constava na biblioteca da Universidade do Paraná, que contava com a edição brasileira datada em 1975, intitulada *Introdução à psicologia do destino: liberdade e compulsão no destino do homem* (na escolha da profissão, amigos, esposa, doenças) (1975). Portanto, a obra era de uma biblioteca pessoal.

de destino coercitivo. Termos como “patogenias ou doenças das figuras ancestrais reprimidas pelo inconsciente”, “agentes de transmissão mórbida própria da família” eram utilizados por Szondi.

Buscamos compreender, a partir desses fatos, como o acadêmico da Faculdade de Direito da UP, Frederico Todeschini, utilizou esse método experimental. A tese de doutoramento *Síndrome do Homicídio, Homossexualismo e Suicídio no Teste Psicodiagnóstico de Szondi* (1955) é analisada no intuito de compreender sua maneira de produzir uma ciência criminológica, de caráter experimental, mas que possuía um arcabouço lógico que se pretendia científico dentro do campo jurídico. Esse será mais um texto acadêmico produzido na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em que o determinismo biológico foi central.

O segundo caso é por via da análise do texto *A psico-biologia na criminologia: nota previa* (1957), dos médicos Dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva<sup>429</sup>, Dr. Luiz Carlos

---

<sup>429</sup> Wallace Thadeu de Mello e Silva (1908-1980), filho de filho do Tenente Coronel Wallace de Mello e Silva (1872-1947) com Joana Thadeu de Mello e Silva. Conforme o jornal *A República*, Wallace Thadeu de Mello e Silva nasceu em 23 de fevereiro de 1908. (A REPÚBLICA, 24/02/1908, p. 2). Frequentou o 1º ano do Gymnasio Paranaense em 1922 (DIARIO DA TARDE, 04/03/1922, p. 1). Pode ter iniciado o curso médico a partir de 1925. Conforme Laibida (2015), “ao que tudo indica, começou seus estudos na Faculdade de Medicina do Paraná, possuindo como sua numeração de CRM (Conselho Regional de Medicina) a inscrição 610.” (LAIBIDA, 2015, p. 68). No entanto, em 1935, de Minas Gerais retornou Wallace Thadeu de Mello e Silva, onde cursou a Faculdade de Medicina, obtendo o título e regressando à Curitiba. (CORREIO DO PARANÁ, 06/09/1935, p. 8). Em 1935, o dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva propagandeou na imprensa curitibana o atendimento em Clínica Médico Cirúrgica, junto de seu irmão, Péricles de Mello e Silva, que indicava ter longa prática nos hospitais Europeus, especialmente tuberculose, mas também coração, doenças nervosa, eczemas e úlceras, doenças das veias. (DIARIO DA TARDE, 11/09/1933, p. 5). As publicidades se mantiveram somente no ano de 1935. Péricles de Mello e Silva, médico psiquiatra formado em Berna e Viena, (LAIBIDA, 2015, p. 68), ficou fora do país durante treze anos, viajando em 1913 e retornando ao Brasil em 18 de abril de 1926 (O ESTADO DO PARANÁ, 18/04/1926, p. 5), e fixando-se em Curitiba em 1928. O dr. Péricles atuou como diretor encarregado do Laboratório de Análises de Lausanne, na Suíça, onde chefiava 32 médicos. Conheceu Rosa Luxemburgo, que fez doutorado em economia nessa mesma época, na Suíça (segundo Portella, durante a banca de qualificação, que entrevistou Maurício Requião de Mello e Silva). Em 1940 Wallace Thadeu casou-se com Lucy Requião. Retornou a Curitiba em 1941, após ter exercido profissão de jornalista em Ipanema-MG, Colatina-PE, Vitória-ES, Antonina-PR e Joinville-SC. No Paraná, exerceu a atividade de psicólogo pelo Tribunal de Justiça, foi diretor do Serviço de Criminologia do DEPE; diretor do Serviço Vocacional do Colégio Estadual do Paraná; (...) foi também “Médico Psicotécnico” do quadro de funcionários da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Wallace Thadeu de Mello e Silva exerceu a profissão de médico psiquiatra. Foi pai do Senador Roberto Requião de Mello e Silva. Pereira (2016) infere que a família Mello e Silva sempre esteve ligado ao campo político com por maior destaque no campo intelectual. O avô de Wallace Thadeu, Justiniano, era doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Córdoba, bacharel em Direito, chegou no Paraná em 1876 para ser secretário da presidência da Província, no governo de Lamenha Lins. O coronel Wallace de Mello e Silva, pai de Wallace Thadeu, nascido em Laranjeiras, Sergipe, foi camarista em Curitiba, deputado estadual em 1914-1915 e em 1930. O Dr. Candido de Mello e Silva era irmão do coronel Wallace de Mello e Silva. Foi indicado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto para a prefeitura de Curitiba, em 17 de julho de 1951, e foi exonerado do cargo em 1 de outubro de 1951. Conforme Oliveira em *Famílias, poder e riqueza* (2007), em 1954, após o período dos interventores, realizou a primeira eleição direta e Wallace Thadeu de Mello e Silva foi candidato a prefeito de Curitiba, perdendo o pleito para Ney Aminthas de Barros Braga. (OLIVEIRA, 2007, p. 153). Wallace Thadeu de Mello e Silva, conforme historicizou Roberto Requião, seu filho, “(...) tinha uma visão de cidade

Gomes de Mattos<sup>430</sup> e Neil Hamilton Monteiro Pereira<sup>431</sup>. A partir da análise, conseguimos visualizar uma série de teorias científicas que circulavam, bem como suas utilizações no terreno do estudo em questão, a Penitenciária do Estado. O texto foi apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, em 1958; no entanto, foi publicado como folheto ainda em 1957.

Houve uma série de dificuldades em mapear a trajetória dos autores em questão. Frederico Todeschini frequentou a Faculdade de Medicina do Paraná entre 1950 e 1955. O trio teve uma formação em períodos diferentes, Wallace Thadeu de Mello e Silva, o mais

---

avançadíssima para a sua época. Uma visão de cidade que ele suportava nos seus conhecimentos de urbanismo, vindos de cidades inglesas, francesas da época. Pensava no cinturão verde, em cidades divididas. (...) era um admirador do Agache, que fez o primeiro plano de Curitiba. Papai perdeu uma eleição em cima de muito idealismo. E meu pai quando foi prefeito nomeado foi demitido porque resolveu criar uma empresa pública de transporte coletivo. Meu pai foi prefeito em 1951 e depois candidato em 1954-55, ele era petebista, mas seu petebismo tinha raízes marxistas, baseadas no Harold Laski, criador do Labor Party, o partido trabalhista britânico. Então, era um petebismo impregnado de uma visão bastante progressista da sociedade. Ele não era um marxista, mas um petebista de raízes marxistas, como todo trabalhista britânico.” (O ESTADO DO PARANÁ, 02/10/1988, p. 07 *apud* RESENDE, 2007). Em 1956, foi assinado um contrato entre o Estado pela Chefatura de Polícia e Wallace Thadeu de Mello e Silva exerceu as funções de Médico Criminologista, no Departamento de Estabelecimentos Penais. (DIÁRIO DO PARANÁ, 29/07/1956, p. 7).

<sup>430</sup> Acerca de Luiz Carlos Gomes Mattos, sabe-se que, em 1949, tornou-se um novo sócio no Clube Curitibano - ligado ao grupo político-econômico dominante, organizado em torno da identidade luso-brasileira (MARACH, 2013) -, portanto, frequentava um círculo mais alto da sociedade. Foi casado com Hilza Figueira Nogueira dos Santos, filha de Sady Nogueira dos Santos e Odila Figueira dos Santos. Em 5 de dezembro de 1951, *O Dia* trouxe a tona os formandos pela Faculdade de Medicina do Paraná daquele ano, e dentre eles estava Luiz Carlos Gomes de Mattos. Fez parte da turma “Prof. Aluizio França”, que tinha como paraninfo João Bettiga. Portanto, frequentou a Faculdade no período de 1946 a 1951. Antes de estar ligado ao DEPE, ocupou o cargo de Juiz de Paz do Distrito de Floriano, Comarca de Maringá, quando se exonerou em 1955. Luiz Carlos Gomes de Mattos foi nomeado interinamente para exercer o cargo de classe Q da carreira de Médico, no Departamento de Estabelecimentos Penais. (Diário do Paraná, 14/04/1955, p. 6). Em 02 de março de 1956, Luiz Carlos Gomes de Mattos assumiu por meio do concurso o cargo que ocupava interinamente. (DIÁRIO DO PARANÁ, 02/03/1956, p. 7). Há indícios de que se dedicou à área da Pediatria. Produziu, inclusive estudos pediátricos aliados aos estudos criminológicos na Penitenciária Central do Estado em 1958. Isso evidencia a autoria do trabalho apresentado no Congresso de Medicina Legal e Criminologia, em que estuda o papel da pediatria na revitalização do delinquente. Garbers infere que em 1967, a Sociedade Brasileira de Pediatria concedeu os primeiros títulos de Pediatria - especialidade - do Estado. Dentre eles, estavam já tratados nesta tese, Homero de Mello Braga e Waldemar Monastier, além de Luiz Carlos Gomes de Mattos. (GARBERS, 2003, p. 5). O título foi concedido para quem tinha dez anos de carreira na pediatria, e portanto, dedicou-se a esta especialidade por longos anos. Nas décadas de 1950, 60 e 70, dedicou-se ao foto amadorismo. No fim década de 1970, fez parte da Confraria dos admiradores do cachimbo, criada em abril de 1977, e foi segundo reportagem possuidor de 136 cachimbos de diversas procedências. O cachimbo era considerado o menos prejudicial para o consumo do fumo.

<sup>431</sup> Neil Hamilton Monteiro Pereira (1932-2014), filho de Noemia Monteiro Pereira e Sidney Gomes Pereira (x-1934). Seu pai era comerciante madeireiro. Sua mãe era filha do maestro Alberto Monteiro e irmã do musicista Alberto Monteiro Filho. Quando da instalação da Frente Nacionalista do Paraná, em 25 de janeiro de 1958, fez parte da Diretoria como 1º Secretário do partido, presidido por Manoel de Oliveira Franco. (O SEMANÁRIO, 05/03/1958, p. 10). Pesquisas nos arquivos do DEOPS indicaram a presença de Neil Hamilton como fichado como suspeito de exercer atividades comunistas e subversão da ordem, na data de 17 de abril de 1967. Autor do livro *Relações públicas na política* (1974). No entanto, depois acabou ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro, em Curitiba, e se candidatou a deputado estadual. Neil Hamilton Monteiro Pereira, em 1983, quando tinha 51 anos assassinou a sua amante, a cantora Lídia Santiline dos Passos, de 32 anos. O crime ocorreu no apartamento que residiam, no Batel, e o autor foi preso na Delegacia nas Mercês. (16/09/1958, p. 8).

velho, frequentou a Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais entre 1930 a 1935, Luiz Carlos Gomes de Mattos frequentou a Faculdade de Medicina do Paraná entre 1947 e 1951, enquanto que Neil Hamilton Monteiro Pereira frequentou a Faculdade de Medicina do Paraná entre 1951 e 1957. A proposta do trabalho emergiu justamente a partir /do momento em que ocupavam posições dentro do Departamento de Estabelecimentos Penais. Inclusive até mesmo Todeschini visitou a Penitenciária para aplicar sua metodologia de pesquisa.

As pesquisas por nós efetuadas indicam que a tese de Todeschini (1955) e a nota prévia de Mello e Silva *et al.* (1957) citadas não foram as únicas produções dentro da Universidade. No entanto, esses autores são flagrados em outras atividades. Ocuparam cargos dentro do campo político, judiciário e médico e, nesse sentido, conseguimos visualizar suas trajetórias de vida e suas especialidades, de modo a dar arcabouço para a compreensão de quem elaborava a produção do texto.

Verificamos que o trabalho foi realizado com a autorização do Governador do Estado do Paraná, Sr. Moysés Lupion, para quem o trabalho é dedicado “por ter propiciado os meios materiais necessários à elaboração do [...] trabalho.” (SILVA; MATTOS; PEREIRA, 1957, p. 1). Há também agradecimento a Osvaldo Martim, então Diretor-Geral dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, “por ter contribuído para elementos essenciais a feitura deste trabalho”. (SILVA; MATTOS; PEREIRA, 1957, p. 1). Estes parecem ser os maiores responsáveis pela autorização para o trabalho ser efetuado na Penitenciária do Estado.

Notam-se algumas diferenças no comparativo entre as proposições dos universitários. Por um lado, a primeira tese, defendida na Faculdade de Medicina, tem autoria individual, Frederico Todeschini, que demandou árduo trabalho de entrevistas e análises dos dados. Por outro lado, a segunda tese, defendida na Faculdade de Direito, teve autoria coletiva, envolvendo Wallace Thadeu de Mello e Silva, Luiz Carlos Gomes de Mattos e Neil Hamilton Monteiro Pereira. Nesse sentido, perceberemos que há similaridades, em que as genealogias das famílias, o “*pedigree*” ou o “genótipo familiar” foram o centro de análise em ambos os textos. Os aspectos reconhecidos como determinantes na vida do indivíduo eram baseados na predisposição, que deu a base da análise das duas pesquisas experimentais em Criminologia. Estavam assim falando de

hereditariedade. Szondi produziu no campo científico húngaro, enquanto Bourdel<sup>432</sup> pertencia ao campo científico francês.

### **5.5 Criminologia e Biopsicologia: Frederico Todeschini os testes de Szondi entre educandários e aprendizes paranaenses (1955)**

O periódico *O Dia*, em 11 de dezembro de 1955, promoveu a defesa de uma tese na Faculdade de Medicina do Paraná. De autoria do doutorando Frederico Todeschini, intitulava-se *Síndrome do Homicídio, Homossexualismo e Suicídio no Teste Psicodiagnóstico de Szondi* (1955). A banca examinadora era constituída por Napoleão Lyrio Teixeira, Octavio da Silveira, Joaquim de Matos Barreto, Heleno da Silveira e Atlântico Borba Cortes. (O DIA, 11/12/1955, p. 6).

A Banca de Todeschini era formada basicamente pelos professores da Faculdade de Medicina do Paraná, com exceção de Napoleão Lyrio Teixeira, que era também da Faculdade de Direito, mas de formação médica. Dentre eles estavam Napoleão Lyrio Teixeira, Octavio da Silveira (Clínica Neurológica), Joaquim de Matos Barreto (Histologia e Embriologia Geral), Heleno da Silveira (Clínica Propedêutica Médica) e Atlântico Borba Cortes (Clínica Médica).

Frederico Todeschini buscou refletir na tese como os testes de diagnósticos psicológicos poderiam ser úteis no intuito de analisar o que considerou, a partir de Szondi, síndromes: a homossexualidade passiva, o homicídio e o suicídio, assim nomeados.

Léopold Szondi era um psiquiatra húngaro (Szodi Lipót, em húngaro), que criou o teste de Szondi enquanto era professor universitário, endocrinologista e psiquiatra na Hungria, e depois em sua clínica privada em Genebra, o Instituto Szondi. Era um tipo de teste psicológico, que buscava identificar traços psicológicos dentro dos pacientes. A proposta original do teste era provar experimentalmente sua teoria acerca do papel dos genes recessivos latentes na influência de nossas reações psicológicas. (DERI, 1949, p. 1).<sup>433</sup>

---

<sup>432</sup> Léonne Bourdel, nascida em 1907 e falecida em 1966, licenciou-se em Letras e Filosofia, e continuou na Sorbonne os estudos superiores de Psicologia, Fisiologia e Antropologia.

<sup>433</sup> Deri deixa evidente que esse aspecto específico do gene recessivo é a perspectiva adotada por Szondi, linha que ela não segue. É necessário frisar que o livro de Deri (1949) foi prefaciado por Szondi, que relatou que quando Deri o visitou e leu para ele seu manuscrito, nos capítulos dos Fatores de Acionamento (drive factors), percebeu uma série de omissões de seu livro. Essa fala demonstra a proximidade que havia entre os colaboradores da pesquisa, com exceção do supracitado caso.

No livro *Schicksalsanalyse* (1948), apontou a estadunidense Suzan Deri (1949), apresentou mais detalhadamente a teoria relativa à função psicológica do gene recessivo latente, com grande número de exemplos concretos de genealogias e árvores familiares. Enquanto que no livro *Experimentalle Triebdiagnostik* (1947) descrevia seu teste como um método experimental, que revelaria os efeitos psicológicos dos genes latentes, assim como entenderia como os genes latentes dirigiam as nossas escolhas advindas de reações espontâneas. (DERI, 1949, p. 1).

No entanto, Bucher infere que *Trieb* foi um conceito retirado de Freud, e apropriado por Szondi, da cultura popular, em que usam o termo *Trieb* como oposição ao termo *Instink*. *Trieb*, nesse caso, significa “(...) “ação instintiva imperfeita”, sem itinerário, predeterminado, influenciável pela aprendizagem e exercício individual, e susceptível de ser conscientizada e personificada pela ação do Eu.” (BUCHER, 1977, p. 123). Pulsão do eu e os vetores pulsionais são igualmente conceituados por Szondi e baseados em Freud.

Conforme a metodologia de Szondi, o teste envolvia quarenta e oito fotografias<sup>434</sup>, que mostravam expressões faciais distintas, representadas por rostos de pacientes mentais. (DERI, 1949, p. 8). Era apresentado aos pacientes um *set* com oito fotografias por vez, representando cada fotografia um tipo de desordem mental, num total de seis diferentes *sets*, dos quais eram escolhidos “instintivamente” dois que lhe parecessem amigáveis ou que lhe agradavam, e em seguida escolhiam quatro fotografias que desagravam. A partir das escolhas, o psicoterapeuta analisava o resultado do teste que, baseado na teoria do genotropismo, em que os semelhantes se atraem, seria possível dar traços acerca do caráter. (BUCHER, 1977).<sup>435</sup>

Szondi propõe um experimento de Associação Fatorial; pretendia produzir um conceito para o subconsciente, dentro da estrutura psicológica e psiquiátrica do sujeito.<sup>436</sup>

---

<sup>434</sup> Pode-se encontrar essas 48 imagens das faces em seus 6 *sets* no endereço eletrônico que segue. Disponível em: <http://leopoldszondistudies.blogspot.com/p/photos.html> Acesso em: 11 abr. 2019.

<sup>435</sup> Assim, Szondi conclui que esses genes latentes determinavam as escolhas do indivíduo, desde escolha de amigos, amantes, formas de doenças (físicas e mentais), empregos, interesses, esportes, hobbies e até nossa forma de morte em alguns casos. (JOHNSTON, 2012, p. 3).

<sup>436</sup> Por um lado, Sigmund Freud criava um subconsciente baseado na repressão pessoal e na luta entre os instintos sexuais e o Ego e Superego - inconsciente pessoal. Conforme Johnston (2012), em *Szondi Test and its interpretation*, Freud acreditava em pulsões, construiu sua teoria em pares de pulsões como amor e agressão ou ego e id. Por outro lado, Carl Jung afirmava que o subconsciente era construído pela influência da experiência coletiva e universal dos arquétipos - inconsciente coletivo. Sem adentrar com profundidade, existe ainda Alfred Adler (1870-1937), que criou a ideia de um inconsciente social e o impulso pelo poder: o esforço pelo sucesso, nas pessoas normais; ou pela superioridade, em pessoas com complexo de inferioridade, que buscam superar a incompletude, o sentimento inferioridade. Em Adler, há um padrão de influências biológicas e inatas pela perfeição e superação.

Buscou encontrar uma terceira ou quarta via de explicação, na qual o subconsciente era construído a partir de genes passados inatos, inclusive na linha hereditária ancestral da família. Por meio do teste, seria possível analisar o subconsciente do paciente, entender sua personalidade, seu humor, suas inclinações, seus traços e até suas necessidades - uma espécie de inconsciente familiar. Havia, portanto, essa relação entre hereditariedade e inconsciência familiar.

Nesse livro, ele introduziu o conceito dos genes latentes, em que os experimentos de Mendel com ervilhas ilustravam sua linha de pensamento, pois uma ervilha enrugada possuía um gene latente de uma ervilha lisa e vice-versa. Dois genes latentes produziam, segundo Szondi, uma característica externa, mas se apenas um gene latente estivesse presente, o gene dominante determinava a característica. Esses genes latentes, de acordo com Szondi, não eram isentos de efeitos. Eles representavam os ancestrais da família e podiam se tornar o futuro, pertenciam ao reino do desconhecido, do inconsciente. Szondi chamou essa área de inconsciente familiar, que possui todos os nossos ancestrais latentes. (JOHNSTON, 2012).

Szondi nomeou o teste primeiramente como “Teste de Afinidade Gênica”, e suas pesquisas genealógicas mostraram recorrências de oito fatores hereditários distintos de condições recorrentes, dentre as quais Homossexuais (h), Sádicos (s), Epilépticos (e), Histéricos (hy), Catatônicos-esquizofrênico (k), Paranoídes-esquizofrênicos (p), Maníacos-depressivo depressivo (d) e Maníaco-depressivo maníaco (m). (DERI, 1949, p. 12). Conforme Johnston (2012), Szondi criou os quatro impulsos com base em suas ideias e no conhecimento psiquiátrico e psicanalítico de seu tempo. Apesar de experimental, conforme descrição de Szondi, o teste poderia ser usado por criminologistas, psiquiatras e psicólogos. Os fatores, conforme acreditava Szondi, eram transmitidos geneticamente e existiam em várias misturas. Assim, a inclinação para certas escolhas no teste indicavam as características determinantes dos fatores. Sua metodologia baseava-se na “afinidade gênica”.

Vetor foi qualificado como grau de latência. A importância da psicodinâmica do vetor era determinada mais pelo fator do qual era mais latente. Havia ao todo quatro vetores ou instintos: Vetor Sexual (fatores *h* e *s*), Vetor Paroximal (fatores *e* e *hy*), Vetor Esquizofrênico (fatores *k* e *p*) e Vetor Contato (fatores *d* e *m*). Cada vetor representa, portanto, dois fatores. (DERI, 1949, p. 65).

---

Tabela 14- Tabela de Szondi

Vetor	Fator
Vetor (P) Paroximal/Afetuoso	Epilépticos ( <i>e</i> ) e Histéricos ( <i>hy</i> )
Vetor (S) Sexual/Gênero	Homossexuais ( <i>h</i> ) e Sádicos ( <i>s</i> )
Vetor (C) Contato/Cíclico	Maníaco - depressivo depressivo ( <i>d</i> ) e Maníaco-depressivo maníaco ( <i>m</i> )
Vetor (E) Ego/Esquizofrênico	Catatônico ( <i>k</i> ) e Paranóico ( <i>p</i> )

Quadro da Tabela de Szondi. **Fonte:** produzido pelo autor

Catatonias (*k*) e Paranoias (*p*) eram representados pelo Fator Ego ou Eu Cognitivo. O Ego era um fator de impulso; assim, Catatonias e Paranoias eram formas exageradas desses impulsos.

Maníaco-depressivo depressivo (*d*) e Maníaco-depressivo maníaco (*m*) eram representados pelo Vetor Contato/Cíclico, que diz a respeito à relação do contato com a realidade, ou a relação de objeto do sujeito. Assim, o depressivo representa o tipo possessivo, tipo “anal” de relacionamento sujeito. Já o maníaco indicava um tipo “oral” de relacionamento sujeito.

Homossexuais (*h*) e Sádicos (*s*) eram representada pelo Vetor Sexual, que deveria ser visualizado na relação de passividade-atividade. O fator homossexual correspondia à necessidade pela tendência passiva. O fator sádico correspondia à necessidade pela atividade física e manipulação agressiva do objeto.

Epilépticos (*e*) e Histéricos (*hy*) eram representados pelo Vetor Paroximal, que descreve a área do controle emocional em geral. O fator epilético, descrevendo a maneira de lidar com agressividade, hostilidade e emoção. O fator histérico indicando a maneira que a pessoa lida com suas mais tenras emoções. (DERI, 1949, p. 65). Paroximalidade era utilizada para descrever certos processos emocionais e fisiológicos que seguiam um padrão específico. No teste de Szondi, conforme Deri (1949), esquizofrenia era interpretada

psicologicamente como a mais pura manifestação de explosão agressiva. (DERI, 1949, p. 88).<sup>437</sup>

O fator (*e*) epiléptico e o fator (*hy*) histérico eram opostos; o primeiro era expresso em violentas emoções, o histérico manipula as emoções. (DERI, 1949, p. 97). No entanto, os dois se caracterizavam como distúrbios da esfera emocional. O fenômeno histérico era o ato de manifestar de forma exibicionista as emoções em seu ambiente. Deri (1949) presume que a histeria era um protótipo de um distúrbio de exibicionismo. Demonstrar os sentimentos era necessário para o ajustamento psicológico.

Deri (1949) ainda relata que para a variedade *open hy* poderia se ter uma infinidade de casos clínicos, como psicose maníaca, antissociais, personalidades psicopáticas de personalidade instável, incluindo criminosos. (DERI, 1949, p. 108).

Para dar cabo de suas respostas acerca das síndromes, Todeschini se dedicou ao novo e original método psicodiagnóstico, chamado *Diagnóstico experimental dos instintos*. (TODESCHINI, 1955, p. 9). Buscamos refletir como Frederico Todeschini utilizou essa teoria em sua tese de doutorado e interrogamos se, ao aplicar a metodologia nos educandários e na escola de aprendizes, não tentou produzir uma Criminologia da Infância ou Adolescência ou até mesmo uma Profilaxia do Crime. Esse metodologia de antecipação e previsão do futuro era relevante, na medida em que poderiam ser usados para a profilaxia da síndrome de tipo sexual e tipo paroximal em forma latente. E, para tanto, o método permitia vislumbrar as latências individuais.

Todeschini não utilizou todos os conceitos de Szondi, pois havia pontos de alta complexidade, controversos e debatidos exaustivamente em cátedras psicológicas e escolas filosóficas. “Seria temerário dispor-se a aceitar sem profundo exame tais hipóteses, assim como se nos parece injusto rejeitá-las “a priori”, só por representarem concepção ousada e incomum.” (TODESCHINI, 1955, p. 10). Para Todeschini, não havia necessidade de fixar doutrinas da teoria szondiana, uma vez que sua aplicação prática poderia prescindir de muitas conjecturas teóricas, sem perder o alcance e a utilidade. Assim, buscou fazer uma revisão bibliográfica referente à questão.

Verificou que a origem genética dos instintos, por exemplo, estava fadada a levantar muitos celeumas nos círculos especializados, nos quais a palavra instinto já era motivo de controvérsias. Para Freud, revisou Todeschini, os instintos eram “seres místicos,

---

<sup>437</sup> Esse conceito de epilepsia se aproxima muito ao conceito pensado por Freud no livro *Beyond the Pleasure Principle*. (DERI, 1949, p. 88).

magníficos em sua indeterminação”. Citou a obra *Actos Impulsivos*, de Wilhelm Stekel, para quem a Psicologia nunca poderia explorar a essência de um instinto, pois se desenvolveu organicamente com o corpo, era uma expressão do organismo, era a “energia vital latente do indivíduo”. (TODESCHINI, 1955, p. 11).

Szondi, diferentemente, dissociou o termo instinto pelo de conceito de pulsão, de força natural e herdada em determinado sentido, sem, entretanto, que esse sentido seja necessariamente útil, embora estava para Szondi ligado à conservação da espécie ou do indivíduo. P. Thorpe (1946), em *Fundamentos Psicológicos de la Personalidad*, aconselhou cautela na formação de um programa educacional ou desenvolvimento da personalidade baseados no conceito duvidoso da psicologia do instinto. Székely (1953), em *Los Test*, não tomou partido a respeito da validade científica da teoria da genética dos instintos, mas considerou o teste como um método de relevância perante os diversos procedimentos psicodiagnósticos. “E não somente para diagnosticar transtornos mentais da vida afetiva, manifestos ou latentes, senão também para descobrir, por baixo dos elementos sintomatológicos, as raízes profundas, ocultas, que o exame clínico, somente, não poderia captar.” Nesse sentido, para Székely, utilizado por Todeschini, a teoria não diminuía o valor metodológico do teste de Szondi.

Conforme Todeschini, das escolhas entre as fotos simpáticas e as antipáticas ao indivíduo, preenchendo-se a tabela base de anotações do teste, emergia um desenho, denominado por Szondi perfil. Assim, Szondi apresentou padrões típicos, que, segundo Todeschini, na prática, tais padrões poderiam ser até difíceis de serem observados, se não se mantivesse a atenção.

Dentre o rol de síndromes elencadas por Szondi, trabalhou com síndromes que eram de interesse aos estudo da Criminologia, por serem as síndromes as entidades que os produzem. Eram consideradas como síndromes patológicas: a síndrome do homicídio, a síndrome da homossexualidade passiva e a síndrome do suicídio.

Para trabalhar com a síndrome do homicídio, Szondi partiu em sua metodologia analisando primeiramente homicidas húngaros, que o levaram à seleção de um gráfico considerado típico. A partir da estipulação desse perfil de síndrome, passou a pesquisar a síndrome do homicídio em indivíduos que não eram realmente assassinos, mas que poderiam, segundo Todeschini, ser em potencial. Assim, o aparecimento da síndrome não significava a consumação do homicídio, mas indicava a existência da pré-disposição, ou de

uma capacidade impulsiva para a sua prática. A síndrome assinalava a “inclinação, a possibilidade interna de matar”. (SZEKELY *apud* TODESCHINI, 1955, p. 17).

Na esteira de interpretação de Szondi, de detentos julgados por homicídio a pessoas ordinárias, Todeschini experimentalmente levou a efeito a pesquisa na Penitenciária do Estado, submetendo o teste de Szondi em dezesseis homicidas, sendo nove passionais e sete latrocidias. Em seis casos, registrou o “E negro do homicídio” com características clássicas do vetor homicida de Szondi, enquanto que o restante dos perfis apresentaram quase todos variantes compatíveis com as padronizações szondianas.

Todeschini, com base nas tabelas de Szondi, aplicou os testes que ocorriam oralmente. A pesquisa de Todeschini levou em consideração, dentro da teoria de Szondi, o Vetor Paroximal, que tratava dos epiléticos (*e*), e o Vetor Sexual, relativo aos fatores homossexuais. Assim, estudou as questões de Homossexualidade, Homicídio e Suicídio dentro da teoria do subconsciente, na estrutura psicológica e psiquiátrica do sujeito. O método de afinidade gênica buscava intentar uma representação do instinto ancestral em latência e produzir uma expectativa de um futuro. O biodeterminismo é marcado em Todeschini na questão da latência de um instinto ancestral.

Por isso, o método de Todeschini (1955) foi julgado pelos pares que o cercavam no campo de estudo da Psiquiatria como relevante socialmente. Sobretudo nas questões de prevenção do crime, no homicídio, na homossexualidade, considerada uma anomalia ou síndrome, e ainda no caso do suicídio, considerado nesse momento um problema social dentro do campo médico psiquiátrico, conforme apontou também Napoleão Lyrio Teixeira (1947).

A possibilidade de vislumbrar um futuro a partir das latências do passado, ou do que era caracterizado por Szondi como instinto, era interessante e relevante para a Criminologia representada por Frederico Todeschini, pois possibilitava a prevenção do que considerou determinantes para a homossexualidade, o suicídio e o homicídio. Era um arcabouço pertinente ao campo da Psiquiatria e da Criminologia, aspecto destacado por Todeschini (1955).

Em fevereiro de 1956, diante do informado pelo repórter Inominatus, do jornal *O Dia*, houve uma revolução na Faculdade de Direito. Passou a existir a posição de acadêmico assistente, e Frederico Todeschini, então no 4º ano, foi um dos nomeados para assistente. (*O DIA*, 02/02/1956, p. 3). Em setembro de 1956, Frederico Todeschini, Doutor em Medicina, também se encontrava no Indicador Médico e Profissional, uma seção do

jornal *O Dia*, na coluna das Doenças Mentais e Nervosas. O nome de Todeschini foi propagandeado junto ao do Dr. Laufran Villanueva, Dr. Milton Moreira, Dr. José Portugal Pinto e Prof. Dr. Napoleão Lyrio Teixeira, todos psiquiatras atuantes na capital do Paraná. A publicidade de Frederico Todeschini indicava que como médico particular tratava de Distúrbios Nervosos, dentre eles: estados de angústia, fobias, medos, ideias fixas, neurastenias, manias e psicoses; da Epilepsia, como ataques, ausências, equivalentes infantis (sonambulismo, irritabilidade excessiva); Distúrbios Sexuais, como impotência e frieza sexual, perturbações sexuais da puberdade e do climatério, inibições; Alcoolismo; e Psicoterapias, como testes de inteligência e personalidade. (O DIA, 22/09/1956, p. 26).

Em 13 de julho de 1957, foi transferido pelo Governo do Estado para o cargo da classe Q, da carreira de Médico Legista, na Chefatura de Polícia. (DIARIO DO PARANÁ, 13/06/1957, p. 5).

No mesmo ano, publicou na *Revista de Direito da Universidade do Paraná* o texto *Dois anos de Sexologia Forense no Departamento Médico Legal do Paraná* (1957), ocupando o cargo de Instrutor da Cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina. Nesse mesmo ano, participou como Secretário Geral da Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná. (O DIA, 27/11/1957, p. 5).

Em 1958, Todeschini passou a propagandar na coluna de Médicos de Crianças, tratando de perturbações mentais e nervosas, especificamente em problemas sexuais e alteração de conduta. (O DIA, 23/11/1958, p. 2). No início da década de 1960, permaneceu trabalhando em sua Clínica de Psicoterapia, especializada em Sexologia. Tratava, conforme suas publicidades, de nervosismo, esgotamento, insônia, alcoolismo, problemas relacionais com o sexo. E transtornos de conduta, mormente na adolescência, além de tratamento de intranquilidade e distúrbios no seio familiar.

Frederico Todeschini participou ainda de cursos formativos para policiais. Em 12 de fevereiro de 1962, Frederico já aparecia no rol de professores que ministraram o curso, que foi aberto pelo advogado perito em Criminologia, Roberto Willian Albizu. É muito provável que Todeschini abordou o tema dos crimes sexuais, já que era especialista em Sexologia. Frederico carregava junto de seu capital social o cargo de instrutor da Faculdade de Medicina e de Secretário Geral da Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná. (ULTIMA HORA, 14/02/1962, p. 2).<sup>438</sup>

---

<sup>438</sup> Participaram como professores Ildefonso Marques, catedrático e diretor da FDP, Alô Guimarães, catedrático da FMP, Lauren J. Goin, consultor de segurança pública da missão estadunidense de cooperação técnica. Moacir Martins, catedrático da Facul. Direito de Londrina, Elias Zacharias, assistente da Faculdade

Ocorreu em setembro de 1962, na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, um ciclo de conferências acerca do *Diagnóstico Experimental das Pulsões, aplicado à caracteriologia (teste de Szondi)*, promovidas pelo Curso de Orientação Educacional. O curso era aberto a orientadores educacionais, professores de Psicologia, Filosofia, Pedagogia, médicos psiquiatras, psicólogos clínicos, assistentes sociais e pessoas que trabalhavam em Psicologia aplicada, e foi apresentado pelo general Hugo de Mattos Moura, ex-diretor e professor do Curso de Classificação Pessoal do Exército. (DIÁRIO DO PARANÁ, 09/09/1962, p. 6).

Em novembro de 1962, reorganizaram-se as divisões do Instituto Médico-Legal, ligado à Secretaria de Segurança Pública, e Frederico Todeschini passou a fazer parte da Divisão de Administração.

Em janeiro de 1963, a Universidade do Paraná recebeu um Curso de Polícia, durante o programa de verão. O curso era coordenado pela Secretaria de Segurança Pública. As matérias do curso foram organizadas por Frederico Todeschini, que era ligado ao Instituto Médico-Legal. Dois professores de São Paulo prelecionaram a respeito dos temas *Entorpecentes e Coordenação de Polícia*. Os delegados Altair dos Santos Cavalli e Almir Chagas Vilella atuaram como professores nos tópicos *Ação Social da Polícia e Controle das Multidões*. (ULTIMA HORA, 03/01/1963, p. 4). Nesse curso que organizou, participou como palestrante e apresentou o tema *A virgindade e os problemas legais*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 16/01/1963, p. 7).

Frederico Todeschini, como especialista em Sexologia, deu uma entrevista ao jornal *Ultima Hora* acerca do trote universitário. Perguntado acerca da questão sob o ponto de vista psicológico, se o trote era uma manifestação sexual, respondeu que concordava, afirmando que toda violência tem um avultado fundo sexual. Sua explicação se baseava no argumento de que o trote individual, quando era aplicado com excesso, estava impregnado de um sadismo que se afastava bastante do sadismo leve, rumo ao sadismo médio, e só não extravasava o sadismo avançado por medo das consequências legais. Como contradição para esse tipo de trote individual, indicava o trote coletivo, como visitas a instituições de caridade e doação de sangue aos bancos hospitalares. (ULTIMA HORA, 04/03/1963, p. 3).

---

de Ciências Médicas do Paraná, médico legista e assistente da FMP, Arlindo O. A. Blume, diretor do Laboratório de Polícia Técnica do Estado, Antonio Faiudus, instrutor da Faculdade de Medicina, perito em Criminologia, Rui Altamir da Cruz, engenheiro civil, perito em Criminologia, Arnaldo Belczak, engenheiro químico, perito em Criminologia e Roberto Albizu, advogado, perito em Criminologia. (ULTIMA HORA, 14/02/1962, p. 2).

A carreira do jovem médico foi relativamente curta, pois veio a falecer junto de toda sua família e a empregada durante viagem de carro, retornando de São Paulo a Curitiba. (DIARIO DO PARANÁ, 03/11/1963, p. 12).<sup>439</sup>

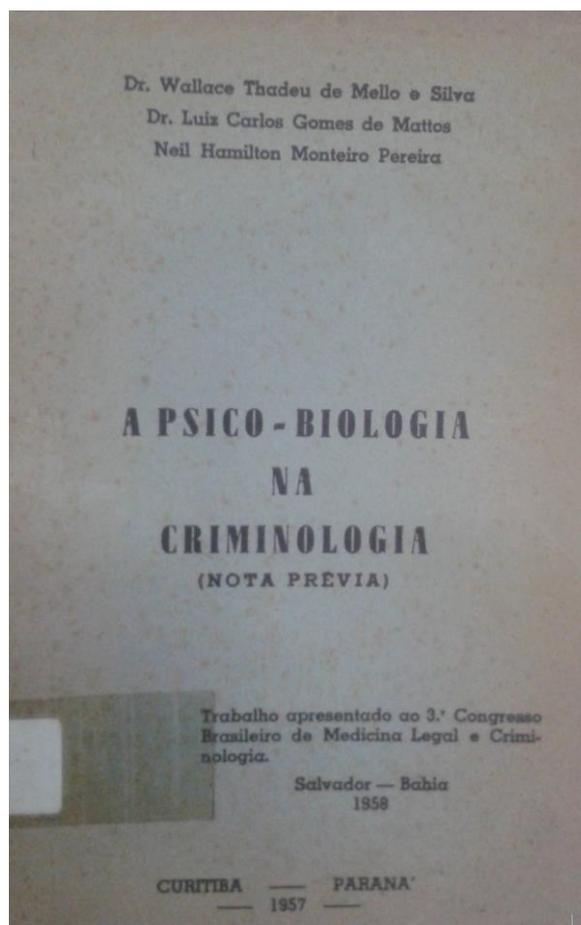
Na sequência, apresentaremos o caso de três outros discentes da Faculdade de Medicina que se envolveram com as questões do campo criminológico, e assim constatamos que as condições do campo, e aqui nos referimos à sua divisão e estruturação de poder do campo, pelas locações dos agentes envolvidos, foram de suma relevância para a emergência dessas teorias biodeterminantes. E ainda as condições políticas e de sociabilidade como imprescindíveis para essa emergência.

### **5.6 Os paranaenses no 3º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia (1958)**

Em 1958, três paranaenses ligados à Faculdade de Direito do Paraná, dentre eles Wallace Thadeu de Mello e Silva, Luiz Carlos Gomes de Mattos e Neil Hamilton Monteiro Pereira apresentaram trabalho no *3º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia*, ocorrido em Salvador, Bahia. O texto foi publicado em 1957 e apresentado pelos autores em 1958.

---

<sup>439</sup> Na colisão, vieram a óbito Frederico Todeschini, sua esposa Isabel Terezinha Macedo Todeschini, as duas filhas menores de idade, Vera Lucia e Mara Eliza, e ainda a empregada, Guiomar Demétrio da Costa. (DIARIO DO PARANÁ, 03/11/1963, p. 12)



Separata de Comunicação de Mello e Silva, Mattos, Pereira (1957). **Fonte:** Biblioteca de Ciências Jurídicas

Na ocasião, apresentaram o texto *A Psico-Biologia na Criminologia: Nota prévia*, que tinha por base uma tese de Léonne Bourdel e Jacques Genevay, intitulada *A Ciência do Homem: Sangue, Temperamento, Trabalho e Raça (Sang, Temperaments, Travail et Races)*, um texto advindo de uma comunicação para a *Académie des Sciences Morales et Politiques*, de 28 de janeiro de 1946.

Essa exposição das pesquisas foi estratégia que visou ao ganho de espaço e à legitimidade de fala no campo médico; os jovens paranaenses se inscreveram para apresentar sua proposição de tese em âmbito nacional. O Congresso tinha esse caráter de legislar acerca dos conteúdos aplicados no território e também para refletir as práticas que diziam respeito ao poder policial e jurídico.

O Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia teve seu primeiro encontro em dezembro de 1953, promovido pela Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, em comemoração ao IV Centenário da Cidade de São Paulo. Conforme apontou a *Revista de Medicina* em seus noticiários, o evento possuía quatro

temas oficiais: *Medicina Legal*, com as recentes aquisições da hematologia forense – abordando as questões de sangue e suas análises laboratoriais. Este assunto foi relatado por Carlos da Silva Lacaz, correlatado por Gualter Adolfo Lutz, Edgar de Araújo e Celestino Prunes. *Criminologia*, estudando a hereditariedade e tendência criminal, e tinha como relator D.J. Madeira Neves, correlatado por Roberto Lira, Aloysio de Carvalho, J. Lemos Brito. *Infortunistica e Medicina do Trabalho*, acerca do problema da recuperação dos incapacitados, relatado por Fernando Boccolinili, correlatado por Waldomiro de Oliveira, Joel Ruthenio de Paiva, Leonídio Ribeiro e Oscar Negrão de Lima; e, por fim, *Psicopatologia Forense*, com a simulação em Psicopatologia forense, relatado por A. C. Pacheco e Silva, correlatado por André Teixeira Lima, C. Pita Pinheiro e Hélio Gomes. (JORNAL DO COMMERCIO, 17/12/1953, p. 5). O secretário geral da organização era o dr. Arnaldo Amado Ferreira, do Instituto Oscar Freire. (REVISTA DE MEDICINA, 1953, p. 277). Nesse evento, esteve presente Napoleão Lyrio Teixeira, que enviou trabalho e apresentou a comunicação científica *Cinema e delinquencia infanto-juvenil*. (JORNAL DO COMMERCIO, 17/12/1953, p. 5).<sup>440</sup>

O II Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia ocorreu sob os auspícios da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de Pernambuco, em fins de julho de 1956, em Recife-PE. Nesse evento, comemorou-se o cinquentenário da morte de Nina Rodrigues. (DIARIO DO PARANÁ, 10/08/1956, p. 1). Nesse ano, outros quatro temas foram escolhidos oficiais<sup>441</sup>: *Do perigo de vida nas lesões corporais*, relatado por Joaquim Madeira Neves (SC); *Da personalidade do delinquente*, relatado por João Aureliano Corrêa de Araújo (PE); *Conceito de agressividade no trabalho*, relatado por Flaminio Fávero (SP); e *Psicopatologia da Senectude*, relatado por Estácio de Lima (BA). (DIARIO DO

---

<sup>440</sup> O Instituto levava o nome de Oscar Freire, responsável pela cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo. Ferla (2005) e Carreta (2016) inferem que as atividades da cátedra de Medicina Legal em São Paulo se iniciaram em 1918, e, em paralelo, Oscar Freire esforçou-se para construir o campo disciplinar por meio da fundação da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia, em 1921. O intuito da criação da sociedade era organizar conferências e congressos de medicina legal, além de publicar um periódico do tema, os *Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo*, que circularam dos anos 1922 a 1959. Ferla (2005) defende que a escola bahiana de Medicina Legal, abordada integralmente por Correia (1998), era referência obrigatória para as demais grades curriculares de medicina legal do país. Assim, a disciplina em São Paulo foi influenciada através de Oscar Freire, formado na Bahia. Após a morte de Oscar Freire, Flaminio Fávero comandou as pesquisas na cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo. A fonte de pesquisa de Carreta (2016) foi advinda da reedição e ampliação do texto *Medicina Legal (1958)*, de Flaminio Favero, publicado pela primeira vez em 1938. O autor busca, no entanto, compreender o papel e os usos da ceroplastia na disciplina de Medicina legal da FMSP.

<sup>441</sup> O I e II Congressos possuíam os mesmos troncos de temas oficiais, Medicina Legal, Criminologia, Infortunistica e Medicina do Trabalho, e Psicopatologia Forense.

PARANÁ, p. 2). Conforme documento da Câmara dos Deputados Federal, foi concedido a partir de projeto de lei n.1.362-B, de 1956 um auxílio para os anais do evento, por parte do Congresso Nacional. Na ocasião para aprovação no Senado Federal, acompanhou o estudo pelo Senador Alô Guimarães. Ainda constava como argumento para o aceite da ajuda, que compareceriam ao Congresso os professores Leon Derobert, da Universidade de Paris e Benigno de Túlio, da Universidade de Roma.<sup>442</sup> Segundo o periódico paranaense *A Divulgação*, na seção *Mundana*, relatou que em 1956, Napoleão Lyrio Teixeira, em julho, esteve nos estados do norte, sendo hóspede oficial do governo da Bahia, e pronunciando conferências por duas semanas. (*A DIVULGAÇÃO*, 1956, p. 22). Portanto, esteve presente no II Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia. Conforme *O Dia*, o “sr. Wallace Tadeu de Mello e Silva, diretor da Divisão de Criminologia dos Estabelecimentos Penais do Estado”, viajou também ao Congresso como representante do Estado do Paraná. (*O DIA*, 17/07/1956, p. 5).

Em setembro de 1956, estiveram no Paraná os professores Hélio Gomes e Flamínio Fávero. Em 4 setembro de 1956, a Faculdade de Direito recebeu a visita de Hélio Gomes, catedrático de Medicina Legal da Universidade do Brasil, e teve sua conferência aberta com uma fala de Frederico José Stella, pelo CAHS, e de Nestor Bezerra, pelo Diretório Acadêmico Clotário Portugal. Hélio Gomes palestrou na ocasião *A crise do casamento: causa, males e remédios*, e aplicou um curso versando a respeito dos *Fatores da felicidade conjugal*. (*A TARDE*, 04/09/1956, p. 1). O terceiro assunto discutido foi *Soluções médicas e jurídicas para os casamentos infelizes*.

Em meados de setembro, esteve em Curso de Extensão na Faculdade de Direito do Paraná o catedrático Flamínio Fávero, emérito de São Paulo, que ministrou o curso de cinco aulas que versaram acerca dos *Problemas Éticos e Legais da Sexualidade*. No primeiro dia, abordou o *Problema da sexualidade normal*; no segundo, o *Problema da sexualidade criminosa*; no terceiro dia, o *Problema da gravidez, parto e puerpério*. No quarto, o *Problema do abortamento e do infanticídio* e, no encerramento, o *Problema da sexualidade Mórbida*. (*O DIA*, 01/09/1956, p. 8). Esse curso denota como os problemas da sexualidade estiveram presentes no campo criminológico, aproximando-se na análise biopsicológica da metodologia de Szondi, produzida pelo discente Frederico Todeschini, na tese *Síndrome do Homicídio, Homossexualismo e Suicídio no Teste Psicodiagnóstico de Szondi* (1955). É

---

<sup>442</sup> Projeto n. 1.362-B, de 1956. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0623E9EEDFA1BB55FC5F05179BEE28E8.node2?codteor=1213052&filename=Avulso+-PL+1362/1956](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0623E9EEDFA1BB55FC5F05179BEE28E8.node2?codteor=1213052&filename=Avulso+-PL+1362/1956) Acesso em: 10dez. 2018.

válido sublinhar que Napoleão Lyrio Teixeira trabalhou a questão da sexualidade e a questão da anormalidade em seu manual *Psicologia Forense e Psiquiatria Médico-Legal* (1954), dedicando um capítulo ao tema *Transtornos do Instinto Sexual*. Eram, portanto, assuntos de interesse no campo criminológico paranaense, verificados por meio da tese e do manual.

Ainda acerca da circulação e do intercâmbio intelectual, a Cidade Universitária contou, em anos anteriores, com a presença de intelectuais como Jimenez de Asua (ARG), Helio Gomes, Flamínio Fávero e Russomano e, conforme *O Dia*, em abril de 1957, contou ainda com a presença de um dos expoentes máximos da Psicologia, o professor Emílio Mira y Lopez<sup>443</sup>, que aplicou igualmente um curso de extensão entre 24 e 30 de abril de 1957, intitulado *Normas Básicas a Higiene Mental da Mocidade*.<sup>444</sup>

Em entrevista ao jornal *O Dia*, Mira y Lopez preconizou a respeito da formação da personalidade, que se desenvolvia em função de um conjunto de fatores, dentre os quais, de nascença, resultantes do ambiente, da reação pessoal e da estrutura da família, fatores denominados genotípicos. Para Mira y Lopez, havia três tipos de personalidades e eram estudados tecnicamente pela biotipologia.

Os endomorfos, indivíduos gordos e fortes, que não fazem nada, que gostam de prazeres, de comer, beber e viver com um mínimo de trabalho. Os mesomorfos, atletas de constituição robusta, que geralmente possuem personalidade ativa e altiva, bem como gosto pela ação. E por fim, os ectomorfos, os magricelos, onde domina a preocupação, o medo constante, a angústia. Eram considerados os que se desenvolvem intelectualmente melhor, tornando-se grandes gênios. (*O DIA*, 26/04/1957, p. 8).

Nesse sentido, Mira y Lopez produz sua teoria da personalidade. Os três tipos eram caracterizados como insatisfeitos com sua personalidade; segundo o psicólogo, “o magricelo quer ser herculis, o gordo quer parecer atleta, o atleta quer parecer sábio.” Dessa situação resultavam os grandes desvios de personalidades de muitos adolescentes, ocorridos em virtude da inconstância de sua própria personalidade. Conforme Mira y Lopez, da

<sup>443</sup> Mira y Lopez nasceu em Santiago de Cuba, e estudou Medicina em Barcelona, na Espanha, em 1917 e doutorou-se em 1923. Era Diretor do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, presidente da Sociedade Catalã de Psiquiatria da Espanha, Vice-Presidente da Associação Espanhola de Neuropsiquiatria, chefe de Cursos Extraordinários da Universidade de Havana-Cuba, diretor da Organização do Serviço de Psiquiatria da Universidade de Santa Fé-Argentina. (*O DIA*, 16/04/1957, p. 12).

<sup>444</sup> Os temas abordados foram: 1) Psicologia geral da adolescência masculina. Principais diferenças em relação com as condições de ambiente cultural e econômico. 2) O problema da personalidade do rapaz e da moça. Normas para evitar que seja motivo de sofrimento, desajuste e conflito. 3) Psico-higiene do Estudante. O problema da eleição do trabalho, Como resolvê-lo cientificamente. 4) O problema da eleição do objeto amoroso, também chamado de escolha do cônjuge. Confusões e prejuízos, desvios e erros. Normas psico-higiênicas. 5) O problema da formação ética e da concepção hierárquica dos valores religiosos, científicos, estéticos, sociais, econômicos, biológicos. Síntese normativa. (*O DIA*, 16/04/1957, p. 11).

necessidade de firmar a personalidade advinha “a onda sempre crescente de adolescentes invertidos e transviados.” (O DIA, 26/04/1957, p. 8). O curso de extensão contou com uma frequência assídua e unânime por parte dos estudantes. (O DIA, 01/05/1957, p. 7). Em 25 de abril, o número de estudantes ultrapassou mil, e o curso de extensão, que ocorria na Faculdade de Direito de Curitiba, foi transferido, a partir do dia 26 de abril, para o Salão Nobre do Colégio Estadual do Paraná. (O DIA, 25/04/1957, p. 7).<sup>445</sup>

O III Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia (III CBMLC) ocorreu, por sua vez, em Salvador, na Bahia, em janeiro de 1958. Nesse evento, Napoleão Lyrio Teixeira defendeu a tese acerca do suicídio, cuja terapêutica e a profilaxia passavam pela restrição por parte de jornais e revistas das notícias, fotos, abordagens romantizadas sobre os suicidas, os meios de empregá-los, não divulgando cartas ou bilhetes de explicações, conforme relatou no texto *Jornalismo Amarelo e Suicídio*, publicado jornal carioca *Diário de Notícias*, de 20 de abril e em 05 de maio de 1958.<sup>446</sup>

O III CBMLC trouxe ao público uma série de pesquisas produzidas em diferentes locais do país. Segundo o jornal *Diário da Tarde*, de 24 de janeiro de 1958, eram dados acerca de uma pesquisa realizada pelo médico e psiquiatra Edmundo Maia, pertencente ao Serviço de Saúde da Guarda Civil, intitulada *Balanço Desolador*. O texto evidenciou que a pesquisa envolveu novecentos e setenta guardas-civis que, quando submetidos ao exame psiquiátrico, foram revelados novecentos e vinte e dois anormais. Segundo o periódico *Diário da Tarde*, o próprio médico Edmundo confirmava a pesquisa pessoalmente ao jornalista, e referendou que havia ainda por examinar cinco mil homens da corporação; no entanto, os exames já produzidos revelavam sintomas estranhos no comportamento. A amostra analisada dava um percentual de 95% de anormais. De setembro de 1956 a dezembro de 1957, foram encontrados setenta e sete epiléticos, cinquenta e cinco

---

<sup>445</sup> Em 28 de novembro de 1958, no auditório do Ministério da Fazenda, foi criada a Sociedade Brasileira de Eugeria, que visou à revalorização e dignificação da velhice. Idealizada por Mira y Lopez, o neologismo eugeria sugeria uma boa velhice e foi apresentado durante um curso de Psicologia da Velhice. A primeira diretoria foi formada pelo Presidente Ministro Edgar Costa, Vice-Presidente Marechal Inácio Veríssimo e senador Moura Andrade, Secretário Dr. Pedro Nava e o Tesoureiro Eugenio Gudin.

<sup>446</sup> A partir de 1964, conforme relatava o Diário do Paraná, o representante do Paraná no V Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia foi o médico Ernani Simas Alves, presidente do Conselho de Medicina e catedrático de Medicina Legal, que apresentou a tese *Omissões do Código Penal nos Crimes contra os Costumes*. Em 1967, publicou o livro *Medicina Legal e Deontologia*, com volume I em 1965 e volume II em 1967. Em 1969, conforme evidenciou o jornal *Diário do Paraná*, Ernani Simas Alves foi eleito o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, por seus trabalhos durante o II Congresso Brasileiro de Medicina Legal, ocorridos na Universidade Federal do Paraná. Nesse evento discutiu-se defesa do divórcio como instituição saneadora de ordem social, e o uso dos anticoncepcionais como legítimo e sem prejuízo para a saúde da mulher, assim como ligações com problemas de interrupção de gestação. (DIÁRIO DO PARANÁ, 01/11/1969, p. 5).

psicopatas, quarenta e cinco esquizofrênicos, duzentos e cinquenta neuróticos, cento e noventa vítimas do alcoolismo, quarenta e seis casos de psicoses reativas, quarenta oligofrênicos, sessenta e nove casos de outros distúrbios mentais, sessenta casos de traumatismos cranianos e noventa vítimas de síndromes neurológicas. O médico propunha em sua exposição no III CBMLC, em Salvador, que fosse criada uma série de exames psiquiátricos a serem efetuados nas forças policiais de todos os Estados. (DIÁRIO DO PARANÁ, 24/01/1958, p. 1).

Tudo indica que os discentes da Faculdade de Medicina - Wallace Thadeu de Mello e Silva, Luiz Carlos Gomes de Mattos, Neil Hamilton Monteiro Pereira - acompanharam Napoleão Lyrio Teixeira no evento ocorrido na cidade baiana. Nossas investigações sempre tiveram o intuito de explicitar essa relação entre os discentes e o docente. É interessante constatar que, no texto publicado pelos discentes, o nome de Napoleão não é contemplado ou referenciado.

No entanto, o nome de Napoleão Lyrio Teixeira nesse momento de trajetória ocupava um espaço privilegiado no campo criminológico estadual e nacional. O jornal *O Dia* propagandeou a participação de Napoleão Lyrio Teixeira no IV Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, do qual foi relator oficial em uma das temáticas. O quarto evento ocorreu em Belo Horizonte-MG, em julho de 1960, e Napoleão foi eleito relator de mesa e apresentaria a tese *Causalidade das reações anti-sociais da juventude transviada*. O jornal ainda referenciava o professor como um estudioso devoto do assunto. (DIÁRIO DO PARANÁ, 17/07/1960, p. 1). Conforme relatamos, Napoleão publicou um livro com a temática da juventude transviada no início da década de 1960.

Conforme Lidia dos Santos (2013), em *A invenção da juventude transviada no Brasil (1950-1970)*, uma das características da produção de *Juventude transviada*, de Napoleão Lyrio Teixeira, foi sua análise multidirecional, que se baseava em interpretações dos fatores biológicos, sociológicos e psicológicos. Esta se diferencia dos fatores meramente exógenos ou sociais, e endógeno ou biológico analisados de forma unilateral. Assim, percebendo o multidirecional, Napoleão se esforçou em perceber o fator biosociopsicológico, sendo que os fatores biológicos correspondiam às predisposições naturais como temperamento, inteligência e caráter. Os fatores psicológicos correspondiam ao processo de socialização do indivíduo, desde a infância até a formação da personalidade. Cabia assim compreender traumas ou neuroses que acometiam o indivíduo e o levavam aos

atos antissociais; além disso, estudar as doenças mentais e psicopatias. (SANTOS, 2013, p. 110).

O jornal *Diário do Paraná* também propagandeou a ida do representante paranaense ao congresso científico, convidado para atuar como relator de tese naquela semana. (DIÁRIO DO PARANÁ, 17/07/1961, p. 1).

Naquele momento, segundo os autores, o Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária Central do Estado do Paraná buscava fazer o estudo e a seleção dos detentos, a fim de propiciar elementos necessários à recuperação no possível retorno social. No entanto, via-se motivada a adotar novas normas para facilitar a sistematização do trabalho. Foi nesse contexto que teve o apoio do trabalho de Bourdel acerca da classificação dos temperamentos que eram correlacionados com os tipos sanguíneos dos detentos. Uma interpretação que levava em conta um certo determinismo sanguíneo e biológico.

A pesquisa do grupo foi apoiada para além do governador Moysés Lupion, Osvaldo Martim, Diretor-Geral dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, entre os anos de 1957 e 1960; contou também com especialistas do campo médico e do campo fármaco. Um deles foi José Romildo Grabowski, psiquiatra da Penitenciária Central do Estado.<sup>447</sup> Andréa Lobo Socudo (2015) infere que o Dr. José Romildo Grabowski era chefe da Divisão Forense do Manicômio Judiciário do Paraná e foi um dos primeiros médicos a utilizar medicamento tricíclico para tratamento de depressões endógenas - hereditárias - e as neuróticas - situacionais (GRABOWSKI, 1966, 1969, 1970) A tese do autor é que o medicamento seria bem sucedido como antidepressivo, funcionando também como ansiolítico e tensiolítico. Os fundamentos para tal afirmação eram provenientes, segundo Socudo (2015), de testes em laboratório realizados com animais e suas próprias experiências com pacientes do Manicômio Judiciário, do qual era diretor. (SOCUDO, 2015, p. 221). Os pacientes, para o médico, se transformavam em “material humano”; José Romildo Grabowski utilizou dez indivíduos com sintomas de depressão do tipo endógena e que apresentassem depressão neurótica.<sup>448</sup>

---

<sup>447</sup> José Romildo Grabowski frequentou o Ginásio Novo Ateneu em 1940 (O DIA, 24/08/1940, p. 9). Em 1945 atingiu a maioridade, já que estava na lista de Eleitores. Em 1959, como médico e psicotécnico, foi incentivador de exame psíquico para liberação de carteira de motorista. (ULTIMA HORA, 02/09/1959, p. 9)

<sup>448</sup> O tratamento com o medicamento se deu durante 60 dias, e segundo afirmou o médico, todos os pacientes envolvidos na experiência foram alertados dos efeitos colaterais, que envolviam constipação e eram corrigidos com laxantes. Seus resultados indicaram maior aceitação do medicamento em sujeitos de depressão do tipo endógena. (SOCUDO, 2015, p. 221). Em 1972, Grabowski, como chefe do Departamento de Psiquiatria Forense do Paraná, participou do II Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em Belo Horizonte, onde anunciou a descoberta de medicamento que era capaz de curar viciados em maconha. Era o Lorazepan, que eliminava totalmente a ansiedade que levava o viciado a fumar. Suas experiências foram feitas em Curitiba

Faziam parte da equipe também o professor Adalberto Arns, que traduziu o texto de língua francesa, e o farmacêutico Sebastião Franco Azevedo, laboratorista da penitenciária, indiciando que os exames dos tipos sanguíneos se davam na penitenciária.

A pesquisa dos três acadêmicos tinha por objetivo estabelecer uma estreita correlação entre as constantes biológicas e as psicológicas: “as biológicas pela determinação do grupo sanguíneo e as psicológicas pela determinação do temperamento, considerado pelo ângulo de adaptação do indivíduo à vida.” (SILVA; MATTOS; PEREIRA 1957, p. 12). No entanto, as análises referentes aos grupos sanguíneos na vertente francesa da qual bebiam os discentes da Faculdade de Direito possuem sua própria historicidade.

William H. Schneider, em *Quality and Quantity: The Quest for Biological Regeneration in Twentieth-Century France*, no capítulo *Eugenics, race, and blood*, relatou que, na década de 1930, um novo argumento eugênico pelo melhoramento da raça francesa emergiu. O declínio econômico da crise de 1929, a entrada de grandes levas imigratórias, a ascensão ao poder dos Nazis na Alemanha e a Encíclica Papal de 1930 deram as bases para a emergência de uma Eugenia negativa e racista. (SCHNEIDER, 1990, p. 208). Ocorreu, conforme Schneider, o retorno da antiga tradição de Gobineau e Vacher de Lapouge em que a definição de raça se estabelecia em pressupostos de uma nova Antropologia, mas de diferentes sustentações científicas. Das antigas definições resgataram as características culturais, mas também feições físicas como tamanho ou forma do crânio, cor de cabelo e pele. Mas havia descobertas no século XX concernentes aos grupos sanguíneos humanos e seus padrões de distribuição ofereceram o mais claro corte e base científica às definições de raça. A explicação teórica a partir dos grupos raciais era simples, conforme Schneider assinalou; no entanto, os conceitos de sangue e raça estavam repletos de implicações históricas e psicológicas, nas quais o resultado foi confusão e provocou má aplicação das novas descobertas. (SCHNEIDER, 1990, p. 208).

Conforme chamou atenção Schneider, em *Blood group research in Great Britain, France, and the United States between the world wars* (1995), a comprovação da herança mendeliana dos tipos sanguíneos ABO se deu a partir de quatro artigos publicados por

---

analisando como cobaias, 50 viciados, dentre os quais obteve sucesso na cura de 11 pacientes. (DIÁRIO DA TARDE, 07/10/1972, p. 3). Em 1973, chefiou o ambulatório da LICOPAR, responsável pelo tratamento de dependente em tóxicos, que cobrava uma taxa mínima dos clientes. (DIÁRIO DO PARANÁ, 18/02/1973, p. 24).

Ottenberg, que fez testes em duzentos e oitenta e seis pais e filhos para confirmar a tese. (SCHNEIDER, 1995, p. 93).

Uns dos responsáveis pela nova abordagem foram Ludwik e Hannah Hirszfeld, no texto publicado no jornal francês *Anthropologie*, chamado *The application of serological methods to the problem of races*. Nessa publicação, propuseram uma nova forma de classificar raças, não mais tipificando os grupos humanos por cor do cabelo ou pele, tipo ou forma de rostos e ossos, mas por grupos sanguíneos. (SCHNEIDER, 1990, p. 209). Foi um trabalho revolucionário, porque pretendia medir a propriedade química das hemácias e do soro no sangue humano.

Além disso, a descoberta foi bem-vinda entre médicos antropologistas não só da França, mas da Europa e da América – e, como veremos, no caso brasileiro. O casal Hirszfelds, durante a Primeira Guerra Mundial, serviu como médicos do exército no Nordeste da Grécia; mas com o fim das hostilidades, decidiram realizar testes de grupos sanguíneos em grande número de raças e nacionalidades que circulavam por aquele centro de comunicação.

Assim, criou-se um novo campo de trabalho acerca dos tipos sanguíneos dos grupos étnicos. Nos idos de 1920, cinquenta povos já haviam sido estudados, desde nativos norte-americanos e do Canadá até o continente europeu, Rússia, Oriente Médio, sul da Ásia, China e Japão.

Outra razão da propagação da nova técnica foi a relativa facilidade de determinação dos tipos sanguíneos. Usando amostras sanguíneas do tipo A e B e um microscópio, o pesquisador poderia rápida e definitivamente identificar o sangue como sendo um dos quatro tipos do sistema ABO. Schneider (1990) infere ainda que o desenvolvimento em citração e a refrigeração permitiram testes em lugares remotos.

Os resultados considerados mais científicos e exatos, conforme Schneider (1990), por utilizar-se da química em vez das medições lineares, foram rapidamente aceitos pelos pesquisadores. Assim, trocavam-se as inúmeras medições de comprimento, formas e volumes da antropometria por um dos tipos sanguíneos do sistema ABO.<sup>449</sup>

---

<sup>449</sup> Os marcadores genéticos de sangue, conforme Ricardo Ventura Santos (2003), foram utilizados no Brasil na década de 1960 e 1970. Santos (2003) cita Francisco M. Salzano (RS) mas citamos também o Laboratório de Genética Humana, liderado por Cora de Moura Pereira e somado a Lúcia M. G. Ito Rocha, Lucy I. da Silva Peixoto (BA), investiram suas pesquisas na determinação de grupos sanguíneos em populações de Salvador, onde prevalece os três elementos nacionais, no Estado, com vários graus de miscigenação, e por fim, em populações indígenas do vale Amazônico, do Centro-Norte e Nordeste brasileiro. O laboratório baiano utilizava nos testes de sangue os Antígenos do sistema ABO, Rh-Hr, MNS, Kell, Duffy, Lutheran e Diego. (PEDREIRA, 1961, p. 33). O pesquisador Ricardo Ventura Santos (2003) inferiu que Salzano utilizou como

Na França, os nomes Nicholas Kossovitch e Dujarric de la Rivière foram centrais, por estudarem os grupo sanguíneo de habitantes da África Francesa Equatorial, dos Esquimós, em 1933, e Africanos do Oeste, em 1936.<sup>450</sup> Os testes serológicos eram efetuados no Instituto Pasteur, em Paris. (SCHNEIDER, 1990, p. 226). Kossovitch fora treinado por Hirszfled, e usou o índice bioquímico em toda sua pesquisa de grupos sanguíneos. (SCHNEIDER, 1990, p. 228).

Tanto Kossovitch quando Hirszfled não possuíam uma abordagem racista, propunham não uma escala hierárquica entre os grupos sanguíneos, mas criar “a noção de raça serológica como uma analogia àquela da raça biológica.”<sup>451</sup> (HIRSZFELD, *apud* SCHNEIDER, 1990, p. 228). Assim, baseado em dados de grupo sanguíneo ABO e índice bioquímico - ou seja, a proporção de sangue A para B -, os Hirszfled dividiram a espécie humana em três raças bioquímicas, o tipo europeu, intermediário e afro-asiático. (HIRSZFELD; HIRSZFELD 1919, *apud* HYUN, 2019). No entanto, foram utilizados por Bourdel de forma peculiar, conforme analisaremos, e serão reinterpretados pelos discentes de Direito, Silva, Mattos e Pereira (1957), de forma ainda mais distinta, na Criminologia, determinante na análise do temperamento dos indivíduos encarcerados.

O temperamento era tido por Bourdel (1946) e aceito pelos discentes de Direito como uma “predisposição profunda e essencial”, que determinava a forma de adaptação de um ser à vida. Era a disposição mais íntima e orgânica da personalidade, e dela provinham todas as tendências e aptidões, tanto psicológicas como fisiológicas ou físicas. Assim, dividiam-se no quadro de temperamentos quatro grupos sanguíneos fundamentais: indivíduos pertencentes ao grupo sanguíneo A possuíam temperamento inicial “Harmônico”; indivíduos pertencentes ao grupo sanguíneo B eram predominantemente “Rítmicos”; no grupo O, eram “Melódicos”; e, por fim, os indivíduos do grupo sanguíneo AB possuíam três temperamentos: Harmônico, Melódico e Rítmico (H.M.R.). O Harmônico é marcado pela hipersensibilidade, o Melódico pela adaptabilidade, o Rítmico por sua própria experiência e ritmo, e o H.M.R. pela coexistência das três características.

---

ferramenta de suas pesquisas o sistema de grupos sanguíneos Rh, Diego e proteínas séricas Gm (gamaglobinas). (SANTOS, 2003, p. 9). Salzano estava interessado em compreender as misturas raciais no país, utilizando os grupos sanguíneos como marcador genético, sendo de interesse aos estudos antropológicos. Cabe salientar que quando foi bolsista da Fundação Rockefeller na Universidade de Michigan, Salzano produziu um artigo que revisava toda a bibliografia sobre os grupos sanguíneos nos indígenas latino-americanos.

<sup>450</sup> DUJARRIC DE LA RIVIÈRE, Raymond; KOSSOVITCH. Les groupes sanguins. Paris: J.-B. Ballière, 1936.

<sup>451</sup> No original: “We have created the notion of serological race as an analogy to that of biological race.”

Bourdel (1946) considerava os diferentes tipos sanguíneos como marcadores de determinadas raças, com usos para a antropologia-física, pois o mapa com os diferentes tipos sanguíneos acabara por criar novas fronteiras imaginárias. Cada tipo sanguíneo, que demarcava raça, era marcadamente determinado por tipos de personalidade, sobretudo de temperamentos. Cada população, dessa forma, possuía um temperamento. Assim, delimitou-se um novo globo, com novas fronteiras, em que o sangue e a Psicologia tomavam à frente das interpretações. Era a impulsão da geografia do sangue.

O texto dos autores apresenta ainda observações de variados presos da penitenciária, que incluíam dados acerca dos sentenciados, dados dactiloscópicos e odontoscópico, ficha médica, exame biotipológico, anamnese criminológica, história do crime, dados penitenciários, informações extra-presidiárias, conclusão criminológica e perfil psicológico. Segundo os autores, o trabalho de Léonne Bourdel possuía grandes méritos ao refundir as escolas organicistas, psicológicas, endocrinológicas, sociológicas e evolucionistas em uma só chave, denominada Escola Psico-biológica.

Conforme a tabela produzida por Bourdel e Jacques Genavay, em uma escala de 0 a 10, os brasileiros seriam majoritariamente de sangue AB, ficando na média da escala dez (10), possuindo baixos níveis de sangue A e O, escala de média cinco (05), e níveis de sangue B na escala de média seis (06). Assim,  $AB > B > A = O$ . A predominância de sangue AB, chamado Temporizador ou HMR, estava ligada aos povos de sensibilidade mais complexa, caracterizados pela hesitação, estagnação e latentes possibilidades de crescimento, pois “o AB precisa de alguém e não age sozinho.” (BOURDEL, 1946, p. 18).

Figura 12 - Os brasileiros na Tabela de Bourdel

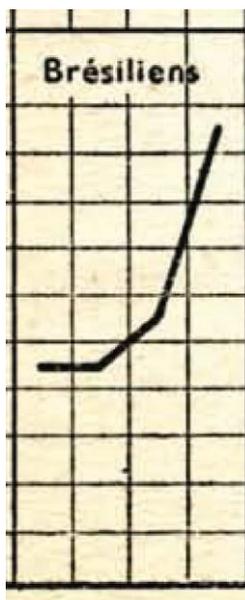


Gráfico dos índices dos Tipos Sanguíneos no Brasil (BOURDEL, 1946) - de cim.p/bai.escala 0 a 10; da esq.p/dir. Tipo A, O, B, AB.

O tipo AB ou temporizador precisava, segundo a teoria, de outros para serem tranquilizados, protegidos e treinados:“(…) é o freio que retarda, tempera e se torna um fator de prudência e cautela.” (BOURDEL, 1946, p. 19). Esse tipo de Sangue AB tinha, segundo a classificação da autora, relações de interdependência, contatos sociais e dedicação por essas práticas. O determinismo biológico entabulado por Bourdel, com evidentes marcações psicológicas e de temperamento legitimava de certa forma a situação periférica do país e de sua população, marcadamente com maior frequência de sangue tipo AB.

No entanto, buscamos refletir de onde emergiram esses dados que alimentaram as pesquisas de Dujarric de la Rivière e Raymond Kossovitch (1936), nas quais Bourdel e Genavay (1946) se apropriaram para elaborar os gráficos. Abordaremos, assim, um pouco das pesquisas no Brasil e no Paraná, para compreender como se davam as circulações desse novo campo de abordagem correlato aos estudos da Criminologia no Paraná.

## 5.7 As pesquisas acerca da Genética das Populações e dos tipos sanguíneos no Continente Americano e no Paraná

Com o objetivo de estudar a genética da miscigenação, o médico e hematologista Fritz Ottensooser se dedicou à chamada antropologia sorológica. Assim, em 1944 produziu uma fórmula matemática para calcular os graus de mistura racial por meio da análises de sangue. Anos mais tarde, em 1953, Bentley Glass e Chung Chin Li criaram um novo método para calcular além da mistura racial, o fluxo gênico ao longo das gerações. Nessas fórmulas, era possível calcular o grau de miscigenação de duas linhagens ancestrais, o di-hibridismo. Em 1962, Ottensooser criou uma fórmula para calcular a mistura racial tri-híbrida, aplicando-a em estudos na região nordeste. (SOUZA, SANTOS, 2014).

O texto *The blood groups of South American Indians* (1957), de Francisco Salzano, foi nosso ponto de partida para compreender as produções científicas relativas aos grupos sanguíneos no Brasil, a fim de perceber como essas produções circulavam pelo campo da Criminologia paranaense, mas também da Medicina e Genética. Escrito durante o período em que tinha uma bolsa de estudo da Fundação Rockefeller, no Departamento de Genética Humana da Universidade de Michigan, Salzano (1957) revisou a bibliografia de noventa e cinco artigos e produções referentes aos grupos sanguíneos dos indígenas na América do Sul. Organizou os dados dos grupos indígenas, interpretando-os. (CORDEIRO, SALZANO, 1960, p. 240).

O próprio Francisco Salzano (1957) utiliza as descobertas dos Hirzfelds, de que as frequências dos grupos consanguíneos variam de uma população para outra, para firmar a ruptura em torno do novo campo de pesquisas, e com enorme quantidade de informações colhidas no mundo.

No tocante à América do Sul, evidenciou as pesquisas de Boyd<sup>452</sup> (1939) e Mourant<sup>453</sup> (1954; 1950), como as últimas compilações acerca da reunião e avaliação dos dados coletados. Mourant (1954) falhava ao não tabelar os dados publicados acerca do sistema ABO, além da obra de 1950 não tentar cobrir toda a bibliografia publicada a respeito dos indígenas brasileiros, representada por apenas uma amostra. Assim, no intuito

---

<sup>452</sup> Tratava-se do texto de Boyd intitulado *Blood groups: Tabulae Biologicae* (1939). Dr. William C. Boyd foi um dos mais ativos investigadores e expoente nos estudos dos grupos sanguíneos como mecanismo genético na filogenia humana, sobretudo sobre estoques genéticos de americanos. (LEIGHLY, 1983, p. 237).

<sup>453</sup> Mourant escreveu duas obras sobre o tema: *The distribution of the human blood groups* (1954) e *Blood groups of South American Indians* (1950). Mourant (1954) apontou que a distribuição mundial de frequências de grupos sanguíneos fornecia fortes evidências da ação da seleção natural em alguns, pelo menos, nos sistemas de grupos sanguíneos. (*apud* SHEPPARD, 1959, p. 137).

de reunir os dados dos grupos sanguíneos e organizá-los estatisticamente, Salzano utilizou as tipologias de classificação do argentino Imbelloni (1938).<sup>454</sup>

Imbelloni (1938) reconhecia seis grupos raciais indígenas na América do Sul: os Andidos, baixos, com cabeças abobadadas e arredondadas, habitando os planaltos dos Andes; os Amazonidos, de estatura baixa a média, com tendências brachicephalicas e que habitam a Bacia Amazônica e outras partes do território brasileiro; os Pampidos, muito altos e com uma forma de cabeça na maior parte longa, vivendo nas regiões dos Pampas do Chile, Argentina, Uruguai e Brasil (Mato Grosso); os Fueguidos, um grupo populacional relíquia de estatura baixa, população dolichocephalicas, restritos a poucos sobreviventes no sul do Chile e na costa brasileira; os outros dois são os Istmidos e Laguidos, que não são apresentados por não terem dados acerca de seus grupos sanguíneos.

Os dados de Imbelloni serviram para Salzano (1957) produzir um mapa da América do Sul, mostrando a distribuição geográfica de grupos raciais tipificados. Ao menos tempo, mostrava as alocações onde as determinações do grupo sanguíneo ABO estavam disponíveis no território.

Salzano (1957) criou também uma tabela que apresentava a estimativa de frequência fenótipa e gênica dos grupos sanguíneos ABO, além de conter dados do nome do pesquisador, o que chamou de “tribo”, localidade, número de estudos, e tipos sanguíneos predominantes entre as populações especificamente analisadas.

Os dados referentes ao Brasil eram provenientes de autores como E. Biocca e F. Ottensooser, com *Estudos etno-biológicos sobre os índios da região do Alto Rio Negro-Amazonas. I-Grupos Sanguíneos comuns e fatores M e N* (1944), P. E. Lima, em *Grupos sanguíneos dos índios do Xingu* (1950), A. M. Pantin e P. C. Junqueira em *Blood groups of Brazilian Indians* (1952), Junqueira e P. J. Wishart em *Blood groups of Brazilian Indians (Carajás)* (1956), E. Da Silva com *Grupos sanguíneos comuns e fatores M e N em índios Canela (Remkokamekra) do Maranhão* (1948), Ottensooser e Pasqualin com *Blood types of Brazilian Indians (Mato Grosso)* (1949), Martins e Bastos em *Sobre a distribuição dos grupos sanguíneos entre os índios Botocudos do Rio Doce* (1935), Leonídio Ribeiro, W. Berardinelli e E. M. Roiter com *Grupo sanguíneo dos índios Guaranyes* (1935), e José Loureiro Fernandes em *Notas hemato-antropológicas sobre os Caingangues de Palmas*. (1939).

---

<sup>454</sup> Referência à obra *Tabla clasificatoria de los indios: regiones biológicas y grupos raciales humanos de América*.

Buchillet (2007) faz referência à obra de Ribeiro, Berardinelli e Roiter (1934) que, analisando os dados colhidos entre os Guarani, registraram uma porcentagem de 100% de tipo O. Pensando nos discentes da Faculdade de Direito que coletaram os dados baseados na Criminologia, tinham contato com esse tipo de pesquisa por meio de Leonídio Ribeiro, Berardinelli e Roiter, cânones brasileiros da Medicina legal e da Criminologia. O texto dos intelectuais foi publicado em 1934, nos *Archivos de Medicina-Legal e Identificação*, e se fazia presente na biblioteca da Universidade em sua edição de 1934, pela Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro.

Verificamos, portanto, que as pesquisas com os fenótipos, em seus tipos sanguíneos no sistema ABO, estiveram em discussão no Brasil, por meio de pesquisadores nacionais e internacionais, mas também por meio das pesquisas do antropólogo Loureiro Fernandes, ligado à própria Universidade do Paraná. Loureiro possuía, conforme apontou Junqueira (2006), uma ampla bibliografia acerca dos Kaingang.<sup>455</sup> Conforme bibliografia apontada por Junqueira (2006), observamos que a visita do geneticista inglês Kalmus ao Paraná abriu portas para José Loureiro Fernandes adentrar análises hematológicas, sem perder o foco nas análises física-antropológicas nos Caingang.<sup>456</sup> Em 1956, Antonio Quelce Salgado investigou os indígenas de “Mangueirinha, Palmas e Xaçecó”, e proferiu uma palestra, no antigo Colégio Progresso, com o tema as *Impressões de uma viagem de estudos a postos indígenas do Paraná e Santa Catarina*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 22/03/1956, p. 7).

Constatou-se, a partir do trabalho de Francisco Salzano, que a descoberta notável nesses estudos é a completa falta de representação dos genes A e B em quase a totalidade das “tribos” testadas. Mil oitocentos e trinta e sete indivíduos foram considerados no grupo

---

<sup>455</sup> Dentre eles: FERNANDES, J.L. Notas hemato-antropológicas sobre os Caingangues de Palmas. *Revista Médica do Paraná*, Curitiba, 8 (1/2), 1939. Os Caingangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba, v.1, p. 161-209, 1941. \_\_\_\_\_. Contribuição à antropometria e à hematologia dos Kaingang do Paraná. *Anais do Congresso Internacional de Americanistas*. São Paulo, 1955. \_\_\_\_\_. Contribuição à antropometria e à hematologia dos Kaingang do Paraná. In: *Anais do 31º Congresso Internacional de Americanistas*. São Paulo, 2, 1955. \_\_\_\_\_. The Diego Blood factor in Brazilian Indians. *Nature*, v.177, p. 41, jan.1956. \_\_\_\_\_. FERNANDES, J. L. & JUNQUEIRA, P.C.; KALMUS, H. *et al.* P.T.C. thresholds, colour vision and blood factors of Brazilian Indians: Kaingangs. *Separata de Annals of Human Genetics*, v. 22,p. 16-21, 1957. (MARANHÃO, 2006, p. 27).

<sup>456</sup> A análise de Loureiro, que atuava no Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná, aconteceu em conjunto com P. C. Junqueira e P. Wishart, do Banco de Sangue, P.D.F. (Rio de Janeiro), H. Kalmus, do Galton Laboratory (London), F. Ottensooser e R. Pasqualin, do Laboratório Paulista de Biologia (SP). Cabe referenciar outra obra em conjunto, trata-se de JUNQUEIRA, P. C., WISHART, P. J., OTTENSOOSER, F., PASQUALIN, R., FERNANDEZ, P. L. & KALMUS, H. (1956). The Diego blood factor in Brazilian Indians. *Nature*, Lond., 177, 41.

sanguíneo do tipo O em cerca de quinze “tribos” estudadas. Apenas duas exceções entraram no rol, os Caingang e os Ramkokamekra, que possuíam uma quantidade de mistura branca, conforme reconhecida nos testes.

Os índios brasileiros estudados apresentam, dessa forma, exclusivamente ou quase exclusivamente o gene O em suas populações. Os classificados como Amazônicos, conforme tabela de Imbelloni (1938), possuíam na maioria o tipo O. Majoritariamente se destaca o grupo sanguíneo O entre os Bororos, no Mato Grosso, e os Botocudos, no Rio Doce, em Minas Gerais e Espírito Santo.

Conforme apontou Buchillet (2007), a pesquisa de Loureiro Fernandes (1939) incluiu a determinação do grupo sanguíneo de dezenove indivíduos no Toldo das Lontras e de vinte e um no Toldo de Campina, que indicou predominância do tipo O. Em ambos os toldos, encontrou-se uma porcentagem de 92,5% do tipo O. Essa característica indicava que houve um cruzamento dos Kaingang de Palmas com indivíduos de outra raça em proporção restrita.

Lipphardt (2014), em *“Geographical Distribution Patterns of Various Genes”*: *Genetic studies of human variation after 1945* examinou a aparente mudança que ocorreu na década de 1950, sobretudo das medições antropométricas para a análise de grupo sanguíneos, das raças para as pequenas populações endogâmicas ou isolados, como uma nova unidade de estudos. Assim, colocando em cheque a ruptura, analisa como antropometria e análise dos grupos sanguíneos se mantiveram nas pesquisas até a década de 1960, focando na análise de populações isoladas, desde grandes grupos até pequenas populações de vilas. (LIPPHARDT, 2014) O estudo da historiadora da ciência, chamado *The Jewish Community of Rome: An Isolated Population? Sampling Procedures and Bio-Historical Narratives in Genetic Analysis in the 1950s* (2010), se baseou no estudo de um isolado genético de judeus em Roma pesquisado pelo geneticista Leslie Clarence Dunn, em 1953. O trabalho de Lipphardt (2010) estudando Dunn é relevante para pensarmos as pesquisas sobre os grupos sanguíneos no Brasil, especificamente os trabalhos de Loureiro Fernandes na década de 1950.

Em 1955, quando aconteceu o Congresso Internacional de Americanistas, Loureiro Fernandes publicou pesquisa com o título *Contribuição à antropometria e à hematologia dos Kaingang do Paraná*, na qual estudou a sensibilidade a PTC, visão de cores e grupos sanguíneos de trinta e seis homens Kaingang de Palmas. (BUCHILLET, 2007, p. 203). Nesse sentido, utilizando da interpretação de Lipphardt (2014), algo muito semelhante pode

ser conferido à trajetória de pesquisa de Loureiro Fernandes, que igualmente não abandonou metodologias da antropometria e às conciliou com a hematologia.

Analisando o texto que Loureiro Fernandes produziu com Cora Junqueira, H. Kalmus, Ottensooser, Pasqualin e Wisharts, intitulado *Thresholds, colour vision and blood factors of Brazilian Indians. I. Kaingangs*, publicado nos *Annals of Human Genetics* (1957), percebemos que foram analisados setenta e sete indivíduos, dentre eles quarenta e três homens e trinta e quatro mulheres de diferentes idades, observados durante seis dias de agosto de 1956. (FERNANDES, 1957, p. 17). A metodologia usada para os limiares de P.T.C., a sensibilidade gustativa a feniltiocarbamida eram determinadas pelo método de Harris e Kalmus (1949), *The measurement of taste sensitivity to phenylthiourea*, publicada nos *Annals of Eugenics*, de Londres. Utilizaram o método de Ottensooser e Pasqualin (1949) no que se refere à extração da ponta do dedo em um capilar de 12 cm 1 ml. lumen, na qual somente uma amostra se perdeu por hemólise. Limiares de PTC, cor de visão, Teste falciforme, assim como seis fatores de sangue, dentre eles ABO, MNs, Rh, Fy, Di e Km foram estudados pelos autores. (FERNANDES *et al.*, 1957, p. 19).

Foi somente tendo acesso ao texto de Fernandes *et al.* (1957), que compreendemos que a investigação se tornou possível a partir da vinda de Kalmus para receber o Prêmio Dreyfus de Genética, em 1954, bancado pela bolsa de viagem da Fundação Rockefeller. Do mesmo modo, Fernandes e Kalmus receberam da Universidade de Curitiba (UP) o financiamento do voo para a viagem à reserva indígena.

Nesse sentido, o trabalho antropológico-físico, sobretudo com preocupações hematológicas e dos grupos sanguíneos, fazia parte das metodologias à disposição da ciência na Universidade do Paraná, em meados de 1950. No entanto, é necessário pensar na nova roupagem dada aos usos dos grupos sanguíneos, que de uma interpretação da antropologia racial passou para a da genética populacional, que visava demonstrar a diversidade das populações humanas. (LIPPHARDT, 2014, p. 1; HYUN, 2019, p. 1).

Os indígenas eram pertinentes de serem analisados por equipes de pesquisadores brasileiros e estrangeiros porque era possível elaborar modelos em relação à variabilidade genética, e estudar as mudanças socioculturais e econômicas, mas também Biologia humana. (BUCHILLET, 2007, p. 13). Mas a parte interessante, confere Buchillet (2007), era que essas populações se encontravam em isolados genéticos. Compreender como funcionava a dinâmica dos isolados genéticos era uma das perspectivas de pesquisa.

Isolados, eram ilhas populacionais, com limites imprecisos de ordem geográfica, social, religiosa, política, étnica e cultural.

No entanto, as pesquisas elaboradas pelos estudiosos brasileiros, na interpretação determinista de Bourdel (1946), o tipo sanguíneo tipo O, característico nas populações indígenas na Brasil, atingia cem por cento das amostragens em sua maioria; e não menos de 92,15% em duas amostras (SALZANO, 1957, p. 559), ganhando contornos estranhos, pois creditava a esses povos um temperamento subjugado a um tipo de imperialismo racial.

O sangue O assumia, conforme Bourdel (1946), “as relações e depois a execução, afastando-se da pura pesquisa e criação. Mas o sangue O é o melódico feito para uso, adaptação e movimento.” (BOURDEL, 1946, p. 18).

Em seu estudo acerca das profissões na França e os tipos sanguíneos, por exemplo, Bourdel (1946) tipificou três tipos de profissões, de relações, de inventividade, e execução. No tipo sanguíneo O, o temperamento de “relação” era maior ou igual ao de “execução”, que era maior que o de “criação”. A personalidade e temperamento do tipo O nas profissões caracterizadas marcam maiores capacidades de se relacionar e comunicar com pessoas e de execução de tarefas, e menores capacidades criativas e inventivas.

Fazendo uma comparação com populações europeias da Inglaterra, Portugal, Espanha, França, que tinham mais de 40% de sangue tipo A e um pouco menos de tipo O, caracterizavam-se pela sensibilidade, adaptabilidade nas vias de relação, a diplomacia, a expansão mais comercial e diplomática do que guerreira, as artes para as atividades de criação e pesquisas, para a criação intelectual, filosófica e das ideias. O europeu é especificamente democrata, conforme apontou Bourdel. (1946, p. 25).

Estendem-se na mesa os parâmetros para os dominantes e os dominados, agora com conceitos e tipificações sanguíneas e psicológicas.

## **5.8 Esquadrinhando personalidade e temperamento na Penitenciária Estadual do Paraná**

Neste item, apresentaremos as questões da Criminologia sob a perspectiva genética, como foi que os intelectuais contemplaram as observações efetuadas na Penitenciária, relacionando os grupos sanguíneos e as questões da personalidade.

Dentro da Genética, há os conceitos de Genótipo e Fenótipo. O primeiro define a composição genética de um organismo e as informações hereditárias. O Fenótipo é a soma do Genótipo mais a influência do ambiente. O Genótipo determina o Fenótipo de um

indivíduo. Assim, Fenótipo são as características apresentadas no indivíduo, que podem, diferentemente do genótipo, sofrer alterações durante o desenvolvimento. Os grupos sanguíneos, apesar de não observáveis a olho nu, como a maioria das características apresentadas, são aspectos que têm relação com o Fenótipo.<sup>457</sup>

Os discentes que analisaram os grupos sanguíneos e a personalidade perante a Criminologia, apesar de utilizarem a metodologia chamada “psico-biologia”, não levaram em conta as pesquisas acerca da Genética, ou ao menos não a referenciam. Possuíam, no entanto, uma teoria da evolução, que será especificada.

Objeto de escolha, a metodologia psico-biológica aplicada à Criminologia foi a base para o estudo do Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária Central do Estado do Paraná. Assim, os autores correlacionaram as constantes biológicas e as psicológicas. As biológicas, determinando os grupos sanguíneos. As psicológicas, determinando o temperamento. Isso tudo sem perder de vista a perspectiva de adaptação do indivíduo detento à vida e à sociedade.

Se a Criminologia analisava o indivíduo criminoso, trazer à tona o temperamento seria como aliar o criminoso ao crime, em que o pré-determinado temperamento seria a ponte de explicação entre o indivíduo e a sua ação ilícita. Não se pode perder de vista o caráter biodeterminista em nenhum momento. O fato de utilizarem uma classificação de temperamentos, conforme os quatro tipos fenótipos básicos dos grupos sanguíneos, tipo A, predeterminado como inicialmente de temperamento Harmônico, tipo B, predominantemente Rítmico, tipo O, preferencialmente Melódico, e tipo AB possuindo os três temperamentos H.M.R. Bastariam essas características de temperamento, analisadas em correlação entre o criminoso e o tipo de ação criminosa, para compreender os elementos necessários para a recuperação e o retorno social dos indivíduos. O temperamento era a “(...) predisposição profunda e essencial que determina o modo de adaptação de um ser à vida.” (MELLO E SILVA *et al.*, 1958, p. 12).

O jornal *Diario da Tarde* tratou de dispensar elogio ao brilhantismo da representação paraense no *III Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia*, ocorrido na Bahia, que tinha como tema oficial o Divórcio e o Suicídio. Temas que eram

---

<sup>457</sup> Há assim quatro tipos de fenótipos básicos nos grupos sanguíneos, classificados no sistema ABO, o tipo A, tipo B, tipo AB e tipo O. No *locus* cromossômico, que diz respeito ao sangue, existem na natureza três genes alelos diferentes, o alelo Ia, alelo Ib e alelo i. Assim, são seis os Genótipos distintos fruto das variações dos genes alelos. No fenótipo do grupo sanguíneo A, existem os genótipos I<sup>A</sup>I<sup>A</sup> e I<sup>A</sup>i; no fenótipo B, os genótipos IbIb e Ibi; no fenótipo AB, o genótipo I<sup>A</sup>Ib; e no fenótipo O, o genótipo ii.

recorrentes nos estudos dos professores Ernani Alves Simas e Napoleão Lyrio Teixeira, respectivamente. O último apresentou o tema *O Suicídio*, que, conforme o jornal, “foi uma conferência proferida praticamente no improviso”. O primeiro relatou a respeito de *O divórcio no Brasil*, e foi, conforme o periódico, o trabalho mais discutido no Congresso. Foi apresentado ao público do Congresso por Hélio Gomes, da Universidade do Brasil, e no tópico debatido colocou-se pró-divórcio. (DIARIO DA TARDE, 12/03/1958, p. 4)

O periódico *Diario da Tarde* ainda chamava atenção em sua capa ao “sentido de recuperação”, a partir do texto acadêmico *A Psicobiologia na Criminologia*, de Wallace Thadeu de Mello e Silva e uma equipe que, inspirado no trabalho da cientista francesa Léonne Bourdel, afirmavam três pontos: que “(...) as exteriorizações psicológicas correspondem sempre ao tipo sanguíneo”, que existia uma relação “entre o sangue e o temperamento do delinquente”, e que existia uma “nova diretriz na sistemática dos trabalhos criminológicos”. (MELLO E SILVA, 12/03/1958, p. 4).

Na temática da *Recuperação dos Criminosos*, o jornal *Diario da Tarde* inferia que Luiz Carlos Gomes de Mattos havia apresentado o trabalho *Importância da pediatria na recuperação dos penados*, que “com muita propriedade” recebeu largos e justos elogios. (DIARIO DA TARDE, 12/03/1958, p. 4).

Acerca do trabalho de Wallace Thadeu, Luiz Carlos Gomes de Mattos e Neil Pereira, o periódico curitibano fez uma entrevista com o primeiro, publicando ainda uma fotografia da entrevista na primeira página do jornal. O trabalho, elaborado pelo Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária Central do Estado, contava, além dos já citados, com a colaboração dos professores Adallberto Arns e Sebastião de Azevedo e Dr. José Romildo Grabowski, além do técnico em Psicologia, Neil Hamilton Monteiro.

Na entrevista, Wallace Thadeu de Mello e Silva comentava que a notável cientista francesa Bourdel já tinha se imposto aos círculos culturais do mundo com a tese *Sang, Temperaments, Travail et Races*, na qual expôs uma classificação dos temperamentos em suas relações com os tipos sanguíneos. Leonne Bourdel era diretora do Instituto de Psicologia Aplicada “Fator Humano”, de Paris, e constatou, num “exame-massa”, que “determinados tipos sanguíneos preferiam determinadas atividades profissionais”. A partir dessas conclusões de Bourdel, Wallace Thadeu de Mello e grupo se inspiraram a fazer - e aqui é uma fala do entrevistado citada na íntegra - uma “longa observação a que ficaram sujeitos (na Penitenciária Central do Estado) os detentos, devidamente selecionados” (MELLO E SILVA, 12/03/1958, p. 4), e continua o autor, “o trabalho de Léonne Bourdel,

por nós aqui explorado, tem, na sua essência, o mérito de regundias às chamadas escolas organicistas, psicológicas, endocrinológicas, sociológicas e evolucionistas, numa única chave a que se deu a denominação de Escola Psico-Biológica.” (MELLO E SILVA, 12/03/1958, p. 4). Cremos que essa abordagem entabulada pelos médicos paranaenses em relação à Criminologia é a reemergência do biodeterminismo no campo médico e no campo jurídico, que já estavam nessa especialidade limítrofe, mas com relevante autonomia.

Portanto, Wallace Thadeu explicitava, em entrevista ao jornalista do *Diário da Tarde*, que trabalhavam com as

constantes existentes entre os grupos sanguíneos e o tipo temperamental dos delinquentes. A doutora Léonne Bourdel, em estudos estatísticos de vários grupos humanos, demonstrou, aliás, que as exteriorizações psicológicas correspondem sempre ao tipo sanguíneo. Nova diretriz nos foi fácil, pois, estabelecer com êsses elementos, na sistemática dos nossos trabalhos criminológicos.

Os estudos estatísticos utilizados por Bourdel foram essenciais dentro da teoria, retirando dados de uma série de pesquisas de Antropologia Física feitas na Europa. Mas em Bourdel, confirmava Wallace Thadeu, esses dados eram utilizados para analisar o complexo individual

não só no que dizia respeito aos seus elementos de formação (ambiente cultural, social, religioso, econômico, etc.), como no conjunto orgânico, com suas trocas íntimas, obtendo-se, dest'arte, a origem das frustrações, ora por falta de elementos ambientais, ora por deficiências orgânicas. (MELLO E SILVA, 12/03/1958, p. 6).

A formação do indivíduo, assim como suas frustrações derivadas de várias fases da vida eram analisadas em relação ao seu influir sobre o orgânico. Wallace Thadeu ainda citava o criminologista russo-suíço Monakoff - Constantin Von Monakow (1853-1930), diretor do *Brain Anatomy Institute in Zurich*, que produziu, em coautoria com R. Mourgue, a obra *Introduction biologique à l'étude de la neurologie et de la psychopathologie* (1928), que, segundo Gaston Bachelard, tratava dos instintos.

Monakow e Mourgue observaram a dificuldade de reforma nos métodos de educação, invocando o peso que os instintos possuíam nos educadores e suas práticas. Conforme os autores, citados por Bacherlard, “Há indivíduos para quem todo conselho referente aos erros pedagógicos que cometem é absolutamente inútil, porque os ditos erros são a mera expressão de um comportamento instintivo”. (MONAKOW; MOURGUE, 1928, p. 89 *apud* BACHELARD, 2004, p. 22). Monakow e Mourgue faziam referência especificamente aos indivíduos psicopatas. Jean Bergeret (1996) infere que Monakow e Mourgue (1928) tinham um ponto de vista organo-dinamista em relação às formas de

caracterizar os indivíduos. (BERGERET, 1996, p. 21). No tocante aos psicopatas, a questão orgânica e por isso biológica era determinante, impossibilitando até mesmo a reeducação, considerada por Monakow e Mourgue (1928) como inútil.

Em 1915, no texto *Emoções, moralidade, e o cérebro*: três palestras realizadas na associação neurológica psiquiátrica (1915), Monakow deu evidência a um caráter de aliança entre a moralidade e a ciência. Von Monakow tinha boas expectativas em relação à Endocrinologia, e acreditava que “a composição química do sangue era de vital importância para o mundo das emoções.” (VERPLAETSE, 2009, p. 140). Essa substância endócrina constituía, conforme o psiquiatra, a base material dos instintos e sentimentos.

Para Monakow e Mourgue (1928), as características da personalidade eram reveladas pela representação dos elementos herdados e as finalidades eram expressas pelas direções do desenvolvimento - que são os próprios instintos. Von Monakow e Mourgue chamavam essa unidade vital de *hormé*, constituída de lastro hereditário e de energia instintiva. Desta unidade partia o desenvolvimento da personalidade. (COLLET, 1951, p. 148).

Wallace Thadeu de Mello e Silva relatou que o conceito de Monakow encontrava, enfim, sua legítima explicação quando usava da afirmativa que:

O homem que trai ou é impedido na sua essência natural, com a satisfação de interesses imediatos, é levado ou é preparado para o crime ou a doença. Se muitas vezes o fator formativo impede ou força a manifestação fundamental das tendências humanas na sua vivência normal, levando à prática de atos contrários às normativas sociais, da mesma maneira esses atos são exacerbados e liberados pelo temperamento evidenciado nos exames dos grupos sanguíneos. (MELLO E SILVA, 12/03/1958, p. 6).

Enfatizamos que os comportamentos instintivos caracterizados por Bachelard no trabalho de Monakow em relação aos psicopatas, em Mello e Silva *et al.*, compreendem essencialmente a questão do criminoso e do seu temperamento.

Uma diferença do pensamento de Monakow em relação à Antropologia criminal, conforme apontou Jan Verplaetse (2009), foi continuar acreditando que os criminosos ainda tinham princípios morais. Este era um momento em que a maioria dos antropologistas criminais já haviam abandonado a ideia de um senso moral, mas Von Monakow acreditava no que chamou *Syneidesis, a Consciência Biológica* (1927), conceito que leva o título do livro e que dizia respeito a um poder de autorregulação de cada organismo. Para Monakow, o crime era uma consequência antissocial, em que o ponto de vista sociopsicológico realocou a abordagem evolucionária e anatômica da gênese do crime. Passado de abuso,

ambiente pouco amável e educação inadequada eram experiências consideradas por Monakow suficientes para desorganizar a *hormé*. (VERPLAETSE, 2009, p. 140).

Wallace Thadeu chega a afirmar que se o mérito da tese do grupo de médicos poderia ser discutido, não poderiam negar-lhes o direito de pretender abrir novos caminhos na profilaxia do crime. Outro destaque foi o caráter interdisciplinar da tese, que envolvia médicos, criminologistas, psiquiátricos, assistentes sociais e técnicos em Psicologia, todos organizados no Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária Central do Estado, em Piraquara.

O caráter interdisciplinar na Penitenciária era vivenciado também na Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná, criada em 1957, e que tinha em suas sociabilidades grande parte dos integrantes do Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária.

### 5.9 Na Penitenciária Estadual, a Criminologia em prática

A década de 1950 foi marcada por recorrentes mudanças no Conselho Penitenciário do Estado. Em 1952, iniciou-se a trajetória do Dr. Aldo Penteado de Almeida<sup>458</sup>, como um dos membros do Conselho Penitenciário, que durou até a década seguinte. Em 29 de junho de 1954, Joaquim Brito de Lacerda, junto de José Muniz de Figueiredo (Diretor da Penitenciária) e Glaucio Guiss<sup>459</sup>, foram designados para junto do Conselho Penitenciário organizarem um Regulamento dos Estabelecimentos Penais do Estado. (O DIA, 29/06/1954, p. 2).

Em janeiro de 1955, os Conselheiros bacharéis Ary Florêncio Guimarães<sup>460</sup>, José Muniz de Figueiredo<sup>461</sup> (Diretor da Penitenciária) e Joaquim Brito de Lacerda foram

---

<sup>458</sup> Aldo Penteado de Almeida, casado com Aldamira Artigas de Almeida, pais de Aldo Júnior (1939-x). Formado em 1932 pela Faculdade de Direito do Paraná, quando foi o orador da turma, que tinha como paraninfo o professor Enéas Marques. (CORREIO DO PARANÁ, 23/12/1932, p. 8). Foi Escrivão da Delegacia de Polícia de Costumes de Curitiba, além de designado à função de secretário da Comissão Central de Sindicância, na Repartição de Polícia. Trabalhou como advogado em Curitiba, na década de 1930, e ocupou o cargo de Inspetor Federal de Ensino Secundário no Paraná.

<sup>459</sup> Glaucio Guiss bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Paraná em 1941. Foi Delegado de Vigilância e Investigação em 1950 e exonerado em 1951.

<sup>460</sup> Ary Florêncio Guimarães, autor de *Um Novo Caso de Qualificativa Penal em Homicídio* (1954), publicado na *Revista de Direito da UFPR*. Em 1954 era Professor da Faculdade de Direito de Curitiba, membro do Conselho Penitenciário e 1º Sub-Procurador Geral do Estado. Foi exonerado do Conselho Penitenciário em junho de 1955.

<sup>461</sup> Em janeiro de 1957 faleceu o ex-Diretor da Penitenciária, o sr. José Muniz Figueiredo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 05/01/1957, p. 9).

designados pelo governo para viajarem como representantes do Conselho Penitenciário do Estado para o *II Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino Penal e Penitenciário*, que se realizou em São Paulo. (O DIA, 13/01/1955, p. 2). Em 1955, o Desembargador Eduardo Xavier de Veiga, representando o Conselho Penitenciário, participou do Congresso Penitenciário ocorrido em Belo Horizonte.

Em 1956, João Cid de Macedo Portugal<sup>462</sup> tornou-se membro do Conselho Penitenciário. Em 28 de março de 1956, Manoel de Oliveira Franco exonerou-se do cargo de presidente do Conselho. (DIARIO DO PARANÁ, 28/03/1956, p. 5). Em 1956, a presidência do Conselho passou a ser ocupada por Laertes de Macedo Munhoz. (A TARDE, 07/04/1956, p. 8). Em 1956, foi colocado à disposição do Conselho Penitenciário o sr. Marcílio de Sá Sottomaior Filho.<sup>463</sup> (DIARIO DO PARANÁ, 18/08/1956, p. 5).

Na relação dos membros do Conselho Penitenciário de 1956, o levantamento evidenciou para sua formação a partir do Presidente Laertes de Macedo Munhoz, Eduardo Xavier de Veiga, Joaquim Brito de Lacerda, Glaucio Guiss, Marcílio de Sá Sottomaior Filho, João Cid de Macedo Portugal, Aldo Penteadado de Almeida e Newton Fernando Stadler de Souza.

**Tabela 15 - Membros do Conselho Penitenciário em 1956**

<b>Membros do Conselho</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Laertes de Macedo Munhoz	Presidente do Conselho	Professor de Direito Penal	Faculdade de Direito do Paraná (1926-1930)
Eduardo Xavier de Veiga	Conselheiro	Desembargador	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1918-1922)
Joaquim Brito de Lacerda	Conselheiro	Desembargador	Faculdade de Direito do Paraná (1933-1937)

<sup>462</sup> João Cid de Macedo Portugal, filho do Desembargador Clotário Portugal e d. Anita de Macedo Portugal. Frequentou a Faculdade de Direito do Paraná em 1938, fazendo parte do Centro Acadêmico de Direito, pelo Partido Renovador. Em 1941 ocupou o cargo de Promotor Público da Comarca de Serro Azul. Foi candidato a Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1954, pelo Partido Democrata Cristão. Foi ainda Curador de Menores de Curitiba em 1953 e Procurador Geral do Estado, até 1958.

<sup>463</sup> Marcílio de Sá Sottomaior Filho, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Paraná, em 1948. (DIARIO DA TARDE, 16/12/1948, p. 6).

Glaucio Guiss	Conselheiro	Chefe do Gabinete da Chefatura de Polícia	Faculdade de Direito do Paraná (1937-1941)
Marcílio de Sá Sottomaior Filho	Conselheiro	Promotor Público	Faculdade de Direito do Paraná (1944-1948)
João Cid de Macedo Portugal	Conselheiro	Procurador Geral do Estado	Faculdade de Direito do Paraná (1935-1939)
Aldo Penteadado de Almeida	Conselheiro	Catedrático de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas	Faculdade de Direito do Paraná (1928-1932)
Newton Fernando Stadler de Souza	Secretário	Diretor dos Estabelecimentos Penais do Estado	-

Fonte: Produzido pelo autor

Entre 1957 a 1960, o Diretor da Penitenciária Central do Estado foi o sr. Osvaldo Martim. No ano de 1958, foi concedida a cifra de 100 livramentos condicionais. (DIÁRIO DO PARANÁ, 20/1/1958, p. 7). Em 1958, tornou-se membro do Conselho Penitenciário o professor de Anatomia da Faculdade de Medicina, José Pereira de Macedo.

Em 1961, o Conselho Penitenciário era formado pelo presidente Laertes Munhoz, Homero de Barros, Carlos Mafra Pedroso, Aldo Penteadado de Almeida, José Pereira de Macedo, Carlos Frederico Marés de Souza e Eros Gradowski, diretor dos Estabelecimentos Penais e membro nato. (DIÁRIO DA TARDE, 07/03/1961, p. 5).

**Tabela 16 - Membros do Conselho Penitenciário em 1961**

<b>Membros do Conselho Penitenciário em 1961</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Laertes de Macedo Munhoz	Presidente	Catedrático de Direito Penal na Faculdade de Direito	Faculdade de Direito do Paraná (1926-1930)
Homero Batista de Barros	Membro	Catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito; catedrático de	Faculdade de Direito do Paraná (1926 a 1930)

		História Antiga e Medieval da FFCL-PR	
Carlos Mafra Pedroso	Membro	Médico e ex-Diretor do Departamento do Serviço Médico Legal	Faculdade de Medicina do Paraná (1920-1924)
Aldo Penteado de Almeida	Membro	Catedrático de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas	Faculdade de Direito do Paraná (1928-1932)
Carlos Frederico Marés de Souza <sup>464</sup>	Membro	Curador da Comarca de Curitiba	Faculdade de Direito do Paraná (1937-1941)
José Pereira de Macedo	Membro	Catedrático de Anatomia Descritiva da Faculdade de Medicina	Faculdade de Medicina do Paraná (1915-1919)
Eros Gradowski <sup>465</sup>	Membro	Diretor dos Estabelecimentos Penais	Faculdade de Direito da Universidade do Brasil-RJ (1946-1950)

Fonte: Produzido pelo autor

Em fevereiro de 1962, Ernani Simas Alves, no cargo de Diretor do Departamento Médico Legal, viajou aos EUA para participar de um congresso de ciências em Chicago, para visitar instituições médico-legais. Fazia parte de um convênio de colaboração técnica do Ponto IV, recentemente assinado pelo Governo do Estado com a *Agency for International Development*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 09/02/1962, p. 6). O Ponto IV era um programa de cooperação técnica internacional entre os EUA e os países latino americanos, proposto em janeiro de 1949 pelo presidente Harry Truman. Visava na área de educação à formação de professores que viessem por sua vez formar profissionais para a indústria.

Conforme apontou Alzira Alves de Abreu, em verbete do dicionário do CPDOC, o Ponto IV criou ainda o Centro Nacional de Treinamento de Professores para o Ensino Industrial em Curitiba. Em 1961, o presidente Kennedy estava no Governo e lançou a Aliança para o Progresso, que seguia o plano de cooperação entre o governo norte-americano e os países do hemisfério, e neste intuito estiveram no Paraná em agosto de 1962

<sup>464</sup> Carlos Marés de Souza foi Secretário de Estado dos Negócios do Governo em 1955, Diretor da Caixa de Habitação Popular do Estado, em 1956, 1º Curador da Comarca de Curitiba, em 1958.

<sup>465</sup> Eros Nascimento Gradowski, filho do desembargador Segismundo Gradowski e de Mercedes Myrthes do Nascimento Gradowski, nasceu em 1926, em Curitiba. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

o cônsul Arthur W. Feldmann, que palestrou a respeito da cooperação no Rotary Clube Curitiba Oeste, e o americano John P. Lee, do United State Information Service e Alten Hill, do Ponto IV.

Em 30 de julho de 1962, o *Diário da Tarde* trouxe mais detalhes da visita e do estágio que fez Ernani Simas Alves aos Institutos médico-legais e de patologia de Washington, Chicago, Cleveland, Baltimore, Nova Iorque e Miami. (DIÁRIO DA TARDE, 30/07/1962, p. 4).

Em 27 de setembro de 1962, a Biblioteca da Escola de Polícia recebeu uma coleção de livros didáticos referentes à criminalística, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e dos Estados Unidos. Entregou a coleção Lauren J. Goin, consultor de Segurança Pública Criminalista da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica, Ponto IV. No ato, estiveram Licio Vieira, diretor de Polícia Civil, Altair dos Santos Cavalli, chefe de Gabinete, major Rui Batista Marcon, assistente militar, Roberto Willian Albizu, assessor da Secretaria junto à AID. (DIÁRIO DO PARANÁ, 27/09/1962, p. 7). Em 1960, Roberto Albizu foi um dos primeiros contemplados da cooperação técnica como bolsista, na Universidade de Nova Iorque, para um curso comparativo anglo-americano e brasileiro em Direito Comercial. Ao término, fez um estágio no *Federal Bureau of Investigations* sobre Criminologia. (DIÁRIO DO PARANÁ, 29/07/1960, p. 12).

Para pensar o papel do Ponto IV na Guerra Fria, basta verificarmos, como apontou o *Diário do Paraná*, em 12 de junho de 1964, o Ponto IV, que cedia material a uma exposição na Escola de Polícia em Curitiba; tratava-se de material apreendido dos comunistas na Venezuela, que seria organizado para exibição do material subversivo, a fim de alertar a população contra o perigo da infiltração comunista no Brasil. (DIÁRIO DO PARANÁ, 12/06/1964, p. 12). Este era um dos pontos evidenciados na relação de cooperação técnica.

Em 1962, o sr. Elmo Hilton Ribeiro era o diretor dos Estabelecimentos Penais do Estado. (DIÁRIO DO PARANÁ, 22/12/1962, p. 12). Em dezembro de 1963, o Conselho Penitenciário fez sua última reunião do ano. Faziam parte do conselho o Presidente Laertes de Macedo Munhoz, os conselheiros Homero de Barros, Aldo Penteadó de Almeida, Antonio Goes Ribeiro<sup>466</sup>, Carlos Frederico Marés de Souza e Ernani Simas Alves. (CORREIO DO PARANÁ, 14/12/1963, p. 5). Nessa última reunião do ano, estiveram

---

<sup>466</sup> Antonio Goes Ribeiro foi indicado a Procurador Geral da República por João Goulart em fevereiro de 1962.

presentes também os Drs. Loacyr Muniz Ribas, Diretor de Estabelecimentos Penais do Estado, Joaquim Brito de Lacerda, consultor jurídico e Eduardo Mário Camargo, médico.

**Tabela 17 - Membros do Conselho Penitenciário em 1963**

<b>Membros do Conselho Penitenciário em 1963</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Laertes de Macedo Munhoz	Presidente	Catedrático de Direito Penal na Faculdade de Direito	Faculdade de Direito do Paraná (1926-1930)
Homero de Barros	Membro	Catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito	Faculdade de Direito do Paraná (1926 a 1930)
Aldo Penteado de Almeida	Membro	Catedrático de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas	Faculdade de Direito do Paraná (1928-1932)
Antonio Goes Ribeiro	Membro	Procurador Geral da República no Paraná	Faculdade de Direito de Maceió (1934)
Carlos Frederico Marés de Souza	Membro	Curador da Comarca de Curitiba	Faculdade de Direito do Paraná (1937-1941)
Ernani Simas Alves	Membro	Catedrático de Medicina Legal na Faculdade de Medicina	Faculdade de Medicina do Paraná (1934-1938)
Loacyr Muniz Ribas	Membro	Diretor dos Estabelecimentos Penais	-

**Fonte:** Produzido pelo autor

Em 9 de fevereiro de 1964, Ney Braga, que assinou a cooperação com o Governo norte-americano, inaugurou um estabelecimento destinado à formação de policiais, que o Ponto IV iria colaborar com apoio técnico. A Escola de Polícia se encarregou da formação de guardas-civis, guardas de trânsito, polícia rodoviária, guardas de presídio, agente de polícia, escrivão de polícia, fotógrafo e identificador, delegado, médico legista e perito

criminalista. A escola que iniciava os trabalho de imediato era dirigida por Altair dos Santos Cavalli.<sup>467</sup>

Em julho de 1964, Israel S. Drapkin veio ao Brasil, e em Curitiba palestrou acerca do tema *Sociedade, Direito e Delito*. Drapkin participava de um extenso programa de viagem pelo mundo, estando na América a convite do Instituto Latino Americano de Criminologia e Ciência Penitenciária no Brasil<sup>468</sup>, palestrando em Belém, Recife, Salvador, Rio, Belo Horizonte, São Paulo<sup>469</sup>, Porto Alegre, além de Curitiba. Naquele momento, Israel Drapkin ocupava a cadeira de Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade Hebraica de Jerusalém, em Israel.<sup>470</sup>

Em 25 de julho de 1964, Drapkin visitou a Penitenciária em Piraquara, a convite do Secretário de Segurança, e preconizou que a criação do Instituto de Criminologia era importante passo para que o Brasil recuperasse a proeminência que manteve durante decênios no campo jurídico da reeducação do criminoso. Acerca da estrutura, declarou-se impressionado com o que viu na Penitenciária e na Colônia Agrícola, tanto no

---

<sup>467</sup> A Escola de Polícia tinha cursos permanentes de nível superior, com as cadeiras de Criminologia (formação de Delegados), Criminologia (formação de Peritos Criminais) e Medicina Legal (formação de Médico Legista). O medio formava pessoal encarregada da Identificação, fotografia e escrivão, enquanto que o básico formava Agentes de Polícia, Guardas de Transito, Guarda Civil e Guarda de Presídio. (DIARIO DO PARANÁ, 25/12/1963, p. 7).

<sup>468</sup> O Instituto Latino Americano de Criminologia foi criado em 1959, advindo de uma das resoluções do I Seminário Latino-Americano de Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, que se reuniu na cidade do Rio de Janeiro, em abril de 1953. O ILAC pretendia ser um centro de altos estudos criminológicos que ministrava cursos de lentes do mundo todo. O instituto visou, nesse sentido, o estudo das causas do crime, tratamento do delinquente e formação de técnicos e especialistas nestes problemas e no problema do sistema penitenciário. (ULTIMA HORA, 15/01/1959, p. 3). Esta era uma parceira entre a ONU e o Itamarati. No Paraná, outro grupo de criminologistas se formou em torno da Faculdade de Direito de Curitiba, criada em 1950. Dentre eles estavam os professores Milton Viana e Francisco Cunha Pereira, também Diretor da Faculdade. Estes inclusive foram convidados pelo Governador do Estado de São Paulo para o evento de instalação do Instituto Latino Americano de Criminologia das Nações Unidas que ocorreu em 15 de janeiro de 1959, na Faculdade de Direito de São Paulo. (O DIA, 11/01/1959, p. 3).

<sup>469</sup> Quando Drapkin esteve palestrando em São Paulo, acompanharam o evento os paranaenses Almir Chagas Vilella, assessor de Estudos e Planejamento da SSP, Loacyr Muniz Ribas, diretor do Departamento do Estabelecimentos Penais do Estado, e Nilo Paraná, diretor da Prisão Provisória do Ahú.

Na palestra, abordou o *Tratamento Cirúrgico de Delinquentes*, a evolução das cirurgias com o advento dos antibióticos, mas também salientou que a epilepsia e o delito eram parentes consanguíneos e que o tratamento cirúrgico na epilepsia era aceito na neurocirurgia. Como conferencista da ONU, considerou ato de barbarismo a extirpação das gônadas masculinas, realizada na Dinamarca, realizada em voluntários que foram reincidentes em delitos sexuais. Considerava a esterilização por Raio X e a castração hormonal, usando estrógenos, como métodos praticáveis. Por fim, falou do tratamento neurocirúrgico realizados em indivíduos de conduta agressiva e psicopatas. (DIARIO DO PARANÁ, 22/07/1964, p. 12).

<sup>470</sup> A publicação trazia ainda a formação e atuação do Dr. Israel, que, durante o período da polêmica cirurgia, ocupava o cargo de professor de Patologia Social, pela Faculdade de Filosofia e Educação, e de Criminologia pela Faculdade de Direito do Chile, entre 1950 e 1959. Desempenhou cargo de Diretor do Instituto de Criminologia entre 1936 a 1959, professor de Criminologia da Escola Técnica de Investigações e do Instituto Superior de Carabineros, entre 1942 e 1959, professor de Higiene Mental na Escola de Serviço Social da Universidade do Chile, entre 1955 e 1959.

funcionamento como no nível técnico dos funcionários. Disse Drapkin ao jornal que “Tive agrado em conhecer, detalhadamente, o funcionamento da Divisão de Criminologia da Penitenciária que está organizada e funciona em excelentes condições.” (DIARIO DO PARANÁ, 25/07/1964, p. 6). O especialista em Criminologia ainda lançou um histórico acerca desse campo no asilo. Drapkin, em comentários ao jornal, revelou sua animosidade com a situação paranaense, ao mesmo tempo em que exaltou os cânones brasileiros, tais como “os mestres da projeção de Afrânio Peixoto, Heitor Carrilho, Lemos Brito”, além de citar o estabelecimento da Penitenciária modelo do Carandiru-SP, em 1927, manicômios judiciários e colônia penal agrícola para a readaptação dos condenados. Comentou Drapkin que

Tôdas essas atividades desenvolveram-se desde o comêço do século até há uns vinte anos. De uns tempos a esta parte o interêsse do Brasil pelos assuntos de Criminologia diminui. As cátedras de Criminologia não mais existem, os estudantes universitários recebem apenas algumas noções elementares nas cátedras de Direito Penal e Medicina. (DIARIO DO PARANÁ, 25/07/1964, p. 6).

O conhecimento de Drapkin em relação ao campo da Criminologia brasileira denota que houve um desinteresse pelo assunto no pós Segunda Guerra Mundial. Se, por um lado, no Chile, houve, com o grupo de Drapkin, extrema atividade no campo criminológico por meio de sua direção da Penitenciária e do Instituto de Criminologia, até mesmo através de neurocirurgias<sup>471</sup>, por outro lado, no Brasil, os últimos vinte anos, portanto, desde antes de

---

<sup>471</sup> Em 11 de setembro de 1956, o jornal *Diario do Paraná* noticiou uma tentativa de regeneração de assassinos por meio de uma delicada neurocirurgia no Chile. Segundo a reportagem, o destacado criminalista chileno dr Israel Drapkin, diretor do Instituto de Criminologia havia submetido Rene Ceron Pardo, 30 anos, que cumpria sentença perpétua, submetido a uma operação que consistia na “ressecção do lúbul temporal e do uncus, ou circunvolução do hipocampo.” O responsável pelo estudo foi dr. Hector Valladâres, notável neurólogo, que sustentou que as secções cerebrais removidas eram a causa dos períodos de semi-loucura e cega agressividade do prisioneiro. O periódico ainda noticiava as observações sobre o delinquente operado efetuadas pelo dr. Drapkin, que inferia que melhora aparente poderia ser resultante de uma farsa por parte do delinquente e o mesmo ficaria em permanente vigilância para se chegar a conclusões definitivas sobre o sucesso ou fracasso. Mas havia observações preliminares que indicavam que Ceron não perdeu, conforme o dr. Drapkin, parte alguma de sua capacidade intelectual como consequência da intervenção, e além disso, algumas de suas características tais como a egolatria não experimentaram mudança alguma. Além disso, as reações de Ceron ante alguns experimentos se tornaram mais lentos e seu caráter geral parecia ter mudado, e o Ceron tinha um aspecto mais tranquilo e sossegado. (DIARIO DO PARANÁ, 01/09/1956, p. 5). Durante sua passagem por São Paulo, em 1964, tornou a falar acerca do *Tratamento Cirúrgico dos Delinquentes*, e salientou que a “epilepsia e o delito são parentes consanguíneos”, e que o tratamento cirúrgico na epilepsia era aceito na neurocirurgia. Contudo, Drapkin era desfavorável a castração por delitos sexuais, como ocorria nos países nórdicos em casos de reincidência, considerando barbarismo a extirpação das gônadas masculinas, na base de voluntariado, conforme ocorria na Dinamarca. No entanto, era favorável à esterilização por meio de Raio X, e também afirmou ser praticável a chamada castração hormonal, administrando doses de estrógenos ou hormônio feminino. Drapkin também comentou acerca do tratamento neurocirúrgico, realizado em indivíduos de conduta agressiva e psicopatas. (DIARIO DO PARANÁ, 22/11/1964, p. 12). Estas eram discussões que chamavam a atenção não somente do campo criminológico brasileiro, mas do público em geral

1945, foram de pretensa ruptura e desânimo, conforme comentou Drapkin ao *Diário do Paraná*. O fato de não haver cátedras nomeadas de Criminologia não excluía as atividades do campo criminológico. Napoleão Lyrio Teixeira, em 1951, lutava no campo jurídico pela institucionalização da cátedra e, de certa forma, o intuito de Drapkin esteve muito próximo da crítica de Napoleão Lyrio Teixeira.

No Paraná, esse reemergir e definida institucionalização da Criminologia se deu com a criação da Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná (1957), que abrangia parte do grupo que trabalhava na Penitenciária. Drapkin inferiu que a institucionalização da Criminologia - ciência que procurava analisar o delinquente e as suas condições humanas de recuperação para uma vida útil - recuperaria a antiga posição do Brasil como líder no campo de estudo.

Conforme reportagem no *Correio do Paraná*, a visita à Penitenciária o convenceu de junto à Divisão de Criminologia da Penitenciária poder-se-ia organizar a docência e investigação criminológica, que permitiriam ao Brasil recuperar a situação de proeminência que manteve nesse campo durante várias décadas. Para Drapkin,

bastaria transformar a Divisão em um Instituto de Criminologia, desenvolvendo suas atividades no plano jurídico e da assistência social e dotar-lhe de certos aparelhos, como um eletroencefalógrafo, medidor de metabolismo basal, etc., para deixar-lhe em ótimas condições para à docência e para a investigação criminal. (CORREIO DO PARANÁ, 25/07/1964, p. 5).

Ainda relatou à imprensa que tinha absoluta confiança que não era impossível conseguir um acordo entre a Universidade do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública para outorgar esse remodelado Instituto de Criminologia, da categoria Universitária, indispensável para que possa desenvolver suas finalidades da melhor forma possível. Acreditava que os agentes dos respectivos serviços, por meio do professor José Nicolau dos Santos e o Secretário de Segurança, o coronel Ítalo Conti, alcançaria o *modus vivendi* indispensável para que o Paraná mostrasse a pujança de seus homens em benefício do Estado, do Brasil e da América Latina. (CORREIO DO PARANÁ, 25/07/1964, p. 5).

Os trabalhos do grupo paranaense reverberaram pelos congressos criminológicos durante alguns anos, como foi possível verificar por meio da imprensa curitibana. Em 7 de outubro de 1964, o jornal *Correio do Paraná* noticiou o *V Congresso de Criminologia*, ocorrido em Porto Alegre, no qual a Delegação do Paraná havia “tomado conta do

---

e demandavam discussões por parte das autoridades. Em relação a este assunto, o periódico não publicou a opinião dos criminologistas paranaenses.

congresso”. A fala era de Almir Chagas Vilela, observador pessoal do Coronel Ítalo Conti, Secretário de Segurança Pública, quando retornou das sessões plenárias do evento.

Além do representante da Segurança Pública, estavam o professor Ernani Simas Alves, Wallace Tadeu de Mello e Silva e José Romildo Grabowski, “todos ocupantes de altas funções no organismo de Segurança Pública.” (CORREIO DO PARANÁ, 07/10/1964, p. 5). E nesse momento, os dois últimos já eram reconhecidos no campo criminológico. No Congresso, a palestra de encerramento foi delegada a Hélio Gomes, Catedrático da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, que foi um dos responsáveis pela saudação elogiosa. Os trabalhos apresentados pelos paranaenses “tornaram possíveis longos debates”, e dentre eles estavam *Omissões do Código Penal dos Crimes Contra os Costumes e Conceito de Conjunção Carnal*, de autoria do catedrático Ernani Simas Alves, naquele momento também Diretor do Instituto Médico Legal, além de professor da Faculdade de Medicina.

Tiveram relevância, conforme o jornal apontou, as teses *Considerações sobre Recuperação em Criminologia*, de autoria de Wallace Tadeu de Mello e Silva, e *Avaliação da Responsabilidade Penal nos períodos de Remissão das Psicoses*, de autoria do psiquiatra José Romildo Grabowski, do setor de Criminologia do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado. José Romildo Grabowski obteve grande êxito no V Congresso de Criminologia, tendo sua “tese sido designada como a tese oficial do Congresso”. (CORREIO DO PARANÁ, 07/10/1964, p. 5). Este tema já era desenvolvido por José Romildo Grabowski desde ao menos 1961 quando, como perito psiquiatra, foi nomeado pela Justiça para oferecimento de laudo em caso de João Bonassif.

Esse foi um caso significativo para compreendermos sua tese. Em agosto de 1960, Bonassif assassinou a amante Helena Couto, com dezenove facadas, e após minuciosos exames feitos pelo psiquiatra no réu, concluiu que houve irresponsabilidade total do indiciado. A explicação da irresponsabilidade se dava pelo fato de ser portador de neuro-sífilis, causador do elemento demente antes e depois do crime. Esse caso foi parar no Supremo Tribunal, que anulou a prisão preventiva de Bonassif. (O DIA, 09/05/1961, p. 8). O argumento do psiquiatra José Gradowski foi aceito e tinha uma base explicativa puramente científica, e o viés biologizante confirmava a necessidade do tratamento psiquiátrico. Em 1964, José Gradowski atingira uma posição de reconhecimento de seus trabalhos científicos, e tornava-se uma autoridade no campo da Criminologia.

Acerca do papel do Conselho Penitenciário do Estado, percebemos, a partir do jornal *Diario da Tarde*, um caso pertinente à nossa análise; em 1964, em recurso a uma

rejeição de livramento condicional, o advogado do penitente entra com novo pedido de benefício, pois o delinquente cumpria todas as condições, exceto o fato de não possuir fundos para pagar os custos do processo. O recorrente argumentava que o delinquente era exemplar, tinha contato com a família, era trabalhador, disciplinado, ordeiro e tinha profissão. No entanto, o rol argumentativo utilizado pelo advogado desenvolvia-se levando em conta o caráter biológico do delinquente. Seu relatório médico informava que apresentava

configuração corpórea atlética da classificação de Kretschmer. Em pleno fulgor vital, demonstra atividade normal. Fala pouco, porém demonstra o seu acabrunhamento pelo fato delituoso cometido. Em seu setor primitivo de trabalho, na enfermaria do presídio, sempre demonstrou um verdadeiro equilíbrio emocional, em cujo setor poucos são capazes de se manter por longo período como acentuou com o examinado. Embora seja tido em fuga, esta mais serviu para demonstrar a sua vontade de recuperação do que um ato diferente qualquer, pois apresentou-se espontaneamente. O exame de suas funções mentais revelam que o mesmo é mentalmente hígido, e que lá está em condições de voltar ao convívio social, onde dificilmente voltará a reincidir no crime. (DIÁRIO DA TARDE, 26/02/1964, p. 4).

Esse é um exemplo de qual instrumental teórico estava sendo utilizado pela defesa, que visava congregar os termos técnicos em uso pela equipe do Conselho Penitenciário. Assim, esse era um exame de um detento considerado regenerado, conforme a metodologia utilizada na Penitenciária Central do Estado. A tese de Mello e Silva *et al.* (1958) recai na análise das personalidades mais explosivas, que certamente não estavam utilizando os benefícios do livramento condicional.

Em 1965, ocorreu o Curso de Extensão Universitária sobre Criminologia e Medicina Legal, organizado pelo Grêmio Clóvis Bevilacqua e pela Secretaria de Segurança Pública. Era o primeiro curso do gênero a ser realizado no Paraná, e receberia Hélio Gomes, Thales de Oliveira Dias, Ernani Simas Alves, Arnaldo Siqueira, Napoleão Lyrio Teixeira e Arnaldo Amado Teixeira. (DIÁRIO DA TARDE, 23/04/1965, p. 6).

Conforme o *Diário do Paraná*, houve uma conferência com o professor Arnaldo Siqueira, catedrático da Escola de Polícia de São Paulo, com o tema *A Perícia Médica nos Crimes de Sangue na Infortunística*. Esteve na Universidade para palestrar o prof. Arnaldo Amado Ferreira, catedrático da Faculdade de Direito de São José dos Campos e da Faculdade de Medicina de São Paulo, com o tema *Investigação Médico-legal na Paternidade*. Thales de Oliveira Dias, da Faculdade de Medicina da Guanabara e da Faculdade Nacional de Medicina palestrou com o tema *O Homossexualismo e Outras Perversões Perante a Criminologia*. Além desses, fechavam o evento Napoleão Lyrio

Teixeira, com *Alguns Aspectos da Simulação de Loucuras*, e Hélio Gomes, com a palestra *A Profilaxia do Delito*. (DIÁRIO DO PARANÁ, 30/04/1965, p. 6).

Em 1966, o segundo Curso de Criminologia e Medicina Legal ocorreu, recebendo os professores Luiz Angelo Dourado, Theodolindo Castiglione, Napoleão Lyrio Teixeira, Ernani Simas Alves e Arnaldo Amado Ferreira. (DIÁRIO DA TARDE, 03/05/1966, p. 9). Nesse evento, além do Grêmio Estudantil, da Secretaria de Segurança Pública, foi organizado também pelo Departamento de Polícia.

Em 1966, presidia o Conselho Penitenciário do Estado o professor Laertes de Macedo Munhoz e tinha como vice-presidente o professor Homero Batista de Barros, nesse momento também diretor da FFCL-UP. O conselho era formado por Ernani Simas Alves, diretor do Hospital de Clínicas, Athos Morais de Castro Velozo<sup>472</sup>, presidente da OAB-PR, José Alexandre Moura Negrini, Otacílio Arcoverde, Altair dos Santos Cavalli, da Escola de Polícia, todos considerados profundos conhecedores de Criminologia, conforme o jornal *Diário da Tarde*. (01/09/1966, p. 10).

**Tabela 18 - Membros do Conselho Penitenciário em 1966**

<b>Membros do Conselho Penitenciário em 1966</b>	<b>Cargo no Conselho</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Ensino Superior</b>
Laertes de Macedo Munhoz	Presidente	Docente Catedrático de Direito Penal na Faculdade de Direito	Faculdade de Direito do Paraná (1926-1930)
Homero Batista de Barros	Vice-Presidente	Docente Catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito	Faculdade de Direito do Paraná (1926 a 1930)
Ernani Simas Alves	Membro	Catedrático de Medicina Legal na Faculdade de Medicina	Faculdade de Direito do Paraná (1937-1941)
Athos Morais de Castro Velozo	Membro	Presidente da OAB-PR; Professor de Direito Judiciário Penal	Faculdade de Direito do Paraná (1928-1932)

<sup>472</sup> Athos Morais de Castro Velozo, nascido em Curitiba em 1910. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Paraná em 1932 se tornou professor da FMP em 1951, substituto de Direito Judiciário Penal, e se tornou catedrático em 1952, com a tese *Limitações a soberania do juri*.

José Alexandre Moura Negrini	Membro	Médico e Secretário de Negócios do Trabalho e Assistência Social	Faculdade de Medicina do Paraná (1936-1940)
Otacílio Arcoverde	Membro	Promotor Público; Sub-procurador Geral do Estado	-
Altair dos Santos Cavalli	Membro	Delegado e coordenador da Escola de Polícia	Faculdade de Direito do Paraná (1950-1954)

**Fonte:** Produzido pelo autor

A década de 1960 emergiu para um campo criminológico mais atuante na sociedade, que esquadrinhou, a partir da individualização, as mais variadas populações que ocupavam a Penitenciária do Estado, mas que visava tornar-se hegemônica na defesa da sociedade. No entanto, nosso recorte se estendeu até 1964, e quando avançamos temporalmente essa data, intentamos somente apresentar o que se concretizou como prática científica, mas compreendendo como foi essencial sua organização no período democrático.

De maneira geral, o movimento do membros do Conselho Penitenciário remete a um núcleo formador da perspectiva idealizada pelo grupo dominante da política, que indicavam tais membros autorizados a preceder o processo de análise dos documentos e prontuários dos indivíduos detentos. Esse núcleo formador foi perceptível a partir da matriz educacional da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito do Paraná. Assim, havia por parte do Governo manter o Conselho sobre a ordenação de uma perspectiva da elite intelectual local.

Compreendendo o sistema de ensino paranaense em meados de 1940, das Faculdades Agregadas em Universidade, em 1946, e sua federalização, em 1950, percebemos que a Universidade serviu enquanto instituição ensino superior como forma de perpetuação das hierarquias sociais. Ricardo Oliveira, em *O Silêncio dos Vencedores* (2001) construiu uma genealogia da elite paranaense, defendendo a ideia de que o mesmos grupos familiares se perpetuam no poder desde o século XVII, onde a hegemonia se manteve através da narrativa do rompimento, caracterizada pela renovação da geração dos mesmo grupos que se aliam e rompem, no entanto, se mantêm no poder. Nesse sentido, a Universidade, a partir de sua criação, em 1912, passou a ser instrumento da reprodução ou manutenção da estrutura social que se organizou no período repúblicano. Vale lembrarmos da análise de Bourdieu, que pensou como a “aristocracia social” foi conservada pela Universidade. O sistema de ensino, assim sendo, reproduzia desigualdades sociais em

benefício das relações estabelecidas na escola entre intelectuais (os professores) e os estudantes vindos de classes econômica e culturalmente distintas e favorecidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, a partir do aparato metodológico da análise de trajetórias intelectuais, compreender cientistas e pesquisadores que estiveram presentes em um espaço de sociabilidade comum, a Universidade do Paraná. Analisamos, assim, um recorte de parte dos campos médico e jurídico paranaenses, com vistas ao debate entre uma historiografia focada na História Intelectual e na História da Ciência. A partir disso, discutimos as inflexões conceituais relacionadas sobretudo à Eugenia e à Criminologia, na trajetória intelectual de agentes que ocuparam espaços de autoridade dentro dos devidos campos científicos e, sobremaneira, como o viés geracional pode ser relevante para compreender a inflexão. Em relação às inflexões conceituais e teóricas, focamos nas questões das continuidades e rupturas em torno dos usos biodeterministas das ciências Eugenia e Criminologia com as produções científicas e acadêmicas desses agentes, que possuíam uma relativa legitimidade e autoridade perante o campo social e, sobretudo, perante o campo político. Os agentes envolvidos na pesquisa são averiguados enquanto suas ações políticas dentro do campo científico, pois, diante de multifatores, optaram por privilegiar, por vezes, o biológico como determinante. Para tanto, balizamos as questões práticas influenciadas pelas ciências, especialmente as políticas públicas praticadas. Para corroborar essas inflexões, utilizamos como um marco de análise os anos pós-1945, período histórico de vivências dramáticas, ocasionadas com as consequências da Segunda Guerra Mundial e os usos públicos das ciências em questão: a questão racial, o Tribunal de Nuremberg e a questão atômica.

Propusemos pensar como os conceitos foram elaborados pelos intelectuais abordados. Para tanto, interrogamos durante o texto quais intelectuais utilizavam como cânones científicos para se basear ou refutar tais teorias biodeterministas e/ou tais sentidos aos conceitos abordados naquele momento histórico. Inferimos qual foi o clima científico que os intelectuais estabelecidos no Paraná respiravam e partilhavam diante de seus pares. Preocupamo-nos em como as configurações específicas da Universidade do Paraná influíram nessas ciências em suas produções, assim como foram produzidas essas redes intelectuais em torno dos conceitos de Eugenia e Criminologia. Levamos em conta os caracteres continuísta e o descontínuísta utilizados pela História das Ciências.

Balizamos também as questões dos confrontos dentro do campo científico, elencados por Bourdieu, mas não abrimos mão de verificar o caráter de cooperação científica, apresentado no trabalho como estratégias de expansão, aliadas às questões do

conceito e conveniência e das relações de conveniência científica. Considerados o campo acadêmico e científico como um campo de batalha totalmente estruturado em torno da estratégia consciente, a partir do qual os intelectuais se reagruparam por razões de reconhecimento e ganho de legitimidade. As redes de sociabilidades denotaram, nesse sentido, a base estratégica de otimização dos interesses e de conquistas de poder. E aqui nos referimos aos lucros materiais e simbólicos que estavam envolvidos nas redes de relações. Julgamos relevante tal análise na medida em que as configurações da Universidade, de plena expansão de diversos campos científicos, exigiu o agrupamento de forças intelectuais dos professores envolvidos na instituição, utilizado na tese quando da criação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-PR).

Apresentamos trajetórias intelectuais de Napoleão Lyrio Teixeira e Homero de Mello Braga, intelectuais que foram docentes da Faculdade de Direito e da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, nos anos subsequentes ao fim da Segunda Guerra Mundial. Ambos concursados, ocuparam espaços de significativa autoridade na estrutura acadêmica e científica. A partir desses dois intelectuais, apresentamos as redes de sociabilidade que se configuraram dentro do campo científico na Universidade do Paraná. Foi assim que chegamos a nomes de pesquisadores do ambiente acadêmico como Frederico José Stella, Wallace Thadeu de Mello e Silva, Luiz Carlos Gomes de Mattos, Neil Hamilton Monteiro Pereira, que galgaram suas trajetórias discutindo Eugenia e Criminologia no campo jurídico e médico, e Newton Freire-Maia, que, a partir da criação da FFCL-PR, mesmo contratado, passou a ocupar espaço de autoridade no estudo da Genética Humana, da Genética da Transmissão à Genética das Populações, não só nacional, mas internacionalmente.

**Tabela 19 – Perfis intelectual de Homero de Mello Braga, Napoleão Lyrio Teixeira e Newton Freire-Maia**

<b>Nome</b>	<b>Cidade de nascimento</b>	<b>Proveniência familiar</b>	<b>Ensino Secundário</b>	<b>Anos</b>	<b>Ensino Superior</b>	<b>Anos</b>	<b>Filiação/hierarquia acadêmica</b>	<b>Profissão</b>
Homero de Mello Braga (1907-1985)	Curitiba-PR	Comerciante do ramo madeireiro, empregado	Ginásio Paranaense - Curitiba-PR	1919-1924	Faculdade de Medicina do Paraná	1925-1929	FMP (1938) catedrático de Pediatria; FFCL-PR (1938) catedrático de	Professor, médico pediatra, biologista

							Biologia Geral	
Napoleão Lyrio Teixeira (1911-1978)	Bom Jesus do Itabapoana – RJ	Farmacêutico e Capitão	Colégio Rio Branco - Bom Jesus do Itabapoana -RJ	1922-1927	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	1928-1933	FMP (1944) docente-livre em Psiquiatria; (1947) docente livre em Medicina-Legal; (1948) catedrático de Medicina Legal; FDP(1948) docente- livre em Medicina Legal	Professor, Médico psiquiatra e Médico-legal
Newton Freire-Maia (1918-2003)	Dores da Boa Esperança-MG	Farmacêutico	Ginásio de Varginha-MG	1930-1936	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas-MG; História Natural - FFCL-SP	1941-1945; 1946-1947	FFCL-PR (1951) professor pesquisador contratado	Professor, Odontólogo e, Biologista, Geneticista

Fonte: Produzido pelo autor.

Nos anos após a Segunda Guerra Mundial, por um lado, o campo médico, representado pela autoridade de Homero de Mello Braga – médico pediatra, biólogo e geneticista – migrou para uma crítica aos determinismos biológicos, instaurando um novo código de conduta por meio da Genética Médica e posteriormente com os aconselhamentos genéticos. Como política pública, a questão da observação dos graus de frequência de genes deletérios nas populações brasileiras indicou baixíssimos índices, tornando assim legítimos projetos de saúde pública ligados aos problemas congênitos, a partir da especialidade da Puericultura (pré-natal, natal, e pós-natal). A ampliação desses serviços foi explanada, em nosso texto, com referencial no Paraná desde o Governo Vargas (1930-1945), com a interventoria de Manoel Ribas, mas na redemocratização, a partir de Moysés Lupion, até 1950, com Bento Munhoz da Rocha Neto, de 1951 a 1955, e depois novamente com Moysés Lupion, de 1956 a 1961. A instalação do Serviço de Informações

sobre Hereditariedade Humana, sob a tutela de Newton Freire-Maia, foi a peça significativa da aceitação por parte do poder público de que as questões de hereditariedades eram guiadas por preceitos estritamente genéticos, e remete o esforço por sua implementação. O constante investimento em instituição de saúde, igualmente um serviço público, que focava nas questões congênitas e sanitárias foi enfatizado, dando legitimidade a várias gerações formadas pela Faculdade de Medicina nos períodos anteriores e que praticaram essas especialidades. É oportuno afirmar sobre os usos da Genética efetivados por Newton Freire-Maia para combater a ideia antiga de eugenia, e propor sua discussão sob novas bases científicas: a Genética das Populações. Isso significou a reflexão de novos objetos, problemas e o uso de novas teorias e metodologias, que permitiram compreender algumas práticas eugênicas. Vale destacar os agentes responsáveis por ativar tais ideias e a redes de sociabilidades científicas analisada, que viabilizaram as novas pesquisas focadas na questão da miscigenação, da saúde, da evolução e da diversidade populacional.

De outro lado, no campo jurídico, a autoridade de Napoleão Lyrio Teixeira renovou metodologias de tratamento psiquiátrico, produzindo texto de Deontologia Médica e, apesar de criticar as práticas de coerção, aliou os determinismos biológicos – psicológicos e de personalidade – às suas interpretações, além de se vincular abertamente a uma matriz positivista de Criminologia. Essa guinada de Teixeira se deu, como apresentamos na tese, em função das discussões em torno do ante-Projeto do Código Penal de 1940, que marcou, dentro do campo jurídico, uma ruptura das possibilidades da ciência Criminologia que seriam colocadas e permitidas na prática jurídica. As atuações da UNESCO em relação à Criminologia também foram sentidas no Paraná, a partir de serviços de cooperação internacional que foram visualizadas.

Chamamos a atenção ao caráter da interdisciplinaridade nas trajetórias intelectuais e acadêmico-científicas dos agentes analisados, os quais, situados nas fronteiras de suas disciplinas, desempenharam atividades estratégicas na instituição. Tal característica evidencia uma proximidade com a trajetória dos intelectuais abordados na tese; são agentes que estiveram situados nas fronteiras de suas disciplinas. Homero de Mello Braga tinha como sistema de disposição disciplinar a formação médica, ocupou primeiramente a posição de catedrático de Biologia Geral da FFCL-PR, posteriormente ocupou a posição na Cadeira de Pediatria da FMP, e, por fim, ocupou posição de prestígio no Laboratório de Genética Humana da FFCL-UP, campo disciplinar que ajudou a criar na Universidade do Paraná. No período que esteve ocupando a Cátedra de Biologia Geral, de 1940 a 1969, esta

se manteve como uma das mais produtivas da Universidade do Paraná, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Napoleão Lyrio Teixeira teve uma formação disciplinar em Medicina, ocupando-se como profissional da Medicina no Exército Brasileiro, e depois ocupando a Cadeira de Medicina-Legal na Faculdade de Direito e a Cadeira de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina; transitou nessa fronteira entre a Medicina e o Direito, esforçando-se na institucionalização da Criminologia como disciplina autônoma. Nesse sentido, tanto Napoleão Lyrio Teixeira quanto Homero de Mello Braga se aproximam da tipificação de interdisciplinares por estarem presentes nas fronteiras das suas disciplinas, esforçaram-se na criação de novas disciplinas na fronteira dos campos de atuação. Ao mesmo tempo, conservaram-se em espaços privilegiados dentro de campos disciplinares específicos. Essa questão deve ser corroborada na perspectiva do movimento da interdisciplinaridade, perceptível dentro das trajetórias em suas especificidades. Foi na observação da interdisciplinaridade que pudemos perceber a ativação da viabilidade de novas teorias e metodologias e de agentes do campo acadêmico, onde a eleição de novos objetos, métodos e problemas significou uma ruptura ao menos parcial das agendas antes consagradas.

Consideramos as inflexões do sentido dos conceitos elencados no trabalho na medida em que representam rupturas interpretativas que passam a não ser reconhecidas pelo campo científico como legítimas. No tocante aos determinismos biológicos, no entanto, verificamos continuidades dos usos como atributo relevante à análise das individualidades. No entanto, há uma distância considerável, se não abrupta, entre a Eugenia interpretada com bases genéticas em Newton Freire-Maia (1951), a Eugenia positiva, interpretada a partir da Pediatria, da Genética efetuada por Homero de Mello Braga (1949) e a Eugenia matrimonial coercitiva, representada por Stella (1958), que embora no campo jurídico, produziu no contexto auge das discussões genéticas e sanitárias na Universidade. O mesmo ocorre em relação à Criminologia e ao estudo da delinquência em suas determinações biopsicológicas, psiquiátricas observadas em Napoleão (1947, 1948), as determinações de sangue, temperamento, personalidade e delinquência observadas em Mello e Silva *et al.* (1958), e as determinações psiquiátricas, a partir dos instintos em Todeschini (1955). Cada caso foi observado em seu contexto e lógica de produção, e sobremaneira, de apropriação.

Nos anos democráticos, a Universidade gozou de ampla expansão e as pesquisas científicas tinham amplas liberdades na escolha das temáticas de estudos, configurando um

período de “democracia liberal” ou de “democracia científica”, conforme relatou Bourdieu (1983, p. 9). Essa similar expansão também foi constatada durante o Governo Provisório de Vargas (1930-1934), e mesmo em sua fase de ditadura e autoritarismo no Estado Novo (1937-1945), quando a Reforma Francisco Campos ampliou a cultura no domínio das ciências puras, deu condições de formação de Magistério e trabalhos práticos, tais como gabinetes, laboratórios e ambientes voltados à pesquisa prática, no entanto, possui diferenças de ordem política, mas de estruturação do próprio campo acadêmico e científico. Durante o período democrático, a Constituição de 1946 garantiu as liberdades de cátedra (art. 168), evidenciou que as ciências, letras e artes eram livres (Art.173), além da responsabilizar o Estado no amparo à cultura (Art. 174), afirmando, em parágrafo único, que a lei era responsável por promover a criação de institutos de pesquisas, preferencialmente junto aos estabelecimentos de Ensino Superior.

Foram reitores do período democrático (1945-64) o médico Victor Ferreira do Amaral (jul. 1946 a jul. 1948), o jurista João Ribeiro de Macedo Filho (ago 1948 a jun. 1949) e o engenheiro Flavio Suplicy de Lacerda (ago. 1949 a maio 1964). A maior parte do período democrático ficou nas mãos de Suplicy de Lacerda, e foi nesse período que houve grande número de obras na Universidade, assim como a criação do Instituto de Pesquisas, que passou a corroborar com financiamento de pesquisas nas catedrãs, congressos, seminário, cursos de extensão, formação de bancas, mas também criação de laboratórios, .

Na virada da década de 1940 para 1950, a Universidade, junto de seu potencial humano e científico, passou a se de interesse de institutos de financiamento à pesquisa. A Fundação Rockefeller visitava constantemente a Universidade, financiando equipamentos científicos modernos aos laboratórios, além de oferecer bolsas de estudos nos EUA. Dentre outras financiadoras relevantes estavam a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), o Instituto de Pesquisas da Universidade, a Organização Mundial da Saúde e a Fundação Calouste Gulbenkian. Nesse momento, a SBPC passou a ter membros oriundos da Universidade do Paraná.

Foram criados o Laboratório de Genética (1951), o Laboratório de Genética Humana (1958), a Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná (1957) e o Departamento Técnico de Criminologia da Penitenciária (1956) - instituto de criminologia. De certa forma, essas são instituições que dão mais delimitações de estudo para os respectivos campos e objetos. São as formas maduras e concretizadas.

O grupo de intelectuais da Universidade do Paraná, no período de 1945 e 1964, viveu um período democrático e o processo de departamentalização anteriormente ao processo da Reforma Universitária de 1968. O pós-1964 na ciência deve ser melhor analisado por outras pesquisas, sobretudo acerca da universidade e sua relação com o pensamento autoritário vigente no Brasil. Como abordamos, os intelectuais, tais como Flávio Suplicy de Lacerda e José Nicolau dos Santos foram agentes do pensamento autoritário após a instauração da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Sua relação com a ciência, no entanto, se colocava de forma distinta, como demonstramos por meio da análise da trajetória de Newton Freire-Maia e Homero de Mello Braga na Universidade, e isso foi demonstrado a partir das afinidades que buscaram angariar estrategicamente, participando das discussões do grupo tomista que circundava a FFCL-PR, propondo estudos que relacionassem o humanismo tomista.<sup>473</sup> O fato de serem *à gauche* não interferiu na expansão de seus estudos e, principalmente, do financiamento de novos instrumentos, laboratórios e estruturas físicas.<sup>474</sup> Mas o que chamou atenção foi o caráter hierárquico existente na estrutura acadêmica, na qual Homero de Braga ocupava a cátedra, e era ele quem contratava, organizava o cronograma, delimitava tarefas no laboratórios, assim como os assuntos programáticos. Já Newton Freire-Maia, no recorte temporal trabalhado, ocupava um cargo hierárquico abaixo, mas era quem definitivamente tomava posição a respeito do futuro do laboratório.<sup>475</sup>

Desta forma, o período de 1946 a 1964 foi marcado por inúmeros trabalhos no campo científico paranaense, demandas que eram estudos centrais nas relações entre os intelectuais, a ciência, o Estado e a sociedade. As reflexões e considerações que operamos neste texto que se apresenta à banca de defesa não são conclusivas, mas, pelo contrário, visam à escrita e à reescrita. Pareceu-nos a princípio uma obviedade acatar a noção de

---

<sup>473</sup> A tradição católica presente nos ambientes da universidade foram significantes para mudança do pensamento de Newton Freire-Maia acerca do ateísmo, quando converteu-se ao catolicismo. Essa pode ser uma evidência da sua estratégia de legitimação dentro da Universidade, que a partir do livro *Deus e a ciência* (1980), demonstrava uma aproximação àquela linha interpretativa.

<sup>474</sup> Conforme apontou o periódico *A Divulgação*, de setembro de 1961, o Partido Libertador no Paraná foi fundado por Homero de Mello Braga e por José Pereira de Macedo. A informação estava disposta durante a discussão organizada pelo periódico acerca do Parlamentarismo, que seria através do pretendido “plebiscito de 1965” votado pelo povo, conforme estipulava Homero de Mello Braga. O Partido Libertador nessa ocasião se colocou favorável a troca do regime, pois acreditavam, a partir da fala de Homero de Mello Braga, que o país viveu 72 anos de falsa Democracia. (A DIVULGAÇÃO, set/1961, ano XIV, p. 1).

<sup>475</sup> Após 1964, conforme Karam Junior, Newton Freire-Maia criou, sob conhecimento e liberação do catedrático Homero de Mello Braga, o Conselho Consultivo do Laboratório de Genética Humana para decisões internas, que eram postas em votação, tais como contratação de professores assistente, auxiliares de ensino, laboratoristas, encaminhamento de verbas. Quando a Ditadura Civil-Militar iniciou, o Conselho Consultivo já existia. (KARAM JR., 30/07/2020).

continuidade dos biodeterminismos, assim o que apresentamos foram modos explicativos de como ocorreram readaptações científicas na Criminologia e na Eugenia, visualizados por meio de suas teorias e práticas.

Em relação ao problema da continuidade e da descontinuidade no âmbito da ciência, seria inútil afirmarmos sobre uma ruptura absoluta ou uma continuidade absoluta. No entanto, novos objetos, problemas e métodos significaram rupturas parciais. Na questão eugênica, percebemos rupturas abruptas, sobremaneira esboçando as formas científicas possibilitadas pelo estabelecimento das bases mendelistas e a emergência da genética da transmissão e a genética das populações. Duas especialidades da Genética Humana que permitiam pensar em métodos eugênicos, mesmo que as chances de diminuição da frequências de algumas doenças em certas populações fossem diminutas e de difícil aplicação. Nesse sentido, a eleição de novos métodos, objetos e problemas representou ruptura. Por outro lado a ruptura também não é absoluta, já que houve a manutenção de metodologias consideradas antiquadas que passaram pela vestimenta de uma nova roupagem, foram renovadas pelas novas propostas de pesquisas. Da diferença racial à diversidade das populações, por exemplo, indicam drásticas mudanças e imperceptíveis continuidades metodológicas, que foram reorganizadas a novas propostas e propósitos. Em relação à criminologia, houve uma continuidade no que diz respeito aos usos antropométricos e hematológicos por parte de médicos peritos, psiquiatras e criminólogos, que os auxiliavam como ferramenta para as interpretações sobre a personalidade e temperamento, a compreensão do crime e do criminoso e ao restabelecimento e regeneração dos detentos. Devemos citar que a antropometria e a hematologia tiveram aplicabilidade no estudo da diversidade populacional por parte de médicos, antropólogos e geneticistas no período abordado. No entanto, evidenciamos que seus sentidos dos usos se modificaram, legitimando uma ruptura. A particularidade do recorte geracional, ou melhor, o recorte da coorte geracional de intelectuais permitiu visualizar algumas noções explicativas de cunho biológico que, baseada em novos objetos, problemas e metodologias, foi instrumentalizada por aqueles agentes que interagem via *habitus* ou via de disposições incorporadas no campo acadêmico e no campo científico.

## ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Público Estado do Paraná, Curitiba.

Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Biblioteca de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Biblioteca de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Biblioteca de Ciências Médicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Curitiba.

Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional.

Repositório Sci-Hub.

## FONTES

I CONFERÊNCIA Brasileira de Criminologia. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 22 mai. 1936, p. 5.

I CONGRESSO Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 17 dez. 1953, p. 5.

II Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. **Diários de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 jun. 1953, p. 1-4.

IV CONGRESSO Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia. **O Dia**, Curitiba, 17 jul.1960, p. 3.

V REUNIÃO Anual da SBPC. **O Dia**, Curitiba, 13 nov. 1953, p. 3.

1º ANIVERSÁRIO da morte do Dr. Zdenko Gayer. **Diário da Tarde**, Curitiba, 28 abr. 1941, p. 5.

1º CONGRESSO dos Municípios da zona sul do Estado. **O Dia**, Curitiba, 08 mar. 1957, p. 3.

1º CONGRESSO Inter-Americano de Medicina. **A Noite**, Rio de Janeiro, 4 jun. 1946, p. 3.

1ª SEMANA Paranaense de Estudos Jurídicos e Sociais no C.A.H.S. **O Dia**, Curitiba, 25 mar. 1956, p. 6.

4ª SEMANA de Estudos Jurídicos. **O Dia**, Curitiba, 15 set. 1954, p. 5.

2 TEMAS em Curso no CEP. **Diario da Tarde**, 03 mai. 1966, p. 9.

ACADEMIAS e Escolas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1928, p. 6.

ACCIOLY FILHO. Individualizar para curar. **O Dia**, Curitiba, 24 mai. 1941, p. 3.

\_\_\_\_\_. Terapêutica Criminal. **O Dia**, Curitiba, 25 abr. 1941, p. 7.

\_\_\_\_\_. Regime Penitenciário e Instrução. **O Dia**, Curitiba, 24 ago. 1941, p. 7.

ACTIVIDADES Escolares. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1928, p. 16.

- ACTUALIDADE Medica. **O Dia**, Curitiba, 05 out. 1933, p. 1.
- AMARAL, Victor Ferreira do. Puericultura obstétrica, desde a concepção. **Paraná Médico**. Curitiba, ano III, nº 4, nov. 1918, p. 478-480.
- ANTEPROJETO do Ministro Nelson Hungria. **Revista de Informação Legislativa**. out/dez, 1969, p. 38-120.
- ALMEIDA JR., Antonio. **Biologia educacional**: noções fundamentais. Atualidades Pedagógicas, V. 35. São Paulo: Ed. Nacional, 1946.
- \_\_\_\_\_. Hereditariedade e crime. **Revista de Direito de São Paulo**. vol. XLII, 1947.
- APRESENTAÇÃO de oficiais. **A Manhã**. Rio de Janeiro, 24 fev. 1942, p. 11.
- APRESENTAÇÃO de Trabalhos e Filmes na Semana Paranaense de História Natural. **Correio do Paraná**, Curitiba, 04 nov. 1960, p. 5.
- A II JORNADA Brasileira de Puericultura e Pediatria. **O Dia**, Curitiba, 12 out. 1948, p. 1-8.
- A FUNDAÇÃO Rockefeller e a pesquisa científica no Paraná. **O Dia**, Curitiba, 19 set. 1954, p. 12.
- A MANHÃ dos Estudantes. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 5 mar. 1929, p. 11.
- A MATRICULA Gratuita na Escola de Medicina. **O Dia**, Curitiba, 28 fev. 1932, p. 2.
- A MUNDANA. **A Divulgação**. Curitiba, ano X, jul. 1956, p. 22.
- A PREVIDENCIA. **A Republica**, Curitiba, 6 ago. 1907, p. 2.
- A QUESTÃO com a Faculdade de Medicina do Paraná. **Archivos Rio-Grandenses de Medicina**. v.2, n.2, 1921, p. 73-76.
- A SESSÃO de ontem na Camara dos Deputados. **O Dia**, Curitiba, 24 set. 1935, p. 8.
- A SOLEMNIDADE de colação de grau dos novos médicos. **A República**, Curitiba, 12 dez. 1929, p. 2.
- AMANHÃ a Aula Inaugural na Faculdade de Direito de Curitiba. **Diario do Paraná**, Curitiba, 10 mar. 1957, p. 8.
- ANDRÉ Dreyfus. **O Dia**, Curitiba, 30 ago. 1941, p. 1.
- ANTE-PROJETO do Código Penitenciário. **O Dia**, Curitiba, 26 ago. 1943, p. 3.
- AS “MARAVILHAS” da Assistência Social do Governo. **Diario da Tarde**, Curitiba, 25 fev. 1949, p. 1.
- ASPECTOS da Educação no Estado do Paraná, o Diretor do Ensino em S. Paulo transmite à imprensa bandeirante as suas impressões da recente visita que fez ao nosso Estado. **O Dia**, Curitiba, 11 mai. 1937, p. 1.
- ASSOCIAÇÃO da Família para Ciclo de Palestras. **Correio do Paraná**, Curitiba, 03 mai. 1964, p. 4.
- ASSOCIAÇÃO Médica do Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 abr. 1946, p. 1.
- ASSOCIAÇÃO Médica do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 27 out. 1949, p. 8.
- ASSOCIAÇÃO Paulista de Medicina. **Correio Paulistano**, São Paulo, 09 ago. 1936, p. 21.
- ATIVIDADES Culturais. Curso sobre Eugenia. Evolução e Regilião. **O Dia**, Curitiba, 16 set. 1951, p. 5.

- ATUAÇÃO do Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 mai. 1956, p. 5.
- ATUALIZAÇÃO policial inicia em fevereiro. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 jan. 1963, p. 7.
- AUGUSTO Stellfeld. **A República**, Curitiba, 6 abr. 1907, p. 1.
- AUXILIARES da administração do governadore Moysés Lupin. **Diario do Paraná**, Curitiba, 04 fev. 1956, p. 2.
- BALANÇO Desolador. **Diário da Tarde**, Curitiba, 24 jan.1958, p. 1.
- BANDEIRA, Glaucio. Proteção à infância. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, 1940, n.5-6, pp. 115-116.
- \_\_\_\_\_. Ortogenia. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, n.7-8, 1940, pp. 196-198.
- \_\_\_\_\_. Quadros neurastenicos e disendocrinias. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, n.9-10, 1940, pp. 253-273.
- BÉBÉ Curitybano. **Diario da Tarde**, Curitiba, 11 jan. 1927, p. 2.
- BEBE de Curitiba. **Diario da Tarde**, Curitiba, 10 fev. 1927, p. 5.
- BESSA, José dos Santos. **Lição Inaugural da Cadeira de Clínica Pediátrica e Puericultura**. Coimbra, 1966-1967. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=8TKR5y9Ma9IC&pg=PA3&lpg=PA3&dq=puericultura+e+eugenia&source=bl&ots=LJ\\_HhliT6G&sig=CzLScog8kmsW1MoWRQBQhdrhfd8&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwif19LX2KzUAhXBkZAKHe3oBXUQ6AEIWzAH#v=onepage&q=puericultura%20e%20eugenia&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8TKR5y9Ma9IC&pg=PA3&lpg=PA3&dq=puericultura+e+eugenia&source=bl&ots=LJ_HhliT6G&sig=CzLScog8kmsW1MoWRQBQhdrhfd8&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwif19LX2KzUAhXBkZAKHe3oBXUQ6AEIWzAH#v=onepage&q=puericultura%20e%20eugenia&f=false) Acesso em: 12 jun. 2017.
- BIOLOGISTA Notável. **Correio do Paraná**, Curitiba, 09 mai. 1934, p. 3.
- BRAGA, Homero de Mello. Salvemos as crianças instruindo as mães. **Diario da Tarde**, Curitiba, 09 nov. 1933, p. 3.
- \_\_\_\_\_. Palestra Radiofônica do Dr. Homero Braga. **O Dia**, Curitiba, 19 mar. 1940. In: LIMA, Eduardo Corrêa. **Homero de Mello Braga: Emérito Vulto da Medicina Paranaense**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1992, pp. 151-153.
- \_\_\_\_\_. O melhor imigrante. **A Divulgação**, Curitiba, n.19-20-21, 1949, p. 8-9.
- \_\_\_\_\_. Genética e Pediatria. (1949). LIMA, Eduardo Corrêa. **Homero de Mello Braga: emérito vulto da medicina paranaense**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1992, pp. 333-336.
- \_\_\_\_\_. Vai Homero, ser “gauche” na vida. (1977). In: LIMA, Eduardo Corrêa. **Homero de Mello Braga: Emérito Vulto da Medicina Paranaense**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1992, p. 71-75.
- BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Seção 1 - 5 jan. 1916, 133p.
- BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Brasília: Senado Federal, **Centro Gráfico**, 1993.
- BRASIL. Livramento Condicional. **Diário Oficial da União**. Decreto n. 16.665, 6 nov. 1924.

- BRASIL. Reforma de Ensino. **Diário Oficial da União**. Decreto n. 16.782-A, 13 jan. 1925.
- BRASIL. Reforma Francisco Campos. **Diário Oficial da União**. Decreto n. 19.851, de 11 abr. 1931.
- BRASIL. Reforma Francisco Campos. **Diário Oficial da União**. Decreto n. 19.852, de 11 abr. 1931.
- BRASIL. Instrução Religiosa no cursos primário, secundário e normal. **Diário Oficial da União**. Decreto n. 19.941, 30 abr. 1931.
- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei 2.848, 07 dez. 1940. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRASIL. Altera Conselho Penitenciário. Decreto-Lei n. 3.276, 16 mai. 1941. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1941.
- BRASIL. Dispõe sobre a Imigração e Colonização. Decreto Lei nº 7.967, 18 set. 1945. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 set. 1945.
- BRASIL. Equiparação da Universidade do Paraná. Decreto-Lei 9.323, 6 jun. 1946. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 8 jun. 1946.
- BRASIL. Sistema Federal de Ensino. Lei n. 1.254, 4 dez. 1950. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 4 dez. 1950.
- BUCHER, Richard E.. Considerações sobre a atualidade do Teste de Szondi. **Arquivo brasileiro de Psicologia aplicada**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 121-136, jul./set. 1977.
- CAIXA de Seguro de Vida. **O Dia**, Curitiba, 7 jun. 1949, p. 10.
- CALDAS, Mirandolino. O Combate ao Suicídio. **Boletim de Eugenia**. V.1, n.12, dez. 1929, p. 8.
- CAMARGO, Affonso Alves de. Mensagem do Presidente apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, ao instalar-se a 2ª Sessão da 19ª Legislatura. Curitiba, 01 fev. 1929.
- CARTAXO, Ernani. Histórico da Universidade do Paraná e da sua restauração. **Anuário da Universidade do Paraná**, Curitiba, 1948.
- CAVALLI, I. J.; FREIRE-MAIA, Elenice A. Chautard. Entrevista com Iglénir João Cavalli. A ciência por dentro: Depoimentos sobre Newton Freire-Maia e a história da genética no Brasil. **Arquivos Históricos CLE**, Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/embed/8KlwxgLuzwo> Acesso em: 10/09/2020.
- CENTRO Academico Hugo Simas. **A Divulgação**, Curitiba, set. 1954, p. 12.
- CENTRO Acadêmico Hugo Simas. **O Dia**, Curitiba, 13 abr. 1956, p. 5.
- CENTRO de Estudos de História Natural. **O Dia**, Curitiba, 13 set. 1951, p. 5.
- CENTRO de Estudos de História Natural. **O Dia**, Curitiba, 14 out. 1951, p. 7.
- CHEGAM os Congressistas. **O Dia**, Curitiba, 11 jul. 1953, p. 12.
- CHESSMAN prestou valiosa contribuição à Criminologia através de seus livros. **Diário do Paraná**, Curitiba, 26 ago. 1959, p. 8..
- CIENTISTA dos EUA veio estudar nordestinos no sul. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 abr. 1962, p. 6.

- CITOGENÉTICA faz pesquisas na UFP. **Diário da Tarde**, 30 ago. 1968, p. 5.
- COLUNA Universitária. **O Dia**, Curitiba, 29 jul. 1952, p. 2.
- COMEÇA hoje a Reunião sobre Genética: SBG. **Diário do Paraná**, Curitiba, 12 jul. 1962, p. 6.
- CONCURSO de Robustez Infantil. **O Dia**, Curitiba, 18 mai. 1935, p. 2.
- CONCURSO Internacional de Belleza. **A República**, Curitiba, 15 mar. 1930, p. 3.
- CONCURSO na Faculdade de Medicina do Paraná. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1944, p. 6.
- CONCURSO na Faculdade de Medicina. **O Dia**, Curitiba, 10 mar. 1945, p. 4.
- CONCURSO na Faculdade de Medicina. **O Dia**, Curitiba, 27 jul. 1949, p. 3.
- CONDENADO a 12 anos de reclusão. **O Dia**, Curitiba, 10 dez. 1957, p. 8.
- CONFERÊNCIA de Freire-Maia hoje: Genética Humana. **Diário do Paraná**, Curitiba, 30 ago. 1962, p. 7.
- CONGRESSO Brasileiro de Medicina. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, n. 1, jan.-abr. de 1946, p. 62.
- CONGRESSO de Medicina Legal e Criminologia. **O Dia**, Curitiba, 17 jul. 1956, p. 5.
- CONGRESSO Jurídico Nacional. **O Dia**, Curitiba, 24 jul. 1943, p. 3.
- CONSELHO efetuou sua ultima reunião e visitou Penitenciária Central do Estado. **Correio do Paraná**, Curitiba, 14 dez. 1963, p. 5.
- CONSELHO PENITENCIÁRIO. **Almanak Leammert**, Rio de Janeiro, v. III, 1931, p. 214.
- CONTRACTO Nupcial. **Diário da Tarde**, Curitiba, 13 dez. 1932, p. 4.
- CONTRÁRIO o Ministério da Educação ao projeto que institue a Cadeira de Deontologia Médica. **O Dia**, Curitiba, 29 jul. 1953, p. 3.
- COSTA, Fernando. Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal Fernando Costa. São Paulo, 1944, p. 155.
- CPE dá liberdade ao prêso que a merece. **Diário da Tarde**, Curitiba, 01 set. 1966, p. 10.
- CRIMINOLOGIA e Medicina Legal têm curso na Fac. de Direito. **Diário da Tarde**, Curitiba, 23 abr. 1965, p. 6.
- CRIMINOLOGIA E REGIME PENITENCIARIO. **Diário da Tarde**, Curitiba, 23 ago. 1938, p. 1.
- CURITIBA como sede de grande conclave. **O Dia**, Curitiba, 08 nov. 1950, p. 8.
- CURSO de Extensão sobre Genética. **Diário da Tarde**, Curitiba, 24 fev. 1947, p. 6.
- CURSO de Extensão Universitária. **O Dia**, Curitiba, 1 set. 1956, p. 8.
- CURSO de Extensão Universitária sobre Genética. **O Dia**, Curitiba, 29 set. 1944, p. 3.
- CURSO de Extensão Universitária sobre Genética. **O Dia**, Curitiba, 16 mar. 1951, p. 8.
- CURSO de Genética em Santos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 18 out. 1963, p. 6.

- CURSO do Professor Hélio Gomes. **Diario do Paraná**, Curitiba, 04 set. 1956, p. 1.
- CURSO Gratuito sobre Eugenia. **O Dia**, Curitiba, 07 set. 1951, p. 3.
- CURSO sôbre Eugenia. **O Dia**, Curitiba, 2 out. 1951, p. 5.
- CURSOS de Extensão Universitária. **O Dia**, Curitiba, 2 set. 1954, p. 5.
- CURSOS de Extensão Universitário sobre Eugenia. **O Dia**, Curitiba, 9 set. 1951, p. 3.
- CURSOS e Pesquisas sobre Genética. Contratado pela Universidade do Paraná o geneticista Newton Maia. **O Dia**, Curitiba, 11 mar. 1951, p. 3.
- D. CATHARINA Prosdocimo já dá NCr\$ 2 mil. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 set. 1967, p. 7.
- DECRETOS Assignados: os novos médicos do exército. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1935, p. 3;
- DEFESA de Tese na Faculdade de Medicina. **O Dia**, Curitiba, 11 dez. 1955, p. 6.
- DELEGAÇÃO do Paraná Tomou Conta do V Congresso de Criminologia. **Correio do Paraná**, Curitiba, 7 out. 1964, p. 5.
- DERI, Susan. **Introdution to the Szondi Test: Theory and Practice**. Grune & Stratton: New York City, 1949. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.74465/> Acesso em: 10 abr. 2019.
- DEVE se tornar hábito controle da concepção. **Diário do Paraná**, Curitiba, 12 jul. 1962, p. 6.
- DIA Panamericano. **O Dia**, Curitiba, 13 abr. 1957, p. 5.
- DIARIO FORENSE. Recurso Crime nº 19.63 de São José dos Pinhais. **Diario da Tarde**. Curitiba, 26 fev. 1964, p. 4.
- DIREITO. C.A. Hugo Simas. **Diario do Paraná**, Curitiba, 21 abr. 1956, p. 7.
- DIREITO, Estudos Jurídicos Sociais. **Diario do Paraná**, Curitiba, 18 jul. 1958, p. 5.
- DISCURSO do Papa contra a prática da esterilização. **Diário da Tarde**, Curitiba, 24 set. 1953, p. 2.
- DOAÇÕES da Fundação Rockefeller ao Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1959, p. 5.
- DOBZHANSKY, Theodosius; DUNN, L.C.. **Herança, Raça e Sociedade**. Tradução de M. I. Rocha e Silva. Livraria Pioneira Editora, 1962, p. 335.
- DOCENCIA-Livre na Faculdade de Medicina. **O Dia**, Curitiba, 26 set. 1944, p. 5.
- DOSSIÊ Newton Freire-Maia. **Arquivos do DEOPS**. In: Arquivo Público do Paraná, Curitiba, s/p.
- DOMINGUES, Octavio. Os programmas de ensino e a Genetica. **Boletim de Eugenia**. v. 2, n. 13, p. 2-3, jan. 1930.
- \_\_\_\_\_. Em torno dos problemas eugênicos. **Boletim de Eugenia**. V. 3, n. 33, p. 3, set. 1931.
- DR. Almeida Junior. **O Estado**. Curitiba, 29 abr. 1937, p. 1-8.
- DR. WALLACE de Mello e Silva. **Correio do Paraná**, Curitiba, 06 set. 1935, p. 8.

DREYFUS, André. O estado actual do problema de hereditariedade. In: **Anais do Primeiro Congresso de Eugenia**. 1929. pp. 87-97.

Editorial Note. **Annals of Eugenics**. Francis Galton Laboratory for National Eugenics, University of London, v. 19, n. 1, september, 1954, p. 79-80.

DUZENTOS delegados participantes da Primeira Semana Inter-Americana de Estudos Jurídicos e Sociais. **Diario de Notícias**, Porto Alegre, 01 mai. 1956, p. 1.

ECONOMIA DO LAR. **Diário da Tarde**, Curitiba, 25 jan. 1935, p. 8.

EDUCAÇÃO e Ensino. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jan. 1934, p. 14.

EFEITOS DA RADIAÇÃO na hereditariedade Humana. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 9, n. 2, 1957, pp. 100-101.

ELEIÇÕES e posse da nova Diretoria da Associação Médica do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 04 jan. 1946, p. 5.

ÊLES tornaram o Paraná conhecido no exterior. **Diario do Paraná**, Curitiba, 28 mai. 1967, p. 24.

ELLWOOD, C. A. The Eugenics Movement from the Standpoint of Sociology. In: Aldrich, Morton. **Eugenics: Twelve University Lectures**, 1917. Disponível em: <https://archive.org/details/eugenicstwelveu00ellwgoog/page/n234/mode/2up> Acesso em: 24 abr. 2020.

EMPOLGADOS os meios científicos. **A Tarde**, Curitiba, 7 nov. 1950, p. 6.

EM FAVOR do desenvolvimento da Cultura Científica. **O Dia**, Curitiba, 01 nov. 1950, p. 8.

ENCERRADO ontem o curso de Genética do Prof. André Dreyfus. **O Dia**, Curitiba, 9 mar. 1947, p. 3.

ENCERRA-SE amanhã primeira série de aulas: Doutorado. **Diario do Paraná**, Curitiba, 15 abr. 1962, p. 8.

ENSINO religioso. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1931, p. 1.

ENTREGUES às Moscas: o Posto de Puericultura das Mercês. **Diario da Tarde**, Curitiba, 29 set. 1950, p. 8.

ENTIDADES Academicas, Hugo Simas. **Diario do Paraná**, Curitiba, 10 mai. 1957, p. 5.

ENTIDADES Acadêmicas. **Diario do Paraná**, Curitiba, 26 jun. 1958, p. 5.

ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ. **A República**, Curitiba, 19 abr. 1918, p. 1.

ESFORÇO de adaptação de um mundo novo. **O Dia**, Curitiba, 10 set. 1943, p. 8.

ESTAGIÁRIO da polícia recebe certificado. **Diário da Tarde**, Curitiba, 30 jul. 1962, p. 4.

ESTATISTICA Biológica. **Diario do Paraná**, Curitiba, 3 set. 1960, p. 12.

ESTERILIZAÇÃO é tema para mesa redonda na UFP. **Diario do Paraná**, Curitiba, 21 set. 1966, p. 7.

ESTUDANTES foram às Ruas Defender Anticomunismo. **Diario do Paraná**, Curitiba, 30 set. 1965, p. 6.

EXAMES. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1912, p. 9.

- EXCESSO de abôrto entre os que lidam com raios-X. **Diario do Paraná**, Curitiba, 27 abr. 1963, p. 8.
- ÊXITO do Congresso de Medicina Legal e Criminologia do Recife. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1956, p. 1-2.
- EXONEROU-SE do Conselho Penitenciário do Estado. **O Dia**, Curitiba, 13 jun. 1929, p. 8.
- EXPOSIÇÃO de Motivos do Código Penal de 1940 - Ministro Francisco Campos. **Revista de Informação Legislativa**. out/dez, 1969, p. 120-153. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 26 nov. 2018
- EVOLUÇÃO dos seres vivos. **O Dia**, Curitiba, 29 ago. 1953, p. 3.
- FACULDADE de Filosofia da Universidade do Paraná, Centro de Estudos de História Natural. **A Tarde**, Curitiba, 19 abr. 1952, p. 3.
- FACULDADE de Medicina do Paraná: Concurso. **O Dia**, Curitiba, 30 ago. 1941, p. 1-6.
- FACULDADE de Pharmacia do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 27 abr. 1926, p. 4.
- FAMOSO Mestre de Israel lecionará em Curitiba a 23. **Diario do Paraná**, Curitiba, 1 set. 1956, p. 5.
- FATOS diversos. **Diario da Tarde**, Curitiba, 02 dez. 1903, p. 2.
- FECHADO Mais um Posto de Puericultura: Mais de 153 crianças ao desamparo. **Diario da Tarde**, Curitiba, 8 set. 1950, p. 2.
- FEDERAÇÃO Paranaense de Desportos. **O Dia**, Curitiba, 20 mai. 1937, p. 6.
- FERREIRA, João Candido. **A Eugenia**. 1923.
- FREIRE-MAIA, Ademar; FREIRE-MAIA, Newton. Estimativa do Efeito Genético dos Casamentos Consanguíneos. **Ciência e Cultura**, São Paulo v. 17, n. 4, 1965, pp. 539-547.
- FREIRE-MAIA, Newton. Eugenia e genética de populações. **Cultus**, Seccao de biologia. São Paulo: Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, Seccao de São Paulo, v. 1, p. 1-9, 1950.
- \_\_\_\_\_. Casamentos consanguíneos em populações brasileiras. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 3, p. 283-284, 1951.
- \_\_\_\_\_. A eugenia e a quebra dos isolados. **Logos**, Curitiba, v. 6, n. 13, p. 65-78, 1951.
- \_\_\_\_\_. Frequencies of consanguineous marriages in Brazilian populations. **American Journal of Human Genetics**, 4: 194-203, 1952.
- \_\_\_\_\_. Inbreeding in Brazil. **The American Journal of Human Genetics**, v. 9, n. 4, dec. 1957, p. 284-298.
- \_\_\_\_\_. Inbreeding level in different countries. **Eugenics Quarterly**, 1957, 4: 127-138.
- \_\_\_\_\_. Ciência e filosofia da ciência - Revelações de um cientista. Depoimento. **Ciência e Cultura**. São Paulo, 1982, pp. 934-939.
- \_\_\_\_\_. **O que passou e permanece**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1995. 326p.
- \_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Oswaldo Frota-Pessoa, Darcy Fontoura de Almeida, Alicia Ivanishevich e Myriam Regina Del Vecchio. **Canal Ciência**, Portal de Divulgação Científica e Tecnológica, dez. 1988. Disponível em:

[http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/newton\\_freire-maia\\_42.html](http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/livros/newton_freire-maia_42.html) Acesso em 26 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a José Wille. **Paraná Portal**, 1997. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/colunas/memoria-paranaense/o-professor-newton-freire-maia-e-considerado-o-pioneiro-das-pesquisas-cientificas-da-ufpr/> Acesso em: 26 jul. 2019.

FREIRE-MAIA, Newton; FREIRE-MAIA, Ademar. **Genética Médica. 1º volume – Teoria do aconselhamento genético**. Burity-USP: São Paulo, 1966.

\_\_\_\_\_. **Genética Médica. 2º volume – Prática do aconselhamento genético**. Burity-USP: São Paulo, 1966.

FREIRE-MAIA, Newton; PAVAN, Clodowaldo. Introdução ao Estudo da Drosófila. **Cultus**, n. 5, 1949, p. 3-67.

FOCALIZANDO no Rotary a Questão do Futuro da Humanidade Face às Explosões de Natureza Atômica. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 jun. 1957, p. 1.

FROTA-PESSOA, Oswaldo. O conceito de raça em genética das populações. **Anais da I Reunião Brasileira de Genética Humana**. Curitiba: UFPR, 1959, p.109-111.

\_\_\_\_\_. Genética Humana: Estado presente e Perspectivas. **Ciência e Cultura**: São Paulo, v. 12, n. 1, 1960.

FUNDAÇÃO “André Dreyfus.” **Ciência e Cultura**. São Paulo, vol. 6, n. 4, 1954, p. 215.

FUNDAÇÃO Rockefeller faz doação ao Brasil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1959, p. 8.

FUNDADA Sociedade de Medicina Legal, Psiquiatria e Criminologia do Paraná, **O Dia**, Curitiba, 27 nov. 1957, p. 5.

FUNDADA a Sociedade de Pediatria do Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, 28 mar. 1934, p. 2.

GAROA Atômica é perigo em Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, 30 jul. 1967, p. 9.

GENÉTICA Humana Hoje na UP a Cargo do Prof. Freire-Maia. **Correio do Paraná**, 20 mai. 1964, p. 4.

GENETICISTAS continuam estudando Dermatoglifos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 jul. 1960, p. 12.

GENETICISTAS pressionam Ocyron. **Correio de Notícias**, Curitiba, 14 mar. 1980, p. 7.

GENETICISTAS reuniram-se no Sul: Êxito. **Diário do Paraná**, Curitiba, 5 dez. 1963, p. 6-10.

GESTANTES não devem tomar tranquilizantes. **Diário do Paraná**, Curitiba, 7 nov. 1962, p. 7.

GINASIO Novo Ateneu. **O Dia**, Curitiba, 24 ago. 1940, p. 9.

GLASSER VILLA, Clara. O Exame Pré-Nupcial e a nossa contribuição. In: **Revista Médica do Paraná**. Anno V, n. 9. set. 1936, p. 349-356.

GOMEZ, Raul. Escolas Penaes. **O Dia**, Curitiba, 11 jun. 1936, p. 3.

GRABOWSKI, José Romildo. Observações preliminares com uma nova combinação psicotrópica antidepressiva – o Ro 4-6270. **A folha médica**. Rio de Janeiro, Cidade Editora Científica, v. 53, n. 4, Out. 1966, p. 667-678..

- \_\_\_\_\_. Tratamento das depressões endógenas e neuróticas pela doxepina. **A folha médica**. Rio de Janeiro, Cidade Editora Científica, v. 59, n. 1, 1969, p. 75-81;
- GREMIO Lirio Cassinista. **O Dia**, Curitiba, 28 out. 1932, p. 5.
- GREMIO Literario S. Luiz. **O Dia**, Curitiba, 17 abr. 1925, p. 5.
- GRUPO feito especialmente para “Vida Domestica”... **Vida Domestica**, Rio de Janeiro, set.1938, p. 10.
- GUÉRIOS, R.F. Mansur. Duas décadas vencidas. **Revista dos cursos de Letras**. Curitiba, n. 9, 1958, p. 1-5.
- GYMNASIO Paranaense. O Estado do Paraná, Curitiba, 5 jan. 1926, p. 8.
- HEREDITARIEDADE! O Papa declara que o homem de hoje... **Diário da Tarde**, Curitiba, 29 set. 1958, p. 2.
- HIGIENE da creança. **O Dia**, Curitiba, 1 set. 1936, p. 3.
- HOMENAGEANDO os Mestres da Psiquiatria Brasileira. **O Dia**, Curitiba, 8 out. 1936, p. 11.
- HOMICIDA já foi para a delegacia. **Diario da Tarde**, Curitiba, 31 jan.1983, p. 4.
- HOMICÍDIO Eutanásico. **O Dia**, Curitiba, 7 mai. 1954, p. 3.
- IMIGRAÇÃO e eugenia. **Anhembí**, ano IX, n. 107, v.XXXVI, out. 1959, p. 404.
- IMPORTANTE Projeto de Lei beneficiado os professores catedráticos aposentados. **O Dia**, Curitiba, 13 abr. 1956, p. 3.
- IMPORTANTES questões debatidas no Congresso Jurídico Nacional. **O Dia**, Curitiba, 5 set. 1943, p. 7.
- INAUGURA-SE Hoje o Edifício Próprio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 05 dez. 1940, p. 3.
- INCREMENTANDO a lavoura paranaense. **Diário da Tarde**, Curitiba, 23 jun. 1938, p. 1.
- INDICADOR médico e profissional. **O Dia**, Curitiba, 22 set. 1956, p. 26.
- INDICADOR profissional. **O Dia**, Curitiba, 23 nov. 1958, p. 2.
- INDICADORES Profissionais. **Diário da Tarde**, Curitiba, 26 out. 1962, p. 2.
- INDULTOS a sentenciados primários. **Diario da Tarde**, Curitiba, 07 mar. 1961, p. 5.
- INFORMAÇÕES. **O Dia**, Curitiba, 13 jan. 1955, p. 2.
- INFLUÊNCIA das inversões cromossômicas na evolução dos seres vivos. **O Dia**, Curitiba, 25 set. 1951, p. 5.
- INGLESES vieram estudar índios. Entrevista com Geoffrey A. Harrison. **Diário da Tarde**, 23 out. 1964, p. 5.
- INSTALADA a Frente Nacinalista do Paraná. **O Semanário**, Rio de Janeiro, 27 fev. a 5 mar. 1958, p. 10.
- INSTALADO o Posto de Higiene Infantil e Maternal D. Darcí Vargas": Revestiu-se de grande solenidade a cerimonia de ontem no Centro Paranaense Feminino de Cultura. **O Dia**, Curitiba, 4 mai. 1940, p. 1.

INSTALOU-SE ontem na Capital da Republica, a 2ª Conferência Penitenciária Brasileira. **O Dia**, Curitiba, 16 jul. 1944, p. 3.

INSTALLOU-SE hontem, o Conselho Penitenciario do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 14 fev. 1925, p.1-8.

INSTITUTO de Hygiene Infantil. **Diário da Tarde**, Curitiba 27 out. 1919, p. 2.

INSTITUTO Superior de Educação. **O Dia**, Curitiba, 24 mar. 1938, p. 2.

INTERVENÇÃO na Massa Cerebral. **Diario do Paraná**, Curitiba, 22 jul. 1964, p. 1.

INTERVENTORIA Federal do Paraná. **Diario da Tarde**, Curitiba, 04 jan. 1934, p. 4.

ISRAEL Drapkin inspeciona a Penitenciária. **Diario do Paraná**, Curitiba, 25 jul. 1964, p. 6.

**Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 jan. 1935, p. 6.

JÁ DEVIA estar condenada pela saúde pública. **Diario da Tarde**, Curitiba, 31 ago. 1953, p. 1-4.

KEHL, Renato. Herança e Crime: Os caracteres morais são hereditários? **Boletim de Eugenia**. v. 1, n. 5, p. 3, mai., 1929.

KEHL, Renato. O ensino da Eugenia nas escolas seculdárias. **Boletim de Eugenia**. v. 3, n. 30, p. 5, jun., 1931.

LACERDA, Suplicy de. **Relatório do Reitor**, apresentado à Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1958, p. 49.

LACERDA, Jorge. Discurso. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, v. 7, n. 6, jun., 1938, p. 310.

LACUNAS a preencher pelas Granjas do Estado. **Diário da Tarde**, Curitiba, 24 jan. 1934, p. 3.

LAMENTÁVEL exoneração. **O Dia**, Curitiba, 10 mai. 1951, p. 1.

LEGISTAS defendem Divórcio. **Diário do Paraná**, 1969, 01 nov.1969, p. 5.

LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.

LEMBRANDO Napoleão Teixeira. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**: Curitiba, v. 19, n. 0, 1979, p. 441-445.

LICOPAR já está atendendo viciados. **Diario do Paraná**, Curitiba, 18 fev. 1973, p. 24.

LIMITADO em 50 o número de vagas na Faculdade Católica de Direito. **Diario do Paraná**, Curitiba, 14 mar. 1957, p. 8.

LINO, Jack (psed. Benedicto Nicolau dos Santos). Eugenicas I. **O Dia**, Curitiba, 23 mar. 1928, p. 2.

\_\_\_\_\_. Eugenicas II. **O Dia**, Curitiba, 24 mar. 1928, p. 2.

\_\_\_\_\_. Eugenicas III. **O Dia**, Curitiba, 27 mar. 1928, p. 2.

\_\_\_\_\_. Eugenicas IV. **O Dia**, Curitiba, 29 mar. 1928, p. 8.

\_\_\_\_\_. Eugenicas V. **O Dia**, Curitiba, 31 mar. 1928, p. 2-4

\_\_\_\_\_. Eugenicas VI. **O Dia**, Curitiba, 03 abr. 1928, p. 2.

- \_\_\_\_\_. Eugenicas VII. **O Dia**, Curitiba, 21 abr. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas VIII. **O Dia**, Curitiba, 25 abr. 1928, p. 2
- \_\_\_\_\_. Eugenicas IX. **O Dia**, Curitiba, 28 abr. 1928, p. 2-4.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas X. **O Dia**, Curitiba, 01 mai. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XI. **O Dia**, Curitiba, 08 mai. 1928, p. 2
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XII. **O Dia**, Curitiba, 09 mai. 1928, p. 2
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XIII. **O Dia**, Curitiba, 10 mai. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XIV. **O Dia**, Curitiba, 11 mai. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XV. **O Dia**, Curitiba, 12 mai. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XVI. **O Dia**, Curitiba, 13 mai. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XVII. **O Dia**, Curitiba, 15 mai. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XVIII. **O Dia**, Curitiba, 16 mai. 1928, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Eugenicas XIX. **O Dia**, Curitiba, 17 mai. 1928, p. 2.
- LISTA tríplice para Reitoria: Escolha. **Diario da Tarde**, Curitiba, 09 mai. 1964, p. 1.
- LIVRAMENTO Condicional: o Conselho Penitenciário do Estado. **A Gazeta**, São Paulo, 8 fev. 1928, p. 1.
- LOHMANN, Alberto A. Aspectos Fundamentais da Procriação Humana. **Anais do I Reunião Brasileira de Genética Humana**, 1959, pp. 157-159.
- \_\_\_\_\_. A Procriação Humana Eugênica. **Diario do Paraná**, Curitiba, 05 ago 1962, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Três coisas importantes a serem observadas antes da procriação. **Diário do Paraná**, Curitiba, 5 ago. 1962, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Controle de Natalidade. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 02 fev. 1971, p. 1.
- LOUCOS do volante instalam pavor nas ruas de Curitiba. **Última Hora**, Curitiba, 02 set. 1959, p. 9.
- LYRA, Roberto. O Aumento da Criminalidade. **Themis**, Curitiba, n. 6, mai. 1957, p. 16-18.
- MAIS de 600 Crianças ao Desamparo: Virtude de uma atitude inominável do Governo! **Diario da Tarde**, Curitiba, 30 jun. 1950, p. 1.
- MAIS uma brilhante iniciativa do C.A.H.S.. **A Tarde**, Curitiba, 04 set. 1956, p. 1.
- MAJOR Dr. Napoleão Teixeira. **O Dia**, Curitiba, 28 dez. 1950, p. 5.
- MARCADA para o dia 1º de dezembro, a inauguração da Penitenciária. **Diario da Tarde**, Curitiba, 24 nov. 1954, p. 6.
- MARQUES, Ildefonso. Atividades da Faculdade de Direito. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. Curitiba, 26 dez. 1961.
- MATERIAL apreendido dos Comunistas na Venezuela será exposto em Curitiba. **Diario do Paraná**, Curitiba, 12 jun. 1964, p. 12.
- MÉDICO e toda família morreram em desastre na BR-2. **Diario do Paraná**, Curitiba, 3 nov. 1963, p. 12.

- MÉDICOS, Paraná. **Almanak Laemmert**: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1937, p. 1044; 1938, p. 597.
- MEDIDA Louvável e oportuna da nossa Polícia Civil. **Diario da Tarde**, Curitiba, 1 ago. 1944, p. 1.
- MELHORIA do Regime Alimentar nos Presídios. **Diario da Tarde**, Curitiba, 01 dez. 1952, p. 2.
- MELLO E SILVA, W. T.. Abertura de Novos Caminhos na Profilaxia do Crime. **Diario da Tarde**, Curitiba, 12 mar. 1958, p. 1-4.
- MELLO E SILVA, Wallace Thadeu de; MATTOS, Luiz Carlos Gomes de; PEREIRA, Neil Hamilton Monteiro. **A psico-biologia na criminologia**: nota previa. Curitiba, PR: [s.n.], 1957.
- MENDES, Arthur Juvencio. As incursões imperialistas e os assírios. **O Dia**, Curitiba, 10 mar. 1934, p. 1-8.
- MESTRES da Faculdade de Direito de Curitiba são distinguidos pelo Governador do Estado de São Paulo. **O Dia**, Paraná, 11 jan. 1959, p. 3.
- MESTRES de renome internacional proferirão hoje conferências no conclave de Genética. **Diario do Paraná**, Curitiba, 14 nov. 1958, p. 8-12.
- MOVIMENTA-SE a classe academica de Direito. **O Dia**, Curitiba, 15 abr. 1956, p. 6.
- MOVIMENTO das Idéias. A conferência do professor Ramayana de Chevalier.. **O Dia**, Curitiba, 4 jun. 1952, p. 6.
- MULLER, Hermann J.. The Need of Physics in the Attack on the Fundamental Problems of Genetics. **The Scientific Monthly**, n. 44, 1936, p. 210-214.
- \_\_\_\_\_. A Physicist stands amazed at genetics. A Review. **Journal of Heredity**, 37(3), 1946, p. 90-92.
- MUNHOZ, Laertes Munhoz. Repressão Internacional da criminalidade. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 1, 1953.
- NA PENITENCIÁRIA Central do Estado. **Diario da Tarde**, Curitiba, 19 mai. 1950, p. 1-6.
- NA SESSÃO de amanhã do Conselho Penitenciário. **O Dia**, Curitiba, 2 fev. 1937, p. 3.
- NÃO TEM as Prisões Contribuído para Livrar a Sociedade dos Delinquentes. **Diario do Paraná**, Curitiba, 12 mar. 1957, p. 8.
- NEWTON Freire-Maia. **Correio Paulistano**, São Paulo, 04 set. 1946, p. 11.
- NOMEADO Membro do Conselho Penitenciario do Estado, o Dr. Gaspar Veloso. **O Dia**, Curitiba, 10 mai. 1940, p. 1.
- NOTAS Científicas: Pesquisas do Laboratório de Genética. **O Dia**, Curitiba, 31 mai. 1953, p. 8.
- NOTAS Universitárias. **Diário do Paraná**. 20 out. 1955, p. 2.
- NOTAS Universitárias. **Diário do Paraná**, Curitiba, 5 nov. 1955, p. 2.
- NOTÍCIAS. **Diario do Paraná**, Curitiba, 30 dez. 1965, p. 6.
- NOTÍCIAS. **Diario do Paraná**, Curitiba, 5 mai. 1966, p. 6.
- NOTÍCIAS Médicas. **O Dia**, Curitiba, 09 mai. 1951, p. 5.

- NOTÍCIAS e Comentários. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 37, n. 208, 1953, p. 277.
- NOVA DIRETORIA DA UPES. **A Tarde**, Curitiba, 21 mai. 1952, p. 4.
- NOVA Diretoria do academico renovador. **Diário do Paraná**. Curitiba, 10 mai. 1954. p. 2.
- NOVA Faculdade. **Correio do Paraná**, Curitiba, ano v, n. 1465, 22 mai. 1964, p. 1.
- NO PALACIO Rio Branco. **Correio do Paraná**, Curitiba, 26 mai. 1932, p. 3.
- NÓS TAMBÉM tivemos o nosso baby pignatari. **Diario do Paraná**, Curitiba, 16 mar. 1969, p. 6.
- O CONCURSO do dr. Ernani Simas Alves na Faculdade de Medicina do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 25 jan. 1946, p. 5.
- O CONSELHO Penitenciario está ultimando a sua regulamentação. **A Gazeta**, São Paulo, 7 jan. 1925, p. 2.
- O CRIMINOSO nas obras literárias. **O Dia**, Curitiba, 13 out. 1954, p. 8.
- O DIA do Encarcerado. **Diario da Tarde**, Curitiba, 23 abr. 1938, p. 1.
- O ESTADO Nacional. Focalizando através de bela oração cívica do Dr. Aramis Ataide. **O Dia**, Curitiba, 27 nov. 1941, p. 7.
- O PARANÁ NA CAMARA. Dr. Victor do Amaral. **A República**, Curitiba, 28 ago. 1906, p. 1.
- O PETROLEO e o monopolio estatal. **Diario da Tarde**, Curitiba, 20 ago. 1954, p. 6.
- O POSTO de Puericultura de Sengés Ameaçado de Fechar. **Diario da Tarde**, Curitiba, 09 fev. 1951, p. 1.
- O PROF. André Dreyfus realizará hoje importante conferência. **1º Diário da Tarde**, ano 43, n.13981, Curitiba, 30 ago. 1941, p. 6.
- O PROFESSOR ALMEIDA JUNIOR, Director Geral do Ensino do Estado de S. Paulo. **O Dia**, 29 abr. 1937, Curitiba, p. 8.
- O PROFESSOR Leonídio Ribeiro visita Curitiba. **O Dia**, Curitiba, 13 mai. 1951, p. 3.
- O QUE é a vida? **Diario do Paraná**, Curitiba, 06 out. 1960, p. 6.
- O QUE será a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 13 mar. 1938, p. 1.
- O RELATÓRIO do dr. Chefe de Polícia. **O Dia**, Curitiba, 5 jul. 1923, p. 1.
- O RIO hospedará. **A Noite**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1946, p. 9.
- OLIVEIRA, Antônio de. Da incidência das Psicoses nos Estrangeiros no Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**. Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização: Rio de Janeiro, ano IX, dez. 1948, p. 4-28.
- O NOVO Diretor da Penitenciária. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 jan. 1946, p. 10.
- OS EXAMES. **A República**, Curitiba, 14 dez. 1929, p. 12.
- OS CASAMENTOS e os exames pre-nupciais. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 out. 1951, p. 12.
- OS NOSSOS Concursos. **O Tico-Tico**, Rio de Janeiro, 12 out. 1921, p. 18.

- OS NOVOS esculápios do Exército. **Diario Carioca**. Rio de Janeiro, 27 jan. 1935, p. 12.
- OS NOVOS medicos. **O Dia**, Curitiba, 15 dez. 1936, p. 3.
- OS SYRIOS no Brasil. **Correio do Paraná**, Curitiba, 25 mar. 1934, p. 1-8.
- PACHECO, ANTONIO. A Nova Penitenciária Estadual de Piraquara. **Diario do Paraná**, Curitiba, 27 jun. 1956, p. 2-7.
- PALACIO da Presidencia. **O Dia**, Curitiba, 13 jul. 1929, p. 4.
- PALACIO da Presidência. **O Dia**, Curitiba, 3 mar. 1931, p. 5.
- PALESTRAS sobre Teste Szondi terão início 3ª feira. **Diario do Paraná**, Curitiba, 9 set. 1962, p. 6.
- PANORAMA Educacional. **Diario do Paraná**, Curitiba, 22 set. 1957, p. 4.
- PANORAMA Educacional. **Diario do Paraná**, Curitiba, 26 jun. 1957, p. 5.
- PARANÁ. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 02 jun. 1953, p. 5.
- PARANÁ. Criação da Escola Agrônômica. Lei n.1788, de 5 de abril de 1918. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, abr. 1918.
- PARANÁ. Institui selo de garantia ao mate. Lei n. 1.956, de 26 de março de 1920. **Diario Oficial do Estado Paraná**, Curitiba, mar. 1920.
- PAULA, José Bittencourt de. Esclarecimento sobre a Penitenciária Central do Estado. **O Dia**, Curitiba, 25 jan. 1947, p. 1.
- PEDREIRA, Cora de Moura. Laboratório de Genética Humana da Universidade da Bahia. CUNHA, A.B., FROTA-PESSOA, O., BLUMENSCHHEIN, A.. **Atas do Primeiro Simpósio Sul-americano de Genética**. São Paulo, 1961, pp. 31-35.
- PELO Vigor da Raça. **O Dia**, Curitiba, 02 jul. 1929, p. 1.
- PENROSE, Lionel S.. The Galton Laboratory: its work and aims. In: **The Eugenic Review**, Vol. XII, No. 1, 1949 p. 17-27. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2972887/pdf/eugenrev00069-0025.pdf> Acesso em: 06 maio 2017.
- PESQUISADOR: as mulheres podem viver mais do que os homens. **Correio do Paraná**, Curitiba, 21 mar. 1961, p. 4.
- PESQUISAS entre indios. **Diario do Paraná**, 22 mar. 1956, p. 15.
- PIRAÍ DO SUL: Terra-Martir! Espancamentos e Humilhação de Elementos da Oposição. **Diario da Tarde**, Curitiba, 19 mai. 1950, p. 1-4.
- PIRES, Gastão de Abreu. Discurso do acadêmico Gastão de Abreu Pires, representante do corpo discente da Universidade, na Assembléia Universitária de 19 de dezembro de 1947. **Anuário da Universidade do Paraná 1946-1947**, Curitiba, 1948.
- PIZA JÚNIOR, Salvador de Toledo. Um programa para a eugenia. **Boletim de Eugenia**, vol.5, n.42, p. 16-17, abr./jun. 1933.
- \_\_\_\_\_. Um programa para a Eugenia. **O Dia**, Curitiba, 10 jan. 1934, p. 3.
- PLENO exito da Semana Jurídica do Centro Acadêmico Hugo Simas. **Diário do Paraná**, Curitiba, 08 ago. 1958, p. 6.
- POSSE de Catedrático na Faculdade de Medicina. **O Dia**, Curitiba, 31 ago. 1955, p. 10.

- POLICIA vai ter Escola a partir de 31 de janeiro. **Diario do Paraná**, 25 dez. 1963, p. 7.
- POLICIAIS Paranaenses foram a São Paulo para ouvir conferências do Prof. Israel. **Diario do Paraná**, 24 jul. 1964, p. 12.
- POLÍTICA e Políticos. **O Dia**, Curitiba, 9 ago. 1952, p. 4.
- PREMIO "Darcy Vargas". **O Dia**, Curitiba, 16 jun. 1944, p. 3.
- PREPARA-se o CA Hugo Simas para o VIII Concurso Nacioal de Oratória. **Diario do Paraná**, Curitiba, 16 set. 1958, p. 8.
- PRESIDENCIA do Conselho Penitenciário. **A Tarde**, Curitiba, 07 abr. 1956, p. 8.
- PROF. ANDRÉ Dreyfus. **Revista Médica do Paraná**, v. 3, n. 5, Curitiba, 1934, pp. 208-209.
- PROF. MUNHOZ Neto vai falar em São Paulo. **Diario do Paraná**, Curitiba, 11 out. 1963, p. 4.
- PROF. TEIXEIRA, representará o Paraná: Congresso de Medicina Legal. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 jul. 1960, p. 1.
- PROFESSOR da FDUP teve seus direitos políticos suspensos. **Diario da Tarde**, Curitiba, 09 jun. 1964, p. 4.
- PROFESSOR da Universidade vai fazer curso em Paris. **Diario do Paraná**, Curitiba, 22 jul. 1959, p. 8.
- PROFESSOR dos EUA vem falar sobre Genética. **Diario do Paraná**, Curitiba, 7 jul. 1962, p. 7.
- PROFESSOR Drapkin sugere a criação de um Instituto de Criminologia junto a Penitenciária de Piraquara. **Correio do Paraná**, Curitiba, 25 jul. 1964, p. 5.
- PROF. LAERTES Munhoz é vice-Reitor da UP. **Diario da Tarde**, Curitiba, 22 jun. 1964, p. 5.
- PROJEÇÃO internacional da Universidade do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 13 jan. 1957, p. 16.
- PROJETO n.1362-B, de 1956. **Camara dos Deputados**. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0623E9EEDFA1BB55FC5F05179BEE28E8.node2?codteor=1213052&filename=Avulso+-PL+1362/1956](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0623E9EEDFA1BB55FC5F05179BEE28E8.node2?codteor=1213052&filename=Avulso+-PL+1362/1956) Acesso em: 10 dez. 2018.
- PROSEGUE hoje curso sôbre Medicina Legal. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 abr. 1965, p. 6.
- QUINTO Simpósio Interamericano. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1964, p. 6.
- RECUPERAÇÃO de presidiários mediante normas científicas. **O Dia**, Curitiba, 27 nov. 1956, p. 12.
- REITOR da UP afirma que extinção da UNE foi ato necessário. **Diario da Tarde**, Curitiba, 06 jul. 1964, p. 4.
- RELAÇÃO dos que requereram inscrição para o exame... **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1933, p. 22.
- RELATÓRIO, **Província do Paraná**, Curitiba, 30 abr. 1881, p. 1.

- REMÉDIO curaria vício da maconha. **Diário da Tarde**, Curitiba, 7 out. 1972, p. 3.
- REPERCUTE no País Atitude da Reitoria da UP contra a TFP. **Diário do Paraná**, Curitiba, 05 out. 1965, p. 4.
- REPRESENTARÃO o Paraná na III Jornada de Puericultura e Pediatria a realizar-se na Bahia. **Diário da Tarde**, Curitiba, 10 out. 1949, p. 6.
- REPRESENTANTE do Paraná no Congresso de Haia. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 jul. 1964, p. 12.
- REVOLUÇÃO na F.D.U.P.! **O Dia**, Curitiba, 2 fev. 1956, p. 3.
- RIBEIRO, Leonídio. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1957.
- RICARDO, Aristides. **Biologia aplicada a educação**: fisiologia e hygiene da creanca, crescimento physico e mental, hygiene escolar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 355p., il.
- ROBERTO Lyra ao Diário do Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, 12 mar. 1957, p. 1.
- ROBERTS, Derich. In Memorial: Hans Kalmus, 1906-1988. In: **Annals of Human Biology**, 1989, v. 16, n. 2, p. 179. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03014468700007052> Acesso em: 06 mai. 2017.
- ROCHA NETO, Caetano Munhoz da. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo dr. Caetano Munhoz da Rocha, ao intallar-se a 2ª Sessão da 15ª Legislatura. Curitiba, 21 fev. 1921.
- \_\_\_\_\_. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 17ª Legislatura. Curitiba, 01 fev. 1925. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1925\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1925_p.pdf) Acesso em: 15 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 17ª Legislatura. Curitiba, 01 fev. 1926.
- \_\_\_\_\_. Mensagem Presidencial. **O Dia**, Curitiba, 16 fev. 1927, p. 2.
- ROCHA E SILVA, M. Dez Anos Pelo Progresso da Ciência. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v.10, n.4, dez. 1958, p. 197-203.
- ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1953.
- ROXO, Henrique. “O Suicídio”. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 out. 1949, p. 7.
- SALDANHA, P. H. Evolução de um isolado sob influência de imigração. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 9, n. 3, 1957, pp. 118-120.
- \_\_\_\_\_. Efeito da Migração sôbre a evolução da estrutura genética de uma comunidade paulista. Análise da “quebra” do isolamento. **Anais da I Reunião Brasileira de Genética Humana**. Curitiba: UFPR, 1959.
- \_\_\_\_\_. O Ensino da Genética na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 16, n. 4, 1964, pp. 408-413.
- SALZANO, Francisco Mauro. The blood groups of South American Indians. **American Journal of Physical Anthropology**. 15 (4), 1957, p. 555-579.

\_\_\_\_\_. Manipulação do material genético e eugenia. **A Genética e a Lei: Aplicações à Medicina Legal e a Biologia Social**. 1983.

\_\_\_\_\_. Francisco Mauro Salzano (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, **CPDOC**, 2010. 61p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista474.pdf> Acesso em: 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Genetics and Molecular Biology**. De Boa Esperança para o mundo. 2003. Disponível em: [http://www.genealogiafreire.com.br/nf\\_comentario\\_sobre\\_falecimento.htm](http://www.genealogiafreire.com.br/nf_comentario_sobre_falecimento.htm) Acesso em: 12 dez. 2019.

SALZANO, F. M. FREIRE-MAIA, N. **Populações brasileiras: aspectos demográficos, genéticos e antropológicos**, 1967.

SÃO PAULO. **Relatório das Atividades do ano de 1940** apresentado, em abril de 1941, ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal, em São Paulo. 1941.

SÃO PAULO. Decreto-Lei n. 12.439, 29 dez. 1941. Reorganiza o Serviço de Biotipologia Criminal. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. 1941.

SÃO PAULO e o Paraná se Entrelaçam Pela Intelligencia. **Correio do Paraná**, Curitiba, 11 abr. 1934, p. 1-8.

SÃO PAULO passa à vanguarda no combate e prevenção do delito. **Ultima Hora**, Curitiba, 15 jan. 1959, p. 3.

SCALCO, Delohé. A Cultura no Desajustamento Social. Ensaio Sociológico. **O Dia**, Curitiba, 25 dez. 1938, p. 3.

SEMANA de Estudos Jurídicos e Sociais. **O Dia**, Curitiba, 21 fev. 1956, p. 8.

SEMANA de Gala para as Comemorações do Centenário. **O Dia**, Curitiba, 10 nov. 1953, p. 5.

SEMINÁRIO de genética e evolução. **O Dia**, Curitiba, 12 jun. 1954, p. 11.

SEMINÁRIO de Genética. **O Dia**, Curitiba, 23 jun. 1957, p. 6.

SEMINÁRIO sobre grupos sanguíneos. **O Dia**, Curitiba, 12 mar. 1958, p. 2.

SEMINÁRIO sobre grupos sanguíneos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 20 mar. 1958, p. 8.

SIMAS Alves vai aos EUA: Medicina Legal. **Diário do Paraná**, Curitiba, 9 fev. 1962, p. 6.

SIMPOSIO sobre Problemas Populacionais e Estudos dos seus Aspectos Biológicos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 fev. 1956, p. 5.

SOARES NETO, Francisco de Paula. Endocrinologia de nossos dias. **Revista Médica do Paraná**, Curitiba, n.3-4, 1940, p. 72-82.

SOBRE Genética. **Diário da Tarde**, 30 abr. 1963, p. 4.

SOCIEDADE Estadual de Agricultura do Paraná. **A República**, Curitiba, 13 ago. 1897, p. 2.

SOCIEDADE Estadual de Agricultura do Paraná. **A República**, Curitiba, 25 ago. 1898, p. 1.

SOCIEDADE Estadual de Agricultura do Paraná. Gado Vacum, Cavallar e Lanigero. Da reprodução e melhoramento das raças. **A República**, Curitiba, 5 abr. 1898, p. 2.

- SOLENIIDADES do “Dia do Encarcerado”. **Diario da Tarde**, Curitiba, 25 abr. 1945, p. 1.
- SOUSA, Fredericindo Marés. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Fausto Bittencourt, Chefe de Polícia do Estado**, pelo Diretor da Penitenciária e Detenção Fredericindo Marés de Sousa, ano de 1941. Penitenciária e Detenção, Estado do Paraná, 1941.
- STA. CLARA GLASSER. **A República**, Curitiba, 13 jun. 1929, p. 4.
- STELLA, Frederico José. Intervencionismo Estatal na Atividade Privada - Da obrigatoriedade dos Exames Médicos Pré-Nupciais. *In: Themis: Revista do Centro Acadêmico “Hugo Simas”*. Curitiba, n. 5, outubro, 1956.
- SUGESTÕES para o Simpósio sobre as Populações Brasileiras. **Correio do Paraná**, Curitiba, 20 jan. 1961, p. 7.
- SUPREMO anulou prisão preventiva de Bonassif. **O Dia**, Curitiba, 9 mai. 1961, p. 8.
- SUTTER, J. e GOUX, J.. Declínio dos casamentos consangüíneos na França de 1926 a 1958. **Eugenics Quarterly**, 11 (3), 1964, 127-140.
- TECNICA Policial. **Ultima Hora**, Curitiba, 14 fev. 1962, p. 2.
- TEIXEIRA, Napoleão Lyrio. **Histamino-insulinoterapia nas doenças mentais: contribuição ao conhecimento de um método terapêutico**. Tese (Livre-Docência) - Universidade Federal do Paraná. Faculdade de Medicina. Cadeira de Clínica Psiquiátrica, Curitiba, 1944. 48 p.
- \_\_\_\_\_. **O suicídio em face da psicopatologia, da literatura, da filosofia e do direito: estudo psiquiátrico, médico-legal e profilaxia**. Tese (Livre-Docência) Universidade Federal do Paraná. Faculdade de Medicina. Medicina Legal, Curitiba, 1947. 176 p.
- \_\_\_\_\_. **Reação patológica ao álcool: aplicações Médico-legais**. Tese (Livre-Docência) - Universidade Federal do Paraná. Faculdade de Direito. Medicina Legal, Curitiba, 1948, 43 p.
- \_\_\_\_\_. **Direito de Tratar** (Estudo de Deontologia Médica). Tese (Livre-Docência) Universidade Federal do Paraná. Faculdade de Direito. Medicina Legal, Curitiba, 1948.
- \_\_\_\_\_. Aconselháveis meios tóxicos para obter a confissão. **Diario de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1949, p. 1-2.
- \_\_\_\_\_. Aconselháveis meios tóxicos para obter a confissão. **Paniátrica**, Curitiba, vol. VI, n. 2, jul./ago. 1949, p. 1-7.
- \_\_\_\_\_. Face, Crânio e Cérebro - Caráter, Inteligência... **Paniátrica**, Curitiba, vol. VII, n. 1, jan./fev. 1950, p. 39-43.
- \_\_\_\_\_. Homicídio “Altruista” por egoismo.. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1950, p. 3-5.
- \_\_\_\_\_. Estará o Brasil “importando” doentes mentais? **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 06 ago. 1950, p. 1.
- \_\_\_\_\_. O bom prefeito do interior, êsse desconhecido. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1950, p. 33-34.
- \_\_\_\_\_. Da Necessidade de Incluir-se a Cadeira de Criminologia no Curso de Bacharelado. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, 1951.

- \_\_\_\_\_. Injustiça de Vargas a Militares. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1951, p. 1-2.
- \_\_\_\_\_. Militares “Vermelhos” e militares “côr-de-rosa”?!... **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 out. 1952, p. 1-2.
- \_\_\_\_\_. Experiência médica no homem vivo? **Paniátrica**, Curitiba, 1952, p. 17-22.
- \_\_\_\_\_. Os sírios e os libaneses, como realmente são! **Diário de Notícias**, Curitiba, 10 mai. 1953, p. 1-2.
- \_\_\_\_\_. **Psicologia forense e psiquiatria médico-legal**. Curitiba: [s.n.], 1954a. 299p.
- \_\_\_\_\_. Delinquência de Menores. **Revista da Faculdade de Direito-UFPR**. Curitiba, 1954b.
- \_\_\_\_\_. Experiências Médicas Criminosas na Criatura Humana. **Themis**. Curitiba, 1958.
- \_\_\_\_\_. Jornalismo “Amarelo” e Suicídio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 abr. 1958, p. 6.
- \_\_\_\_\_. Jornalismo “Amarelo” e Suicídio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 04 mai. 1958, p. 8.
- \_\_\_\_\_. Alguns Aspectos da Problemática médico-social do complexo de inferioridade. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 8, n. 0, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Juventude Transviada**: Alguns aspectos da problemática médico-social. Edições Letras da Província, Limeira. 1966.
- TENENTE-CORONEL Dr. Napoleão Teixeira. **O Dia**, Curitiba, 10 out. 1951, p. 5.
- TIRO ao alvo. **O Dia**, Curitiba, 19 set. 1948, p. 5.
- TRABALHA ativamente a Junta de seleção de soldados para a Força Expedicionária, em Ponta Grossa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1944, p. 3.
- TRANSFUSÃO de Sangue. **O Dia**, Curitiba, 26 nov. 1926, p. 2.
- TODESCHINI, Frederico. **Síndromes do Homicídio, Homossexualismo e Suicídio, no Teste Psicodiagnóstico de Szondi**. Tese - Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, Curitiba. 1955. 74 p.
- \_\_\_\_\_. Dois anos de Sexologia Forense no Departamento Médico Legal do Paraná. **Revista da Faculdade de Direito**, UFPR, v. 5, 1957, p. 27-34.
- TURMA prof. Napoleão Lyrio Teixeira. **Diário da Tarde**, Curitiba, 20 dez. 1958, p. 1.
- ULTIMAS NOTÍCIAS. **A República**, Curitiba, 13 dez. 1907, p. 2.
- UM POUCO de historia da nossa Universidade. **O Dia**, Curitiba, 12 mar. 1944, p. 9.
- UM RENOMADO jurista mundial em Curitiba. **O Dia**, Curitiba, 02 set. 1959, p. 9.
- UMA FACULDADE de Filosofias e moças bonitas. **O Dia**, 5 dez. 1952, p. 12.
- UMA FORMOSA organização cultural. **O Dia**, Curitiba, 5 dez. 1933, p. 1.
- UMA SCENA tocante na Penitenciária. O primeiro livramento condicional. **O Dia**, Curitiba, 30 abr. 1925, p. 1.
- UNIVERSIDADE do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 31 mar. 1946, p. 1.

- UNIVERSIDADE do Paraná. Faculdade de Filosofia. **Diario do Paraná**, Curitiba, 26 jun. 1957, p. 5.
- UNIVERSIDADE do Paraná dará curso de polícia. **Última Hora**, Curitiba, 3 jan. 1963, p. 4.
- UNIVERSIDADE do Paraná, Direito. **Diario do Paraná**, Curitiba, 17 abr. 1956, p. 7.
- UNIVERSIDADE DO PARANÁ, Direito, C.A. Hugo Simas. **Diario do Paraná**, 20 abr. 1956, p. 7.
- UNIVERSIDADE do Paraná, Direito. **Diario do Paraná**, Curitiba, 26 abr. 1956, p. 7.
- UNIVERSIDADE vai Averiguar Atividades Subversivas de Professores e Alunos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 25 abr. 1964, p. 1.
- UNIVERSITÁRIOS visitarão a Penitenciária de Piraquara. **Diario da Tarde**, Curitiba, 19 mai. 1961, p. 4.
- WILLE, José; FREIRE-MAIA, N.. O professor Newton Freire-Maia é considerado o pioneiro das pesquisas científicas da UFPR. Entrevista com Newton Freire-Maia. **Paraná Portal**. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/colunas/memoria-paranaense/o-professor-newton-freire-maia-e-considerado-o-pioneiro-das-pesquisas-cientificas-da-ufpr/> Acesso em 26 fev. 2019.
- VARIAS. **O Dia**, Curitiba, 24 mar. 1949, p. 3.
- VARIAS. **O Dia**, Curitiba, 20 mar. 1949, p. 3.
- VARIAS. **O Dia**, Curitiba, 25 abr. 1946, p. 3.
- VARIAS NOTÍCIAS. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1931, p. 6.
- VIANNA, Antônio. O valor do exame médico do imigrante em face da política biológica. **Revista de Imigração e Colonização**, ano VIII, n. 3, set. 1947, p. 5-13.
- VIDA Escolar. **Correio do Paraná**, Curitiba, 2 dez. 1933, p. 2.
- VIDA MILITAR. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 16 set. 1941, p. 13.
- VILLA, Clara G. Eugenia, Eugenismo e seus propositos. **Diário da Tarde**, Curitiba, 17 out. 1935, p. 2.
- VIOLento incêndio. **O Dia**, Curitiba, 6 jun. 1953, p. 2.
- VISITA de lavradores ao Campo de Tindiquera. **A Republica**, Curitiba. 17 out. 1929, p. 9.
- VISITAS Honrosas. **Correio do Paraná**, Curitiba, 24 abr. 1934, p. 4.
- VIVE num minúsculo vale do Himalaia o povo mas sadio do mundo. **Correio do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1960, p. 1.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Antônio. **Ciência, Educação e Sociedade**: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). 2008. 287 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008

ABREU, Alzira Alves de. Ponto IV. **Dicionário CPDOC**, s/d.

ADAMS, Mark B. Eugenics in the History of Science. *In*: \_\_\_\_\_ (Org.). **The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia**. New York: Oxford University Press, 1990.

ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 15, no 44, outubro, 2000, p 35-55.

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **Dados** [on-line]. 2002, v.45, n.4 [cited 2019-05-31], p.677-704.

\_\_\_\_\_. **Bacharéis, Criminologistas e Juristas**: Saber Jurídico e Nova Escola Penal no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. Do Bacharelismo Liberal a Criminologia na Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 101, p. 11-26, mar/abr/mai, 2014.

\_\_\_\_\_. O homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, jul/dez, 2005, p. 71-92.

ALVAREZ, M.C., SALLA, F. ALVES K.L.. Medicina legal, criminologia e punição: aspectos da trajetória intelectual e profissional de Flaminio Fávero (1895-1982). **Saúde, Ética & Justiça**. 2012; 17(2):57-65.

ALVES, Pórcia Guimarães. Memória: da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. **Educar em Revista**, no.7, Curitiba Jan./Dec. 1988, p. 59-77.

AMADOR, Luiza Helena Miranda. **“Degenerados e Contagiantes”**: a luta contra a sífilis no Pará (1915-1934). (Dissertação de mestrado) Belém, 2015.

ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 60-96, June, 2005.

AYALA, Francisco J.; FITCH, Walter M. **Genetics and the origin of species**: An introduction. *Proceeding of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Beckman, Vol. 94, July 1997, p. 7691–7697.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACILA, Metry. A Trajetória de “Arquivos de Biologia e Tecnologia”, publicação que marcou época na História da Ciência Brasileira. **Brazilian Archives of Biology and Technology**, Curitiba, v. jubilee, p. 1-11, Dec. 2001.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, .53, no.4, Rio de Janeiro, 2010.

BATISTELLA, Alessandro. O Sistema Pluripartidário de 1945-1965. O Paraná: Uma Análise Dos Partidos Políticos, Governos E Das Eleições No Estado. **Tempos Históricos** • Volume 19 • 2º Semestre de 2015 • p. 111-150.

BEATTY, John. ‘Dobzhansky and the Biology of Democracy: The Moral and Political Significance of Genetic Variation’, in M.B. Adams (ed.), **The Evolution of Theodosius Dobzhansky: Essays on His Life and Thought in Russia and America** (Princeton, NJ: Princeton University Press): p.195–218, 1994.

BECHIMOL, Jaime. Missionaries of sciences: the Rockefeller Foundation and Latin America (resenha). **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v..2 no.1, Rio de Janeiro, Mar./June, 1995.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BENTHIEN, Rafael Faraco. **Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas**. Tese de doutorado. História Social. Universidade de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens práticas e epistemológica. **Revista de História**. (São Paulo), n.179, A05219, 2020.

BERALDO, Renilson. **Ciência e associativismo médico**: medicina legal e psiquiatria na terra dos Pinheirais (1930-1941). 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

BERGERET, Jean. **A Personalidade Normal e Patológica**. Tradução de Maria Elísia Valliatti flores. 3.ed. Porto Alegre: Artmed editográfica, 1996.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. S441-S453, 2003.

BOTELHO, Antonio José Junqueira. **The Professionalization of Brazilian Scientists, the Brazilian Society for the Progress of Science (SBPC), and the State, 1948-60**.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **As Regras da Arte**: Gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Linguagem e Poder Simbólico. In: **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. Prefácio de Sérgio Miceli. 2.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 81-126.

\_\_\_\_\_. **Campo de Poder, Campo Intelectual**: Itinerario de un concepto. Colección Jungla Simbólica. Diseño y diagramación: Verónica Chamorro. Editorial Monttessor, 2002.

\_\_\_\_\_. Campo intelectual y Proyecto Creador. In: **Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito**. Tradução de Alberto C. Ezcurdia. Buenos Aires: Quadrata Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para uma Sociologia da Ciência**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Edições 70: Lisboa, 2004.

\_\_\_\_\_. **Esboço de autoanálise de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et Sociétés**, 7(1). p. 91-118.

\_\_\_\_\_. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 2-3. p. 88-104, 1976.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. Os compêndios produzidos por Carlos Miguel Delgado de Carvalho para o ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1931-1938). **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, UFP: João Pessoa, 2012.

BUCHILLET, Dominique. **Bibliografia crítica da saúde indígena no Brasil (1844-2006)**. Ediciones Abya-Yala: Quito, 2007.

BUCHMANN, Ernani (Edição e revisão). **Academia Paranaense de Letras: biobibliografia**. Curitiba, PR: Posigraf, 2016.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Forense Universitária, 6. ed., 2009.

CAMARGO JUNIOR, Mauro Cezar Vaz de. **“Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecida pelos paranaenses e pelos brasileiros”**: A construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930). (Tese de Doutorado em História) UFSC, Florianópolis, 2018.

CAMPOS, Névio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade: 1892-1950**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2006.

CAMPOS, Ricardo. Autoritarismo y eugenesia punitiva: higiene racial y nacionalcatolicismo en el franquismo, 1936-1945. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2016, vol.23, suppl.1, pp.131-148.

CAPONI, Sandra. A hereditariedade mórbida: de Kraepelin aos neokraepelinianos. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 21 [ 3 ]: 833-852, 2011.

CARDOSO, Vicente Licínio. **A Margem da História da República**. Tomo I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARRARA, Sergio. **Tributo a Vênus**: a Luta Contra a Sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

CARRETA, Jorge Augusto. A ceroplastia e a medicina legal na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1934-1950. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, jul.-set. 2016, p. 757-777.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, jul./set. 2017.

CARVALHO, Raphael Guilherme De. A Escrita de si de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1970 (Notas para Estudo). **Tempos Históricos**, v. 19, 1º sem. de 2015, p. 103-119.

CASSATA, Francesco. **Eugenetica senza tabù**. Usi e abusi di un concetto. Giulio Einaudi, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. A Escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano**: As Artes de Fazer. Tradução de Ephaim Ferreira Alves, 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARLESWORTH, B.; CHARLESWORTH, D.. Population genetics from 1966 to 2016. **Heredity** (Edinb). 2017 Jan; 118(1): p.2–9.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed .São Paulo: DIFEL, 2002.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. **“Scientia et Labor” no “Palácio da luz”**: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946). Tese (PPGE) UFPR, Curitiba, 2010.

COLLET, Thomaz de A.; FILHO, Silva. Aspectos da metodologia em psicologia médica. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 147-156, June, 1951.

CORDEIRO, Luiz Albari. **A Datiloscopia através dos Tempos**. (Monografia – Tuiuti) Curitiba, 2003.

CORDEIRO, A.R., SALZANO, F.M. Seção de Genética do Instituto de Ciências Naturais da Universidade do Rio Grande do sul. CUNHA, A.B., FROTA-PESSOA, O., BLUMENSCHNEIN, A.. **Atas do Primeiro Simpósio Sul-americano de Genética**. São Paulo, 1961, p. 226-248.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 3 ed. rev. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2013.

COSTA, Claudio Ferreira da. **Eugenia e identidade**: A campanha contra a imigração assíria para o norte do Paraná, em 1934. UFPR: Curitiba, 2003.

CROCETTI, Priscila Soares. **Ciência, ensino e Código**: Lentes, elites e Direito Civil nos albores da Faculdade de Direito do Paraná (1912-1945). PPGD (Dissertação): UFPR, Curitiba, 2011.

CROW, James F.. Erwin Schrodinger and the Hornless Cattle Problem. **Genetics**, 130, February, 1992, p. 237-239.

CPDOC/FGV. **Os Intelectuais e o Estado**.

CPDOC/FGV. Verbete. **Rubens de Mello Braga**.

CUETO, Marcos. **Missionários da ciência**: Fundação Rockefeller e América Latina. Indianapolis, IN: Indiana University Press. 1994.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008.

DARMON, Pierre. **Médicos e Assassinos na “Belle Époque”**: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1991.

DIAS, Allister Andrew Teixeira. **Arquivos de ciências, crimes e loucuras**: Heitor Carrilho e o debate criminológico do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1940. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: s/n., 2015.

DIWAN, Pietra: **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Heloíse M. Bertol; PETITJEAN, P. Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950). In: MAIO, M.C.. **Ciência, política e relações internacionais**: ensaios sobre Paulo Carneiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Unesco, 2004.

DOSSE, François. **La Marcha de las Ideas: Historia de los intelectuales, Historia Intelectual**. Traducción: Rafael F. Tomás. Universitat de València, 2007.

DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. **Ciência e ensino na cultura jurídica paranaense: Direito Penal e Filosofia do Direito no Curso de Ciências Jurídicas**. PPGD (Dissertação): UFPR, Curitiba, 2011.

EDLER, Flavio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova** [online]. n.24, 1991, p.85-116.

FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila; EVANGELISTA, Danielle Ferreira. **Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 2, p. 527-535.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da Cátedra Universitária ao Departamento, subsídios para discussão. **23ª Reunião Anual da ANPEd**, pp.-15, 2000..

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)**. (Dissertação de Doutorado em Ciências) USP: São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)**. São Paulo: Alameda, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Jean-François Sirinelli. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 33, n. 65, p. 407-412, 2013.

FLORES, M. B. R. Emerson Dionísio Gomes de Oliveira entrevista Maria Bernardete Ramos Flores. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 227-235, jan.-jun. 2008.

FORMIGA, Dayana de Oliveira. **A Escola de Genética Dreyfus-Dobzhansky: a institucionalização da Genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**. (Dissertação em História), USP: São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In: Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**. Curso no College de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. Matins Fontes, São Paulo, 2001.

GARBERS, Diether. Os primeiros especialistas em Pediatria do Paraná. **Boletim Informativo Sociedade Paranaense de Pediatria**. Curitiba, n.31. jun/jul 2003.

GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. Tese – UNICAMP: Campinas, 2007.

GIRALDI, Susane. **Revisão história dos dermatóglifos e estudo comparativo entre o método tradicional de impressão palmar com tinta e método de escaneamento digital em um grupo de escolares de Curitiba, Paraná.** Programa de Pós-Graduação em Saúde de Criança e do Adolescente, Tese de Doutorado: UFPR, 2011.

GLAD, John. **Future Human Evolution: Eugenics in the Twenty-First Century.** Schuylkill Haven: Hermitage Publishers, 2008.

GLASER, Niroá Zuleika Rotta Ribeiro. Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica. **Educar em Revista**, no.7 Curitiba Jan./Dec. 1988, p. 13-58.

GLICK, Thomas F.. O Programa Brasileiro de Genética Evolucionária de Populações, de Theodosius Dobzhansky Theodosius Dobzhansky's Brazilian Program of Evolutionary Population Genetics. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 28, nº 56, p. 315-325 - 2008.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. Science, Constitutional Medicine and National Bodily Identity in Brazilian Biotypology during the 1930s. **Social History of Medicine**, 2016, p. 1–21.

GOULD, S. Jay. **A falsa medida do homem.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** Tradução Cristina Fino e Cassio Arrantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRUNER, Clovis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da Belle Époque. **Revista de História Regional** 14(1): 76-104, Verão, 2009.

\_\_\_\_\_. Em torno à “boa ciência”: debates jurídicos e a questão penitenciária na imprensa curitibana (1901-1909). **Revista de História Regional** 8(1): 67-94, Verão, 2003.

\_\_\_\_\_. **Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX.** Tese de Doutorado em História, PPGHIS/UFPR, Curitiba, 2012.

GUERRA, Andréa. Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Ciência e Cultura.** vol.58 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2006.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’(ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937).** (Tese) COC/FIOCRUZ, Rio de Janeiro: s.n., 2010. 348 f.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia; WEGNER, Robert. De plantas y hombres: cómo los genetistas se vincularon a la eugenesia en Brasil (un estudio de caso, 1929–1933), **Asclepio**, 66 (2): 2014.

HARWOOD, Jonathan. **Styles of Scientific Thought: The German Genetics Community 1900-1933**. Chicago and London: University Chicago Press, 1993.

\_\_\_\_\_. Mandarins and Outsiders in the German Professoriate, 1890-1933: A Study of the Genetics Community. **European History Quarterly**, 23(4), 1993a, p. 485–511.

HYUN, Jaehwan. Blood purity and scientific independence: blood science and postcolonial struggles in Korea, 1926–1975. **Science in Context** (2019), 32, 239–260.

HOBBSAWM, Eric. Ciência: função social e mudança do mundo. *In: Tempos Fraturados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JANZ JÚNIOR, Dones Cláudio. **A Eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná (1931-1940)**. (Dissertação) Curitiba: UFPR, 2012.

KARVAT, Erivan Cassiano. **Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicidade e a vadiagem**. (Dissetação de Mestrado) PPGHIS-UFPR, Curitiba, 1996.

KIMMELMAN, Barbara. The American Breeders' Association: Genetics and Eugenics in an Agricultural Context, 1903-1913. **Social Studies of Science**, 13 (2), p. 163-204, 1983.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução Beatriz Vianna Doeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAROCCA, L.M.; MARQUES, V.R.B. Higiene e Infância no Paraná: a missão de formar hábitos saudáveis (1931-1949). **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2010 Abr-Jun; 19(2): 309-16.

LAURENTI, R.. Homosexuality and the International Classification of Diseases. **Revista De Saúde Pública**, 18(5), 344-347, 1984.

LEÃO, Ricardo (Ricardo André Ferreira Martins). **Os atenienses e a invenção do cânone nacional**. 2 ed. - São Luís: Instituto Geia, 2013.

LEIGHLY, John (orgs.) **Land and Life: A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer**. University of California Press, 1983.

LEITÃO, Sylvia Ramos. Gênese do discurso do planejamento urbano em Curitiba: bases políticas, filosóficas e técnicas. Modernização urbana entre técnicas e teorias. **Paranoá**, Brasília, no 13, 2014.

LEITE, Raquel Crosara Maia; FERRARI, Nadir; DELIZOICOV, Demétrio. A história das leis de Mendel na perspectiva fleckiana. **Revista brasileira de pesquisa em Educação em Ciências**, v. 1, n. 2, 2001.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LEWONTIN, Richard C. Dobzhansky's Genetics and the origin of Species: Is It Still Relevant? **Genetics**, 147, October, 1997, p. 351-355.

LIMA, Michelle Fernandes. As bases do pensamento do filósofo Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) e sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 485-515, abr./jun. 2015.

LIPPHARDT, Veronika. The Jewish community of Rome: An isolated population? Sampling procedures and bio-historical narratives in genetic analysis in the 1950s. **BioSocieties**, 5, 2010, p. 306-329

\_\_\_\_\_. “Geographical Distribution Patterns of Various Genes”: Genetic Studies of Human Variation after 1945.” **Studies in History and Philosophy of Science Part C: Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences** 47:50–61, 2014.

\_\_\_\_\_. The Body as a Substrate of Differentiation. Shifting the Focus from Race Science to Life Scientists' Research on Human Variation. **Varia história**. 2017, vol.33, n.61, pp.109-133.

LORENZZONI, Esp. Angela Cristina. Benedito Nicolau dos Santos (1878-1956): Intelectual, compositor, regente, professor. **Música e Músicos no Paraná**. Curitiba: Ed. ArtEmbap, 2014. V.1.

LUDMERER, Kenneth. American Geneticists and the Eugenics Movement: 1905-1935. **Journal of the History of Biology**, 2 (2), p. 337-362, 1969.

MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v(2): 375-413 jul.-out. 1998.

\_\_\_\_\_. Raça, Doença e Saúde Pública: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: **Raça como Questão: História, Ciências e Identidades no Brasil**. Organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2010.

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. **Contextualizando imagens paranistas (1940-1950): o filme etnográfico de Vladimir Kozák e as Ciências Sociais no Paraná**. Monografia, Faculdade Padre João Bagozzi, Curitiba, 2006.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)**. 1993. [182]f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. **A teoria cromossômica da herança: proposta, fundamentação, crítica e aceitação**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Biologia: Campinas-SP, 1997.

\_\_\_\_\_. August Weismann e evolução: Os diferentes níveis de seleção. **Revista da SBHC**, nº I, 2003.

\_\_\_\_\_. Weismann e a transmissão de caracteres adquiridos: os cientistas podem mudar de ideia. **Filosofía e Historia de la Ciencia en el Cono Sur**, 2015.

MATOS, Anderson Nazareno. Rodrigues Doria e a contribuição eugenista da Psiquiatria Brasileiras à proibição da maconha. **Anais da 6ª ABRAMD**, Belo Horizonte, 2017.

MECLER, Kátia. Periculosidade: evolução e aplicação do conceito. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, 20 (1), p. 70-82, 2010.

MENDONÇA, Joseli M. N.. **Evaristo de Moraes: Justiça e Política nas Arenas Republicanas (1887-1939)**. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP. Campinas, 2004.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: Os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. In: **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66, jan/jun. 2007.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979, p.210.

\_\_\_\_\_. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, S. (org.) **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: Idesp, 1989.

MIRANDA, Jusley da Silva et al.. **Convulsoterapias na prática psiquiátrica brasileira**. **Rev. Enf. Ref.**, Coimbra, v. serIV, n. 21, p. 159-168, jun. 2019.

MIRANDA, Marisa A. La tardo eugenesia en Argentina: un enfoque desde la longue durée. **CSIC**, vol. 189, n. 764, 2013.

\_\_\_\_\_. La eugenesia tardía en Argentina y su estereotipo de familia, segunda mitad del siglo XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, supl., ago. 2018, p.33-50.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, Dec. 2014.

\_\_\_\_\_. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas**, Universidad Nacional de Rosario, 2016.

\_\_\_\_\_. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

MUCCHIELLI, Laurent. *Sociology of Deviance and Criminology in France: History and Controversies*. **American Sociologist**: Springer Verlag, 2017.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994.

\_\_\_\_\_. **História e Demografia: elementos para um diálogo**, Campinas, Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

\_\_\_\_\_. **A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais.** Cadernos de História, Belo Horizonte, 9(11):11-31, 2007.

NASCIMENTO, Alexandra Santos. **Fernando de Azevedo: dilemas na Institucionalização da Sociologia no Brasil.** Cultura Acadêmica: São Paulo, 2012.

NEVES, Afonso Carlos. **O emergir do corpo neurológico no corpo paulista: Neurologia, Psiquiatria e Psicologia em São Paulo a partir dos periódicos médicos paulistas. (1889-1936).** (Tese) USP, São Paulo, 2008.

OGANAUSKAS, Flávia Regina Marchiori. **Semear a terra do futuro: os projetos de modernização e o ensino agrônômico no Paraná (1897-1932).** (Dissertação Educação) Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins De. **A Educação Paranaense: o papel social das Escolas Particulares.** s/d.

OLIVEIRA, Marinice Sant'Ana de. **Em páginas impressas e nas ondas do rádio: ações educativas para combater a tuberculose.** Curitiba, 1937-1952. (Dissertação de Mestrado) UFPR: Curitiba, 2012. 133 f.

OLIVEIRA, Miguel Ernesto Gabriel Couceiro de. **A institucionalização do primeiro centro de pesquisas de genética do Rio de Janeiro (1943-1968): o campo da genética e seus atores sociais.** (Tese) PGHCS-COC-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, 1997.

\_\_\_\_\_. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169.

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. **“Penas especiais para homens especiais”:** as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940. Dissertação - Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, COC-FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **De monstros a anormais: a construção da endocrinologia criminal no Brasil, 1930 a 1950.** Tese - Programa de PósGraduação em História Cultural: UFSC, Florianópolis, 2012.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia.** Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

OUYAMA, Maurício Noboru. **Uma máquina de curar: o hospício Nossa Senhora da Luz em Curitiba e a formação da tecnologia asilar (final do século XIX e início do XX).** Tese - UFPR: Curitiba, 2006.

PALMA, Héctor A. Consideraciones historiográficas, epistemológicas y prácticas acerca de la eugenesia. In: MIRANDA, M.; VALLEJO, G. (Org.). **Darwinismo social y eugenesia en el mundo latino.** Buenos Aires, Siglo XXI Argentina - Espanha, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mejoramiento genético en humanos: De la eugenesia al transhumanismo.** Buenos Aires: Teseopress, 2018.

PARANAIBA, LF, PINHEIRO, LJ, TORRECILHAS, AC, MACEDO, DH, MENEZES-NETO A, TAFURI, WL, *et al.*. *Leishmania enriettii* (Muniz & Medina, 1948): A highly diverse parasite is here to stay. **PLoS Pathog** 13(5): e1006303, 2017.

PEREIRA, Fernando Marcelino. Famílias políticas tradicionais dominam as eleições à Prefeitura de Curitiba em 2016. **Revista NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.4, p. 35-50, setembro 2016.

PIETTA, Gerson. **Medicina, eugenia e saúde pública: João Candido Ferreira e um receituário para a nação (1888-1938).** Dissertação de Mestrado. Irati, PR: Unicentro, 2015.

\_\_\_\_\_. Eugenia: uma ciência estigmatizada. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 264-267, Dec. 2016.

\_\_\_\_\_. **História da Eugenia e da Medicina no Paraná: João Candido Ferreira e um receituário para a nação.** Curitiba: Ed. Appris, 2019.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1954).** Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: Curitiba, 1976.

PINHEIRO, Marta. A biologia Educacional e os Fundamentos da Educação: o caso do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.85, p. 63-69, maio 1993.

PONTECORVO, G. Hermann Joseph Muller. **Annu. Rev. Genética**, 2, 1968, p. 1-10.

RAMSDEN, Edmund. Confronting the Stigma of Eugenics: Genetics, Demography and the Problems of Population. **Social Studies of Science**, 39/6, December, 2009.

RATZKE, Osmar. História da Psiquiatria no Paraná. **Psychiatry on line Brasil**. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/2019/04/08/historia-da-psiquiatria-no-parana/> Acesso em: 09 set. 2019.

REGGIANI, Andrés Horacio. **God's Eugenicist: Alexis Carrel and the Sociobiology of Decline.** New York: Berghahn Book, 2007.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. **“A prevenção da decadência” discurso médico e medicalização da sociedade (Curitiba - 1931/1942).** (Dissertação de História) PPGHIS, Curitiba, 1997.

RODRIGUES, Ricardo Carvalho. A Universidade do Paraná e suas transformações em resposta as demandas legais: uma trajetória da criação da universidade brasileira. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação - RECE**, v. 15, n. 2, 2016.

ROSEMBERG, Charles. Toward an Ecology of Knowledge: on discipline, context, and History. **Rise of the Knowledge worker**, p. 221-232, 1998.

ROIZ, Diogo. A escrita e o ofício da história no curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019, p. 1-24.

SÁ, Dominique Miranda de. **A ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos**: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Juiz de Fora: UFJF, 1996.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo**: 1822 a 1940. São Paulo: Annablume, 1999.

SANTOS, Lidia Noemia Silva dos. **A invenção da juventude transviada no Brasil** (1950-1970). (Tese de doutorado) PPGH/PUC-SP, São Paulo, 2013.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, Apr. 2018.

SANTOS, Ricardo Ventura. “Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em Antropologia Física no século XX”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça , ciência e sociedade**. RJ: FIOCRUZ/CCBB, 1996. 252p.p.125-142

\_\_\_\_\_. Raça, Genes, Identidades e Política no Brasil Contemporâneo. **XXVII Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, MG, 25 a 27 de outubro de 2003.

SANTOS, Ricardo; LINDEE, Susan; SOUZA, Vanderlei. Varieties of the primitive: human biological diversity studies in Cold War Brazil (1962-1970). **American Anthropologist**, v.116, n.4, p.723-735. 2014.

SCHNEIDER, William H. Toward the Improvement of the Human Race: The History of Eugenics in France. **The Journal of Modern History**, V. 54, No. 2, Sex, Science, and Society in Modern France (Jun., 1982), p. 268-291.

\_\_\_\_\_. **Quality and Quantity**: The Quest for Biological Regeneration in Twentieth-Century France. New York:Cambridge University Press,1990.

\_\_\_\_\_. Blood group research in Great Britain, France, and the United States between the world wars. **American Journal of Physical Anthropology**, 38(S21), 1995, 87–114.

SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. 268 pp.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**: Formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001.

SEIXAS, Larissa Selhorst. “**O Feminismo no bom sentido**”: o CPFC e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). PPGHIS-UFPR: Curitiba, 2011.

SIÃO, José Franco Monte. As publicações conjuntas de Dobzhansky e brasileiros sobre genética das populações de *Drosophila* (1943-1960) e as causas de seu decréscimo. **Filosofia e História da Biologia**, v. 3, p. 195-211, 2008.

SIGOLO, Renata Palandri. **A Saúde em Frascos: concepções de saúde, doença e cura**. Curitiba, 1930-1945. Curitiba: PPGHIS-UFPR, 1995.

SILVA, Alex Costa da. **O que é Vida?** de Erwin Schrodinger: caminhos nas ciências da vida, 1933-2013. São Paulo: PUC-SP, 2015.

SILVA, Joseane de Fátima Machado da Silva. **Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do paraná à infância do “abrigo provisório para menores abandonados” ao “educandário santa felicidade”** (curitiba, 1947-1957). (Mestrado em Educação), UFPR: Curitiba, 2009.

SILVA Luiz Gabriel. **Repressão e resistência na Ditadura Civil-Militar: Construção de Site Temático para o Ensino de História Local** (Curitiba-PR). (Dissertação de Mestrado) Mestrado Profissional em Ensino de História, UFPR, Curitiba, 2018.

SILVA, M. R. B. da: ‘**O ensino médico em debate: São Paulo 1890 a 1930**’. Histórias, Ciências, Saúde Manguinhos, v. 9 (suplemento): p. 139-59, 2002.

SILVEIRA, der. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sulrio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2016.

SILVEIRA, Maria Helena Pupo. **O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: Educação e Trabalho na Penitenciária do Ah (1908)** - Curitiba, 2009.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Setor de Ciências Sociais Aplicadas, 60 anos de história**. Curitiba: UFPR/SCSA, 2006.

\_\_\_\_\_. **75 anos de Ciências Biológicas na UFPR**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. “Génération et histoire politique”. *In. Vingtieme Siecle, Revue d’Histoire*, n. 22, avril-juin, 1989, pp. 67-80.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais. *In: REMOND, Ren. (org). Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. **Les baby-boomers: une génération - 1945-1969**, reeditado por Hachette Littérature, collection Pluriel. Paris (1.ed. 2003).

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOCUDO, Andréa Maria Carneiro Lobo. **Da patologização dos afetos  medicalização da tristeza: aspectos do discurso médico-científico sobre medicamentos antidepressivos no Brasil: 1959-1991**. (Tese em História). Curitiba, 2015. 308f.

SONTAG, Ricardo. **Código e Técnica**: a reforma penal brasileira de 1940, tecnicização da legislação e atitude técnica diante da lei em Nelson Hungria. 2009. 161 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

\_\_\_\_\_. A escola positiva italiana no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX: a problemática questão da “influência”. In: MECCARELLI, Massimo; PALCHETTI, Paolo. **Derecho en movimiento**: Personas, derechos y derecho. Carlos III University of Madrid: Madrid, pp. 203-230, 2015.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A política biológica como projeto**: A “Eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação – COC Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Em busca do Brasil**: Edgar Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese – COC Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Em busca do Brasil**: Edgar Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Rio de Janeiro: FGV Editora; Editora Fiocruz, 2017. 480p.

SOUZA, V. S.; DORNELLES, Rodrigo Ciconet; COIMBRA, Júnior, Carlos E.A.; SANTOS, Ricardo Ventura. História da genética no Brasil: um olhar a partir do Museu da Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, abr.-jun. 2013, p.675-694.

SOUZA, V. S.; SANTOS, Ricardo Ventura. The emergence of human population genetics and narratives about the formation of the Brazilian nation (1950-1960). **Studies in History and Philosophy of Science**. Part C, v.47, p.97-107. 2014.

SOUZA, V. S.; WEGNER, Robert . História da Eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. In: Teixeira, Luiz Antonio; Pimenta, Tania Salgado; Hochman, Gilberto. (Org.). **História da Saúde no Brasil**. 1. ed.São Paulo: Hucitec, 2018. p. 328-355.v.1.

STEFFEN, C.. Eugène Apert (1868-1940). **The American Journal of Dermatopathology**, 6(3), 1984, p. 223–224.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Ediora Fiocruz, 2004.

\_\_\_\_\_. **A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina**. Tradução de Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

STERN, Alexandra Minna. Sterilized in the Name of Public Health: Race, Immigration, and Reproductive Control in Modern California. **American Journal of Public Health** . Julho de 2005; v.95 n.7, p. 1128-1138.

STERN, Alexandra Minna; DARNOVSKY, Marcy. **Coerced Sterilization and Eugenics in California**: Historical Summary and the Need for Action. The historical subcommittee of the Coalition to Address California's Eugenic History, 18 de junho de 2012.

TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do mate: história da UFPR**. 2. ed. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 2006.

WEGNER, Robert. Dois geneticistas e a miscigenação. Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). **Varia Historia** (UFMG), v. 33, p. 79-107, 2017.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **Hist. cienc. Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2013. p. 263-288.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Soc. estado.**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, agosto de 2010.

WESTPHALEN, C. M. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba: SBPH – PR, 1988. 164 p.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, dez. 2012.

VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa. Enseñando a custodiar el “buen nacer” Los estudios universitarios de Eugenesia en Argentina (1942-1980). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, ene/abr, 2017, p. 49-78.

VELLOSO, Verônica Pimenta. Curso de Medicina e Cirurgia da Universidade do Paraná. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa Oswaldo Cruz / Fiocruz, s/d. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php> Acesso em: 27 nov. 2018.

VELLOSO, V. P.; XAVIER, A.L.; FONSECA, R. F. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa Oswaldo Cruz / Fiocruz, s/d. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php> Acesso em: 27 nov. 2018.

VERPLAETSE, Jan. **Localizing the Moral Sense: Neuroscience and the Search for the Cerebral Seat of Morality, 1800-1930**. Springer, 2009.

VIEIRA, C. E. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar em Revista**, Curitiba, n.18, p. 53-73. 2001.

VIVIANI, L.M.; BUENO, B.O.. A Biologia Educacional nas Escolas Normais paulistas: uma disciplina da eficiência física e mental. **Revista Portuguesa de Educação**: Minho, 2006, 19(1), p. 43-65.

URBAN, Danúncia; MELO, Gabriel A. R.. Obituário: Jesuíta Santiago Moure. **Rev. Bras. entomol.**, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 515-518, 2010.